

Comunicação, Política e Atores Coletivos

Atena
Editora
Ano 2020



Alexsandro Teixeira Ribeiro
(Organizador)

Comunicação, Política e Atores Coletivos

Atena
Editora
Ano 2020



Alexsandro Teixeira Ribeiro
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
dição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Alexsandro Teixeira Ribeiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C741 Comunicação, política e atores coletivos [recurso eletrônico] / Organizador Alexsandro Teixeira Ribeiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-365-1

DOI 10.22533/at.ed.651201709

1. Comunicação. 2. Política e governo. I. Ribeiro, Alexsandro Teixeira.

CDD 302.24

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Comunicação, Política e Atores Coletivos” reúne uma série de contribuições científicas que aprofundam o debate sobre temas de convergência entre as áreas da comunicação, como jornalismo, publicidade e relações públicas, em diálogo com outras áreas do conhecimento, como psicologia, sociologia, ciência política e marketing. De cunho interdisciplinar, a obra tem por objetivo apresentar o resultado de pesquisas realizadas em todo o país, consolidando um quadro de cooperações científicas que destaca a excelência nacional na produção de conhecimento. O resultado deste esforço, é uma organização que problematiza assuntos atuais e de relevância pública, como crise econômica, representatividade, gêneros, combate ao feminicídio e movimentos sociais.

De fato, em uma sociedade imersa na comunicação, em que a realidade é socialmente construída a partir das tecnologias da informação, o papel dos meios na representatividade e visibilidade social de um fato é de extrema centralidade. Com isso, a comunicação torna-se a arena para debates que renovarão a esfera pública e promover a integração da sociedade, sobretudo no que diz respeito às comunidades em vulnerabilidade, as identidades que clamam por reconhecimento e os movimentos sociais. Este é o palco que se torna predominante entre as contribuições científicas nesta obra reunida e publicada pela Atena Editora.

Aqui, em um primeiro bloco de artigos, nos aprofundamos na análise dos meios de comunicação ora como promotores de empoderamento, ora como espaço de exclusão. Nesta dicotomia, observamos os discursos e comportamentos da mídia frente ao feminismo, à representatividade da comunidade LGBTI, e à participação das mulheres nos espaços de poder. E não se encerra aí. Ainda observamos nos demais artigos e esforços acadêmicos, que dão conta da amplitude da obra e da qualidade da formação superior nacional, temas como luta pela terra, políticas públicas, a história recente brasileira na luta pela democracia, a violência urbana, crise econômica e o papel da mídia e do Estado em áreas de invisibilidade social. O rigor metodológico e as contribuições interdisciplinares faz da coleção “Comunicação, Política e Atores Coletivos” uma obra que contribui para o campo científico nacional.

Alexsandro Teixeira Ribeiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A VISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ESTADÃO: UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMININA EM REPORTAGENS VEICULADAS NOS ANOS DE 1985 E 2015	
Luíza Buzzacaro Barcellos	
Janie Kiszewski Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.6512017091	
CAPÍTULO 2	14
LIP SYNC FOR YOUR LIFE: UMA DISCUSSÃO JORNALÍSTICA SOBRE DRAG QUEENS	
Talita Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6512017092	
CAPÍTULO 3	26
MULHERES UNIDAS CONTRA BOLSONARO - REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO CIVIL FEMININA NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2018	
Raquel Lobão Evangelista	
DOI 10.22533/at.ed.6512017093	
CAPÍTULO 4	40
MÍDIAS DIGITAIS, CUIDADO E AUTOCUIDADO NO MOVIMENTO FEMINISTA COMO ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO	
Cosette Castro	
DOI 10.22533/at.ed.6512017094	
CAPÍTULO 5	53
A MULHER NA FOLHA BANCÁRIA: UM RECORTE DE GÊNERO NA IMPRENSA SINDICAL	
Alexsandro Teixeira Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.6512017095	
CAPÍTULO 6	65
AS RECATADAS: AS MULHERES ENQUANTO PAUTA E PROTAGONISTAS NO RÁDIO	
Sofia Soares Dietmann	
Leslie Sedrez Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.6512017096	
CAPÍTULO 7	75
O CORPO NOS ECOSSISTEMAS COMUNICATIVOS: DESDOBRAMENTOS PARA A EDUCOMUNICAÇÃO	
Ricardo Barretto	
DOI 10.22533/at.ed.6512017097	

CAPÍTULO 8	85
CÂNCER DE MAMA: CORPO, POLÍTICA E A FOTOGRAFIA HUMANISTA DE KATHARINA MOURATIDI	
Mônica Torres	
DOI 10.22533/at.ed.6512017098	
CAPÍTULO 9	101
O PAPEL DO JORNALISMO NO CONTROLE DEMOCRÁTICO E NA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	
Juciméri Isolda Silveira	
Manuella Niclewicz	
DOI 10.22533/at.ed.6512017099	
CAPÍTULO 10	110
CONTROLE, REPRESSÃO E VIGILÂNCIA SOB O OLHAR INFANTIL EM <i>O ANO EM QUE MEUS PAIS SAÍRAM DE FÉRIAS</i>	
Gisele Gutstein Guttschow	
Juliana de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.65120170910	
CAPÍTULO 11	124
DO TRABALHO PRECÁRIO À ORGANIZAÇÃO MILITANTE: FORMAS DE ATUAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)	
Renan Dias Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.65120170911	
CAPÍTULO 12	140
A CIDADE DO MEDO: A CRISE POLÍTICO-ECONÔMICA E SEUS EFEITOS SOBRE A MARCA RIO	
Patricia Cerqueira Reis	
Diego Santos Vieira de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.65120170912	
CAPÍTULO 13	154
A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932: UMA ANÁLISE DA COBERTURA MIDIÁTICA ACERCA DO FATO HISTÓRICO	
Carlos Eduardo Klingelfus Grasso	
Guilherme Barros Nascimento	
Israel Filipe Santos Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.65120170913	
CAPÍTULO 14	170
BANDIDOS NA TV: A MORTE PELA AUDIÊNCIA	
Marcela Rochetti Arcoverde	
DOI 10.22533/at.ed.65120170914	

CAPÍTULO 15.....	181
O JORNALISMO NA ERA DO ENTRETENIMENTO: REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE INFOTENIMENTO	
Paula Miranda	
Leonel Azevedo de Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.65120170915	
CAPÍTULO 16.....	194
GUTENBERG: A ERA DA IMPRENSA	
Adelcio Machado dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.65120170916	
CAPÍTULO 17.....	202
INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR INFORMAIS: UMA ANÁLISE DOS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB	
Jacynara Farias Souza Marques	
Rafaela Azevedo dos Santos Felix	
DOI 10.22533/at.ed.65120170917	
CAPÍTULO 18.....	221
INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO (2018): ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS MUDIÁTICAS UTILIZADAS PELO <i>JORNAL NACIONAL</i> E DA SUA RESPONSABILIDADE NA MUDIATIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA VIOLÊNCIA NO ESTADO	
Tamiris Artico	
Carla Montuori Fernandes	
Maria Goreti Lopes Artico	
DOI 10.22533/at.ed.65120170918	
CAPÍTULO 19.....	244
NEUROMARKETING APLICADO SOBRE GRANDES MASSAS	
Adelcio Machado dos Santos	
Alexandre Carvalho Acosta	
Evandro Henrique Cavalheri	
DOI 10.22533/at.ed.65120170919	
CAPÍTULO 20.....	252
O BRASIL NAS NARRATIVAS AUDIOVISUAIS QUE CIRCULAM NO IMAGINÁRIO ESTRANGEIRO, PRODUÇÃO, CONSUMO E PODER	
Roberta Brandalise	
DOI 10.22533/at.ed.65120170920	
CAPÍTULO 21.....	265
O CELEIRO VAZIO: A DECISÃO DE PUBLICITÁRIOS DE DEIXAR AS AGÊNCIAS CARIOCAS	
Roberto Sá Filho	
Diego Santos Vieira de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.65120170921	

CAPÍTULO 22	282
A FOTOGRAFIA EM RELAÇÕES PÚBLICAS	
Ana Domitila Rosa Lemos Silva	
Gardene Leão	
DOI 10.22533/at.ed.65120170922	
CAPÍTULO 23	295
PSICOLOGIA AMBIENTAL: UM DIÁLOGO COM ARQUITETURA E DIREITO	
João Ernesto Pessutto	
Marco Aurelio Prette Charaf Bdine	
Nelson Finotti Silva	
Carlos Florido Migliori	
Paula de Oliveira Santos Miyazaki	
Neide Aparecida Micelli Domingos	
Leda Maria Branco	
Maria Cristina de Oliveira Santos Miyazaki	
DOI 10.22533/at.ed.65120170923	
CAPÍTULO 24	308
UM TOM REDENTOR PARA O DISCURSO PUBLICITÁRIO DIANTE DA CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA	
Lívia Valença da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.65120170924	
CAPÍTULO 25	322
DESCOBRINDO NOVOS CAMINHOS: APLICAÇÕES DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL	
Tháís Sanches Silva	
Eliana Melcher Martins	
DOI 10.22533/at.ed.65120170925	
SOBRE O ORGANIZADOR	333
ÍNDICE REMISSIVO	334

CAPÍTULO 1

A VISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ESTADÃO: UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMININA EM REPORTAGENS VEICULADAS NOS ANOS DE 1985 E 2015

Data de aceite: 01/09/2020

Data da submissão: 11/06/2020

Luíza Buzzacaro Barcellos

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
(Unisinus)

São Leopoldo, Rio Grande do Sul
lattes.cnpq.br/2927591751724243

Janie Kiszewski Pacheco

Escola Superior de Propaganda e Marketing
(ESPM-Poa)

Porto Alegre, Rio Grande do Sul
lattes.cnpq.br/4147412433873522

RESUMO: O presente artigo é parte da pesquisa desenvolvida como trabalho de conclusão de curso para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo pela ESPM-Poa. A pesquisa buscou entender a representação da figura feminina em notícias que tratavam sobre casos de violência contra a mulher veiculadas especificamente no jornal *O Estado de São Paulo* em dois anos marcados por transições políticas: 1985, época de transição entre ditadura e democracia; e 2015, ano em que se iniciou o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Para tanto, procedeu-se uma pesquisa de caráter interdisciplinar unindo abordagens antropológica e jornalística acerca do material empírico coletado. Foram constatadas quatro representações predominantes da figura feminina nas notícias veiculadas e selecionadas: vítima; culpada; cidadã e “sombra”. Neste

artigo, especificamente, são tratados os casos de violência que tiveram maior repercussão no jornal nos anos citados.

PALAVRAS-CHAVE: Representação; violência contra a mulher; O Estado de São Paulo; jornalismo.

THE VISIBILITY OF VIOLENCE AGAINST WOMEN IN THE NEWSPAPER ESTADÃO: A STUDY ON THE REPRESENTATION OF THE FEMALE FIGURE IN REPORTS PUBLISHED IN THE YEARS 1985 AND 2015

ABSTRACT: This article is part of the research developed as a course conclusion work to obtain a Bachelor's degree in Journalism from ESPM-Poa. The research sought to understand the representation of the female figure in news that dealt with cases of violence against women published specifically in the newspaper *O Estado de São Paulo* in two years marked by political transitions: 1985, a time of transition between dictatorship and democracy; and 2015, the year in which President Dilma Rousseff's impeachment process began. To this end, an interdisciplinary research was carried out, combining anthropological and journalistic approaches about the empirical material collected. Four predominant representations of the female figure were found in the news transmitted and selected: victim; guilty; citizen and “shadow”. This article specifically deals with cases of violence that had the greatest impact on the newspaper in the years mentioned.

KEYWORDS: Representation; violence against women; O Estado de São Paulo; journalism.

1 | INTRODUÇÃO

Mulheres e homens são indivíduos tratados com marcantes diferenças sociais no Brasil. Diversos papéis e estereótipos cercam a figura da mulher: elas são vistas como sujeitos que podem ser dominados pelos homens, o que acaba gerando diversos prejuízos para sua vida cotidiana, dentre eles a violência (COUTO; SCHRAIBER, 2013; BANDEIRA, 2013). Além disso, esses papéis são constantemente reproduzidos pela mídia, fazendo com que a representação da figura feminina nessa instituição legitime e justifique ainda mais as relações desiguais que se estabelecem entre os sexos (PEREIRA, 2009). A imprensa produz diferentes significados culturais, por meio das representações, que influenciam nas práticas sociais e acabam determinando as condutas dos indivíduos (HALL, 1997 apud SILVA, 2014).

Levando em consideração que a imprensa pode reforçar comportamentos, principalmente quando se trata de um jornal de referência como o *Estado de São Paulo* (ZAMIN, 2014), este artigo dedica-se a analisar a representação da violência contra as mulheres em notícias veiculadas neste jornal, além de identificar os fatores que contribuem para que uma notícia sobre o tema tenha maior repercussão e visibilidade na imprensa. Para tanto, no que tange à representação, o procedimento de análise adotado é o antropológico, enquanto que na análise dos aspectos que envolvem a produção e divulgação jornalística dos casos escolheu-se identificar os valores-notícia utilizados. Cabe ressaltar, no entanto, que o exposto nesse artigo é apenas um dos eixos do trabalho intitulado *Violência contra a mulher: a representação da figura feminina no jornal O Estado de São Paulo em épocas de transição política*, defendido em dezembro de 2017.

Para entender as diferenças nas representações da figura feminina nos casos de violência contra a mulher, foram escolhidas duas épocas marcantes no Brasil, seja pelas transições e instabilidade política, seja pelas conquistas femininas adquiridas: 1985, ano marcado pelo processo de transição do regime militar para a democracia; e 2015, ano em que o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, presidenta democraticamente eleita, começou a ser instaurado. Foi realizado, portanto, um levantamento de todas as notícias que tratavam sobre a violência contra a mulher nestes dois anos, categorizando-as por semelhanças em relação ao local do crime, tipo de crime, relação do agressor com a vítima, entre outras. No presente artigo, contudo, utilizamos somente uma das categorias estabelecidas, a visibilidade, ou seja, as notícias que tiveram maior repercussão na imprensa, isto é, casos de violência que foram veiculados mais de uma vez pelo *Estado de São Paulo*.

Por tratar-se de um tema profundamente social e cultural, optou-se em fazer uma pesquisa interdisciplinar, que unisse características e teorias antropológicas e jornalísticas. O estudo, portanto, caracteriza-se como qualitativo, exploratório, etnográfico, bibliográfico e documental.

2 | O CONTEXTO FEMININO BRASILEIRO

Histórica e socialmente há uma série de desigualdades que se desenvolvem devido à diferenciação de gênero, ou seja, as imagens e expectativas que se constroem em relação à figura de homens e mulheres (JOHNSON, 1997). Essa construção, segundo o autor, estabelece conceitos de feminilidade e masculinidade que acabam por reforçar a dominação masculina. Esta visão é corroborada por Silva (2014, p.82) quando afirma que:

As distinções de gênero não raro se transformam em relações desiguais entre o masculino e o feminino em todos os campos da vida social: nos corpos, nos discursos, nos conhecimentos, nas leis, nas práticas sociais, nas famílias, e até mesmo nas notícias [...] É a partir dos símbolos culturais hegemônicos, produzidos nas instâncias de poder, que se operam os sentidos entendidos como legítimos sobre o que significam masculino e feminino, indicando, também, os lugares sociais destes.

As desigualdades construídas entre homens e mulheres se dão em diversos aspectos da vida cotidiana. A primeira que podemos citar é em relação à divisão sexual do trabalho, quando se estabelece que à mulher cabe a esfera privada, o cuidado com a família e com o doméstico; e que ao homem, a esfera pública, lugar de produção de mercado, liberdade, direitos e política (VIANA, 2013). Outro fator que podemos citar como propulsor da desigualdade de gênero é a própria genitália feminina. Para Perrot (2007), a passividade e submissão atribuídas ao sexo da mulher influenciam também as suas relações e vida social: a mulher é vista, essencialmente, como procriadora. O corpo das mulheres é, portanto, no curso da história, um corpo dominado pelos homens, o qual deve satisfazê-los sem levar em consideração as vontades individuais femininas.

Essa postura desigual entre homens e mulheres acaba formalizando uma dominação masculina, que gera relações machistas, assimétricas e patriarcais (COUTO; SCHRAIBER, 2013) que constituem e legitimam a violência contra a mulher (BANDEIRA, 2013). Dessa forma, a posse dos homens em relação ao corpo das mulheres é tida como normal e por vezes necessária, haja vista a função dos homens, socialmente posta, de disciplinar e controlar as mulheres, sejam elas filhas ou esposas (LAGE; NADER, 2013).

Os motivos, contudo, que justificam socialmente a violência contra as mulheres podem ser muitos. O primeiro deles pode ser atribuído a natureza “incontrolável” do homem: “categorias como instinto, impulsividade, fatalidade, destino são arroladas para dar sentido (e legitimar, em última instância) às agressões perpetradas contra as mulheres (no geral na condição de namoradas, esposas, companheiras)” (COUTO; SCHRAIBER, 2013, p. 59). Outro fator é, também, relacionado ao que é considerado a natureza e o papel das mulheres: o cuidado com a casa. Os afazeres domésticos são tidos como obrigação da mulher, e, quando ela não os cumpre, acaba por não corresponder à expectativa existente e é agredida para “aprender” (PINSKY, 2013).

Além da ligação com as obrigações domésticas e maternais, se espera que a mulher

tenha certa dependência financeira e emocional na relação conjugal (BANDEIRA, 2013). Quando ela entra no mercado de trabalho, contribui com o sustento da casa e se torna um indivíduo mais independente, isto dá motivo para que os homens cometam as agressões, uma vez que se sentem inseguros, já que eles perdem suas funções “naturais” (PINSKY, 2013).

Se a independência emocional da mulher é muitas vezes tida como inaceitável, a infidelidade também é vista como um bom motivo para desencadear uma agressão – o que, por vezes, pode levar à morte da vítima feminina¹. Isso acontece porque o corpo da mulher é visto como uma propriedade do homem, selada pelo contrato matrimonial, seja ele formal ou não (BANDEIRA, 2013).

As mudanças protetivas à mulher em nosso país começam a acontecer a partir da década de 1970, quando movimentos feministas despertam questionamentos mais enfáticos sobre as condições desiguais em que as mulheres viviam. Em 1975 convenções internacionais trazem à tona o assunto da violência contra a mulher e em 1985 são criados o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a primeira Delegacia de Defesa da Mulher² (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016). Outra conquista importante para o combate da violência foi a criação e promulgação da Constituição Federal de 1988, que selou o compromisso do Estado “na assistência a cada membro da família no que diz respeito à coibição da violência no âmbito das relações familiares” (LAGE; NADER, 2013, p. 290).

Se, entre os anos 1980 e 1990, o começo da implementação de políticas públicas a favor da erradicação da violência contra as mulheres parecia confusa em relação às suas atribuições, nos anos 2000, as ações do Estado tornaram-se mais claras e presentes no combate ao problema. As agressões e maus tratos contra as mulheres “passaram a ser vistos com novos olhos e combatidos com maior ênfase depois que foram identificados como um tipo específico de violência e um atentado aos direitos humanos” (LAGE; NADER, 2013, p. 286).

Um dos marcos para tal mudança foi a promulgação da Lei Maria da Penha³, em 2006. Apesar de ter havido muitos questionamentos sobre a constitucionalidade da lei, em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a sua constitucionalidade, tornando-a assim um importante instrumento público de prevenção e punição da violência contra a mulher (LAGE; NADER, 2013). Alguns anos depois, em 2015, é sancionada a Lei nº 13.104/2015, conhecida como Lei do Feminicídio, que tornou a morte de mulheres em virtude do gênero da vítima um crime hediondo e uma responsabilidade do Estado (PRADO; SANEMATSU, 2017). Para as autoras, a promulgação desta última lei foi muito importante para tipificar e denunciar a violência nas relações conjugais, muitas vezes encarada como

1 Convém assinalar que até o ano de 2005 o adultério era considerado crime, o que justificava a violência contra a mulher como “defesa da honra” (LAGE; NADER, 2013).

2 Órgão da Polícia Civil, inaugurado em São Paulo, que tinha o intuito de atender interdisciplinarmente as diversas situações de violência as quais as mulheres eram submetidas (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016).

3 A Lei Maria da Penha é uma lei que protege as mulheres da violência doméstica. Segundo Bandeira (2013), a maior contribuição desta lei foi o estabelecimento de uma punição adequada aos agressores: a prisão.

“crime passionnal” não só pela sociedade, mas também pela mídia e pela justiça.

3 I REPRESENTAÇÃO E A CONSTRUÇÃO MIDIÁTICA DA FIGURA FEMININA

A representação da figura feminina, presente nas páginas dos jornais, é um fator que legitima e corrobora, muitas vezes, alguns comportamentos machistas e violentos para com as mulheres. Segundo Hall (2016, p. 30), “a representação significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas” e é estabelecido com um processo ou fenômeno sociocultural. A representação é, portanto, uma construção social de sentidos e significados para objetos e pessoas.

A imprensa, por meio de diversas representações que constitui de diferentes indivíduos, acaba por influenciar a opinião pública. Por isso, “o papel dos meios de comunicação é vital para influir numa transformação do pensamento coletivo, para que as pessoas saibam tornar patente aquilo que veem na mídia e fazer referência disso como o estabelecido, o normal” (FRIAS, 2009, p.78).

Buitoni (2009), em trabalho que contempla a representação da mulher na imprensa feminina, cita as diferenças dos papéis atribuídos às mulheres durante várias décadas do século XX e alguns estereótipos que cercam a figura feminina até hoje. A beleza celestial, atribuída à obediência e passividade; o papel de mãe, esposa e dona de casa; um objeto sexual dos homens – essas são algumas das representações da mulher feitas pela imprensa feminina.

E é por meio desses estereótipos que a mídia pode, por vezes, colaborar para a legitimação social da violência contra a mulher, principalmente a doméstica (PEREIRA, 2009). Com tais representações, que são tidas como normais, os homens encontram diversas justificativas para cometer crimes contra esposas, mães, filhas e até mesmo mulheres desconhecidas. Além de reforçar papéis estereotipados, como maternidade, obrigação com os afazeres domésticos e a submissão nas relações entre homens e mulheres, a mídia também divulga de forma simplista os casos de violência de gênero.

De acordo com Vieira de Melo e Sanematsu (2013, p. 93), os veículos de comunicação costumam dar ênfase aos números, mas não ao fenômeno de forma mais complexa, já que “a qualidade dessa abordagem ainda deixa muito a desejar, concentrando-se em fatos individualizados, relatados a partir de um viés policial”. As coberturas jornalísticas sobre a violência contra a mulher são muitas vezes sensacionalistas, desrespeitando as vítimas e seus familiares e colocando as próprias mulheres como culpadas da violência sofrida (PRADO; SANEMATSU, 2017). “[...] Os estereótipos de gênero fazem com que, no processo de evidenciação desse crime, os polos se invertam e a mulher seja colocada como a responsável pelo crime que cometeu” (PASINATO apud PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 149).

Ainda que a imprensa seja um importante agente de transformação social, ela

mostra-se falha nas reiteradas representações da figura feminina e na forma como efetua a cobertura de casos de violência contra a mulher. Alguns fatores constitutivos do jornalismo diário, no entanto, colaboram para esse cenário.

4 | O JORNALISMO DIÁRIO E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

O campo jornalístico possui alguns valores que influenciam no cotidiano da profissão: liberdade, credibilidade, associação com a verdade e objetividade (TRAQUINA, 2005). Para cumprir esse contrato estabelecido com o público, principalmente no que diz respeito ao cumprimento da verdade e da objetividade, alguns procedimentos de trabalho são adotados, como a utilização de fontes que digam os dois lados da história e o cumprimento do *lead*, que responde às perguntas “o que”, “quem”, “quando”, “onde”, “porquê” e “como”.

Um dos principais produtos jornalísticos que procura cumprir essa norma e levar a informação diária ao público é a notícia. Albertos (1977 apud ALSINA, 2009) define a notícia como um fato verdadeiro, inédito e atual que é, de alguma forma, de interesse público; mas Alsina (2009, p. 299) propõe uma definição mais complexa: “a notícia é uma representação social da realidade quotidiana, produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível”.

O fato é que para se tornar uma notícia um acontecimento deve obedecer a critérios de noticiabilidade. É no processo de seleção dos acontecimentos que deverão ser noticiados que se levam em conta valores-notícia como: morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito/controvérsia, infração e escândalo (TRAQUINA, 2008). Segundo o autor (2008, p. 79), a morte é um dos valores-notícia fundamentais no jornalismo, pois “onde há morte, há jornalistas”. Outro fator determinante na escolha de uma notícia é a notoriedade do personagem central do acontecimento, ou seja, a importância hierárquica do mesmo na sociedade. Um valor-notícia também fundamental para a produção jornalística é o conflito ou a controvérsia, que dizem respeito a uma violência física ou simbólica que caracterizam, de certa forma, uma quebra das condutas tidas como normais (TRAQUINA, 2008). O autor ainda atenta para o valor da infração, também ligado à violência, considerada como um ato que viola as regras; o que nos ajuda a compreender o fato de tantos crimes virarem notícia.

Mesmo possuindo técnicas e processos de trabalho estabelecidos no cotidiano da prática jornalística, é importante salientar para o fato de que a elaboração e, conseqüentemente, a veiculação das notícias, faz com que o jornalismo atue na construção da realidade. “E este é o ponto crucial que permite estabelecer uma relação do poder simbólico da mídia com os valores e hierarquias sociais [...]” (SILVA, 2014, p. 50). Segundo a autora, portanto, os meios de comunicação podem ser tidos como “fazedores de identidades culturais”. Esta perspectiva já era destacada por Tuchman (1983) ao afirmar que:

A notícia não reflete a sociedade, mas ajuda a constituir-la como um fenômeno social compartilhado, já que no processo da descoberta de um acontecimento, a notícia define e conforma esse acontecimento [...] A notícia está definindo e redefinindo, constituindo e reconstituindo permanentemente fenômenos sociais (apud ALSINA, 2009, p. 299).

Portanto, como instituição de poder, a mídia deve sempre rever os discursos que incentiva já que, como nos casos de violência contra a mulher e de feminicídio, as vítimas, por vezes, são mostradas como culpadas, favorecendo ainda mais o machismo presente na sociedade.

5 | A VISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ESTADÃO

Um jornal de referência deve possuir uma ampla circulação, ter credibilidade para com o público e apresentar uma abrangência na cobertura jornalística, nacionalmente e internacionalmente (ZAMIN, 2014). Dela-Silva (2008, p. 27 apud ZAMIN, 2014, p. 928) ainda salienta que, normalmente, estes jornais “desempenham um papel significativo na produção de sentidos para os acontecimentos jornalísticos que apresentam em suas páginas”.

Um dos principais jornais brasileiros que atingiram essa classificação foi o *Estado de São Paulo*, mais conhecido como *Estadão* (ZAMIN, 2014), existente desde 1875. Levando em consideração toda a história do jornal e o lugar de referência que alcançou na vida de muitos brasileiros, o Estadão tem uma influência notória nos costumes e crenças do país. É por isso que este jornal foi escolhido para compor o objeto de estudo desta pesquisa.

A seguir, serão apresentadas as análises das notícias de violência contra a mulher que tiveram maior repercussão no jornal em dois anos específicos: 1985 e 2015. Mediante enfoque etnográfico das notícias coletadas e selecionadas, procedeu-se uma abordagem antropológica do material empírico, aliando-se assim o caráter interpretativo e subjetivo da antropologia ao caráter objetivo, por meio dos valores-notícia, presente no jornalismo.

Para proceder a análise, optamos por seguir o modelo proposto por Angrosino (2009): elaborar, primeiramente, uma análise descritiva, decompondo os dados acerca da situação de violência contra a mulher encontrados nas notícias, visando encontrar padrões entre eles; e, posteriormente, constituir uma análise teórica, que consiste na explicação desses padrões dos dados selecionados.

A análise teórica é exposta através de um texto antropológico, que tem como características a interpretação e subjetividade (ROVIDA, 2015). “Nesse processo interpretativo, as teorias tanto influenciam na postura do etnógrafo em campo, como balizam o estágio posterior à descrição densa” (ROVIDA, 2015, p. 81). Esse tipo de análise utiliza os conceitos ou teorias como apoio para a interpretação dos dados, “dessa forma, estabelece-se um pensar com os conceitos e não, exclusivamente, um pensar sobre os conceitos” (ROVIDA, 2015, p. 81).

Diante disso, as análises são feitas a seguir.

6 I 1985: O INÍCIO DA REPERCUSSÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

O jornal *O Estadão* veiculou diversos casos de violência contra a mulher no ano de 1985; foram localizadas nove notícias veiculadas sobre o assunto, citando 35 vítimas⁴. No entanto, três casos tiveram maior visibilidade⁵: Eliane de Grammont, Edisônia Nunes de Brito e de Ana Angélica Ferreira.

Eliane era cantora e foi assassinada a tiros durante um show pelo ex-marido, o também cantor Lindomar Castilho. O crime aconteceu em 1981 e teve grande repercussão devido à fama de ambos. A notícia⁶ analisada, no entanto, não trata sobre o crime em si, mas sim da sentença dada ao assassino, que ocorreu somente após quatro anos do crime, o qual foi justificado pelo cantor como um ato de amor e ciúmes.

Edisônia era apenas uma criança de 8 anos quando foi violentada e morta de forma brutal por um desconhecido. A menina vinha de família pobre e trabalhava, junto com o irmão e a cunhada, vendendo bilhetes da Loteria Federal. Ela foi atraída por um homem até um terreno baldio, estuprada e assassinada no local; uma placa de concreto esmagou o crânio da menina. A repercussão deste caso se deu por dois motivos: a brutalidade do crime e o fato de a vítima ser uma criança. Duas notícias foram veiculadas, a primeira apenas noticiando⁷ o caso e a segunda informando que o culpado tinha confessado o crime⁸.

O terceiro caso de violência foi o de Ana Angélica. A moça era uma estudante de 22 anos, pertencente à alta sociedade capixaba e sobrinha de um senador. O corpo dela foi encontrado cheio de cortes feitos de bisturi, dentro do consultório odontológico onde trabalhava. A veiculação desse caso também foi feita em duas notícias distintas, a primeira relatando o crime⁹; a segunda mencionando as investigações e o desfecho do caso¹⁰.

Notamos que, em todos os casos apresentados acima, o principal valor-notícia que norteia a veiculação de tal notícia é o da infração. Conforme Traquina (2008), este diz respeito às atitudes que violam as regras, normalmente ligadas a agressões físicas. Além disso, os valores-notícia morte e notoriedade também influenciaram a veiculação de tais notícias.

Outro ponto que deve ser analisado é a relação do agressor com a vítima. Com exceção do caso de Eliane, no qual o ex-marido foi o responsável pelo crime, os outros dois casos foram cometidos por desconhecidos ou pessoas que não tinham uma relação

4 Levantamento feito no Acervo Online do Estadão, onde se encontram disponíveis todas as edições do jornal, desde o primeiro número.

5 Consideramos, aqui, casos de maior visibilidade aqueles que foram noticiados mais de uma vez pelo jornal.

6 "Lindomar na detenção", notícia veiculada na página 12 da edição de 24 de maio de 1985.

7 "Menina de 8 anos é violentada e morta", notícia veiculada na página 19 da edição de 6 de agosto de 1985.

8 "Em Brasília, catador de papel confessa o crime", notícia veiculada na página 20 da edição de 8 de agosto de 1985.

9 "Polícia não age, o pavor domina mulher no ES", notícia veiculada na página 22 da edição de 10 de fevereiro de 1985.

10 "Outra mulher morta em Vitória: são 54", notícia veiculada na página 21 da edição de 21 de março de 1985.

aceita com a vítima perante a sociedade. Isso demonstra que mesmo a vítima não tendo um relacionamento prévio com os assassinos, a relação entre homens e mulheres mostrasse assimétrica, concedendo o poder de uns (homens) sobre os outros (mulheres) (COUTO; SCHRAIBER, 2013). Essas relações assimétricas são ainda mais perceptíveis quando nas notícias de violência contra a mulher a vítima é uma coadjuvante no texto: há poucas informações sobre a sua vida e inexistente contextualização sobre a violência sofrida. Nos três casos apresentados acima, mesmo tendo sido os casos de maior visibilidade veiculados em 1985, as informações sobre as mulheres resumiam-se aos nomes, idades e ocupação, tratando as vítimas, portanto, como “sombras” dos próprios assassinos, sem direito ao espaço na mídia.

7 | 2015: A CONTEXTUALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

No ano de 2015 das inúmeras notícias que tratavam de violência contra a mulher no *Estadão*, foram analisadas 26 as quais citavam 23 vítimas¹¹. Mesmo com o debate sendo ampliado e o assunto contextualizado, quatro casos ganharam maior atenção da imprensa, são eles: Ana Carolina de Souza Vieira, Amanda Bueno, Carolina Mandin e Priscila de Goés Pereira.

Ana Carolina, dançarina, 30 anos, havia comentado com familiares que estava sofrendo ameaças do ex-namorado, mas isso não impediu que ela sofresse a pior consequência da violência contra a mulher: foi encontrada morta, deitada em cima da cama, com sinais de violência, dentro do seu próprio apartamento. Após confessar que havia estrangulado a ex-namorada por ciúmes, o homem foi preso. Duas notícias foram publicadas sobre o caso¹².

Caso semelhante ao de Ana Carolina é o da também dançarina Amanda Bueno¹³. A jovem, de 29 anos, provavelmente estava sofrendo ameaças ou até mesmo agressões do seu noivo, já que ela revelara à sua mãe, durante conversa telefônica, que voltaria a morar com a família em Goiás. Ela foi morta pelo noivo dentro da própria casa, no Rio de Janeiro. Câmeras de segurança filmaram o homem derrubando a noiva no chão, golpeando-a com uma pistola e depois desferindo cinco tiros contra o rosto dela. O assassino declarou que o crime foi passional, pois estava com ciúmes após receber um vídeo com uma suposta traição de Amanda. O criminoso foi preso. O caso, que chocou pela brutalidade, teve grande

11 Levantamento feito no site do Estadão. Levando em consideração todas as mudanças tecnológicas pelas quais o jornalismo passou nos últimos anos, optou-se por coletar o corpus de análise de 2015 no site, não no acervo, como foi feito em 1985, já que as notícias publicadas no site eram em maior número do que as publicadas na edição impressa.

12 A primeira notícia veiculada foi “Mulher é encontrada morta em apartamento na zona sul de SP”, no dia 4 de novembro de 2015, podendo ser acessada através do link: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,mulher-e-encontrada-morta-em-apartamento-na-zona-sul-de-sp,1791031>>. A segunda notícia, “Familiares dizem que dançarina estava sendo perseguida pelo ex”, foi publicada no dia 5 de novembro de 2015 e pode ser visualizada através do link: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,dancarina-morta-estava-sendo-perseguida-pelo-namorado--dizem-pa-rentes,10000001272>>.

13 Amanda Bueno era o nome artístico de Cícera Alves de Sena.

repercussão¹⁴ na imprensa e foi um dos primeiros a ser enquadrado como feminicídio.

Os casos de Ana Carolina e Amanda chamam a atenção por um detalhe em particular: a profissão das vítimas. Os assassinatos das mulheres foram cometidos porque seus companheiros se sentiram enciumados e agrediram-nas fisicamente e mataram-nas. Nas notícias veiculadas, o fato de as mulheres serem dançarinas, uma delas de funk, é colocado em evidência, como se, de alguma forma, a ocupação das mulheres justificasse os ciúmes e, consequentemente, o crime cometido pelos homens (MOTA, 2017).

Já o caso de Carolina Mandin, felizmente, não terminou em assassinato. Ela encontrou o ex-noivo em um evento, eles discutiram e ela acabou sendo agredida pelo homem. Socos, tapas e pontapés foram desferidos contra a vítima, que desmaiou em função das agressões e precisou ser hospitalizada. Segundo a versão do agressor, Carolina o atacou por ciúmes depois de tê-lo visto com outra mulher, ele a empurrou para se defender, quando ela caiu e se feriu sozinha. No entanto, a vítima conseguiu provar as agressões sofridas e o homem foi preso. Três notícias sobre o caso foram publicadas pelo Estadão¹⁵.

O caso de Priscila é o mais se difere dos demais: ela foi vítima, provavelmente, de uma execução devido a questões ligadas à corrupção. A geógrafa, de 38 anos, era funcionária de uma empresa que prestava serviços para a Secretaria Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro. Ela foi morta por sete tiros, disparados por um homem encapuzado, enquanto aguardava dentro do seu carro a condução que a levaria até seu local de trabalho. O assassinato, aparentemente ocasionado sem motivações, também ganhou grande visibilidade¹⁶ na imprensa.

O valor-notícia predominante nas notícias citadas, assim como nos casos de 1985, é a infração. Outros valores-notícia que podem ser identificados nos casos de

14 Três notícias sobre o caso de Amanda foram divulgadas pelo Estadão. São elas: “Câmeras mostram marido matando dançarina de funk”, publicada no dia 17 de abril de 2015, podendo ser acessada pelo link: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,cameras-mostram-marido-matando-dancarina-de-funk,1671608>>; “Dançarina morta por noivo disse para a mãe que voltaria a Goiás”, publicada no dia 20 de abril de 2015, podendo ser acessada pelo link: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,dancarina-morta-por-noivo-disse-para-mae-que-voltaria-a-goias,1672947>>; “Polícia investiga ligação de assassino de dançarina com milícias”, publicada no dia 23 de abril de 2015, podendo ser acessada pelo link: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,policia-investiga-ligacao-de-assassino-de-dancarina-com-milicias,1674733>>.

15 “Empresário que maltratou cães é acusado de agressão por ex-noiva”, divulgada no dia 13 de junho de 2015, disponível no link: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,empresario-que-maltratou-caes-e-acusado-de-agressao-por-ex-noiva,1705737>>; “Justiça decreta prisão de empresário acusado de agredir ex-noiva”, divulgada no dia 6 de julho de 2015, disponível no link: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,justica-decreta-prisao-preventiva-de-empresario-acusado-de-agredir-a-ex-noiva,1720403>>; “Empresário acusado de agredir ex-noiva é preso”, divulgada no dia 23 de julho de 2015, disponível no link: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,empresario-acusado-de-agredir-ex-noiva-tem-prisao-preventiva-decretada,1730763>>.

16 Três notícias sobre o caso de Priscila foram divulgadas pelo Estadão. São elas: “Geógrafa da UFRJ é encontrada morta a tiros dentro do carro”, publicada no dia 6 de outubro de 2015, podendo ser acessada pelo link: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,geografa-encontrada-morta-foi-vitima-de-execucao--diz-policia,1775667>>; “Geógrafa encontrada morta foi vítima de execução, diz polícia”, publicada no dia 6 de outubro de 2015, podendo ser acessada pelo link: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,geografa-encontrada-morta-foi-vitima-de-execucao--diz-policia,1775667>>; “Para amigos, morte de geógrafa pode ter relação com corrupção”, publicada no dia 7 de outubro de 2015, podendo ser acessada pelo link: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,morte-de-geografa-no-rio-pode-ter-relacao-com-corrupcao--dizem-parentes,1776328>>.

maior visibilidade de 2015 são: morte, conflito e notoriedade. Nos casos de Ana Carolina, Amanda e Priscila a morte certamente é o principal valor-notícia, levando em consideração o assassinato das duas últimas. Já no caso de Carolina, o conflito entre ela e o ex-noivo e a consequente agressão física foi o valor-notícia utilizado. É importante ressaltar, entretanto, que todos os casos possuem, também, notoriedade, seja pelas circunstâncias do crime, pelo cargo público da vítima ou pelo pertencimento da vítima a uma classe social mais alta.

Com as notícias veiculadas em 2015 podemos perceber que, após a promulgação da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio, há uma maior visibilidade sobre a violência contra a mulher e também uma tentativa de contextualização do assunto, seja ouvindo fontes próximas as vítimas ou dando mais detalhes sobre a vida pregressa delas. A partir da década de 2000 a ideia de que a vida privada estaria imune dos agentes públicos é combatida (BANDEIRA, 2013), conferindo ao Estado a responsabilização do que acontece na esfera privada (VIANA, 2013). Mesmo assim, ainda há uma cultura que justifica a violência sofrida pela mulher quando ela não corresponde aos padrões e papéis estipulados pela sociedade (PINSKY, 2013) ou quando há uma suposta infidelidade (BANDEIRA, 2013).

8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a apresentação dos casos de maior visibilidade sobre a violência contra a mulher, nos anos de 1985 e 2015, é possível perceber que, como ressaltou Viana (2013), ainda há um descompasso do que está na lei e da realidade vivida por diversas mulheres. Isso se comprova, principalmente quando levamos em consideração o primeiro movimento no combate à violência contra a mulher, em 1985, com a criação das delegacias especializadas. Desde então, até 2015, se passaram 30 anos e as mulheres continuam sofrendo com a violência, seja no âmbito público ou privado.

Em 2015, mesmo que se noticiem mais casos de violência, como agressões físicas e estupro, quase todos os casos resultam em morte, e são esses que ganham maior repercussão na imprensa. Desta forma, quando não há um assassinato, a discussão da violência contra a mulher não ganha tanta visibilidade. Como exposto nas análises, os valores-notícia mais recorrentes na veiculação de casos de violência contra a mulher são a infração, a morte, a notoriedade e o conflito.

No que tange às representações da figura feminina em virtude dessa violência, podemos identificar quatro classificações: a de vítima de violência, a de culpada pela própria violência, a de mulher cidadã e a de mulher “sombra” dos homens. Enquanto em algumas notícias, principalmente as veiculadas em 1985, as mulheres são tidas apenas como vítimas, em outros, com destaque para os casos de 2015 apresentados, são considerados fatores que justificariam a violência cometida pelos homens, sugerindo a existência de uma responsabilização feminina por tal fato. Além disso, mesmo que a contextualização dessa violência tenha se tornado mais efetiva em 2015, as vítimas ainda

são vistas como “sombra” dos homens, principalmente quando os homens são colocados como protagonistas da situação, seja nos títulos ou nas informações nas matérias dadas a respeito do crime. Mesmo com a contextualização do assunto, a cobertura da imprensa nestes casos ainda falha e, por vezes, reforça estereótipos e papéis na tentativa de justificar os crimes cometidos pelos homens.

As análises feitas evidenciam a importância do campo jornalístico na construção e na transformação da realidade social. Como exposto, mesmo auxiliando, as leis e políticas públicas não são suficientes para combater a violência contra a mulher. Os papéis e estereótipos que causam a tensão entre feminino e masculino estão presentes na cultura da sociedade brasileira, cujos traços patriarcais e machistas dificultam a desconstrução dessas representações sociais e no combate a essa violência, frequentemente naturalizada.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BANDEIRA, Lourdes. A violência doméstica: uma fratura social nas relações vivenciadas entre homens e mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado - Uma Década de Mudanças na Opinião Pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina**. São Paulo: Summus, 2009.

COUTO, Márcia Thereza; SCHRAIBER, Lília Blima. Machismo hoje no Brasil: uma análise de gênero das percepções dos homens e das mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado - Uma Década de Mudanças na Opinião Pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

FRIAS, Navi. Tem sexo a notícia? In: LIMA, Mercedes; VICENTE, Terezinha (orgs). **O controle social da imagem da mulher na mídia**. São Paulo: Articulação Mulher e Mídia, 2009.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Violência contra a mulher. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. São Paulo: Reviravolta, 2016.

MOTA, Adriana Valle. O feminicídio de Amanda Bueno: quando morrer uma vez não é suficiente. In: PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (orgs). **Feminicídio: #InvisibilidadeMata**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

PEREIRA, Elisabete. Mais mulheres na mídia e nos espaços de poder. In: LIMA, Mercedes; VICENTE, Terezinha (orgs). **O controle social da imagem da mulher na mídia**. São Paulo: Articulação Mulher e Mídia, 2009.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos flexíveis. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013a.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013b.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (orgs). **Feminicídio: #InvisibilidadeMata**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

ROVIDA, Maria Ferreira. Etnografia e reportagem jornalística: aproximação possível para uma metodologia de pesquisa empírica. **Libero**. Volume 18, número 35. São Paulo, 2015.

SILVA, Márcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Vol. 1. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Vol. 2. Florianópolis: Insular, 2008.

VIANA, Raquel. Desafios e limites das políticas públicas no cotidiano das mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado - Uma Década de Mudanças na Opinião Pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

VIEIRA DE MELO, Jacira; SANEMATSU, Marisa. Mídia e a repercussão de dados sobre a violência contra a mulher. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado - Uma Década de Mudanças na Opinião Pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

ZAMIN, Angela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 918-942, set-dez 2014.

LIP SYNC FOR YOUR LIFE: UMA DISCUSSÃO JORNALÍSTICA SOBRE DRAG QUEENS

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 02/06/2020

Talita Santos

Centro Universitário Internacional – UNINTER
Curitiba – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/7546836200165135>

RESUMO: O presente artigo aborda questões a respeito do universo das *drags queens*, esta forma de expressão artística que frequentemente tem aparecido nos variados meios de comunicação. A sua popularidade, muitas vezes, é motivo de curiosidade e desorientação por parte do público. Em observação a isso, surgiu a necessidade de analisar mais a fundo sobre o *drag* e ir além, mostrar a rotina das artistas, contar suas histórias e apresentar de forma correta como se desdobram as suas apresentações. Ao mesmo tempo que ocorre esta análise, também iremos visualizar a respeito de como o jornalismo e os meios de comunicação, se portam perante a ascensão dessa nova prática artística.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação; cultura; drag; expressão artística; jornalismo.

LIP SYNC FOR YOUR LIFE: A JOURNALISTIC DISCUSSION ABOUT DRAG QUEENS

ABSTRACT: This article addresses questions about the world of drag queens, this form of artistic expression that has frequently appeared in

various medias. Its popularity is often a reason for public curiosity and disorientation. In observation of this, arose the need to analyze more deeply about drag and go further, show the routine of the artists, tell their stories and present in a correct way how their presentations unfold. At the same time that this analysis takes place, we will also see how journalism and the media behave in the face of the rise of this new artistic practice.

KEYWORDS: communication; culture; drag; artistic expression; journalism.

1 | INTRODUÇÃO

A liberdade, como um direito, é uma aspiração que reside como busca permanente no coração das pessoas. A maneira como este direito foi exercitado na história atual e passada está diretamente relacionada com as conquistas da cidadania, conceito este intrinsecamente ligado ao conceito de liberdade. Dentre as lutas históricas do ser humano por liberdade desenvolveremos, neste trabalho, o que vem a ser o seu tema central: a liberdade artística e o papel da mídia quanto ao seu dever de informar.

Determinadas expressões artísticas, como artes plásticas, literária e musical, gozam de ampla liberdade, não estando sujeitas a qualquer restrição por parte do estado. Contudo, algumas expressões artísticas que tangenciam temas tais como gênero e sexualidade passam por certas formas de controle estatal, social e da própria mídia. Os comportamentos artísticos de atrizes e atores *drag queens* fazem parte deste

contexto. As questões relacionadas a gênero e sexualidade costumam trazer uma série de polêmicas, como podemos observar frequentemente nos noticiários. A filósofa norte-americana Judith Butler (2008), no seu livro “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, propõe uma reformulação na noção de construção no que diz respeito às relações de gênero. Segundo ela, o gênero não é uma categoria fixa, uma essência, mas uma categoria fluida, demonstrada naquilo que as pessoas fazem, e não no que elas são. Para Butler, o gênero é uma construção social que se realiza culturalmente e o sexo está na natureza, como a característica física que dividem homens e mulheres.

Essa distinção sexo/gênero já tinha sido defendida em 1949 por Simone de Beauvoir (2004), para quem uma série de significados culturais são inscritos sobre um corpo sexuado, daí sua afirmação que ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher. Para Leticia Lanz, “transgêneros são mulheres e homens com identidade de gênero em discordância com o sexo da certidão de nascimento, escolhido pela aparência dos genitais externos”. (LANZ, 2014, p. 27).

A chamada cultura tradicional dominante, vez ou outra depara-se com movimentos de contracultura, expressões artísticas tidas como marginais que entram em conflito ou confronto com aqueles que reivindicam a superioridade dos valores morais que os representa. Manifestações culturais marginais resistem ao negar a padronização de qualquer forma de arte e confirma o direito de ser diferente. A abordagem que este trabalho traz, evidencia que os movimentos culturais alternativos outrora estigmatizados possuem, hoje, maior aceitação quanto mais contestadores e provocadores possam ser.

Entretanto, mesmo nos tempos atuais que permitem uma maior liberdade de expressão nas mídias tradicionais como a televisão, ainda são frequentes as censuras invisíveis. Estas impõem restrições aos programas de tv e outras mídias, mas de maneira manipulada e oculta. Podem ser censuras econômicas, através da retirada de suporte dos anunciantes que pagam pela publicidade, pelo Estado que garante ou não a condição de veiculação do programa, ou ainda a censura política e também a autocensura.

É verdade que há intervenções políticas, um controle político[...] é verdade também que[...] a propensão ao conformismo político é maior. As pessoas se conformam por uma forma consciente ou inconsciente de autocensura, sem que haja necessidade de chamar sua atenção. (BOURDIEU, 1997, p. 19).

Mas, como dito acima, atuações artísticas antes marginalizadas vêm crescendo em aceitação em outras mídias, como a internet, por exemplo, e um dos quesitos que poderiam ter contribuído para a aceitação do público para com as *drags* é o próprio estilo musical, o pop. Um exemplo disto é a opinião dos autores Monteiro & Soares (2013), que falam em seu trabalho sobre uma homenagem que várias *drags* fizeram para a cantora Madonna durante uma premiação na MTV americana. As *drags* realizaram um verdadeiro desfile usando trajes que marcaram a carreira musical da cantora, como o vestido utilizado no vídeo Material Girl e vários outros.

Esse desfile do conjunto da obra imagética de Madonna ajuda a entender que “as imagens criadas por Madonna e sua recepção esclarecem o caráter de construto social da identidade, da moda e da sexualidade” (KELLNER, 2001, p.335), e também desconstruem os paradigmas instalados pela sociedade conservadora, já que quem estava vestindo as roupas não eram mulheres, mas homens que subverteram a “ordem natural das coisas” e se apertaram dentro de vestidos e sapatos de salto para homenagear uma artista que admiram. (MONTEIRO & SOARES, 2013, p. 6).

Além da música, a plataforma online YouTube auxiliou na divulgação da *drag*. Alguns dos canais mais conhecidos são os das *drag queens* Rebecca Foxx, que possui cerca de 60.233 inscritos no canal; Penelopy Jean com 59.329 inscritos; Sarah Vika, que contém 17.618 inscritos; Halessia Rockefeller, com 7.500 inscritos e La Belle Drag, com 6.708 inscritos no YouTube. Nestes canais, os assuntos mais abordados são exposições do dia-dia das artistas, dicas de maquiagem, performances que desempenham, alguns temas relacionados à comunidade LGBT (atualmente a sigla correta é LGBTQIAP+) e cultura pop, mas as principais características dos vídeos, de uma forma geral, seguem o padrão dos tutoriais de maquiagem. Outro padrão também observado nos canais que falam sobre *drag* é a duração dos programas, no geral, possuem um tempo de sete a quinze minutos, podendo exceder ainda mais este tempo.

O mundo *drag* traz temas carregados de teor social e, por ser uma arte emancipada dos padrões sociais definidos como corretos, é revolucionária dos costumes. Portanto, é necessário verificar como esses impactos são percebidos pelo jornalismo. É importante social e politicamente que o jornalismo se interesse por este movimento artístico pois, além de suas contribuições na música, no teatro, na moda, nas gírias e na estética como um todo, também luta por uma forma de representatividade. A arte *drag* é, sem dúvida, um movimento não só artístico, mas político, na medida em que favorece a autonomia artística, a democracia e a inclusão.

2 | DRAG QUEEN

A *drag* é frequentemente confundida com outros termos como a “travesti” e o “transformista”, por exemplo. As *drag queens* são representações exageradas do feminino, elas performam utilizando vestimentas e maquiagens bem expressivas e geralmente podem ser vistas em apresentações em eventos. “Dragqueens também se vestem como mulher apenas em eventos rituais, mas essa mulher é caricatural e, muitas vezes, deixam escapar, propositadamente, traços masculinos na sua “montagem”. (JAYME, 2002). As travestis fazem uma transição com próteses nos seios mas não fazem a cirurgia de mudança de sexo. “[...] São aqueles que fazem uma intervenção “radical” no corpo, com hormônios ou silicones e possuem esse corpo feminino todo o tempo. Não há reversão”. (JAYME, 2002). E os artistas transformistas se vestem de mulher em eventos também, porém há um esforço para parecer completamente feminino. “Transformistas se vestem como mulher

apenas em ocasiões ritualísticas - shows, festas etc. Mas constroem uma mulher perfeita. Se chamam também de “finas”. (JAYME, 2002).

2.1 História Drag

A história situa a origem do que viria a ser uma performance *drag* possivelmente na Grécia antiga, no tempo dos performáticos teatros gregos. O poder feminino tinha entrado em declínio frente a ascensão e consolidação do patriarcado. Assim, tendo o homem todo o poder na sociedade, não só sobre as mulheres, as peças eram apenas interpretadas por estes mesmos que, muitas vezes, trajavam roupas femininas para realizar papéis que seriam personagens de mulher. Mas tarde, na Idade Média, a religião católica vem atribuir-lhe, também, papéis, cujo desempenho jamais poderia ser pelas mulheres:

[...] as drags se apresentaram em duas frentes: manifestações em rituais pagãos e personagens trágicos na Grécia. As drags também participavam das peças promovidas pela Igreja Católica, que não tinham muito espaço para as personagens femininas, sendo assim possível que homens pudessem se montar para interpretar essas poucas personagens [...]. (BAKER, 1995 apud SANTOS, 2017, p.7).

Segundo Maria Nazareth A. de Barros, a humanidade, através dos séculos sempre enunciou seu fascínio pelo universo feminino e “sempre vislumbrou na mulher, o que natureza lhe havia negado e, no seu imaginário sempre se manteve cativo das provocações femininas”. (2004, p. 64). Em seu livro, Barros destaca que os elementos que compõem a essência da mulher nunca deixaram de povoar o imaginário popular do homem. Ao longo do tempo sempre houve o desejo por parte de certos homens (héteros ou não) de se vestirem como mulher. O contrário também existe, só que bem mais raro.

Da mesma forma, não há e não deve haver um consenso sobre o termo *Drag Queen*. No seu levantamento histórico, Baker (1995, apud SANTOS, 2017), diz que o termo foi criado e utilizado nas apresentações de peças de teatro de Willian Shakespeare. Significa “*Dressed Like a Girl*”, ou, vestido como uma garota, em português. A expressão era utilizada para se referir quando o personagem masculino fazia um papel feminino. Atualmente, a definição de *drag queen* é mais ampla. Ela remete à “uma forma de externalizar o que o indivíduo tem dentro de si de forma artística por meio de um personagem criado”. (SANTOS, 2017, p. 7).

Apesar dos cerceamentos à sua arte, as *drags*, hoje, de uma certa forma, conseguem produzir e exibir seus shows e manifestar sua expressão artística. No Brasil, entretanto, na época da ditadura militar, época de recrudescimento do conservadorismo, os artistas tiveram também que desempenhar um papel político de resistência à censura e denunciando a existência de códigos morais estigmatizantes. Considerados como aqueles que atentam contra a moral e os bons costumes da família tradicional brasileira, as *drags*, as travestis, enfim, a comunidade LGBT (que na época não se representavam por esta sigla)

em geral, foram as principais vítimas deste período de extrema censura e impossibilidade de expressão. Quando foi fundado o AI-5, um decreto criado pelo regime militar, o público gay foi altamente perseguido por acreditar-se que seriam os responsáveis por desvirtuar os “cidadãos de bem”.

Não é exagerado afirmar que o AI-5 foi um dos instrumentos legais perpetrados pela Ditadura Militar para conter o que eles consideravam como ‘inimigos da moral e dos bons costumes’, inclusive as travestis. Desta maneira, os principais alvos da censura foram, além da imprensa, as atividades artísticas como o “teatro, o cinema, a tv, o circo, os bailes musicais [e] as apresentações de cantores em casas noturnas” (LOPES, 2016, p. 7).

Nos anos 80, final da ditadura, as pessoas ainda sentiam insegurança devido ao passado recente de censura no país e, portanto, se autocensuravam para agir de forma determinada e que não as fizesse sofrer represálias da sociedade.

Um grupo chamado “Frente de Libertação Gay” lançou o jornal Come Out e elegeu a data de 28 de junho como o Dia Internacional do Orgulho Gay, iniciando assim a realização das Paradas do Orgulho Gay [...] No Brasil, esses movimentos começaram a se organizar mais tarde, em meados dos anos 80 e mesmo assim de maneira incipiente por conta da influência que a ditadura militar teve na nossa cultura por duas décadas e à expansão de expressões religiosas contrárias à homossexualidade. (CRETAZ, 2014, p. 3).

Entre vários sinais de resistência durante o tempo de repressão, destacam-se a revista *Lampião da Esquina* - um veículo muito importante para a representatividade LGBT, publicada entre 1978 e 1981 - e o grupo *Dzi Croquettes*, este último desempenhou um peso importante para a cultura teatral e dançante do país. O grupo foi criado em 1972, composto apenas de homens que dançavam e cantavam, usando roupas extravagantemente femininas e muita maquiagem carregada, foi precursor com maior projeção da arte *drag* no Brasil. Pode-se empregar também, na abordagem deste grupo, as noções de jogo e de lúdico do sociólogo alemão Johan Huizinga, como um dos componentes conceituais para definir o lado cômico da expressão artística deste grupo.

Os *Dzi Croquettes* representaram como nenhum outro a ironia, o deboche e o lúdico em suas apresentações. Havia todo um jogo de palavras, de gírias que o grupo criou e que são usadas até hoje. Ao criar gírias, o grupo expressava todo um jogo de palavras que os definiam. Brincavam com esta faculdade de forjar papéis e de se comunicar. O lúdico, na verdade, está presente em toda a apresentação *drag*, em qualquer performance, seja ela “mitológica ou não, há um espírito fantasista que joga no extremo limite entre a brincadeira e a seriedade”. (HUIZINGA, 1999, p. 3).

2.2 Orientação sexual e a identidade de gênero

Apesar de o mundo *drag* estar muito ligado a comunidade LGBT, é preciso entender que nem todas as pessoas que fazem *drag* são gays. Isto porque a *drag* não deixa de ser

uma forma de arte independente da orientação sexual ou sexo biológico. A ideia do feminino está muito ligada ao mundo *drag*, tanto que quando alguém faz *drag*, de uma forma geral, subentende-se que aquela pessoa é gay, ou ainda que sente vontade de modificar o seu corpo para atingir características natureza femininas ou masculinas.

Porém, estas não são verdades absolutas.

A característica biológica, ou o sexo, é a principal determinante para classificar, no momento do nascimento da pessoa, o papel que exercerá na sociedade (quem nasce com pênis é homem, nasce com vagina é mulher). A partir disso, a pessoas nascidas com o sexo masculino ou feminino devem seguir características ou códigos sociais segundo padrões criados, inventados ou pré-estabelecidos no meio social (por exemplo, homem é racional, mulher é emocional).

O termo sexo', também conhecido como sexo biológico ou genital, refere-se essencialmente à genitália que cada indivíduo traz entre as pernas ao nascer [...] Gênero diz respeito às expectativas sociais de desempenho que cada ser humano deve atender tendo em vista o seu sexo genital. O gênero é uma construção social que varia intensamente de cultura para cultura e de época para época. (LANZ, 2014, p. 39).

Conforme é enraizado no contexto histórico da sociedade, o senso comum explica que o gênero é algo natural, ou seja, designado assim que a pessoa nasce, ao verificar o sexo do bebê. Porém, esta ideia é questionada por Butler, que afirma ser justamente o contrário e acaba resultando no que a autora chama de “processo de performatividade”, onde a pessoa se comporta da maneira como a fazer acredita que é o correto ser.

O comportamento “feminino”, por exemplo, não é determinado pelo fato de um indivíduo ter nascido fêmea', ou seja, com uma vagina, elemento corporal que o poder/saber toma como verdadeiro, natural e fundamental. O que ocorre é exatamente o contrário, ou seja, a existência de um comportamento feminino, socialmente sancionado é que determina a existência da fêmea como um “sexo” verdadeiro, natural e fundamental. (BUTLER, 1999 apud LANZ, 2014, p. 54-55).

Além disso, têm-se as questões voltadas a identidade de gênero, que não devem ser conceituadas como o sexo que nasce consigo, mas com a maneira como a pessoa identifica-se. E a orientação sexual, que é ainda mais distinta, refere-se diretamente ao sexo com o qual o indivíduo se relaciona. Por exemplo, um homem que sente atração/desejo por mulher, logo, é heterossexual. Ou, uma mulher que sente atração/desejo por mulher, é homossexual.

No momento em que o indivíduo recebe uma destas “nomenclaturas” (homem ou mulher), deverá se portar como tal (homem age como homem, e mulher como mulher). Porém, quando este indivíduo não se comporta da maneira que foi “classificado”, segundo seu sexo biológico, poderá sofrer severas represálias da própria sociedade.

Segundo Foucault (1988, p. 9), em seu livro História da Sexualidade, no início do

século XVII o sexo era tratado e falado de maneira muito mais simplista e aberta. Porém, com o tempo esta época foi deixando de lado esta característica e reservando o sexo apenas a intimidade dos casais corretamente casados e mesmo assim, apenas para fins de reprodução. Com isso, toda forma considerada diferente disto, estava passível de repreensão.

Quanto aos tribunais, podiam condenar tanto a homossexualidade quanto a infidelidade, o casamento sem consentimento dos pais ou a bestialidade. Na ordem civil como na ordem religiosa o que se levava em conta era um ilegalismo global. Sem dúvida, o “contra-a-natureza” era marcado por uma abominação particular. (FOUCAULT, 1988, p. 38-39).

Esta característica ainda pode ser encontrada nos dias atuais, uma pessoa que não segue os padrões sofre preconceitos dos demais que não aceitam alguém “diferente” no ciclo social. Isto entende-se como heteronormatividade, que é o ato de tentar enquadrar todos em um único modelo social em nome da coletividade. “Heteronormatividade é, pois, um dispositivo totalitário e hegemônico resultante da aplicação compulsória das normas binárias de conduta de gênero a todas as relações estabelecidas entre as pessoas na nossa sociedade”. (LANZ, 2014, p. 41).

No momento em que não acontece essa “padronização”, a comunidade LGBT sofre discriminações, segregações e é estigmatizada. Segundo Goffman (1981), o termo estigma foi criado pelos gregos e servia para marcar aqueles a quem julgavam perigosos ou impuros e que, portanto, deveriam ser “evitados”. Goffman afirma que existem três tipos de estigma: as abominações do corpo, culpas de caráter individual e os estigmas tribais de raça.

Em todos esses exemplos de estigma, entretanto, inclusive aqueles que os gregos tinham em mente, encontram-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. (GOFFMAN, 1981, p. 7).

Erving Goffman (1981), afirma que o estigma é uma relação de desvalorização, na qual o indivíduo é desqualificado da aceitação social plena e, ainda, que os estigmas raramente se baseiam em entendimentos válidos. Eles partem de estereótipos ou percepções, que podem ser falsos ou apenas parcialmente corretos.

2.3 A arte drag na contemporaneidade

a arte *drag* tem aparecido com muita frequência nas mídias, principalmente nas redes de canais fechados que exibem programas como RuPaul’s Drag Race. Depois do êxito desta atração, principalmente na internet, a visibilidade da *drag* ficou cada vez mais evidente. “É inegável o sucesso que o programa vem conseguindo alcançar: é a atração mais assistida do canal LogoTv desde sua primeira temporada; suas participantes fazem turnês mundiais, inclusive pelo Brasil”. (BIONDO & ALBANESE, 2016, p. 2).

Cantoras como Lia Clark, Glória Groove e Pablo Vittar despontaram para o sucesso. Vittar, é uma das artistas *drags* mais influentes da atualidade, seu reconhecimento por parte do público tomou dimensões grandes e isto culminou em uma parceria com cantores internacionais como o grupo de música eletrônica americana, Major Lazer. Esta parceria resultou na música “Sua Cara”, que também contou com a colaboração da cantora Anitta, outro destaque na cena atual da música pop brasileira. O videoclipe da música foi o quarto vídeo mais visto na plataforma YouTube em um único dia, com mais de 20 milhões de visualizações em 24 horas. (JUNIOR, 2017).

Apesar da sua popularização atual, a *drag* também enfrenta muitos preconceitos e a falta de representatividade, principalmente na área jornalística. Nos programas de tv ou nas notícias de jornais, o mundo LGBT de uma maneira geral sofre constantemente com matérias em que são ridicularizadas ou inseridas de maneira cômica ou agressiva, isto quando aparecem.

Observa-se que as identidades LGBT surgem como particularmente desafiadoras dos modos de falar do jornalismo brasileiro, não apenas por se inscreverem de modo peculiar nos regimes de poder, de luz e sombra, voz e silêncio que constituem a vida social, como por sua diversidade interna. Qualquer abordagem às identidades LGBT tem como pano de fundo as tensões que envolvem, por exemplo, a necessidade de evitar a essencialização e/ou naturalização de realidades cristalizadas, seja a partir de uma concepção biologizante do sexo, seja de concepções de gênero como algo fixo, não cambiante. (LEAL & CARVALHO, 2012, p. 5-6).

A explicação da violência e da discriminação por que passam as *drag queens* está em que, mesmo não sendo, necessariamente, homossexuais, possuem elementos que as ligam ao universo LGBT. Contudo, não existe uma identidade sexual que caracteriza o perfil desses artistas. Podem ser mulheres ou homens heterossexuais ou não, que criam personagem independentes da sua condição sexual, com a finalidade de apresentar um show divertido e original porque a arte *drag* situa-se acima dessas definições, situa no campo da liberdade de expressão. É claro que esse aspecto da violência poderia, em parte, ser atenuado se os meios de comunicação exercessem a sua função social, educando e orientando as pessoas, pois atitudes hostis, de discriminação e de agressividade acontecem, parcialmente, pela ausência de espaços de informação e de denúncia nos meios de comunicação.

Ao veicular os altos números de pessoas LGBT que sofrem violência, incluindo as *drags*, a mídia poderia fazer, paralelamente, abrir espaço enfocando essa discussão. Ainda hoje, a pessoa que decide expressar sua homossexualidade sofre perante os demais. As violências constantes a que o mundo LGBT são expostos não são difíceis de se achar. Uma prova disto, é que quando se digita travesti, por exemplo, no Google ou na parte de busca de jornais online, a maioria das matérias são sobre a violência que alguma travesti sofreu.

Segundo dados do Relatório de Violência Homofóbica no Brasil, realizado em 2013 pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), os números de violência contra este público impressionam. Além disso, também se percebe quais são os maus-tratos mais frequentes para com a comunidade LGBT.

Pode-se verificar que violências psicológicas foram as mais reportadas, com 40,1% do total, seguidas de discriminação, com 36,4%; e violências físicas, com 14,4%. Também há significativo percentual de negligências (3,6%). Outros tipos de violação correspondem a 5,5%. Esses dados confirmam os de 2012, quando as violações de cunho psicológico e discriminatório também tiveram as maiores porcentagens. Esses dados apontam de modo eloquente para as violências muitas vezes subnotificadas e certamente recorrentes às quais a população LGBT está sistematicamente submetida em seu cotidiano. (SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS, 2016, p. 23).

Apesar destes fatos, a *drag* continua popularizando-se e expandindo-se entre outros públicos. As *drag queens* realizadas por mulheres estão em alta no momento. É possível ver isto no documentário *They Can Do It*, onde mostra as histórias de mulheres que são admiradoras e praticantes da arte *drag*. As personagens dividem suas experiências e contam que foram inspiradas em filmes e principalmente pelo programa RuPaul's Drag Race. Elas relatam durante documentário principalmente sobre o preconceito que as mulheres enfrentam ao praticar o *drag*. Kelviane Lima, uma das produtoras do documentário, explica que o preconceito com o *drag* feminino ocorre porque esta arte surgiu com os homens que se vestiam e se expressavam com trejeitos femininos. Porém, a entrevistada relata também que é um erro dizer que *Dag* não pode ser realizado por uma mulher, pois esta arte não se refere apenas a feminilidade, mas também a uma forma livre de expressão. (CRUZ, 2017).

3 | O JORNALISMO E A SOCIEDADE

O surgimento do jornalismo foi um fato social de grande relevância e falar sobre ele é de primordial importância para o entendimento do processo de construção social por meio da produção midiática e que, na sua trajetória, passou por diversas transformações. O próprio estudo da gênese da imprensa é necessário, uma vez que pode oferecer explicações sobre o período em que a sociedade passou a sentir a necessidade de se comunicar para públicos cada vez maiores. Essa necessidade está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento das tecnologias e do comportamento da sociedade. O papel do jornalista também se tornou uma necessidade no momento em que se criou a noção de que era preciso uma figura que fosse capaz de captar, disseminar e muitas vezes, traduzir as informações que surgiam.

Enquanto a modernidade econômica engendrou o empreendedor burguês - personagem mítico cujo o desenvolvimento pleno ocorreu principalmente

no século 18 - e a modernidade política assistiu à vitória das democracias republicanas e seus múltiplos políticos disputando cadeiras nos parlamentos, a modernidade dos direitos sociais e humanos viu nascer no seu seio a figura do jornalista. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 9).

A história do jornalismo está intimamente ligada à Revolução Francesa, pois esta foi a “revolução símbolo” da destituição da aristocracia, do fim das monarquias e de todo o sistema absolutista herdado da Idade Média, assim como da afirmação do espírito burguês. (MARCONDES FILHO, 2000). Para o autor, este também foi um momento crucial no jornalismo, pois acontece a quebra da autonomia da igreja sobre o conhecimento, ou seja, sobre livros, pesquisas e documentos, que antes ficavam a disposição apenas da instituição religiosa.

O jornalismo passou por muitas mudanças em seus processos de produção e na sua própria forma de ser. Aos poucos, ramificações suas foram criadas (como o jornalismo literário, esportivo, ambiental e o jornalismo cultural), estas outras denominações surgiram de forma que fosse capaz de organizar e dinamizar as notícias jornalísticas.

O jornalismo cultural é aquele tipo que fala propriamente sobre música, obras de arte, teatro, entre outros. O objetivo principal deste tipo de jornalismo é divulgar informações que possuem foco em questões culturais, folclóricas e muitas vezes, históricas também. Segundo o autor Daniel Piza o jornalismo cultural não tem uma “data de seu nascimento”, porém, é no ano de 1711 que os ingleses Richard Steele e Joseph Addison criaram a *The Spectator*, uma revista diária que seria um marco na história do jornalismo cultural. Para os autores, a ideia principal da revista era “tirar a filosofia dos gabinetes e bibliotecas, escolas e faculdades, e levar para clubes e assembleias, casas de chá e cafés”. Alguns dos assuntos abordados pelo impresso eram livros, festivais de música, costumes, entre outros. O jornalismo cultural tem a capacidade de criar tendências e de segui-las também. Ele acompanha a maneira que a sociedade se comporta e assim, publica matérias de acordo com isto. Entretanto, é necessário que ocorra uma certa dosagem, afinal o jornalismo cultural deve ser capaz de criar matérias que causam reflexões em seus leitores e não apenas mostrar algo que já é conhecido pelos mesmos.

Não que não seja possível uma coabitação equilibrada e fértil, mas o jornalismo cultural sai perdendo quando os critérios passam a ser resumidos ao de afastar o leitor de abordagens que considera erroneamente “muito sérias” ou críticas”. (PIZA, 2010, p. r6).

Ou seja, o autor explica que alguns assuntos, como por exemplo moda e culinária, são conteúdos que se classificam como cultural, porém, ao se focar excessivamente apenas em temas como estes, que são mais importantes para a “indústria do entretenimento”, acaba que se ocupa lugar de outros assuntos que seriam interessantes para a população. No caso em questão, este espaço que é utilizado por notícias de interesse comum, ocupa tempo e lugar de uma discussão sobre preconceito ou representatividade do *drag*, por

exemplo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível observar que a arte *drag* luta dia-a-dia para obter o seu lugar de aceitação por entre as pessoas, e que os meios de comunicação como a internet, são parte importante na busca deste espaço. O programa de tv em um canal fechado chamado RuPaul's Drag Race, foi para muitas pessoas, um primeiro contato com a arte do *drag* e a partir daí, houve um facilitamento e popularização desta expressão artística. Outra questão que auxiliou na atual exposição do *drag* foi a música, artistas já citadas neste trabalho como a Pablo Vittar e Glória Groove são referências como cantoras *drags*.

Entretanto, o que se pode afirmar é que o drag, apesar de sua visibilidade, ainda não é tão bem representado em outros meios de comunicação e principalmente no jornalismo, algo que deve ser revisto para acompanhar as mudanças em nosso tempo.

REFERÊNCIAS

BARROS, Maria Nazareth Alvim. **As deusas, as bruxas e a Igreja**. São Paulo: Saraiva, 2001.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

BIONDO, Fabiana Poças; ALBANESE, Bruno Cuter. **Glamazon, Sissy That Walk: Performances de Drag Queen** dicionarizadas. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/MfTTRA>. Acesso em: 28/09/2017.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. Disponível em: <https://goo.gl/gMzBbW>. Acesso em: 29/09/2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CRETAZ, Livia. **Cultura homossexual: principais movimentos e representações nas telenovelas**. ESPM, SP: 2014. Disponível em: <https://goo.gl/HhMMtD>. Acesso em: 26/09/2017.

CRUZ, Felipe Branco. **Documentário aborda preconceito contra mulheres drag queens em São Paulo**. São Paulo, 24/04/2017. Site UOL. Disponível em: <https://goo.gl/s3Vxbv>. Acesso em: 25/09/2017.

FOUCAULT, Michel. **História Da Sexualidade: A Vontade De Saber**. 13ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988. 149 p. Disponível em: <https://goo.gl/VQL7xd>. Acesso em: 29/09/2017.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4 ed. LTC, 1981. Disponível em: <https://goo.gl/G4WeNh>. Acesso em: 29/09/2017.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. São Paulo: ed. Perspectiva, 1999.

JAYME, Juliana Gonzaga. **Travestis, Transformistas, Drag-Queens, Transexuais: Pensando A Construção De Gêneros E Identidades Na Sociedade Contemporânea.** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, MG: 2002. Disponível em: <https://goo.gl/fGCV97>. Acesso em: 19/09/2017.

JUNIOR, JACÍDIO. **Clipe de “Sua Cara” bate recorde de visualizações no YouTube em 24 horas.** 02/08/2017. Site UOL. Disponível em: <https://goo.gl/fb6F7J>. Acesso em: 28/09/2017.

LANZ, Letícia. **O Corpo Da Roupa: A pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero.** 334 p. Universidade Federal Do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/UUzwNq>. Acesso em: 28/09/2017.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto. **A Grande Mídia Brasileira E Identidades Lgbt: Um retrato em 2008.** Disponível em: <https://goo.gl/skMB8F>. Acesso em: 28/09/2017.

LOPES, Fábio Henrique. **Travestilidades e ditadura civil-militar brasileira: Apontamentos de uma pesquisa.** Revista Esboços, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 145-167, set. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/DVZUht>. Acesso em: 25/09/2017.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação E Jornalismo: A saga dos Cães perdidos.** São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MONTEIRO, Maria Helena; SOARES, Thiago. **“You Must Be My Lucky Star”:** A Relevância da cantora Madonna na Gestão de Carreiras da Música Pop. 15 p. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB: 2013. Disponível em: <https://goo.gl/nK5o5N>. Acesso em: 19/09/2017.

PIZA, Daniel. **Jornalismo Cultural.** 4 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SANTOS, Andressa; GASPARETO, Ana Clara; REIS, Jeniffer; PAES, Marcela Freitas; CORDEIRO, Natália; FERREZINI, Vitor; GARCIA, Wanderley Florêncio. **Identidade Drag: a representação jornalística de minorias em uma plataforma multimidiática.** 15 p. Universidade Metodista de Piracicaba, SP: 2017. Disponível em: <https://goo.gl/BK93Wo>. Acesso em: 20/09/2017.

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013.** Brasília. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/kSCKR8>. Acesso em: 28/09/2017.

CAPÍTULO 3

MULHERES UNIDAS CONTRA BOLSONARO - REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO CIVIL FEMININA NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2018

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 19/06/2020

Raquel Lobão Evangelista

Universidade Católica de Petrópolis e UERJ
Rio de Janeiro – RJ
<http://lattes.cnpq.br/3763796698808938>

RESUMO: É possível afirmar que uma das mais fortes manifestações contra o retrocesso civilizacional representado pela candidatura de Jair Bolsonaro como presidente brasileiro não veio de seus adversários políticos, mas sim do grupo Mulheres Unidas contra Bolsonaro dinamizado no Facebook. Em menos de uma semana após sua criação, o grupo chegou a contar com mais de 2 milhões de pessoas. Considerando este contexto, surge a dúvida se a voz feminina é realmente parte de um discurso empoderador e orientado para a conscientização de iniciativas democráticas. Essa questão leva ao objetivo principal deste artigo: refletir sobre o comportamento das participantes do grupo supracitado em termos de participação política a partir da análise de conteúdo de suas mensagens. Considerando os recentes acontecimentos político-sociais e o fortalecimento de discursos antidemocráticos nos sites de redes sociais, justifica-se a relevância das reflexões aqui apresentadas. Metodologicamente, adotou-se a etnografia em ambiente digital (FERRAZ E PORTO, 2017; HINE, 2015) como técnica para coleta de dados, seguida de uma pesquisa de

cunho exploratório-descritivo. Com base nas propostas teóricas de CASTELLS (2013), DI FELICE (2017); PUTNAM (1993); BALDASSARI (2007); RENTSCHLER (2014); DAHL (2015); FRANÇA *et al.* (2015) e AJZEN (1991), o conteúdo postado foi categorizado e relacionado a possíveis papéis desempenhados pelas participantes do movimento.

PALAVRAS-CHAVE: democracia; ciberativismo; TPB.

WOMEN UNITED AGAINST BOLSONARO – THEORETICAL REFLECTIONS ABOUT THE CIVIL FEMALE PARTICIPATION IN THE 2018 PRESIDENTIAL ELECTION

ABSTRACT: It is possible to affirm that one of the strongest manifestations against the civilizational setbacks represented by the candidacy of Jair Bolsonaro as Brazilian president did not come from his political opponents. It came from the group Women United against Bolsonaro in Facebook. In less than one week after its creation, the group reached more than 2 million people. Considering that context, a question arises is the female voice really part of an empowering discourse and oriented towards the awareness of democratic initiatives? This question leads to the main objective of this research: reflect on the behavior of participants in the aforementioned group in terms of political participation based on the content of their messages. Considering the recent political-social events and the strengthening of antidemocratic discourses in social networks, the relevance of the reflections presented in here is justified. Methodologically, ethnography in a digital environment (PEREIRA,

2017; HINE, 2015) was adopted as a technique for data collection, followed by an exploratory-descriptive research. Based on the theoretical proposals of CASTELLS (2013), DI FELICE (2017); PUTNAM (1993); BALDASSARI (2007); RENTSCHLER (2014); DAHL (2015); FRANÇA *et al.* (2015) and AJZEN (1991), the content posted was categorized and related to possible roles played by participants in the movement.

KEYWORDS: democracy; cyberactivism; TPB.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A discussão sobre a participação feminista na política em geral e no contexto historicamente definido da política brasileira, em particular, precisa enfrentar um conjunto de questões que vai muito além da discussão do feminismo em si. Embora as mulheres brasileiras tenham alcançado conquistas nas duas últimas décadas, nenhum desses ganhos parece ter sido suficientemente forte para ampliar as fundações do movimento ou facilitar a incorporação de questões levantadas pelo feminismo na agenda política.

Prova de que ainda há muitas conquistas a serem feitas é que, mesmo em 2015, foi preciso que protestos femininos mobilizassem a opinião pública e agenda política sobre o projeto de lei 5069/2013. Na ocasião, deu-se a aprovação de tal projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Federal. O projeto trata do atendimento às mulheres vítimas de violência sexual no sistema público de saúde. Também conhecida como Primavera das Mulheres, os protestos tiveram origem no Rio de Janeiro, por meio de convocações feitas pela internet.

Para MIGUEL E BIROLI (2015), a importância do PL 5069/2013 na conjuntura do ano de 2015 se deve ao fato dele articular os dois temas mais importantes da agenda política feminista no Brasil, a violência contra as mulheres e a legalização do aborto. Após décadas de conquistas dos movimentos nesses campos, para as mulheres, “em especial as mais jovens, faz cada vez menos sentido o controle dos homens sobre seus corpos, o exercício indiscriminado da autoridade masculina nas relações interpessoais ou por mecanismos institucionais e o comprometimento da sua cidadania, e mesmo da sua integridade física” (Miguel e Biroli, 2015, p. 21).

Apenas três depois, outra ocasião merece análise. Na verdade, ousa-se afirmar que uma das mais fortes manifestações contra o retrocesso civilizacional representado pela candidatura de Jair Bolsonaro às eleições presidenciais não veio de seus adversários políticos, e sim do grupo Mulheres contra Bolsonaro dinamizado no Facebook. Seu objetivo principal é providenciar um lugar virtual para debate e defesa da política misógina, racista e homofóbica proposta pelo candidato do PSL (Figura I). Em menos de uma semana após sua criação, no dia 11/09/2018, o grupo chegou a contar com mais de 2 milhões de pessoas e mais de 900 mil pessoas em espera do aceite como membro.

Apenas três dias após sua ativação, o grupo sofreu um ataque cibernético que não apenas mudou o nome para Mulheres COM Bolsonaro (Figura II), mas também gerou

ameaças abertas às administradoras do grupo (forte caráter de intimidação), inclusive com a exposição de dados pessoais. Embora o caso tenha sido denunciado ao Facebook e às autoridades policiais, a página voltou a funcionar e ser moderado pelas mulheres que o fundaram apenas dois dias depois. (Figura III). Até o momento, não houve um desfecho legal para o caso, encontrando-se o mesmo em fase de realização de nova perícia.

Sobre este grupo

Grupo OFICIAL destinado a união das mulheres de todo o Brasil (e as que moram fora do Brasil) contra o avanço e fortalecimento do machismo, misoginia, racismo, homofobia e outros tipos de preconceitos.

Acreditamos que este cenário que em princípio nos atormenta pelas ameaças as nossas conquistas e direitos é uma grande oportunidade para nos reafirmarmos enquanto seres políticos e sujeitos de direito.

Esta é uma grande oportunidade de união! De reconhecimento da nossa força! Nas últimas eleições lutamos sob o lema do #EleNao e agora seguimos unidas na resistência e enfrentamento a esse governo fascista.

O reconhecimento da força da união de nós mulheres pode direcionar o futuro deste país! Bem-vindas aquelas que se identificam com o crescimento deste movimento. **Ver menos**

Privado
Somente membros podem ver quem está no grupo e o que é publicado nele

Figura I – Descrição do propósito da página

Fonte: Facebook¹

Histórico do grupo

O histórico do grupo mostra quando este grupo foi criado, além das alterações feitas no nome dele. Use o histórico do grupo para ver se o propósito do grupo mudou com o tempo.

- O grupo **Mulheres Unidas Com o Brasil** foi criado
30 de Ago de 2018
- Alterou o nome para **Mulheres Unidas Contra Bolsonaro**
30 de Mai de 2020
- Alterou o nome para **Mulheres Unidas Com o Brasil**
21 de Jan de 2019
- Alterou o nome para **MUCB**
23 de Dez de 2018
- Alterou o nome para **Mulheres Unidas Contra Bolsonaro**
16 de Set de 2018
- Alterou o nome para **MULHERES Unidas Contra Bolsonaro!**
16 de Set de 2018
- Alterou o nome para **MULHERES COM BOLSONARO #17**
16 de Set de 2018
- Alterou o nome para **MULHERES Unidas Contra Bolsonaro!**
16 de Set de 2018

Figura II – Mudanças nos nomes da página durante o ataque

Fonte: Facebook

¹ Disponível em <https://www.facebook.com/groups/grupomucb/about>; último acesso em 02/07/2020.



Figura III – Linha do Tempo

Fonte: elaboração própria

Inspirando-se nestes dois momentos da política brasileira, alguns questionamentos surgiram. A voz feminina é realmente parte de um discurso empoderador e orientado para a conscientização de iniciativas democráticas? Seria possível categorizar as postagens realizadas em tais convocações, de forma que se possa analisar as interações sociais? Essas questões conduzem ao objetivo principal deste trabalho: identificar os papéis desempenhados pelos membros do grupo Mulheres contra Bolsonaro, no Facebook, em termos de participação política.

Não se pode negar que outras mobilizações expressivas contra um candidato em eleições já foram realizadas. Nos Estados Unidos, por exemplo, movimentos especificamente de mulheres contra Donald Trump tomaram a cena em março de 2018. Todavia, não alcançaram um resultado numericamente expressivo. Defende-se aqui a ideia de que nas eleições brasileiras anteriores (2014, 2010), em que determinados candidatos foram reconhecidos como de extrema direita pela opinião pública, a proclamação do voto

foi mais ocultada. Isto significa que, naquela altura, os eleitores se continham na expressão pública de suas escolhas. Tal forma de agir e interagir, no entanto, não se manteve na última eleição presidencial brasileira (2018). Vivenciou-se uma eleição despudorada e fortemente marcada por uma polarização ideológica.

Os lugares de fala e discursos relacionados aos candidatos foram extremamente abertos e compartilhados. “Nunca antes o brasileiro falou tanto sobre política. Até as últimas eleições o voto era secreto”. Este comentário popular caracteriza de fato a mudança no fenômeno social aqui analisado e que tem nas redes sociais um ponto de origem para reflexão. O papel dos sites de redes sociais (doravante apenas SRS) como um instrumento de fala e como palco para compartilhamento de ideias contribuiu em grande parte para a abertura discursiva e contraposição de opiniões que, em uma última instância, foi organizada e divulgada sob a forma de páginas e grupos, nomeadamente, no Facebook. Estas iniciativas, passíveis de serem encontradas em versões “mais à esquerda” ou “mais à direita”, trouxeram à tona reflexões para o exercício pleno dos direitos humanos e para a manutenção de um sistema democrático.

É preciso observar que o declínio da participação política tradicional nas democracias liberais é um fenômeno sobre o qual há fortes evidências empíricas, como os altos níveis de abstenção nas urnas e a falta de engajamento nos trabalhos de comitês eleitorais e agremiações partidárias (NORRIS, 2002; PUTNAM, 2015). Nessa conjuntura, as alterações processadas nos sistemas tradicionais de comunicação, com o surgimento das redes sociais, são vistas como capazes de promover novas formas de mobilização e engajamento cívico. Talvez, o exemplo mais recente seja as eleições para o Parlamento Europeu, quando diversos partidos usaram plataformas digitais como principal meio de sensibilização para o voto. O resultado foi o índice de 51% de participação dos eleitores em todo o continente (a mais alta nos últimos 20 anos), com grupos de extrema direita e eurocéticos, que triunfaram na Itália e na França, tornando-se o destaque. Levando em conta os recentes acontecimentos político-sociais e o fortalecimento de discursos antidemocráticos nos sites de redes sociais, justifica-se então a relevância dos questionamentos aqui apresentados.

COMUNICAÇÃO POLÍTICA E OS SRS

A comunicação política realizada com a mediação dos SRS para uma educação política do sujeito é uma prática que depende de interações no percurso cotidiano da sociedade civil. As ancoragens teóricas e interdependentes da política, da comunicação e das redes sociais encontraram pontos convergentes que podem auxiliar na compreensão do uso de SRS no contexto da comunicação política, de forma que as ações dos cidadãos sejam mais coerentes com os princípios de democracia participativa, representativa e deliberativa. Para SOUZA (2010), a democracia no Brasil deve, então, ser compreendida como um conjunto de mecanismos de participação, baseado no mix entre as perspectivas

de participação, deliberação e representação, havendo variações nas formas e nos pesos da dimensão de cada realidade apresentada, conforme o contexto local analisado.

Importante observar as palavras de Di Felice (2017, p. 11) sobre a relação do ativismo político e a comunicação:

Disso segue que um dos âmbitos estratégicos para narrar a complexidade e os significados do net-ativismo é o âmbito relativo à comunicação, não somente porque as interações de qualquer tipo, no interior de Gaia e das redes digitais, referem-se a lógicas comunicativas – obviamente não àquelas analógicas e tradicionais elaboradas nas disciplinas de comunicação da época industrial –, mas, sobretudo, porque as dimensões conectivas e comunicativas das info-matérias, assim como as conexões transorgânicas das biotecnologias, requerem, além de uma nova concepção sobre a matéria, a constatação do caráter comunicativo absoluto das ecologias da biosfera. Por conseguinte, as especificidades comunicativas que o net-ativismo desenvolve requerem a criação de uma nova ideia de comunicação que permita a narração dos contextos ecológicos das redes de interação, nos quais os processos informativos desenvolvem “formas comunicativas do habitar” e alterações dos próprios estados de natureza, e não, portanto, somente processos de distribuição de mensagens e informações.

Os SRS supostamente deveriam se constituir como um espaço democrático. Não apenas criam laços, mas construiriam um pensamento coletivo, e seriam desenhados de acordo com os interesses comuns de grupos como de estudo, trabalho, amizades, relacionamentos afetivos. No Brasil, o uso da internet e dos SRS continua expressivo (Figuras IV e V):

Usuários de Internet (% da POP com 10 ou mais anos)	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PNAD	46,5%	49,2%	49,4%	54,4%	57,5%	64,7%
TIC Domicílios	46,0%	49,0%	51,0%	55,0%	58,0%	61,0%

Usuários de Internet (milhões)	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PNAD	77,7	84,2	85,6	95,4	102,1	116,1
TIC Domicílios	76,6	80,9	85,8	94,2	102,0	107,9

Figura IV – Usuários de internet em Brasil

Fonte: Mídia Dados (2019)²

² Disponível em <http://www.gm.org.br/midia-dados-2019>; último acesso em 15/06/2020.

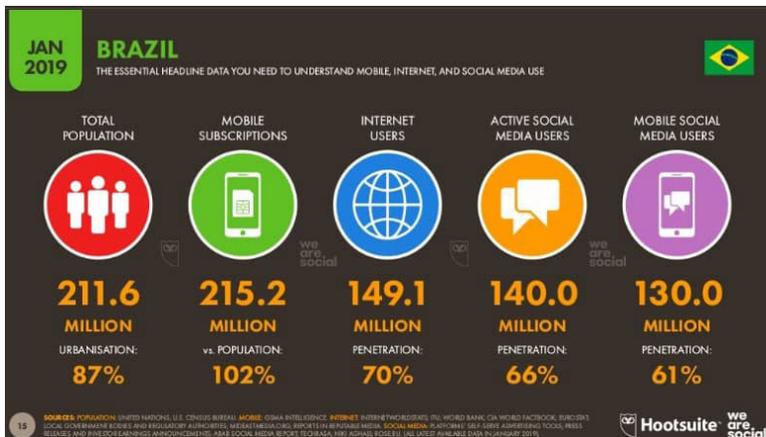


Figura V – Uso de SRS no Brasil (2019)

Fonte: We are Social (2019)³

De acordo com estas pesquisas, mais de 10 milhões de brasileiros se tornaram usuários de SRS entre 2018 e 2019 e, no ranking de países com maior média de horas usadas em SRS, o Brasil ficou com a segunda colocação. Só o Facebook conta com 130 milhões de usuários registrados. Os movimentos sociais organizados por mulheres têm se apoderado deste espaço, vendo-o como uma oportunidade de terem seu lugar de fala na sociedade.

As novas formas de movimentos sociais construídos, incluindo-se a iniciativa Mulheres contra Bolsonaro, instauram também um novo processo de construção de uma comunicação política que emerge das demandas da população, fazendo um caminho inverso na comunicação política, institucionalizada até então. Sobre o tema, Castells (2013, p. 129) afirma que:

O uso das redes de comunicação da internet e dos telefones celulares é essencial, mas a forma de conectar-se em rede é multimodal. Inclui redes sociais online e off-line, assim como redes pre-existent e outras formadas durante as ações dos movimentos. Formam-se redes dentro do movimento, com outros movimentos do mundo todo, com a blogosfera da internet, com a mídia e com a sociedade em geral.

Importante observar que embora os movimentos sociais apresentem esta tendência de começarem em SRS, eles se concretizam somente na ocupação do espaço urbano, performatizando uma relação de complementaridade entre online e offline.

³ Disponível em <https://wearesocial.com/global-digital-report-2019>; último acesso em 15/06/2020.

COMPORTAMENTO E A VOZ FEMININA SOBRE POLÍTICA EM SRS

A complexidade para se compreender o comportamento humano nos SRS pode decorrer das interações como um todo, incluindo os aspectos mental e social, e de seu dinamismo e flexibilidade em produzir respostas frente às condições ambientais oferecidas pela rede, em nosso caso, a página no Facebook.

Para dar prosseguimento à pesquisa, faz-se necessário esclarecer os conceitos aqui adotados como base de análise realizada. Propõe-se um cruzamento entre a comunicação desenvolvida em SRS e a *Theory of Planned Behavior* (TPB), amplamente utilizada em estudos de psicologia e consumo, por exemplo. A TPB pode ser entendida como uma extensão da *Theory of Reasoned Action* (de Ajzen & Fishbein, em 1975 e 1980), à qual foi adicionado o conceito de controle comportamental percebido (ARMITAGE & CONNER, 2001). Tal controle é a percepção de facilidade ou dificuldade na realização de um comportamento, que diz respeito especificamente à possibilidade ou não que uma pessoa percebe que ela possui os recursos e as oportunidades necessárias para executar o comportamento em questão (AJZEN, 1991; SHIM, EASTLICK, LOTZ & WARRINGTON, 2001).

O comportamento pode ser determinado, considerando a sua intenção prévia, juntamente com a crença que a pessoa teria para o comportamento. A intenção prévia está interligada aos atributos relacionados com o comportamento que já estão valorizados positiva ou negativamente (AJZEN, 1991). Pela crença, tem-se a atribuição da probabilidade subjetiva que o comportamento irá produzir no resultado em questão. Assim, o comportamento pode ser determinado pelas próprias intenções de desempenhar ou não aquela ação. A TPB fornece conceitos importantes para a compreensão de certos comportamentos: atitudes, normas subjetivas, controle comportamental e intenção (SUNTORNPIHUG & KHAMALAH, 2010).

As *atitudes* surgem a partir das experiências vividas que influenciam as decisões atuais dos participantes na página, resultam em um posicionamento. Já as *normas subjetivas* referem-se às comparações que são feitas com pessoas próximas, as quais podem influenciar a forma de pensar de quem está ao seu redor, e que tem como fim o alcance de um padrão de comportamento aceitável e moral. Por fim, o *controle comportamental percebido* liga-se às competências individuais que facilitam ou impedem o desempenho do comportamento na rede como, por exemplo, a facilidade de identificar uma postagem *fake* ou um perfil robotizado.

Antes de relacionar o lugar de fala feminino com redes sociais e política, é fundamental esclarecer o que se entende por empoderamento feminino. A expressão foi bem caracterizada por SEABRA (2017) ao dizer que envolve

uma reconstrução, uma reconquista, a superação de padrões e, acima de tudo, a tomada de consciência com relação à história da mulher na

sociedade, às regras impostas e que nunca auxiliaram em seu crescimento, mas que agora podem e devem ser modificadas para se adequarem ao novo pensamento do século XXI. (Seabra, 2017, p. 64).

Por fim, a TPB propõe que a intenção de executar um comportamento é a causa próxima de tal comportamento. Intenções representam componentes motivacionais de um comportamento, isto é, o grau de esforço consciente de que uma pessoa irá exercer um comportamento, ou seja, indicações de facilidades ou dificuldades que a pessoa está disposta a enfrentar.

MÉTODOS E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Do ponto de vista de sua natureza ou finalidade, esta é uma pesquisa pura, pois “procura desenvolver os conhecimentos científicos sem a preocupação direta com suas aplicações e consequências práticas. Seu desenvolvimento tende a ser formalizado, com vistas na construção de teorias e leis” (Gil, 2006, p. 42).

Em relação aos objetivos inicialmente traçados, ela é considerada exploratória-descritiva. Entende-se aqui que como prática metodológica, a pesquisa exploratória implica uma aproximação ao fenômeno concreto a ser investigado com o intuito de perceber seus contornos, nuances, singularidades em um verdadeiro processo de tateamento. Tal pensamento é reforçado por Bonin (2012, p.4), ao propor que “(...) tatear, explorar, não significa sair à deriva. Uma problemática em germinação, movida por um problema, mesmo em estágio inicial de construção, linhas teóricas primeiras que delineiam possibilidades de compreensão do que se deseja investigar são coordenadas básicas para o desenho desta exploração do campo empírico”. A fase de exploração foi essencial, pois todo o percurso acadêmico já realizado pela autora concentrou-se na comunicação participativa no contexto organizacional. Nunca antes, as relações entre comunicação participativa, feminismo e política foram trabalhadas empiricamente. Desta forma, tornar estes assuntos familiares foi pré-requisito para dar sequência à pesquisa.

Em seguida, o foco direcionou-se para a descrição dos fenômenos sociais que se constituem como objeto de estudo. Neste momento, o objetivo foi identificar correlação entre variáveis e focar na análise dos fatos, descrevendo-os, classificando-os e interpretando-os. Trata-se, portanto, de uma análise aprofundada da realidade pesquisada (RUDIO, 1985). Os fundamentos teóricos da pesquisa descritiva foram construídos depois da análise de dados empíricos, sendo aprimorados *a posteriori*.

Para a coleta de dados que permitem a descrição das interações na página do Facebook, a etnografia em ambiente digital foi o método escolhido. Autores brasileiros que se debruçaram sobre as características desse método como FERRAZ E PORTO (2017), POLIVANOV (2013); ROCHA e MONTARDO (2005) e SÁ (2012), em graus distintos, discutem a proposta de KOZINETS (2010); HINE (2015) e SKAGEBY (2013), tendendo a

rejeitar o termo netnografia.

Nesta pesquisa, identificou-se que o método de etnografia de internet de Christine Hine (2015) e os complementos teóricos de Jorgen Skågeby (2013) têm sido bastante utilizados nas explicações metodológicas de pesquisadores brasileiros. Inspirada em Geertz, a primeira autora não se aprofunda nos conceitos e abordagens do antropólogo, nem em outras teorias formuladas sobre os estudos etnográficos tradicionais. Ela se limita a tratar das estruturas das redes de comunicação oriundas da internet, tornando seu trabalho mais técnico e sem aprofundamento nos aspectos componentes de uma cultura online. Apesar desta deficiência teórica, as reflexões de Hine servem como apoio para a análise da passagem da antropologia tradicional para sua versão digital. Por sua vez, SKÅGEBY (2013) defende que este processo de pesquisa é bastante cabível para a esfera digital e destaca que é extremamente importante a compreensão da etnografia tradicional.

Não estendendo ainda mais as explicações metodológicas adotadas, vale observar que, em um primeiro momento, os fenômenos a serem visualizados e mapeados no campo digital foram identificados. Em seguida, foram pensados os embasamentos teóricos úteis à categorização aliados à experiência que a pesquisadora tem dentro do campo e, por fim, enumerou-se os valores que se relacionavam ao problema de pesquisa quando o fenômeno foi analisado. Coleta de dados, observação online oculta e entrevistas online foram as etapas desta etnografia. A partir da coleta e análise dos dados, percebeu-se que seria possível categorizar os resultados atitudes, normas subjetivas e controle comportamental percebido – constructos da TPB previamente apresentados nesta pesquisa.

ANÁLISE DE DADOS

O universo de pesquisa é composto por 206 postagens realizadas entre 11/09/2018 e 07/10/2018, das quais 96 compõem a amostra desta pesquisa. Na fase de coleta de dados, a página Mulheres Unidas contra Bolsonaro tinha 268.966 seguidoras, número significativamente inferior aos quase dois milhões às vésperas do ataque cibernético. No dia 12/09/2018, a página atingiu 30 mil *likes* em uma única mensagem. Registraram-se também a postagem de 19 vídeos e mais de 400 imagens.

Inicialmente, foi traçado um perfil dos membros da página: exclusivamente mulheres⁴, média de 28 anos de idade, oriundas do Brasil, Estados Unidos, Canadá e mais outros 7 países da União Europeia. A partir do estudo de nossa amostra, identificou-se que 46% delas têm uma graduação concluída ou está em andamento. Além disso, quando perguntadas sobre seu posicionamento político, 91% afirmaram adotar valores de esquerda e consideraram suas habilidades comunicacionais e de análise muito boas.

4 Na própria página é possível encontrar a justificativa para a não aceitação de homens: “Entendemos que os homens fazem parte do nosso convívio, mas o grupo foi criado para debate entre mulheres sobre assuntos que dizem respeito ao nosso universo. Mulheres trans e travestis são bem vindas”. Disponível em <https://www.facebook.com/groups/grupo-mucb/about>; último acesso em 02/07/2020.

A partir da análise das 96 postagens que compõem a amostra foi possível propor uma categorização de conteúdo. Chamando mais atenção (48,95%), há o grupo de mensagens que exprimem opiniões pessoais dos membros e são manifestadas com objetivo de convencer ou deter a autoridade sobre o discurso. Em segundo lugar (19,79%), estão as postagens que procuravam verificar a veracidade de notícias e reportagens. Este segundo grupo é caracterizado por um conteúdo que visa dar credibilidade para as informações do grupo anterior, desacreditar Jair Bolsonaro e valorizar os outros candidatos. O terceiro grupo chamado Notícias (16,66%) é constituído por mensagens que simplesmente replicam reportagens, pesquisas e artigos já publicados em outras mídias. Por fim, o quarto grupo (14,58%) é composto por postagens em que os membros pediam informação, buscavam sanar dúvidas ou afirmavam categoricamente sua posição política no momento das eleições. A Figura VI sintetiza a categorização proposta nesta pesquisa:



Figura VI – Categorização do conteúdo das postagens

Fonte: elaboração própria

A análise das postagens indica que a lógica de funcionamento comunicacional do movimento incidiu sobre um ponto crucial de crise social e política. Os interesses comuns das mulheres foram compartilhados e legitimaram um grupo minoritário para defesa do bem-estar social. As participantes usaram estratégias de comunicação para veicular a informação e mobilizar o grupo, em uma tentativa de transformação acelerada da opinião pública às vésperas da eleição.

Procurou-se trabalhar com categorias claras, que fossem mutuamente excludentes, não muito amplas e que contemplassem todas as formas de conteúdo apresentadas pelas

postagens. Apesar da análise de conteúdo ser amplamente utilizadas nas pesquisas de Comunicação Social, corre-se sempre o risco de falha nos quesitos comparabilidade e adaptabilidade (KING, 1985; CARLOMAGNO E ROCHA, 2016; KAPLAN E GOLDSSEN, 1982).

Relacionando esta categorização de conteúdo com nossa proposta inicial de refletir sobre os papéis desempenhados pelas mulheres que dinamizavam a página, destacam-se os seguintes constructos⁵ (Tabela I):

Atitudes	Normas Subjetivas	Controle Comportamental
Eu participo dessa página porque o assunto me atrai	Acho que todos esperam que eu acesse essa página regularmente	Eu sou capaz de ler tudo isso aqui e tirar minhas conclusões
Passar o tempo interagindo aqui é benéfico	A maioria das minhas amigas estão aqui também	Eu tenho controle sobre o que eu penso
Ver as postagens de vocês aqui faz com que eu me sinta satisfeita	Algumas das mulheres que eu mais respeito estão aqui e por isso estou aqui também	Sei que as notícias publicadas aqui são relevantes, mas eu penso sobre elas antes de compartilhar
Ler tudo isso aqui me faz me sentir uma tola		Para mim o tempo discutindo aqui é útil e bem passado
Acessar aqui me deixar feliz ...		Esse espaço aqui é importante para discutir opiniões

Tabela I – Relação entre conteúdo e TPB

Fonte: elaborado pela autora

Foi possível observar a construção de uma análise crítica às imagens, textos e vídeos que a mídia tradicional noticiava, a troca de dados estatísticos e diversas tentativas de mudanças de atitudes. Pode-se inferir que um dos principais papéis desempenhados foi o de negociação. As participantes com maior controle comportamental percebido agiam como líderes e, em 78% dos casos analisados, foram a referência nos processos de comparação (normas subjetivas). Em pouco mais de metade (59%) das postagens analisadas é possível notar que as participantes intencionalmente procuraram a página e a fim de obterem mais informações e confirmarem sua opinião sobre Bolsonaro, o que caracteriza um outro papel: o de confirmação. Por fim, outra função desempenhada pelas participantes foi o de sensibilização, notável especialmente nas postagens em que mulheres menos engajadas demonstravam descrença em relação a própria página.

⁵ Todas as frases da Tabela I são trechos de postagens realizadas na página durante o período de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos estudos têm procurado descobrir as motivações das pessoas para a utilização de mídias sociais ou para a participação em comunidades online, assim como há trabalhos que tem explorado as oportunidades, ameaças e aplicações das mídias sociais na vida diária, entretanto a abordagem relacionada aos SRS é recente para a academia. Deste modo, o presente estudo contribui para o escopo teórico de pesquisas sobre o fenômeno dos SRS na perspectiva de comportamento do indivíduo, por seus esforços iniciais para a construção de um instrumento de coleta de dados embasado pela TPB,

Em sua conclusão, esta pesquisa permite duas inferências. A primeira delas está ligada ao *hackeamento* da página Mulheres Contra Bolsonaro. Tal ação alerta para a necessidade urgente de uma discussão de políticas públicas sobre cibersegurança, que deve incluir a proteção da sociedade civil e tentar diminuir a vulnerabilidade a que o ativismo em pautas relacionadas ao direito das mulheres encontra. A segunda dedução é que de fato a página contribui para uma (re)significação do papel da mulher, no que diz respeito à desconstrução de valores patriarcais e sua liberdade de expressão em assuntos ligados à política. A velocidade de adesão à iniciativa, a alta taxa de postagens e demais métricas de interação são indicadores da não só da urgência por um debate ampliado, mas também reconhecimento de uma identidade feminina consciente de seu potencial e capacidade de intervenção.

REFERÊNCIAS

AJZEN, Icek *et al.* The theory of planned behavior. **Organizational behavior and human decision processes**, v. 50, n. 2, p. 179-211, 1991.

ARMITAGE, Christopher J.; CONNER, Mark. Efficacy of the theory of planned behaviour: A meta-analytic review. **British journal of social psychology**, v. 40, n. 4, p. 471-499, 2001.

BONIN, Jiani. Nos Bastidores da Pesquisa: a instância metodológica experienciada nos fazeres e nas processualidades de construção de um projeto. **In Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2017.

DI FELICE, Massimo. **Net-ativismo: da ação social para o ato conectivo**. Pia Sociedade de São Paulo-Editora Paulus, 2018.

FERRAZ, Cláudia Pereira; ALVEZ, André. Da etnografia virtual à etnografia online: deslocamentos dos estudos qualitativos em rede digital. **41º Encontro Anual ANPOCS. Caxambu**, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HINE, Christine (Ed.). **Virtual methods: Issues in social research on the Internet**. Berg Publishers, 2005.

HINE, Christine. **Etnografia virtual**. Editorial uoc, 2011.

KOZINETS, Robert. **The Field Behind the Screen: Using Netnography for Marketing Research in Online Communities**, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. Boitempo Editorial, 2015.

NORRIS, Pippa. **Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism**. Cambridge University Press, 2002.

PUTNAM, Linda. **Revisiting “Organizations as Discursive Constructions”: 10 Years Later. Communication Theory**, Volume 25, Issue 4, November 2015, disponível em //doi.org/10.1111/comt.12074, último acesso em 02/06/2019.

ROCHA, Paula; MONTARDO, Sandra. **Netnografia: incursões metodológicas na cibercultura**. E-Compós, dez. 2005.

RUDIO, Franz. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1985
SEABRA, Ana Caroline. **Feminismo e Redes Sociais: um estudo sobre empoderamento pela internet**. In INTERFACIS, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 2017.

SKÅGEBY, Jörgen. **Online Ethnographic Methods: Toward a Qualitative Understanding of Virtual Community**. Sweden: Ed. IGI Global, 2013.

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil**. Seminário o Feminismo, os estudos culturais e outros campos da crítica. 2014, USP. Disponível em: <https://cbd0282.files.wordpress.com/2014/05/feminismonobrasil.pdf>, último acesso em 02/06/2019.

SOUZA, Luciana da Costa. Democracia representativa, deliberativa ou participativa. **O espaço dos conselhos neste debate. Saber Acadêmico**, n. 10, 2010.

SUNTORNPIHUG, Nichaya; KHAMALAH, Joseph. MACHINE AND PERSON INTERACTIVITY: THE DRIVING FORCES BEHIND INFLUENCES ON CONSUMERS' WILLINGNESS TO PURCHASE ONLINE. **Journal of Electronic Commerce Research**, v. 11, n. 4, p. 299, 2010.

CAPÍTULO 4

MÍDIAS DIGITAIS, CUIDADO E AUTOCUIDADO NO MOVIMENTO FEMINISTA COMO ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO

Data de aceite: 01/09/2020

Cosette Castro

Universidade de Brasília
Brasília

<http://lattes.cnpq.br/6638569357514374>

Este artigo é parte das reflexões pós-doutorais que venho desenvolvendo no Instituto de Psicologia da UNB, em Brasília, com acompanhamento da professora Valeska Zanello. Bolsista Capes.

RESUMO: Em tempos de crise da democracia é possível estabelecer fluxos comunicativos que possibilitem a inclusão social e digital de mulheres ativistas no Brasil, cada vez mais ameaçadas pela violência e o feminicídio? O presente artigo reflete sobre o uso das mídias digitais como (possível) espaço de saúde mental entre mulheres ativistas e apresenta projeto inédito no Brasil realizado pela ONG CFEMEA, de Brasília/DF, de estímulo ao cuidado e autocuidado entre mulheres. O estudo apresenta um diálogo entre as Ciências da Comunicação, na sua vertente digital, a partir do uso das mídias digitais pela ONG CFEMEA, com os Estudos de Gênero, levando em consideração as diferenças existentes no interior do movimento feminista e a naturalização, na sociedade patriarcal, do papel da mulher em relação ao cuidado como algo “natural”, e com a Psicanálise gerando (possíveis) novas subjetividades.

PALAVRAS - CHAVE: Mídias Digitais; Gênero, CFEMEA, Psicanálise, Saúde Mental.

DIGITAL MEDIA, CARE, SELF-CARE IN THE FEMINIST MOVEMENT AS A PARTICIPATION STRATEGY

ABSTRACT: In times of crisis of democracy, is it possible to establish communicative flows that enable the social and digital inclusion of women activists in Brazil, increasingly threatened by violence and femicide? This article reflects on the use of digital media as a (possible) space for mental health among women activists and presents an unprecedented project in Brazil carried out by the NGO CFEMEA, in Brasília / DF, to encourage care and self-care among women. The study presents a dialogue between Communication Research, in its digital aspect, from the use of digital media by the NGO CFEMEA, with Gender Studies, taking into account the existing differences within the feminist movement and the naturalization, in patriarchal society, of the role of woman in relation to care as something “natural”, and with Psychoanalysis generating (possible) new subjectivities.

KEYWORDS: Digital Media, Gender, CFEMEA, Psychoanalysis, Mental Health.

INTRODUÇÃO

Este artigo foi dividido em três etapas. Na primeira parte, apresenta reflexões sobre a relação entre saúde mental, cuidado e autocuidado a partir de autores como Boff, Ayres, Gilligan, Corbani, Brêtas e Matheus e Foucault. Na segunda etapa, inclui a contextualização sobre os estudos de gênero, em suas diferentes etapas, a partir de autoras como Scott, Butler,

De Laurettis e Zanello, apresentando também o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) e seu projeto de cuidado e autocuidado entre mulheres ativistas. A última parte deste artigo apresenta um breve diálogo entre Psicanálise e mídias digitais, sobre as possibilidades de resistência e produção de novas subjetividades nas redes sociais digitais (RSD) em tempos de cerceamento à liberdade sexual e manifestações de gênero.

SOBRE SAÚDE MENTAL, CUIDADO E AUTOCUIDADO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) (2004) afirma que saúde mental é um estado de bem-estar nos diversos âmbitos de uma pessoa: subjetivo, intelectual e emocional, assim como a possibilidade de construção de competências individuais e coletivas. Nesse trabalho considera-se que o cuidado e o auto-cuidado são parte importante do constructo emocional da saúde mental.

Para Boff (1999), o cuidado se encontra na raiz primeira do ser humano, é um modo-de-ser essencial. O teólogo considera o cuidado uma dimensão sempre presente, irreduzível, originária, ontológica e impossível de ser completamente desvirtuada: “Mitos antigos e pensadores contemporâneos dos mais profundos nos ensinam que a essência humana não se encontra tanto na inteligência, na liberdade ou na criatividade, mas basicamente no cuidado” (Boff, 1999, p. 11).

O autor afirma também que “cuidar é mais que um ato; é uma atitude. Portanto abrange mais que um momento de atenção, de zelo e desvelo. Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro” (p. 33).

Ayres (2004), também de inspiração heideggeriana, entende o cuidado a partir de três categorias: ontológica, genealógica e crítica. A categoria ontológica diz respeito ao cuidado como uma condição da existência humana, como o moldador da existência, o qual só concretiza-se a partir da mesma; e abrange aspectos constituintes da existência relevantes para a saúde, tais como o movimento, a interação, a identidade e alteridade, a plasticidade, o projeto, o desejo, a temporalidade, a não-causalidade e a responsabilidade. A genealógica implica uma compreensão histórica acerca da perspectiva das primeiras teorizações sobre o cuidado de si, na Grécia Antiga.

O cuidado como categoria crítica refere-se ao modo de interação existente nas práticas de saúde contemporâneas, dedicando-se ao campo já delimitado da tecnologia e suas relações com o atendimento a aquele/a que necessita. Desde o ponto de vista filosófico, o cuidado é percebido como “uma categoria com a qual se quer designar simultaneamente, uma compreensão filosófica e uma atitude prática frente ao sentido que as ações de saúde adquirem nas diversas situações em que se reclama uma ação terapêutica” (Ayres, 2004, p. 74).

É na sociedade patriarcal que a ética do cuidado pode ser deturpada em uma

ética feminina – algo que até pode possuir um valor no âmbito de relações familiares e de proximidade, mas não tem qualquer importância do âmbito mais amplo da sociedade, governada por direitos, princípios e normas, geralmente concebidos em conformidade com valores patriarcais. Tais direitos, princípios e normas exigem sujeitos com determinadas características, entre elas a da autonomia, para que possam participar ativamente desse espaço.

Por outro lado, é também na sociedade patriarcal que a ética do cuidado pode se constituir em um instrumento de transformação social. (Gilligan, 2011, p. 23). O cuidado aparece aqui na forma da valorização da interdependência entre os seres humanos, considerando-se as relações dentro de seu contexto. O teórico francês, Michael Foucault afirmava que, embora na sociedade exista uma série de dispositivos¹ de poder² que tentam dobrar os indivíduos e controlar sua subjetividade e desejo, os sujeitos sociais conseguem encontrar formas de escapar destes mecanismos de poder ao cuidar de si. As mulheres ativistas que fazem parte do projeto de cuidado e autocuidado do CFEMEA tentam romper, através de encontros sistemáticos presenciais e/ou virtuais com os dispositivos de poder a que são submetidas e geram sofrimento, para dar espaço ao autocuidado.

A ética do cuidado permite ainda questionar a cultura que opõe os gêneros, isto é, que induz meninos a esconder seus sentimentos como se isso fosse parte do processo „natural“ de formação da masculinidade. Através da concepção ética baseada no cuidado defende-se que certas características podem ser desenvolvidas por todos os seres humanos, entre elas, a habilidade de cuidar. Seres humanos não precisam se dissociar de si mesmos tendo em vista a determinação patriarcal de corresponder ao estereótipo do “homem másculo”. Ou seja, a ética do cuidado, ao dar espaço aos sentimentos morais, tais como, amor, entendimento mútuo, empatia, entre outros, não é uma abordagem feminina, mas possibilita uma abordagem feminista da ética, que visa a transformação da própria sociedade patriarcal.

O ato de cuidar em Corbani, Brêtas e Matheus (2009, p. 350) se refere a

“Usar da própria humanidade para assistir a do outro - como ser único, composto de corpo, de mente, vontade e emoção, com um coração consciente, que com seu espírito intui e comunga. Falamos, portanto, de seres pensantes, dotados de dignidade, a ser cuidados em sua totalidade”. (Corbani, Brêtas & Matheus, 2009, p. 350)

No entanto, com relação a si, as pessoas encontram-se esquecidas de si mesmas. Na concepção ética de Foucault significa que ele/a se esquece de cuidar de si mesmo/a e, além disso, esquece-se desse esquecimento, o que o/a impede de “cuidar de si”. As

1 Conceito de Foucault que combina estrategicamente os campos do saber, a partir de uma rede de discursos, as relações de poder, onde é possível determinar as relações e disposições estratégicas entre seus elementos e os modos de subjetivação dos sujeitos.

2 Foucault (1993) diz que o poder não é apenas coercitivo e negativo, mas produtivo: ele não somente nega, coíbe e proíbe, ele produz e incita.

pessoas nessas condições mantêm-se distante de si com sua consciência localizada em outras coisas que não ele/a mesmo/a. De acordo com o autor francês, o homem necessita voltar para si para depois voltar-se para o mundo, caracterizando o duplo-retorno dessa concepção ética.

Segundo Foucault (2010), o cuidado de si mesmo³ é visto como um sinal de liberdade já que parte da consciência e de um conjunto de decisões que tomamos durante a nossa vida. Além disso, ele é constituído como um pilar das relações sociais e individuais e na prática de um conhecimento adquirido. O pensador francês observa a importância do corpo-mente como uma unidade transcendente e singular. Foucault afirma que existimos para gerar autoconsciência e responsabilidade sobre a nossa própria vida.

Embora na sociedade patriarcal exista uma série de dispositivos⁴ de poder⁵ que tentam dobrar os indivíduos e controlar sua subjetividade e desejo, os sujeitos sociais conseguem encontrar formas de escapar destes mecanismos de poder ao cuidar de si. Um exemplo é o projeto, inédito no Brasil, que vem sendo desenvolvido pela ONG CFEMEA, de Brasília/DF, e será abordado nas próximas páginas.

Vale recordar que o sujeito é compreendido por Foucault como um “eu” ético em relação consigo mesmo, sendo assim compreendido como “transformável, modificável: é um sujeito que se constrói, que se dá regras de existência e conduta [...]”. A ética consiste, para Foucault, no direcionamento da própria subjetividade reflexiva para si visando formas de se reinventar, de se elaborar a própria vida.

O sujeito cria uma “distância” entre si e o mundo não egoisticamente, mas sim, criando essa distância, volta-se para si, para agir sobre o mundo. Trata-se de um “eu” reflexivo que, de acordo com as circunstâncias, recolhe-se para depois agir. A proposta de Foucault consiste em cuidar de si para poder cuidar do outro, exigindo responsabilidades para com o mundo.

A ética do “cuidado de si” consiste em um conjunto de regras de existência que o sujeita dá a si mesmo promovendo, segundo a sua vontade e desejo, uma forma ou estilo de vida culminando em uma “estética da existência”. O cuidado de si não consiste em uma ética em que o sujeito se isola do mundo, mas sim retorna para si mesmo para depois agir, particularmente quando diz respeito ao cuidado e autocuidado de mulheres ativistas.

Oliveira e Dordevic (2015), do grupo de coordenação do CFEMA, seguem a mesma linha de pensamento de Gilligan e Foucault:

“O cuidado entre ativistas é uma forma de intervenção política que oportuniza, às mulheres que estão no ativismo, lidar com elementos que bloqueiam sua trajetória de transformação no âmbito subjetivo. É um caminho para interpelar

3 Aqui compreendido como autocuidado.

4 Conceito de Foucault que combina estrategicamente os campos do saber, a partir de uma rede de discursos, as relações de poder, onde é possível determinar as relações e disposições estratégicas entre seus elementos e os modos de subjetivação dos sujeitos.

5 Foucault (1993) diz que o poder não é apenas coercitivo e negativo, mas produtivo: ele não somente nega, coíbe e proíbe, ele produz e incita.

o individualismo, o sexismo, o racismo e outras formas de discriminação que introjetamos e nos oprimem. E, ao mesmo tempo, é uma maneira de lidar e buscar eliminar tais elementos dos discursos e práticas de quem quer transformar o mundo”. (Oliveira & Dordevic, 2015, *on line*).

CUIDADO, AUTOCUIDADO E SUA RELAÇÃO COM A QUESTÃO DE GÊNERO

Segundo a pesquisadora Joan Scott (1989, p.09), o feminismo como movimento global aborda as preocupações em relação ao gênero a partir de três posturas:

1ª Postura - Um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado;

2ª Postura - Situa-se no seio de uma tradição marxista e procura um acordo com as críticas feministas;

3ª Postura - Está dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relações de objeto, inspirando-se nas várias escolas de Psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.

O conceito de gênero aparece através da Psicologia em sua vertente médica pela primeira vez a partir dos trabalhos de Robert Stoller (Lamas Apud Zanello, 2018), ao desconstruir socialmente o “feminino” do “masculino”. A primeira onda feminista, marcada pela luta pelo direito ao voto universal no final do século XIX e começo do século XX, já mostrava as necessidades, reivindicações e diferenças dentro do movimento de mulheres, particularmente no que diz respeito a realidade das mulheres brancas e não brancas, o que no caso brasileiro, ainda segue ocorrendo.

A segunda onda ofereceu relevância às duas questões fundadoras deste momento: a diferença social como um “fato”, sendo o gênero uma construção social a partir dessas diferenças e a noção de identidade como algo substancial, marcado pela constância (Zanello, 2018, p.43). Mais uma vez, as diferenças entre mulheres brancas, particularmente as de classe média e alta, e não brancas é deixado de lado, inclusive no Brasil. Já a terceira onda, que começou no final dos anos 80 do século XX, colocou em xeque vários pressupostos do momento anterior, inclusive a inquestionabilidade da diferença sexual, anatômica e biológica, levando em consideração que as questões biológicas sempre foram utilizadas para reduzir e restringir os espaços femininos.

A maior representante da terceira onda do feminismo, a filósofa Judith Butler (2012), defende que a diferença sexual é uma construção de gênero e assim sendo, é um conceito que está relacionado e implica relações de poder – historicamente determinadas pelos homens - de privilégios e de maior ou menor prestígio e aparece discursivamente.

Esses discursos aparecem e se multiplicam na família, na escola, nos meios de comunicação, nos artefatos culturais e artísticos (livros, revistas, espetáculos, filmes, analógicos ou *on line*, etc), nos locais de trabalho, nas diferentes manifestações religiosas

e nos grupos sociais, como clube e associações, entre outros, “naturalizando-se” até serem questionados.

No que diz respeito ao movimento de mulheres é importante ressaltar o papel que muitos movimentos alternativos à militância feminista desempenham e como essas posturas inserem-se em seus discursos. São agrupações que lutam pela equidade de gênero, mas não possuem uma afiliação formal a partidos ou organizações com objetivos políticos e/ou de mobilização coletiva definidos.

Esse tipo de feminismo não afiliado – como é o caso da ONG CFEMEA⁶ - tem alcançado, a partir da popularização da internet, voz importante na esfera pública⁷ nacional e internacional, ocupando espaços de compartilhamento social também através da virtualidade para espalhar suas idéias. No caso do CFEMEA, uma organização não governamental sem fins lucrativos, fundada em 1989, com sede em Brasília-DF, a voz feminista se faz presente também na esfera pública presencial. Essa esfera pública presencial ocorre tanto nas atividades desenvolvidas com mulheres em todo país, como é o caso das rodas de cuidado e autocuidado, quanto nas lutas desenvolvidas no Congresso Nacional e no ativismo de rua e em manifestações públicas.

A ONG CFEMEA, com sede em Brasília, foi criada há 30 anos e desde 2015 inaugurou um ciclo de trabalho orientado à sustentabilidade do ativismo feminista e das mulheres. Essa orientação ocorre em duas linhas de ação: o desenvolvimento da dimensão política do autocuidado e do cuidado entre ativistas e militantes; e a formação política feminista⁸. De acordo com o site do CFEMEA, a ONG vem promovendo cursos, debates, encontros, formações e rodas de autocuidado e cuidado entre mulheres ativistas, trazendo elementos dos grupos de autorreflexão que inauguraram a onda feminista dos anos 60; da Terapia Comunitária Integrativa (criada nos anos 1980), da metodologia da Roda de Mulheres (desenvolvida pela Arcana, em 2004), e da práxis educativa feminista, que tem como referência a pedagogia de Paulo Freire. “O diálogo entre as mulheres, sujeitas de suas próprias vidas, é um elemento central desta metodologia, geradora de processos reflexivos e de autoconscientização, voltados para uma ação transformadora da realidade”⁹.

Projetos de cuidado e autocuidado, como o realizado pelo CFEMEA, podem ser considerados como um espaço de resistência em tempos de cerceamento dos direitos individuais e coletivos no Brasil, oferecem um espaço virtual de fluxo comunicacional contínuo que reflete sobre a condição da mulher em diferentes Estados brasileiros e colaboram para criar vínculos e fortalecer laços sociais entre as ativistas.

O conceito de laço social, aqui visto como a possibilidade que as relações entre mulheres ativistas possam reforçar o autocuidado. Laço social foi o termo cunhado por

6 Mas que possui mobilização coletiva definida.

7 No sentido dado por Habermas.

8 Informações disponíveis na página web do CFEMEA.

9 Conforme o texto “Ativistas: Uma estratégia para fortalecer as lutas das mulheres” (sem autoria), disponível no site do CFEMEA.

Lacan em sua leitura daquilo que Freud chamava de vida social para designar qualquer acontecimento que envolvesse a atitude do sujeito em relação aos outros. Uma noção que aparece na sua teoria dos discursos (*O Seminário, livro 17, O avesso da Psicanálise* - 1969- 70). Mas outros autores como os sociólogos Dominique Wolton (1998), Zygmunt Bauman (1999) e a psicanalista Scherry Turkle (19997b) refletiram sobre os laços sociais. Turkle, por exemplo, afirmou que os mundos virtuais podem ajudar na resignificação de aspectos de si. Os três autores acreditam que as redes sociais digitais constituem poderosos elos da corrente relacional.

Os discursos, sejam eles presenciais ou virtuais, servem de fundamento para o laço social, pois cada um implica uma articulação do campo de sujeito com o campo do Outro, o que reflete o princípio de todo laço social.

ESTUDO DE CASO DO CFEMEA¹⁰

Ao longo das atividades psicanalíticas de atendimento na Clínica Social da Associação Brasileira de Estudos e Pesquisa em Psicanálise (ABEPP) e na participação das Rodas de Cuidado e Autocuidado para Mulheres do CFEMEA em 2018 foi possível observar como as mulheres - mesmo as ativistas - são cultural e historicamente preparadas para “cuidar” dos outros (marido, filhos, pais, comunidade ou alunos), dentro de uma lógica binária sobre masculino/feminino. Essa lógica binária inclui a “naturalização do cuidado” como algo relacionado ao feminino, sendo o autocuidado percebido, muitas

vezes, como uma forma egoísta de estar e sentir o mundo ou ainda apontado como “autoindulgência”, gerando sofrimento entre as mulheres.

O recorte de gênero nesta reflexão ganha aderência em diálogo com as Ciências da Comunicação, pois aponta também a relação das mulheres com as tecnologias e com as mídias digitais, em geral pensadas e desenvolvidas para homens, embora o uso de computadores só tenha se tornado viável a partir das pesquisas sobre algoritmo realizadas por Ada Lovelace¹¹ no século XIX e pelos estudos que viabilizaram a conexão *wireless* da atriz e pesquisadora austríaca radicada nos Estados Unidos, Hedy Lamar¹², nos anos 40 do século XX.

Os dois casos de mulheres cientistas que revolucionaram a tecnologia mundial e que só foram reconhecidas recentemente ajudam a exemplificar os processos de invisibilização das mulheres em geral (e das cientistas em particular) no decorrer da história, algo que ocorreu em uma sociedade patriarcal com a convivência tanto da academia

10 De acordo com seu site, o feminismo, os direitos humanos, a democracia e a igualdade racial são nossos marcos políticos e teóricos. Mais informações em <http://www.cfemea.org.br>.

11 Disponível em < www.tudointeressante.com.br/2016/03/16-coisas-inventadas-pelas-mulheres-que-mudaram-o-mundo.html>. Acesso em 26 de dezembro de 2018.

12 Disponível em < <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2015/03/veja-10-mulheres-inventoras-que-revolucionaram-o-mundo.html>>. Acesso em 26 de dezembro de 2018.

como das mídias analógicas e mais recentemente das mídias digitais comerciais¹³. Essa invisibilidade é uma violência de gênero institucional reforçada pelo discurso jornalístico que apresenta – no contexto brasileiro - o conceito de gênero como binário. Isto é, uma idéia de masculino/feminino, de masculinidade/feminilidade como essências, seja no sentido metafísico como “naturalizante” (Zanello, 2018).

Essa “naturalização” leva a idéia (distorcida) de que as mulheres têm instinto materno e são “naturalmente” cuidadoras, enquanto os homens são “naturalmente” agressivos e “potencialmente” inovadores. Trata-se de uma lógica paternalista que estimula homens e mulheres a acreditarem também que o desenvolvimento, uso e apropriação de tecnologias digitais seria algo restrito ao mundo masculino.

Ainda que o movimento feminista tenha avançado em suas conquistas, a invisibilidade das mulheres segue vigente ainda hoje e aparece em diferentes níveis sociais e etários¹⁴, como mostra recente estudo da fundação chilena *Espacio Público* (2018)¹⁵ ao relatar que 12,5 milhões de jovens na América Latina entre 15 e 24 anos, entre as quais as brasileiras, não estudam nem trabalham (fora de casa). O estudo mostra que as mulheres representam a maioria dos casos, sendo que no Brasil as jovens mulheres chegam a 30%, 10% a mais que os rapazes. Entre aquelas que não estudam nem trabalham (fora de casa), 64% se dedicam ao cuidado de familiares, quase todas fazem serviços domésticos e ajudam nos negócios da família (95%).

DISCURSO FEMINISTA COMO PARTICIPAÇÃO E RESISTÊNCIA

O discurso torna-se o dispositivo pelo qual a identidade de gênero se constitui e, ao mesmo tempo, constitui a materialização da resistência por meio da linguagem (Butler, 2002). Por isso, a ocupação de espaços presenciais e/ou virtuais para multiplicar propostas e reflexões feministas, entre elas as que incluem o cuidado e autocuidado entre ativistas pode ser significativo para ampliar a participação das mulheres, particularmente em um país com graves diferenças sociais, educativas, com diferenças gritantes de infraestrutura e acesso às tecnologias digitais e com um crescente cerceamento ao direito à diferença. Como disse a ativista Audre Lorde (2018), o autocuidado é uma forma de autoproteção¹⁶ e é possível acrescentar, uma forma (e possibilidade) de autoconhecimento, onde o individual e o coletivo convivem e se transformam continuamente.

13 É verdade que o surgimento das mídias digitais colaborou para a divulgação das propostas feministas e dos direitos das mulheres, mas em geral se restringem a publicações on line alternativas, acessíveis a um público interessado na temática feminista ou dos direitos humanos.

14 Embora a pesquisa não cite, a questão racial é também uma forma de invisibilização da mulher, particularmente no caso de mulheres negras ou indígenas.

15 A pesquisa intitulada Milenials na América Latina e Caribe: trabalhar ou estudar? foi publicada em dezembro de 2018 e envolveu 15 mil entrevistadas em nove países, entre eles o Brasil. Disponível em < https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/04/internacional/1543937044_452881.html?id_externo_rsoc=FB_CC&fbclid=IwAR2fBEPFw6C-NA2w-JmXgbfNjCuwBtDwUyRo0ky4pvL2-B893HpavkUfneuQ > . Acesso em 20 de dezembro de 2018.

16 COMUM (2018). Mini-Manual de Autocuidado para Mulheres na Linha de Frente. (documento pdf)

Não se trata mais de pensar o feminismo como uma massa compacta, como ocorreu na segunda onda, mas de pensar o movimento feminista com diferentes grupos de mulheres, com suas singularidades, pois, para além das relações de gênero, o sujeito também está marcado por um campo social heterogêneo (De Lauretis, 1984)¹⁷ com sua complexidade e diferenças, que incluem as relações de classe, raça, religiosidade, sexualidade, nível educacional, ocupação e níveis de alfabetização digital e acesso às tecnologias.

PSICANÁLISE, SUBJETIVIDADE E SAÚDE MENTAL

O surgimento da Psicanálise, contam Roudinesco & Plon (1998, p.742,) ocorre em meio a modernidade do mundo ocidental, quando o discurso da ciência substitui o discurso teológico e a noção de subjetividade passa a ser dominada pela razão, sendo conduzida pela consciência. O autocentramento do sujeito no eu e na consciência é o marco cartesiano (“*penso, logo sou*”), que atribui ao eu o seu reinado, subjugando o conceito de inconsciente, ficando este reduzido a uma espécie de consciência desconhecida. A filosofia ocidental define o sujeito como sendo “o sujeito do conhecimento, do direito ou da consciência”, e que desde “René Descartes (1596-1650) e Immanuel Kant (1724-1804) até Edmund Husserl (1859-1938), o sujeito foi definido como o próprio homem enquanto fundamento de seus próprios pensamentos e atos”.

Nesse momento, lembram Torezan e Aguiar (2011), sendo a individualidade colocada como o ideário da modernidade, a subjetividade era pensada como algo unificada e governada pela consciência, que reduzia o conceito de inconsciente a um estado de caráter temporário e adjetivado. Foi preciso aparecerem as reflexões de pensadores como Marx¹⁸, Nietzsche¹⁹ e Freud para abalar de vez esses conceitos e mitos. No que diz respeito à Psicanálise, Freud abalou o estatuto de soberania do eu, da consciência e da razão com uma nova concepção sobre o inconsciente.

Para Freud, o inconsciente passa da condição de apêndice da consciência à estrutura particular e determinante da subjetividade, o sujeito se torna cindido em duas formas de funcionamento: a consciente e a inconsciente. O inconsciente passa a ser considerado um sistema com regras próprias e é ele que constitui a subjetividade. Ao desenvolver as idéias de Freud, Lacan coloca o indivíduo como um sujeito da linguagem, atravessado por ela e pela cultura.

Se o século XVIII foi marcado pela objetividade, pelo Iluminismo e pela razão, o início do século XIX foi marcado pelo lirismo, pela subjetividade, pela emoção e pelo

17 Disponível em < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4033218/mod_resource/content/1/LAURETIS%2C%20Teresa%20de%20-%20%20A%20Tecnologia%20do%20Genero.pdf >.

18 Em Marx, o descentramento do eu ocorreu em relação à economia e à política, num reconhecimento das forças produtivas como ordenadoras da sociedade.

19 Nietzsche mostrou as relações de força e de poder como centrais e reguladoras do humano, também derrubando a primazia do eu e da consciência

Eu. Já o final do século XX e o início do século XXI são marcados pela globalização da economia, da informação, da comunicação e dos afetos potencializados pela revolução tecnológica digital. É possível, afirmar que, de um lado, as marcações que o século XXI imprime no psiquismo de cada um se desvelam em sintomas como a banalização do sexo, a frouxidão dos vínculos afetivos, a insegurança, o medo do envolvimento e a depressão em última instância. Por outro lado, em termos coletivos, grupos sociais como as feministas tentam desvelar novas subjetividades através de projetos coletivos de cuidado e do autocuidado entre ativistas, como é o caso da ONG CFEMEA na tentativa de estimular a saúde mental entre mulheres ativistas.

Nesse sentido, pensar a Psicanálise contemporânea para Marucco (2007), implica rever metodologias e em particular, o trabalho do analista no exercício de suas funções analíticas e na sua inclusão como pessoa nesse encontro de singularidades que é o campo analítico. Representa também – na área acadêmica - ampliar o trabalho dos pesquisadores desta área, dado o nível de áreas de conhecimento envolvidas e transversalidades dos temas que colaboram na reflexão sobre cuidado e autocuidado.

No que diz respeito a relação entre subjetividade e gênero, De Lauretis (1984) afirma que a representação social de gênero afeta sua construção subjetiva. E acrescenta: “a representação subjetiva do gênero – ou sua auto-representação – afeta sua construção social abrindo uma possibilidade de agenciamento e auto-determinação ao nível do subjetivo e até individual das práticas micropolíticas cotidianas”. (De Lauretis, 1984, 140)

CONSIDERAÇÕES FINAIS: USO DAS MÍDIAS E REDES SOCIAIS DIGITAIS

Em termos de inclusão digital, vale recordar que, em 2018, o relatório *Digital In*, ofertado pelos serviços *on line* *Hootsuit* e *We Are Social*, mostrou que dos 7,5 bilhões de habitantes no planeta, 4,21 bilhões estão conectados. Ou seja, apenas 53%²⁰, pouco mais da metade da população mundial. Destes, existem 3,196 bilhões de internautas que utilizam redes sociais digitais, o que representa 42% de todos habitantes do planeta, mas em cada país esse acesso é diferente, seja por questões de alfabetização digital, seja por condições de falta de infra-estrutura de rede, preços de equipamentos, mensalidade de internet, assim como pelos diferentes níveis de velocidade de rede ofertados à população.

Apesar de todos os problemas de baixa infra-estrutura de rede, o Brasil - entre os incluídos digitais - é o 3º país no mundo que mais tempo fica *on line*, com uma média diária de 9,14 horas. Os internautas acessam internet em diferentes plataformas tecnológicas, principalmente o celular, a tecnologia digital mais usada no mundo para entrar nas redes sociais digitais (RSD). A rede social digital mais utilizada no país é o Whats App (WApp), seguida pelo Facebook (FB)²¹. A troca de e-mails é cada dia mais reduzida, perdendo

20 Vale recordar que no mundo, 47% da população está desconectada, sem acesso à informação, ao conhecimento ou aos negócios digitais.

21 Segundo dados da pesquisa Conecta, 2017.

espaço, particularmente entre as gerações mais jovens, para a instantaneidade do FB e do WApp. Neste artigo compreende-se as redes sociais digitais como “comunidades de sentimentos”, conforme o faz Appadurai (1996), onde se unem sujeitos com interesses comuns, no caso o movimento feminista e as questões ligadas ao cuidado e autocuidado entre ativistas.

O CFEMEA possui *Facebook*, grupo no *WhatsApp* e utiliza a plataforma Universidade Livre Feminista (<https://universidadefeminista.org.br/>). A partir desta plataforma oferece cursos, diálogos e debates virtuais e atividades *on line*, onde o e-mail coletivo tem papel fundamental, já que nem todas participantes têm acesso diário à internet, particularmente as que residem no Norte e Nordeste do país. Nesse sentido, as redes sociais digitais são utilizadas para o ciberativismo²² com temporalidades diferenciadas. Dentro dos diálogos virtuais promovidos pelo projeto de cuidado e autocuidado, o mais importante é o tempo para a reflexão sobre os temas propostos que podem durar duas semanas, como ocorreu em experiência realizada em 2018. Nesse sentido, a instantaneidade não é um fator importante no diálogo entre as mulheres.

De acordo com Joinson (2005, p. 25), as pessoas utilizam as comunidades virtuais - seja o *Facebook*, o *Whats App* ou mesmo debates/diálogos virtuais através de *mails* coletivos como é o caso do CFEMEA - para falar de si mesmas em ambientes públicos, embora restrito às participantes dos grupos nas redes sociais digitais. Mesmo que muitas participantes não se conheçam presencialmente, não impede que o processo de *self-disclosure*²³ ocorra. Segundo Baym (2012), os contatos do grupo passam a ser reconhecidas pelos internautas – no caso, mulheres ativistas - como pessoas confiáveis com as quais podem se sentir à vontade para partilhar experiências íntimas relação de confiabilidade indireta entre os membros do grupo. Acreditamos que também colaboram para a troca de experiências cotidianas sobre cuidado e autocuidado, para a defesa sobre possíveis violências de grupos conservadores, para ampliar o espírito coletivo de “estar juntas”, mesmo fisicamente separadas e para se amparar mutuamente, multiplicando práticas de cuidado e autocuidado entre outras ativistas locais.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. **Dimensões culturais da globalização**. Lisboa: Teorema, 1996.

AYRES, José. Cuidado e reconstrução das práticas de Saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu**, 8(14),73-92, 2004.

22 “[...] toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de determinada mensagem e sua propagação através do “boca a boca” multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal”. (Ugarte, apud Reis; Alves; Loureiro, 2013, p. 6)

23 A auto-revelação é um processo de comunicação pelo qual uma pessoa revela informações sobre si mesma para outra. A informação pode ser descritiva ou avaliativa, e pode incluir pensamentos, sentimentos, aspirações, objetivos, fracassos, sucessos, medos e sonhos, assim como os gostos, desgostos e favoritos. Disponível em <https://psychology.iresearchnet.com/social-psychology/self/self-disclosure/>.

_____. Da necessidade de uma prática reflexiva sobre o cuidado: a hermenêutica como acesso ao sentido das práticas de saúde. IN PINHEIRO, R. & ARAUJO, R. (Orgs.), **Razões públicas para a integralidade em saúde: o cuidado como valor** (p. 127-144). Rio de Janeiro: Editora do Centro de Estudos e Pesquisas em Saúde Coletiva, 2009.

BOFF Leonardo. **Saber Cuidar: Ética do humano - compaixão pela terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del sexo**. Nova York: Paidós, 2002.

CFEMEA. Autocuidado e Cuidado entre Ativistas: Uma estratégia para fortalecer as lutas das mulheres. (**Documentos CFEMEA**), 2018. Disponível em < <https://cfemea.org.br> > . Acesso em 18 de dezembro de 2018.

COMUM. Mini-Manual de Autocuidado para Mulheres na Linha de Frente, 2018. (**documento impresso**)

CORNABI, Nilza, BRÊTAS, Ana Cristina & MATHEUS, Maria. Clara. Humanização do cuidado de enfermagem: o que é isso? IN **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, 62(3),349-354, maio-jun/2009.

DE LAURETIS, Teresa. **A Tecnologia do Gênero**, 1987. Disponível em < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4033218/mod_resource/content/1/LAURETIS%2C%20Teresa%20de%20-%20%20A%20Tecnologia%20do%20Genero.pdf > . Acesso em 20 de dezembro de 2018.

EL PAÍS. **Milenials na América Latina e Caribe: trabalhar ou estudar?** Disponível em < https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/04/internacional/1543937044_452881.html?id_externo_rsoc=FB_CC&fbclid=IwAR2fBEPFw6C-NA2wJmXgbfNjCuwBtDwUyRo0ky4pvL2-B893HpavkUfneuQ > . Acesso em 20 de dezembro de 2018.

FREIRE, José Celio. A Psicologia a Serviço do Outro: Ética e Cidadania na Prática Psicológica. IN **Revista Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, 23 (4), 12-15, 2003.

FOUCAULT, Michael. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FUKS, Betty. **Freud e a Cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2007.

GILLIGAN, Carol. **In a Different Voice: psychological theory and women's development**. Cambridge: Harvard, 1982.

_____. **Teoria Psicológica e Desenvolvimento da Mulher**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

IBGE. **Pesquisa Conecta 2017**. Disponível em < <https://IBGE.gov.br> > . Acesso em 18 de dezembro de 2018.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zaar, 1997.

OLIVEIRA, Guacira. e DORDEVIC, Jelena. **Cuidado Entre Ativistas: tecendo redes para a resistência feminista**, 2015. Disponível em Disponível em < <https://cfmea.org.br>> . Acesso em 18 de dezembro de 2018.

OTERO, Cristhianne. Os Laços Sociais na Era Virtual: um novo discurso? . **Dissertação de Mestrado**, 2013. Disponível em < <https://docplayer.com.br/5070959-Programa-de-pos-graduacao-strictu-sensu-mestrado-profissional-em-psicanalise-saude-e-sociedade-christianne-otero-os-lacos-sociais-na-era-virtual.html> > . Acesso em 07 de janeiro de 2019.

REIS, Lisyane; ALVES, Elaize e LOUREIRO, Camila. *Ativismo de Sofá: O movimento feminista no Facebook*. In: **Congresso INTERCOM**, 15, 12-14 jun. 2013. Mossoró-RN. Anais. Mossoró: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, (paper impresso), 2013..

RODRIGUEZ, Deborah. Mujeres en Círculo: análise do ativismo virtual gerado por uma comunidade feminista no Facebook. **Revista Signos do Consumo**. São Paulo, v. 8, n. 2, p. 4-18, jul./dez, 2016..

RODRIGUES, Laís e LUVIZOTTO, Caroline. Feminismo na internet: o caso do coletivo marcha das vadias e sua página no Facebook. **Revista Colloquium Humanarum**, v. 11, n. especial, p. 367-375, 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2edKDPu> . Acesso em: 05 janeiro de 2019.

SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analyses**. Nova York: Columbia University Press, 1989.

SILVA, Irene, OLIVEIRA, Marília, SILVA, Silvio, POLARO, Sandra, SANTOS, Evangelia, SANTANA, Mary. . Cuidado, Autocuidado e Cuidado de Si. IN **Revista Escola Enfermagem USP** (43) 3, 2009.

SITE G1. **10 Mulheres Inventoras que Revolucionaram o Mundo**. Disponível em < <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2015/03/veja-10-mulheres-inventoras-que-revolucionaram-o-mundo.html> >. Acesso em 26 de dezembro de 2018.

SITE TUDO INTERESSANTE (2016). **Coisas Inventadas pelas Mulheres**. Disponível em < www.tudointeressante.com.br/2016/03/16-coisas-inventadas-pelas-mulheres-que-mudaram-o-mundo.html>. Acesso em 26 de dezembro de 2018.

TURKLE, Sherry. Multiple subjectivity and virtual community at the end of the Freudian century. IN **Sociological Inquiry**, 67(1),pags. 72- 84, 1997b.

KUHNEN, Tania. A Ética do Cuidado Como Teoria Feminista, 2014. Disponível em http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_T%C3%A2nia%20Aparecida%20Kuhnen.pdf (**paper**). Acesso em 18 de janeiro de 2019.

ZANELLO, Valeska. **Saúde Mental, Gênero e Dispositivos – cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Apriis, 2018.

A MULHER NA FOLHA BANCÁRIA: UM RECORTE DE GÊNERO NA IMPRENSA SINDICAL

Data de aceite: 01/09/2020

Alexsandro Teixeira Ribeiro

Doutorando em Sociologia pela UFPR, mestre em Jornalismo pela UEPG. Bacharel em Comunicação Social (Jornalismo) pela Uninter.

RESUMO: A literatura científica identifica a imprensa sindical como um espaço de debate de temas e perspectivas que não são contemplados pela imprensa comercial. Uma das temáticas que ressalta a característica contra-hegemônica da imprensa sindical é a defesa pela igualdade de gênero. Sob esse viés, o presente trabalho, inserido nos estudos de gênero e jornalismo, vislumbra analisar a representação e participação das mulheres na imprensa sindical, por meio de análise dos jornais do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, publicados entre fevereiro e abril de 2013, e no mesmo período em 2014.

PALAVRAS-CHAVE: gênero, jornalismo sindical, mulher, sindicato.

ABSTRACT: The scientific literature identifies the union press as a space for debating themes and perspectives that are not covered by the commercial press. One of the themes that highlights the counter-hegemonic characteristic of the union press is the defense of gender equality. Under this bias, the present work, inserted in the studies of gender and journalism, aims to analyze the representation and participation of women in the union press, through analysis of the

newspapers of the Union of Bank Employees of Curitiba and Region, published between February and April 2013, and in the same period in 2014.

KEYWORDS: Gender, union journalism, woman, union

INTRODUÇÃO

As mulheres no Brasil representam 51,4% da população. Apesar de maioria, ainda há desigualdades de gênero na sociedade brasileira, em 2013, por exemplo, elas receberam, em média, 73,7% do salário dos homens. Os números representam uma parcela da desigualdade que as mulheres enfrentam no país em vários campos. Com a característica de agendar temas a serem debatidos pela sociedade, a imprensa hegemônica poderia ser um dos instrumentos determinantes na luta contra a desigualdade de gêneros. No entanto, o que se percebe é uma baixa representatividade feminina nos espaços de poder na imprensa (MIGUEL & BIROLI, 2008), bem como poucas manifestações de debates acerca do gênero.

Conhecida pelas suas pautas e viés contestadores, a imprensa sindical, ao contrário da hegemônica, pode ser um dos espaços de reverberação das discussões e luta contra a desigualdade de gênero, sobretudo no campo do trabalho, foco das pautas jornalísticas no meio sindical. Resta saber, no entanto, se há participação da mulher na imprensa sindical,

como ela se insere nas pautas sindicais e se tem voz ativa ou é empoderada na imprensa sindical. Inserida nos estudos de jornalismo e gênero, a presente pesquisa vislumbra identificar a participação das mulheres nas pautas do jornal *Folha Bancário*, do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região Metropolitana. Os critérios de escolha do corpus de análise foram a significativa participação feminina no setor de atuação profissional representada pela entidade sindical, a existência de um jornal com periodicidade regular e de circulação entre as bases de representação da entidade e a existência de profissionais de jornalismo vinculados à produção dos referidos jornais. As análises – quantitativas e qualitativas - compreendem os jornais publicados entre fevereiro e abril de 2013, e nos mesmos meses em 2014. Desta forma, serão analisados quantitativamente a presença feminina nas publicações, elencando as aparições nos títulos, as aparições como fontes – com voz ativa ou não -, como personagens das reportagens e nas temáticas das reportagens. Qualitativamente, serão analisadas as participações das mulheres enquanto detentoras de vozes ativas nas publicações, as formas de representação das mulheres e o conseqüente empoderamento. Apesar de não ser o escopo da pesquisa a ser realizada para a obtenção de título de mestre em jornalismo, que objetiva, por ora, investigar os aspectos do Jornalismo Sindical, a pesquisa acerca dos gêneros na imprensa do movimento sindical auxilia a compreensão das temáticas abordadas pelas publicações das entidades, e conseqüentemente na contemplação do fazer jornalístico no movimento sindical, seu papel de representação dos interesses dos trabalhadores, e sobretudo sua função no debate de questões candentes da sociedade civil e a publicização e proposição de lançamento desses temas para discussão e encaminhamento da esfera pública.

IMPRENSA SINDICAL E GÊNERO

A imprensa dentro do movimento sindical brasileiro é tão antiga quanto a própria aglutinação e manifestação institucional dos trabalhadores pela defesa de seus interesses. Um dos primeiros registros de um jornal de sindicato data de 1847, com o jornal *O Proletário* (FERREIRA, 1988 p.16). Ao longo de mais de um século e meio de existência, a imprensa sindical sofreu inúmeras alterações no seu modo de produção. Se antes era produzido sob o tripé: feito pelo operário, sobre os temas do operário e para o operário (1988 p.5), nas últimas três décadas, com o processo de profissionalização da comunicação no meio sindical, essa imprensa começa a ser produzida por jornalistas e demais profissionais de comunicação (MOMESSO, 1995 p.87). Araujo (2009), no intuito de analisar a profissionalização da imprensa sindical e a formação de um campo de atuação dos profissionais de jornalismo, identifica no seio do movimento sindical um espaço de produção jornalística realizada às margens do modelo dominante da comunicação. Desta forma, informar e formar as massas por meio do jornalismo deixa de ser uma função específica dos meios massivos e comerciais de comunicação. Essa forma jornalística da

imprensa sindical, segundo Araujo, colocaria em

xeque os princípios fundadores da profissão. Assim, não existiria mais um jornalismo unitário e absoluto nas suas formas de manifestação[...], esse jornalismo de referência passa a coexistir com outras modalidades de informação e de prática jornalística, que absorvem, cada vez mais, os contingentes profissionais. (2009, p.20)

Essa imprensa, segundo o pesquisador, tem como uma de suas características fundadoras o papel de aglutinação e de prática socialmente engajada, na medida em os jornais das entidades sindicais exercem “plenamente seu papel militante: expõe e defende um posicionamento político, toma partido em relação aos fatos da atualidade, erige suas convicções em elemento central de sua práxis” (2004 p.3). Outra característica do jornalismo sindical presente nas abordagens teóricas que se aproximam do jornalismo sindical é o papel dos jornais sindicais como instrumento contra hegemônico, como um contraponto aos veículos de comunicação de massa, pois, “se a opinião está cada vez mais bombardeada com informações que chegam de todos os lados, a opinião das bases também pode sofrer interferências a partir de comunicação sindical” (LANÇA, 2013 p.22).

Dessa forma, a imprensa sindical seria um instrumento de luta e resistência, com “potencial para ser a voz e a vez de uma classe desprovida de direitos sociais” (LAHNI; FUSER, 2004 p.3), sendo um instrumento das entidades na defesa de seus interesses (LAHNI; FUSER, 2004; GIANNOTTI; SANTIAGO, 1997; FERREIRA, 1995). A notícia na imprensa sindical, diferente da imprensa de massa, não apresenta o caráter comercial, uma vez que sua sustentação é garantida pelas entidades sindicais e por conseguinte pelos associados e representados pela entidade (MARTINS, 2001 p.53), portanto, o movimento sindical interpreta suas publicações e a imprensa sindical como um instrumento de agitação política, ideia que está em “consonância com o imaginário de construção de um veículo midiático que estimule a identidade entre os trabalhadores da categoria e a sua direção” (2001, p.134).

O caráter contra-hegemônico da imprensa sindical imbui a prática jornalística das virtudes aportadas em suas pautas, carregadas de uma “visão de mundo com maior justiça social” (2001, p.65). Ademais, os temas da imprensa sindical, segundo Giannotti, não se restringem apenas ao universo dos direitos econômicos dos trabalhadores. Com a proposta de disputar “as visões e valores hegemônicos na sociedade”, o jornal sindical trata de temas que também objetivam disputar a hegemonia da visão dominante, “aqueles que a outra mídia, a mídia dos patrões, do sistema trata a toda hora. Na visão deles, óbvio. É obvíssimo que os trabalhadores deverão tratar na outra visão” (GIANNOTTI, 2014, p. 141), ou seja, conforme ressalta Giannotti, na disputa por corações e mentes, a imprensa sindical deve debater temas como violência, ação repressiva da polícia, dentre outros relacionados ao interesse público (2014 p.151).

Por outro lado, mesmo nas pautas relativas ao corporativismo dos grupos e

categorias profissionais de representação das entidades sindicais, estas, por meio de sua imprensa, atuam de forma a debater e combater as diferenças e discriminações. A luta pela igualdade de gênero no mercado de trabalho torna-se também, desta forma, uma das temáticas que seriam reverberadas pelo jornalismo sindical, pois, como aponta Antunes, a

presença feminina no mundo do trabalho nos permite acrescentar que, se a consciência de classe é uma articulação complexa, [...] tanto a contradição entre indivíduo e sua classe, quanto aquela que advém da relação entre classe e gênero tornaram-se ainda mais agudas na era contemporânea. [...] Desse modo, uma crítica do capital, enquanto relação social, deve necessariamente apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho e também aquelas opressivas presentes na relação homem/mulher, de modo que a luta pela constituição do gênero para si mesmo possibilite também a emancipação do gênero mulher. (ANTUNES, 1995, p. 46).

Acerca da participação feminina no meio sindical, Araújo e Ferreira (2000) vão apontar a ampliação dos espaços de atuação das mulheres nos sindicatos a partir do final dos anos 70 e início dos 80, sobretudo num movimento de alteração do cenário sindical com as grandes greves no ABC paulista. Segundo as autoras, essa participação atende um duplo papel, tanto o de ampliar a participação das mulheres nas entidades, fortalecendo a “participação nas instâncias decisórias dessas organizações”, quanto propondo o “debate em torno das discriminações no mercado de trabalho e das desigualdades de gênero” (ARAÚJO & FERREIRA, 2000 p.317).

Desta forma, o aumento da participação feminina nas entidades sindicais permitiu o crescimento do debate sobre gênero no seio sindical, sobretudo num processo de consolidação das entidades enquanto atores coletivos (2000, p.317), sendo a imprensa sindical, segundo as pesquisadoras, um instrumento das entidades para a publicização e debate acerca das discriminações e violências sofridas pelas mulheres trabalhadoras, desempenhando um papel de conscientizador da “categoria e, particularmente, das trabalhadoras das questões relativas às desigualdades entre os sexos” (2000 p.317).

Por outro lado, apesar de muitas vezes tematizar as questões candentes dos trabalhadores e da sociedade civil, cabe ressaltar que há em alguns sindicatos forte intervenção da diretoria nas pautas e na estrutura de comunicação e imprensa das entidades, o que pode se ver refletido em suas publicações, demonstrando um “desejo não confesso [...] de garantir uma versão unívoca dos fatos. Esta situação se agrava quando a diretoria de uma entidade é formada por membros de várias tendências políticas” (VIEIRA, 1996 p. 59). Isso produz, nesses casos, um afastamento da produção e do público-alvo, na medida em que e vê a “produção de veículos de comunicação recheados de conteúdos inacessíveis para a maioria dos trabalhadores” (VIEIRA, 1996 p.49). Portanto, é possível que, em alguns casos, os dirigentes exerçam “forte controle sobre o processo de produção da informação sindical, controle que pode tomar formas e intensidades diferentes (ARAÚJO, 2004 p.13).

Essa influência, com o pressuposto de representar e/ou apresentar o que se acha que é de interesse da categoria, produz uma imprensa que muitas vezes não se comunica ou representa de fato os trabalhadores. Ressalta-se também o uso político da imprensa sindical com o objetivo de atender os interesses da diretoria que está à frente da entidade (VIEIRA, 1996; MOMESSO, 1997; ARAUJO, 2004).

Em pesquisa sobre o gênero feminino na cobertura da *Tribuna Metalúrgica*, de São Paulo, durante as eleições presidenciais de 2010, Vecchi identificou um forte apoio à candidatura de Dilma Roussef em 99 edições do jornal. Por outro lado, a pesquisadora identificou um “apagamento, seja por meio da ênfase da figura do Lula [...] seja pelas severas críticas realizadas a políticos da oposição” (2012, p.94-65).

Nas eleições desse período, segundo Vecchi, das três candidaturas à presidência do país, duas eram de mulheres. Nas coberturas da *Tribuna Metalúrgica*, houve, segundo a pesquisadora, um apagamento dessas candidatas, que foram citadas em apenas 27% das reportagens sobre as eleições ou ações políticas. Desta forma, ao destacar a figura de Lula bem como a dos candidatos homens, em detrimento às candidatas mulheres – Dilma e Marina Silva – o jornal, segundo Vecchi, “acabou dando continuidade ao machismo praticado na categoria”, uma vez que o “apagamento” da candidata Dilma “foi utilizado como estratégia para que a classe metalúrgica a aceitasse e auxiliasse sua vitória – já que o público-alvo é basicamente composto por homens” (VECCHI, 2012, p.95).

A sub-representação das mulheres na imprensa sindical também foi identificada por Lahni, ao pesquisar a imprensa sindical do Sindicato dos Professores de Campinas e Região publicados em 1995. Em estudo sobre a presença das mulheres nas fotografias e ilustrações dos jornais, Lahni identifica que os homens são a maioria em ambos (2001). Lahni também identifica isso em pesquisa sobre a presença das mulheres nos artigos assinados veiculados nos jornais do sindicato. Dos 36 artigos, 23 eram assinados por homens e 13 por mulheres (1999).

FOLHA BANCÁRIA E SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA

O Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região foi fundado em 1942. Em pesquisa sobre a ação do sindicato dos bancários (Cuidar com a excessiva repetição de termos e/ou palavras) nas negociações coletivas, Carvalho, ao fazer um resgato histórico da entidade, afirma que na década de 50, o crescimento do setor financeiro brasileiro contribuiu para a ascensão da organização (CARVALHO, 2006 p.12). Em 1964, sofreu intervenções do governo, e seus dirigentes foram perseguidos. Em 1993, após um longo período de intervenção do governo, seguido da manutenção de uma diretoria não alinhada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), vence as eleições o Movimento de Oposição Bancária (MOB), que vem seguindo à frente da entidade (2006, p.13).

Com a eleição do MOB, lança-se o jornal *Folha Bancária*, um dos principais instrumentos de comunicação da entidade. Segundo Carvalho, a produção do jornal é realizada por profissionais de comunicação, apresentando “um padrão técnico, mas a periodicidade do jornal não é regular e é produzido sempre que necessário, aumentando a quantidade de edições publicadas geralmente em períodos de campanha salarial” (CARVALHO, 2006 p.15).

A responsabilidade da *Folha Bancária*, segundo Schatzmam (2008), em dissertação sobre violência moral nas relações de trabalho e a produção da imprensa sindical, é da Secretaria de Imprensa e Comunicação. As pautas do jornal são aprovadas por um conselho editorial formado pelo

Secretário de Imprensa e Comunicação, o Presidente do Sindicato, o Secretário de Bancos Públicos, O secretário de Bancos Privados, o Secretário Geral e o jornalista responsável pelas publicações do Sindicato. (SCHATZMAM, 2008 p.8)

Com tiragem de 15 mil exemplares, a *Folha Bancária* tem circulação em Curitiba e Região Metropolitana. Durante o período das análises, a jornalista responsável era uma mulher, que contava com auxílio de mais duas jornalistas na redação do sindicato, e de um homem responsável pela diagramação e arte dos jornais. Houve eleição para diretoria da entidade em março de 2014. Portanto, a diretoria, entre os períodos de análise foi a mesma, bem como o conselho editorial do jornal, composto apenas por homens.

Cabe ressaltar que, dentre os 56 membros da diretoria executiva, diretoria geral e conselho fiscal da entidade, na gestão que compreende o período de análise, 20 são mulheres – 35% da totalidade de membros diretivos. A *Folha Bancária* apresenta periodicidade quinzenal, porém, conforme apontado por Carvalho (2006), há publicações adicionais durante os processos de negociação. Impressa em formato A4 e colorido, a *Folha Bancária* circula em edições de 2 a 4 páginas.

A MULHER NA FOLHA BANCÁRIA – FEVEREIRO A ABRIL DE 2013 E DE 2014

O critério de escolha das entidades se dá pela significativa participação feminina nos setores do mercado de trabalho representados pelos bancários. No setor bancário curitibano de 2012, as mulheres correspondem a 50,47%. Outros critérios são a existência de periodicidade dos jornais publicados pela entidade sindical, e a produção realizada por um jornalista profissional.

O período analisado compreende fevereiro, março e abril de 2013 e de 2014. Em 2013, não houve publicação em fevereiro. Porém, foram duas publicações na primeira quinzena de março, sendo publicados nesse período 4 jornais. Em 2014, não houve publicações em abril. O período analisado no ano seguinte contempla três publicações. Para a coleta de dados da análise quantitativa foi formulado um protocolo que vislumbrou mapear quem tem

voz nos jornais, ou seja, quem é chamado a falar com voz ativa, identificado por fala em aspas, e quem era mencionado como fonte.

Desta forma, a classificação foi aparição direta, para quem teve voz entre aspas, e indireta para quem foi citado no texto com citação entre aspas. Na mesma tabulação também foram mensuradas as menções de pessoas que foram apenas citadas nos textos, sem participação ativa no desenvolvimento dos materiais. Essa aparição ficou identificada como Menção.

O protocolo idealizado para a presente pesquisa incluiu a mensuração das aparições por gênero divididas pelos tipos textuais, ou gêneros jornalísticos, que “correspondem a determinados modelos de interpretação e apropriação da realidade através das linguagens” (SOUSA, 2001, p.706). Foram elencados os gêneros presentes nos jornais analisados, sendo eles: artigo, nota, editorial, foto-legenda e entrevista (SOUSA, 2001; GRADIM, 2000).

A mensuração também contemplou as fotos e ilustrações, divididas entre aparição masculina, feminina e mista. Nas análises quantitativas sobre as aparições e vozes, em 2013, as mulheres tiveram 10 inserções com aspas nas publicações, nenhuma indireta e 5 menções. Já os homens tiveram 30 aparições com aspas, 7 indiretas e 15 menções. Em 2014, inverte-se o quadro. As mulheres passaram para 8 aparições e 25 menções, enquanto os homens tiveram 4 citações com aspas e 3 menções (Tabela 1).

Folha Bancária – Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região

	2013			2014		
	Direta (aspas)	Indireta	Menção	Direta (aspas)	Indireta	Menção
Homens	30	7	15	4	0	3
Mulheres	10	0	5	8	0	25

Aparição por voz direta (aspas), indireta e por menção (2013/2014)

Fonte: Folha Bancária

Quanto as aparições em títulos, durante o período nos dois anos, houve uma aparição masculina e quatro femininas (Tabela 2).

Folha Bancária – Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região

	Homens	Mulheres	Categoria
Folha Bancária	0	5	8

Aparição títulos

Fonte: Folha Bancária

Quanto aos gêneros jornalísticos, as mulheres ocuparam maior espaço, com 39 aparições (Tabela 3).

Folha Bancária – Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região

Editorial	Nota	Artigo	Foto-legenda	Entrevista	Matéria
Mulher	1	2	1	0	39
Homem	7	2	4	1	35

Apareção por texto (2013/2014)

Fonte: Folha Bancária

Nos levantamentos das ilustrações e fotos, na *Folha Bancária*, em 2013 foram publicadas duas fotos com figuras femininas e três com figuras masculinas. Nas ilustrações, em 2013 foi veiculada uma com figura masculina e uma mista. Cabe ressaltar que as ilustrações atendem a um planejamento e construção discursiva (RIBEIRO, 2009). Em 2014, não há aparição de ilustração ou foto masculina nas edições analisadas, e 14 fotos de figuras apenas femininas são veiculadas no período.

Folha Bancária – Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região

	2013		2014	
	Fotos	Ilustrações	Fotos	Ilustrações
Homem	3	1	0	0
Mulher	2	0	14	0
Mista	13	1	6	2

Aparição imagens (fotos e ilustrações)

Fonte: Folha Bancária

Nas análises qualitativas, foram observadas marcas textuais que ressaltassem a participação e a figura feminina nas publicações. Desta forma, foram analisados os textos em que há participação – tanto em vozes quanto na temática – das mulheres. Foram analisados, portanto, nas condições de vozes ativas – com aspas -, indiretas e menções, a forma de apresentação, como as mulheres são chamadas a falarem nas publicações e em quais temas são destacadas.

Em 2013, conforme apontado no levantamento quantitativo, a presença feminina nas vozes ativas do jornal foi menor que a masculina. Por outro lado, nas análises qualitativas dessas aparições, as mulheres tomaram lugares de destaque e protagonismo nas matérias. Nas aparições com voz direta, ressalta-se a presença das mulheres na voz

ativa, em denúncias contra irregularidades nos bancos, conclamando a categoria para mobilizações e na defesa dos interesses da categoria.

Com relação à aparição por temática das reportagens, deram vozes às reportagens acerca de saúde, cinco em reportagens sobre greves, mobilizações e questões trabalhistas. Em 2013, apenas uma reportagem debateu a questão de gênero e uma nota apresentou vitória de uma bancária em processo judicial contra a empresa por demissão pré-aposentadoria. A reportagem acerca do gênero, veiculada na edição da 2.^a quinzena de março de 2013, trata sobre a formação de um coletivo sindical de mulheres. As quatro aparições femininas ressaltam a necessidade da defesa das mulheres no setor, da luta contra a discriminação e pela igualdade de gênero (2013c).

Cabe ressaltar que no mês de março é comemorado o Dia Internacional da Mulher. A única menção nas edições do período analisado em 2013 é numa peça publicitária, na edição da 1.^a de março, conclamando a categoria bancária a participar de um evento do sindicato em comemoração ao Dia da Mulher. Apesar de não ser escopo da presente pesquisa a análise das peças publicitárias, cabe ressaltar que a chamada não denota caráter político do evento, sendo anunciada a realização de “palestras, massoterapia e coquetel” (FOLHA, 2013b p.4).

Em 2014, se no levantamento quantitativo, no tocante às aparições das mulheres nas publicações da *Folha Bancária*, há um aumento em comparação às aparições nos jornais de 2013, o levantamento qualitativo demonstra que esse aumento não acompanha o crescimento de representatividade das mulheres na imprensa sindical bancária de Curitiba.

As mulheres, durante os meses analisados em 2014, são fontes ou citadas em apenas quatro textos publicados, dos quais dois o tema é um evento em comemoração ao Dia da Mulher (FOLHA, 2014b, 2014c). Na publicação da primeira quinzena de fevereiro, em nota denunciando assédio sexual sofrido por mulheres no Banco do Brasil (2014a, p.1), a única voz contemplada é a do presidente do sindicato. Nessa edição não há aparição de voz de mulher. Na edição da segunda quinzena de fevereiro, em texto anunciando evento em comemoração ao Dia das Mulheres, há apenas menção à palestrante do evento (2014b, p.2).

Na mesma edição, uma dirigente sindical assume voz ativa em denúncia contra um banco por burlar ponto eletrônico. A dirigente desempenha posição de cobrança, e de defesa da categoria. Na edição da primeira quinzena de março, em reportagem sobre o evento do Dia da Mulher, há apenas uma citação com voz entre aspas no texto, de uma dirigente sindical, defendendo a necessidade de igualdade de gênero e ressaltando a luta de “mulheres corajosas que, conscientes de seu papel, tiveram ou ainda têm o desejo de mudar o mundo e conquistar mais espaço” (2014c, p.2). As demais aparições são apenas menções às mulheres que tiveram, segundo o texto, atuação forte e memorável na luta contra discriminação das mulheres. Os dados quantitativos não correspondem, desta forma, à representação das mulheres na análise qualitativa, em que se aponta uma menor

representatividade da mulher, enquanto detentora de voz e de atuação, nas publicações de 2014 ante as de 2013. Cabe ressaltar que, tanto em 2013 quanto em 2014, as aparições de vozes são, na quase totalidade, de dirigentes sindicais e de central e federação vinculadas ao Sindicato dos Bancários de Curitiba. O mesmo ocorre no tocante à participação feminina. Em nenhuma das edições do jornal *Folha Bancária* houve inserção de membros da categoria profissional como personagens nas reportagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprensa sindical tem uma atuação histórica como instrumento na defesa dos trabalhadores e em temas de interesse da sociedade como um todo, desempenhando um papel fundamental na esfera pública, na medida em que publiciza e tematiza os problemas dos trabalhadores e da sociedade. Uma das características da imprensa sindical é a promoção do debate acerca de temas e perspectivas não contempladas ou publicizadas na imprensa de massa comercial. Suas pautas progressistas contestam, muitas vezes, a atuação dos veículos de massa na manutenção do status quo e no reforço aos padrões dominantes na sociedade. Assim, abordagens contestando a discriminação sofrida pelas mulheres, denúncias de assédio sexual e moral e defesa por igualdade de gênero, não apenas no mercado de trabalho mas em toda a sociedade, poderiam encontrar na imprensa sindical um espaço de problematização e reverberação. Além disso, a imprensa sindical poderia atuar de forma a dar voz e empoderar as mulheres enquanto protagonistas na luta sindical, sobretudo quando se leva em conta o aumento da participação feminina no meio sindical, conforme apontado por Araújo e Ferreira (2000), pós década de 70. Ao analisar as publicações do jornal *Folha Bancária*, do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, os dados quantitativos apontam um crescimento da participação das mulheres nos jornais de 2014 em comparação aos de 2013. No entanto, isso não se confirma nas análises qualitativas, em que a participação nas publicações de 2014 apresenta uma atuação menos ativa e empoderada que em 2013. Cabe ressaltar que os períodos escolhidos para a análise em ambos os anos contemplavam uma data significativa simbólica para as discussões sobre gênero e para o aumento da participação das mulheres nas publicações, que é o Dia Internacional da Mulher. No entanto, o que se percebeu é que as poucas discussões sobre a questão da mulher nas publicações se restringiram justamente ao Dia da Mulher, não arrolando em outros textos e em outras publicações.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas; Editora da Unicamp, 1995.

ARAUJO, Vladimir Caleffi. **O jornalismo de informação sindical:** atores e práticas de uma forma de produção jornalística. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

ARAUJO, Vladimir Caleffi. **O jornalismo de informação sindical no Brasil: práticas e desafios** in: anais do II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Salvador: UFBA, 2004.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. **Sindicalismo e Relações de Gênero**. In: ROCHA, Maria Isabel B. da. (org.) Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo, Editora 34, ABEP, NEPO/ UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG, 2000, pp.309-346.

GIANNOTI, Vito, SANTIAGO, Cláudia. **Comunicação Sindical: falando para milhões**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIANNOTTI, Vito. **Comunicação dos trabalhadores e hegemonia**. São Paulo: Perseu Abramo, 2014.

GRADIM, Anabela. **Manual de Jornalismo**. Covilhã, Portugal: Edições Universidade Beira Interior, 2000.

CARVALHO, Guilherme. **A relação sindicato/Estado: ação sindical dos bancários de Curitiba nas negociações coletivas (2000 – 2005)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, UFPR, 2006.

FERREIRA, Maria Nazareth. **O impasse da comunicação sindical: de processo interativo a transmissora de mensagens**. São Paulo: Cebela, 1995.

FOLHA Bancária. Ano 19, 1.^a quinzena de março de 2013. Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região. 2013a. Disponível em: <http://mediaenterprise.dohmsweb.com.br/mediafiles.bancarioscuritiba.org.br/publicacoes/162_444.pdf>

FOLHA Bancária. Ano 19, 1.^a quinzena de março de 2013. Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região. 2013b. Disponível em: <http://mediaenterprise.dohmsweb.com.br/mediafiles.bancarioscuritiba.org.br/publicacoes/163_447.pdf>

FOLHA Bancária. Ano 19, 2.^a quinzena de março de 2013. Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região. 2013c. Disponível em: <http://mediaenterprise.dohmsweb.com.br/mediafiles.bancarioscuritiba.org.br/publicacoes/164_449.pdf>

FOLHA Bancária. Ano 19, 1.^a quinzena de abril de 2013. Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região. 2013d. Disponível em: <http://mediaenterprise.dohmsweb.com.br/mediafiles.bancarioscuritiba.org.br/publicacoes/165_451.pdf>

FOLHA Bancária. Ano 19, 2.^a quinzena de abril de 2013. Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região. 2013e. Disponível em: <http://mediaenterprise.dohmsweb.com.br/mediafiles.bancarioscuritiba.org.br/publicacoes/166_453.pdf>

FOLHA Bancária. Ano 20, 1.^a quinzena de fevereiro de 2014. Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região. 2014a. Disponível em: <http://mediaenterprise.dohmsweb.com.br/mediafiles.bancarioscuritiba.org.br/publicacoes/184_495.pdf>

FOLHA Bancária. Ano 20, 2.^a quinzena de fevereiro de 2014. Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região. 2014b. Disponível em: <http://mediaenterprise.dohmsweb.com.br/mediafiles.bancarioscuritiba.org.br/publicacoes/185_502.pdf>

FOLHA Bancária. Ano 20, 1.^a quinzena de março de 2014. Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região. 2014c. Disponível em: <http://mediaenterprise.dohmsweb.com.br/mediafiles.bancarioscuritiba.org.br/publicacoes/186_503.pdf>

FOLHA Bancária. Ano 20, 2.^a quinzena de março de 2014. Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região. 2014da. Disponível em: <http://mediaenterprise.dohmsweb.com.br/mediafiles.bancarioscuritiba.org.br/publicacoes/188_506.pdf>

LANÇA, Héliida. **O jornal sindical e a formação política:** o caso da Udemo junto aos diretores de escola da rede estadual paulista. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo. 2013.

LAHNI, Cláudia R. **A imagem das mulheres na imprensa sindical.** Lumina (Juiz de Fora) (Cessou em 2006. Cont. ISSN 1981-4070 Lumina (Juiz de Fora. Online)), Juiz de Fora - MG, v. 5, p. 131-144, 2000.

LAHNI, Cláudia R. **A presença das mulheres na imprensa sindical** - Um estudo da imprensa do Sindicato dos Professores de Campinas e Região. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de São Paulo – ECA-USP, 1999.

MARTINS, Jaqueline Lemos. **Jornalismo sindical:** concepções e práticas: a notícia na Folha Bancária e na Tribuna Metalúrgica. 2001. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de São Paulo – ECA-USP, 2001.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Gênero e política no jornalismo brasileiro.** In: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_418.pdf>

MOMESSO, Luiz. **Comunicação sindical:** limites, contradições, perspectivas. Recife: Editora Universitária UFPR, 1997.

RIBEIRO, Alexsandro Teixeira. **Análise da construção da ilustração Crise Financeira.** In Anais do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. Blumenau, 2009. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2009/expocom/EX16-0702-1.pdf>>

SCHATZMAM, Mariana. **A violência moral nas relações de trabalho como um enunciado concreto:** dialogia e produção de uma imprensa sindical acerca do assédio moral (1995-2007). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, UFPR, 2008.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media.** Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

VECCHI, Cristine Gleria. **Tribuna Metalúrgica:** o gênero feminino na cobertura jornalística das eleições presidenciais. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Paulista – Unip, 2012.

VIEIRA, Toni André Scharlau. **Comunicação sindical: proposta de política para as entidades.** Canoas: Editora da Ulbra, 1996.

CAPÍTULO 6

AS RECATADAS: AS MULHERES ENQUANTO PAUTA E PROTAGONISTAS NO RÁDIO

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 05/06/2020

Sofia Soares Dietmann

Estudante de Graduação 3º semestre do Curso de Jornalismo da UFSC, Florianópolis/SC. <http://lattes.cnpq.br/3877351369432595>

Leslie Sedrez Chaves

Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo UFSC, Florianópolis/SC. <http://lattes.cnpq.br/1954231932559840>

Trabalho apresentado na IJ04 Comunicação Audiovisual, da Intercom Júnior – XIX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2018.

RESUMO: O presente trabalho tem o objetivo de refletir sobre a presença feminina no rádio. A temática será debatida a partir do ponto de vista da experiência vivida durante a execução do programa radiofônico As Recatadas. O programa, criado na disciplina de Laboratório de Áudio e Radiojornalismo do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, busca discutir questões de gênero em diversos âmbitos da vida em sociedade como trabalho, saúde, igualdade socioeconômica, política e ainda especificamente no campo do jornalismo. Como se trata de um programa de radiojornalismo, além dos pontos que são tema

de As Recatadas, este trabalho procura se deter com mais atenção no papel das mulheres no rádio na atualidade.

PALAVRAS CHAVE: Rádio; Jornalismo; Mulheres no rádio; Igualdade de gênero; Feminismo.

AS RECATADAS: WOMEN AS AN AGENDA AND PROTAGONISTS ON THE RADIO

ABSTRACT: This paper aims to reflect on the female presence on the radio. The theme will be debated from the experience lived during the execution of the radio program As Recatadas. The program, created during the discipline of Audio Lab and Radiojournalism of the Journalism course at the Federal University of Santa Catarina - UFSC, seeks to discuss gender issues in various areas of life such as work, health, socioeconomic equality, politics and more specifically in journalism. As it is a radio journalism program, in addition to the points that are the subject of As Recatadas, this work seeks to focus on the role of women in radio today.

KEYWORDS: Radio; Journalism; Women on the radio; Gender equality; Feminism.

1 | INTRODUÇÃO

A discussão sobre gênero e igualdade tem uma importante trajetória já construída. No Brasil, ela teve início em meados dos anos 1980, com a ampliação dos pensamentos do movimento feminista no país. As pautas

defendidas pelo movimento envolviam, entre outras questões, as divergências sociais entre homens e mulheres, a violência contra a mulher, a sexualidade feminina, a presença das mulheres no mercado de trabalho e as discrepâncias no acesso às oportunidades. Quase quarenta anos após o princípio do feminismo em território brasileiro, o país ainda é estruturado com base na cultura do machismo, mantendo vivas muitas assimetrias sociais entre gêneros.

São inegáveis as desigualdades entre mulheres e homens, a exemplo no mercado de trabalho que ainda hoje apresenta salários diferenciados conforme o gênero, e as teóricas feministas trataram de desvendar esse processo desigual e denunciar através de suas reivindicações que as condições de vida e trabalho das mulheres são inferiores às dos homens (COSTA; SILVEIRA; MADEIRA, 2012, p. 228).

No universo do jornalismo e nos meios comunicacionais, esta realidade não é diferente. A desigualdade salarial, de oportunidades e de postos de trabalho ainda se faz presente nos veículos jornalísticos, incluindo o meio radiofônico, foco do presente artigo.

O rádio ainda cumpre um papel fundamental na vida social, permitindo que a informação circule de maneira instantânea e democrática, levando fatos importantes até grupos isolados, onde a comunicação é dificultada por barreiras tecnológicas, econômicas ou geográficas. Segundo a jornalista e pesquisadora Valci Zuculoto, o rádio é, com o auxílio da internet, um dos mais rápidos difusores de informação.

[...] em nível de potencial, até agora, não se tirou do rádio a característica de ser, entre os meios de comunicação tradicionais, o mais popular e o mais abrangente em termos de possibilidade de alcançar maior público (ZUCULOTO, 2012, p.151).

Dada a sua importância, pretende-se neste artigo discorrer sobre como se caracteriza a presença feminina em um meio comunicacional de tamanha relevância. Para tanto, buscando compreender o papel das mulheres nas rádios na atualidade, tal caracterização será realizada a partir da experiência vivida durante a execução do programa radiofônico *As Recatadas*, criado para a disciplina de Laboratório de Áudio e Radiojornalismo do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina e veiculado no projeto de extensão Rádio Ponto UFSC, no segundo semestre de 2017.

2 | AS MULHERES NA ORIGEM DO RÁDIO E NA ERA DE OURO RADIOFÔNICA

Demarca-se como data do surgimento do rádio no Brasil o dia 7 de setembro de 1922, quando foi transmitida pela primeira vez a fala do presidente vigente, Epitácio Pessoa, em comemoração ao centenário da independência do país. A história do rádio brasileiro é caracterizada por sua divisão em diversos momentos de maior e menor destaque, chamando atenção para seu período de maior amplitude, hoje chamado de Era de Ouro do

Rádio, que teve início na década de 1940, e que foi fortemente influenciada pelo contexto social vivido pelo país naquele momento.

A implantação, a expansão e a consolidação do rádio no Brasil fazem parte, sim, da nossa formação histórica social, econômica, política e cultural. O Brasil, assim como os demais países da América Latina, começava a viver, naquele período, a fase de ingresso na modernidade industrializada, do êxodo rural, da constituição das massas urbanas e da luta pela afirmação como nação (ZUCULOTO, 2012, p.40).

A Era do Ouro do Rádio, contudo, não trouxe consigo nenhuma mudança quanto à expressividade da participação feminina neste meio. Ao contrário, deste período até meados dos anos 1970, a presença feminina nas rádios brasileiras era reflexo da sua posição na sociedade: as mulheres que trabalhavam nas rádios tinham seu espaço limitado aos assuntos considerados de domínio feminino, como cuidados domésticos e com a aparência. Outro mote que permitia a presença feminina era a música e as radionovelas, onde a mulher também podia cumprir o papel de servir e cuidar do homem e da família. A seguir, no trecho da canção “Cantoras do Rádio”, eternizada no rádio brasileiro na voz de Carmen Miranda (MIRANDA; MIRANDA, 1936), é possível verificar o papel social atribuído à mulher na época:

Nós somos as cantoras do rádio, levamos a vida a cantar

De noite embalamos teu sono,

de manhã nós vamos te acordar (...)

Vou semeando cantigas, dando alegria a quem chora

Canto, pois sei que a canção

vai dissipar a tristeza que mora no teu coração (MIRANDA; MIRANDA, 1936, por BABO; BARRO; RIBEIRO).

Conforme Veloso (2008, p.1), a fama das “cantoras do rádio”, entre as quais se destacavam “Carmen Miranda, Silvinha Mello, Dalva de Oliveira, Araci de Almeida, Hebe Camargo, Emilinha Borba e as clássicas Bidu Saião e Cristina Maristany”; era contrária, em termos quantitativos, à participação feminina em cargos considerados de maior relevância para o andamento do programa, como operador de som, locutor e cargos de chefia.

3 | A REVOLUÇÃO DE VIVA MARIA

A realidade enfrentada pelas mulheres radialistas na Era de Ouro do Rádio foi se transformando ao longo das décadas. Um dos marcos dessas mudanças foi o programa

Viva Maria, veiculado na rádio Nacional AM de Brasília. O programa, que teve sua primeira edição transmitida em 14 de setembro de 1981, defendia a cidadania das mulheres brasileiras, através da mobilização das ouvintes contra a violência doméstica e em prol da qualidade da assistência à saúde sexual e a vida reprodutiva das mulheres (SILVA, 2015, p.8).

O programa foi criado no período em que o país iniciava um processo de abertura política que resultaria, posteriormente, no fim da ditadura militar instaurada no Brasil em 1964. Segundo a pesquisadora Ellis Regina Araújo da Silva, o programa foi idealizado pela radialista Mara Régia di Perna, a convite do então gerente da Rádio Nacional, Eduardo Fajardo. Mara contava com o apoio da produtora Antonieta Negrão “e durante seu período de maior prestígio, chegou a ser transmitido de segunda a sábado, das dez horas da manhã ao meio dia” (SILVA, 2015, p.8).

O programa Viva Maria surgiu inspirado nos programas ingleses voltados à cidadania das mulheres, com os quais Mara Régia teve contato após morar durante um ano na Inglaterra, de 1976 a 1977. Viva Maria assumiu a responsabilidade de discutir assuntos da vida privada em um espaço público. Esta é uma característica marcadamente influenciada pelo feminismo na medida em que o movimento foi um dos responsáveis pela politização das questões privadas, ao questionar as relações de poder existentes no convívio entre homens e mulheres, na família, na vida privada e na esfera pública em geral (ARRUDA, 2000, p.113).

A mobilização gerada pelo programa deu origem ao Fórum de Mulheres do Distrito Federal e contribuiu para a construção da primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e do Conselho dos Direitos da Mulher, também na unidade federativa. O programa tornou-se referência quando se falava em questões de igualdade de gênero. Contudo, apesar de sua repercussão, o programa foi retirado do ar em 1990, durante o governo de Fernando Collor de Melo, e Mara foi demitida da Rádio Nacional, resultado das ações previstas nas reformas administrativas propostas pelo então presidente.

A justificativa era de que aquela linha de mobilização não interessava à modernidade pela qual passava o país e de que 80% das reivindicações das mulheres haviam sido atendidas na Constituição. Em protesto contra a decisão de Collor, as mulheres latinas elegeram o dia 14 de setembro, data da estreia do programa, como Dia da Imagem da Mulher nos Meios de Comunicação (SILVA, 2015, p.10).

O programa Viva Maria voltou ao ar apenas em 1994 pela Rádio Nacional, após Mara ter lhe dado continuidade pela Rádio Capital por um período de dois anos. Atualmente, 37 anos depois de sua estreia, o programa continua no ar pelas rádios Nacional da Amazônia, Nacional de Brasília, Nacional do Rio de Janeiro e Nacional do Alto dos Solimões, além de ser disponibilizado no site da Radioagência Nacional.

4 | AS RESISTÊNCIAS E OS DESAFIOS DE HOJE

A realidade que a mulher jornalista enfrenta em seu ambiente de trabalho ainda é muito conturbada e discriminatória. Segundo a recente pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) e pela Revista Gênero e Número, com jornalistas mulheres atuantes em redações de 271 veículos diferentes; 83,6% das entrevistadas afirmam já ter sofrido algum tipo de violência psicológica dentro das redações. Nesta mesma pesquisa, foi levantado que uma em cada dez profissionais já receberam, no exercício do trabalho, propostas ou demandas por favores sexuais em troca de algum benefício profissional ou material (ABRAJI, 2017). Estes dados evidenciam os retrocessos quanto à equidade de gênero no campo profissional do jornalismo e na sociedade em geral.

Devido a situações como essas, existem grupos que lutam em prol da igualdade dentro e fora das redações. A Associação Mundial de Rádios Comunitárias - AMARC, por exemplo, é um dos grupos responsáveis por realizar ações que tentam atenuar as disparidades entre homens e mulheres nos meios radiofônicos. Segundo a pesquisadora, professora e radialista Maria Inês Amarante, que integra a Rede de Mulheres da AMARC, a entidade atua no Brasil desde 1995 e conta atualmente com 51 associadas locais, entre emissoras comunitárias, produtoras de rádio, redes e pessoas físicas.

Um dos projetos criados pela AMARC é o Programa de Gênero, que visa promover a discussão das rádios comunitárias com perspectiva de gênero, apoiando o trabalho das mulheres principalmente por meio da formação e da troca de informações e experiências entre radialistas associadas. Entre as ações de maior destaque desenvolvidas pelo programa, estão o Encontro da Rede de Mulheres da AMARC Brasil por ocasião da I Conferência Nacional de Comunicação; a produção de um programa ao vivo sobre questões de gênero apresentado na AMARC 10 – 10ª Assembleia Mundial da AMARC; e a produção conjunta do programa Lilás para a Rádio Cúpula durante a Cúpula dos Povos, um evento que ocorreu em 2012, paralelo ao Rio+20, Conferência organizada pelas Nações Unidas, que visava discutir as causas da crise socioambiental, apresentar soluções práticas e fortalecer movimentos sociais no Brasil e no Mundo.

Existem áreas do jornalismo, incluindo a radiofônica, onde a preponderância masculina ainda é mais elevada, como no âmbito dos esportes e do jornalismo esportivo. A editoria esportiva continua sendo um espaço reservado aos homens. No caso da Rede Globo, por exemplo, de acordo com as pesquisadoras Juliana Ramos e Ana Baumworcel, dos 21 jornalistas que fazem parte da equipe, apenas uma é mulher. Camila Carelli, que entrou como estagiária em 2010, hoje trabalha como repórter e setorista do time Vasco da Gama.

No início do estágio, Camila Carelli chegou a ser questionada pelos jornalistas quando dizia gostar de futebol e querer fazer parte da editoria esportiva. Sentiu olhares de desconfiança e percebeu que precisava provar o tempo

todo que era capaz de falar de assuntos considerados masculinos (RAMOS; BAUMWORCEL, 2016, p.12).

Portanto, as mulheres resistem e persistem no intuito de criar novos espaços de atuação no jornalismo e fortalecer os territórios que já conseguiram conquistar nessa luta. Elas seguem investindo cada vez mais em capacitação, por serem desafiadas constantemente a provarem sua competência, e continuam empreendendo diferentes iniciativas para apontar o que ainda precisa ser melhorado e propor caminhos de busca da igualdade de oportunidades entre os gêneros nos diferentes âmbitos sociais.

5 | AS RECATADAS

O período em que se está na universidade é o momento mais propício para explorar diversas formas de expressão, dentro e fora das salas de aula, sejam elas manifestadas no modo de vestir, no engajamento em movimentos políticos ou artísticos, isto é, na construção da mensagem que se deseja passar para o mundo. Quando se está neste universo, muitas portas são abertas a partir do acesso a diferentes referências, o que favorece a criação de espaços para discutir e refletir sobre questões que, mais tarde, no cotidiano do mercado de trabalho, podem não dispor do mesmo tempo e diversidade de influências para serem pensadas.

Nesse sentido, o momento foi propício para a criação do programa radiofônico *As Recatadas*. O programa foi construído no segundo semestre de 2017 pela turma de estudantes da segunda fase do curso de jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, e tinha por objetivo debater questões relativas à mulher e ao mundo onde ela está inserida, trazendo reflexões sobre as desigualdades de gênero que persistem na sociedade, bem como as realizações e as conquistas das mulheres ao longo da história.

A ideia de fazer um programa dentro desta temática se deu devido ao fato de que a turma que o dirigiu era composta apenas por mulheres, que se dispuseram a compartilhar seus pontos de vista em relação a todas as questões referentes à mulher, para que assim fosse possível pontuar as problemáticas abordadas durante as seis edições do programa, através de diversos olhares e pensamentos.

O programa começou dentro da disciplina de Laboratório de Áudio e Radiojornalismo, sob a orientação da professora Leslie Chaves. A disciplina busca aprimorar as competências dos graduandos para desempenhar atividades do campo do Jornalismo no rádio. Durante as aulas os estudantes foram estimulados a ampliar e experimentar conhecimentos teóricos e práticos do trabalho com áudio e radiojornalismo, por meio da concepção, planejamento, produção e veiculação de programas de rádio, interação com a audiência e estudo de linhas e grades de programação de emissoras. O material produzido nas aulas foi veiculado, ao vivo e gravado, pela Rádio Ponto UFSC, a webemissora laboratório do Curso de Jornalismo da UFSC, coordenado pela professora Valci Zucoloto.

As edições do programa As Recatadas iam ao ar ao vivo e também eram gravadas e postadas no banco de áudio administrado pelos bolsistas do projeto de extensão. Posteriormente o material era divulgado em duas páginas no Facebook: a página da própria Rádio Ponto, também administrada pelos bolsistas, e a página d'As Recatadas, criada pela equipe de estudantes que concebeu o programa. Esta página foi atualizada regularmente ao longo do semestre, com cerca de três a quatro postagens por semana, gerando um total, ao fim do semestre, de 678 curtidas e 683 seguidores. Todo o conteúdo da página, como postagens sobre as locutoras da semana, *teasers* sobre as próximas edições, gravações ao vivo dos bastidores e divulgação de entrevistados especiais, assim como a edição do material de arte, fotos de perfil, capa e imagens das postagens também foram elaboradas pelas estudantes.



Figura 1: Página inicial do programa As Recatadas no Facebook

Cada edição do programa abordou uma temática diferente, todas envolvendo a questão da mulher na sociedade. Para a estruturação do programa, foram realizadas reuniões de pautas quinzenais para se pensar na temática da semana posterior. O programa era dividido em dois blocos, sendo o primeiro inteiramente sobre o tema escolhido, e o segundo distribuído em quatro quadros: “Olha Ela”, um quadro biográfico sobre mulheres importantes que se destacaram ao longo da história e na atualidade; “Ai, Quebrei a Unha”, que envolvia a participação feminina nos esportes; “Tic Nervoso”, um quadro de 60 segundos sobre fatos curiosos sobre a mulher, suas ações e sua presença na sociedade; e “Maria Vai com as Outras”, uma radiodramatização sobre situações constrangedoras ou de discriminação pelas quais muitas mulheres já passaram.

Durante a execução d'As Recatadas, foi possível abordar em um mesmo espaço, diferentes assuntos como a saúde da mulher, a realidade da mulher com deficiência, estereótipos de gênero, a sexualidade feminina, entre diversas outras questões relativas à temática. E sua realização foi ainda mais relevante na medida que não é comum se ter um espaço reservado para esse tipo de discussão plural dentro das emissoras de rádio, mesmo tratando-se de assuntos que continuam precisando ser muito explorados e debatidos na sociedade.

Dentre as edições realizadas, destaca-se a primeira, realizada no dia 28 de agosto de 2017, que apresentou o programa, descrevendo seu funcionamento e seus quadros. Nesta edição, foi explicado o nome do programa, que foi escolhido devido à polêmica gerada em torno da matéria lançada pela Revista Veja em abril de 2016. A matéria, com o título “Bela, Recatada e do Lar”¹, fazia referência à primeira-dama Marcela Temer, e dava destaque aos seus vestidos na altura nos joelhos e seus hábitos reservados. Percebia-se na reportagem, uma clara valorização dos hábitos tradicionais e patriarcais e conseqüentemente, reforçava as estruturas machistas da sociedade brasileira.

Outra edição marcante de As Recatadas foi a que abordou a questão do espaço da mulher com deficiência na sociedade. O tema foi trazido em homenagem ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, comemorado no dia 21 de setembro. Naquela edição, conversamos com Thaís Becker, estudante de direito na UFSC. Thaís é cadeirante desde 2015 devido a um acidente de carro, que a deixou tetraplégica. No programa, foram abordadas questões relativas à sua superação e ganho de independência, como também são desmistificadas questões referentes à sexualidade da mulher com deficiência.

Dentro do ambiente jornalístico, e mais especificamente no radiofônico, ainda é escassa a abordagem de assuntos referentes à desigualdade de gênero. No entanto, devido a longa trajetória dos movimentos pela equidade de gênero, entre suas muitas conquistas, vem sendo construído um terreno fértil para que as discussões sobre esse tema que tem conquistado mais espaço na sociedade nas últimas décadas. Com o advento da internet e expansão de suas potencialidades comunicativas, esses debates estão mais constantes, porém esse é ainda um fenômeno recente.

Juntamente a este contexto, não é possível ignorar que dentro das empresas jornalísticas, onde se inserem as organizações do campo do radiojornalismo, o assédio e a desigualdade estrutural de gênero continuam fortemente presentes. Ainda segundo a pesquisa realizada pela ABRAJI e pela Revista Gênero e Número, 92,3% das jornalistas entrevistadas afirmam já ter ouvido piadas machistas no seu ambiente de trabalho. Nesta mesma pesquisa, 64% das entrevistadas declaram que já sofreram abuso de poder ou autoridade de chefes e fontes (ABRAJI, 2017).

É inegável que, em um mundo onde mulheres, no simples exercício de sua

¹ Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. Texto assinado por Juliana Linhares, publicado na revista Veja de 18-04-2016. Disponível em <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em 17-04-2018.

profissão, ainda estão sujeitas a piadas de cunho machista, diferentes formas de assédios, desigualdades salariais e de oportunidades, a ampliação de espaços para a discussão e reflexão sobre esses problemas continue sendo de extrema importância na luta pela promoção de um ambiente de trabalho que não discrimine uma pessoa em função de seu gênero.

Deve-se ressaltar, contudo, que apesar de ainda haver muitos passos a serem dados nesta jornada, a presença feminina no universo do jornalismo de um modo geral tem crescido nas últimas décadas, e hoje, conforme a pesquisa mencionada anteriormente, 49,5% dos postos de editor-chefe são ocupados por mulheres (ABRAJI, 2017). Esse dado contribui para mostrar o quanto a mulher está apta a exercer seu trabalho de forma igualitária ao homem em termos de precisão e qualidade, mas é necessário que, em se tratando também do trabalho jornalístico, o acesso às oportunidades seja igualitário, tanto no rádio como em qualquer outro meio de comunicação.

6 | REFLEXÕES FINAIS

A criação de *As Recatadas* e a discussão gerada pelo programa só foram possíveis graças ao espaço da universidade como oportunidade para a reflexão sobre questões de gênero e igualdade, e para experimentação de diferentes modos de dar forma a esses debates no campo jornalístico.

O uso do rádio para a veiculação do programa trouxe às *Recatadas* a simbologia do uso da voz feminina como difusora de informação, fortalecendo o impacto das abordagens propostas e dando voz às estudantes de jornalismo da UFSC, incluindo também outras tantas que não participaram diretamente da elaboração do programa.

Do ponto de vista das estudantes de jornalismo envolvidas no processo de concepção deste produto, é possível depreender que a experiência proporcionada pelas *Recatadas* gerou transformações nas perspectivas que as graduandas tinham sobre o tema; com potencialidades que podem continuar repercutindo ao longo da vida acadêmica e, talvez, profissional das integrantes desse grupo. Entre tais compreensões, salienta-se o modo multifacetado que *As Recatadas* procuraram trabalhar as questões de gênero. Olhando a partir de pontos de vista diversos para o mesmo assunto, ao longo do processo de produção do programa ficou evidente que, apesar de se tratar de uma luta mais ampla em defesa da igualdade entre os gêneros; existem recortes de classe, renda, identidade, raça, entre outros, os quais devem ser levados em consideração em uma cobertura jornalística, para que este debate seja o mais integral possível e procure contemplar as complexidades em jogo.

REFERÊNCIAS

ABRAJI, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo; GÊNERO E NÚMERO. **Mulheres no Jornalismo Brasileiro**. 2017. Disponível em: <<http://mulheresnojornalismo.org.br/>>. Acesso em: 15 abril 2018.

AMARANTE, M. I. Vidas, vozes e palavras da mulher no rádio: sim elas podem. **Revista ALTEJOR** – Grupo de Estudos ALTEJOR: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP), São Paulo, v. 01, ano 02, edição 03, p. 1-15, Janeiro-Junho de 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88226/91104>>. Acesso em: 15 abril 2018.

ARRUDA, Angela. Feminismo, gênero e representações sociais. **Revista Textos de História**, Brasília, Vol. 8, nº 1/2, 2000. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/5906/4883>>. Acesso em: 15 abril 2018.

COSTA, R.; SILVEIRA, C.; MADEIRA, M. Z. Relações de Gênero e Poder: Tecendo Caminhos para a Desconstrução da Subordinação Feminina. In: 17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero, Nov. 2012, João Pessoa. **Anais eletrônicos**. João pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/56/196>>. Acesso em: 15 abril 2018.

MIRANDA, A; MIRANDA, C. **“Cantoras do Rádio”**. Por BABO, L.; BARRO, J.; RIBEIRO, A. São Paulo: Gravadora Odeon, 1936.

RAMOS, J; BAUMWORCEL, A. Tem batom no microfone: A presença feminina no radiojornalismo esportivo brasileiro. In: IV ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA – ALCAR SUDESTE, Ago, 2016, Niterói. **Anais eletrônicos**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016. Disponível em: <<https://www.historiadamidiassudeste.com/uploads/8/0/3/0/80305748/ms08.pdf>> Acesso em: 15 abril 2018.

SILVA, E. R. Gênero e Feminismo no Rádio: O Programa Viva Maria da Rádio Nacional. In: X ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA – ALCAR, Jun, 2015. **Anais eletrônicos**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-sonora-1/genero-e-feminismo-no-radio-o-programa-viva-maria-da-radio-nacional/at_download/file>. Acesso em: 15 abril 2018.

VELOSO, A. M. O Fenômeno Rádio Mulher: A Voz Feminina Ecoando na Mata Sul de Pernambuco. **Revista Memória em Movimento**, Recife, vol. 02, p. 5-17, 2008. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/documents/770016/770199/o-fenomeno-radio-mulher-a-voz-feminina-ecoando-na-mata-sul-de-pernambuco.pdf/5ce70919-c902-4170-a9c7-b66c0423509f>>. Acesso em: 15 abril 2018.

ZUCULOTO, V. **No ar**: a história da notícia de rádio no Brasil. Florianópolis: Ed.Insular, 2012.

CAPÍTULO 7

O CORPO NOS ECOSISTEMAS COMUNICATIVOS: DESDOBRAMENTOS PARA A EDUCOMUNICAÇÃO

Data de aceite: 01/09/2020

Ricardo Barretto

Universidade de São Paulo, ECA/USP
São Paulo-SP
<http://lattes.cnpq.br/6607386644917027>

Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

RESUMO: Os ecossistemas comunicativos designam a relação entre sujeito e mídias e são base para desdobramentos teóricos em diferentes autores da Educomunicação. O conceito vai além ao abarcar a mudança da percepção sensível no contato entre humano e tecnologia. Essa transformação do *sensorium* é referência para a Comunicação e as Ciências Humanas e também estabelece conexão com a Neurociência, cujo entendimento sobre a cognição humana refuta a separação entre corpo e mente. Pelo contrário, aponta que o pensamento e as habilidades perceptivas e expressivas são resultado de uma ação integrada do corpo, não apenas do cérebro. Portanto, a mudança de *sensorium* associada aos ecossistemas comunicativos implica tratar também do corpo, o que representa novas possibilidades de reflexão e prática para a Educomunicação na era das tecnologias digitais em rede.

PALAVRAS-CHAVE: educomunicação, corpo, cognição, sensorium, tecnologia.

THE BODY IN COMMUNICATIVE ECOSYSTEMS: UNFOLDINGS FOR EDUCOMMUNICATION

ABSTRACT: Communicative ecosystems designate the relation between subject and media and are referred to as basis for several theoretical developments in the Educommunication realm. The concept goes beyond once it encompasses the changes in sensitive perception that emerge from human-technology interaction. Such transformation of the sensorium is a relevant reference for Communication and Human Science studies, as well as it establishes connection with Neuroscience and its understanding that human cognition rebuts the separation between body and mind. On the contrary, it points that thought together with perceptual and expressive skills result of an integrated action of the body, not only of the brain. Therefore, the change in sensorium associated to communicative ecosystems imply that the body has to be taken into account when dealing with Educommunication reflection and praxis in the digital era.

KEYWORDS: educommunication, embodiment, cognition, technology.

TEXTO DO TRABALHO

A ideia de ecossistema comunicativo atravessa o campo da Educomunicação a partir do conceito introduzido por Martín-Barbero pela primeira vez no ano 2000. Na formulação inicial,

o autor identifica ecossistema comunicativo com a relação entre sujeitos e as diversas tecnologias que caracterizam a cultura digital contemporânea - englobando dos cartões magnéticos até as extensas vias da Internet.

Esse costuma ser o ponto de partida de diferentes autores que refletem sobre a Educomunicação, quando citam o conceito emblemático de Martín-Barbero para então atualizá-lo. Soares (2004) propõe uma ampliação ao fazer referência, por exemplo, a uma perspectiva integradora da educação e da tecnologia, na qual não há um único modelo de ecossistema comunicativo:

“O resgate da aprendizagem como espaço produtor de sentidos em processos pedagógicos tem sido, por exemplo, uma das contribuições do argentino Daniel Prieto para a análise das relações tecnologia/educação. Segundo este autor, o desenho conceitual para introduzir as tecnologias ao serviço da educação é primordialmente comunicacional. Por outro lado, o denominado deslocamento dos centros de aprendizagem, tanto das fontes do saber quanto dos atores do processo educativo, compromete seriamente o tipo de modelo comunicacional que dá suporte a estas práticas formativas. Não existe, pois, apenas um modelo de ecossistema comunicativo, mas diversos, segundo os graus de interatividade presentes nos processos de trocas simbólicas.” (SOARES, 2004, p. 7-8)

Na perspectiva específica da Educomunicação, a abordagem de Tavares Jr. oferece uma definição mais detalhada sobre como operam na prática os ecossistemas comunicativos:

“Quanto aos conceitos difundidos pela teoria educucomunicativa podemos entender ecossistema comunicativo como o conjunto de ações que viabilizem a promoção e ampliação das relações de comunicação entre as diversas pessoas e instâncias que compõem a comunidade educativa. Inclui desde a organização do ambiente até a disponibilização dos recursos. Estimula a descentralização do poder, o diálogo, a interação e a abertura de espaço para diferentes experiências e vivências culturais. Avalia a qualidade das relações interpessoais buscando harmonia e equilíbrio em ambientes em que diversos atores possam conviver com diferentes tecnologias e meios de expressão.” (TAVARES JR. 2007, p.72)

Em outra abordagem, Consani (2011) conecta os ecossistemas comunicativos à noção de comunidade:

“O conceito de “ecossistema comunicativo” identifica-se com a noção de comunidade educativa desde que seja articulado transversalmente por processos comunicativos, o que pressupõe a gestão compartilhada de processos, a horizontalidade de organograma (empowerment) e o estímulo ao protagonismo.” (CONSANI, 2008, p.40)

Todos estes desdobramentos da proposição inicial de Martín-Barbero ajudam a delinear um entendimento atualizado sobre os ecossistemas comunicativos e como são fundamentais na relação entre Educação e Comunicação.

Para a discussão que fazemos agora, cabe ressaltar, no entanto, uma ênfase pouco lembrada no conceito original de Martín-Barbero (2000): a mudança do *sensorium*. O autor explica este termo ao afirmar que ele se revela mais visivelmente nos mais jovens, por meio de:

“(...) suas empatias cognitivas e expressivas com as tecnologias, e nos novos modos de perceber o espaço e o tempo, a velocidade e a lentidão, o distante e o próximo, que elas entranham.

Trata-se de uma experiência cultural nova, ou como W. Benjamin o chamou, um sensorium novo, uns novos modos de perceber e de sentir, de ouvir e de ver, uma nova sensibilidade que em muitos aspectos choca e rompe com o sensorium dos adultos.”¹ (MARTÍN-BARBERO, 2000, p. 37)

É inegável que os jovens demonstram na prática uma propensão maior a absorver e lidar com a tecnologia, e forjar um universo cultural integrado ao digital reticular. Cabe notar, no entanto, que aquele susto e estranhamento iniciais dos adultos com a nova cultura digital em rede, que emergia há mais de 20 anos, já não é o mesmo, tendo os mais velhos também aderido, em diferentes intensidades, às redes sociais, aos *smartphones*, aos *memes*, *apps*, serviços digitais e todo tipo de conectividade.

O ponto central dessa observação é que esta mudança de sensorialidade é um fenômeno que se alastrou por diferentes espectros da sociedade. E isso indica novos modos das pessoas estarem no mundo, interpretarem estímulos e situações, expressarem impulsos e reações, construirão pensamento.

Assim, a noção de transformação do *sensorium*, proposta por Benjamin e resgatada por Martín-Barbero, é um elemento-chave para compreender por completo a dimensão humana nos ecossistemas comunicativos. E, mais ainda, na perspectiva da Comunicação como um todo. É o que nos lembra outro autor emblemático, que também bebe no conceito de Benjamin. Quando Marshal McLuhan afirma que “*o meio é a mensagem*”, não está se restringindo aos fatores de transporte de informação e produção de narrativas associados às mídias. Está aludindo também a como as qualidades sensoriais e cognitivas associadas às diferentes mídias torna-se ponte para novos modos de perceber, expressar-se e refletir sobre o mundo.

“Quem ainda se sinta inclinado a duvidar que a roda, a fotografia ou o avião alteram nossos hábitos de percepção sensível, não pode mais duvidar ante a iluminação elétrica. Neste domínio, o meio é a mensagem, e quando a luz está ligada, há um mundo sensório que desaparece quando a luz está desligada.”
(MCLUHAN, 1964, p. 150)

¹ Livre tradução para o trecho a seguir: “(...) en sus empatías cognitivas y expresivas con las tecnologías, y en los nuevos modos de percibir el espacio y el tiempo, la velocidad y la lentitud, lo lejano y lo cercano, que ellas entranan. Se trata de una experiencia cultural nueva, o como W. Benjamin lo llamó, un sensorium nuevo, unos nuevos modos de percibir y de sentir, de oír y de ver, una nueva sensibilidad que en muchos aspectos choca y rompe con el sensorium de los adultos.”

Essa é a dimensão do *sensorium* às vezes menosprezada nas leituras sobre o conceito de McLuhan, assim como recebe menos ênfase nas leituras sobre a reflexão de Martín-Barbeiro quanto aos ecossistemas comunicativos. A motivação para deixar mais evidente a correlação entre sensorialidade, comunicação e ecossistemas comunicativos reside, em primeiro lugar, na possibilidade de fortalecer perspectivas já existentes na Educomunicação: como das trocas simbólicas e qualidades de interação salientadas por Soares (2004); ou das qualidades de diálogo, interação, experiências, vivências culturais, relações interpessoais e modos de expressão destacados por Tavares Jr. (2007); e as dinâmicas de constituição de comunidades, referidas por Consani (2008).

Mas existe uma segunda motivação: abordar a transformação da sensorialidade na relação entre educação, comunicação e tecnologia tem a potência de vencer as limitações de um paradigma que ainda hoje reduz a potência dessa relação, tanto do ponto de vista conceitual, como na perspectiva prática. O viés cartesiano do pensamento ocidental sintetizou por séculos os modos de ser e agir das pessoas como produtos exclusivos da mente que, por este mesmo viés, seria um resultado específico da atividade cerebral.

Felizmente, há algumas décadas esse tipo de segmentação passou a ser desafiada por novos questionamentos da história do pensamento e descobertas da Neurociência. Esta área do conhecimento vem modificando noções que pareciam cristalizadas sobre a cognição humana e hoje já não trabalha mais com a ideia de que o pensamento humano é um produto exclusivo do cérebro. Mas, sim, um desdobramento da integração entre diferentes sistemas, camadas e funções do corpo, que conjuntamente dialogam com estímulos internos e externos, produzindo a cognição. Um dos autores mais emblemáticos, Antonio Damasio, esclarece:

“(i) O cérebro humano e o resto do corpo constituem um organismo indissociável, integrado por meio de circuitos bioquímicos e neurais reguladores (incluindo componentes neurais endócrinos, imunes e autonômicos); (2) O organismo interage com o ambiente com um conjunto; a interação não é nem do corpo sozinho nem do cérebro sozinho; (3) As operações fisiológicas que chamamos de mente são derivadas do conjunto estrutural e funcional e não do cérebro isoladamente; fenômenos mentais podem ser inteiramente entendidos apenas no contexto de um organismo interagindo em um ambiente. O fato do ambiente ser, em parte, um produto da própria atividade do organismo, apenas ressalta a complexidade das interações que temos de levar em conta.”² (DAMASIO, 1994, p. 16-17)

A constatação de Damasio aponta não só para a completa integração entre o cérebro e o “resto” do corpo, no contexto da cognição, como também salienta o diálogo contínuo

2 Livre tradução: “(i) The human brain and the rest of the body constitute an indissociable organism, integrated by means of mutually interactive biochemical and neural regulatory circuits (including endocrine, immune, and autonomic neural components); (ii) The organism interacts with the environment as an ensemble: the interaction is neither of the body alone nor of the brain alone; (iii) The physiological operations that we call mind are derived from the structural and functional ensemble rather than from the brain alone: mental phenomena can be fully understood only in the context of an organism’s interacting in an environment. That the environment is, in part, a product of the organism’s activity itself, merely underscores the complexity of interactions we must take into account.”

entre corpo e ambiente para a constituição da mente.

Essa perspectiva, que se tornou fundamental no campo da Neurociência, também está presente em reflexões recentes no campo das Ciências Humanas. É o que elucida Ferreira (2013) ao identificar o surgimento de um “paradigma animista”, no pensamento contemporâneo, que reúne um conjunto de abordagens sociológicas que dão vida (*anima*) à carne, anteriormente resumida à condição epistemológica de discurso, material ou ideal.

“Os conceitos de “corpo vivido” e de “encarnação” explorados neste paradigma trazem para o centro da discussão sociológica o pressuposto da indivisibilidade entre o sujeito e a sua carne, ultrapassando dualidades e dualismos enraizados na história do pensamento sobre o corpo.” (FERREIRA, 2013 p. 521)

Essas recentes contribuições da Neurociência e das Ciências Humanas trazem desdobramentos interessantes para o entendimento dos ecossistemas comunicativos. O primeiro e mais imediato deles é que a transformação do *sensorium*, apontada por Martín-Barbeiro, implica uma transformação no corpo. É o corpo integrado, em diálogo com as tecnologias digitais e todo o contexto social que as envolve, que entra em contato, interpreta, sente, compreende, reflete, reage, expressa e ressignifica o ser e estar de cada sujeito nesse novo contexto, revelando assim um novo *sensorium*.

Essa mesma perspectiva do *sensorium*, resgatada de Walter Benjamin por Martín-Barbeiro, em McLuhan é base para reconhecer também uma transformação de sociabilidade que vem imbricada à mudança de sensorialidade. Di Felice faz referência a McLuhan para esclarecer a relação entre mudança de sensorialidade e mudança de sociabilidade: “O seu ponto de partida está na constatação de que a introdução de um novo médium em uma cultura muda o ‘equilíbrio sensorial’ e, conseqüentemente, as formas e as práticas das interações.” (DI FELICE, 2009, p. 161)

Para Di Felice, uma característica distintiva das sensorialidades e sociabilidades que surgem na era das tecnologias digitais em rede é a constituição de uma nova forma de habitar³ o mundo, de caráter reticular e transorgânico, que ele denomina de *habitar atópico*:

“O resultado do surgimento desse novo social interativo e ilimitado é a construção de uma sociabilidade e um habitar pós-territorial. Além da arquitetura e da geografia, o habitar atópico não é mais ligado às coordenadas topográficas nem a um genius loci, mas a fluxos informativos e a uma espacialidade morante, nem externa nem interna, um habitar nem sedentário nem nômade que por meio da tecnologia wireless e da computação móvel, faz do corpo o suporte da informação, aglomerando a “biomassa” com a “infomassa”, numa inter-relação fluida.” (DI FELICE, 2009, p. 226)

Essa nova forma do habitar, caracterizada pela perspectiva reticular da tecnologia, do ambiente, do ser e das relações em sociedade, está enraizada nas mudanças de sensorialidade atreladas ao digital. Daí a pertinência em incluir o corpo na noção de

3 Di Felice (2009) indica que as formas de habitar são resultado de uma simbiose entre o ser humano, sua percepção do mundo, as tecnologias midiáticas e a natureza, influenciadas pelas dinâmicas comunicativas de cada época.

ecossistemas comunicativos: um não existe apartado do outro. A esse respeito cabe resgatar aqui reflexão realizada em estudo anterior:

(...) mesmo o que parece uma relação estritamente orgânica, fatalmente será apropriada pela dimensão transorgânica do corpo, uma vez que uma experiência de conexão com a natureza, o luar, as mudanças climáticas, a biodiversidade, os serviços ecossistêmicos, as geografias eventualmente serão digitalizados, guardados em nossa memória virtual, compartilhados na rede, acessados e comentados em nossas extensões tecnológicas.

Vimos, portanto, que as mudanças sensoriais e perceptivas associadas ao habitar atópico estimulam um reconhecimento do reticular no mundo – uma nova percepção das conexões das coisas e dos processos naturais e antropogênicos e seus desdobramentos. Ao mesmo tempo em que estimulam o reconhecimento da condição reticular e fractal do corpo próprio e de tornar suas potencialidades, sua capacidade perceptiva, sensitiva, cinética, psico e biofísica unas com o habitar do mundo.” (BARRETTO, 2013, p.66-67)

Neste sentido, a perspectiva do *habitar atópico* modifica não só nossos entendimentos sobre o humano, mas sobre o ambiente e a própria tecnologia, conforme postula Di Felice:

“A impossibilidade de perfeita distinção dos limites que separam os nossos corpos do mundo e daqueles outros entrepostos entre os instrumentos técnicos e a nossa percepção, induz, em nossos dias a necessidade de repensar os significados e as formas das relações comunicativas com o ambiente, a partir das tecnologias utilizadas para comunicar com ele. O próprio conceito de mídias, analisado nesta perspectiva, pode ser pensado, no caminho dos estudos propostos por D. De Kerckhove [2009], como uma psicotecnologia, ou seja, como uma tecnologia de inteligência, que interpreta e organiza as informações em simbiose com a nossa estrutura mental (...)” (DI FELICE, 2009, p. 63-64)

Temos aí um duplo convite. De um lado, não há mais como pensar corpo e ambiente sem pensar também em tecnologia. De outro, compreender as possibilidades de uso das tecnologias, de produção midiática, de transformação dos sujeitos a partir das interações com os dispositivos digitais e, também, das relações entre Comunicação e Educação significa um convite para reconhecer e explorar como o corpo é implicado e afeta todos esses elementos.

O pano de fundo para essa leitura é o da perspectiva da complexidade, tal qual formulada por Morin:

“O que é a complexidade? A primeira vista, a complexidade é um tecido (complexus: o que está tecido em conjunto) de constituintes heterogêneos inseparáveis associados: apresenta o paradoxo do uno e do múltiplo. Ao mirar com mais atenção, a complexidade é, efetivamente, o tecido de eventos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico. Assim é que a complexidade se apresenta com as linhas inquietantes do emaranhado, do inextricável, da desordem, da ambiguidade, da incerteza (...)” (MORIN, 1994, p. 32)

A perspectiva da complexidade também permite identificar que não existe uma relação linear ou de causa e efeito no surgimento de uma conexão íntima entre tecnologia e sensorialidade, uma vez que ambos elementos se alimentam reciprocamente. É o tipo de dinâmica que Morin (1994) denomina recursividade. Isto significa que, ao mesmo tempo em que as novas tecnologias influenciam o modo de perceber e agir no mundo, propiciando uma perspectiva em rede sobre diferentes fatos, essas próprias tecnologias também são fruto de uma perspectiva em rede já latente no pensamento humano. Assim, um fenômeno alimenta o outro, sem que se possa definir exatamente quem gerou quem.

Inevitável que essa dinâmica se observe também na relação com o corpo, revelando justamente a ideia de mudança do *sensorium* aludida por Martín-Barbeiro (2000). Em outras palavras, as transformações da percepção sensível nutrem e são nutridas pelas dinâmicas das tecnologias digitais reticulares; e instigam e são instigadas por uma sociabilidade nova, atravessada pelos fluxos conectivos entre seres humanos, natureza e tecnologia.

Essa perspectiva reticular, que passa a se expressar com frequência nas ações e pensamentos na sociedade contemporânea, irá se revelar em situações tão diversas como a abordagem sistêmica da Neurociência sobre a cognição e o corpo; o entendimento da sociedade e do meio ambiente como sistemas integrados e interdependentes; os novos modos de acompanhar a política de um país, por meio de mídias digitais e ativismos em rede; as disputas em *games* eletrônicos com times formados por pessoas em diferentes partes físicas do globo; as manipulações da opinião pública por meio de *fake news* que se disseminam pelo disse-me-disse nos aplicativos de mensagens etc.

Esses, entre tantos outros exemplos possíveis, poderiam ser pauta de reflexão e prática nas abordagens educacionais, na produção de conteúdo comunicacional, na realização de aulas e debates educativos.

Mas o foco específico aqui é reconhecer a assimilação de que as redes que configuram os ecossistemas comunicativos também incluem o corpo em sua totalidade sistêmica. Desse modo, que novos caminhos e perspectivas na Educação emergem do corpo enquanto universo do *sensorium* na era digital?

Um primeiro desdobramento relevante é que, ao adicionarmos o corpo entre os elementos que compõem os ecossistemas comunicativos, propomos uma ampliação do sentido de Comunicação que permeia esse conceito. Teríamos, desse modo, algo mais próximo da definição de Muniz Sodré, da ciência do comum, “*em que a comunicação se configura como forma reguladora, imprescindível ao laço coesivo com o socius ou a convivência.*” (SODRÉ, 2014, p.232) O que envolve diferentes tipos de formas de diálogo e fluxos orientados à construção do comum, incluindo aqueles que atravessam o corpo presente e os estados virtuais da presença humana no contemporâneo.

Outro desdobramento é que a Educação passa a ter diante de suas esferas de conhecimento e de prática o desafio de incluir o corpo vivo, não só como objeto e sujeito de discursos, mas como dimensão experiencial e da complexidade do humano, conforme

ajuda a refletir Selgas:

"(...) ressaltar o caráter 'encarnado' da nossa identidade e da nossa experiência, e centrar a atenção na constituição dos agentes sociais, conduz-nos a ver as duplas naturezas que habitam o nosso corpo: é carne e osso, mas também entidade social; é símbolo primeiro do self, mas também da comunidade; é algo que temos e algo que somos, que nos tem; é individual e único, mas também é comum a toda a humanidade; é ao mesmo tempo objeto e sujeito."
(SELGAS, 1994, p. 45)

O corpo não é, portanto, apenas aquele que opera mídias; que expressa concepções da cultura, padrões sociais, formas de controle e dinâmicas do mercado; ou que apenas pensa, fala e move. O corpo continua percebendo o mundo, agindo e interagindo por meio de emoções, sentimentos, instintos, impulsos, desejos, movimento, sensorialidades e todas as singularidades que são próprias deste sistema vivo em constante diálogo interno e externo.

E que potências podem ser destravadas no sujeito ao se estimular todo o universo corporal no fazer educacional, sem subjugar-lo ao papel de veículo para um cérebro pensante?

Essa é uma questão que demanda respostas forjadas na prática. A Neurociência e as Ciências Humanas já nos informam que o humano é mais potente quando o universo corporal integrado e conectivo deixa de ser negligenciado como produtor de experiência e conhecimento.

Mas algumas pistas podem ser capturadas de uma outra área que se hibridiza com a da Educação e que propõe alimentar a consciência corporal e as potências psicomotoras do corpo em suas múltiplas camadas para gerar transformações na percepção, na produção de conhecimento, nos modos de ser e estar do sujeito.

Trata-se das abordagens de educação somática, que são práticas que desenvolvem a propriocepção, a habilidade de reconhecer as estruturas e dinâmicas sutis internas do corpo e a capacidade do ser humano construir movimento e interagir com o espaço e os outros para além dos padrões psicomotores herdados e ensinados.

"Ao acordar, ao sensibilizar uma dada articulação, adquiro mais um ponto de equilíbrio em meu corpo, e isso acaba agindo sobre todo o resto, inclusive sobre coisas que aparentemente nada têm que ver com músculos e articulações, como a atividade intelectual." (VIANNA, 2005:99)

Neste exemplo singelo e específico, Klaus Vianna, desenvolvedor de um método único e brasileiro de educação somática, indica a potência que o corpo estimulado em toda sua dimensão sistêmica pode trazer para a produção de conhecimento e autoconhecimento. Mas também a percepção em nível coletivo está ao alcance dessas transformações, como nos esclarece outro mestre da educação somática:

“A modificação do imaginário deve ocorrer na forma de uma experiência coletiva, numa relação de troca com o grupo, numa sala de aula, por exemplo. O aluno se desenvolve observando o outro, testemunhando a ação do colega. Por meio de estímulos trazidos pelo professor e pelos companheiros, as trocas começam a ocorrer, desencadeando uma rede de mútuas influências benéficas. A imaginação, materializada em modos diversos de expressão, passa a não mais se contentar com o programa de TV desprovido de ideias, com o texto mal elaborado, com a música fácil.” (BERTAZZO, 2004, p. 31)

Essas referências propõem uma mudança de modelo mental nas atividades educacionais, ao refutar a separação entre corpo e mente própria do paradigma cartesiano, como já tem ocorrido também nas Ciências Humanas:

“Corpo e mente, corpo e pensamento, corpo e imagem constituem obstáculos para as narrativas da ciência. Ao priorizarem as relações sociais como foco analítico, as ditas humanidades esquecem-se de que sentidos, sentimentos, imagens corporais integram e delimitam o mundo da vida. Creditada ao paradigma cartesiano, essa dualidade impede que uma hominescência⁴ – um diferencial da hominização – seja posta em prática nos dias atuais.” (CARVALHO, 2008, p. 27)

Os modos pelos quais esse tipo de destravamento pelo do corpo pode ser transposto ao campo da Educomunicação são muitos: práticas corporais específicas para estímulo da perspectiva integrada do pensamento individual e coletivo; desenvolvimento de atividades que potencializam a construção de conhecimento e de habilidades comunicativas a partir do estímulo da sensorialidade e de habilidades corporais; realização de projetos que instiguem o lado expressivo do corpo em consonância com a produção midiática na educomunicação; construção de conhecimento coletivo e debates a partir de etapas anteriores de sensibilização da consciência corporal e da construção de movimento; mergulho experiencial nas dinâmicas em rede do corpo para elucidar a condição reticular da era digital e do meio ambiente sistêmico; entre muitas outras possibilidades.

Não importa a forma, o que está em proposição neste artigo, realizado a partir de revisão bibliográfica interdisciplinar, é que o campo da Educomunicação – que historicamente emergiu entre brechas e resistências e que já tem se aberto ao campo das artes, por exemplo – tem adiante mais uma possibilidade de ampliação de estudo e prática, a partir da assimilação do corpo vivo como parte dos ecossistemas comunicativos que estruturam seu foco de atuação. Apropriar-se dessa possibilidade é avançar para além do paradigma cartesiano de segmentação entre corpo e mente e, principalmente, aprofundar o sentido de transformação do sujeito que é definidor da reflexão e das práticas em Educomunicação.

REFERÊNCIAS

BARRETTO, Ricardo. **Corpo e sustentabilidade no habitar atópico**: antigas e novas relações entre ser humano, natureza e tecnologia. Monografia de Especialização. São Paulo: ECA-USP, 2013.

4 Conceito de Serres (2003) que remete à possível experiência de florescimento ser humano na contemporaneidade.

BERTAZZO,IVALDO. **Espaço e Corpo**: Guia de Reeducação do Movimento. São Paulo: SESC, 2004.

CARVALHO, E. Diálogos do corpo. *In*: GARCIA, W. (Org.). **Corpo & interatividade**: estudos contemporâneos. São Paulo: Factash Editora, 2008.

CONSANI, Marciel. **Mediação Tecnológica na Educação**: Conceito e aplicações. Tese de Doutorado, São Paulo: ECA/USP, 2008.

DAMASIO, A. **Descartes' error**: emotion, reason and the human brain. NYC: Avon Books, 1994.

DE KERCKHOVE, D. **A pele da cultura**. São Paulo: Annablume, 2009.

DI FELICE, M. **Paisagens pós-urbanas**: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar. São Paulo: Annablume, 2009.

FERREIRA, V. S. Resgates sociológicos do corpo: esboço de um percurso conceptual. **Análise Social**. Lisboa, 208, xlviii (3.º), 2013.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Retos culturales: de la comunicación a la educación. **Nueva Sociedad**. Caracas, n.169, sep.-oct. 2000, p.33-43.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Palo: Cultrix, 1964.

MORIN, E. **Introducción al pensamiento complejo**. Madrid: Gedisa, 1994.

SELGAS, F. J. G. El 'cuerpo' como base del sentido de la acción. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**. Madrid, 68, 1994, pp. 41-83.

SERRES, M. **Hominescência**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SOARES, Ismar. Alfabetização e Educomunicação: O papel dos meios de comunicação e informação na educação de jovens e adultos ao longo da vida. *In*: III TELECONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. 2004. São Paulo: USP, 2004.

SODRÉ, M. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. São Paulo: Vozes, 2014.

TAVARES JR, Renato. **Educomunicação e expressão comunicativa**: A produção radiofônica de crianças e jovens no projeto educom.rádio. Dissertação de Mestrado, São Paulo: ECA/USP, 2007.

VIANNA, Klauss. **A Dança**. São Paulo: Summus, 2005.

CÂNCER DE MAMA: CORPO, POLÍTICA E A FOTOGRAFIA HUMANISTA DE KATHARINA MOURATIDI

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão 05/06/2020

Mônica Torres

Universidade Federal do Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/1416816115136367>

RESUMO: O presente trabalho busca investigar a série *Câncer de Mama* (2000), retratos de mulheres sobreviventes de câncer de mama produzidos pela fotógrafa alemã Katharina Mouratidi. A partir dessa série, iniciou-se uma aproximação com a artista para o estudo de suas fotografias sobre a doença. A ênfase está nas temáticas do feminino, do corpo e da política, buscando relacioná-las aos sintomas presentes na arte contemporânea. Como metodologia, empregou-se o estudo exploratório, por meio de pesquisa bibliográfica e entrevista em profundidade. Também são observados: processo criativo, intencionalidade e aspectos técnicos e materiais da série. Além disso, destaca-se o que alguns curadores têm dito a respeito dessas fotografias.

PALAVRAS-CHAVE: Câncer de mama, fotografia, feminino, arte, corpo.

BREAST CANCER: BODY, POLITICS AND THE HUMANIST PHOTOGRAPHY OF KATHARINA MOURATIDI

ABSTRACT: The present work seeks to investigate the series *Breast Cancer* (2000),

portraits of women survivors of breast cancer produced by the German photographer Katharina Mouratidi. From this series, we started to approach the artist to study her photographs about the disease. The emphasis is on the themes of the feminine, the body and politics, seeking to relate them to the symptoms present in contemporary art. The methodology used was the exploratory study, through bibliographic research and in-depth interview. Also observed are: creative process, intentionality and technical and material aspects of the series. In addition, we highlight what some curators have said about these photographs.

KEYWORDS: Breast cancer, photography, female, art, body.

Em outubro de 2000, Katharina Mouratidi exibiu pela primeira vez quatro retratos de mulheres seminuas afetadas pelo câncer de mama em 90 estações de metrô, em Berlim, em grandes cartazes publicitários. A série *Câncer de Mama* (*Breast Cancer*, em inglês, ou *Brustkrebs*, em alemão) despertou a atenção do público e da crítica especializada em arte e fotografia. Logo após a sua exibição, em 2001, a artista recebeu dois prêmios alemães pela série: o “German Study Prize”, pela Koerber-Foundation, e o diploma de honra, no “The 100 Best Placards 2000”. A série completa foi exibida em 2002, em Hamburgo, e, posteriormente, em Paris e Barcelona (*Museum der Arbeit*, *Gallery Le Bar Floréal* e *Primavera Fotográfica*, respectivamente). Nos anos seguintes,

Mouratidi recebeu convites para levar seu trabalho a outros museus e galerias, participou de coletivas e de festivais de fotografia em diversas partes do mundo (incluindo o Brasil, em 2013, na exposição *Coleção do Joaquim Paiva*, no Museu de Arte Moderna, no Rio de Janeiro)¹.

A série *Câncer de Mama* reúne fotografias dos corpos de 22 mulheres que vivenciaram a doença, todas encontradas através de pequenos anúncios publicados em jornais de Berlim. Segundo a artista, ela não as selecionou por um critério específico, mas as aceitou na sequência de seus telefonemas. A motivação da fotógrafa era dar voz às mulheres interessadas em participar, independentemente de seu estado físico ou de saúde. Dessa forma, surgiram as fotografias de mulheres entre as idades de 25 e 63 anos. Dentre elas, algumas foram submetidas à cirurgia, fizeram uma mastectomia, tiveram uma mama “reconstruída” (ou não) e usaram uma prótese (ou não).



Fotografia 1: Câncer de Mama 1



Fotografia 2: Câncer de Mama 2

Fonte: Site da artista Katharina Mouratidi².

¹ O Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro inaugurou, no dia 11 de junho de 2013, a exposição “Coleção Joaquim Paiva”, com cerca de 100 importantes fotografias da coleção, que está em regime de comodato no MAM Rio. Atualmente, a coleção, uma das mais importantes do Brasil, possui quase duas mil fotografias, de artistas brasileiros e estrangeiros, de diferentes gerações e nacionalidades, revelando um amplo panorama da história da fotografia. coleção. Além de fotografias de Katharina Mouratidi, a exibição inclui obras de Ansel Adams, Claudia Andujar, Diane Arbus, Geraldo de Barros, José Medeiros, Marcel Gautherot, Pierre Verger e Rosângela Rennó, dentre outros.

² Todas as imagens desse trabalho estão disponíveis no site da artista Katharina Mouratidi. Disponível em: <www.globalerwiderstand.org/en/portfolio-breastcancer_01.html>. Acesso em: 01 mai. 2019.

Katharina Mouratidi, 2000. Técnica: Fotografia analógica, com câmera de grande formato, 4x5 polegadas. No processo, a artista pedia às participantes que possassem para a câmera de acordo com suas próprias interpretações, intenções e da forma como gostariam de ser representadas, considerando-se o fato de que estavam ali por serem mulheres sobreviventes³ do câncer de mama⁴.

O encontro com a série *Câncer de Mama* e as demais produções da artista deu-se a partir da pesquisa de doutorado em andamento, em que se estudam retratos e autorretratos de mulheres com câncer na fotografia artística contemporânea. Nesse percurso, procura-se investigar como a fotografia de doença torna-se arte contemporânea. A série de Mouratidi é uma das primeiras a chamar a nossa atenção nesse cenário, passando a mobilizar e integrar a pesquisa em curso. No presente trabalho, procura-se observar que *sintomas* ou *características* da fotografia contemporânea estão presentes na série estudada. E como são organizadas pela artista.

Nesse momento, optou-se por uma aproximação com Mouratidi, para melhor compreender sua produção e seu processo criativo na série *Câncer de Mama*. O presente trabalho é o resultado dessa primeira aproximação. Como metodologia, empregou-se o estudo exploratório⁵, por meio de pesquisa bibliográfica e da *entrevista em profundidade* (realizada em 10 de junho de 2019, por meio eletrônico). Para isso, buscou-se levantar e analisar brevemente a sua obra, considerando-se a trajetória das imagens selecionadas (Como surgem? Para onde vão? Onde são exibidas?) e os aspectos técnicos e conexões que possam ser destacados (Que técnicas e tecnologias são empregadas? Que aspectos materiais são priorizados? Existem conexões entre suas fotografias? Que aproximações e diferenças apresentam?).

A série de Mouratidi abordada neste texto opera tensões e questões a partir de um corpo feminino político visível, entre o público e o privado, no contexto de uma fotografia que se propõe humanista. A motivação da artista é dar voz às mulheres que vivenciaram o câncer de mama, buscando ampliar, questionar e – talvez - reinventar o conceito social sobre a doença. Nessa primeira etapa, o objetivo é o de mapear e analisar (de forma breve) a série fotográfica *Câncer de Mama*. A ideia é também levantar os aspectos de ordem técnica e criativa de sua obra, buscando considerar a sua intencionalidade e os aspectos materiais. Além disso, procura-se observar o que curadores e especialistas (da arte contemporânea) dizem a respeito de seus trabalhos.

3 O termo sobreviventes refere-se a um conceito mais atual da doença, em que as chances de tratamento e cura são maiores (o câncer já é hoje considerado como “doença crônica”, como analisa Moulin, 2008).

4 Katharina Mouratidi foi entrevistada por Mônica Torres, via internet, em 10 de Junho de 2019.

5 Esse estudo é de natureza exploratória, porque traz mais informações sobre o fenômeno estudado, agregando mais referências sobre uma situação ainda pouco conhecida (SELLTIZ et al., 1974).

KATHARINA MOURATIDI: A SÉRIE *CÂNCER DE MAMA* E A FOTOGRAFIA HUMANISTA

O trabalho de Mouratidi sobre o câncer de mama certamente mobiliza a uma pesquisa mais ampla sobre a sua trajetória. Além de fotógrafa e artista, Mouratidi (n1971) apresenta-se como professora universitária e diretora artística, coordenando projetos e fazendo a curadoria de exposições em Berlim, onde vive e trabalha, e também em outros países. Sua formação é em Belas Artes (graduação e mestrado) e em comunicação visual (especialização), na Art-College Berlin-Weissense, na Alemanha. Atualmente, é membro da Associação Fotográfica Alemã (eleita em 2013) e Diretora-Executiva da Sociedade de Fotografia Humanista (desde 2008). Desde 2017, essa organização administra seu próprio espaço de exposições em Berlim (*F³ - Freiraum Für Fotografie*), que apresenta de cinco a seis exposições de autor internacional por ano, além de realizar palestras com fotógrafos, debates e workshops.

O seu primeiro trabalho de reconhecido destaque artístico foi justamente a série *Câncer de Mama*, o que impulsionou a sua carreira como fotógrafa humanista. A curadoria do Centro de Artes Visuais La Capella, em Barcelona, em que a exposição foi convidada a ser exibida, em 2002, avalia:

Apesar do grande número de mulheres afetadas pelo câncer de mama em todo o mundo, o assunto ainda é pouco mencionado em público. Muitas mulheres vivem em isolamento, com vergonha do seu corpo, escondendo a sua doença ou suas consequências, como a mastectomia. A sociedade ainda tem dificuldade de lidar com essas questões. Por isso, trouxemos essa exposição para o *La Capella*, um de nossos espaços mais criativos. Acreditamos que a série de Mouratidi mostra as diferentes personalidades de mulheres com suas contradições, medos, inseguranças e angústias, mas também sua força, luta, vaidade, beleza e seu orgulho, questionando imagens típicas de mulheres de "passividade" ou de "sexo frágil". Consideramos que essas mulheres mostram os absurdos dos códigos tradicionais de representação visual, que os consideram vítimas passivas de sua doença. Essa exposição mostra-as como sujeitos ativos que pedem à sociedade que reflita sobre sua situação, rompendo radical e conscientemente com a imagem de beleza de nossa cultura. (Apresenta a curadoria do La Capella, por Marta Clari, gerente do Instituto de Cultura de Barcelona e Carles Sala, do Centro de Artes Visuais La Capella)⁶

Como o exemplo acima, seguiram-se uma série de apreciações da crítica especializada em fotografia e arte, de diversos países. No Brasil, o colecionador Joaquim Paiva explicou porque incorporou uma fotografia da Série à sua coleção:

O trabalho de Mouratidi me chamou a atenção pelo impacto das imagens e pelo seu compromisso com o tema. Além de extremamente bem executado, aborda um tema de extrema relevância social e política. Eu estava no *Fotofest*, em Houston, no Texas, nos EUA, em 2006. Analisamos mais de 74 trabalhos e o dela, particularmente, me chamou a atenção. Eu percebi o envolvimento

⁶ CENTRO DE ARTES VISUAIS LA CAPELLA. Disponível em <http://lacapella.barcelona/es/katharina-mouratidi>. Acesso 10 de junho de 2019

dela com o tema. E o fato dela realizar um trabalho sobre o câncer de mama, e buscar dar voz às mulheres, eu achei isso muito bom. Em um ambiente em que temos tanta coisa bonitinha, agradável aos olhos, para combinar com sofás e ficar bem na decoração, entende? Esse trabalho é diferente! Além disso, eu nunca tinha visto um trabalho de fotografia sobre esse tema. Muito menos, abordado dessa maneira. Como colecionador, eu também fiquei muito interessado no trabalho. E, logo depois, adquiri uma das fotos para minha coleção. Esse tipo de trabalho, onde o corpo tem um apelo estético político é crucial para a fotografia contemporânea. (PAIVA, 2019)⁷

A artista também exibiu seus trabalhos em espaços culturais relacionados à saúde da mulher e participou de debates sobre o câncer de mama em museus, hospitais, organizações não governamentais e universidades:

Mais uma vez nos comprometemos com a luta para não esconder a doença e não permitir que ela esconda nosso corpo, que, como mostra a exposição de Mouratidi, ainda é nosso. Acreditamos que continuamos mulheres “completas” apesar do câncer. É uma exposição de mulheres seminuas submetidas ao tratamento ou à cirurgia para câncer de mama. É impressionante contemplá-las, mas, paradoxalmente, você é consolada como mulher pela força dos rostos dessas mulheres, que não parecem humilhadas ou feridas, porque a mensagem que nos mandam é que sua dignidade como mulher lhes permite também mostrar a doença. (*Revista de Comunicação Interativa de Saúde e Mulher*, maio de 2002)

Com grande repercussão desse projeto nos meios culturais, na mídia e na crítica especializada, Mouratidi teve o incentivo que precisava. E criou outros projetos de temáticas humanistas. Logo depois de produzir as séries sobre câncer de mama, em 2003, Mouratidi recebeu novos prêmios pela série “The Other Globalization” (“A Outra Globalização”). Neste projeto, por três anos, a fotógrafa retratou ativistas do *Movimento de Justiça Global* de 43 países. Em seu mais recente trabalho (2012), *Backstage Heroes (Heróis dos Bastidores)*, Mouratidi fotografou 30 homenageados pelo *Right Livelihood Award*, conhecido em todo o mundo como o “Prêmio Nobel Alternativo”, que reconhece pessoas e organizações que desenvolveram soluções excelentes para os problemas mais urgentes de nossos tempos e que estão lutando pela sua implementação.

Para a artista, o espaço para a fotografia que lida com questões socialmente relevantes diminuiu significativamente nos últimos anos e, por isso, se engajou na criação de uma organização que faz campanhas e incentiva trabalhos fotográficos sobre temas sociais e políticos: “Precisamos levar certas questões atuais para um público amplo e definir acentos de conteúdo visual na inundação de imagens de hoje”, explica Mouratidi. Em entrevista, a artista defende que a fotografia é um meio com o qual se pode efetivamente e enfaticamente apontar para certas circunstâncias e abusos sociais:

Através do forte impacto visual que nossa sociedade tem experimentado nas últimas décadas, hoje, muitas vezes, tomamos conhecimento de

7 Joaquim Paiva foi entrevistado por Mônica Torres, pessoalmente, em 04 de Junho de 2019.

informações e notícias a partir das imagens. Algumas imagens iconográficas das últimas décadas, incluindo, é claro, a fotografia de Nick, da Guerra do Vietnã, ou as imagens da queda de Willy-Brandt no gueto de Varsóvia, em 1970, influenciaram a visão de mundo de gerações inteiras e contribuíram significativamente para a ruptura das estruturas sociais. O importante papel que a fotografia desempenha nos movimentos de democratização no Oriente Médio ou nos atuais conflitos sociais ao redor do mundo também sustenta seu significado e seu potencial para a formação de opinião, agendamento político e mobilização social. Como nenhum outro meio, é capaz de tocar as pessoas em seu íntimo, abrir novos horizontes e perspectivas e, claro, mudar o mundo, pouco a pouco. Do meu ponto de vista, a fotografia socialmente comprometida ainda precisa de muito mais destaque em nossa sociedade. (Mouratidi, 2019).

Nesse sentido, pode-se relacionar o trabalho de Mouratidi com os argumentos apresentados por Azoulay (2008), em *O Contrato Civil da Fotografia*. Compreende-se que a produção de Mouratidi fortalece a ideia de que é impossível reduzir a fotografia ao papel de apenas produtora de imagens (AZOULAY, 2008). Sobre esse aspecto, pode-se considerar que a partir da segunda metade do século XIX tem surgido um espaço de relações políticas que não é mediado apenas pelas regras do poder do Estado e não está completamente sujeito à lógica do que ocorre na arena política. É o que considera Azoulay (2008), avaliando que esse *espaço civil político* seria aquele que as pessoas usam na arte e na fotografia, sejam fotógrafos, espectadores ou fotografados, todos os dias. Em outras palavras, a fotografia pauta a sociedade.

De acordo com as reflexões propostas por Azoulay, devemos considerar que o consentimento da maior parte dos sujeitos fotografados (em ter suas fotografias tiradas), mesmo quando eles estão sofrendo numa situação extremamente difícil e estão vulneráveis, presume que existe um espaço civil no qual os fotógrafos, os sujeitos fotografados e os espectadores dividem um reconhecimento de que o que eles estão passando é intolerável. Assim, é na esfera política e artística que é reconstruída a imagem através do *contrato civil*⁸, em que as pessoas fotografadas seriam cidadãos ativos e participantes, como qualquer um de nós. A ideia aqui presente é que quando as pessoas fotografadas nos olham, elas estão clamando pela sua cidadania, nos convocando a reconhecer e reconstruir a sua cidadania através do nosso olhar. Acredita-se, aqui, que as séries de Mouratidi fazem esse tipo de convocação.

8 Azoulay enfatiza que a ideia do *Contrato Civil da Fotografia* é uma tentativa de ancorar o espectador em um dever civil na direção das pessoas fotografadas, e, assim, permitir uma possível forma de repensar os conceitos e as práticas de cidadania. A autora busca explicar a opção pelo termo “contrato” -ao invés de “empatia”, “vergonha”, “pena”, “compaixão” -como uma forma de organizar a relação que ocorre no olhar e no encontro com a fotografia resultante, onde todos os atores tem a mesma relevância: aquele que fotografa, aquele que é fotografado e aquele que olha a imagem, quando ela efetivamente acontece.

SOBREVIVENTES DO CÂNCER NA FOTOGRAFIA E NA PERFORMANCE DO FEMININO

Na produção da série *Câncer de Mama*, a artista trabalhou com duas estratégias artísticas diferentes, mas complementares. Na primeira etapa, retratou os rostos das mulheres e destacou trechos de seus depoimentos que considerou mais marcantes em seus relatos sobre a vivência do câncer.



Fotografia 3: Câncer de Mama–
Rostos 1



Fotografia 4: Câncer de Mama–
Rostos 2

Fonte: Site da artista Katharina Mouratidi.

Em um segundo momento, fotografou corpos seminus dessas mulheres, buscando retratar as “marcas” e “consequências” da doença que elas mencionavam, muitas vezes, em seus depoimentos. O enfoque dos retratos dos corpos seminus é principalmente para os seios que são afetados durante o tratamento e cirurgia. Em entrevista, Mouratidi conta que: “Apesar de muito expressivos, estava faltando alguma coisa naqueles rostos. Foi, então, que tive a ideia de incluir os corpos dessas mulheres e seus seios nos retratos. Eles falam mais do que tudo. A meu ver, é o que de fato fazem-nas sentirem-se transformadas em sua subjetividade. Optei por manter os depoimentos por considerá-los fundamentais”.

Segundo a artista, todas as fotografias foram realizadas em estreita cooperação com as mulheres retratadas: “Minha intenção era fotografá-las como eles quisessem se apresentar em frente à câmera e em público. Não havia regras especiais no estúdio”, explica. Mouratidi acrescenta que, quando faziam contato para participar do projeto, ela explicava a proposta e conversavam bastante. E, no estúdio, pedia que as mulheres posassem para ela, com pose frontal, com a parte de cima do corpo desnudas, mantendo

as demais vestimentas e adornos. Mouratidi dizia às mulheres que elas deveriam posar como quisessem, buscando sentir-se à vontade, imaginando-se que estavam posando para o público, e “dando um recado”, como mulheres sobreviventes do câncer de mama, com suas próprias interpretações, sentimentos. E como gostariam de ser vistas.



Fotografia 5: Câncer de Mama 3



Fotografia 6: Câncer de Mama 4

Fonte: Site da artista *Katharina Mouratidi*.

Mouratidi, na interação com as mulheres retratadas, coloca os seus corpos em cena e parte da estratégia da *performance* para organizar as suas obras. Essas fotografias encontram-se na categoria *encenada* ou *montada*, ensaios que surgem a partir de estratégias, performances e eventos especialmente criados pelos fotógrafos para as câmeras (COTTON, 2010, p. 9)⁹.

Essa área da fotografia contemporânea derivou, em parte, das fotos documentais de performances de arte conceitual e do movimento *fluxos* (1960 e 1970), mas hoje é diferente.

Ainda que algumas fotografias desta categoria exibam seu potencial status de registros acidentais de atos artísticos temporários, são principalmente destinadas a constituir o desfecho desses eventos. Neste caso, o objeto escolhido é apresentado como a própria obra e não simplesmente um documento, vestígio ou subproduto de uma ação que já acabou (idem, p.20-21). Para Cotton (2010), muitos trabalhos dessa categoria compartilham “a natureza orgânica da arte corporal e performática, mas o espectador não testemunha diretamente o ato físico, ficando, em vez disso, diante de uma imagem

⁹ Cotton (2013) está interessada em investigar o que caracteriza a fotografia como arte contemporânea buscando estudar e agrupar fotógrafos “que têm a mesma base de motivação e método de trabalho” (p.7).

fotográfica como obra de arte” (p. 21). Segundo a autora, essa categoria busca dar atenção a como o ensaio foi preconcebido pelo fotógrafo, e como essa estratégia foi pensada para mudar a maneira como pensamos sobre o nosso mundo.

Para Poivert (2010), a nova atualidade da *mise-en-scène* na fotografia se dá em um contexto de repolitização geral das artes. Hoje, mesmo quando o indivíduo é estigmatizado, pode criar uma *narrativa de si*, questionando seu direito e afirmando-se como vítima da sociedade (SCHECHENER, 2006, e SIBILIA, 2008). Logo, a série *Câncer de Mama* é produzida em um cenário em que numerosos artistas contemporâneos transformaram-se em *performers* da imagem, e produzem uma fotografia onde a *mise en scène* não é simplesmente uma construção em um quadro específico, mas a materialização, após um desenho preparatório, de uma ação pela imagem (POIVERT, 2010, e COTTON, 2010). Essas fotografias encontram-se em sintonia com essas análises e, dessa forma, inscrevem-se na cena artística contemporânea.

CÂNCER DE MAMA: PROCESSO CRIATIVO, RETRATOS E DEPOIMENTOS

No processo criativo, todas as retratadas foram convidadas a falar sobre algum aspecto de sua vivência da doença, que foi o mais importante e marcante para elas. Em seus depoimentos, elas explicam os diferentes aspectos de viver com o câncer. E falam sobre sua maneira de lidar com um assunto que ainda é considerado um “tabu”. Nas exposições, os retratos dos rostos eram exibidos acompanhados pelas legendas e junto aos retratos dos corpos *seminus*, alternadamente. Mouratidi, em entrevista, avalia:

Na Alemanha, o show foi ser a primeira exposição sobre o câncer de mama dessa dimensão. Pela primeira vez, as mulheres que se sobrepunham às gerações se declaravam sobreviventes do câncer de mama e falavam abertamente sobre a doença. O projeto queria ser entendido como um fórum que dá às mulheres afetadas a possibilidade de se manifestarem em público, ao invés de serem apenas objetos de discursos médicos. Aqui, elas mesmas demandam atenção para sua situação e pedem a discussão social e política sobre a doença que atualmente afeta uma em cada nove mulheres europeias. Desde então, o trabalho tem sido exibido em uma série de museus e galerias em diversos países do mundo. (MOURATIDI, 2019)

Pode-se dizer que os relatos presentes nas legendas (que nas exposições, acompanham os retratos) propõem reflexões sobre o conceito social e cultural da doença, mas também sobre questões dos bastidores, das relações com os médicos e do universo feminino. Destacam-se alguns exemplos:

a) Com o segundo seio, eu me permiti ser persuadida a deixar as próteses de silicone serem colocadas em mim e a não ouvir meus sentimentos. Desde o começo, eu disse: “Eu não quero, não preciso disso”. E fui imediatamente pressionada. Os médicos disseram: “Está tudo bem. E isso tem que ser operado agora... É muito mais prático fazer tudo em um único procedimento” - e: “Podemos garantir que, em seis meses, isso não será mais importante para você”. Depois de dois dias, eu desisti e permiti que as próteses de silicone

fossem colocadas em mim. Nunca me dei bem com isso... E, depois de oito anos, eu resolvi dizer: "Muito obrigado, você pode tê-los de volta". E, desde então, me sinto muito melhor;

b) Acho que alguém poderia ter descoberto isso em mim meio ano antes. Então, é hora de adotarmos restrições onde apenas certos médicos podem avaliar uma mamografia. No dia em que saí do hospital, fui ao meu ginecologista e perguntei por que ele não me enviara a um especialista seis meses antes, quando apareceu o primeiro sinal no ultrassom. Ele disse: "Você ainda é muito jovem, eu simplesmente não acredito que tenha sido algo sério com você. Você simplesmente não deu sorte.";

c) Para muitas mulheres que têm câncer, as pessoas dizem: "Você é forte!" Se alguém tem uma faca na garganta, certamente não tem escolha.

d) Passei a entender como a vida é valiosa e, se alguma vez eu me esquecer disso, as cicatrizes sempre estarão lá para me lembrar...

e) Em algumas situações, penso: agora, você tem que ir rapidamente para casa... Agora, você não deveria continuar a partir daqui... Agora, você é uma mulher de peito amputado...

Nos exemplos apresentados, as legendas acompanhavam os retratos dos rostos:



Fotografia 7: Câncer de Mama –
Rostos 3



Fotografia 8: Câncer de Mama–
Rostos 4

Fonte: Site da artista *Katharina Mouratidi*

Katharina Mouratidi, 2000. As fotografias acima se referem aos relatos de e e e servem como exemplos para compreendermos como as legendas acompanhavam os retratos. Nos close-ups, os semblantes das mulheres retratadas aparentam certa seriedade e um ar de angústia.

Nas narrativas das legendas *a* e *b*, as mulheres (com semblantes sérios ou de angústia e marcas de expressão dos rostos em destaque, em que a artista trabalha com a estética da realidade e da arte testemunhal¹⁰) questionam o poder e o saber médico e a relação médico-paciente. Para Mouratidi (2019): “esses depoimentos iluminam aspectos de difícil enfrentamento da doença e que praticamente não são abordados em outros meios”.

A série de Mouratidi pode ser considerada uma resposta em sintonia a algumas análises críticas, como as de Moulin (2008)¹¹. A autora alega que, sobretudo no século XX, a medicina ocidental tornou-se o principal recurso em caso de doenças e, ao mesmo tempo, “um guia da vida corrente das tradicionais direções de consciência” (2008, p.15). Segundo Moulin, esse “guia” indica regras de comportamento, censura os prazeres, aprisiona o cotidiano em uma rede de recomendações, inclusive para o corpo em tratamento. Nesse sentido, as mulheres de Mouratidi são vozes ativas que contestam.

Além disso, o corpo fala. As mulheres retratadas mostram as transformações ocasionadas em seus corpos devido ao câncer e passam a ser “sobreviventes” do câncer. Assim, já não sabemos muito bem quais são os limites, o que pode ser mudado no corpo, sem que se mude de identidade ou não (Michaud, 2008, p.552). Os corpos dessas mulheres portam as dimensões médico-científicas e as suas escolhas sobre o seu próprio corpo a partir da relação médico-paciente. Para Moulin, “o corpo imerso no mundo virtual passa a ser o suporte das façanhas científicas”. (2008, p. 78) E esse é outro sintoma contemporâneo, que, muitas vezes, está presentes nas artes.

Nos retratos em que os seios das mulheres estão em evidência (quer tenham passado por mastectomia e por cirurgia de reconstrução, ou não), a artista busca realizar uma produção crítica da representação social da doença. Esses diferentes tipos de corpos e seios representam as vozes de diferentes mulheres, que questionam imagens idealizadas do *corpo são e desejável da mulher* e das instituições médicas.

10 Sobre a estratégia artística com que trabalha Mouratidi, conectada à realidade e à arte do testemunho, Hal Foster (2014) propõe pensarmos a representação contemporânea a partir da criação de imagens que são conectadas à realidade, mas também desconectadas, simultaneamente reais e artificiais, afetivas e frias, críticas e complacentes. A sua perspectiva ganha força na análise da arte contemporânea, principalmente devido à paixão pelo real, à medida que enfatiza aspectos documentais, testemunhais, performáticos, relacionais e indiciários, considerando a demanda por realidade na cultura midiática. Para Foster, uma forte tendência atual tem sido a arte testemunhal, caracterizada pelo compromisso realista, aceitando a subjetividade autobiográfica como meio criativo e verdade humana.

11 Em *O corpo diante da medicina*, Anne Marie Moulain (2008) analisa o conceito do corpo a partir do contexto da evolução das ciências de modo geral, quando o corpo pôde obter acentralidade no desenvolvimento da humanidade.



Fotografia 9: Câncer de Mama no metro de Berlim

Fonte: Site da artista *Katharina Mouratidi*

Câncer de Mama. Katharina Mouratidi, 2000. O primeiro formato em que as fotografias da série foram exibidas foi em grandes cartazes luminosos, nos metrô de Berlim (2000). Os retratos dos corpos seminus de mulheres sobreviventes do câncer de mama evidenciam os seios marcados pelo tratamento e cirurgia (mastectomia, com reconstrução ou não). Nessas imagens, os semblantes passam um ar de confiança, coragem e tranquilidade: elas estão sorrindo na maior parte dos retratos.

Ao olhar-se para as mulheres retratadas, elas parecem dizer: “Agora, estou sem os meus seios, mas, e daí? Qual é o problema? A vida continua, eu estou viva, sou eu aqui, estou vivendo do mesmo jeito” (avalia Joaquim Paiva, 2019, em entrevista). Essas imagens e depoimentos falam de luta pela vida, mas também da possibilidade da morte, algo inerente a todos nós (como nas legendas *c* e *d*). Certamente, num primeiro olhar, pode-se ter a estranheza de uma parte do corpo que falta, um seio decepado, que gera uma tensão e leva a pensar na doença e nas suas consequências. Mas, ao olhar-se para os seus rostos, nos retratos em que aparece todo o corpo, elas estão sorrindo, estão aparentemente tranquilas. Paiva (2019) acrescenta que: “Elas posam confiantes, com a força de quem lutou e sobreviveu. É diferente de outras fotos de pessoas com câncer sofrendo, sem cabelos, tristes, como se estivessem vivendo uma sentença de morte”. Portanto, é um trabalho que critica os processos de vitimização e despersonalização que experimenta o doente e que, ao mesmo tempo, advoga pela escolha do paciente.

Dessa forma, nas imagens em que aparecem seminuas, suas poses estão conectadas à crítica aos estereótipos e convenções estéticas de “mulher bela”. Já no close dos rostos, diferentemente, há algum sentimento de angústia. Alguns relatos falam da força do sentimento do feminino e de suas contradições diante de um seio “amputado” e de suas “cicatrices” (legendas *d* e *e*). Sobre esse aspecto, Judy (2002) observa que uma cicatriz pode ser um elemento de horror ou uma marca de honra: “É o olhar do outro que tira sua monstruosidade aparente. É uma marca do destino que parece anular o idealismo da beleza baseado na integridade do corpo, pela pele”. (JUDY, 2002, p. 85).

Nesse sentido, vale observar que o corpo como artifício tem presença constante na arte contemporânea. É o corpo como ferramenta de projeção de sentidos, de significados e de valores (LE BRETON, 2007). Esse tipo de fotografia (de um corpo que performa para a câmera) integra o que Miranda (2008) chama de *artes do corpo*, que se centram mais nas urgências do tempo do que em critérios formais ou puramente estéticos: “Nada lhe é

estranho, tudo lhe é servido de matéria. É o caso do corpo, que tem vindo a ganhar uma visibilidade que, para muitos, parecerá excessiva”. (Miranda, 2008, p. 150) O autor explica que essa visibilidade não seria assim tão inesperada com os rumos que a arte tomou, particularmente a partir dos anos 1960, ao contrário: a interrogação excessiva do corpo é sinal de uma profunda mutação da cultura. Especialmente a partir dos anos 1960, o corpo passou a desempenhar os primeiros papéis nos movimentos igualitários de protesto contra as hierarquias culturais, políticas e sociais herdadas do passado (COURTINE, 2008, p.09). Nos anos 1970, as mulheres gritavam: “nosso corpo nos pertence” e protestavam contra a proibição do aborto. Foi nesse cenário que o corpo foi investido como um lugar importante de repressão, um instrumento crucial de libertação, uma promessa de uma revolução.

Pode-se dizer, então, que o século XX inventou teoricamente o corpo, e que aspirações individuais colocaram-no no centro dos debates, como objeto de pensamento e marcas de gênero, de classe ou de origem (que não podem mais ser apagadas). Certamente, essa influência migrou para produções artísticas e imagéticas desde então. Para Michaud: “a partir dos anos 1990, 80% ou até 90% da arte tomam o corpo como objeto. Quando se o mostra, utiliza-se sob a espécie do corpo do artista, produtor e performer”. (2008, 562-563). Para Miranda (2008) e Michaud (2008): “sem dúvidas, o corpo é a grande marca da contemporaneidade”. E, portanto, o corpo contemporâneo assume características e significações muito amplas e complexas. Miranda reconhece ainda a onipresença da medicina e da genética como tendências na arte contemporânea.

Agora, em um contexto de análise mais voltada para a técnica, podemos constatar a sua característica de precisão e “hiper-detalhista” da série *Câncer de Mama*. A artista opta por iluminação plana, frontal, com registros no mesmo fundo. Mouratidi busca ganhar consistência e criar uma sensação de diversidade: “em um mesmo mundo, diferentes mulheres, com marcas singulares em seus corpos”. E faz os retratos em estúdio, com total controle da luz, sem um cenário que os componha, dando o maior destaque possível às atrizes principais da cena e a seus corpos. O resultado estético das imagens é deliberadamente específico à medida que as imagens valorizam as modelos, colocando-as no centro da ação, com uma expressão positiva. Através de seus corpos, as mulheres retratadas transmitem a ideia de autoaceitação e coragem, em um enfrentamento à noção de passividade e medo, tradicionalmente relacionada à doença.

As séries de Mouratidi convidam ainda a pensar no que diz Sontag (2007), em seu célebre ensaio “A Doença como Metáfora”, publicado pela primeira vez em 1978. Para a autora, a maneira mais saudável de se estar doente seria justamente o de resistir a esse pensamento metafórico de “doença fatal”, de “sentença de morte” (para doenças como a tuberculose, no século XIX e o câncer, na atualidade). A ideia que Sontag tenta defender é de que esse tipo de pensamento não leva em conta o trabalho de cura que ocorre através da inteligência de um corpo que se redescobre a si mesmo. Assim, um dos seus principais objetivos consiste em retirar do câncer o estigma alegórico que pesa sobre ele. Para ela,

quando se diz que uma a doença é uma maldição, é uma forma de parar de pensar e de cristalizar as pessoas. Então, num diálogo com o pensamento de Sontag (2007), a atitude dessas mulheres é uma reação. São expressões confiantes de quem sobreviveu ao câncer e quer continuar a viver, com coragem, e escolher seus próprios caminhos e intervenções em seu corpo. E que solicita o apoio, a força e o afeto de quem olha para essas imagens.

Por isso, as mulheres de Mouratidi são também um enfrentamento. Elas expõem suas imagens e identidades buscando criar um novo conceito social para as sobreviventes do câncer. Além disso, enfrentam estigmas e preconceitos, e emprestam seus corpos a uma causa pública. Como observou Sontag (1978, p.12): “o câncer é uma doença largamente considerada como sinônimo de morte e é tida como algo que se deve esconder”. É também a esse pensamento que elas resistem.

CONCLUSÕES

Nesse estudo inicial, pode-se observar que o trabalho de Mouratidi inscreve-se em um cenário de discursos e orientações sobre o corpo, a política e a estética na arte contemporânea. Nas palavras de Poivert (2010), um “contexto de repolitização geral do campo artístico”. Acredita-se que a legitimação de sua obra, reconhecida pelo meio especializado, estão relacionadas à escolha de suas temáticas, bem como à originalidade e qualidade técnica de suas produções. Observa-se também que a maior parte de suas séries pertence à categoria que tem sido frequente na arte contemporânea: *encenação*, *performance*, *mise en scene*, como indicado por Cotton (2014) e Poivert (2010).

Câncer de Mama é uma série de retratos de mulheres que exploram as questões estéticas, éticas e técnicas da fotografia. A artista busca dar voz às mulheres sobreviventes ao câncer de mama, que emprestam seus corpos, rostos e testemunhos a uma causa pública. Essa é a marca do trabalho de Mouratidi, que encontra ressonância em sua trajetória de vida, seja de atuação artística, política e profissional: uma fotógrafa humanista, que lida com temas de interesse de toda a sociedade.

Sobre seu processo criativo, suas séries surgem a partir de situações em que a condição humana parece inaceitável. Como argumenta Azoulay (2008), uma situação na qual os fotógrafos, os sujeitos fotografados e os espectadores “dividem um reconhecimento de que o que eles estão passando é intolerável”. A fotografia contemporânea tem sido central neste sentido. Afinal, a fotografia pauta a sociedade.

Na série estudada, Mouratidi elege o retrato como principal estratégia artística. Ao mesmo tempo, inclui as legendas e textos de apoio que completam o sentido da situação que busca questionar e dar visibilidade (sem identificar as mulheres com nomes), colocando, dessa forma, sua voz artística e posição política em sua obra.

Acredita-se, aqui, que a série *Câncer de Mama* propõe questões e tensões sobre o cotidiano da doença e o universo feminino: mostra as diferentes mulheres com seus *medos*,

fraquezas, inseguranças e angústias, mas também (e principalmente) com sua *coragem, força, orgulho, serenidade e beleza*. Mouratidi busca mostrá-las como sujeitos ativos, que pedem à sociedade que reflita sobre sua situação e que clamam pela reinvenção do conceito social sobre a doença e o feminino.

Sendo assim, longe de esgotar a análise dessa série e de sua temática tão desafiadora, acredita-se que essa investigação contribui significativamente para a pesquisa em andamento, em que fazemos estudos semelhantes com outras artistas. Nesse sentido, a motivação é pesquisar retratos e autorretratos femininos, que abordem as questões relacionadas ao câncer de mama, séries que buscam questionar as noções de identidade e expressar a subjetividade feminina, a reinvenção corporal e de conceitos relacionados. É essa aproximação com nossos estudos que Mouratidi nos permite, propondo novos olhares e reflexões para a fotografia humanista e para os retratos contemporâneos.

REFERÊNCIAS

AZOULAY, A. **The Civil Contract of Photography**, Zone Books, 2008

BOURDIEU, P. L'illusion biographique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 62/63, p. 69-72, juin 1986.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Relatos orais: do indizível ao dizível**. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 39, n.3, p. 272-286, mar., 1987.

LA CAPELLA. Disponível em <<http://lacapella.barcelona>>. Acesso 10 de junho de 2019.

COTTON, C. **A Fotografia como arte contemporânea**. SP: WMF Martins Fontes, 2014.

COURTINE, JJ. A, org. **História do corpo volume 3**, Petrópolis, Vozes, 2008.

FOSTER, H. **O retorno do real: a vanguarda no final do século XX**, SP: Cosac Naify, 2014.

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

MICHAUD, Y. O corpo e as artes visuais. In: CORBIN, A.; COURTINE, J.; VIGARELLO, G. (Orgs.). **História do corpo: as mutações do olhar: O século XX. Vol.3** Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 541-565.

MIRANDA, J. B. de. **Corpo e Imagem**. São Paulo: Annablume, 2011.

MOULIN, A M. O corpo diante da medicina. In: CORBIN, A.; COURTINE, J.; VIGARELLO, G. (Orgs.). **História do corpo: as mutações do olhar: O século XX. Vol.3** Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

POIVERT, M. **La photographie contemporaine**. Paris: Flammarion, 2010,

REVISTA MUSEU. Disponível em: www.revistamuseu.com.br/site/br/noticias/nacionais/537-12-06-2013-colecao-joaquim-paiva-no-mam-rio.html. Acesso em: 10 jun. 2019.

REVISTA DE COMUNICACIÓN INTERACTIVA MUJERES Y SALUD. Disponível em: https://matriz.net/mys-09/programa/dsq_09.html. Acesso em: 15 jun. 2019.

SELLTIZ, C. *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1974.

SIBILIA, P. **O artista como performer: dilemas do eu espetacular nas artes contemporâneas**. In: LABRA, D. (Org.). *Performance presente futuro*, v. II. Rio de Janeiro: Aeroplano; Oi Futuro, 2010.

SONTAG, S. **A doença como Metáfora**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KATHARINA MOURATIDI. Disponível em: www.globalerwiderstand.org/en/portfolio-breastcancer_01.html. Acesso em: 01 mai. 2019.

CAPÍTULO 9

O PAPEL DO JORNALISMO NO CONTROLE DEMOCRÁTICO E NA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 28/05/2020

Juciméri Isolda Silveira

Curso de Serviço Social. Mestrado de Direitos Humanos e Políticas Públicas. Coordenação de Área e Núcleo de Direitos Humanos. Assessora do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social

Manuella Niclewicz

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR. Graduada em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR. Jornalista, Repórter e Apresentadora.

RESUMO: Este artigo visa analisar o impacto do surgimento da Indústria da Mídia de Massa nas sociedades democráticas e o poder que os veículos de comunicação de massa têm frente a estas sociedades, podendo-se assim atuar como instrumento de educação e fiscalização em Direitos Humanos. Para isso, vale-se das premissas e baseia-se nos aportes teóricos, principalmente, de Habermas, Dussel e Foucault.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia; Direitos Humanos; jornalismo.

THE ROLE OF JOURNALISM IN THE DEMOCRATIC CONTROL AND EDUCATION IN HUMAN RIGHTS

ABSTRACT: This article aims to analyze the impact of the emergence of the Mass Media Industry in democratic societies and the power that the mass media have over these societies, thus being able to act as an instrument of education and inspection in Human Rights. For this, the study uses the premises and is based on the theoretical contributions, mainly, by Habermas, Dussel and Foucault.

KEYWORDS: Mass Media; Human Rights; journalism.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo visa analisar o impacto do surgimento da Indústria da Mídia de Massa nas sociedades democráticas e o poder que os veículos de comunicação têm frente a estas sociedades, valendo-se das premissas e baseando-se nos aportes teóricos, principalmente, de Habermas, Dussel e Foucault.

É notório que nas sociedades modernas, desde o seu surgimento, os veículos de comunicação se tornaram espaços privilegiados de expressões de ideias e debates públicos. Na contemporaneidade é impossível pensar em sociedade democrática sem levar em consideração a presença da mídia com um fluxo contínuo de informações, que é responsável tanto por garantir o direito constitucional à

informação, quanto pautar os debates cotidianos da sociedade civil.

Assim, mediante a compreensão deste cenário midiático, se defende no presente trabalho, como consequência efetiva da Indústria da Mídia de Massa, que os meios de difusão de informação em geral podem, e devem, ser utilizados como instrumentos aliados da sociedade na fiscalização e garantia dos direitos humanos, isto porque, lhe é intrínseco a capacidade de acompanhar a operacionalização, e ainda os resultados, sejam estes efetivos ou não, das políticas públicas.

Em verdade, emana da própria essência dos veículos de comunicação o dever de trazer visibilidade a fatos, o que, se bem gerido, como se pertente analisar, lhe faculta a capacidade de pressionar o Estado, fazendo com que este cumpra com os seus deveres previstos na Constituição Federal de 1988, de defesa da Dignidade Humana e, ainda, da democracia participativa.

21 O SURGIMENTO DA INDÚSTRIA DA MÍDIA E O SEU IMPACTO NAS SOCIEDADES DEMOCRÁTICAS

É sabido que, independente da época ou do local, os seres humanos anseiam pela sobrevivência e a perpetuação da espécie. Desde os primórdios de nossa existência, identifica-se a inevitável tendência de os sujeitos sociais, posto que são parte da vida em sociedade, se organizam buscando fortalecer o bando, proteger-se de perigos individualmente insuperáveis, expandir horizontes ou superar barreiras intransponíveis ao seu tempo, de modo a desenvolver processos coletivos que respondem às demandas e necessidades sociais.

Para tanto, neste mesmo sentido, é possível identificar que, desde o seu surgimento, todas as sociedades humanas estão pautadas na tendência de atribuir valor à opinião de seus integrantes, respeitada a liderança do grupo e os seus direcionamentos. Ou seja, dentro dessas sociedades, seja ela qual for, existem relações de poder sendo exercidas de alguma forma, de modo a dinamizar a vida em sociedade.

Nada obstante, com o passar do tempo, com a evolução das sociedades e a grande expansão dos grupos, se encontra necessário um tratamento igualitário a todos os seus integrantes, seja de proteção contra perigos externos ou de dignidade, tratando-se de problemas internos. Para Foucault (2009) não existe poder, e sim relações de poder em rede, que através da atuação de seus instrumentos, dentre eles neste trabalho, aponta-se principalmente a mídia, são capazes de controlar e disciplinar uma sociedade, o que se aprofunda no contexto de modernidade, de desenvolvimento do capitalismo.

De acordo com Cardoso (2007) a comunicação é o processo base de qualquer organização social. Neste sentido, se torna imprescindível destacar o surgimento da Indústria da Mídia, processo que ocorre durante a segunda metade do século XV e impacta diretamente o desenvolvimento político e econômico da sociedade e do Estado.

De acordo com Thompson (1998) o advento da mídia está ligado também ao

surgimento do mundo capitalista e, por outro lado, ao enfraquecimento das estruturas simbólicas que marcavam a sociedade do período medieval:

O desenvolvimento das primeiras máquinas de impressora foi assim parte e parcela do crescimento da economia capitalista no fim da Idade Média e início da Europa Moderna. (...). O advento da indústria gráfica representou o surgimento de novos centros e redes de poder simbólicos que escapavam ao controle da Igreja e do estado, mas que a Igreja e o estado procuraram usar em benefício próprio e, de tempos a tempos, suprimir. (THOMPSON, 1998, p.54)

O mundo capitalista provocou transformações profundas na vida da sociedade civil e do Estado, transformando as relações pessoais em relações de mercado, o que, até então, jamais se tinha experimentado.

Neste fluxo, a própria Mídia sofreu impactos pela transformação e os novos horizontes trazidos por esta nova ordem mundial. Informações sobre a Primeira Guerra Mundial, por exemplo, demoraram anos para atravessarem o mundo e serem divulgadas do outro lado do Oceano. Hoje, no entanto, as notícias precisam atingir o seu receptor quase que instantaneamente no momento de sua ocorrência; isto é, em segundos as informações, que podem ser vistas como produtos jornalísticos, se tornam de conhecimento público, independente de em qual parte do mundo elas estejam ocorrendo.

Desde 1948, com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), mediante os enunciado proclamados pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), a comunicação passou a ser reconhecida com um Direito Humano Fundamental, representada pelo direito à liberdade de opinião e expressão contida no Artigo 19 da DUDH:

Artigo XIX. Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras (Assembleia Geral da ONU, 1948).

Desse momento até a contemporaneidade a comunicação e o fluxo de informações passaram por diversas mudanças. Em verdade, há que salientar que o impacto de novas tecnologias, de novos mercados, assim como das constantes novas descobertas que afloram diariamente, condicionam diretamente Indústria da Mídia de Massa, e esta, além de se reinventar diariamente, precisa, ainda, rapidamente processar milhares de informações, divulgando-as a um consumidor exigente, que anseia pelo recebimento de informações instantâneas.

As informações, então disponibilizadas, participam intimamente da realidade, trazendo consigo, sobretudo, o poder de mutação e transformação desta mesma realidade em que foi inserida. Nesse sentido discorre Sousa (2002):

As notícias, ao surgirem no tecido social por ação dos meios jornalísticos, participam da realidade social existente, configuram referentes coletivos e

geram determinados processos modificadores dessa mesma realidade. (SOUSA, p. 119).

Dentro desta grande explosão tecnológica e informacional, acentua-se por vezes o papel da Mídia, a qual atua como filtro seletor das notícias que permearão os noticiários e conseqüentemente a pauta da sociedade, em especial quanto a sua capacidade de propagação de informações. Não se pode negar ainda, que atualmente as informações não são mais consumidas de maneira linear, a internet foi responsável por uma grande revolução nos meios de comunicação e na maneira em como se consomem notícias.

Como já foi apontado, atualmente são necessários apenas segundos para que uma notícia atinja o seu receptor onde quer que ele esteja, e é cada vez maior o número de receptores dessas informações. Por isso o impacto do exercício jornalístico, que atua no garante do direito à informação é cada vez maior. Assim, muito mais do que simples mediadores de informação, os meios de comunicação passaram a criar novas formas de ação e interação com a sociedade, se tornando ainda interventores da realidade social e sujeitos ativos do exercício do poder.

31 O SURGIMENTO DO ESTADO MODERNO E A HIERARQUIZAÇÃO DAS SOCIEDADES

Como já salientado, com a evolução das sociedades e da desenvoltura humana formou-se o Estado Moderno e, neste sentido, mediante a uma nova configuração do contexto social, econômico e político, fortemente impactada pela globalização da esfera econômica e com auxílio das mídias, encontramos no Estado o dever de promover segurança e bem-estar mínimos à sociedade.

De acordo com Enrique Dussel (2012), a modernidade é um processo de emancipação da razão humana e, nesse sentido, apresentam-se dois paradigmas da modernidade. O primeiro deles parte de um ponto de vista eurocêntrico, propondo a Europa como cultura superior as demais, principalmente por conta da sua racionalidade. Por outro lado, o segundo concebe a modernidade como a cultura do centro do “Sistema-Mundo”, assim a centralidade da Europa no sistema-mundo não seria apenas fruto da sua superioridade, mas, sim, pelo descobrimento e conquista da “Ameríndia” que dá a ela uma vantagem comparativa frente às demais culturas.

Sendo assim, Enrique Dussel (2012) as culturas consideradas inferiores à época, como a América ou a África, sentem os reflexos de inferioridade até os dias atuais. Contudo, é importante ressaltar que o autor aponta nessa perspectiva a modernidade como fruto deste acontecimento e não a sua causa, assim como o capitalismo também é tido como fruto e não causa do fenômeno da mundialização e centralidade europeia no sistema-mundo.

As sociedades consideradas mais “evoluídas”, e que por isso concentram mais poder

sobre as demais até a contemporaneidade, deixando de compreender as suas diferenças em termos culturais, têm suas ações públicas sendo importadas como verdades e como exemplos em sociedades com realidades e problemas particulares. Isso se constitui um entreve à plena implementação de políticas públicas associadas aos Direitos Humanos (SILVEIRA, 2016).

Enfrentado este tema, Boneti (2011, p. 22) afirma que “embora hoje o pensamento científico já tenha percorrido longa história de amadurecimento, a tradição do iluminismo de associar uma decisão política a uma verdade comprovadamente científica ainda é muito presente”. É o que pode ser comparado aos estudos de Meneses (2008), ao aprofundar os estudos de Boa Ventura de Souza Santos sobre Epistemologias do Sul, que aponta fatos como esses a uma hierarquização de saberes – a sobreposição de formas de conhecimento epistemológico da ciência moderna, desconsiderando as demais formas de saberes – assim como a hierarquia de sistemas políticos, que mostram até a contemporaneidade a predominância das culturas eurocêntricas, o que é apelidado por diversos autores de “colonialidade de poder”.

Por isso, a Autora propõe a necessidade de repensar conceitos definidos pela racionalidade para solucionar essa problemática da pós-colonialidade, afinal, as realidades tidas hoje como pós-coloniais não podem ter como pressuposto um único padrão. A diversidade da América Latina é completamente diferente do que ocorre na Europa ou na África, por exemplo.

Neste raciocínio, a presença dessa diversidade é o que exige a necessidade de debates, diálogos e comunicação dentro das sociedades junto a agentes políticos, mas também entre as inúmeras culturas existentes, nenhuma sendo considerada como dominante ou dominada pelas demais. Constatação que discorre no mesmo sentido da Teoria do Agir Comunicativo de Habermas, que defende que a democracia deve ser construída através do diálogo e espaço para debates.

Nesse sentido, o jornalismo surge como detentor do poder necessário para mediar esses diálogos, pressionar o Estado e instrumentar a construção da verdadeira realidade social, organizando e dando visibilidade as verdadeiras necessidades da sociedade. O espaço público contemporâneo pode ser designado por “espaço público mediatizado”, no sentido em que é funcional e normativamente indissociável do papel dos media. (WOLTON, 1995)

Faria (2000) aponta a possibilidade de justificar e operacionalizar a soberania popular através da democracia deliberativa. O faz, justamente, pressupondo que decisões coletivas sobre o exercício do poder são possíveis também em sociedades complexas.

Nesse mesmo vértice, Habermas (1997) defende que a operacionalização das políticas deliberativas depende da institucionalização dos procedimentos e das condições de comunicação. O que nos leva a repensar e defender que a mídia pode ser um instrumento para a sociedade capaz de levar à prática da democracia deliberativa. Em verdade, nos dias

atuais, os movimentos sociais buscam um novo caráter para a elaboração e implementação de políticas públicas, que visa o resgate do reconhecimento da singularidade dos grupos sociais.

De acordo com as concepções habermasianas é nesse sentido também que é possível transformar poder comunicativo em poder administrativo. Nas sociedades democráticas os arranjos institucionais são mecanismos de controle político e social, o que impacta diretamente no campo dos direitos humanos e consequentemente das políticas públicas, que são os meios de operacionalização, por parte do Estado, desses direitos tidos como fundamentais.

É nesse novo perfil que se apresentam, então, novos agentes na formulação de políticas públicas. Destacam-se aos olhos que poucos são os agentes que tem força para monitorar e pressionar o exercício político a favor dos direitos fundamentais como a mídia de massa. O pesquisador Alfredo Eurico Vizeu Pereira Junior (2014) imprime o conceito de que é a partir da edição de um telejornal no final do dia, por exemplo, que o mundo é contextualizado para a sociedade. Entretanto, é preciso entender como os processos sociais mudam ou são influenciados pela presença da mídia e do jornalismo.

4 | RELAÇÃO ENTRE MÍDIA E PODER

A Ética da Libertação do argentino Enrique Dussel (2012) buscou analisar explicitamente o horizonte “sistema-mundo”, levando em consideração não apenas o centro, mas também a sua periferia, em especial para compreender o processo opressivo da dominação e exclusão social, questionando o discurso da modernidade.

Isto é, para o Autor, a superação da modernidade se dá, primeiramente, através da identificação do que chama de “fato opressivo da dominação”, o que denomina como causa da Modernidade, ou a forma através da qual uns se tornam senhores de outros no plano mundial, para que então haja uma efetiva intervenção e transformação nas realidades educacional e social.

Neste sentido, é infestável a certificação da Mídia como um instrumento de poder a esta Libertação trazida por Dussel (2012), isto porque, pode ela, auxiliar no reconhecimento da existência de vítimas ou de oprimidos, ou ainda de abstrações de conceitos e valores que reforcem a solidariedade, a justiça social e os direitos humanos, direcionando os holofotes e olhos da sociedade para problemas sociais relevantes.

Por outro lado, necessário ressaltar a visão de Foucault (2009) quanto a sua conclusão de que a instauração da sociedade moderna supôs uma transformação na consagração de novos instrumentos pelos quais se pode canalizar o poder. Sustenta o Autor que o poder não existe, e o que há são relações, práticas de poder, tentando pensá-lo de forma inovadora, não apenas como proveniente do campo estatal, uma vez que o poder não é proveniente apenas do soberano, mas também das outras instituições.

Neste sentido, das premissas das relações de poder é possível afirmar que o discurso, em especial o discurso jornalístico, pode ser considerado como uma das principais ferramentas de implantação de noções de verdade na realidade social em que se insere.

Hodiernamente, a cada dia mais, a mídia transforma-se em um instrumento de poder, ela passou de simples mediadora da informação para um instrumento de intervenção social. Como afirma Foucault (1996) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

No mesmo sentido, de acordo com Habermas (2003) foi por conta da imprensa periódica que surge na Sociedade Moderna uma nova esfera pública, que consistia de indivíduos que se reuniam e debatiam entre si as normas da sociedade civil e da condução do estado produzindo assim um fórum de debate público..

Neste cenário, é inegável apontar que nos dias atuais a mídia é percebida em diversos campos da atividade humana. Na sociedade atual é praticamente impossível pensar em esfera pública sem visualizar a mídia como responsável por trazer a informação ao conhecimento e, conseqüentemente, à pauta rotineira da sociedade. Nesse sentido, necessário destacar o cientista político norte-americano, Bernard Cecil Cohen (1993, p. 31), sobre a força dos meios de comunicação: *“may not be successful much of the time in telling people what to think, but it is stunningly successful in telling its readers what to think about”*.

Por isso tem-se apontado no presente trabalho a necessidade de se analisar o seu impacto no campo do Estado, na fiscalização do papel do Estado como o garantidor dos direitos fundamentais dos cidadãos através da operacionalização das Políticas Públicas.

Para tanto, necessário transcrever os escritos de Penteado e Fortunato:

Com o rápido desenvolvimento dos meios de comunicação e a convergência tecnológica dos meios de comunicação e informação, ampliou-se a capacidade de intervenção da mídia nas atividades humanas. Hoje, as diferentes mídias fazem parte, direta ou indiretamente, do cotidiano da maioria da população, seja como fonte de trabalho, fonte de informação, entretenimento e/ou mecanismo de comunicação/interação social. (PENTEADO, 2015, p.132)

Muito mais do que um mero exercício profissional, o Jornalismo traduz-se como um verdadeiro serviço à sociedade. Isto é, o Direito à Informação é um Direito Constitucional garantido por nossa Carta Magna, sendo assim considerado fundamental e indispensável em uma sociedade que se denomina como democrática.

Verdadeiramente, como detentora da informação e responsável por sua propagação, aponta-se a Mídia como um nato balizador da democracia, seja como instrumento de poder e até da necessidade de libertação de determinadas sociedades apontada por Dussel, ou como ferramentas de implantação de noções de verdade na realidade social em que se insere segundo Foucault, ou até mesmo, como gênese do conceito de esfera pública de

acordo com os ensinamentos de Habermas.

5 | CONCLUSÃO

O processo da comunicação, mais especificamente retratado no presente trabalho pela força de abrangência dos veículos de comunicação de massa, passou a ter em si mesmo uma função de controle social. Ou seja, a partir do filtro realizado pelos profissionais jornalistas, é possível pautar o assunto a ser tratado rotineiramente pela sociedade civil, é possível visibilizar a verdadeira realidade social e econômica sendo enfrentada pelo país e desse modo, ainda é possível pressionar e fiscalizar o Estado na atuação que lhe cabe em garantir os direitos considerados fundamentais à sociedade.

Após a grande revolução enfrentada pelo âmbito da comunicação, de responsabilidade primordial da internet, quando as informações passaram a atingir os seus receptores com velocidade estrondosa, segundos após o acontecimento do fato a ser noticiado, e ainda do alcance de uma parcela cada vez maior da população frente a diversidade de veículos existentes atualmente e que se reinventam a cada dia, a mídia passou de espaço privilegiado de debate e mediador de informações para um instrumento de intervenção social em si. A mídia pode ser considerada hoje um sujeito ativo no exercício das relações de poder.

Acredita-se que a mídia detém hoje em si mesma relações de poder em rede com a sociedade, que são capazes de direcionar atuações estatais. Foucault (2009) acredita não ser possível que o poder se exerça sem saber, mas também não ser possível que o saber não engendre poder. Relacionando o saber com a informação que atinge a sociedade através da mídia, ela é capaz de dar força a participação da sociedade na democracia, como também defende Habermas (2003) em suas concepções de deliberação.

Frente a crise da democracia sendo vivenciada no Brasil, por exemplo, a mídia pode e deve ser um instrumento capaz de fortificar os pilares democráticos, trazendo visibilidade a opinião de uma sociedade que se encontra oprimida, trazendo visibilidade a verdadeira realidade social do povo através da fiscalização e do acompanhamento de instrumentos estatais de operacionalização e garante dos direitos como as políticas públicas. Por isso defende-se nesse texto os pensamentos de Habermas (1997) de que a opinião pública, transformada em poder comunicativo, não pode reger o sistema, mas pode, certamente, direcioná-lo, na perspectiva do fortalecimento da democracia e dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por Dentro**. 3ª Edição. Ijuí: Unijuí, 2011.

CARDOSO, Gustavo Leitão. **Mídia Na Sociedade Em Rede**, a. FGV Editora, 2007.

COHEN, Bernard C. **The Press and Foreign Policy**. Univ. Of California, 1993.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão**. / Enrique Dussel; tradução de Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen, Lúcia M. E. Orth – 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2012.

FARIA, Cláudia Feres. **Democracia Deliberativa**: Habermas, Cohen e Bohman. Campinas. Lua Nova. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n50/a04n50.pdf>> Último acesso em 04/06/2019.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1867820/mod_resource/content/1/FOUCAULT%2C%20Michel%20-%20A%20ordem%20do%20discurso.pdf> Último acesso em 04/06/2019.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo. Graal, 2009.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro. Tempo brasileiro. 1997.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Revistas Crítica de Ciências Sociais [online]. 2008. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/pensamento-e-ciencia/2106-2106/file.html>> Último acesso em 04/06/2019.

PENTEADO, Claudio Camargo. FORTUNATO, Ivan. Mídia e Políticas Públicas: Possíveis campos exploratórios. Revista Brasileira Ci. Soc. Volume 30. N. 87. 2015. Pp. 129-141. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v30n87/0102-6909-rbcsoc-30-87-0129.pdf> <Último acesso em 13/06/2019, às 8h00mim>

SILVEIRA, Jucimeri Isolda; BONETI, Lindomar; COLIN, Denise Arruda. **Políticas públicas e Direitos Humanos**: crítica aos fundamentos epistemológicos e a incidência dos sujeitos coletivos. In: BUENO, Cezar; GUEBERT, Miriam Célia Catellain [organizadores]. **Teorias dos direitos humanos em perspectiva interdisciplinar**. Curitiba : PUCPress, 2016.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

THOMPSON, John B. **A mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia**. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão; Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 54.

VIZEU, A.. **Decidindo o Que é Notícia**: os bastidores do telejornalismo. Porto Alegre: Edipucrs, 2014.

WOLTON, Dominique. **As Contradições do Espaço Público Mediatizado**, in Revista de Comunicação e Linguagens, Comunicação e Política, Lisboa. 1995.

CAPÍTULO 10

CONTROLE, REPRESSÃO E VIGILÂNCIA SOB O OLHAR INFANTIL EM *O ANO EM QUE MEUS PAIS SAÍRAM DE FÉRIAS*

Data de aceite: 01/09/2020

Gisele Gutstein Guttschow

Instituto Federal Catarinense - Campus Araquari. Joinville - Santa Catarina. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4138862042210829>

Juliana de Souza

Instituto Federal Catarinense - Campus Araquari e Universidade Tuiuti do Paraná. Joinville - Santa Catarina. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8613553462954007>

RESUMO: Este estudo analisa o filme *O ano em que meus pais saíram de férias*, de modo a retratar algumas facetas do período civil-militar no Brasil (1964-1985), em especial, a dualidade presente no contexto nacional, considerando a coibição imposta pelo regime em oposição ao enaltecimento do espírito patriótico do povo brasileiro, em virtude da Copa do Mundo de Futebol de 1970. A história é apresentada sob o olhar do protagonista Mauro, de 12 anos e, por ser uma visão infantil, o filme está repleto de imagens icônicas que exibem as consequências da ditadura através de analogias. Por esta razão, a abordagem estética/visual da película ganhe destaque, visto que a repressão está presente durante toda a obra, ainda que, em muitas cenas, não seja verbalizada. Nesse quesito, foi possível notar, principalmente, a frequente presença de grades que podem remeter, neste momento político, à ideia de prisão, controle e repressão.

PALAVRAS-CHAVE: ditaduracivil-militar;

estética/visual; repressão; analogias; visão infantil.

CONTROL, REPRESSION AND SURVEILLANCE BY THE INFANT PERSPECTIVE IN *O ANO EM QUE MEUS PAIS SAÍRAM DE FÉRIAS*

ABSTRACT: This study analyzes the movie “O ano em que meus pais saíram de férias”, in order to present some aspects of the civil-military period in Brazil (1964-1985), in particular, the duality in that national context, considering the restraint imposed by the regime in opposition to the appreciation of the patriotic spirit of Brazilian people, due to the 1970’ Soccer World Cup. The story is presented through the eyes of the main character, Mauro, a 12 years old boy, and because of his childish vision, the movie is full of iconic images that show the dictatorship’s consequences through analogies. For this reason, the aesthetic/visual approach stands out, since repression can be perceived throughout the narrative, even though, in many scenes, it isn’t verbalized. In this aspect, it was possible to observe, mostly, the frequent presence of elements like bars that can refer, at that political moment, to the idea of arrest, control and repression.

KEYWORDS: civil-military dictatorship; aesthetic/visual; repression; analogies; infant view.

1 | INTRODUÇÃO

Esta investigação traz ao debate o filme nacional *O ano em que meus pais saíram de férias* (Cao Hamburger, 2006), que retrata a

dualidade entre a opressão da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) e as alegrias proporcionadas pela vigésima primeira Copa do Mundo FIFA, que opera enquanto elemento atenuante em relação ao momento político, e motivo de celebração para o povo brasileiro.

A sétima arte, em virtude da variedade de recursos disponíveis para sua elaboração, “(...) constitui um *locus* ideal para a orquestração de múltiplos gêneros, sistemas narrativos e formas de escritura. O mais impressionante é a alta densidade de informação que se encontra à sua disposição” (STAM, 2003, p. 26). Assim, no intuito de delimitar o campo analítico, será enfatizada a abordagem estética do filme, tendo em vista a maneira como a repressão do período civil-militar se faz presente em toda a obra, ainda que, em muitas cenas, não seja verbalizada. De maneira semelhante, destacam-se, visualmente, determinados objetos que representam a admiração dos personagens pela seleção brasileira de futebol.

Faremos uso aqui de dois termos: “Período Civil-militar” ou “Ditadura Civil-militar”, para nos referirmos aos vinte e um anos que o Brasil teve no poder, apenas presidentes militares. Pesquisadores desse recorte temporal da história do Brasil (1964-1985) advertem que a expressão Ditadura Militar sinaliza uma definição simplista do período, não englobando todos os envolvidos que participaram ativamente ou não deste contexto. Ou seja, a expressão Ditadura Civil-Militar ou Período Civil-militar não diminui a participação e ação dos militares, contudo, não os coloca como únicos responsáveis pela manutenção e organização do regime. Insere, neste panorama, a participação, ativa ou não, omissão ou apoio dos civis às ações da ditadura civil-militar no Brasil (GONÇALVES e RANZI, 2012).

O filme *O ano em que meus pais saíram de férias* exibe um período da vida de Mauro (Michel Joelsas), um garoto de 12 anos cujos pais, perseguidos pela ditadura civil-militar, foram obrigados a fugir, deixando-o com o avô paterno, que falece no dia de sua chegada. Sozinho, Mauro é criado por Shlomo (Germano Haiut), o vizinho judeu de seu avô, contando, também, com o auxílio dos demais residentes do prédio. Em meio às emoções da Copa do Mundo de 1970 e à descoberta de novos amigos, Mauro espera ansiosamente a volta de seus pais que “saíram de férias”.

Como supracitado, a obra se passa no ano de 1970, no bairro Bom Retiro, em São Paulo, e também aborda o conflito de sentimentos do povo brasileiro: a mistura entre patriotismo, em virtude do evento desportivo, e revolta, em função da opressão imposta pela ditadura civil-militar, tendo em vista que a época foi regada por forte autoritarismo, violência e repressão, de forma a montar mecanismos para controle e manutenção do período civil-militar.

Embora temas relacionados à ditadura civil-militar no Brasil já tenham sido e são extensamente investigados por áreas como a História, História da Educação, Sociologia, entre outras, como também por diversos meios de comunicação, a produção de Hamburger (2006) se diferencia por apresentar um ponto de vista infantil sobre a questão, visto que a narrativa é mostrada sob a perspectiva de Mauro, o que nos permite perceber especificidades do período pouco exploradas até então. Por esta razão, a coibição raramente é anunciada,

mas seus efeitos podem ser percebidos através de imagens simbólicas, de modo a estabelecer um processo de identificação naqueles que possuem conhecimento prévio acerca do assunto. Este fato nos leva a refletir, também, que o filme sinaliza a vivência de personagens que presenciaram o período da ditadura civil-militar no Brasil, mas não perceberam, na prática, sua coerção e autoritarismo, reforçando o apoio, adesão e/ou omissão de grande parte dos brasileiros aos pressupostos do período civil-militar.

Em virtude da perspectiva infantil, a apreciação estéticaganha notoriedade, ressaltando-se a importância da estrutura narrativa para a apresentação desta história. Nesse sentido, Gaudreault e Jost (2009, p. 35) sustentam que “A possibilidade de pensar toda e qualquer narrativa – seja um romance, um filme ou um balé – em termos de enunciado define a narrativa como tal e legitima uma análise estrutural”.

Similarmente, Aumont (2012, p. 255) reforça a conexão entre forma e conteúdo na constituição da narrativa fílmica, de modo a sublinhar a importância de sua investigação: “A narrativa é definida muito estritamente pela narratologia recente como conjunto organizado de significantes, cujos significados constituem uma história”.

Apesar do clima mais tenso adquirido pela exploração do tema político, há, também, momentos leves e até mesmo cômicos, frequentemente relacionados ao choque de gerações e costumes entre Mauro e Shlomo, além daqueles relacionados à passagem do protagonista à adolescência: a descoberta do amor (com Hanna) e da sexualidade (ao espiar Irene no provador da loja).

2 | REPRESSÃO SIMBOLIZADA

Como mencionado, as referências à ditadura civil-militar brasileira normalmente são feitas de forma indireta, através de analogias, dada a ingenuidade do narrador da história que não compreende o contexto no qual está inserido. São raras as situações em que a repressão é exposta de modo evidente ao longo da película. A analogia é aqui compreendida de acordo com a seguinte definição:

As imagens analógicas, portanto, foram sempre construções que misturavam em proporções variáveis imitação da semelhança natural e produção de signos comunicáveis socialmente. (...) a analogia nunca está ausente da imagem representativa (AUMONT, 2012, p. 212).

Ainda que em sentido metafórico, tais associações podem ser percebidas (por aqueles que possuem conhecimento prévio sobre o acontecimento político) durante toda a trama, principalmente em sua composição estética. Em *O ano em que meus pais saíram de férias*, uma das possíveis leituras para a obra é a de que a ditadura civil-militar se faz visível, sobretudo, pela presença frequente de grades na estruturação das cenas, remetendo-se à ideia de prisão, supressão da liberdade e, em muitas circunstâncias, tortura.

Há grades – ou elementos que simbolizam grades – em praticamente todos os

espaços: nas janelas, no elevador, no provador da loja, no portão, na divisão entre os ambientes, na cerca do campo de futebol e na rede da trave (figura 01). De maneira geral, esses elementos foram utilizados de modo a causar interferência na imagem, salientando a coibição do referido período:



Figura 01 – grades em *o ano em que meus pais saíram de férias*

Fonte: montagem a partir de frames do filme de cao hamburger (2006)

O enquadramento escolhido nas cenas não deixa escolha ao espectador: é difícil não notar a existência das grades. Assim, estas imagens corroboram com o posicionamento de Gaudreault e Jost no tocante à influência do espaço da composição cenográfica: “É, efetivamente, muito difícil, no cinema, abstrair a ação de seu ‘quadro situacional’. Quer dizer: do quadro espacial no meio do qual se desenrola cada um dos eventos que constituem a trama da história” (GAUDREULT; JOST, 2009, p. 108) Afinal, o processo de montagem

de um filme é, também, um processo semântico representativo de um momento histórico.

Embora as grades não possuam um sentido fixo em si mesmas, passam a adquiri-lo ao fazer parte do sistema de símbolos e convenções em vigor em uma sociedade. Assim, ao compor o ambiente diegético de uma película que transcorre durante o período civil-militar brasileiro, as grades – situadas no tempo e espaço – podem veicular, de forma simbólica, um saber sobre o real. Em outras palavras, as grades simbolizam as ações repressoras da ditadura civil-militar.

Apesar da visibilidade conferida às grades, em algumas cenas a aparição deste elemento é menos evidente, quase desprezível, de modo a requerer maior atenção do público, pois compõem o cenário sem causar grande interferência. Sobre essa ação interpretativa do espectador, os autores afirmam que:

O narratário de uma narrativa, aquele ou aquela a quem ela é destinada, é assim submetido a um processo comunicacional no momento em que o narrador libera para ele uma multitude de informações sobre o universo diegético onde evoluem os diversos personagens da narrativa, assim como sobre esses próprios personagens e, é claro, sobre as ações que eles realizam. (GRAUDREULT; JOST, 2009, p. 85)

Como exemplo, pode-se mencionar as grades que se formam pelos fios de luz e, também, pelas divisórias das caixas de correspondências e na própria arquitetura da cidade (figuras 02):



Figura 02 – linhas cruzadas: grades constantemente representadas no filme

Fonte: montagem a partir de *frames* do filme de cao hamburger (2006)

Retomando a questão dos enquadramentos, em diversos momentos é possível observar que os personagens são filmados por trás de outros elementos do cenário, de maneira entrecortada, ou seja, a câmera opera de forma oculta, provável referência à censura aos meios de comunicação ocorrida durante o referido regime político (figura 03):



Figura 03 – câmera oculta: vigilância e censura

Fonte: montagem a partir de *frames* do filme de cao hamburger (2006)

Ainda que a ditadura civil-militar não tenha agredido de forma direta a população nacional em sua totalidade, todos foram atingidos por seus efeitos, como, por exemplo, as restrições às liberdades civis. No filme, Mauro representa um atuante desta falsa liberdade. O apartamento do seu avô transforma-se em sua prisão, tornando-o refém do telefone, à espera do contato de seus pais (figura 04):



Figura 04 – angústia da espera
Fonte: filme de cao hamburger (2006)

Seu confinamento se torna mais evidente durante os jogos da Copa do Mundo. Embora tenha a opção de sair para assistir aos jogos com os colegas, na maioria das vezes, Mauro obriga-se a permanecer dentro do apartamento, aguardando a chegada dos pais, em sua espera sem fim. Novamente a presença das grades enfatiza o caráter prisional das cenas (figura 05):



Figura 05 – prisioneiro do tempo e espaço
Fonte: montagem a partir de *frames* do filme de cao hamburger (2006)

A respeito da personagem Hanna(Daniela Piepszyk), ela também contribui para a sensação de aprisionamento oferecida pela obra, ainda que de maneira mais jocosa. Em

diversos momentos a personagem age de modo a simbolizar uma carcereira: ela detém o molho de chaves; controla a entrada e saída dos garotos; recebe “suborno” em troca de favores/facilidades que eles necessitam (figura 06):



Figura 06 – controle e suborno

Fonte: montagem a partir de *frames* do filme de cao hamburger (2006)

Ainda inerente à ideia de prisão, cumpre citar o desejo profissional de Mauro: ser goleiro. Assim como os presidiários (privados do convívio com o ambiente de origem) e os goleiros (diferente dos demais jogadores), Mauro também é um solitário. A cena de chegada ao lar do avô já exhibe o garoto como um goleiro, de modo a sinalizar seu destino: visto de longe, sozinho, bola na mão (figura 07):



Figura 07 – isolamento forçado ou pretendido

Fonte: filme de cao hamburger (2006)

Em meio a essa relação ditadura civil-militar X Copa do Mundo de 1970, a produção de Hamburger demonstra a ação do evento futebolístico enquanto elemento pacificador e de enaltecimento do espírito patriótico do povo brasileiro. Embora a obra traga o personagem Ítalo (Caio Blat) que torce contra a seleção brasileira e, conseqüentemente, contra a situação política do país – demonstrada, especialmente, no primeiro jogo do Brasil –, todos logo se rendem às alegrias da vitória brasileira no esporte mais difundido da nação. Além disso, Ítalo representa os ativistas políticos contrários ao regime discutido neste estudo.

Essa mistura de repressão e patriotismo é muito bem representada pela bandeira do Brasil estendida junto às “grades” da janela (figura 08). Ao mesmo tempo, a alegria é cercada de elementos coibidores.



Figura 08 – patriotismo controlado
Fonte: filme de cao hamburger (2006)

Ainda no quesito ditadura x futebol, é possível observar o contraste proposto pela própria fotografia da obra. De modo geral, todo o filme apresenta-se em uma coloração bastante opaca e “sem vida”, com exceção dos objetos que representam o apoio brasileiro à seleção de futebol. Como exemplo pode-se retornar à figura 05, em que a camisa do Brasil usada por Mauro se sobressai na cena.

Por fim, é importante apontar algumas cenas de repressão ou formas de protesto que se mostram de forma menos simbólica: 1– as pichações de “abaixo a ditadura” e “liberdade”, que apesar de visíveis seguem a mesma linha da não verbalização; 2– a casa de Mauro que, após a saída da família, foi visivelmente invadida por militares; 3 – os acontecimentos finais da narrativa em que as agressões são apresentadas de modo mais perceptível, mas, ainda assim, são cenas rápidas e por vezes entrecortadas; e 4 – a conversa entre Ítalo e Mauro, após o protagonista ter encontrado o “amigo de seu pai”

ferido e ajudá-lo a se esconder da polícia (figura 09):

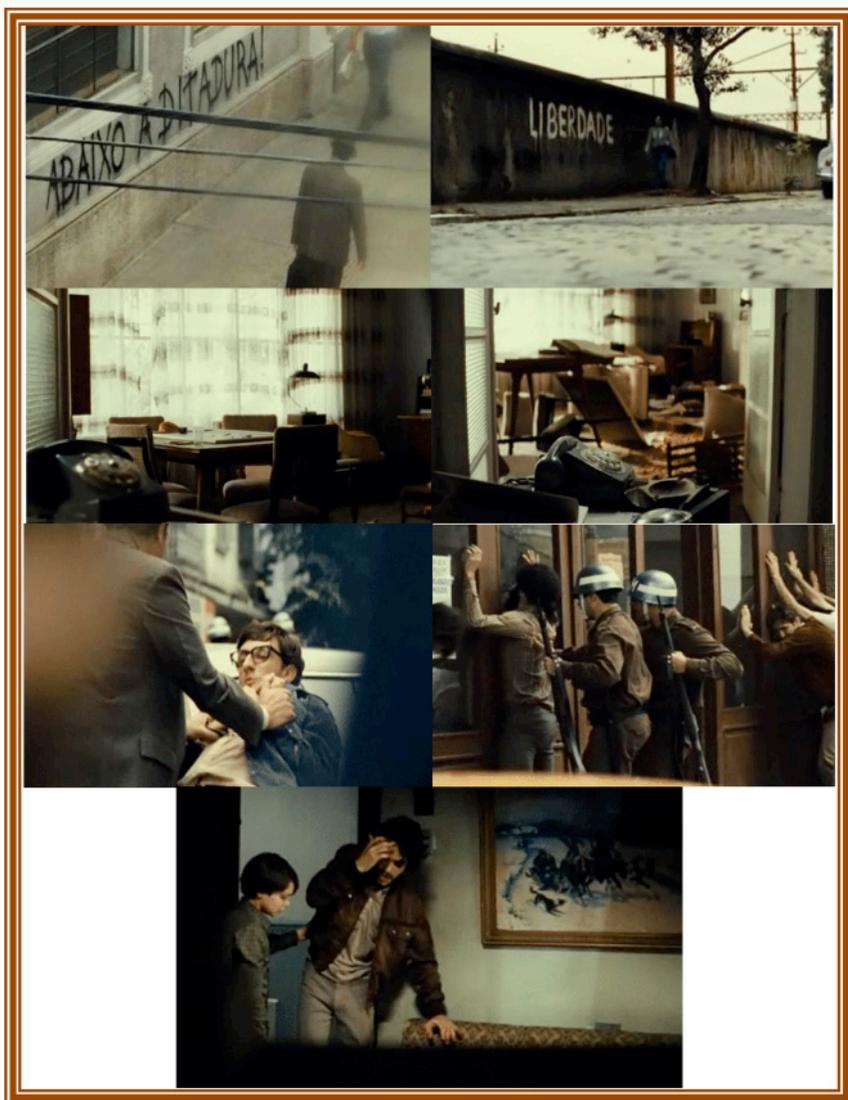


Figura 09 – luta contra a repressão

Fonte: montagem a partir de *frames* do filme de cao hamburger (2006)

Embora os instantes conclusivos não sejam apresentados através de analogias, elas compõem toda a construção diegética, de modo a requerer um receptor capaz de assimilar os códigos e simbolismos implícitos nas imagens:

Apercepção da enunciação cinematográfica é muito mal compartilhada! Ela varia segundo o espectador, não somente em função de seus conhecimentos de linguagem cinematográfica, mas também de sua idade, do grupo social a que pertence e, talvez mais importante, do período histórico em que vive. (GAUDREULT; JOST, 2009, p. 63)

Afinal, os espectadores não são receptores passivos, mas sim, sujeitos participativos, capazes de uma compreensão responsiva ativa. A respeito dessa postura interativa do espectador, Alves acredita que “o sujeito-receptor não é apenas mero receptor, mas sim, produtor/organizador de cultura por meio da ressignificação do objeto artístico” (ALVES, 2010, p. 24). Essa “ressignificação do objeto artístico” é essencial para inferir o cuidado de detalhes e a competência empregados no desenvolvimento desta obra.

3 I ADITADURA SOB A PERSPECTIVA INFANTIL

Já na cena inicial do filme ouve-se a voz de Mauro – em *off* – assumindo o papel de narrador: “Meu pai disse que no futebol todo mundo pode falhar, menos o goleiro. Eles são jogadores diferentes, e que passam a vida ali, sozinhos, esperando o pior” (O ANO..., 2006, 01min.). Tal recurso é aplicado em diversos momentos da trama, confirmando a visão do personagem sobre a história.

É esse ponto de vista inocente sobre um tema carregado de restrições políticas, sociais e culturais que permite o emprego de momentos de descontração, em especial, os diálogos entre Mauro e Hanna, outra personagem encantadora, cuja personalidade traz uma mistura de inocência, sarcasmo e autoridade. Por apresentar a ditadura civil-militar de forma simbólica, em alguns momentos a obra abre espaço para a exposição do universo infantil.

Para ilustrar o assunto, cabe mencionar duas características da infância que se fazem presentes em diversos momentos do filme: a sinceridade e a espontaneidade. No primeiro café da manhã de Mauro junto a Shlomo, o garoto questiona sem pensar duas vezes: “Não tem leite? Frio?” (O ANO..., 2006, 23min.). Em outro episódio, a visão pura e sem preconceitos exibida por Mauro ao demonstrar sua admiração pelo namorado de Irene (Liliana Castro), também contribuiu com esses instantes em que a película assume uma atmosfera menos impregnada pelas questões relacionadas ao período civil-militar: “E de repente eu descobri o que eu queria ser: eu queria ser negro e voador” (O ANO..., 2006, 1h:07min.).

Contudo, é relevante destacar que tal abertura não faz de *O ano em que meus pais saíram de férias* um filme destinado às crianças. Ainda que exibido pelo ponto de vista de Mauro, a questão central é a Ditadura Civil-militar, de modo que seu impacto não pode ser percebido pelos pequenos, assim como também não é assimilado pelo protagonista. As referências ao regime político só podem ser apreendidas por quem possui um mínimo de bagagem acerca deste período, afinal“(...) o significado que um filme em particular tem para

um público é determinado por sua relação com o contexto. Lemos um filme pela semelhança dele com outros filmes e pelas associações (conscientes ou não) que fazemos” (EDGAR-HUNT; MARLAND; RAWLE, 2013, p. 70).

Os simbolismos apresentados operam a mediação entre espectadores e fatos já memorizados, assim, as associações normalmente não podem ser realizadas pelo público infantil, cujo conhecimento preliminar não inclui o referido momento político. Nesse sentido, Aumont, apoiado em Gombrich, sustenta que:

(...) esse trabalho de reconhecimento, na própria medida em que se trata de *re*-conhecer, apoia-se na memória ou, mais exatamente, em uma reserva de formas de objetos e de arranjos espaciais memorizados: a constância perceptiva é a comparação incessante que fazemos entre o que vemos e o que já vimos (AUMONT, 2012, p. 82).

Nesse ínterim, é proveitoso acrescentara primordialidade da ação do espectador, com base na explicação proposta por Alves (2010, p. 37): “(...) cabe a ele construir processos de significação e estabelecer conexões implícitas, preencher lacunas, fazer deduções e comprovar suposições; e tudo isso significa o uso de um conhecimento adquirido do mundo social geral” (ALVES, 2010, p. 37)

Analogias, em geral, são absorvidas por receptores sócio-históricos, que as relacionam com os demais acontecimentos que compõem suas experiências. Assim, imagens com formas simbólicas que são perceptíveis a um espectador, podem não ser reconhecidas por outro:

Todos sabem, por experiência direta, que as imagens, visíveis de modo aparentemente imediato e inato, nem por isso são compreendidas com facilidade, sobretudo se foram produzidas em um contexto afastado do nosso (no espaço ou no tempo, as imagens do passado costumam exigir mais interpretação) (AUMONT, 2012, p. 262).

Embora existam códigos mais globais, comuns a diferentes culturas, algumas linguagens podem ser assimiladas somente em contextos sociais específicos. Desta forma, dificilmente os simbolismos empregados na produção de Hamburger (2006) serão compreendidos pelo público infantil e, até mesmo, por alguns membros do público adulto. Afinal, nem todos que vivenciaram este momento da história brasileira ou que dispõem de conhecimento prévio sobre o assunto possuem as mesmas opiniões e considerações sobre a ditadura civil-militar. Acerca desses posicionamentos variados, vale lembrar que existem, até hoje, pessoas que apoiam o retorno deste sistema político presidido por militares, há os que combatem veementemente e, também, aqueles que não se posicionam e até se omitem em relação à época.

Assim, para evidenciar a relação entre espectador e contexto social, cabe citar o desfecho da história quando, novamente em *off*, Mauro atesta sua ingenuidade diante dos acontecimentos:

E assim foi o ano de 1970: o Brasil virou tricampeão mundial! E mesmo sem querer e nem entender direito, eu acabei virando uma coisa chamada exilado. Eu acho que exilado quer dizer: ter um pai tão atrasado, mas tão atrasado, que nunca mais volta pra casa (O ANO..., 2006, 1h:36min.).

Esta cena final, que mostra Mauro e sua mãe deixando São Paulo, sintetiza de forma muito competente a mistura de comicidade (em virtude do olhar infantil) e tristeza (pelo sentido real por trás das analogias/simbolismos) que permeia o filme. A interpretação inocente do protagonista acerca do destino do pai nos desperta um sorriso leve, porém, incapaz de apagar o verdadeiro drama.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do constante uso da simbologia, *O ano em que meus pais saíram de férias* não é um filme repetitivo, tampouco cansativo. O emprego de estratégias estruturais e estéticas ousadas resultou em uma narrativa híbrida, que permite a alguns espectadores uma imersão no tempo e espaço, de modo a revisitar os anos de repressão sob uma nova ótica. Afinal, drama e humor num contexto ditatorial só poderiam irromper numa mesma produção sob o ponto de vista infantil.

Ainda é imprescindível reiterar que as mais de duas décadas de Ditadura Civil-militar se reportam a um período da história do Brasil que não se pode esquecer. Com as novas reflexões e propostas de abordagem sobre o período, torna-se oportuno revisitarmos materiais produzidos sobre este momento, com o intuito de suscitar novas discussões, problemáticas e perspectivas nas diversas áreas do conhecimento.

A despeito da força que as imagens adquirem no desenvolvimento da trama, cumpre assinalar, tomando novamente como referência os estudos de Alves, que:

(...) o filme como *pré-texto* é um campo de mediação estética capaz de servir como *ponto de partida* e *locus* reflexivo da experiência crítica total do sujeito-receptor, contribuindo, deste modo, para a apreensão cognitiva de nexos essenciais da sociabilidade moderna. (AVES, 2010, p. 28).

Em virtude dos vinte e um anos de opressão sofridos pelo povo brasileiro frente às posições dos agentes civis-militares, as associações narrativas propostas por Hamburger foram primorosas para a representação da época.

Por fim, vale ressaltar a boa interpretação de Michel Joelsas: em diversos momentos Mauro é o único personagem em cena, exibindo competente expressão facial e corporal. Sua atuação e carisma favorecem o desenvolvimento de uma relação empática entre público e personagem, já que o filme traz à tela uma perspectiva infanto-juvenil pouco abordada pelos estudos que discutem o contexto do período civil-militar. Na grande maioria das vezes, estas investigações enfatizam as pessoas que foram, de alguma maneira, vitimizadas pela ditadura civil-militar e não abordam os coadjuvantes. Desta forma, salientamos que

produções como *O ano em que meus pais saíram de férias* trazem a público algumas especificidades que também fazem parte do rol de situações vivenciadas durante este período e que, muitas vezes, não são exploradas. Essas obras são olhares bastante sensíveis a uma época que não pode ser esquecida na história política e social brasileira.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Tela crítica – a metodologia**. Londrina: Praxis, 2010.

AUMONT, Jacques. **A Imagem**. 16ª Ed. Campinas: Papirus, 2012.

EDGAR-HUNT, Robert; MARLAND, John; RAWLE, Steve. **A linguagem do cinema**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

GAUDREAU, André; JOST, François. **A narrativa cinematográfica**. Brasília: Editora UNB, 2009.

GONÇALVES, NADIA G.; RANZI, SERLEI M. F. (Org.). **Educação na ditadura civil-militar: políticas, ideários e práticas (Paraná, 1964-1985)**. Curitiba: Editora UFPR, 2012, v. 1.

STAM, Robert. **Introdução à teoria do cinema**. Campinas: Papirus, 2003.

FILMOGRAFIA

O ano em que meus pais saíram de férias. Direção: Cao Hamburger. Brasil. Buena Vista Sonopres, 2006. DVD (104 min).

CAPÍTULO 11

DO TRABALHO PRECÁRIO À ORGANIZAÇÃO MILITANTE: FORMAS DE ATUAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)

Data de aceite: 01/09/2020

Renan Dias Oliveira

Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)
<http://lattes.cnpq.br/3723992252372811>

O tema deste projeto se fundamenta em dois eixos principais: o primeiro procura analisar, do ponto de vista da Sociologia do Trabalho, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) tem atuado na incorporação de grupos de trabalhadores urbanos precarizados, em suas fileiras de atuação social e política. O segundo procura analisar como o MTST tem atuado politicamente nas ocupações que realiza atualmente na cidade de São Paulo, seja nas relações com o Estado na luta por moradia, e principalmente na formação política desses mesmos trabalhadores, que passam a compor as mesmas ocupações. Há um campo na Sociologia interessado em pesquisar novos movimentos sociais, e o MTST figura entre esses movimentos que a investigação sociológica pode se debruçar. Dentro deste segundo eixo se procurará analisar como tem ocorrido a formação política desses trabalhadores na dinâmica das ocupações. Também se procurará analisar como tem ocorrido a formação de lideranças do MTST na Escola Nacional Florestan Fernandes,

do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que é um amplo espaço destinado à formação política de diversos movimentos sociais do país.

Por fim, será feita uma comparação entre as dinâmicas formativa e política que o MTST consolidou nos últimos anos nas ocupações com a matriz de formação que o inspira, que é a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas que o MTST tem se diferenciado em muitos aspectos, ao lançar novas bases de atuação. Tem-se o objetivo de compreender o caminho percorrido por trabalhadores precarizados, que se tornam atores políticos no interior de um dos maiores movimentos sociais do país. Considera-se importante resgatar trabalhos de pesquisa realizados sobre a formação política em movimentos sociais, mas será dada ênfase ao protagonismo político de setores de trabalhadores precarizados urbanos, na atuação política do MTST.

O incêndio que atingiu um edifício ocupado por um movimento sem-teto no largo do Paissandu em São Paulo, em 8 de maio deste ano, tornou amplamente conhecida a luta por moradia na cidade e no país. Outro fato notório é que o líder do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, Guilherme Boulos, é candidato a presidência da república pelo partido socialismo e liberdade (PSOL), o que fez com que os grandes meios de comunicação ampliassem, mesmo que indiretamente, o noticiário sobre o MTST,

tornando-o mais conhecido em âmbito nacional. Dessa forma, os movimentos sociais por moradia, e em especial o MTST, ganharam destaque no atual cenário social e econômico do país. Nossa pesquisa tem o objetivo de investigar duas ocupações do MTST na cidade de São Paulo, que serão apresentadas na sequência do projeto, que contam somadas com quatro mil famílias sem-teto, compostas por imigrantes, população em situação de rua, mas, principalmente, com trabalhadores altamente precarizados. Consideramos importante destacar um breve histórico de atuação do MTST.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) surge no final dos anos 1990 das fileiras do próprio Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na cidade de Campinas, importante centro urbano do estado de São Paulo. Um grupo de militantes do MST que havia ocupado um terreno na cidade se vê na necessidade de articular um movimento específico para as questões políticas dos trabalhadores urbanos. Trabalhadores esses que haviam se somado à ocupação em questão, chamada de “parque Oziel”, em homenagem a um menino morto pela polícia no “massacre de Eldorado dos Carajás”; episódio este onde dezenove sem-terra foram assassinados em conflito rural, em 1996, no estado do Pará. Naquele momento, o MTST passava a ser confrontado com três aspectos da conjuntura neoliberal brasileira, que impunham reformulações em relação à atuação política do MST, segundo Goulart (2011, p.3):

[...] a mudança da base social dos movimentos sociais que sofre com a intensa precarização do trabalho, com o crescimento do desemprego estrutural e não tem qualquer experiência em organizações de trabalhadores. Em segundo, a aplicação de políticas sociais regressivas pelos governos neoliberais desde os anos 1990, a piora das condições gerais de vida da classe trabalhadora. Por fim, uma classe que passa a se ver apartada de sua direção histórica, o PT e a CUT, que no final dos anos 1990, aderiram ao neoliberalismo, foram se desligando de suas bases sociais, até completar este ciclo com a vitória eleitoral em 2002, que elege Lula para a Presidência da República.

O MTST cresce em número de ocupações nos anos seguintes à sua fundação e chega à nacionalização em 2009. Mas desde o final dos anos 1970, os movimentos sociais urbanos já despontavam como resposta à chamada “crise urbana”, que implicava em altas taxas de desemprego nas regiões metropolitanas, precarização do trabalho e carência de moradias (MARICATO, 2015). A conjuntura neoliberal em que o movimento foi forjado impôs novas formas de enfrentamento em relação ao Estado e ao capital, o que fez com que o MTST assumisse uma postura nitidamente anticapitalista e radicalizada na luta por direitos dos trabalhadores urbanos precarizados no Brasil. Diferentemente de outros movimentos sociais, que se centram em questões específicas, como a moradia por exemplo, o MTST se propõe a uma luta política mais ampla e com um programa de transformações sociais abrangente (GOULART, 2011)

Harvey (2005) aponta que a moradia é um dos direitos sociais não garantidos pelo estado nas economias periféricas, que se torna mais visível quanto mais a dinâmica

urbana se torna desigual e excludente. O autor afirma que a falta de moradia, como direito social nos países mais pobres, é reflexo de um movimento internacional de acumulação e expansão do capital, que, ao mesmo tempo que amplia a força de trabalho e o exército de reserva nesses países, não se faz acompanhar pela garantia de direitos (HARVEY, 2005). Nesse sentido, os movimentos por moradia vêm praticamente juntos ao processo de crescente urbanização do país, desde os anos 1970, como forma de responder a essa demanda de direitos sociais não garantidos. Grande parte desses movimentos tem um caráter imediato e pragmático de conquista das moradias, que, na maioria das vezes, implica em pressão sobre o estado e sobre proprietários particulares, o que não exclui a necessária organização política dos grupos sem teto (GOHN, 2014).

Durante a década de 1970 e início da de 1980, os movimentos sociais por moradia emergiam nos grandes centros urbanos com as características reconhecidas de grupos defensivos e contestatórios (GOHN, 2014). O objetivo central desses movimentos seria muito mais a aceitação das suas ideias e da sua identidade enquanto grupo social definido do que a transformação da sociedade como um todo; somente com o avanço da chamada “crise urbana”, os movimentos por moradia foram incorporando outros temas em suas reivindicações, como transporte e segurança pública, e projetando programas e estratégias políticas mais amplas (GOHN, 2017; WHITTIER, 2002).

A partir do final da década de 1980 e início dos anos 1990, as pesquisas sobre os chamados “novos movimentos sociais” traçaram uma perspectiva que passou a levar em conta a contingência e a subjetividade dos atores sociais, revelando uma forte sensibilidade também para os aspectos históricos e institucionais em que os mesmos se inseriam (PORTA; DIANI, 2006). Ao reconhecer a importância da dimensão da subjetividade nos movimentos sociais contemporâneos, essa nova perspectiva de análise quis avançar em relação ao “modelo clássico” dos movimentos sociais, desenvolvida, principalmente, nos centros econômicos e com maior visibilidade científica, como Europa e Estados Unidos (HABERMAS, 1981; TOURAINÉ, 1981; OFFE, 1985). O crescimento dos movimentos de moradia alimentou intenções mais amplas de se constituírem como um ator político que ultrapassava suas raízes sociais, a fim de dialogar com outros segmentos da sociedade e construir uma estratégia política mais ampla (GOHN, 2017).

Nessa perspectiva, o MTST não se define como um movimento de luta por moradia, simplesmente. A moradia é a sua trincheira política de atuação principal, pois a falta dela é um dos principais reflexos da “crise urbana”, engendrada pela dinâmica capitalista nas cidades, e que incide diretamente sobre a população trabalhadora mais pobre (ROLNIK, 2018). Mas o movimento procura sempre estar atento às causas estruturantes da falta de moradia para a população mais pobre nas cidades, como a especulação financeira e imobiliária, assim como a venda de terras públicas para grandes grupos econômicos recentemente (Idem).

O MTST procura atuar politicamente levando em consideração diversas questões

relacionadas à classe trabalhadora precarizada nas cidades. O fato de não se definir simplesmente como “mais um movimento de moradia”, indica que o movimento tem uma perspectiva política que leva em consideração diversos conflitos e aspirações de quem compõe uma ocupação. De forma geral, o setor da classe trabalhadora que se incorpora ao MTST nas ocupações vive uma realidade de precarização do trabalho, dificuldade em pagar aluguéis, desemprego, miséria ou pobreza, e faz-se necessário enfrentar e superar também esses problemas (GIAQUINTO, 2016).

Além disso, muitos bairros periféricos urbanos enfrentam ainda diversas dificuldades estruturais, como falta de escolas, postos de saúde, transporte coletivo, segurança, áreas de cultura e lazer, coleta de lixo e esgoto e outros. O MTST atua constantemente, junto às populações locais, para enfrentar também essas demandas junto ao poder público e à sociedade de forma geral (GIAQUINTO, 2016). O MTST apresenta um programa político de atuação, no qual defende uma reforma urbana estrutural como forma de resolver o conjunto desses problemas, e postula ideais de transformação da sociedade como um todo, a partir do enfrentamento de interesses em relação aos grandes proprietários. E o espaço político para essa atuação se dá nas ocupações e em diversas manifestações em vias públicas (GOULART, 2012)

Goulart (2012) aponta que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, no alvorecer da conjuntura neoliberal no Brasil nos anos 1990, passava a se preocupar também com a organização política dos trabalhadores “das cidades” e não apenas “nas cidades”. A partir da Marcha Nacional do movimento em 1997, o MST direcionou militantes para construir um movimento análogo aos Sem Terra nas cidades, a fim de enfrentar as consequências do neoliberalismo no mundo urbano, naquele momento notadamente o desemprego, a precarização do trabalho e a falta de acesso à moradia (MARICATO, 2015).

As dificuldades eram novas para os trabalhadores que participaram dessa ocupação e também para militantes do MST, que não estavam acostumados com a complexidade das relações em grandes centros urbanos, como, por exemplo: “[...] o papel das forças políticas dentro da cidade, como se organizar nesse meio, como se relacionar com os partidos políticos, com o tráfico de drogas e com todas as facções que se organizam no meio urbano” (BENOIT, 2002, p. 141). E essa complexa realidade urbana viria a se apresentar para o movimento em várias outras ocupações pelo estado de São Paulo ainda no ano de 1997, em um momento em que o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) criminalizava diversos movimentos sociais e em que o crime organizado crescia exponencialmente nas periferias urbanas (Idem).

O MTST vai aos poucos se estruturando, tendo a organização de trabalhadores precarizados como uma de suas propostas centrais, ressaltando as dificuldades da organização sindical e a importância da organização política a partir do “território” em que o setor da classe trabalhadora precarizada vive no atual contexto social. Benoit (2002) aponta que nos anos 1990 os sindicatos começavam a perder força como principal instância de

organização política de setores precarizados. O crescimento das cidades gerava novas demandas para a organização política desses setores, por isso o território passa a ser o espaço urbano, por excelência, de novas formas de organização política, e não mais a atuação sindical nos espaços de trabalho.

Além disso, a própria organização sindical começava a mostrar limitações em sua dinâmica interna, naquele momento a dificuldade para atingir os setores mais precarizados dos trabalhadores urbanos já era notória. O modelo de sindicalismo que cresceu e se consolidou durante o regime militar (1964-1985) ganhou força nos primeiros anos da Nova República, mas acabou criando uma “elite sindical”, composta por trabalhadores com estabilidade no emprego e direitos sociais consolidados (SANTANA, 2018). Esse processo acontecia ao passo que o setor mais precarizado dos trabalhadores urbanos crescia fortemente, e não encontrava nos sindicatos espaço para pautas políticas fundamentais que se davam fora dos ambientes de trabalho (Idem).

Ainda que o trabalho continue sendo uma das dimensões de socialização estruturantes mais importantes desses setores, é preciso contextualizá-lo em suas imbricações com outras dimensões da vida social em um território específico. Telles (2010) aponta que para compreender as mudanças do mundo urbano é preciso salientar processos e práticas que só são visíveis nos pontos de entrelaçamento, de inflexão, nas bifurcações que vão compondo a realidade das cidades. Os deslocamentos urbanos e as trajetórias ocupacionais se processam também no interior das famílias, das diferenças geracionais, que permitem compreender diversas facetas das transformações vividas pelo mundo urbano (TELLES, 2010).

Para as primeiras gerações, as mudanças das últimas décadas significaram a desestabilização de um mundo estruturado nas garantias sociais e de trabalho. A realidade neoliberal bloqueia perspectivas de vida, invalida práticas conhecidas e deslegitima saberes acumulados, “formas de ser e fazer”, conforme termo de Bourdieu (apud TELLES 2010). Para Telles (2010), os setores precarizados da classe trabalhadora são colocados em uma “errância” entre o mundo do trabalho, a condição de pobreza e de público-alvo de políticas sociais. A erosão do “mundo fordista” redimensiona o caráter social e político desse grupo. Para as gerações mais novas, principalmente para os que já nasceram nas cidades, a situação do mundo urbano ganha outras configurações e sentidos. Sua experiência de urbanização não está mais balizada pela ideologia urbana do “progresso”, que oferece muitas oportunidades. Muito de sua vivência está marcada por uma sociedade de consumo tão ampla quanto excludente, e por uma realidade financeirizada globalmente, que exige um endividamento cada vez maior das famílias (GOODWIN; JASPER, 2004).

Giaquinto (2016) aponta que o processo no qual um trabalhador se torna um “acampado” é permeado por um redimensionamento da vida anterior. Em grande parte das ocupações urbanas realizadas pelo MTST, as famílias que se dispõem a participar de todas as atividades e perduram até o final das mesmas, seja com êxito na conquista de moradias

ou não, estão em situação de extrema precarização. Tornar-se um acampado implica em abdicar de uma trajetória de vida e se inserir na dinâmica do movimento. O fato da maioria das famílias se encontrar em uma situação de precarização extrema é um motivador para se inserirem integralmente nas ocupações. Mas essa inserção está intrinsecamente ligada a essa nova experiência de vida que se constrói conjuntamente com a atuação no movimento (GIAQUINTO, 2016).

Como todo movimento social, o MTST também é caracterizado por disputas políticas internas e por contradições diversas (GOULART, 2012; PORTA; DIANI, 2006). O encontro de famílias que antes não se conheciam, os compromissos assumidos na luta pela moradia, por parte de trabalhadores que possivelmente nunca haviam participado de um movimento social, a nova dinâmica que se vive para se manter uma ocupação, dentre diversos fatores, são problemas que se vivem nas ocupações, e elas são o espaço onde essas contradições afloram (GOULART, 2012). Giaquinto (2016) destaca que a trajetória que um trabalhador precarizado percorre até se tornar um acampado do movimento é uma "(...) rica experiência, que envolve valores pessoais, familiares, comunitários e afetivos" (p.89). Essas disputas e contradições presentes em todo movimento social precisam ser consideradas na análise que deles se faz para melhor compreender as incidências dessa dinâmica interna em sua atuação política externa (EYERMAN; JAMISON, 1996).

O MTST tem lidado nesses anos desde sua fundação com uma classe trabalhadora cada vez mais precarizada e carente de direitos sociais (SIMÕES et. al. 2017). Segundo Braga (2006, p.137), foi durante a década de 1990 que um novo regime de acumulação mais ou menos coerente conseguiu se estruturar, acentuar o processo de precarização do trabalho marcante nas últimas décadas e consolidar a retirada de direitos sociais:

Assistimos então à desestruturação da empresa fordista em benefício de um modelo de organização das relações de produção orientado pela generalização do processo de terceirização, pela compressão dos níveis hierárquicos, pelo desenvolvimento de estratégias gerenciais objetivando a mobilização permanente da força de trabalho, pela cooperação constrangida dos assalariados, pela administração por metas, assim como pela fragmentação da relação salarial.

O aumento do desemprego, atrelado a uma forte competição entre os trabalhadores, engendrou uma situação em que a "empresa neoliberal" tinha muito mais facilidade para desestruturar os grandes e antigos coletivos de trabalho. Como exemplo pode-se citar a questão das terceirizações, que logrou dispersar as concentrações de trabalhadores nas fábricas e facilitar a destruição das "antigas relações políticas", empurrando grande parte da "nova classe trabalhadora" para o setor de serviços, carente de organizações coletivas consolidadas e fortalecidas. Além disso, outro fator merece destaque na reconfiguração e na construção de novos espaços de trabalho e de atuação política nos anos 1990: "[...] uma concepção reestruturada do espaço e com fatura de equipamentos informacionais, permitiu

uma profunda transformação da organização do trabalho à qual nem todos os integrantes da ‘velha classe trabalhadora’ puderam adaptar-se” (BRAGA, 2006, p. 138).

Harvey (2005) aponta que a exploração da força de trabalho nas cidades tem se dado em um contexto no qual a estrutura mesma das cidades “dificulta”, paradoxalmente para o capital, a reprodução da força de trabalho. Um trabalhador que demora para se deslocar ao local de trabalho, devido às grandes distâncias e à precariedade dos meios de transporte, gasta grande parte de seu “tempo livre” com afazeres como compras para a casa, cuidados com a saúde, vivência familiar etc. e dorme cada vez menos, tende a não permanecer muito tempo em uma mesma empresa.

Assim se aumenta a rotatividade do trabalho de forma geral e a dificuldade para se aposentar, visto que grande parte da classe trabalhadora urbana passa também um tempo considerável de seu tempo de trabalho na informalidade, sem contribuir para a previdência social. Para resolver esse “paradoxo urbano”, o capital, atrelado a um processo crescente de urbanização, estimula o crescimento populacional da classe trabalhadora precarizada, desde os anos 1960, no Brasil e nos países, mais pobres, a fim de aumentar o “exército industrial de reserva” e manter um controle maior sobre a força de trabalho, que está, cada vez mais, disponível nas grandes periferias (LEFEBVRE, 2017).

Nos últimos anos, pode-se considerar que há uma precarização estrutural do trabalho (ANTUNES, 2010; SANTANA, 2018). Nesse contexto, o fluxo global de capitais exige o desmonte das legislações trabalhistas nacionais, o que significa o aumento dos mecanismos de exploração do trabalho e a destruição de direitos sociais que foram conquistados desde a década de 1930 no Brasil (ANTUNES, 2010). No que toca aos direitos sociais, o retrocesso é cada vez maior. Antunes (2011) aponta que as reformas neoliberais no Brasil são um cenário de “devastação” nos direitos conquistados a duras penas:

Este pacote da reforma trabalhista, por exemplo, junto com a pro- posta de destrocamento da previdência, acaba mostrando que o go- verno [...] se agarra no colo das classes dominantes para fazer tudo o que essas classes não estavam conseguindo fazer na intensidade que queriam (ANTUNES, 2011, p. 411).

O MTST lida, assim, em um contexto extremamente difícil para a organização e formação política de uma classe trabalhadora urbana extremamente precarizada. Mas, dialeticamente, esse mesmo contexto cria novas possibilidades de ação política. Goulart (2012) aponta que os sem-teto existem, empiricamente em dados, como “números de déficit habitacional” de famílias e indivíduos, mas “(...) só se constituem como categoria política em sua ação organizada, tornando possível sua análise como movimento coletivo, dotado de identidade, objetivos, métodos de ação, etc. e, portanto, como resultado das relações sociais em uma determinada formação social” (p. 161). Ainda que existam em dados empíricos, o movimento só se torna um ator social coletivo em sua atuação política.

O perfil socioeconômico da base de trabalhadores precarizados que compõem

as ocupações do MTST são analisadas por Goulart (2012). É fundamental identificar e compreender, sociologicamente, esse perfil de trabalhadores, que irão compor as ocupações e as fileiras do MTST. Ainda segundo Goulart (idem), ainda não há um trabalho quantitativo sistematizado sobre a inserção da base social do MTST nas relações de produção do mundo do trabalho capitalista. Mas considerando trabalhos que priorizam uma metodologia qualitativa, é possível afirmar que a composição do movimento é “(...) majoritariamente de trabalhadores que não estão no ‘mercado formal de trabalho’ e são identificados como ‘trabalhadores por conta própria’ (GOULART, 2012, p.162).

Segundo Goulart (2012), pode-se afirmar que a base social de trabalhadores nas ocupações do MTST é fruto da nova organização do mundo do trabalho desde os anos 1980, que gerou um “subproletariado”, carente de direitos sociais, altamente explorado e precarizado. O que hoje se convencionou chamar de “trabalhadores informais” é que forma a maioria desse “subproletariado. São trabalhadores que, geralmente, estão fora dos empregos formais e das mínimas garantias trabalhistas, e que estão submetidos a uma renda instável, devido a atividades consideradas “informais”. Tavares (2004) aponta que esse grupo de trabalhadores está inserido em uma “nova informalidade”, decorrente da adequação das relações de produção capitalistas, para conter a crise do capital através das políticas neoliberais, da desregulamentação dos mercados, das privatizações e da retirada de direitos sociais dos trabalhadores (p.18).

Goulart (2012) afirma que há diversas definições para o termo “subproletarização”, mas que é preciso considerar o “subproletariado” do MTST: “(...) como um grupo social crescente desde que as políticas neoliberais começaram a ser implantadas no país, transformando em subproletário todo trabalhador que vende sua força de trabalho de forma camuflada e dispersa na sociedade” (p.168). É um trabalhador que, na maioria das vezes, não está inserido na relação de assalariamento, tem uma atividade laborativa instável, com jornadas amplas e direitos sociais alijados. Goulart (idem) destaca que esses trabalhadores costumam estar isolados econômica e politicamente, e que as ocupações são os espaços onde geralmente ocorre, pela primeira vez, a atuação política desse estrato da classe trabalhadora.

Como aponta Goulart (2013, p.69):

Como acontece essa mudança na forma de ver o mundo, as desigualdades sociais e a luta por condições de vida melhores? Não é a miséria, exclusivamente, que conduz a essa alteração; é essencial o investimento em uma identidade coletiva para essa transformação ocorrer. O MTST, como movimento que organiza essa categoria de “sem-teto”, formulou um conjunto de declarações sobre suas propostas e sua ação, que chamamos de projeto político, e que deve ser considerado de maneira histórica, pois foi decorrência da organização e das relações políticas estabelecidas pelo movimento ao longo de sua história.

A estratégia política do MTST se dá como resposta à perda de direitos sociais desde

o advento do neoliberalismo nos anos 1990 no Brasil (GOULART,

2011). Desde 2008, o MTST buscou ampliar suas ações primeiramente no estado de São Paulo. A este processo, o movimento chamou de “estadualização do MTST”, que além das ocupações na região metropolitana de São Paulo, incluía cidades do interior e ações para interrupção de transportes de mercadorias nas principais rodovias do estado, conhecidas como “trancaço”. A estadualização das ações de ocupação trouxe a necessidade de negociação com o governo do estado de São Paulo e não mais apenas com as prefeituras, visto que as reivindicações passam, muitas vezes, pela parceria entre estas duas instâncias estatais para a viabilização das moradias. Como aponta Goulart (2011), este processo coloca o MTST na posição de: “(...) enfrentamento direto com o governo do Estado, quando suas manifestações podem gerar desgastes políticos ao executivo. O movimento opta por ações que chamem a atenção da população para a instância de governo a que se quer atingir, o que serve para forçar uma abertura de negociações” (pp. 2- 3).

Goulart (2011) afirma que o MTST defende uma independência, enquanto dinâmica do movimento social, em relação às instâncias estatais, partidos políticos e sindicatos, e essa independência é constantemente reforçada na formação política das ocupações. Como destaca a autora: “Quando afirmamos que há uma proposta de independência, é que a organização e dinâmica interna do movimento constrói uma rede de relações que possibilita que as decisões sejam pensadas e debatidas pelos participantes nas instâncias iniciais, ou seja, nas reuniões dos acampamentos” (2011, p.5). Por outro lado, o movimento participa de negociações com o poder público e se insere em pautas políticas com outros movimentos sociais, partidos e sindicatos. O que é fundamental é reconhecer as ligações político-institucionais construídas a partir da ocupação e, ao mesmo tempo, faz-se necessário para a pesquisa verificar como o processo de atuação nos espaços locais de luta social é fomentada, de um lado, para a formação de futuros militantes e de outro. (LORENA, 2012).

Lorena (2012) aponta que o MTST pode ser, em larga medida, considerado como fruto da “cidade neoliberal” dos anos 1990. O movimento surge com o objetivo de organização política dos trabalhadores altamente precarizados pelo contexto neoliberal, e sua estratégia política é justamente a de resistir às ofensivas neoliberais. Como citado anteriormente, o MTST procura construir uma organização política a partir de reuniões e assembleias nas ocupações, para, somente num momento posterior, abrir negociação as instâncias governamentais. É possível identificar uma diferença marcante em relação à organização política do MST nos últimos anos. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra diminuiu bruscamente o número de ocupações de terra durante os governos em que o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve no poder (LORENA, 2012), e apostou muito mais nas vias institucionais de negociação, assim como muitos outros movimentos sociais vindos dos anos 1980.

Neste aspecto, a pesquisa pretendeu identificar as mudanças na atuação e na formação política no que tange à relação com o estado por parte dos movimentos sociais, conforme apontado por Gohn (2017). É possível afirmar que o MTST, por ter surgido em um contexto diferente do MST, e por ter desenvolvido historicamente ações políticas radicalizadas, em resposta à crise neoliberal, porta uma forma de ação política diferente da dos movimentos sociais advindos dos anos 1980 (LORENA, 2012). Foi objetivo desta pesquisa identificar as semelhanças e as diferenças na forma de atuação política do MTST em relação à sua origem no MST e a outros movimentos sociais de moradia dos anos 1980, ponto que será apontado adiante.

O MTST tem uma reflexão sobre a base social de trabalhadores que compõe o movimento e, a partir dessa reflexão, estrutura momentos formativos nas ocupações, à semelhança do MST. O próprio movimento define em seu site a análise que faz do setor da classe trabalhadora junto ao qual atua: “[...] o capital dividiu os trabalhadores devido à diversificação das formas de trabalho: relação assalariada e trabalho por conta própria; formalidade e informalidade; contratos temporários; terceirização; desemprego crônico, etc.” (MTST s/d). E faz uma projeção de suas ações políticas, classificando-se como um “[...] movimento popular, que tem como elemento central a classe trabalhadora, e que expressa sua luta por direitos negados pelo capital e pelo Estado, tais como terra, moradia, serviços básicos etc. ou por resistência às opressões sofridas enquanto classe” (MTST s/d).

A partir dessa reflexão o MTST projeta sua organização interna e também seus objetivos de organização política. Com a diminuição da base de influência dos sindicatos, que atuam unicamente entre os trabalhadores em sua base profissional, grande parte da classe trabalhadora precarizada é fragmentada e não dispõe de elementos coletivos de organização (BRAGA, 2006). Grande parte desses trabalhadores são atraídos por ações assistencialistas conservadoras de governos e ONGs ou acabam se inserindo em organizações criminosas, abdicando de uma inserção política efetiva, ainda que continuem sendo um “ator social” extremamente importante na atual configuração da classe trabalhadora urbana. Goulart (2013) destaca que a fragmentação desse setor de trabalhadores gera uma formação política descontinuada e dificulta a formação de uma base social consistente e organizada no MTST. É um problema que o movimento busca lidar a todo o tempo. O MTST, assim, desenvolve formas diversas de formação política. A ocupação de terras, assim como ocorre com o MST tem para o movimento um caráter pedagógico e formativo por excelência. É o primeiro momento de aprendizado e formação na própria ação política direta:

Nossa forma de ação mais importante são as ocupações de terras urbanas. Com elas pressionamos diretamente os proprietários e o Estado, denunciando o problema social da moradia e construímos um processo de organização autônoma dos trabalhadores. As ocupações são sempre acompanhadas de uma pressão focada nos órgãos do Estado, com marchas e ocupações de

prédios públicos [...] entendemos também que as ocupações de terrenos nas periferias devem ser potencializadas como uma porta para o trabalho comunitário nos bairros próximos. (MTST, s/d)

Também à semelhança com o MST, é inegável o potencial do movimento em organizar e formar politicamente trabalhadores precarizados nas ocupações nos últimos anos. A Cartilha do Militante, documento produzido pelo movimento (2005, p.3), destaca pontos importantes para a formação de uma “identidade coletiva no MTST:

Nossos objetivos estratégicos são a conquista da moradia, a reforma urbana e a transformação social pela via da construção de uma identidade coletiva. A única “saída” a ser considerada é a superação desse estado de coisas, através da formação de militantes qualificados para a ação responsável e da construção de uma identidade coletiva que faça com que o povo explorado perceba que nós somos o time dos oprimidos e que o único time com quem nós devemos brigar e competir é com o time dos opressores.

O MTST não conta com uma estrutura tal qual o MST, que por exemplo tem a Escola Nacional Florestan Fernandes como principal centro de formação. Também não tem ainda uma rede de relações com outros movimentos sociais, universidades, partidos políticos de esquerda, frentes amplas de mobilização que lhe permitam oferecer cursos de formação política estruturados como os do MST. Mas, desde suas origens, o movimento reserva lugar especial para a formação de seus militantes e realiza essa formação, progressivamente, em suas ocupações. Tem sido cada vez mais comum o MTST fazer parcerias com grupos locais de educação popular e de teatro, a fim de que participem da formação política de seus militantes a partir de seus territórios (GOULART, 2011).

Mas o MTST mantém uma relação próxima com MST justamente no que toca à formação política. A pesquisa terá também o objetivo de analisar a estrutura, o conteúdo e as práticas formativas do MST nos cursos oferecidos na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) a trabalhadores urbanos precarizados, muitos deles advindos de ocupações urbanas do MTST. O MST tem, desde suas origens, uma atenção especial para os espaços formativos em sua dinâmica de atuação. Após as primeiras ocupações de terra do movimento na década de 1980 e como fruto, principalmente, de seu 1º Congresso Nacional, o MST já defendia que as ocupações têm um caráter pedagógico por excelência. Quem nelas está envolvido aprende, ensina e partilha conhecimentos. Mas já reconhecia que para manter a dinâmica e os propósitos do movimento coesos seriam necessários espaços específicos de formação política.

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) se tornou um espaço destinado, por excelência, para a formação política de trabalhadores precarizados de diversos movimentos sociais, incluindo o MTST. A inspiração pedagógica do movimento, que se cristaliza na ENFF, baseia-se em diversos autores e perspectivas de educação popular, mas

como aponta Pinassi (2009) sua principal fonte remete à chamada “educação libertadora”, com base nas obras, metodologia e atuação do educador brasileiro Paulo Freire. Esta perspectiva de educação, desde 1961 com o Movimento de Educação de Base (MEB), passou a defender que o projeto educacional e pedagógico do campo político da classe trabalhadora não poderia ser o mesmo projeto educacional e pedagógico do campo político do capital. Com inspiração no espectro teórico do marxismo, os educadores populares do MEB começavam a perceber que o projeto educacional dos setores oprimidos da sociedade estava intrinsecamente ligado a um projeto político próprio.

O primeiro momento em que se torna claro que o enfrentamento de interesses de classe ocorre é na própria ocupação de terras e de terrenos. Segundo Silva (2007), a ocupação é um momento de disputa, contestação e ruptura da propriedade privada, o que vislumbra e fomenta a construção de uma nova ordem social. A expropriação de terras sugere um campo amplo para debates, compreensão e aprofundamento da consciência em torno do controle e do domínio que existe no bojo da sociedade capitalista. Ela define a expropriação como “[...] processo complexo e interligado entre produção material e ideológica da vida, a partir da caracterização da expropriação dos meios de produção, compreendemos o caráter educativo que a sustenta, ao mesmo tempo em que é gerado por ela.” (PINASSI, 2009, p. 7). Posteriormente, esse conhecimento advindo da prática política é sistematizado para os cursos de formação na ENFF.

Vê-se que os cursos na ENFF consideram de fundamental importância absorver trabalhadores precarizados e oferecer-lhes formação política para que se integrem à corrente de militantes de movimentos sociais, como o MTST. A Escola Nacional Florestan Fernandes torna-se assim o espaço privilegiado em que cursos de formação política são oferecidos para esses trabalhadores, recebendo colaborações de diversos intelectuais, professores, artistas e ativistas que são alinhados à perspectiva em que os cursos se baseiam. É importante destacar que com as reconfigurações da dinâmica rural-urbano no Brasil, a ENFF tem sido responsável por absorver e formar politicamente muitos trabalhadores urbanos, sejam trabalhadores precarizados que sempre se ocuparam na cidade, sejam trabalhadores provenientes da zona rural, mas que desempenham frequentemente trabalhos sazonais nas regiões urbanas (PINASSI, 2009).

Por isso, foi objetivo dessa pesquisa analisar como o MTST estrutura e oferece momentos de formação política, em suas ocupações, para setores precarizados da classe trabalhadora recém incorporados ao movimento. A partir da análise dos setores que são incorporados pelo movimento e pela estrutura e dinâmica da formação política oferecida pelo MTST a esses setores, procurou-se traçar um panorama atual de setores da classe trabalhadora precarizada, que são incorporados por um dos maiores movimentos sociais do país, passam por um processo de formação política e se tornam militantes políticos orgânicos do movimento.

A pesquisa consistiu em fazer um levantamento bibliográfico de textos que já

analisaram a formação política no interior do MTST, como Goulart (2011) e a Cartilha do Militante, produzida pelo próprio movimento (2005). Neste ponto em especial, considera-se que poucas pesquisas sociológicas trataram da formação política no MTST. Este trabalho teve a intenção de avançar na supressão dessa lacuna a partir de trabalho de campo, que destacamos aqui a partir da Ocupação Povo Sem Medo de São Bernardo do Campo, iniciada no ano de 2017.

A primeira hipótese da pesquisa foi que tanto o MTST tem valorizado a formação política como elemento fundamental para a incorporação de trabalhadores precarizados, que se tornarão militantes políticos. Dificilmente, trabalhadores precarizados que se inserem organicamente no movimento, não passam pelos processos de formação política propostos. O MTST considera a formação política como algo essencial para que um trabalhador recém-incorporado às suas fileiras se torne um militante de forma orgânica. Isso porque o histórico desses “novos militantes” vem de um contexto onde os sindicatos não conseguem mais atuar como elementos de formação política. O trabalhador recém-incorporado, na maioria das vezes, teve pouca inserção na luta política, o que torna a formação ainda mais necessária (GOULART, 2011).

A segunda hipótese da pesquisa foi que os cursos e atividades de formação política do MTST têm tratado, cada vez mais, de aspectos centrais da atual crise estrutural do capital, como a precarização do trabalho, o desemprego, a perda de direitos sociais e a devastação ambiental. Identificar esses aspectos passou por traçar um panorama dos trabalhadores recém-incorporados, analisar as características dos momentos formativos e identificar seus possíveis sucessos e fracassos.

A metodologia da pesquisa consistiu, em um primeiro momento, em levantamento bibliográfico que serviu de referência e auxiliou nos temas apontados anteriormente. Os temas em questão foram ampliados e consolidados teoricamente para a organização do presente artigo. O levantamento bibliográfico foi então sistematizado e serviu de base para a redação do presente texto. Do ponto de vista metodológico, as principais referências para a organização e sistematização do artigo foram Burawoy (2014) e Löwy (1985).

Na pesquisa de campo na Ocupação Povo Sem Medo de São Bernardo do Campo foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas e transcritas, com os trabalhadores que frequentaram as atividades e os cursos na ocupação do MTST, conforme Demo (1987), a fim de traçar um perfil desses trabalhadores quanto às suas trajetórias ocupacionais e quanto ao seu interesse em compor o movimento como militantes. Metodologicamente, se usou como base, para construir um perfil das trajetórias ocupacionais desses trabalhadores, as investigações nos “estudos de caso” (PORTA; DIANI, 2006)

A pesquisa continua em andamento e também se baseará, em um segundo momento, na análise do conteúdo das atividades e na dinâmica dos momentos formativos em outras ocupações do MTST, a fim de compreender o projeto político que é forjado

nesses espaços de formação. O procedimento consistirá em levantar e sistematizar os referidos materiais de pesquisa e, conseqüentemente, interpretar seu conteúdo, a partir das hipóteses levantadas. Posteriormente será feita a comparação entre as perspectivas e práticas de formação do MTST.

A ocupação Povo Sem Medo de São Bernardo teve início em setembro de 2017, com cerca de quinhentas pessoas, que ocuparam um terreno de sessenta mil metros quadrados, que estava vazio há cerca de quarenta anos. Em poucas semanas a ocupação já contava com oito mil famílias, que é o máximo que sua capacidade suporta. Desde a primeira semana o MTST realizou uma assembleia semana aos domingos onde todas as famílias participam.

Desde o início da ocupação o MTST se preocupou com os espaços de formação política. No mês de outubro de 2017 se iniciaram grandes aulas públicas com apoiadores do movimento, como o religioso católico frei Betto, o cantor seu Jorge, o artista Wagner Moura e a apresentadora Mônica Iozzi. No mês de novembro do mês, o escritor Ferréz inaugurou uma biblioteca na ocupação, doando centenas de livros. No mês de dezembro foi lançado a plataforma política “ABC Sem Medo”, inserida na dinâmica da Frente do Povo Sem Medo, junção de movimentos sociais que procura se unir em ações políticas e na construção de um programa político transformador para o país.

No mês de outubro, foi marcado um show de Caetano Veloso na ocupação, que foi proibido pela Justiça local, com a anuência do prefeito de São Bernardo do Campo, Orlando Morando, do PSDB. A proibição gerou efeito contrário ao desejado pelas autoridades. A ocupação ganhou projeção nacional e um novo show do artista baiano foi marcado para dezembro, unindo-se às comemorações dos vinte anos do MTST, realizado no largo da Batata em São Paulo.

No mês de janeiro de 2018, o MTST iniciou as atividades formativas com uma roda de conversa LGBTT. Em março do mesmo ano ocorreu uma solução negociada com as instâncias do poder público e as moradias foram conquistadas, encerrando assim a ocupação. O déficit habitacional continua crescendo exponencialmente nas regiões metropolitanas (MARICATO, 2015) e o MTST continua atuando nas lutas por moradia e pela transformação da sociedade, também através da formação política e da educação popular de cunho libertador.

REFERÊNCIAS

ALONSO, A. A política das ruas. **Novos Estudos CEBRAP**, v. Especial, p. 49-58, 2017.

ANTUNES, R. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. **Serv. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 632-636, out. /dez. 2010.

Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serv. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

BENOIT, H. O assentamento Anita Garibaldi: entrevista com lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). **Revista Crítica Marxista**. São Paulo, n.14, p. 134-149, 2002.

BRAGA, R. Uma sociologia da condição proletária. **Tempo Social**, v. 18, n. 1, p. 133-152, 2006.

A Pulsão Plebeia. São Paulo: Alameda Editorial, 2015.

BURAWOY, M. **Marxismo Sociológico**. Rio de Janeiro: Alameda Editorial, 2014. CARVALHO, A. A precarização estrutural do trabalho na civilização do capital em crise: o precariado como enigma contemporâneo. **R. Pol. Pub.**, São Luís, n.

Especial, p. 225-239, 2014.

CARTILHA DO MILITANTE DO MTST (2005). Disponível em: <https://www.mtst.org.br>. Acesso em: 22 maio 2018.

EYERMAN, R; JAMISON, A. **Social Movements: a Cognitive Approach**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1996.

GIAQUINTO, M. **Tornando-se um acampado**: a experiência das famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). 2016.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, 2016.

GOHN, M. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo, Edições Loyola, 2017.

GOULART, D. **O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011.

_____. Do barracão à nacionalização: o Movimento dos Trabalhadores Sem- Teto – MTST como proposta de poder popular e resistência ao neoliberalismo, Sumaré: **Cadernos Cemop**, 2012.

_____. Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e subproletarização: elementos para um debate sobre a classe trabalhadora no Brasil. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.160-171, jul./dez. 2012.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. GOODWIN, J.; JASPER, J. (Orgs.). **Rethinking Social Movements: Structure, Meaning and Emotion**, Oxford: Rowman e Littlefield Publishers, 2004.

KLANDERMANS, B.; STAGGENBORG, S. **Methods of Social Movement Research**, London: University of Minnesota Press, 2002.

LEVEBVRE, H. **O Direito à Cidade**, São Paulo: Editora Centauro, 2017. LOFLAND, J. Social

Movement Organizations: Guide to Research on Insurgent Realities, New York: Aldine de Gruyter, 1996.

LÖWY, M. **Método Dialético e Teoria Política**, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Ideologias e Ciência Social:** elementos para uma análise marxista, São Paulo: Cortez Editora, 1985.

LORENA, E. Luta de Classes na Cidade Neoliberal: Uma análise do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Dissertação (mestrado), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2012.

MARICATO, E. **Para Entender a Crise Urbana**, São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MÉSZAROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007. PORTA, D.; DIANI, A. **Social Movements:** an Introduction. Oxford: Blackwell

Publishing, 2006.

PINASSI, M. **Da Miséria Ideológica à Crise do Capital**, São Paulo: Boitempo, 2009.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares:** a Colonização da Terra e da Moradia na era das Finanças, São Paulo: Boitempo, 2018.

SANTANA, M. Trabalhadores, confronto político e democracia: o ciclo de greves do ABC paulista e os desafios do sindicalismo atual. **Lua Nova.**, v. 1, p. 19-36, 2018.

SIMÕES, G.; CAMPOS, M.; RAFAEL, R. **MTST 20 Anos de História:** Luta,

Organização e Esperança nas Periferias do Brasil, São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

TAVARES, M. **Os Fios (In)Visíveis da Produção:** informalidade e precarização do trabalho, São Paulo: Cortez, 2004.

TELLES, V. **A Cidade nas Fronteiras do Legal e Ilegal**, Belo Horizonte: Argumentum Editora, 2010.

CAPÍTULO 12

A CIDADE DO MEDO: A CRISE POLÍTICO-ECONÔMICA E SEUS EFEITOS SOBRE A MARCA RIO

Data de aceite: 01/09/2020

Patricia Cerqueira Reis

Doutora em Comunicação pela ECA / USP, docente e pesquisadora da ESPM-Rio e coordenadora do Observatório da Marca Rio

Diego Santos Vieira de Jesus

Doutor em Relações Internacionais pela PUC-Rio, docente e pesquisador do Programa de Mestrado Profissional em Gestão da Economia Criativa da ESPM-Rio e membro do Observatório da Marca Rio

RESUMO: O objetivo é examinar como a crise político-econômica interferiu na identidade, imagem e reputação da marca do Rio de Janeiro em 2016 e 2017. O argumento central aponta que as crises político-econômicas levaram ao esvaziamento das evidências físicas e suprimem as percepções positivas das evidências simbólicas da marca da cidade. A tímida comunicação do poder público, as experiências vividas no lugar e a comunicação negativa sobre a cidade corroboram com o declínio da imagem do Rio. Como consequência, a reputação negativa da marca gera efeitos deletérios na atração de investimentos e turismo, perda de valor dos produtos locais e êxodo dos moradores.

PALAVRAS-CHAVE: Rio de Janeiro; Marca Rio; crise; marca; marketing territorial

ABSTRACT: The aim is to examine how the political-economic crisis interfered with the

identity, image and reputation of the Rio de Janeiro brand in 2016 and 2017. The central argument points that the political-economic crises led to the emptying of physical evidence and suppressed the positive perceptions of symbolic evidence of the city's brand. The timid communication of the public authorities, the experiences lived in the place and the negative communication about the city corroborate the decline of the Rio's image. The negative reputation of the brand generates deleterious effects in attracting investments and tourism, the loss of value of local products and the exodus of residents.

KEYWORDS: Rio de Janeiro; Rio brand; crisis; brand; territorial marketing

INTRODUÇÃO

A correlação entre inovação e qualidade de vida foi ressaltada na construção e na gestão da marca da cidade do Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Olímpicos de Verão em 2016, sendo a cidade posicionada como a capital cultural do Brasil. A identidade dessa marca era bastante caracterizada por evidências trazidas pelas atividades socioeconômicas ligadas às manifestações culturais da cidade – em especial aos setores criativos, como o Carnaval –, pela harmonia de interesses entre as múltiplas esferas de governo em torno dos benefícios político-econômicos potenciais trazidos pela competição esportiva e pela pluralidade de equipamentos e eventos culturais ligados à história e às belezas naturais cariocas. Esses

aspectos associavam-se ao maior engajamento do carioca com o espaço urbano, às conexões estabelecidas entre as pessoas nos eventos realizados e às potencialidades da cidade no que dizia respeito à inovação, ao desenvolvimento sustentável e à inclusão social a partir do esporte e da cultura (Figueiredo, 2015; Mèrcher, 2013).

Contudo, desde a realização dos Jogos Olímpicos, o Rio de Janeiro enfrenta incertezas econômicas crescentes, estando mais exposto a condições financeiras adversas que podem levar à dificuldade em cumprir seus compromissos internacionais (S&P, 2017). Na esfera político-institucional, o rombo do Estado do Rio de Janeiro em 2017, que chegava a R\$ 22 bilhões, resultava de uma combinação de recessão econômica, retração nas atividades da indústria do petróleo, queda da arrecadação e déficit previdenciário. A corrupção disseminada por toda a administração pública agravou o quadro e acabou por levar à prisão de autoridades. Diante da crise estabelecida, faltou dinheiro para o pagamento de salários dos servidores, distribuição de remédios na rede pública de saúde e até abastecimento de viaturas da polícia (O Estado de S. Paulo, 2017). Grande parte das instalações criadas ou remodeladas para a realização dos Jogos Olímpicos na cidade encontra-se abandonada, mal gerida ou subexplorada. Elas deixaram grandes dívidas, e há suspeitas de esquemas ilícitos que envolveram desvio de verbas na construção e na modernização de diversas dessas obras. Na questão da segurança pública, a crise econômica contribuiu para que o maior eixo da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro desde 2008, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), caísse por terra, e a criminalidade se disseminasse por todo o Estado, em especial pela cidade do Rio de Janeiro (Truffi, 2017).

Em face desses desenvolvimentos, o objetivo do artigo é examinar como a crise político-econômica interferiu na identidade, imagem e reputação da marca do Rio de Janeiro desde os Jogos Olímpicos de 2016 até o fim de 2017. O argumento central aponta que as crises político-econômicas levam ao esvaziamento das evidências físicas e suprimem as percepções positivas das evidências simbólicas da identidade da marca da cidade. A tímida comunicação da marca pelo Poder Público, as experiências vividas no lugar e a comunicação negativa sobre a cidade – cujo emissores são os mais variados – corroboram o declínio da imagem da marca Rio. Como consequência, a reputação negativa da marca gera efeitos deletérios em termos de atração de investimentos e turismo, perda de valor dos produtos locais e o êxodo dos moradores da cidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A marca de uma cidade é um mecanismo para viabilizar o gerenciamento de sua imagem (Kotler, 1999) e que ela confere um símbolo (ou unidade simbólica) com uma identidade específica e distintiva para a cidade (Bailly, 1994). Para Reis (2016), a marca da cidade, assim como outras, também é formada por sua identidade, imagem e reputação. A

autora considera que a composição desses elementos se altera significativamente quando se trata de uma marca territorial. Para ela, a identidade de uma marca de cidade é composta por dois grandes núcleos: Evidências Físicas e Evidências Simbólicas.

As evidências físicas são compostas por toda uma rede de elementos que caracterizam o lugar e concretizam suas singularidades e diferenciais. Nesse aspecto, a marca é uma produtora de informações e promotora de relacionamentos. Para elaborar as evidências físicas, são incorporados à identidade da marca elementos relacionados à dimensão produtiva do território, à dimensão política e à dimensão histórico cultural.

- A dimensão produtiva refere-se à articulação das indústrias e prestadores de serviços existentes no lugar com suas vocações naturais. Propicia um melhor desenvolvimento tecnológico e econômico, uma economia estável e de baixo risco, assim como ambientes mais favoráveis para os negócios. Como consequência da articulação das diferentes indústrias e serviços existentes, incorpora também a possibilidade de produtos e serviços locais de qualidade e com marcas mais conhecidas. É nessa dimensão que a existência de uma economia criativa desenvolvida mais se destaca na formação da identidade do lugar.
- A dimensão política refere-se a espaços de participação e reconhecimento do lugar como sendo governado de forma eficiente. Da mesma forma, refere-se à presença da cidade e de seus líderes e personalidades no cenário internacional.
- A dimensão histórico-cultural incorpora fatos e lugares históricos, assim como as referências culturais locais, o sentimento de pertencimento e a contribuição local para a cultura global. Equipamentos de lazer e cultura representam essa dimensão e devem promover singularidades do lugar (Reis, 2016).

As evidências simbólicas referem-se à dimensão emocional que surge a partir das experiências que se tem com o lugar e das expectativas existentes. Nesse aspecto, a marca é uma produtora de sentidos e promotora de emoções. Para elaborar as evidências simbólicas, são incorporados à identidade da marca elementos relacionados aos atributos intangíveis, às potencialidades do lugar e às conexões que nele se estabelecem.

- Os atributos intangíveis referem-se às experiências das pessoas com as evidências físicas. Estimulam associações positivas espontâneas e os relacionamentos que surgem entre os públicos através da marca. Estima, admiração, sentimento e confiança que as pessoas sentem pelo lugar estão incorporados nesses atributos.
- As potencialidades referem-se aos elementos da marca que ainda são expectativas e perspectivas de futuro e de melhorias resultantes dos elementos presentes nas evidências físicas.
- As conexões a partir das experiências com o lugar é uma dimensão da marca de cidade composta pelos espaços presenciais e virtuais que estimulam as conexões entre as pessoas e o lugar. Eventos são estratégias com alto poder

de gerar conexões. Aqui também se insere o reconhecimento do lugar na mídia internacional, propiciando novas conexões (Reis, 2016).

A imagem da cidade é resultado daquilo que acontece no lugar – evidências físicas; somadas às percepções, vivências e expectativas dos diferentes grupos e públicos – evidências simbólicas. Cabe à comunicação da marca de cidade dar visibilidade, estabelecer as correlações entre esses dois campos – físico e simbólico – e, assim, formar a imagem da marca da cidade. Ou seja, a transição entre a esfera da identidade e a esfera da imagem da marca ocorre por meio das diretrizes comunicacionais, gerando percepções variadas na memória das pessoas (Reis, 2016).

Diferentes tipos de comunicação compõem a dimensão comunicacional da marca da cidade a partir da natureza de suas mensagens, da diversidade e da complexidade que uma marca de cidade traz em sua comunicação para se tornar aderente tanto ao lugar quanto aos públicos que se relacionam com ela. São elas comunicação de engajamento; comunicação de serviços públicos; comunicação de novos negócios; comunicação de visibilidade internacional; e comunicação de opinião pública (Reis, 2016).

A reputação refere-se à soma das várias percepções que os diferentes públicos de relacionamento têm da marca em um período mais longo de tempo, habilitando-o a fazer um julgamento sobre a forma como a gestão ocorre. Enquanto imagem refere-se ao que se constrói em um período menor de tempo, reputação refere-se ao que se constrói a longo prazo (Argenti & Forman, 2002). Para Reis (2016), a reputação da marca da cidade é um processo de construção de percepções nos diferentes públicos da marca durante um período de tempo maior, que envolve a experiência nas dimensões do território que a marca representa e que vai além dos seus aspectos comunicacionais, embora a comunicação da marca seja importante para externalizar tais dimensões do território e para estabelecer os relacionamentos a partir dos quais as percepções positivas e/ou negativas se formam. A correlação das evidências físicas e simbólicas promovida pela comunicação da marca de cidade possibilita que aquilo que é intangível, porém mais memorável, tenha respaldo naquilo que é real e que fundamenta a credibilidade da marca.

RESULTADOS

Evidências físicas da identidade da marca

Em 2017, pode-se observar que elementos que compõem a dimensão produtiva da marca do Rio de Janeiro tiveram um desempenho inferior a 2016. Ainda que a indústria tenha conduzido a um desempenho positivo dos níveis de emprego no Brasil em 2017 em relação a 2016, o Rio de Janeiro foi a exceção nacional. Houve, até setembro de 2017, uma redução de 4.769 postos de trabalho no estado, sendo a maior parte na capital (Otta & Tomazelli, 2017). No que diz respeito à atividade comercial, o aumento da violência urbana levou a um crescimento dos preços de produtos, inclusive daqueles ligados às

vocações locais. Segundo a Confederação Nacional do Comércio, de janeiro a agosto de 2017, houve um aumento de 30% no roubo de cargas nas vias expressas e de acesso à cidade em relação ao mesmo período do ano anterior, de forma que o prejuízo do comércio com os produtos roubados foi repassado aos preços cobrados ao consumidor. O fruto do roubo muitas vezes é comercializado em locais clandestinos ou ilegais, o que motiva o desabastecimento e o aumento dos preços em estabelecimentos comerciais formais. Tal situação desestimula a aquisição de produtos no comércio formal. Além disso, as empresas começaram a fazer investimentos maiores em segurança a fim de evitar prejuízos maiores, de forma que isso encarece o produto vendido ao consumidor em estabelecimentos formais. Diante do atraso no pagamento do funcionalismo fluminense, aliado ao desemprego e ao crescimento da violência no estado e na sua capital, o Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro aponta uma retração de 16% no número de empregados temporários no fim do ano em relação a 2016 (G1, 2017). Como resultado, as indústrias e os prestadores de serviços na cidade saem enfraquecidos, o que cria um desestímulo ao fomento às vocações locais, como produtos associados à marca da cidade.

No que diz respeito à dimensão política, uma série de elementos dificultou a formação de espaços de participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas. A recessão econômica – aliada à retração nas atividades da indústria do petróleo e à queda da arrecadação – levou à pauperização crescente da população, que foi ainda agravada com a corrupção disseminada pelo aparato político do Estado. Essa disseminação acabou por levar à prisão de um ex-governador, ex-secretários e cinco dos sete conselheiros do Tribunal de Contas. A situação conduziu não apenas à escassez de verbas para o pagamento de salários dos servidores estaduais, mas ao gradual colapso de programas do governo do Estado, como as Unidades de Pronto-Atendimento (UPAs) e as UPPs. Ainda que grupos de cidadãos tenham se mobilizado politicamente diante de tal situação – inclusive por meio da realização de atos públicos realizados por toda a cidade, como funcionários públicos dos setores de educação e saúde ao longo de 2017 –, tal engajamento surte poucos efeitos políticos, pois esbarra na permanência de coalizões políticas nos Poderes Executivo e Legislativo municipais, que sinalizam a falta de recursos para pagamentos de salários e novos investimentos (O Estado de S. Paulo, 2017).

Quanto ao legado dos Jogos Olímpicos, a euforia gerada com o megaevento tinha lastro na liberação de recursos bilionários por parte da União, estado e municípios, que alimentavam obras, especulação, rede hoteleira e atividades vinculadas ao turismo e meios de comunicação na promoção de eventos diversos. Entretanto, as cifras da especulação imobiliária vinculadas a esses projetos são astronômicas. As remoções diretas realizadas na cidade do Rio de Janeiro tornaram evidentes a magnitude de tal especulação, e o deslocamento de trabalhadores para as áreas mais distantes da cidade e da região metropolitana deu-se porque os preços dos aluguéis e de outros serviços, movidos pela especulação, tornaram a moradia impossível em determinadas áreas. Além

disso, observou-se também a permanência da ineficiência do transporte público (Zão, 2017). Hoje, evidencia-se que várias das obras olímpicas – mal geridas, subaproveitadas ou abandonadas – foram superfaturadas em esquemas de corrupção. Em vez de se engajarem mais politicamente em face dos problemas do Rio de Janeiro, muitos cidadãos acabam deixando a cidade por necessidade ou por opção.

Ademais, a situação econômica e política desfavorável fez com que a criminalidade se disseminasse pela cidade, de forma que áreas de engajamento dos cidadãos, como associações comunitárias, tivessem seu acesso bloqueado na disputa entre a Polícia e os criminosos. Ainda que as bases das UPPs continuem nos locais onde foram instaladas, esses lugares vêm sendo gradualmente reocupados por facções criminosas desde o fim dos Jogos Olímpicos. Diante da falta de uma política específica para a segurança pública, o governo do Estado do Rio de Janeiro voltou a centrar-se no combate às drogas, que vitima principalmente a população negra e de baixa renda. As investidas contra traficantes têm recuperado um cenário de interrupção do ensino público e privado e dos serviços do comércio nas regiões dominadas pelas facções (Truffi, 2017), como se viu na favela da Rocinha e nos seus arredores em setembro de 2017. A situação de violência disseminada dificulta a mobilização pública em comunidades atingidas pela guerra entre as forças do Estado e as facções criminosas.

Na dimensão histórico-cultural, a violência disseminada na esfera pública dificultou o acesso a lonas e arenas culturais nas Zonas Norte e Oeste da cidade, e a crise econômico-financeira reduziu a quantidade de verbas a serem utilizadas na manutenção de equipamentos culturais e no pagamento de funcionários que trabalham nesses equipamentos. No âmbito de eventos culturais, o ajuste fiscal promovido pelo prefeito Marcelo Crivella em 2017 atingiu as finanças de alguns dos principais eventos culturais da cidade, como os desfiles das escolas de samba e a Parada do Orgulho LGBTI-Rio. Crivella foi acusado por uma série de grupos de deixar que suas convicções religiosas interferissem nas decisões administrativas (Martín, 2017). Diante do agravamento da crise econômica em 2017, os organizadores de blocos de Carnaval de rua começaram a apelar cada vez mais para o angariamento de recursos via financiamento coletivo pela internet. Entretanto, blocos pequenos demonstram uma dificuldade muito maior de arrecadação que os maiores (Ramalho, 2017). A Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro (RioTur) argumenta que os editais culturais, a Lei Rouanet e o financiamento coletivo colocam-se como alternativas. Ainda que os blocos sejam considerados cultura pelo seu potencial turístico, a Prefeitura manifesta pouca consideração pelos aspectos econômicos necessários à realização não apenas desses, mas de outros eventos culturais populares na cidade, evidenciando uma separação clara ainda feita pelos formuladores de decisão entre as dinâmicas de organização econômica e a esfera da cultura, mesmo que as atividades culturais sejam responsáveis pela injeção de verbas consideráveis na receita da cidade (Frydberg, Kossak, & Machado, 2016).

Evidências simbólicas da identidade da marca

Levando-se em conta a dimensão dos atributos intangíveis da identidade da marca da cidade do Rio de Janeiro, os dados levantados pela plataforma de tecnologia PiniOn em 2016 apontam que a estima, a admiração e a confiança que as pessoas sentem pela cidade mostram níveis insatisfatórios para uma marca de cidade bem-sucedida. 71% dos respondentes da pesquisa apontaram que estão atualmente insatisfeitos com a cidade. Entre estes insatisfeitos, 72% consideram a possibilidade de morar em outra cidade. Dentre os principais motivos pelos quais ainda não se mudaram, 50% apontaram o receio de deixar o trabalho; 44%, falta de dinheiro para arcar com os custos da mudança; 30%, a manutenção de laços com a família; 20%, a realização de estudos; e 19%, a presença de amigos na cidade. Dentre os principais destaques negativos da cidade, os respondentes apontaram a falta de segurança pública (82%); as péssimas condições de trânsito (76%); o elevado custo de vida (62%); a poluição do ar, ruas, rios, mar e lagoas (54%); e as condições precárias de atendimento em geral, no serviço público e em estabelecimentos particulares (40%). 84% dos respondentes diziam não se sentir seguros para praticar esportes ao ar livre nas ruas, orla e espaços abertos da cidade do Rio de Janeiro. Dentre as causas para tal insegurança, eles sinalizavam a falta de policiamento (92%), o risco de arrastões (63%) e a falta de iluminação nos espaços (54%) (Veja Rio, 2016).

No que diz respeito à dimensão das conexões, os governos federal, estadual e municipal e a iniciativa privada lançaram, em setembro de 2017, o programa “Rio de Janeiro a Janeiro”, que abarca um calendário para realização de eventos na cidade durante 2018, com o objetivo de reverter a situação financeira e social grave que se observa no estado. A tentativa de alavancar o turismo mostrou-se uma das principais iniciativas visando ao aumento da arrecadação tributária e à exploração das vocações socioeconômicas da cidade e do estado do Rio de Janeiro (Coelho & Rodrigues, 2017). A expectativa era a de que tais eventos pudessem contribuir para a geração de espaços presenciais que estimulassem as conexões entre as pessoas e a cidade; entretanto, para que tais conexões ocorram, é preciso primeiramente se estabelecer um ambiente de segurança e confiança para que moradores e turistas possam transitar pela cidade e ir a tais eventos. Como comprova a Firjan (2017), dentre os principais indicadores de criminalidade adotados pela Secretaria de Segurança Pública, divididos em três grandes grupos (crimes contra a vida, crimes contra o patrimônio e atividade policial), 2016 registrou aumento em todas as ocorrências, de forma que isso inibe a presença de frequentadores a eventos realizados pela cidade, em especial na parte da noite.

Mesmo com o comprometimento de ajuda federal ao combate à atuação de criminosos na cidade em 2017, a ausência do Estado abre cada vez mais oportunidades para o avanço da criminalidade, que instaura um poder paralelo, por meio da violência. Tal crise na segurança pública degrada áreas anteriormente dinâmicas e afasta não só investimentos,

mas também pessoas (Firjan, 2017). Mesmo que os eventos possam funcionar como estratégias com alto poder de gerar conexões, as condições de possibilidade para que ocorram de forma tranquila e adequada não se colocam na sua plenitude na cidade do Rio de Janeiro. Isso se agrava quando o reconhecimento da cidade pela mídia internacional – em especial em veículos de maior relevância das cidades internacionais com marcas mais poderosas, como Nova York, Los Angeles, Londres e Paris – dá-se a partir de notícias que focam predominantemente a redução da presença das forças de segurança pública nas ruas e as ações de investigação em face das crises fiscal e financeira do estado e do município. Numa busca feita nos sites dos jornais The New York Times, Los Angeles Times, The Guardian e Le Monde da expressão “Rio de Janeiro” na segunda quinzena de outubro de 2017, cerca de 75% a 85% das matérias relacionadas ao Rio de Janeiro falavam sobre o contingenciamento de recursos para a segurança pública, a estrutura precária da polícia e a fragilidade das fronteiras nacionais e estaduais, utilizada por facções criminosas para a entrada de drogas e armas.

Quanto à dimensão das potencialidades, as possibilidades de geração de inovação e de implementação do desenvolvimento sustentável mostram-se limitadas diante dos constrangimentos econômicos e políticos no Rio de Janeiro. De acordo com o Innovation Cities Index de 2016-2017, elaborado pelo Innovation Cities Program, o Rio de Janeiro ocupa a 130ª posição no ranking global de cidades com potencial para o desenvolvimento de uma economia de inovação, ficando atrás de outras cidades no mundo em desenvolvimento, como Pequim (30ª), Buenos Aires (60ª) e São Paulo (76ª), por exemplo (2thinknow, 2017). O índice leva em conta aspectos como bens culturais, infraestrutura humana e mercados em rede. No que se relaciona ao desenvolvimento sustentável, o Rio de Janeiro mostra-se atrás de inúmeras cidades no mundo emergente no Sustainable Cities Index (2017), que leva em conta indicadores de desenvolvimento sustentável relacionados ao crescimento econômico, à promoção de igualdade social e à preservação ambiental. No ranking geral, o Rio de Janeiro está na 82ª posição, atrás de cidades como Pequim (73ª), São Paulo (79ª) e Buenos Aires (80ª) (Arcadis, 2017).

Imagem da marca

Na análise da compilação de dados acerca dos esforços de comunicação planejados para a marca e das comunicações espontâneas sobre ela, percebe-se o predomínio de uma imagem negativa associada à marca da cidade. O site oficial da Prefeitura procura fazer uma comunicação de engajamento, trazendo notícias sobre mutirões para atender à população carente em questões relacionadas à saúde por conta de demandas populares e a realização de reuniões do prefeito com entidades do terceiro setor a fim de debater problemas de classes e regiões específicas. O site também traz um link sobre “transparência pública”, onde se permite o acesso a documentos públicos, à estrutura e à competência dos servidores e ao orçamento e às finanças municipais (Prefeitura do Rio de Janeiro,

2017a). Entretanto, as comunicações produzidas pelos movimentos sociais e nas redes sociais foram predominantemente críticas à atuação dos governos estadual e municipal. ONGs como a Anistia Internacional denunciavam o impacto da crise fiscal do estado sobre a segurança pública e os abusos aos direitos humanos relacionados à morte de policiais na disputa com traficantes e o aumento, em 2017, de mortes por bala perdida decorrentes de disputas entre traficantes e entre policiais e facções criminosas (Anistia Internacional, 2017). Críticas como essas reproduzem-se em grupos de discussão sobre a cidade no Facebook, que, como visível na coleta realizada em outubro de 2017, reproduzem matérias divulgadas por grupos do terceiro setor e de órgãos da mídia convencional, chamando a atenção em especial para a crise econômico-financeira do estado e as denúncias de casos de corrupção envolvendo políticos cariocas.

A comunicação sobre serviços públicos predomina no site da Prefeitura da cidade, que inclusive desenvolveu um guia de serviços em sua página a fim de buscar sinalizar o compromisso do prefeito, feito à época da campanha eleitoral, de “cuidar das pessoas”. Esses serviços abarcam a oferta de auxílios relacionados à saúde, a realização de atividades culturais e a melhoria das condições de mobilidade urbana para o uso pelos cidadãos e turistas (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2017b). Entretanto, a comunicação voltada para novos negócios – em particular para a atração de investidores para indústrias tradicionais e serviços como o turismo – pareceu limitada, nos meios oficiais, à divulgação de iniciativas pontuais, como a divulgação do programa “Rio de Janeiro a Janeiro” e a reuniões com empresários de setores variados da economia para a abertura de empreendimentos na cidade. O mesmo se deu com a comunicação de visibilidade internacional, com notícias breves sobre atividades internacionais do governo municipal e a dinâmica de grandes eventos como o Rock In Rio em 2017, ainda que, nessas últimas, não fossem mencionadas a dinâmica de guerras entre traficantes e a intervenção das Forças Armadas na favela da Rocinha durante o evento, seus impactos refletiram na percepção sobre a realização do festival (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2017a).

O teor negativo já comentado acima nas notícias associadas ao Rio de Janeiro tanto na mídia local quanto na nacional e estrangeira impactou diretamente a comunicação de opinião pública. Uma pesquisa realizada em outubro de 2017 nos sites dos principais veículos de comunicação de circulação local (em especial os jornais “O Dia” e “Extra”) e nacional (como os jornais “O Globo”, “Folha de S. Paulo” e “Estado de São Paulo” e as revistas “Veja” e “Época”) revela que as notícias com informações relacionadas ao lazer e ao entretenimento na cidade não chegam a 20% do total de matérias na maior parte desses órgãos. Eles ainda focam predominantemente a dinâmica de corrupção governamental, a crise da segurança pública e os impactos sociais da crise fiscal e financeira sobre a vida da população, em especial os servidores públicos estaduais.

Reputação da marca

Em rankings produzidos por algumas consultorias internacionais até 2016, o Rio de Janeiro ocupava posições de destaque em termos de reputação (Reputation Institute, 2014). Entretanto, após os Jogos Olímpicos, publicações mais recentes feitas por algumas instituições provam que a reputação da cidade veio sendo gradualmente minada em termos sociopolíticos e econômicos. O Cities in Motion Index de 2017 (Ilese, 2017) coloca a cidade na 114ª posição em seu ranking de reputação, demonstrando o desempenho insatisfatório da cidade em termos de economia, capital humano, tecnologia e coesão social, sendo que este último se aproxima do nível mais baixo. No que diz respeito especificamente às condições econômico-financeiras da cidade, a última avaliação do risco de crédito do Rio de Janeiro pela Standard & Poor's trouxe mais um cenário pessimista. O Rio de Janeiro conta com uma avaliação "BB" de longo prazo, o que significa que a cidade enfrenta incertezas crescentes ou está exposta a condições financeiras ou econômicas adversas que podem levar à dificuldade em cumprir seus compromissos financeiros. Tal avaliação foi confirmada em 2017, mas com perspectiva negativa. Era improvável que o Rio de Janeiro conseguisse uma avaliação superior às avaliações soberanas. Para a Standard & Poor's, o sistema intergovernamental fracassou ao lidar com desequilíbrios orçamentários locais, e a gestão financeira foi prejudicada devido ao enfraquecimento de mecanismos de controle de gastos (S&P, 2017).

Discussão e análise

Sobre a dimensão produtiva, a retração da economia, o desemprego e violência urbana enfraqueceram quase todos os elementos da marca: criativa, empreendedora, energia, entretenimento, esportiva, infraestrutura, mobilidade e tecnológica. A exceção cabe ao turismo, que, mesmo em queda, ainda se mantém como uma das mais importantes fontes de renda da cidade. Sobre a dimensão política, destacam-se três aspectos que colocam em risco a viabilidade do projeto de cidade e sua marca: a ausência de uma política pública robusta de segurança; a escassez de espaços de participação e cidadania; e o não-reconhecimento público de uma gestão pública eficiente. Nesta dimensão, o elemento que ainda oxigena a marca da cidade relaciona-se ao fato de ela ter visibilidade internacional. Entretanto, tal elemento associa-se mais à dimensão produtiva no campo do turismo do que no reconhecimento público internacional dos gestores e/ou representantes locais. Agrava esse quadro a existência de um reconhecimento internacional negativo diante da prisão por corrupção de autoridades do governo estadual. No campo da dimensão histórico-cultural, a violência urbana retira da construção identitária da marca a percepção da favela como espaço urbano integrado à malha da cidade. Da mesma forma, enfraquecem-se as referências históricas pelo limitado acesso aos equipamentos culturais e às manifestações artísticas e sociais.

O impacto do esvaziamento das evidências físicas agrava as percepções

negativas sobre as evidências simbólicas da marca Rio. Historicamente o Rio de Janeiro é reconhecido pela alegria e autoestima do carioca. Esses elementos da dimensão dos atributos intangíveis se mostraram fragmentados no levantamento de dados da pesquisa, destacando-se o relato de que a boa parte da população deseja sair da cidade. Mesmo a paisagem da cidade, que representa um elemento com menor poder de ser impactado pelos demais, começou a ser vista de forma negativa diante da poluição que assolou a cidade e a insegurança para o uso dos espaços públicos ao ar livre.

A dimensão das conexões, que traz em si o estilo de vida do carioca, as experiências com a cidade, as trocas multiculturais que são possibilitadas e as vivências em outdoor se perderam com o fim da realização dos grandes eventos internacionais na cidade. Embora a pesquisa mostre um esforço no sentido de construção de um novo calendário, esse ainda é insólito diante das fragilidades que assolaram a marca. A mesma análise recai sobre a dimensão das potencialidades da marca que, diante do cenário que se apresentou no ano de 2017, tendem a gerar potencialidades mais negativas do que positivas, podendo ser uma pá de cal sobre os demais elementos da marca Rio.

CONCLUSÃO

Embora o gestor da marca de cidade não tenha controle sobre as narrativas produzidas pelos variados públicos, compreender que existe uma relação de causa e efeito entre a identidade, a imagem e a reputação da marca podem facilitar o processo de gestão. Se as narrativas da marca não estiverem baseadas em sua identidade, a consequência será a apropriação da marca pelos públicos em uma profusão de narrativas produzidas, sem referências articuladas com a real proposta de valor da marca. Retornando a Reis (2016), a gestão da comunicação da marca de cidade é um processo que deve: (1) partir da definição clara dos elementos de sua identidade; (2) construir narrativas da marca adequadas às características da comunicação contemporânea onde se destacam a transversalidade das mídias (transmídias) e o crescimento do interesse por informações ancoradas em estratégias de entretenimento (infotainment); (3) monitorar as narrativas sobre a marca que são resultados das vivências e sensações que a cidade promove nas pessoas; (4) estimular a difusão de narrativas pelos variados públicos que estejam em alinhamento com a identidade da marca e desestimular aquelas que enfraquecem a percepção de valor da marca; (5) como resultado deste processo, fazer releituras constantes sobre os elementos da identidade de marca a fim de que a marca tenha aderência com as expectativas dos públicos.

REFERÊNCIAS

- 2thinknow. (2017). *City Innovation 10th Annual Classifications And Rankings, 2016-2017*. . Acesso Em 21 De Outubro De 2017, Disponível Em 2thinknow Website: [Http://Www.Innovation-Cities.Com/Innovation-Cities-Index-2016-2017-Global/9774](http://www.innovation-cities.com/Innovation-Cities-Index-2016-2017-Global/9774)
- Anistia Internacional. (28 De Agosto De 2017). *Nota Pública: É Urgente Uma Política De Segurança Destinada À Preservação De Vidas No Rio De Janeiro*. Acesso Em 22 De Outubro De 2017, Disponível Em Anistia Internacional Website: [Https://Anistia.Org.Br/Noticias/Nota-Publica-E-Urgente-Uma-Politica-De-Seguranca-Destinada-Preservacao-De-Vidas-Rio-De-Janeiro/](https://anistia.org.br/noticias/nota-publica-e-urgente-uma-politica-de-seguranca-destinada-preservacao-de-vidas-rio-de-janeiro/)
- Arcadis. (2017). *Sustainable Cities Index, 2016*. Acesso Em 21 De Outubro De 2017, Disponível Em Arcadis: [Https://Www.Arcadis.Com/En/Global/Our-Perspectives/Sustainable-Cities-Index-2016/Comparing-Cities/?Tf=Tab-Overall&Sf=All&R=All&C=All](https://www.arcadis.com/en/global/our-perspectives/sustainable-cities-index-2016/comparing-cities/?Tf=Tab-Overall&Sf=All&R=All&C=All)
- Argenti, P., & Forman, J. (2002). *The Power Of Corporate Communication: Crafting The Voice And Image Of Your Business*. New York: Mcgraw-Hill.
- Bailly, A. S. (1994). Urban Representations: The Imaginary In The Service Of The Economy. Em G. Ave, & F. Corsico, *Marketing Urbano International Conference*. Turin: Edizioni Torino.
- Coelho, H., & Rodrigues, M. (24 De Setembro De 2017). *Governos E Empresários Anunciam Calendário De Grandes Eventos Para A Cidade*. Acesso Em 21 De Outubro De 2017, Disponível Em G1 Website: [Https://G1.Globo.Com/Rio-De-Janeiro/Noticia/Prefeitura-Do-Rio-Anuncia-Calendario-De-Grandes-Eventos-Para-A-Cidade.ghtml](https://g1.globo.com/Rio-De-Janeiro/Noticia/Prefeitura-Do-Rio-Anuncia-Calendario-De-Grandes-Eventos-Para-A-Cidade.ghtml)
- Figueiredo, J. (2015). Economia Criativa, Cidade Criativa E Desenvolvimento. Em E. Teixeira, & S. Corrêa, *Economia Criativa. Coleção Contextos E Pesquisas*. (Pp. 27-47). Rio De Janeiro: E-Papers.
- Firjan. (Maio De 2017). *Avanço Da Criminalidade No Estado Do Rio De Janeiro: Retrato E Propostas Para Segurança Pública*. Acesso Em 17 De Junho De 2017, Disponível Em Pesquisas E Estudos Socioeconômicos: [Http://Www.Firjan.Com.Br/Lumis/Portal/File/Filedownload.Jsp?Fileid=2c908a8f5c5ff163015c642172a96397&Inline=1](http://www.firjan.com.br/Lumis/Portal/File/Filedownload.Jsp?Fileid=2c908a8f5c5ff163015c642172a96397&Inline=1)
- Frydberg, M., Kossak, A., & Machado, G. (2016). O Bloco Produto E O Produto No Bloco: Tensões E Relações Entre Economia E Cultura No Carnaval Dos Blocos De Rua Do Rio De Janeiro. *Anais Do Viii Encontro Nacional De Estudos De Consumo*. (Pp. 9-11). Rio De Janeiro: Universidade Federal Fluminense.
- G1. (17 De Outubro De 2017). *Estudo Mostra Reflexos Da Violência Nos Preços De Produtos No Rio*. Acesso Em 21 De Outubro De 2017, Disponível Em G1 Website: [Http://G1.Globo.Com/Jornal-Nacional/Noticia/2017/10/Estudo-Mostra-Reflexos-Da-Violencia-Nos-Precos-De-Produtos-No-Rio.html](http://g1.globo.com/Jornal-Nacional/Noticia/2017/10/Estudo-Mostra-Reflexos-Da-Violencia-Nos-Precos-De-Produtos-No-Rio.html)
- Iese. (2017). *Iese Cities In Motion Index*. . Acesso Em 22 De Outubro De 2017, Disponível Em Iese Website: [Http://Citiesinmotion.Iese.Edu/Indicecim/?Lang=En](http://citiesinmotion.iese.edu/indicecim/?Lang=En)
- Kotler, P. (1999). *Marketing Público: Como Atrair Investimentos, Empresas E Turismo Para Cidades, Regiões, Estados E Países*. São Paulo: Makron Books.

Martin, M. (16 De Junho De 2017). *Queda De Braço Entre Crivella E Escolas De Samba Ameaça O Carnaval 2018 No Rio*. Acesso Em 24 De Setembro De 2017, Disponível Em El País: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/15/Cultura/1497557739_810021.html

Mèrcher, L. (2013). Museu De Arte Do Rio E Museu Do Amanhã: Duas Ferramentas À Paradiplomacia Cultural Do Rio De Janeiro. Em R. Monteiro, & C. Rocha (Ed.), *Anais Do Vi Seminário Nacional De Pesquisa Em Arte E Cultura Visual*. (Pp. 101-111). Goiânia: Ufg, Fav.

Murray, S., & Pigman, G. (2014). Mapping The Relationship Between International Sport And Diplomacy. *Sport In Society*, 17(9), 1098-1118.

O Estado De S. Paulo. (23 De Abril De 2017). *Em Decadência Política, Rio Viverá Uma Década De Crise*. Acesso Em 24 De Setembro De 2017, Disponível Em Estadão: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-decadencia-politica-rio-vivera-uma-decada-de-crise,70001748272>

Otta, L., & Tomazelli, I. (19 De Outubro De 2017). *Emprego Cresce Pelo Sexto Mês Seguido*. Acesso Em 21 De Outubro De 2017, Disponível Em Estadão: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,emprego-formal-tem-o-melhor-resultado-para-o-mes-de-setembro-desde-2014,70002052961>

Prefeitura Do Rio De Janeiro. (2017a). *Prefeitura.Rio*. Acesso Em 22 De Outubro De 2017, Disponível Em Prefeitura Do Rio De Janeiro Website: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/conteudos?categoria=&tag=&estrutura=str-noticia>

Prefeitura Do Rio De Janeiro. (2017b). *Guia De Serviços*. Acesso Em 22 De Outubro De 2017, Disponível Em Prefeitura Do Rio De Janeiro Website: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/servico>

Ramalho, G. (30 De Janeiro De 2017). *Blocos De Carnaval Em Crise Buscam Recursos Com Crowdfunding*. Acesso Em 10 De Abril De 2017, Disponível Em O Globo: <http://oglobo.globo.com/rio/blocos-de-carnaval-em-crise-buscam-recursos-com-crowdfunding-20843695>

Reis, P. (2016). *Rio De Janeiro, Uma Cidade Global? Uma Reflexão Sobre A Construção Da Marca Rio*. Tese De Doutorado, Usp, Escola De Comunicação E Artes, São Paulo.

Reputation Institute. (2014). *2014 City Rep Trak: The World's Most Reputable Cities*. Reputation Institute. Acesso Em 22 De Outubro De 2017, Disponível Em <https://www.reputationinstitute.com/resources/registered/pdf-resources/most-reputable-cities-2014.aspx>

S&P. (2017). *Brazilian Local And Regional Governments Ratings Affirmed And Off Watch Following Similar Action On The Sovereign*. Acesso Em 16 De Setembro De 2017, Disponível Em S&P Global Ratings: https://www.standardandpoors.com/en_us/web/guest/article/-/view/type/html/id/1901366

Truffi, R. (10 De Abril De 2017). *Rio De Janeiro Mergulha No Caos Político E Social*. Acesso Em 24 De Setembro De 2017, Disponível Em Carta Capital: <https://www.cartacapital.com.br/revista/947/rio-de-janeiro-mergulha-no-caos-politico-e-social>

Veja Rio. (29 De Fevereiro De 2016). *Pesquisa Revela Que 71% Dos Cariocas Estão Insatisfeitos Com A Cidade*. Acesso Em 21 De Outubro De 2017, Disponível Em Veja Rio Website: <https://vejario.abril.com.br/cidades/pesquisa-revela-que-71-dos-cariocas-esta-insatisfeito-com-a-cidade/>

Vergara, S. (2012). *Métodos De Pesquisa Em Administração*. . São Paulo: Atlas.

Zão, A. (23 De Junho De 2017). *Rio De Janeiro: Decadência Econômica, Crise Política E Colapso Dos Serviços Públicos (Parte I)*. Acesso Em 24 De Setembro De 2017, Disponível Em Esquerda Online: [Http://Esquerdaonline.Com.Br/2017/06/23/Rio-De-Janeiro-Decadencia-Economica-Crise-Politica-E-Colapso-Dos-Servicos/](http://Esquerdaonline.Com.Br/2017/06/23/Rio-De-Janeiro-Decadencia-Economica-Crise-Politica-E-Colapso-Dos-Servicos/)

CAPÍTULO 13

A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932: UMA ANÁLISE DA COBERTURA MIDIÁTICA ACERCA DO FATO HISTÓRICO

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 07/07/2020

Carlos Eduardo Klingelfus Grasso

Fundação Escola de Sociologia e Política de
São Paulo
São Paulo – São Paulo

Guilherme Barros Nascimento

Fundação Escola de Sociologia e Política de
São Paulo
São Paulo – São Paulo

Israel Filipe Santos Nascimento

Fundação Escola de Sociologia e Política de
São Paulo
São Paulo – São Paulo

RESUMO: O presente estudo diz respeito a uma análise referente ao processo revolucionário de 1932, que ocorreu na cidade de São Paulo e foi intitulado como “Revolução Constitucionalista”. Para além de uma discussão a respeito do fato político, buscou-se investigar como se deu a cobertura dos eventos que demarcaram a revolução, buscando compreender preferências ideológicas e até mesmo possíveis interesses envolvidos. Nesse sentido, foi necessário revisitar publicações do início dos anos 30, tanto de veículos que eram à época considerados “grande mídia” como possíveis veículos alternativos. Ainda que o foco seja observar a mídia paulistana, tem-se como propósito estender o olhar para a imprensa de outras localidades. A Revolução Constitucionalista teve grande importância em

um momento político extremamente conturbado a nível nacional. O País passava por uma crise econômica, efeito da crise internacional de 1929, atrelada à queda da chamada República do Café com Leite (1890-1929), a qual dava protagonismo para as elites de São Paulo e Minas Gerais. O rompimento se deu através da Revolução de 30, que resultou na ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República. Entende-se que não é possível analisar o ano de 1932 separado do ano de 1930, portanto pretendeu-se acompanhar a cobertura da mídia referente a esse período curto no quesito temporal, mas longo no aspecto do impacto político.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução de 1932. Mídia. Jornal. Getúlio Vargas. São Paulo.

THE CONSTITUTIONALIST REVOLUTION OF 1932: AN ANALYSIS OF MEDIA COVERAGE OF THE HISTORICAL FACT

ABSTRACT: The present study concerns an analysis referring to the revolutionary process of 1932, which took place in the city of São Paulo and was entitled as “Constitutionalist Revolution”. In addition to a discussion about the political fact, we sought to investigate how the events that marked the revolution were covered, seeking to understand ideological preferences and even possible interests involved. In this sense, it was necessary to revisit publications from the early 1930s, both from vehicles that at that time were considered “mainstream media” as possible alternative vehicles. Although the focus is on observing the São Paulo media, the purpose is to extend the look to the press from other locations.

The Constitutionalist Revolution was of great importance in an extremely troubled political moment at the national level. The country was going through an economic crisis, the effect of the international crisis of 1929, linked to the fall of the so-called República do Café com Leite (1890-1929), which gave prominence to the elites of São Paulo and Minas Gerais. The break occurred through the Revolution of 30, which resulted in the rise of Getúlio Vargas to the presidency of the Republic. It is understood that it is not possible to analyze the year 1932 separately from the year 1930, so it was intended to follow the media coverage referring to this short period in terms of time, but long in terms of political impact.

KEYWORDS: Revolution of 1932. Media. Newspaper. Getúlio Vargas. São Paulo.

1 | INTRODUÇÃO

A imprensa tem um papel histórico na cobertura dos fatos políticos do Brasil e do mundo, sendo um braço de qualquer governo que se pretenda republicano e democrático. Dessa forma, com este estudo pretende-se reiterar a importância da valorização da memória e dos documentos históricos, assim como da imprensa brasileira e de seu legado.

Para efetivar tal proposta, buscou-se levantar dados por meio de centros de documentação que possibilitam o acesso virtualmente. A título de exemplo, pode-se mencionar o CPDOC (pertencente à FGV) e o Arquivo Público do Estado de São Paulo, os quais são referência no resguardo de documentos históricos. Coube, também, consultar os acervos de veículos de imprensa que sejam compreendidos como relevantes para o estudo. Ainda assim, realizou-se um levantamento bibliográfico e uma revisão da literatura já produzida sobre o tema, visando a pontuar algumas contribuições existentes, pela ótica da historiografia e da Sociologia.

2 | CONTEXTO REVOLUCIONÁRIO: UM OLHAR PARA O CENÁRIO NACIONAL

Para pensar o processo revolucionário de 1932, faz-se necessário retomar a conjuntura histórica e política pela qual passava o País. Em primeira instância, destaca-se uma crise do regime político vigente até então, o que hoje é caracterizado por República Velha, ou até mesmo República do Café com Leite. O regime consistia na alternância do poder entre representantes dos estados de Minas Gerais e São Paulo, em que Minas Gerais era produtora de leite, e São Paulo de café, de modo que ambos os estados tinham o maior protagonismo político e econômico no plano nacional. Na eleição de 1929 houve uma ruptura com a prática de alternância já consolidada, tendo em vista que o então presidente Washington Luís indicou como seu sucessor o também representante do estado de São Paulo Júlio Prestes. Os mineiros, não satisfeitos com a indicação, passaram a apoiar o candidato do Rio Grande do Sul, o ex-deputado, ex-governador e ex-ministro Getúlio Vargas, pela Aliança Liberal, que agregou o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e a Paraíba, do então candidato a vice-governador na chapa, João Pessoa. Interessante observar que Vargas concorreu ao pleito de chefe do Executivo por uma aliança liberal,

ainda que em suas práticas políticas e econômicas sempre tenha havido um enfrentamento aos ideais dessa corrente.

Vargas foi derrotado nas eleições. O povo escolheu Júlio Prestes para o cargo de chefe do Executivo nacional. Por conta disso, organizou-se o processo revolucionário de 1930, rompendo com a institucionalidade e culminado em um governo de exceção, que a princípio deveria ser temporário, sob a prerrogativa de estabelecer a ordem e promulgar uma nova Constituição. Não menos importantes são os aspectos econômicos que influenciaram a conjuntura política nacional daquele momento, especialmente no estado de São Paulo, um dos motores da economia brasileira sobretudo em decorrência da exploração do café. A respeito disso, o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (2008), em sua obra *Mudanças sociais no Brasil*, pontua sobre a conjuntura da seguinte maneira:

Ninguém ignora que o café foi o principal fator de desenvolvimento econômico e da prosperidade de São Paulo. Graças ao café, a vida econômica de São Paulo saiu do marasmo em que se mantinha durante o século XVIII e a primeira metade do século XIX. Ela integrou-se, rapidamente, no sistema econômico tropical, com profundas transformações no cenário natural e humano da região. O fenômeno ocorreu com tamanha rapidez, que mesmo os observadores mais argutos acabaram representando o café como um fator de povoamento, de enriquecimento e de progresso. (FERNANDES, 2008, p. 249).

Através dessa formulação, o sociólogo demonstra como o café foi crucial para a ressignificação do papel de São Paulo em relação ao Brasil. A crise internacional de 1929 inevitavelmente impactou o País do ponto de vista econômico, resultando em uma maior instabilidade política. A queda no preço do café comprometeu a economia brasileira, bem como a própria elite cafeeira do estado de São Paulo. Segundo este viés, o sociólogo Jorge Caldeira (2017), em sua obra *História da riqueza no Brasil*, discute a problemática da crise do café pela seguinte perspectiva:

O problema não era de quantidade: o volume das exportações do produto pouco caiu entre 1928 e 1932: de 13,8 milhões de sacas para 11,9 milhões. Mas o preço despencou, arrastando consigo as divisas recebidas: 67,9 milhões de libras esterlinas em 1928 e apenas 26,2 milhões quatro anos depois. A queda no mercado presente deu-se em circunstâncias delicadas para o mercado futuro - mais precisamente, na política de estoques. (CALDEIRA, 2017, p. 529)

Por meio desse fragmento, o autor discute a desvalorização do café, impactando a economia brasileira. A título de exemplo, o PIB brasileiro sofreu queda de 2,1% em 1930.

3 | REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA: CONFLITO DE INTERESSES EM UM PAÍS EM MOVIMENTO

Retomando o olhar histórico, reitera-se que a Revolução de 1932 precisa ser analisada conjuntamente com a revolução que houve no plano nacional de 1930. Ainda assim, busca-se destacar os principais fatores que a nortearam, ponderando interesses de

determinados grupos, assim como ideologias vigentes à época. Também é preciso destacar o rompimento de Vargas com a Constituição vigente. O poder Executivo centralizado na figura de Vargas passou a controlar todas as instâncias da vida política nacional, o que pôde ser observado pela extinção do poder Legislativo e pela nomeação de interventores no lugar de governadores estaduais. Em teoria, tudo isso seria algo provisório, até a convocação de novas eleições, assim como a promulgação de uma nova Constituição. Quanto ao que desencadeou a Revolução Constitucionalista de 1932, o historiador Marco Antonio Villa (2011), em sua obra *A história das constituições brasileiras*, descreve da seguinte forma:

Os boatos, a pressão dos tenentistas e o temor de que as eleições prometidas não se realizariam - além de problemas na indicação dos sucessivos interventores para o estado de São Paulo - acabaram levando à Revolução Constitucionalista de 1932. A rebelião armada começou em 9 de julho e foi até o fim de setembro. Nos quase três meses de luta, que mobilizaram mais de 150 mil homens, morreram mais do que o triplo de soldados durante a campanha da Força Expedicionária Brasileira na Itália, na Segunda Guerra Mundial. (VILLA, 2011, p. 39)

Para além de uma breve apresentação dos motivos que levaram à revolução no estado de São Paulo, o autor introduz um pouco do seu legado. Conforme será abordado mais à frente no presente estudo, o movimento foi derrotado do ponto de vista militar, ainda que seja necessário postular a discussão existente sobre os legados, não só a nível estadual, mas a nível nacional.

Cabe também inserir alguns interesses existentes na conjuntura do processo revolucionário de 1932. Há quem analise tal processo não como um golpe destinado ao Governo Federal, mas como um contragolpe, tendo em vista que os prejuízos da chegada de Vargas ao poder para o estado de São Paulo são notórios, podendo-se destacar a destruição da organização republicana que vigorava até então, e que favorecia os paulistas, sobretudo suas oligarquias cafeeiras. O governo Getúlio já nasceu com a insatisfação da população de São Paulo, até porque o candidato eleito, Júlio Prestes, era paulista, e não assumiu por conta do processo revolucionário de 30. A Revolução de 1932 foi impulsionada sobretudo pela oligarquia paulista e pela classe média, demonstrando, para além de uma insatisfação, até mesmo um ressentimento. Com isso, não se pretende negar a tentativa de se perpetuar no poder, reprimindo as liberdades democráticas, por parte de Vargas, o que se traduz na governança por decretos, sem a perspectiva real de uma nova Constituição. Não à toa, a Guerra Civil de São Paulo recebe a alcunha de constitucionalista, no entanto algumas ponderações sobre interesses e privilégios na sociedade brasileira são bem-vindos na observação de fatos históricos da estatura da Revolução de 1932.

4 | FORMAÇÃO DA IMPRENSA E DO JORNALISMO NO BRASIL

A imprensa paulista teve seu início ainda no período colonial, em 1823, sob o reinado

de Dom Pedro I. A passagem do século XIX para o século XX foi marcada por incessantes transformações políticas, econômicas e sociais, desdobramentos dos avanços industriais e tecnológicos que emergiram sobretudo no século XVIII. Se nos primórdios do jornalismo a divulgação de informações era realizada por mensageiros ou pelo compartilhamento de um mesmo folhetim, escrito à mão e entregue a um número muito restrito de pessoas, atualmente, para aqueles que consideram a chamada quarta revolução industrial, a disseminação de informações não é mais um problema. Na verdade, os debates que outrora reverenciavam-se predominantemente sob a tutela da ampliação dos meios de comunicação, hoje concentram-se no volume e no excessivo conjunto de técnicas que afogam o leitor na primazia do direito à informação.

O primeiro jornal paulista do qual se tem registro, *O Paulista*, era escrito à mão com bico de pena e tinteiro em papel cartório pelo então professor de gramática e futuro político brasileiro Antônio Mariano de Azevedo Marques e distribuído entre pelo menos cinco sócios do jornal. De acordo com alguns registros públicos, o jornal tinha permissão oficial da província de São Paulo para funcionamento. Sua primeira edição é datada de 1823, um ano após a independência do País. Porém, foi só em 1827 que o jornal passou a contar com processo de composição tipográfica, oriunda de trabalho voluntário e gratuito, seguido por uma composição de normas de conduta que garantiriam o direito quanto à causa pública e às informações do Governo, além do respaldo de resposta caso alguém sentisse que foi ofendido ou caluniado. O projeto do jornal seguiu adiante contando com um importante nome da nobreza como diretor e redator, José da Costa Carvalho, Barão, Visconde e Marquês de Monte Alegre, que entre muitas outras atribuições foi primeiro-ministro do Império Brasileiro. O jornal, posteriormente chamado de *O Farol Paulista*, perdeu até a data de 1833, em defesa da liberdade e da Monarquia Constitucional como prerrogativa, condenando qualquer outro modelo político como despotismo.

Apesar de muito modesto, o jornalismo brasileiro cresceu consideravelmente do ponto de vista dos periódicos publicados entre 1890 e 1899. Somente a cidade de São Paulo já contava com aproximadamente 347 impressões periódicas, chegando a 537 na década seguinte, entre jornais, revistas e similares. Houve também uma melhora significativa do ponto de vista da escrita, que começou a tomar forma como produto jornalístico de informação, se desvencilhando sobretudo do formato acadêmico literário, que já era consolidado para a maioria dos afazeres intelectuais. Outro destaque se deu na possibilidade de reprodução de imagens, como os retratos. Alguns jornais tradicionais que perduram até hoje tiveram seu início muito próximo a essas datas, como é o caso de *Correio Paulistano* (1854), *O Ipiranga* (1869), *Província de São Paulo* (1875) e *Diário de São Paulo* (1884). Durante os períodos que se sucederam, já no final do Império Brasileiro, com o abolicionismo e o início de uma nova forma de governo, republicano, abriu-se margem a uma política plural no sentido dos interesses e dos debates políticos.

O *Correio Paulistano*, de posição liberal, fez forte frente junto ao Partido Republicano

Paulista, apoiando a abolição da escravatura, sendo regido em grande parte pelos oligarcas cafeeiros, e até serviu durante muito tempo como porta-voz do PRP, sendo extinto em 1937. A *Província de São Paulo*, que após a proclamação da República viria a ser *O Estado de São Paulo*, teve ativa participação republicana, cobrindo diversas notícias políticas, tendo como escritor o próprio Euclides da Cunha, autor do livro *Os Sertões*, principal obra sobre a Guerra de Canudos. Já *O Diário de São Paulo*, em sua fundação teve como protagonistas José Maria Lisboa e Américo de Campos, importantes jornalistas e dissidentes dos jornais *Correio Paulistano* e *Província de São Paulo*. Apesar de participantes das conferências de Itu, em grande parte representadas por oligarcas agroexportadores, os dois jornalistas fundaram um jornal voltado aos pequenos negócios até sua aquisição pela família de cafeicultores Mesquita. Outro tradicional jornal que surgiu depois das primeiras experimentações da República foi a *Folha de São Paulo* (1921), que a princípio faria frente de oposição aos partidos conservadores republicanos e jornais apoiadores¹.

O início do século XX foi marcado pelas contradições e pelos embates políticos, entre o arcaico e o moderno, o autoritário e o democrático, o liberal e o comunista, o conservador e o progressista. A classe artística e literária inaugurou o Modernismo em 1922, renegando a estética romântica e naturalista das artes plásticas, dos poemas e da música. A urbanização aos poucos foi ganhando outra forma, com linhas mais suaves e contínuas, por vezes adotando até o utilitarismo. Os conflitos da Revolta da Vacina em 1904, ou da Revolta da Chibata em 1910, remontam a uma época de grande alvoroço político no sentido das insatisfações, quanto à obrigatoriedade de um projeto sanitário para o enfrentamento de doenças como a varíola, ou as duras repressões sofridas por soldados e marinheiros de baixa patente. Em 1908 foi criada também a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), responsável por levantar questões que levassem mais neutralidade e garantia de direitos aos profissionais dos jornais, muitas vezes posicionando-se contra as organizações que mantinham os jornais como empresas a seu favor.

As greves gerais que ocorreram entre 1917 e 1922 tiveram papel crucial para a formação de novos jornais e revistas que davam voz às novas organizações políticas de esquerda que se formavam, principalmente para denunciar os abusos cometidos pela classe burguesa industrial e rural, que, ainda nos moldes da escravatura, não só forçava o trabalho compulsório a imigrantes italianos e espanhóis como também impunha a crianças e mulheres péssimas condições de trabalho quanto ao horário e às condições básicas de equipamentos de trabalho.

O surgimento do Partido Comunista Brasileiro e do jornal *A Classe Operária* marcou uma das primeiras experimentações de organização política que fazia frente, ainda que sem muito sucesso, às oligarquias agro-industriais da época. Washington Luís, secretário, deputado e prefeito de São Paulo, foi um precursor em lidar com a oposição e

¹ CAPELATO, Maria Helena; MOTA, Carlos Guilherme. História da Folha de São Paulo (1921-1981). São Paulo: Impress, 1981.

as reivindicações desse período pré-industrial. Ficou conhecido por desenvolver inúmeras estradas e estimular a redução da pena para presos de bom comportamento, que em troca trabalhavam na expansão do oeste paulista. Enquanto político, Washington Luís se viu comandado pelo Partido Republicano Federal, o que o fez transferir-se para o Partido Republicano Popular. Em um momento de turbulência social e econômica, em decorrência das crises oriundas da Primeira Guerra Mundial e da Crise de 1929, Washington Luís foi presidente da República do final de 1926 até 1930.

5 | PERSPECTIVAS DAS MÍDIAS PAULISTAS

Como dito anteriormente, após a eleição do paulista Júlio Prestes, o poder foi tomado por uma junta militar liderada pelo advogado e político Getúlio Vargas, com apoio dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba em 1930. Na passagem do ano de 1930 para 1931, Getúlio adotou uma postura firme ao lado de militares e de simpatizantes da sua participação política, sobretudo no Rio Grande do Sul. A partir de 1932 receberia apoio da Ação Integralista Brasileira, a AIB, um grupo formado por nacionalistas de extrema-direita. Com a intenção de apaziguar a classe burguesa paulista e de refrear qualquer tipo de levante popular que tivesse ideais comunistas, Getúlio tomou uma série de medidas que acabaram culminando na Revolução de 32.

Alguns jornais considerados tradicionais passaram a cobrir os fatos ocorridos durante esse período de modo a condenar Getúlio, empossado após um golpe de Estado, como ditador e uma ameaça à própria nação. Como se pode perceber, ainda no início dos anos 1930 o discurso empregado seguia uma latente esperança de se formar uma nova Constituinte para o Brasil.

O jornal *A Platéia* a princípio se mostrava conservador, apoiando a Aliança Nacional, mas mostrou seu descontentamento por completo ao apoiar a Revolução de 1932. Segundo consultas realizadas no site do Arquivo Público de São Paulo sobre a memória da imprensa, é nítida essa mudança de postura referente aos periódicos publicados. Os que estão disponíveis e datam do mês de novembro de 1930 voltam-se a uma postura quase neutra do ponto de vista da narrativa dos fatos, porém a partir de 1932, pelos periódicos que datam do mês de junho ao mês de outubro, a parte crítica da história dos acontecimentos passou a forçar um discurso inflamado e a cobertura quase incessante dos fatos, retratando os legados e a importância do combate “em nome da pátria”, e tratando os combatentes como heróis.

O jornal *O Estado de São Paulo* posicionava-se de maneira contundente contra o Governo Federal após o fatídico ataque à sede de um jornal carioca, o *Diário Carioca*, por parte de militares, como pode ser observado no seguinte fragmento:

A crise gravíssima que atravessa o governo da República, acentuada pela demissão de vários auxiliares, dos auxiliares que representavam a corrente

liberal e constitucionalista, enche-nos de apreensões. Reputamos uma desgraça a marcha do governo para o absolutismo, e essa crise, ao menos na sua face externa, nas suas aparências mais acessíveis ao olhar, denota uma inflexão para aquele rumo. Parece que, no seio do governo, já se decidiu contra o espírito constitucionalista a luta que armara entre esse espírito e o ditatorial. (O Estado de S. Paulo, 05/03/1932)

A partir da década de 30, o rádio no Brasil já era uma realidade. Ainda no final dos anos 20 já havia relatos da sua experiência, sendo uma delas o próprio discurso do então presidente Epitácio Pessoa em 1923. Os constitucionalistas, em 1932, fizeram uso das rádios como promoção da reivindicação de uma Constituinte, principalmente para se referir ao estado de São Paulo como um refém do fascismo italiano que outrora fora importado, tanto que em setembro do mesmo ano, sob a voz do radialista e locutor César Ladeira, expoente da voz constitucionalista, engajava-se na Rádio Record um pouco do sentimento da época:

[...] paulistas, velhos, mulheres, crianças, carregam [...] a arma certa que vai alcançar [...] a vitória [...]. O paulista não mudou [...]. Todo paulista sabe ser pobre como Jó! Para com essa pobreza, alcançar a riqueza maior, a riqueza melhor, a riqueza gloriosa, a riqueza suprema! A única riqueza que São Paulo quer... a vitória, a vitória, a vitória! (Discurso de César Ladeira na Rádio Record, setembro de 1932)

O incessante uso de cartazes e panfletos como chamativo à guerra e à causa prospectava o sentimento a ser cultivado entre os paulistas, de dever e responsabilidade, principalmente após o ocorrido com o M.M.D.C., sobretudo com desenhos de combatentes, enfermeiros e operários, muitas vezes sob os símbolos das bandeiras do Brasil e de São Paulo. Outros elementos que fizeram parte da propaganda a favor da Constituinte foram os selos postais emitidos no estado paulista com os mesmos aspectos dos cartazes, como o elmo do soldado, o desenho geográfico do País e uma balança, todos com dizeres pró-Constituinte, fazendo menção à justiça e ao apelo aos interesses de uma nova Constituinte.



Figura 1 – Cartazes, panfletos e selos postais utilizados em favor da causa paulista

Fonte: Portal da ALESP

Apesar das particularidades que cada imprensa buscava desempenhar sobre seus jornais, eram quase unânimes a empresa familiar, os cuidados e o preparo de cada setor, que iam desde sua administração até as linhas editoriais. Em geral, um jornal tinha um único comando, que costumava representar uma família de grande influência sobre alguns aspectos da política ou da economia. No caso de São Paulo, o jornal *O Estado de São Paulo*, gerenciado por uma família de cafeicultores, os Mesquita, na época posicionou-se contra a ditadura de Vargas, fazendo inúmeras menções em apoio aos interventores do Governo Estadual que faziam oposição ao movimento getulista².

Entretanto, apesar da fala contrária aos getulistas, o jornal, que se voltava às elites da época, manteve uma oposição sutil quando comparado a outros jornais, como a *Folha de São Paulo*, conforme veremos mais adiante. Isso, porém, não bastou para que cedesse aos interesses de Getúlio com o fim da revolução e a instauração do regime conhecido como Estado Novo, apesar do fato de que, segundo Oscar Pilagallo, autor do livro *História da imprensa paulista*, o jornal ficou submetido aos cuidados do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão este criado ainda em 1931 por Getúlio Vargas com a finalidade de promover seu governo.



Figura 2 – Primeira página da edição de 13/07/1932 do jornal *O Estado de São Paulo*

Fonte: Acervo Estadão

² CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: Imprensa e Ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa--Omega, 1980.

Não obstante ao apoio da mídia paulista ao movimento, são passíveis de muito reconhecimento os agradecimentos e as menções realizadas não só pela *Folha de São Paulo* como também por outras mídias da época, como a exaltação do grupo de mulheres que voluntariamente se dedicaram nos mais variados tipos de serviços de enfermagem, administração, confecção de roupas e alimentos, entre outros, assim como aquelas que se dedicaram ao front de batalha, como por exemplo a professora Maria Stella Sguassábina ou Maria José Bezerra, um ícone da Legião Negra, como retrata o seguinte trecho do jornal *A Gazeta*:

Uma mulher de cor, alistada na Legião Negra, vencendo toda a sorte de obstáculos e as durezas de uma viagem acidentada, uniu-se aos seus irmãos negros em pleno entrincheiramento na frente do sul, descrevendo a página mais profundamente comovedora, mais cheia de civismo, mais profundamente brasileira, da campanha constitucionalista, ao desafiar a morte nos combates encarniçados e mortíferos para o inimigo, MARIA DA LEGIÃO NEGRA! Mulher abnegada e nobre da sua raça. (*A Gazeta*, 05/09/1932).

Apesar do fragmento histórico, até hoje as notícias e as informações sobre os combatentes intitulados como Legião Negra, quando muito, são de difícil acesso, porém é notória a importância e o peso que essa legião teve na Revolução de 32.

6 | VEICULAÇÃO DE NOTÍCIAS DUVIDOSAS

Quando o assunto é a Guerra Paulista de 1932, muito se fala daqueles que serviram voluntariamente às forças do estado de São Paulo, seja no campo de batalha, seja no tratamento aos feridos ou doando objetos pessoais para a fabricação de armamento. Também constantemente lembrada é a atuação da mídia no apoio aos rebeldes, mas raramente são recordadas as notícias falsas que eram divulgadas à época.

Com resgate de fatos históricos ou com entrevistas estratégicas, Luiz Octavio de Lima, em 1932: *São Paulo em Chamas*, realça características importantes sobre o movimento que são deixadas de lado pelos livros de História ou mesmo por estudiosos afincos que se debruçam sobre os conflitos de 1932. O autor tende ao lado paulista do movimento, o que não o impede de buscar informações que esclareçam o que está oculto em relação aos motivos que levaram tantos civis a abraçarem a causa das elites paulistas.

Entre os principais pontos revelados pelo autor está o perfil dos manifestantes mortos pelas tropas federais em maio de 1932, conhecidos como M.M.D.C.. Antônio Américo de Camargo Andrade não era estudante ou ligado aos estudantes de Direito do Largo do São Francisco, como diziam os jornais da época e muitos continuam a acreditar. Ele frequentava bares no centro de São Paulo, onde costumava passar as noites. Estando na região de estopim do movimento, participou das manifestações e acabou morto pelas tropas federais.

Mário Martins de Almeida, outro dos integrantes do M.M.D.C., também não era

estudante de Direito. Era, na verdade, um fazendeiro do interior paulista de passagem na capital. Estava na cidade para visitar seus pais e, tomado pelas emoções do momento de início dos protestos, fez parte dos atos e, assim como os demais, foi morto a tiros. Euclides Bueno Miragaia e Dráusio Marcondes de Sousa, os outros dois homenageados pela sigla, da mesma maneira que os primeiros, têm perfis diferentes do que diziam os jornais. Os quatro, porém, são ainda tidos como heróis, e a mídia de São Paulo, em 1932, se aproveitou do ocorrido com esses manifestantes para incentivar os paulistas a aderirem à guerra e à causa defendida.



Figura 3 – Cartaz em homenagem aos manifestantes mortos pelas tropas federais em 1932

Fonte: Portal da ALESP

As notícias falsas não param no caso do M.M.D.C.. A mídia paulista divulgava, diariamente, que as forças estaduais estavam próximas à vitória, escondendo a real situação de profunda inferioridade bélica e numérica em relação aos oponentes. Foi até publicado que o então presidente Getúlio Vargas teria fugido do Rio de Janeiro após deposição do cargo. As notícias falsas também eram constantes no lado getulista. “El Tigre”, como era conhecido o jogador de futebol Arthur Friedenreich, deixou os gramados para combater na guerra civil e foi alvo de mentiras de jornais que apoiavam o Governo Provisório. Foi divulgado que ele havia sido morto nos confrontos, o que repercutiu na mídia internacional.

O tema das notícias falsas é bastante atual, mas foi um fator determinante no movimento revoltoso ocorrido em São Paulo ainda na década de 1930. Tanto no lado paulista quanto no getulista, foi utilizado como arma política para influenciar os leitores e o andamento dos conflitos.

7 | O APOIO DE MATO GROSSO E A COBERTURA DA IMPRENSA

Apesar de o Movimento de 1932 ser fruto da defesa de interesses das elites paulistas, o estado de Mato Grosso enviou centenas de soldados para os combates em São Paulo.

Isso porque o sucesso paulista também significava o sucesso de grandes agricultores de café do sul mato-grossense. E, claro, isso foi refletido na cobertura dos acontecimentos pela mídia local.

O Mato Grosso do Sul, enquanto estado separado do Mato Grosso, surgiu somente em 1977, mas a chegada da mídia no território hoje compreendido por esse estado data de 100 anos antes, na cidade de Corumbá, em 1877. Para se compreender a história da mídia no estado, como a separação ainda é recente, é preciso considerar sua trajetória em todos os limites mato-grossenses³.

A imprensa do Mato Grosso surgiu em 1839 por meio do semanário *Themis Mattogrossense*. Os sócios da empresa eram lideranças políticas de alguns municípios, sob gestão do então presidente provincial Estêvão Ribeiro de Resende, barão de Lorena. Dois anos antes, em 1837, o presidente provincial José Antônio Pimenta Bueno, marquês de São Vicente, já tentara implantar a tipografia no estado, mas isso somente ocorreu de fato com o *Themis Mattogrossense*, que divulgava atos públicos.

Três anos se passaram até que o primeiro jornal do Mato Grosso fosse substituído pelo periódico *Cuiabano Oficial*, em 1842. Circulou com esse nome até mudá-lo para *O Cuiabano*, nome que foi mantido até o fim da circulação, em 1845. Passados dois anos, surgiu *A Gazeta Cuyabana*, que não durou muito, deixando de ser vendido no ano seguinte. Aqui é importante lembrar que, na época, a maior parte dos jornais brasileiros assumiam publicamente seus posicionamentos políticos, o que os tornava alvos constantes de opositores. Não por acaso, *A Gazeta Cuyabana* encerrou suas atividades por razões políticas.

Depois de 1848, muitos jornais foram criados em Cuiabá e nas cidades vizinhas, mas logo foi necessária a expansão das mídias para o interior do estado, pois outras cidades se desenvolviam, em especial ao sul. Era o caso de Corumbá, em pleno crescimento econômico. A cidade foi a primeira do Brasil a estabelecer relações comerciais com Paraguai e Argentina, e mais tarde abrigaria o maior porto fluvial da América Latina, tornando-se o maior centro comercial da região Centro-Oeste. O primeiro jornal de Corumbá foi *O Iniciador*, surgido em 1877, por iniciativa de Manoel Antônio Guimarães e Silvestre Antunes Pereira da Serra.

Em Corumbá foram criados mais dois jornais em 1880, *A Opinião* e *O Corumbaense*, que defendiam os interesses da lavoura e do comércio no sul do Mato Grosso. Mas a então vila de Campo Grande é que ficou marcada pela ligação com fazendeiros de São Paulo, que povoaram o lugar na década de 1910. O primeiro jornal da cidade foi *O Estado de Matto Grosso*, lançado em 22 de junho de 1913, focando nos temas de agricultura, comércio, pecuária, meios de comunicação e recursos naturais.

³ As informações sobre a história da imprensa no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foram obtidas no artigo: COSTA, Carolina da Silva; FERNANDES, Mario Luiz; SAMPAIO, Amanda Brito. A história da imprensa de Mato Grosso do Sul e a construção do perfil do jornal Correio do Estado. GT História da Mídia Impressa, integrante do 3º Encontro Centro-Oeste de História da Mídia, UFMS, 2016.

Até 1932, ano de eclosão do Movimento Constitucionalista em São Paulo, surgiram em torno de 16 jornais no estado do Mato Grosso. Mas foi um mais antigo, *O Matto-Grosso*, de 1890, que atuou ativamente em relação aos conflitos. Esse jornal de Cuiabá posicionou-se do lado getulista da guerra. Os primeiros rumores do movimento paulista foram noticiados na edição de 10 de julho de 1932, mas apenas na semana seguinte os acontecimentos foram anunciados a partir de informações mais concretas:

Tinham fundamento os boatos, profusamente espalhados nesta capital, à boca pequenina, de que estava iminente uma revolução. Acreditávamos que os conspiradores tivessem desistido de levá-lo à prática. Não tendo explodido a 5 [de julho], julgávamos que a ideia tivesse desaparecido, eis porém que quatro dias depois, chegaram-nos as primeiras notícias que aliás não exprimiam a verdade que se estava passando. (*O Matto-Grosso*, 17 de julho de 1932)

Quando o jornal diz que as primeiras informações “não exprimiam a verdade que se estava passando”, trata-se da falsa notícia de que Getúlio Vargas havia sido deposto do cargo de presidente da República. O que se espalhava entre os jornais paulistas era que o País estava a ser dirigido por uma junta governativa com participação de Góis Monteiro e do general Bertoldo Klinger, um dos expoentes do movimento separatista do sul mato-grossense.

O posicionamento do jornal cuiabano *O Matto-Grosso* contra o Movimento Constitucionalista pode ser explicado pelo contexto de inserção do estado nas batalhas. As cidades do sul, além de se beneficiarem com uma eventual vitória das forças paulistas, devido às relações com as elites, viram nos eventos em andamento uma possibilidade de tornarem real a ideia separatista, o que ocorreu de fato. Sem a autorização da União, juntaram forças militares e demarcaram o estado de Maracaju, com capital em Campo Grande.

O jornal *O Matto-Grosso* foi um agente de duras críticas aos revoltosos paulistas e às mídias do estado de São Paulo, frisando sempre que as tropas federais eram em grande número, de modo que eram mínimas as chances de vitória dos rebeldes. Ainda na edição de 17 de julho, tornou evidente que Góis Monteiro, que os revoltosos tinham como aliado após a falsa notícia de tomada do poder federal, na verdade comandava as tropas que partiam do Rio de Janeiro para combater pelo lado do Governo Provisório, e destacou, ainda, a união de estados que defendiam Vargas militarmente, citando o Rio Grande do Sul, o Paraná e Minas Gerais.

Enquanto tentava desmentir a mídia paulista, *O Matto-Grosso* tratou de buscar minimizar os efeitos do movimento em São Paulo e no novo estado de Maracaju:

O movimento subversivo que irrompeu em Itu, Jundiá, Pirassununga e na capital de São Paulo, preparado por elementos reacionários, em ligação com a guarnição de Campo Grande, sob o comando do general Bertoldo Klinger e colaboração dos mesmos elementos afastados pela Revolução [de 1930]

e constitucionalistas mal orientados, não tem a gravidade que se lhe querem emprestar os seus diretores. (O Matto-Grosso, 17 de julho de 1932)

Com o fim da guerra civil a 02 de outubro de 1932, vitória militar das tropas federais e reintegração do estado de Maracaju ao Mato Grosso, o jornal publicou, na primeira página da edição de 09 de outubro, uma homenagem a Getúlio Vargas e às forças que venceram o combate. Algo a ser observado em relação a essa homenagem, intitulada “A vitória da causa nacional”, é que, ao exaltar as forças federais, o jornal assume explicitamente o caráter ditatorial do regime varguista, comparando-o a outros regimes que impuseram ditaduras em seus respectivos países:

A ditadura do Brasil caracteriza-se pela brandura e pelo respeito à lei. Deve-se distinguir a que se implantou no Paraguai no tempo de Francia e com López; na Argentina com Rosas; no México tantas vezes e sob uma diversidade de aspectos. A do Brasil tem sido uma ditadura administrativa como o admite a moderna sociologia. (O Matto-Grosso, 09 de outubro de 1932)

Ao assumir que o regime varguista, apoiado pelo próprio jornal, poderia ser considerado uma ditadura, *O Matto-Grosso* deixou claro que seu posicionamento era de puro interesse e, nesse ponto, não era diferente da mídia paulista à qual tanto se opôs.

8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Coube, nesse estudo, retomar algumas contextualizações da Revolução Constitucionalista de 1932, rememorando, por uma perspectiva histórica, as motivações que levaram a tal processo. Ainda assim, pretendeu-se investigar o olhar expresso pela imprensa, sobretudo no que se refere à cobertura dos acontecimentos políticos. Destaca-se de início a importância de uma imprensa livre e soberana como recurso para a veiculação de informações. Reconhece-se a possibilidade de que a imprensa tenha lado, raros são os veículos de comunicação que, ao longo da história, não tenham se posicionado. A título de exemplo, foi possível observar como *O Estado de São Paulo* realizou a cobertura dos episódios se mostrando entusiasta dos revolucionários de 32.

O que se entende por crucial consiste no compromisso com a veracidade dos fatos atrelada a uma apuração séria das informações coletadas. Cabe a reflexão quanto às diferenças entre a forma como um acontecimento político da proporção da Revolução Constitucionalista era noticiado antigamente e como ocorre nos dias atuais. Com o advento da internet, as informações se pulverizaram. Tradicionais veículos de comunicação competem diariamente por visualizações com micro blogs de pessoas anônimas; as redes sociais são utilizadas como meios para obtenção de informação. Por um lado, tais mudanças sociais devem ser vistas como positivas, tendo por base que o debate política chega a mais pessoas. No entanto, é preciso ponderar a questão das informações falsas. As chamadas “fake news” ganharam notoriedade como nunca. Naturalmente, não foi uma criação da internet ou mesmo das redes sociais. Ainda assim, inegavelmente, por meio

desses dispositivos torna-se mais fácil a propagação das notícias falsas. Nesse sentido, reitera-se a importância da imprensa e dos veículos de comunicação como aliados de um governo democrático sobretudo no que se refere à fiscalização e à veiculação de informações verdadeiras, o que não significa isenção ou abstenção. Desentendimentos com a imprensa se combatem com imprensa, desde que a veracidade das informações trazidas à tona sejam verídicas.

Retomando o olhar acerca do processo revolucionário de 1932, é preciso pontuar que ainda que derrotados do ponto de vista militar, as causas revolucionárias foram atendidas pelo Governo Federal. Em 1934 foi promulgada uma nova Constituição, um interventor do agrado dos paulistas foi nomeado e ocorreu a criação da Universidade de São Paulo, além do fortalecimento da unidade do povo paulista. Há também de se mencionar como legado a consolidação do voto feminino, fruto da nova Constituição. Os acontecimentos de 32 ficaram imortalizados em São Paulo. Duas avenidas possuem alusão à revolução, rememorando datas históricas do processo: 23 de maio e 09 de julho. Por ironia do destino, a Faculdade Getúlio Vargas, tem sua sede em São Paulo localizada na Avenida Nove de Julho. Ainda na tentativa de estabelecer uma relação entre o episódio político e a imprensa, o escritor Israel Foguel faz a seguinte lembrança:

Segundo Aspásia Camargo, em artigo para o jornal 'O Estado de São Paulo', em texto comemorativo dos 60 anos da Revolução Constitucionalista de 1932, publicado em 09 de julho de 1992, o constitucionalismo paulista resultou de um conflito entre duas concepções democráticas: Democracia social e democracia liberal. (FOGUEL, 2018, p. 39)

A formulação, resgatando a contribuição da socióloga Aspásia Camargo para *O Estado de São Paulo* na citada edição comemorativa, rememora a complexidade ideológica daquela conjuntura, que pode ser traduzida pela dificuldade histórica existente no Brasil de realizar um desenvolvimento econômico inclusivo amparado pelas liberdades democráticas. Observa-se que essas características não andam juntas via de regra. Para tanto, pode-se mencionar o pico desenvolvimentista que abrange de 1930 a 1980, período que engloba duas ditaduras, colocando o Brasil como uma das principais economias do mundo, ao passo que desde a redemocratização a economia oscilou muito, sobretudo no que se refere à esfera produtiva do País, que tem se enfraquecido substancialmente nos últimos anos.

Por fim, cabe pontuar a coincidência histórica decorrente do início dos anos 30. Desde Júlio Prestes, nenhum presidente havia sido eleito tendo nascido em São Paulo. O rompimento desse estigma se deu apenas em 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro. O também paulista Michel Temer chegou ao poder em 2016, mas em decorrência do impeachment sofrido pela então presidente, Dilma Rousseff. A História aponta contradições, curiosidades e até ironias. Para tanto, é preciso fazer valer a memória e a veracidade das informações.

REFERÊNCIAS

Arquivo Público de Estado de São Paulo. Jornais e Revistas. Ano: 1932. Consultado em 09 de junho de 2020. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/jornais_revistas>.

Biblioteca Nacional Digital Brasil. Cuiabá. O Matto-Grosso: página 1. 09 de outubro de 1932. Consultado em 10 de junho de 2020. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=716189&PagFis=4430>>.

Biblioteca Nacional Digital Brasil. Cuiabá. O Matto-Grosso: página 1. 17 de julho de 1932. Consultado em 10 de junho de 2020. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=716189&pasta=ano%20193>>.

CALDEIRA, Jorge. **História da riqueza no Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017

CAPELATO, Maria Helena; MOTA, Carlos Guilherme. **História da Folha de São Paulo (1921-1981)**. São Paulo: Impress, 1981.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino: Imprensa e Ideologia no jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa--Omega, 1980.

COSTA, Carolina da Silva; FERNANDES, Mario Luiz; SAMPAIO, Amanda Brito. **A história da imprensa de Mato Grosso do Sul e a construção do perfil do jornal Correio do Estado**. GT História da Mídia Impressa, integrante do 3º Encontro Centro-Oeste de História da Mídia, UFMS, 2016.

CPDOC FGV. **Fatos e Imagens: Artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil**. Consultado em 09 de junho de 2020. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1932>>.

DE LIMA, Luiz Octavio. **1932: São Paulo em Chamas**. São Paulo: Planeta, 2018.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 2008.

FOGUEL, Israel. **1932 - A Epopeia Paulista**. São Paulo: Clube de Autores, 2018. 182 p. Disponível em: <https://books.google.com/books/about/1932_A_Epopeia_Paulista.html?id=zb15DwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 04 jun. 2020.

PILAGALLO, Oscar. **História da imprensa paulista: Jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma**. Três Estrelas, 2011.

VILLA, Marco Antonio. **A História das Constituições Brasileiras: 200 anos de luta contra o arbítrio**. São Paulo: Leya, 2011.

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 25/05/2020

Marcela Rochetti Arcoverde

Universidade Federal Fluminense
Niterói – Rio de Janeiro

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2258724254888137>

RESUMO: Este trabalho propõe uma reflexão sobre o uso do mórbido como critério de noticiabilidade nas coberturas televisivas da violência urbana. Nossa discussão se inicia com o caso narrado pela série documental *Bandidos na Tv* da streaming de vídeos Netflix. A série conta a história de Wallace Souza apresentador do programa Canal Livre da TV Rio Negro (AM) acusado de ser mandante das mortes transmitidas no próprio programa. A partir da problemática apontada pela série, debatemos as particularidades dos telejornais dramáticos (LANA, 2009) e como o formato se relaciona com o uso do mórbido como valor-notícia.

PALAVRAS-CHAVE: Telejornalismo; Valor notícia; Homicídio

KILLERS ON TV: DEATH AND RATINGS

ABSTRACT: This paper proposes a reflection on the use of the morbid as a new value in telejournalism. Our discussion begins with the case narrated by the documentary series *Killers Ratings* produced by the streaming of videos, Netflix. The TV series tells the story of Wallace

Souza, host of the Brazilian TV show Canal Livre, displayed on TV Rio Negro (AM). He was accused of being responsible for the deaths broadcasted on the program itself. Based on the problems pointed out by that television production, we discussed the particularities of dramatic telejournalism (LANA, 2009) and how the format relates to the use of morbid as a news value.

KEYWORDS: Telejournalism; News values; Homicide

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo teve como objetivo refletir sobre as especificidades do formato do telejornalismo dramático (LANA, 2009) e a exploração sensacionalista da morte na produção de notícias para a televisão. Para tanto, procuramos identificar como programas telejornalísticos se utilizam de notícias de mortes violentas para legitimar discursos políticos e aumentar índices de audiência.

Recorremos à problematização de Sodré (1972) sobre o uso da estética grotesca nas produções televisivas e como esse se relaciona com a história do telejornalismo policial. Tentamos perceber como é gerada a credibilidade dos apresentadores desses programas e que aspectos da formação cultural brasileira permitem o aparecimento de figuras carismáticas com potencial de mobilização política nos meios de comunicação. Utilizamos a conceituação de telejornalismo dramático

proposta por Lana (2009) e a reflexão de Souza (2008) sobre a relação entre morte e telejornalismo.

Refletimos sobre o uso mórbido como valor notícia e percebemos como o imaginário da morte, presente nas sociedades ocidentais, pode ser acionado para criar narrativas sensacionalistas. Nossa análise se baseou no caso do programa Canal Livre da TV Rio Negro e no apresentador do programa Wallace Souza.

2 | BANDIDOS NA TV: UM ENCONTRO ENTRE FICÇÃO E REALIDADE

Em junho de 2019, o título “Bandidos na Tv” entrou no catálogo da Netflix¹. A série é uma produção nacional de caráter documental que levanta questionamentos sobre o contexto no qual foi conduzido o julgamento de Wallace Souza, ex-deputado estadual amazonense, acusado de ser líder do maior grupo de extermínio de Manaus em 2008.

A narrativa da série é construída a partir de cenas do programa apresentado pelo ex-deputado, entrevistas concedidas pelo mesmo na época de seu julgamento e depoimentos de familiares, amigos e colegas de trabalho. Ao longo da história, são intercalados argumentos favoráveis e contrários à inocência do acusado. A série se abstém de resolver as dúvidas levantadas e deixa a decisão nas mãos do espectador.

Wallace Souza foi eleito deputado estadual três vezes com números expressivos, chegando a ser o parlamentar mais votado no Brasil. Além da carreira política, era apresentador do programa Canal livre da TV Rio Negro, sucesso de audiência entre os anos de 1996 e 2009. A vida política e a carreira televisiva eram conduzidas de forma conjunta. Para o ex-deputado, as duas eram instrumento de combate à criminalidade. Eliminar o crime organizado de Manaus foi a missão que ele dizia assumir em suas campanhas políticas e em seu programa televisivo.

O Canal livre era uma mistura de programa de variedades e telejornal policial. O formato adotado era parecido com o estabelecido pelo, famoso na história da televisão popular brasileira, Programa do Ratinho, apresentado por Carlos Massa no Sistema Brasileiro de Televisões (SBT). A mistura entre tragédia e comédia conferiam ao programa o ar de uma feira de atrações grotescas.

Conhecido por suas grandes coberturas policiais, o Canal livre se destacava pelos furos de reportagem, sendo sempre o primeiro a denunciar cartéis do tráfico e a encontrar corpos “desovados”. O apresentador enfrentava situações de risco ao lado de agentes policiais, acompanhava operações e participava de negociações com bandidos. Em uma das coberturas policiais, foi feito refém em tempo real diante de seus espectadores.

Wallace Souza, também ex-policial, utilizava seu passado na corporação e experiência como jornalista para legitimar suas opiniões sobre segurança pública. Ele e seu irmão, Carlos Souza, foram apelidados pelo público de “irmãos coragem” devido às

¹ A Netflix é uma provedora global de filmes e séries via streaming.

coberturas jornalísticas arriscadas que faziam.

O título “Bandidos na TV” é interessante. Ao escolher começar com os depoimentos dos familiares e colegas de trabalho da TV Rio Negro, a série, em um primeiro momento, consegue enganar o espectador desavisado que não conhece a história de Wallace Souza. Caracterizado inicialmente como um justiceiro, o apresentador é inicialmente construído como um homem exemplar, pai de família, com interesse em ajudar a população local. Essa imagem é desconstruída progressivamente até o espectador se dar conta de que os bandidos na TV eram os integrantes da equipe do Canal Livre.

Como a série informa, o primeiro passo para Wallace Souza perder o status de “defensor da população” foi a prisão do ex-policial militar Moacir Jorge Pereira da Costa em 2008. Em cárcere, visando a redução de sua pena, ele denunciou que toda a equipe do programa Canal Livre integrava uma quadrilha responsável por grande parte do tráfico em Manaus e apontou o apresentador como o líder da organização criminosa.

Com o avanço das investigações, o então deputado estadual usou o quanto pode sua influência política e seu espaço na mídia para atestar sua inocência. O esforço não foi suficiente. Em junho de 2009, Wallace Souza teve seu mandato cassado e sua prisão foi decretada em outubro do mesmo ano. Apesar da tentativa de fuga, o ex-deputado acabou se entregando à polícia e veio a falecer na prisão após complicações nos rins e pulmões no dia 27 de julho de 2010.

O enterro do apresentador trouxe grande comoção popular. O cortejo fúnebre foi acompanhado por pessoas de todas as idades, fãs do programa Canal livre. Transmitido por inúmeras emissoras nacionais, a cobertura trazia depoimentos emocionados nos quais era atestada a inocência de Wallace Souza. Para seu público, o ex-debutado era vítima de perseguição política.

A história apresentada pela série da Netflix parece uma grande obra de ficção, uma mistura de suspense, intriga política e entretenimento. O caráter imprevisível de seu enredo torna inacreditável a possibilidade de se tratar de uma história real. A perspectiva de uma figura midiática e política importante usar um programa televisivo como fachada de uma organização criminosa é um enredo ficcional digno de Oscar. No entanto, expressa uma verdade factual: o Canal Livre, literalmente, matava pela audiência e pela manutenção do controle político.

Ao assistirmos “Bandidos na Tv”, nos surpreendemos com o enredo apresentado. Entretanto, em nenhum momento, assumimos uma postura de descrença absoluta na possibilidade de veracidade da produção. Ao apresentar como pano de fundo elementos da linguagem televisiva, a série espelha as peculiaridades da cultura de massa brasileira. Destacaremos que elementos culturais possibilitam a ascensão de figuras midiáticas e políticas como Wallece Souza.

Ao analisar o desenvolvimento da comunicação do grotesco no Brasil, Muniz Sodré (1972) identifica mecanismos psicossociais presentes na cultura brasileira que

influenciaram e foram difundidos pelos veículos de comunicação de massa no Brasil, são eles: o espírito de conciliação, o personalismo exagerado, o gosto pelo verbalismo, otimismo generalizado e transigência nas relações raciais. Trabalharemos somente com os três primeiros mecanismos.

O espírito de conciliação seria uma tendência à lentidão nas reações políticas e também uma postura de indecisão em relação às questões existenciais importantes. Diante disso, prevalece na sociedade uma linguagem conciliatória que apela frequentemente para o bom-senso. Nesses apelos estão presentes “mensagens de (a) retorno ao bom-humor, suposto substrato psicossocial do grupo e (b) resolução espontânea da situação geradora do conflito” (SODRÉ, 1972, p. 31).

O personalismo exagerado refletiria uma tendência a enfatizar de forma demasiada as relações pessoais e prestígio social. É esse mecanismo que permitiria a ascensão de figuras de autoridade presentes em nosso imaginário social como o doutor e o coronel. Sodré percebe, porém, que existe um preavalecimento dessas figuras no interior em relação aos centros urbanos. Para ele, nos lugares com maior desenvolvimento de telecomunicações, essa influência seria deslocada para as “personalidades do mundo do espetáculo” (SODRÉ, 1972, p. 33).

O gosto pelo verbalismo tem origem na separação da cultura letrada de elite da vida prática, na qual a maioria da população seria analfabeta ou semi-letrada. Esse afastamento serviria para produzir um fascínio pelo verbalismo, em especial por mensagens com temas de indignação moral ou de reforma dos costumes (SODRÉ, 1972, p. 33).

Os mecanismos psicossociais destacados se relacionam com uma característica muito particular da história brasileira destacada por Sodré. De acordo com o autor, a trajetória do país foi marcada pelo abrandamento das lutas de classe e pela falta de uma tradição de luta, presente na história de outros países. Assim, para ele, as insurreições brasileiras mais sangrentas “eram manifestações isoladas de grupos oprimidos, sem objetivos de transformação estrutural” (SODRÉ, 1972, p. 23). Essa característica possibilitou o desenvolvimento de uma técnica de dissuasão baseada na palavra e no discurso conciliador que se perpetua até a contemporaneidade.

Esses aspectos culturais são determinantes para definir o modo particular com o qual a comunicação de massa se estabeleceu no Brasil. Desde o início do desenvolvimento do rádio até o estabelecimento da televisão como principal veículo de mídia, as “indústrias do espetáculo” (SODRÉ, 1972) são as responsáveis por dar voz à personalidades cativantes, autointitulados “representantes do povo”.

O programa Canal Livre pode ser relacionado a um gênero televisivo particular. É um programa essencialmente informativo, embora fizesse usos de elementos cômicos e se aproximasse do formato de telejornalismo, conhecido como policial. Historicamente, os telejornais policiais são caracterizados por compor um tipo de narrativa da violência urbana caricata, possuindo apresentadores carismáticos com opiniões polêmicas e fazendo uso de

linguagem sensacionalista.

Assim como o Wallace Souza, outros apresentadores de telejornais que adotam esse formato são conhecidos por defenderem discursos punitivistas e travarem grandes cruzadas midiáticas contra agentes da violência. Esse é o caso de Carlos Massa, que apresentou o 190 Urgente (CNT), Jornal da Massa (SBT) e Programa do Ratinho (SBT). José Luís Datena é outro nome de destaque desse estilo jornalístico e esteve à frente dos dois telejornais remanescentes desse formato: Cidade Alerta (Record) e Brasil Urgente (Band), onde está atualmente.

Existe uma proximidade entre o telejornalismo policial e a carreira política. Assim como Wallace Souza, Datena buscou ingressar na política, sendo pré-candidato a prefeitura de São Paulo pelo Partido Progressista em 2015. Posteriormente, acabou desistindo de sua candidatura. Em 2018, o jornalista anunciou nova pré-candidatura dessa vez ao senado pelo Democratas. Entretanto, renunciou ao vivo em seu programa, Brasil Urgente. Wagner Montes foi outro nome importante para o telejornalismo policial. Falecido em 2019, o jornalista esteve a frente do 190 Urgente (CNT) e Cidade Alerta (Record), assumiu mandato de deputado estadual do Rio de Janeiro pelo Partido Democrático Trabalhista em 2006.

Um ponto de convergência entre as trajetórias políticas e midiáticas dos apresentadores citados acima é o discurso de “higienização social”. A pauta de eliminação dos indivíduos criminosos de forma violenta é recorrente nos telejornais policiais, usados por seus apresentadores como palanque político. Discutiremos a seguir os elementos inerentes ao formato que permitem a ascensão de figuras como Wallace Souza.

3 | TELEJORNALISMO DRAMÁTICO E A ESTÉTICA GROTESCA

O Canal livre fazia uso de elementos mórbidos para legitimar o impacto dos discursos de seu apresentador. Os limites daquilo que se podia mostrar ou não no programa eram flexíveis. Não existia pudor em apresentar corpos queimados, traficantes baleados, poças de sangue e execuções frias. Todos esses elementos eram constantes nas coberturas jornalísticas do programa. Os corpos mortos violentamente na tela da televisão eram naturalizados. O mórbido se constituía em um valor notícia.

O conteúdo do programa era direcionado à população pobre de Manaus. Deixada à merce da criminalidade, devido ao desamparo estatal, essa via em Wallace Souza uma chance de salvação. Mecias do povo, o apresentador atendia a pedidos de emprego, doação de equipamentos de trabalho e, principalmente, apelos para que se fizesse justiça. Parentes de vítimas da violência urbana iam, constantemente, no programa pedir ajuda.

A fórmula usada pelo Canal Livre para transformar o mórbido em notícia e entretenimento tem um longo histórico na televisão brasileira. A década de 90 foi o marco inicial do fenômeno da programação popular, com forte apelo ao escracho e ao grotesco.

“O Homem do Sapato Branco” foi considerado o pioneiro do formato, sendo o

primeiro a dar espaço para o relato de histórias íntimas, dramáticas e reais. Focando sua atenção em pessoas comuns, o programa foi sucesso de audiência e contribuiu para gerar mudanças importantes nos padrões de programação da época. “Com suas histórias, anônimos e desconhecidos tornaram-se fundamentais em programas de auditório dominicais, telejornais “policiais”, reality shows e programas de aconselhamento psicológico” (LANA, 2009, p. 17).

O Aqui e agora (SBT), 190 Urgente (CNT), Cadeia (CNT), o Povo na TV (SBT), Brasil Urgente (Band), Cidade Alerta (Record) e muitos outros foram os programas que marcaram a década, os dois últimos são os remanescentes do formato. Nessas emissões podemos perceber o interesse em dramas, desastres cotidianos, na subjetividade de indivíduos comuns, na violência cotidiana das cidades, na extravagância e no pitoresco de acontecimentos diversos (LANA, 2009, p. 22).

É possível inserir esses programas na categoria de “telejornalismo dramático” (LANA, 2009). O conceito se refere a um modelo de jornalismo televisivo marcado pelo uso de uma linguagem “que lida com o intercâmbio e a combinação de diferentes recursos audiovisuais”. A complexidade do formato torna insuficiente a qualificação “policial”, uma vez que o diferencial não estaria somente no seu conteúdo, mas na estrutura como um todo (LANA, 2009, p. 18).

O grotesco é um elemento estético presente nesse formato televisivo. Na arte, o conceito é entendido como uma “aberração de estrutura ou contexto” (SODRÉ, 1972, p. 39). Na cultura de massa, especificamente na televisão, pode ser percebido na escolha estética tomada por certos programas de explorar a estranheza e o cômico caricatural. Desse maneira, o auditório é transformado em um circo de horrores que mistura o miserável, o deformado, o popular e o sofrimento. A estética grotesca está intrinsecamente relacionada com o projeto político por trás da comunicação de massa brasileira. Na perspectiva de Sodré:

[...] o grotesco dos programas de tevê brasileiros se configura como uma disfunção social e artística, de tipo especialíssimo, que poderíamos chamar de grotesco escatológico. Aqui, o ethos é de puro mau-gosto. Por quê? Porque o valor estético de crítica e distanciamento é anulado por uma máscara construída com falsa organicidade contextual. O grotesco (em todos os seus significantes: o feio, o portador da aberração, o deformado, o marginal) é apresentado como signo do excepcional, como um fenômeno desligado da estrutura de nossa sociedade (SODRÉ, 1972, p. 73).

A comunicação de massa atua como mediadora dos interesses capitalistas. Ela “é o espelho em que a sociedade se olha e se oferece como espetáculo” (SODRÉ, 1972, p. 39). Em uma sociedade marcada por grandes desigualdades, a angústia das classes menos abastadas é sufacada pelo riso despolitizado dos conteúdos televisivos aberrantes. Neste contexto, o grotesco atua como um instrumento de compensação de angústias.

Os telejornais dramáticos oferecem um grande espetáculo de angústias cotidianas

a seus espectadores. A contemplação midiática fornece o afastamento necessário para provocar satisfação catártica das preocupações, sem o potencial de gerar efeitos de transformação ou de formar um pensamento crítico. Neste caso, o que se vende é a emoção pela emoção.

Morin (2003, p. 26) percebe na estética o potencial de fornecimento de “vias de escape em direção a mundos imaginários”, tendo o poder de transfigurar o sofrimento e o mal. O autor identifica a “estetização da dor” como um “dom sublime da arte” capaz de proporcionar ao espectador a dor em sua plenitude, possibilitando que ele possa enfrentar aquilo que o aterroriza. Nesse âmbito:

A situação estética torna assim suportável o insuportável. Terror e piedade, os dois sentimentos que, segundo Aristóteles, nos invadem no espetáculo da tragédia ateniense, surgem efetivamente quando vemos as representações das tragédias humanas. Mas, agora podemos olhar de frente, em situação estética, o próprio terror, o horror da morte, a atrocidade do matador, o infortúnio do órfão, o sofrimento dos traídos, desprezados, humilhados. Opera-se assim uma catarse, como pensava Aristóteles, isto é, uma “purificação” do mal?, o sofrimento e a morte que, como o raio em direção ao pára-raios, dirigem-se em direção a esses personagens fictícios, outros que nós mesmos, mas com quem, de uma certa maneira, nos identificamos, que são nossos pára-raios imaginários, e que morrem em nosso lugar. E é assim que podemos consumir a morte e o destino de maneira pasteurizada, melhor ainda sentir volúpia e gozo no estado estético (MORIN, 2003, p. 26).

Sob essa perspectiva, entendemos que a apreciação da dor mediante uma estetização possibilita a contemplação daquilo que na esfera da realidade seria insuportável para o espectador de forma que ele passe por um processo catártico, responsável por artificializar os efeitos que o trágico e o mórbido causariam se vivenciados sem esse distanciamento.

De uma maneira geral, podemos perceber que programas como o Canal Livre se apropriam das angústias populares para conquistar sua audiência e gerar identificação com o público. Os espectadores do programa viam Wallace Souza como um verdadeiro representante de seus interesses.

O caráter desveladamente assistencialista do programa, que oferecia soluções rápidas para os apelos de seu público, trazia um fio de esperança em meio à descrença no Estado e nas instituições. Não é a toa que mesmo depois de condenado, o ex-deputado continuava sendo visto como um herói, vítima de injustiça e perseguição política, como a série da Netflix demonstrou.

A violência urbana, em especial as notícias de homicídio, era principal fonte de angústia representada no Canal Livre. A exploração da morte violenta no noticiário era um instrumento valioso na disputa pela audiência. Os furos de cobertura e a eficiência em desvendar crimes que até a polícia tinha dificuldade conferia ao programa ainda mais credibilidade.

No âmbito dessa problematização, discutiremos no próximo item os elementos que

permitem a transformação do mórbido em valor notícia, levando em consideração a relação dos ser humano com as mortes violentas e a forma que mídia se apropria das narrativas de homicídios.

4 | O MÓRBIDO COMO VALOR NOTÍCIA

A morte era uma constante no programa Canal Livre. Reportagens com cenas fortes de violência se intercalavam com comentários ácidos de Wallace Souza, criticando a apatia dos governantes. A política de contenção da violência defendida pelo programa era a da bala.

Como já explicitamos anteriormente, o programa era utilizado como palanque das propostas de campanha do ex-deputado, o que direcionava de forma muito particular a linha editorial e os critérios de noticiabilidade do telejornal. Assim, eram privilegiadas notícias de violência e coberturas policiais que permitiam ao apresentador assumir seu protagonismo como herói popular no combate ao crime.

Os critérios de noticiabilidade são os fatores que vão interferir na escolha dos fatos a serem noticiados e no seu grau de relevância social. Esses aspectos determinam, além da publicação ou não de um fato, o tempo de tela dado à notícia e os recursos técnicos e estéticos utilizados para a produção da reportagem.

Na perspectiva de Silva, existem três conjuntos de critérios de noticiabilidade: o primeiro determina a seleção primária dos fatos, baseada em atributos próprios ou características dos acontecimentos reconhecidos por profissionais e veículos de imprensa; o segundo se refere ao tratamento dos fatos, mais especificamente a seleção hierárquica da relevância da notícia, considerando linha editorial, formato do produto, qualidade do material apurado, prazo de fechamento, infraestrutura, recursos técnicos e relação do repórter com fontes e público; o terceiro tem relação com a visão dos fatos, fundamentos éticos, filosóficos e epistemológicos do jornalismo (SILVA, 2014, apud, BAKES, 2018, p. 5).

Não desejamos fazer um aprofundamento maior sobre esse tópico, somente ressaltar a importância de que embora exista um rigor ético e profissional sobre os fatores que tornam algo noticiável, o processo de seleção e produção da notícia é feito por pessoas, com recortes sociais particulares, inseridas em empresas com interesses políticos e comerciais.

No telejornalismo dramático, o mórbido aparece como um valor-notícia importante. A veiculação de mortes trágicas é um instrumento utilizado para atrair a audiência em telejornais sensacionalistas. Em seus conteúdos, a mídia apresenta a morte de maneira “fortuita, imprevisível, violenta, representando inegavelmente uma ruptura” (BARBOSA, 2004, p. 4).

A morte é um tabu nas sociedades ocidentais, gerando medo e curiosidade. Desde seus primórdios, o homem se questionou sobre a existência e a finitude. O medo diante da crueldade da morte fez com que os indivíduos criassem fantasias e mitos com o intuito de

lidar com a angústia perante a confrontação do real (MORIN, 2003, p. 24). Assim, foram criados os ritos mortuários que ajudavam os vivos a lidarem com a dor da perda. Os ritos da morte não são estáticos e se alteram de acordo com as transformações socioculturais ao longo do tempo.

Naturalizada na Idade Média e interdita na Modernidade (ARIÉS, 2017), a morte retornou a vida social através das telas midiáticas. O luto solitário e vergonhoso, que se estabeleceu com a transferência do leito de morte do lar do moribundo para os hospitais, foi substituído pelo cortejo fúnebre midiaticizado, onde se tem tempo e espaço para o luto dramático.

Para Barbosa, existem duas formas diferenciadas de representação da morte nos espaços midiáticos: a morte das figuras públicas e a morte de pessoas comuns. “O morto cerimonial é expiado em atos celebratórios dramáticos. O choro da multidão é convulsivo, as cenas de desespero se sucedem. Acentua-se o caráter dramático do momento de comunhão. Mas para a morte cotidiana o que se destaca é a indiferença” (BARBOSA, 2004, p. 12). Nos relatos das mortes violentas, o morto e sua trajetória são apagados, uma vez que não traria comoção. Nessas narrativas, a mídia traz para o primeiro plano a “violência, a tragédia, os personagens vivos que encenaram a morte banal” (ibid., 2004, p. 13).

É possível verificar dois tipos específicos de mortes de pessoas comuns representadas no Canal Livre: a morte de pessoas vítimas da violência e a morte de autores da violência. Nos dois tipos a morte era desvinculada do morto. A violência era o ponto crucial das narrativas. No entanto, a estética utilizada para noticiar esses dois tipos de morte não é a mesma.

Souza (2008) percebe que na mídia não é a morte que se mostra. Para o autor, as narrativas televisivas, geralmente, se preocupam em apresentar ao telespectador os sinais da morte. Assim, “a maior parte das cenas se encarrega de estimular a imaginação do público” (SOUZA, 2008, p. 78). Essas narrativas recorrem a imagens subjetivas como o sangue na rua, arma do crime, carros destruídos, roupas ensanguentadas, todos os elementos necessários para mostrar que alguém morreu naquela cena.

Raramente, nessas notícias o corpo morto é mostrado de forma explícita. Entretanto, Souza (2008, p. 78) aponta a existência de uma exceção. Segundo o autor, o morto é mostrado somente em casos de morte de bandidos, estupradores, criminosos, ou seja, pessoas cuja morte seria, em certa medida, desejada.

Essa diferença pode ser percebida no Canal Livre. A morte de vítimas de violência era representada como uma grande tragédia, um show de violência, onde eram apresentadas as etapas finais de sofrimento da vítima. Já a morte de bandidos era comemorada pelo apresentador que defendia a execução de forma deliberada. Enquanto Wallace Souza proferia palavras de ordem, a câmera mostrava o corpo morto.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de nossas reflexões teóricas, percebemos que a hiperveiculação de notícias de mortes violentas no Canal Livre foi um instrumento utilizado para manipular a angústia dos espectadores do programa. Diante da pobreza e do desamparo estatal, a população carente de Manaus acreditava na proposta de mudança pregada por Wallace Souza.

Como a série da Netflix demonstra, a mistura de drama e humor característica do programa mascarava uma realidade cruel: enquanto familiares de vítimas da violência recorriam ao Canal Livre para “fazer justiça”, a equipe do programa liderava a cena do crime em Manaus, tendo envolvimento direto nas mortes que noticiava.

A hegemonia midiática conquistada pelo programa se sustentava nos furos jornalísticos e no carisma de Wallace Souza. Como vimos com Sodré (1972), existe uma tradição cultural que permite a ascensão de figuras carismáticas como “heróis conciliadores” capazes de mobilizar as camadas mais populares através do verbalismo. No ambiente rural, esse processo pode ser verificado na relevância simbólica das figuras do doutor e do coronel. Nos centros urbanos com tecnologia de telecomunicações mais desenvolvida, as figuras populares carismáticas tendem a surgir nos veículos de comunicação de massa.

Assim como fazia Wallace Souza, muitos apresentadores de programas sensacionalistas usam o espaço na televisão para gerirem suas imagens de forma positiva e propagar discursos radicais e mobilizadores sobre a violência urbana. Nesses programas, a morte violenta aparece como valor-notícia e tem forte poder de alavancar a audiência.

Por fim, percebemos que priorização das notícias de mortes violentas teve uma dupla função no programa Canal Livre: gerar um alívio no sentimento de angústia do espectador através do processo de catarse e servir de exemplo para os discursos de higienização social propagados por Wallace Souza.

Esse uso das notícias de homicídios pode ser evidenciado em outros telejornais dramáticos que servem de palco para “apresentadores-políticos” como o ex-deputado. Dessa maneira, embora esses programas se classifiquem como informativos, eles atuam como um grande palanque. A eficiência da estratégia pode ser verificada na grande quantidade de votos conquistados por essas figuras políticas.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. 1977. **História da morte no Ocidente**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 316 p.

ARIÈS, P. 2014. **O homem diante da morte**. São Paulo, Unesp, 838 p.

BACKES, Vanessa. **A reprise de notícias em telejornais da TV Globo: um estudo sobre o Jornal da Globo e o Hora 1 da Notícia**. In: Intercom, XVIII, Joinville, 2018. Anais, p. 1-13.

BARBOSA, M. 2004. **A morte imaginada**. In: Compós, XIII, São Paulo, 2004. Anais... UMESP, p. 1-14.

LANA, Lígia. **Para além do sensacionalismo: uma análise do telejornal Brasil Urgente**. Rio de

Janeiro: E-papers, 2009.

MORIN, Edgar. **A suportável realidade**. In: Revista cronos, Natal, v.2, jul/dez, 2001.

MUNIZ, Sodré. **A comunicação do grotesco**. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.

MUNIZ, Sodré; PAIVA, Raquel. **O império do grotesco**. Rio de Janeiro: Maud, 2012.

REZENDE, Renata. **A morte midiaticizada: coo as redes sociais atualizam a experiência do fim da vida**. Niterói: Eduff, 2015.

SOUZA, Carlos Alberto de. **Telejornalismo e morte: a interdição do ver no noticiário televisivo**. Itajaí: Univale, 2008.

O JORNALISMO NA ERA DO ENTRETENIMENTO: REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE INFOTENIMENTO

Data de aceite: 01/09/2020

Data da submissão: 03/06/2020

Paula Miranda

UniCarioca – Curso de Jornalismo
Rio de Janeiro/RJ
<http://lattes.cnpq.br/3890479900105744>

Leonel Azevedo de Aguiar

PUC-Rio – Departamento de Comunicação
Social
Rio de Janeiro/RJ
<http://lattes.cnpq.br/3833374955831745>

RESUMO: Este artigo tem como proposta realizar uma discussão conceitual sobre as relações do jornalismo com o entretenimento a partir das teorias do jornalismo. Para cumprir essa tarefa, faz um levantamento bibliográfico de autores que analisam as temáticas do lazer e diversão. Em seguida, traça uma visão histórica do desenvolvimento do jornalismo informativo e discute a noção de infotenimento a partir da polarização das vertentes de educação e de entretenimento que compõe o campo jornalístico. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Teorias do jornalismo; jornalismo; entretenimento; infotenimento.

JOURNALISM IN THE ENTERTAINMENT AGE: THEORETICAL REFLECTIONS ON INFOTAINMENT

ABSTRACT: This paper proposes to carry out a conceptual discussion on the relationship between journalism and entertainment based on the theories of journalism. In order to accomplish this task, this paper presents a bibliographical search of authors who analyze the themes of leisure and fun. Then, it traces a historical view of the development of informative journalism and discusses the notion of infotainment from the polarization of the education and entertainment aspects that make up the journalistic field. The methodology used was bibliographic research.

KEYWORDS: Theories of journalism; journalism; entertainment; infotainment.

1 | INTRODUÇÃO

O professor polonês, Jerzy Targalski, falava “ao vivo” sobre as tensões políticas em seu país para um repórter da televisão holandesa NTR¹. Podemos construir um jogo teórico e perguntar o que mereceu destaque nesta notícia transmitida pelo telejornal: a influência do professor como ativista político? Os problemas políticos e econômicos da Polônia? Surpreendentemente a resposta pode ser “não”. A “personagem” notável desta notícia foi Lisio, o gato de Targalski que resolveu subir nas costas do dono e cobrir seu rosto com o rabo durante a gravação da entrevista. Mesmo

1 GATO rouba a cena durante entrevista ao vivo em TV holandesa. G1. 7 jul. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/planeta-bizarro/noticia/gato-rouba-a-cena-durante-entrevista-ao-vivo-em-tv-holandesa.ghtml>. Acesso em: 7 jul. 2018.

com a intervenção do gato, o professor não se abalou e continuou falando. O vídeo desta notícia foi compartilhado pelo portal de notícias G1 no dia 7 de julho de 2018 e, dez dias depois, já registrava mais de 4,5 mil reações e 448 compartilhamentos na rede social.

Apartir desse caso exemplar, podemos iniciar algumas reflexões: esse acontecimento deve ser compreendido como uma notícia ou como entretenimento? Ou será que pode ser enquadrado como narrativa jornalística e diversão? Nesse caso, qual é a proposta da televisão holandesa e do portal G1? Atrair a audiência. Certo, mas sobre o quê? Qual o foco da notícia? O destaque foi a presença do gato durante a entrevista com o professor. Tudo depende, logicamente, dos critérios de noticiabilidade levados em conta pelas organizações jornalísticas para atrair a atenção dos espectadores para o acontecimento. E os interesses dos espectadores são infinitos. Pode-se dizer que a proposta inicial foi mostrar o carinho de Lisio pelo dono, mas ao analisar a matéria mais profundamente, nascem alguns questionamentos sobre como esse fato ganha espaço na mídia. A notícia pretende apenas atrair a audiência ou também mostrar como os animais são importantes na vida dos humanos? Aí, podemos pensar que a dupla informação/entretenimento tem um papel crucial nisso já que pode despertar também o debate sobre as iniciativas de proteção aos animais, além de buscar apenas o lucro para as organizações jornalísticas.

O exemplo desta notícia é o ponto de partida para as reflexões teóricas deste artigo. A primeira seção deste trabalho, com o título Lazer, Diversão e Entretenimento, apresenta uma reflexão envolvendo essas noções. A segunda sessão, com o título Notícia e Entretenimento, abrange momentos da história do jornalismo e demonstra como o sensacionalismo e o entretenimento são componentes dessa trajetória. A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica envolvendo, principalmente, autores das teorias do jornalismo e estudos sobre entretenimento e lazer.

2 | LAZER, DIVERSÃO, ENTRETENIMENTO

Debord, em *A Sociedade do Espetáculo*, apresenta uma visão negativa do entretenimento. Segundo ele, o espetáculo funciona como o ópio que faz com o público aceite consumir bens e mercadorias de forma passiva. O espetáculo seria o “momento em que mercadoria ocupa toda a vida social” (DEBORD, 1997, p. 30) e, portanto, a forma da visão econômica do capitalismo se reproduzir.

Gabler (1999) lembra que a etimologia da palavra entretenimento é latina “e com toda a certeza vem de inter (entre) e tenere (ter)”. Segundo ele,

em inglês, a evolução da palavra *entertainment* levou-a a significar tanto uma forma de servidão quanto o fornecimento de apoio ou sustento, a maneira de tratar alguém, uma forma de ocupar o tempo, receber ou aceitar algo, dar hospitalidade a uma pessoa, bem como a definição mais familiar: aquilo que diverte com distração e recreação e um espetáculo público ou mostra destinada a interessar ou divertir (GABLER, 1999, p. 25).

Outra definição comum, segundo Gabler, que associa a palavra aos meios de comunicação de massa é que

o entretenimento – filmes, *rock*, romances sanguinários, histórias em quadrinhos, televisão, jogos eletrônicos – enterra suas esporas em nós e nos puxa, mantendo-nos cativos, levando-nos cada vez mais para dentro dele e de nós mesmos ou pelos menos de nossas emoções e sentidos, antes de nos libertar (GABLER, 1999, p. 25).

No livro *Homo Ludens*, Huizinga (1971) apresenta a importância do lúdico e da diversão nesse contexto. Ele que estudou o jogo como fenômeno cultural ou como o autor diz “determinar até que ponto a própria cultura possui um caráter lúdico” (HUIZINGA, 1971, p. 5). O jogo é um dos elementos mais importantes na evolução da humanidade e é mais antigo que a própria cultura. Ao usar como exemplo a brincadeira entre cães e fazer comparações com as reações humanas, o autor destaca a importância do jogo no processo de preparação para a vida como quando os filhotes brincam entre si, simulando caçadas, ou então crianças e adolescentes que simulam atividades de adultos. Dentro deste processo de “preparação para as exigências da vida”, o jogo “nessa capacidade de excitar que reside a própria essência e a característica primordial do jogo” tem um potencial para descarga de energias excessivas, despertando a alegria e a descontração. O jogo proporciona uma evasão da vida real, sendo que também nos contextualiza nesta vida através das regras que determinam limites, direitos e deveres de cada jogador e da tensão diante da incerteza e o acaso que ele proporciona.

Trigo (2003) acredita que o entretenimento não é apenas uma fuga da realidade, mas uma outra forma de percepção e entendimento desta mesma realidade. Segundo ele, o “entretenimento é mesmo divertido, fácil, sensacional, irracional, previsível e subversivo” (TRIGO, 2003, p. 32). Inclusive o próprio Debord (1997) admitiu que, exatamente por estes motivos, o público adora o entretenimento. Trigo destaca ainda que os preconceitos relativos ao entretenimento ao longo da história são baseados na visão da intelectualidade religiosa e política que sempre viu a diversão e o prazer como preferências de um povo preguiçoso, ignorante e fútil. Sendo assim, os “aristocratas da arte” formam a ideia de que o entretenimento é inútil e um lixo cultural. E de que ainda existem muitas dificuldades para manter o alto nível intelectual. Gabler (1999) apresenta esse problema e destaca um padrão de comportamento das elites culturais que perdura até hoje.

Mas talvez o motivo principal das críticas dos intelectuais fosse o fato de compreenderem a própria precariedade num mundo dominado pelo entretenimento [...] que disseminou um tema inequívoco [...] o triunfo dos sentidos sobre a mente, da emoção sobre a razão, do caos sobre a ordem, do id sobre o superego, do abandono dionisíaco sobre a harmonia apolínea. O entretenimento era o pior pesadelo de Platão. Depunha o racional e entronizava o sensacional e, ao fazê-lo, depunha a minoria intelectual e entronizava a maioria sem requinte. Os intelectuais sabiam que aí residia o maior perigo, o

poder de substituir a velha ordem cultural por uma nova ordem, o poder de substituir o sublime pelo divertido (GLABER, 1999, p. 28).

Dumazédier, outro autor que estuda a questão diversional, defende a qualidade de vida no tempo e que o lazer é, muitas vezes, subestimado. Segundo ele, o lazer

apresenta-se como um elemento central da cultura vivida por milhões de trabalhadores, possui relações sutis e profundas com todos os problemas grandes problemas oriundos do trabalho, da família e da política que, sob sua influência passam a ser tratados em novos termos (DUMAZÉDIER, 1973, p. 20).

O autor ressalta que as mudanças progressivas no tempo dedicado ao trabalho efeito da crescente urbanização, industrialização e introdução de novas tecnologias, incluindo a multiplicação de novas técnicas de comunicação de massa, fizeram com que o lazer fosse cada vez mais considerado um valor. Além do repouso, o lazer traz inúmeras opções de atividades. Dumazédier avalia que essas mudanças fizeram com que o lazer seja definido hoje como “uma oposição ao conjunto de necessidades e obrigações da vida cotidiana” (DUMAZÉDIER, 1973, p. 31) e que essa diversão é estimulada, em especial, pelos meios de comunicação. Em sua definição, o lazer possui três funções que podem ser identificadas, ao mesmo tempo, em várias atividades: descanso e divertimento; recreação e entretenimento; e desenvolvimento. A função de descanso serve como reparadora do cansaço físico e mental, reduzindo as tensões do trabalho e das obrigações cotidianas. A função de recreação liga-se ao tédio, a necessidade de alienação e evasão para um mundo diferente. É quando recorremos a jogos, viagens, esportes ou as atividades que estimulam a identificação e projeção como cinema, teatro, romance ou o recurso da vida imaginária. A terceira função contribui para o desenvolvimento da personalidade, estimulando a participação em grupos recreativos, culturais e sociais. Ou seja: o lazer também estimulado pelos meios de comunicação através da imprensa, cinema, rádio e televisão.

3 | NOTÍCIA E ENTRETENIMENTO

E o jornalismo dentro da perspectiva do entretenimento? A separação entre informação e entretenimento apresenta pontos de vista teóricos, muitas vezes contraditórios, baseados em especial na visão de que o jornalismo para ter credibilidade deve investir nas notícias sérias ou de interesse público. As organizações jornalísticas que, por outro lado, trabalham com um conteúdo mais leve acabam sendo avaliadas como difusoras de um jornalismo sem compromisso com a objetividade e a imparcialidade, ideais difundidos pela teoria do espelho com a proposta de refletir a realidade através das notícias, que podem ser considerados ultrapassados, mas que ainda têm influência na visão de vários jornalistas.

Para entender esta relação, vamos retornar brevemente as discussões sobre os valores-notícia. Autores e pesquisadores das teorias do jornalismo têm diversas visões em

relação a dicotomia entre notícias importantes e notícias interessantes. Como ponto de partida para estas reflexões, as impressões de Aguiar e Schaun (2016, p. 228) destacam que

de uma maneira geral, podemos afirmar que os estudos do *newsmaking* concluem que os acontecimentos avaliados como importantes são obrigatoriamente selecionados para serem transformados em notícia. Por outro lado, o valor-notícia ‘interesse da história’ está ligado à representação que os jornalistas fazem de seu público e complementa-se com o valor-notícia definido como capacidade de entretenimento do acontecimento (AGUIAR; SCHAUN, 2016, p. 228).

Chalaby (2003) aponta que a autonomia do jornalismo enquanto atividade social ocorreu com o nascimento da notícia, um estilo específico de discurso. As teorias construcionistas mostram que a produção de notícias é possível a partir da interação entre diversos agentes sociais, jornalistas, definidores primários (as “fontes de informação”) e consumidores. Todos exercem um papel ativo nas rotinas produtivas do jornalismo. O processo de construção social da realidade funcionaria como uma rede com inúmeros nós que formam essa teia de informações que se formam e crescem a partir da seleção dos acontecimentos. Autores do campo das teorias do jornalismo debatem sobre a dicotomia que impera neste processo constante de escolhas nas rotinas de produção das redações: a marcação das diferenças entre notícias “importantes” e notícias “interessantes”. É ponto comum entre todos que existem estes dois tipos de notícias que são chamadas de *hard* – “importantes” – em oposição a *soft* – “interessantes” – (GANS, 1979) ou notícias em oposição a interesse humano (HUGHES, 1940).

Schudson (2010) optou pelas palavras “*information*” em oposição a “*stories*”. O autor, no livro *Descobrendo a Notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*, discorre sobre esse assunto no capítulo 3 com o título “A narrativa e a informação: dois jornalisismos na década de 1890”. O autor discorre sobre o jornalismo como entretenimento através da história de Joseph Pulitzer e seu jornal *The New York World*. A ascensão do *New York Times* e o jornalismo como informação é a segunda análise. Schudson conta a história de cada um dos grandes empresários da mídia da época com o surgimento e crescimento de seus dois jornais. Cada um com uma proposta de discurso jornalístico e linha editorial. Segundo Schudson (2010), as discussões sobre estas diferenças muitas vezes não levam em conta que o entretenimento e o sensacionalismo (nem sempre o entretenimento trabalha a visão sensacionalista e vice-versa) tem grande peso na história da consolidação e difusão do jornalismo pelo mundo. O autor destaca que as reportagens objetivas não eram regra no jornalismo no final do século XIX. Na virada para o século XX, os principais jornais empregavam “tanta ênfase na narração de uma boa história quanto na apuração dos fatos; o conteúdo dos jornais explorava, principalmente, o sensacionalismo, em suas diversas formas” (SCHUDSON, 2010, p. 15).

Autores como Bird e Dardene (1999, p. 265) têm outra avaliação do tema. Eles colocam a notícia como narrativa “mitológica” que, com suas qualidades míticas, podem dissolver essa distinção entre entretenimento e informação. Ao colocar de lado essa dicotomia entre importante e interessante, eles ressaltam que essa percepção faz com que fiquemos cegos diante dos mecanismos narrativos utilizados na produção das notícias, incentivando uma ilusão de que a estrutura narrativa das notícias importantes é sempre técnica e neutra. As notícias funcionam como sistemas simbólicos que “ensinam” ao público mais do que qualquer das partes componentes, mesmo que essas partes tenham a finalidade de informar, irritar ou entreter. Assim, de acordo com Bird e Dardene,

as notícias, como os mitos, não contam as coisas como são, mas contam as coisas segundo o seu significado. Assim, as notícias são um tipo particular de narrativa mitológica com os seus próprios códigos simbólicos que são reconhecidos pelo seu público. Sabemos, quando lemos ou ouvimos uma notícia, que estamos numa situação narrativa particular que exige um tipo específico de posição para ser compreendido (BIRD; DARDENE, 1999, p. 267).

Já Golding e Elliot (1979) apontam que não há contradição entre esses os dois valores-notícias – importância do conteúdo e interesse do público – porque a capacidade de atrair e entreter o público é um caminho para conquistar os ideais jornalísticos que buscam publicar matérias jornalísticas relevantes para a sociedade.

O problema se resolve com a associação de um dos ideais por parte do outro, no sentido de que, para informar um público, é necessário ter atraído sua atenção, pois não há muita utilidade em fazer um tipo de jornalismo aprofundado e cuidadoso se a audiência manifesta o seu aborrecimento mudando de canal. Desse modo, a capacidade de entreter situa-se em uma posição elevada na lista dos valores-notícia, seja como um fim em si mesma, seja como instrumento para concretizar outros ideais jornalísticos (GOLDING; ELLIOT, 1979, p. 117).

Mesmo assim, a partir desta discussão teórica, pode-se perceber que as notícias importantes, que visam o interesse público, e as notícias interessantes, que atraem o interesse do público, sempre parecem estar em contradição. Por isso, alertam Aguiar e Schaun (2016, p. 229) que “discutir, portanto, os critérios “importância da notícia” e “notícia interessante” parece ser uma questão teórica fundamental para os estudos do jornalismo, além de central para a própria prática jornalística”.

Como destaca Traquina (2012, p. 33), “a trajetória histórica do jornalismo na democracia” ou o embrião de um jornalismo como hoje conhecemos – a gênese do jornalismo de informação – se inicia no século XIX quando a sociedade urbano-industrial moderna acompanha o advento das empresas jornalísticas que investem na publicidade para se manterem no sistema capitalista de produção, contribuindo para o surgimento da figura do repórter como um profissional valorizado. Com a expansão do jornalismo,

Traquina (2012, p. 34) relata que surgem “valores que ainda hoje são identificados com o jornalismo: a notícia, a procura da verdade, a independência, a objetividade e uma noção de serviço ao público”. Os jornais que, no século XVII, eram mais concentrados na defesa das causas políticas e religiosas, começam a separar informação de opinião. No século XIX, os jornais passam a ser considerados negócios que podem ser rentáveis. A notícia é um produto à venda pelas organizações jornalísticas.

O jornalismo informativo como conhecemos atualmente deve muito ao entretenimento no caminho de sua consolidação como o “Quarto Poder”. Pode-se dizer que o entretenimento foi o impulso usado pelo jornalismo para atrair o público e cumprir com a função social de ser os “olhos” e “ouvidos” da sociedade na fiscalização dos outros três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, segundo a história contada por Traquina (2012) sobre o deputado do Parlamento inglês, MacCaulay, que seria o inventor do apelido durante uma sessão, acompanhada por jornalistas no século XIX.

Essa reflexão sobre a história do jornalismo nos permite compreender que o processo de profissionalização dos jornalistas é vinculado ao processo de construção das sociedades democráticas. Nesse contexto, a produção das notícias é um espaço de união e conflitos entre os atores sociais diante de questões políticas, econômicas e culturais que interagem e disputam através das narrativas jornalísticas, buscando produzir o sentido no processo de construção da realidade. Este cenário desperta a necessidade de discussões profundas sobre a definição de jornalismo. Em uma sociedade em que, mais do que nunca, o domínio das tecnologias digitais de informação e comunicação é poder, a pergunta “o que é jornalismo” se torna simplista em uma sociedade onde estas tecnologias podem facilitar a disseminação da desinformação e permitem a qualquer pessoa proclamar que “faz jornalismo”. Nesse sentido, a pergunta feita por Kovach e Rosenstiel (2003, p. 25) – “para que serve o jornalismo?” – é mais relevante que nunca diante de diversos impasses éticos e políticos. Segundo eles, “a principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para se autogovernar” (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003, p. 31). Afinal, a partir deste princípio até os empresários pioneiros da chamada “imprensa sensacionalista”, no final do século XIX, ou dos jornais tabloides da década de 1920, já enxergavam a promoção da democracia e a construção de um sentido de comunidade como valores fundamentais do jornalismo.

Pulitzer, Scripps e outros barões da imprensa popular fizeram dos imigrantes seu público básico. O estilo de escrever era muito simples, de forma que os imigrantes pudessem entender tudo. As páginas editoriais os ensinavam a serem cidadãos. Os novos americanos se reuniam todas as noites, depois do trabalho, para conversar sobre o que haviam lido nos jornais, ou ler para outros amigos e discutir os fatos relevantes do dia (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003, p. 252).

A criação de um “novo jornalismo” no século XIX – o jornalismo de informação –, como conta Traquina (2012, p. 50), veio na forma da chamada *penny press*, que teve seu destaque nos anos 1830-1840. Este nome era relacionado ao preço mais acessível do que o estabelecido de seis centavos, que foi reduzido para um centavo, com a proposta de aumentar a circulação entre as pessoas que não compravam jornais por razões econômicas. Eram estas as publicações direcionadas para um público mais generalizado e politicamente menos homogêneo. Um exemplo são os imigrantes citados por Bill Kovach e Tom Rosenstiel. São publicações como *The Sun* nos Estados Unidos em 1831; *Presse*, na França, em 1836 e o *Diário de Notícias* em Portugal, em 1864. São jornais que deixam para trás os tempos do jornalismo publicista. Eles surgem com a proposta de dividir informação de opinião, determinando um novo conceito de notícia. É o novo jornalismo que vive o culto dos fatos. São notícias sobre os locais do cotidiano, processos na justiça, crimes, catástrofes, sem artigos opinativos com referências políticas. Além do culto dos fatos, o “novo jornalismo” busca oferecer aos leitores grande variedade de informações contadas de uma forma mais sensacionalista.

O sensacionalismo predominou em publicações europeias no século XVIII que precederam os jornais. Os temas mais comuns eram “pecados secretos”, “assuntos carnis”, divórcios, adultérios. Durante a Idade Média, as “folhas volantes” eram os veículos para as grandes fofocas do momento.

No ano da morte de William Shakespeare, em 1616, dos 25 “livros noticiosos”, publicados na Inglaterra, neste ano, quase um terço é dedicado às “pessoas importantes”, como a rainha Isabel; um outro terço dedicado aos assassinios, e o último terço, a uma variedade de assuntos (TRAQUINA, 2012, p. 55).

Ou seja: o “novo jornalismo” pretendia conquistar o leitor com velhas receitas de narrativas jornalísticas. E essa fórmula continua a valer em várias organizações jornalísticas, o que contribuiu para gerar e consolidar essa dicotomia entre notícias importantes e notícias interessantes. Uma visão negativa do sensacionalismo acabou por contribuir para que a ligação entre jornalismo e entretenimento fosse vista com ressalvas por jornalistas, pesquisadores do jornalismo e pelo público, no momento que, mesmo produzindo ou consumindo as notícias interessantes, exigem que os fatos de interesse público sejam o destaque. Schudson (2010) conta uma história do jornalismo no século XIX que confirma essa tendência que, pode-se dizer, continua atual:

Em um artigo intitulado, “O Jornal Moderno”, do dia 12 de fevereiro de 1897, o *Times* cobriu um discurso no Clube da Imprensa da Universidade de Colgate, feito pelo editor de cidades do *Utica Observer*, em que o editor W.W. Canfield atacava os jornais que inflavam as notícias, publicavam assuntos privados, divulgavam literatura obscena e se mostravam pouco confiáveis. Implorava por mais jornais como o *Times*. “Um jornal”, ele dizia, “é publicado para ser um companheiro e, certamente, os inteligentes não aceitariam como companheiro o imoral e o pervertido” (SCHUDSON, 2010, p. 134).

Schudson (2010) também mostra que os jornais considerados mais sérios, voltados para as informações de interesse público, conquistava mais leitores com menor grau de instrução ou poder aquisitivo porque, na verdade, eles queriam ler essas publicações porque a elite o fazia. E, por outro lado, as chamadas pessoas mais instruídas e prósperas liam não somente jornais considerados mais sérios, como New York Times, mas liam jornais e revistas de fofocas e o faziam com sentimento de vergonha. O autor chama isso de “uma dimensão moral na leitura de diversos tipos de jornal; existe orgulho e vergonha na leitura” (SCHUDSON, 2010, p. 136). Ou seja: existe “a plausibilidade da hipótese de que o leitor do Times não foi conquistado simplesmente pela utilidade dos artigos”, mas porque o Times era “socialmente aprovado”; ou seja, o jornal era um “emblema de respeitabilidade” (SCHUDSON, 2010, p. 137-8).

A história da imprensa demonstra que todos os avanços tecnológicos, como a invenção da prensa, da fotografia e do telegrafo, e as mudanças na estrutura da sociedade, com o crescimento da urbanização das cidades e dos processos de alfabetização, atingiu a produção dos jornais, possibilitando o aumento nas tiragens e a redução de preços dos exemplares. Esse mercado estimula o avanço da publicidade como vetor econômico para sustentar as organizações jornalísticas. Na disputa pelo maior número de leitores, os jornais precisavam fascinar o público, utilizando diversas estratégias. Entre elas, a produção das stories, ou as notícias de interesse humano ou notícias interessantes. Porém, é necessário destacar que, nem sempre o jornalismo voltado para o entretenimento está baseado em narrativas sensacionalistas.

Mesmo investindo em notícias interessantes para atrair o público, os jornalistas costumam insistir em um ideal de objetividade. Uma das pesquisadoras mais influentes das teorias do jornalismo, Gaye Tuchmann (1999) destaca que três fatores ajudam o jornalista a definir um fato objetivo: a forma, o conteúdo e as relações interorganizacionais. Na forma, ela ressalta os atributos das notícias e costume do uso das aspas, sempre buscando se apoiar nas declarações dos definidores primários, as fontes de informação. Quanto ao conteúdo, o jornalismo trabalha com questões e noções de realidade social através da narrativa jornalística. As relações interorganizacionais são relativas as experiências profissionais dos jornalistas. Suas relações com o público, os chefes e os colegas de profissão. Segundo autora, os jornalistas “invocam os procedimentos rituais para neutralizar potenciais críticas e para seguirem rotinas confinadas pelos limites cognitivos da racionalidade” (TUCHMANN, 1999, p.75).

Mesmo na busca da objetividade, as publicações, com a proposta de atrair o público leitor, produzem material jornalístico para interesse do público ou as notícias interessantes. São os relatos da anomalia, da aberração, do passional ou como Barthes (1964) denomina estas narrativas: os *faits-divers*. O que seria então um *fait-divers*? Barthes nos apresenta alguns exemplos: “Uma empregada sequestra o filho dos patrões”; “Um inglês se alista no exército: não queria passar o Natal com a sogra”; “Um violinista estrangula a esposa com

a corda do violino”; “A joalheria Tal foi assaltada três vezes em uma semana” (BARTHES, 1964, p. 58). Estes são exemplos deste tipo de narrativa, ou seja, histórias contadas através de notícias e que atraem o público diante de características que abrangem o clímax, a fatalidade, o impacto das coincidências nas tragédias da vida. Ou como o próprio Barthes define:

O *fait-divers* é uma informação total, o mais exatamente imanente; ele contém em si todo seu saber: não é preciso conhecer nada do mundo para consumir um *fait-divers*; ele não remete a nada além dele próprio; evidentemente, seu conteúdo não é estranho ao mundo: desastres, assassinatos, raptos, agressões, acidentes, roubos, esquisitices, tudo isso remete ao homem, a sua história, a sua alienação, a seus fantasmas, a seus sonhos, a seus medos: uma ideologia, uma psicanálise do *fait-divers* são possíveis: mas trata-se aí de um mundo cujo conhecimento é apenas intelectual, analítico, elaborado em segundo grau por aquele que fala do *fait-divers*, não por aquele que o consome; no nível da leitura, tudo é dado num *fait-divers*; suas circunstâncias, suas causas, seu passado, seu desenlace; sem duração e sem contexto, ele constitui um ser imediato, total, que não remete, pelo menos formalmente, a nada de implícito: é nisso que ele se aparenta com a novela e o conto, e não mais com o romance. É sua imanência que define o *fait-divers* (BARTHES, 1964, p. 58-59).

A partir deste conceito, Aguiar (2008) destaca a ideia de Barthes (1964) de que um acontecimento se torna notável diante da relação entre o ordinário e o extraordinário. Esta espécie de simbiose está ligada a própria imanência do *fait-divers*. São fatos fechados em si mesmos. São acontecimentos que se explicam, que se completam em sua estrutura. São narrativas comparadas as novelas. Sodré (1996) prefere chamar de folhetim ou a narrativa romanesca que ajudou a impulsionar, no século XIX, o jornal como mercadoria.

O folhetim tem a mesma atmosfera fabuladora desse tipo de notícia. Uma notícia “professor de violino mata aluna com bala de prata” goza de intemporalidade análoga   de uma narrativa romanesca. Na notícia “médico estrangula a cliente com estetoscópio”, a anomalia está no absurdo da causa, violentamente desviada de seu compromisso com a cura; já em “comerciante assaltado quarenta vezes”, a extraordinária repeti o do acontecimento sugere um certo ordenamento para o acaso (SODRÉ, 1996, p. 134).

Esta última frase de Muniz Sodré, assim como as próprias defini es de Roland Barthes, mostra uma espécie de paradoxo que o *fait-divers* nos apresenta. Como poderia existir um ordenamento para o acaso? Esse seria o sonho de todo mundo que busca controlar o incontrolável. Porém, é exatamente o inusitado e o incontrolável que fascina o público mesmo que o jornalismo de referência seja considerado, como disse Schudson (2010), como socialmente aprovado e respeitável pelo público. O *fait-divers* d  uma estrutura ao acontecimento, apresentando as suas esquisitices, suas coincidências, suas rela es com outros acontecimentos similares. O relato estruturado do “inclassificável”, como diz Barthes e lembra Aguiar (2008, p. 22), “não   só o primeiro modelo da dramatiza o do

acontecimento pelos jornais sensacionalistas como também o *fait-divers* sempre esteve vinculado à informação jornalística”. A *penny press* do século XIX mostra como é possível detectar a aproximação entre as *fait-divers* de Barthes (1964) e o termo *story* de Schudson (2010), nas narrativas sensacionalistas que buscam atrair o público.

Seguindo essa ideia, Marialva Barbosa (2007) avalia que o jornalismo sensacionalista “apela às sensações, que provoca emoção, que indica uma relação de proximidade com o fato, reconstruído exatamente a partir dessa memória de sensações” (BARBOSA, 2007, p. 214). Autores como Marshall (2003) destacam que a própria concepção de notícia é marcada por uma lógica da sensação. Segundo ele, o sensacionalismo é “um estilo que, de certo modo, está radicado na própria essência ontológica da notícia” (MARSHALL, 2003, p. 76). Já Ciro Marcondes Filho ressalta que a principal diferença entre a imprensa de referência, considerada “séria”, “liberal”, e a imprensa sensacionalista é o grau de utilização das estratégias comunicacionais da lógica das sensações. “Sensacionalismo é apenas o grau mais radical de mercantilização da informação” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 66). Sobre o sensacionalismo, Martín-Barbero (2006) argumenta que a reflexão baseada no conceito emerge junto com os ideais jornalísticos marcados pela hegemonia do racionalismo e do Iluminismo com seus princípios de objetividade e discursos imparciais. O sensacionalismo na imprensa é a marca do que o autor chama de matriz simbólico-dramática que não opera por conceitos e generalizações, mas por imagens e situações como acontece nas narrativas do folhetim, do melodrama e do *fait-divers*. O autor nos faz refletir sobre a relação complicada entre sensacionalismo e jornalismo de referência da seguinte forma.

Somente correndo riscos se pode descobrir a conexão natural entre a estética melodramática e os dispositivos de sobrevivência e de revanche da matriz que irriga as culturas populares. Uma estética melodramática que se atreve a violar a separação racionalista entre os assuntos sérios e os temas destituídos de valor, a tratar os fatos políticos como fatos dramáticos e a romper com a objetividade, observando as situações a partir daquele outro ponto de vista que interpela a subjetividade dos leitores (MARTÍN- BARBERO, 2006, p. 250).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo incentivar e aprofundar o debate sobre o valor-notícia entretenimento na produção da notícia, apresentando visões diferentes de vários autores sobre essa questão. O trabalho visou problematizar o termo “infotimento”, composto da fusão de informação e entretenimento para designar a hibridização do ideal modernos do jornalismo informativo – compreendido pela vertente educativa do campo jornalístico como um dispositivo de conscientização política – com uma das características da cultura das mídias: a capacidade de entreter, divertir e distrair. Uma conclusão possível é que o sensacionalismo presente nas narrativas jornalísticas – marcado por uma lógica da

sensação – pode se configurar como uma estratégia comunicacional para a produção de uma narrativa jornalística interessante e com capacidade de atrair o leitor também para as notícias importantes.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Leonel Azevedo de. **Entretenimento: valor-notícia fundamental. Estudos em Jornalismo e Mídia**, UFSC, Santa Catarina, v.5, n.1, pp. 13-23, 2008.

_____; SCHAUN, Angela. A notícia e a lógica das sensações: uma contribuição para as teorias do jornalismo. **Chasqui - Revista Latinoamericana de Comunicação**, Ciespal, Equador, n.132, pp.225-243, 2016.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa no Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BARTHES, Roland. **Essais Critiques**. Paris: Seuil, 1964.

BIRD, S. Elizabeth; DARDENNE, Robert W. Mito, registro e “estórias”. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999. pp. 263-277.

CHALABY, Jean. O jornalismo como invenção anglo-americana: comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920). **Media & Jornalismo**, v. 1, n. 3, 2003, p. 29-50.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUMAZÉDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

GABLER, Neal. **Vida, o filme: como o entretenimento conquistou a realidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GANS, Herbert. **Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time**. New York: Pantheon Books, 1979.

GOLDING, Peter; ELLIOT, Philip. **Making the News**. London: Longman, 1979.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

HUGHES, Helen MacGill. **News and the Human Interest Story**. Chicago: University of Chicago Press, 1940.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**. São Paulo: Conselho Editorial, 1989.

MARSHALL, Leandro. **O jornalismo na era da publicidade**. São Paulo: Summus, 2003.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2006.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a cultura**. Petrópolis: Vozes, 1996.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. 3.ed. Florianópolis: Insular, 2012.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Entretenimento**: uma crítica aberta. São Paulo: Senac São Paulo, 2003.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999. pp. 74-90.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

CAPÍTULO 16

GUTENBERG: A ERA DA IMPRENSA

Data de aceite: 01/09/2020

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC). Docente, orientador e pesquisador nos Programas de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Desenvolvimento e Sociedade e em Educação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp).
Capoeiras/Florianópolis/SC/Brasil.

Dado a lume, originalmente, no periódico “*Percepções*”, em 2012

RESUMO: Este trabalho visa identificar as mudanças ocasionadas no período em que a imprensa de Gutemberg revolucionou a divulgação de ideias através de publicações. Reflete sobre os impactos causados na sociedade e sobre a posição da igreja em relação a este fato. Para isto, a primeira parte abordará a história de Gutemberg e seu invento. Em um segundo momento, abordamos os impactos causados pela prensa, passando por uma análise da necessidade humana com algumas relações com o poder e a comunicação até chegar às reações da igreja diante da possibilidade da maior veiculação do conhecimento até então restrito a uma pequena parcela da sociedade. Este trabalho busca compreender algumas das consequências que este invento causou na

sociedade e sua força, que, certamente ainda sofre com o repúdio de quem deseja o poder, sendo na censura direta ou na dificuldade de acesso.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação, imprensa, religião.

GUTENBERG: THE ERA OF PRESS

ABSTRACT: This work aims to identify the changes caused in the period when the press of Gutenberg revolutionized the dissemination of ideas through publications. It is also a reflection about the impacts on society and church’s position regarding this fact. For this, the first part will focus on the Gutemberg’s story and his invention. In the second part, we will address the impacts caused by the printing press, through an analysis of people’s needs and additionally relations with the power, communication and church’s reactions toward the possibility of this more expansive knowledge transmission until that time restricted to a small portion of society. This work seeks to understand some of the consequences that this invention had on society and its strength, which certainly still suffers from the repudiation of whom wishes the power, being in direct censure or difficulty of access.

KEYWORDS: communication, press, religion.

INTRODUÇÃO

Regis Debray, no livro “*Midiologia Geral*”, comenta sobre a importância do traço, que demonstra como são importantes os registros para uma sociedade evoluída. A escrita,

através dos seus códigos e posteriormente através da possibilidade de manter-se para a posteridade, introduz-se como essencial aliada para a manutenção dos mortos em uma sociedade. O homem é o único ser vivo que é habitado pelos mortos; além disso, quanto mais civilizado for, maior será a presença deles em seu espírito.

A humanidade é composta, dizia Auguste Comte, por um número de mortos maior do que o número de vivos. E ela ganha em cultura na medida em que aumenta, entre nós, o número dos ausentes. A escrita, que torna a palavra capaz de atravessar o espaço e o tempo, foi, durante um longo período, o único utensílio de sobrevivência dos desaparecidos e, portanto, de humanização do homem.

Durante muito tempo, foi possível dizer: verba volant, scripta manent. O som vive, mas o traço sobrevive. (DEBRAY, 1994, p.269) Debray, talvez, nesse trecho, já dê uma importante pista sobre os motivos de a igreja resistir tanto à presença da imprensa, bem como, até hoje, manter em altos níveis de segurança registros que pertencem exclusivamente a ela.

DESENVOLVIMENTO

Não é difícil admitir na crença de que as palavras de Debray eram, sim, muito bem compreendidas pelos que detinham o poder e mantinham o povo sob seus mandamentos.

Embora séculos tenham passado e a sociedade evoluído em muitos aspectos, a relação imprensa e religião nunca parecera tão harmoniosa como nos últimos anos, no entanto, seria esta uma relação de problemas resolvidos? Estaríamos no momento harmonioso entre mídia e religião? A imprensa cansou? Quem venceu? Há tantas perguntas nesta relação, algumas delas serão ampliadas neste artigo. 2 JOHANN GUTEMBERG E SEU INVENTO² Nascido em Mainz, na Alemanha, por volta de 1400 (entre 1394 e 1404), é um dos principais protagonistas da montagem de uma prensa melhorada, um pré-requisito para a formação da impressão tipográfica. Inicialmente trabalhava como ourives, até aprender, na cidade de Estrasburgo, a arte gráfica.

Em alguns livros grifado com “m” e em outros com “n”, aqui utilizaremos “m”. 2012 cidade natal, no ano de 1448, tinha o sonho de imprimir uma Bíblia. Para poder financiar seu empreendimento, procurou ajuda de Johan Füst, um advogado que adiantou um valor para iniciar o projeto. Régis Debray, comenta este “casamento” entre uma boa ideia e o capital a ser investido para esta tornar-se realidade.

O papel não é somente um acelerador: é também um redistribuidor de excedentes e, antes de tudo, financeiros. Desencadeia a primeira industrialização da memória e, pelo viés de um consumo de massa do suporte escrito, a entrada da troca simbólica no plano comercial. Um livro impresso é um suporte vegetal, uma reserva metálica (chumbo, estanho) e um saber prático (artesanato do metal). O suporte custa caro: 60 a 70% do preço de custo.

Daí, a necessidade de capitais para colocar em ação os fatores de produção. Nascimento do trio, de que ainda não nos livramos, banqueiro-impresor-livreiro. Reunião em Mayence de um banqueiro que pretende fazer frutificar seu dinheiro, de um copista que conhece seus textos e de um trãnsfuga da corporação dos ourives: Fust, Schöffer, Gutenberg. (DEBRAY, 1993, p.212) Percebemos aqui uma pirâmide ainda comum nas tramitações comerciais dos dias de hoje, onde circundam em uma necessidade mútua o capital, o fabricante e o distribuidor. O capital desde esta época parece realmente ser o combustível para a explosão de qualquer tipo de empreendimento.

Os custos aumentaram e Gutemberg solicitou mais dinheiro, dando como garantia a própria oficina. No ano de 1455, Füst executou o crédito e, um ano depois, era publicada a Bíblia Mazarin, conhecida como Bíblia de 42 linhas, toda em letras góticas, com 642 páginas. Ela continha ainda algumas ilustrações que lembravam os vitrais de basílicas cristãs. Foram impressos 180 exemplares (150 em papel e 30 em pergaminho), restando atualmente 48 originais. Estes primeiros exemplares foram fabricados com a ajuda de pouco mais de 20 auxiliares, chamados orfebres.

Depois do feito, dizem que Gutemberg teria dito uma frase que sabemos que é uma grande verdade: “um exército de 26 soldados pode conquistar o mundo através da imprensa”, referindo-se ao poder da imprensa através da divulgação rápida de alguma ideia. A forma como Gutemberg conseguiu é explicada por Melvin De Fleur, no Livro Teorias da Comunicação de Massa. A impressão, como a conhecemos, não foi possível até um obscuro ourives de Mainz, na Alemanha, um Johann Gutenberg, conceber um meio original de fazer tipos. Após muita experimentação, desenvolveu a ideia [sic] de fazer um molde de aço para cada letra, laboriosamente entalhado numa determinada forma. Então, ele poderia perfurar a imagem em um pequeno quadrado de metal mais mole, como o bronze. Fez um pequeno molde barro em torno do caractere, de modo que o chumbo quente pudesse ser despejado dentro para fazer um molde de letra. Esse molde poderia ser utilizado repetidamente, para moldar quantas letras individuais o impresor quisesse. Uma vez feito, as letras poderiam ser alinhadas em uma bandeja para formar palavras e frases. Bem firmes, poderiam ser molhadas com tinta, e um pedaço de pergaminho ou papel podia ser comprimido sobre elas.

Daí resultaria uma imagem bem nítida. O chumbo mostrou-se mole demais, mas Gutenberg acabou descobrindo um meio de misturar chumbo com outros metais numa espécie de liga que funcionou muito bem mesmo. (DEFLEUR, 1993, p. 38) Neste trecho, fica nítido que o espírito empreendedor do negócio realmente era Gutemberg, mais do que isto, foi persistente e inovador quando percebia através de experimentos iniciais que não estava tendo êxito, imediatamente testava novas formas para dar sequência a seu projeto. Sabe-se que o invento barateou o livro, tornando-o mais acessível a um número maior de pessoas.

Antes disso, os livros eram manuscritos, exigindo grande tempo para serem

produzidos. Com a tipografia, depois de feito o trabalho com a composição de metal, puderam ser feitas infinitas cópias aproveitando a mesma mão-de-obra inicial, diluindo os custos em cada exemplar. Mesmo assim, durante os primeiros 150 anos de existência, a tipografia imprimiu apenas livros e folhetos. A impressão revolucionou a disseminação de qualquer informação, a primeira impressão tem data em 800 d.C, como confirma De Fleur.

Até o processo de imprimir uma página inteira de letras, pacientemente cavando-as em um bloco de madeira lisa, com a imagem invertida, e depois passar tinta e apertar em cima de um papel ou de outra superfície lisa, fora compreendido havia muito tempo. Os chineses haviam feito isso e imprimido o Sutra do Diamante, o primeiro livro do mundo, por volta do ano 800 d.C., séculos antes de a impressão surgir na sociedade ocidental. Todavia, estava longe do sistema de utilizar letras individuais moldadas em metal. (DEFLEUR, 1993, p. 37).

Alguns autores defendem que a publicação mais antiga da tipografia europeia seria o “Weltgericht” – Juízo Final – de aproximadamente 74 páginas, supõe-se que foi uma espécie de teste antes da publicação de maior escala com a Bíblia. DeFleur comenta as primeiras impressões: Bem mais recentemente, ingressamos na Idade da Imprensa. Podemos fixar um tempo exato (1455, na cidade alemã de Mainz). Embora aproximações grosseiras da imprensa possam ser encontradas em épocas mais recuadas da história, o primeiro livro foi produzido por uma prensa que usava tipos móveis fundidos em metal, apenas poucas décadas antes de Colombo realizar sua famosa viagem. Quase da noite para o dia a tecnologia disseminara-se pela Europa toda. De lá partiu para outras partes do mundo e revolucionou a maneira pela qual desenvolvemos e preservamos nossa cultura. (DEFLEUR, 1993, p. 24) Casa Füst e Schaeffer passou a ser o nome do empreendimento de 18 Gutenberg, agora já com dois sócios. A empresa se expandiu devido aos aprimoramentos da tipografia, no entanto, o inventor passou a ser desconhecido.

Gutenberg sofreu com a cegueira nos seus últimos dias de vida, morrendo pobre em fevereiro de 1468. Quase 500 anos depois, seu invento continua contrariando muitos teóricos e estudiosos que acreditam no fim da era da imprensa. Um exemplo é do canadense Marshall McLuhan, que, no livro O meio é a mensagem, de 1962, afirmou que o fim da impressão estaria chegando com a chegada forte das imagens.

A era agora, segundo ele, seria a audiovisual. Sabemos que não foi assim e, atualmente, vivemos a era da informatização que também não desbancou o poder do impresso. 3 HOMEM, PODER E COMUNICAÇÃO Embora sabemos que há visivelmente uma evolução da história do homem em sua breve passagem terrena, nota-se também que algumas características permanecem intactas.

Uma delas é a relação e necessidade de poder vigente em todos os períodos. A comunicação passou a ter um valor real constituído para estes que necessitavam manter, conquistar ou impor o poder. No entanto, do outro lado, há alguém ou um grupo a ser conquistado que também possui, embora muitas vezes adormecida, esta sede natural.

Debray relata esta relação entre a subordinação e o subordinado no seu livro *O Escriba – Gênese do político*. A força pura é uma abstração filosófica. Nenhuma subordinação real é possível entre pessoas sem a intervenção de um elemento simbólico, idealidade lógica ou valor moral. O interesse de todo poder político consiste então em se expor como sujeito metafísico, suporte de valores universais a fim de ocultar a física dos riscos.

Confundindo fim real e finalidade ideal, móvel e motivação, o poder político reabsorve sua função essencial – coletar excedentes e excessos – na missão moral ou metafísica na qual se coloca como simples executante. (DEBRAY, 1980, p. 62) Régis Debray também comenta a necessidade de uma virtualidade fundadora e de uma nomenclatura para tal feito.

Mesmo brutal ou repressivo, o próprio poder político se remete, por necessidade, a uma virtualidade fundadora, que faz da sujeição uma obrigação exercida em nome de um nome: Lei ou Povo, Raça ou Nação, Classe, Deus, Alá, Progresso, Civilização, Humanidade, etc.” (DEBRAY, 1980, p.62). E, por fim, discorre sobre a necessidade de um “chefe” para gerir tudo isto, 19 que terá a missão de coordenar e gerenciar a outra classe.

Antes da chegada da prensa de Gutemberg, a igreja tinha a consciência de que este “chefe” era ela mesma, através de seus líderes religiosos, que, de um modo “ditador disfarçado”, impunha suas ideias ao povo, como se tivesse uma ligação única com a divindade, na maioria dos tempos chamado “Deus”. Talvez a preocupação da igreja com relação à chegada da prensa não estava ligada ao fato de simplesmente o conhecimento ser difundido, se não a consciência de que o poder vem das bases, como confirma Debray em uma bela metáfora entre cabeça e pés. Tentem e vocês verão: os chefes voltarão sozinhos, por seus próprios membros.

A ilusão vem do fato de que todo chefe tem seu domicílio legal no alto, por etimologia (caput, a cabeça); mas sua genealogia real faz com que ele venha de baixo. Cortem-lhe a cabeça, ela crescerá de novo sozinha. Ela, ou uma outra. Assim como a “hominização” biológica, a hierarquização política se faz pelos pés. O estágio de pé do primata liberta sua cara da busca alimentar, e sua mão das tarefas locomotoras. (DEBRAY, 1980, p. 76) Parece que a igreja tinha ciência deste fato, talvez por isto, rechaçou tanto a proliferação do conhecimento através da prensa, o novo invento de Gutemberg tratava-se, sim, de uma ameaça.

Mesmo possuidora de tanto poder financeiro, a ameaça não poderia ser identificada, pois não movimentava características visíveis de identificação do “inimigo” e, sim, movimentava o modo de pensar das pessoas, um verdadeiro caos para quem domina. A leitura tem o poder de ir além do discurso, pois possibilita a reflexão a partir do conhecimento individual, talvez, mais assustador para a igreja, seria o que estaria além dessa simples comunicação, o que estaria na chamada paralinguagem, como nos explica Juan Bordenave: Estaria totalmente errado aquele que pensasse que o que se transmite na comunicação é somente o DISCURSO, isto é, a mensagem principal codificada deliberadamente pelo

comunicador.

Na prática, em todo ato de comunicação, a mensagem central vai acompanhada de uma série de mensagens secundárias, o que constitui a paralinguagem. (BORDENAVE, 1995, p. 25) Imagine o descontrole gerado a partir da leitura por diversas pessoas, cada uma com seus códigos, signos e vivências e com interpretações a partir de seus conhecimentos. Realmente, devemos entender a preocupação da igreja. Definitivamente estava diante de seu maior inimigo.

Esta reação é o que veremos na próxima seção, tentando identificar algumas das reações da igreja diante da prensa. Sua dúvida em escancarar sua contrariedade ou manter-se firme e bem posta como poder absoluto sem viés para nenhum tipo de abalo, com um discurso sólido de que o que diziam e ou pregavam, não havia meios para discussão, pois se tratava de uma verdade absoluta que interpunha até mesmo o conhecimento humano, tratava-se de algo muito maior, indiscutível, enfim, divino.

A IGREJA DIANTE O NOVO INVENTO: A PRENSA Pensemos, se, no início do século XII, já havia regulamentação com relação a espetáculos cênicos, teatros e manifestações públicas, certamente a chegada da imprensa, com a possibilidade e a disseminação de várias obras, causaria um grande impacto. A igreja, nesses séculos, segundo Ismar de Oliveira Soares, repudiava qualquer tipo de manifestação cultural como de baixa categoria. “O papa Clemente I proibiu, no ano 400, o acesso à hierarquia aos homens que se casassem com ‘viúvas, repudiadas, prostitutas, escravas ou comediantes’.” (SOARES, 1988, p.31) O controle dos processos de comunicação por parte da igreja nesses séculos era definitivamente rigoroso, embora já houvesse manifestações políticas e sociais contra o processo. No entanto, parece ser de longa data a preocupação por parte da maior hierarquia católica a importância da comunicação. Não contentes apenas com as informações de seus cardeais e funcionários pagos para trazer informações, os papas também solicitavam auxílio de outras pessoas para terem contato com o mundo externo e, certamente, assegurar-se antecipadamente do que estava ocorrendo em seu “reinado”. Isto fica evidenciado no livro *Do santo ofício à libertação*, de Ismar de Oliveira Soares: O papado, ciente da importância da informação, não apenas estabeleceu seus próprios canais, mas serviu-se de outros como atesta a carta de Clemente VI, escrita durante o chamado cativeiro de Avinhão, em janeiro de 1348, ao comerciante Alberto degli Alberti, proprietário de duas companhias comerciais em Florença.

O papa solicitou os serviços de Alberti para manter-se a par das últimas novidades, podendo, desta forma, tomar decisões sem ser surpreendido pela desinformação. (SOARES, 1988, p. 33). O encontro entre a igreja e a prensa, que agora possibilitaria a publicação de vários livros, disseminando ideias a um número maior e incontrolável de pessoas, fez com que a relação entre o homem e este novo objeto fosse repensada. No livro: *21 Percepções | Caçador-SC | v. 1 | n. 1 | jan./jun. 2012 O escriba – Gênese do Político*, Régis Debray, em um capítulo denominado “A lógica de Deus”, comenta as relações dos homens com as

coisas e fica evidenciado pelo autor o fim desta relação que é categoricamente voltado a algum tipo de vantagem.

As relações entre os homens têm sempre coisas por objeto; as relações dos homens com as coisas passam sempre pelos homens. Esta dupla mediação é originária e categórica. O poder é uma relação entre sujeitos a propósito de objetos. Em outros termos, todas as formas de dominação do homem pelo homem têm por finalidade última a apropriação de certas coisas: da terra ou/e de seus produtos, dos corpos ou/e de sua força de trabalho, das fontes de energia ou/e de informação, da matéria de comunicação ou/e do raciocínio lógico. Mas se a finalidade é objetiva ou material, a relação é necessariamente moral ou lógica, uma vez que põe em relação um ser racional (“animal racional”) com um outro, que não se pode manipular como coisa inerte. (DEBRAY, 1980, p. 61-62) No início do século XVI, já se produzia milhares de exemplares em várias línguas europeias, com isto a busca pela alfabetização deu um salto com a disponibilidade dos livros. A população, obviamente que ainda não em grande escala, tinha a opção da acessibilidade à leitura. Uma evolução? Talvez em nível social, porém para a igreja parecia estar nascendo um grande problema, como explica DeFleur: Pela primeira vez, as Escrituras estavam acessíveis em outra língua que não o latim. Não mais podia a Igreja Romana guardar cautelosamente as escrituras sagradas graças ao emprego de uma língua antiga.

A acessibilidade das escrituras pelas pessoas comuns, em suas próprias línguas, acabou levando a desafios à autoridade, e às interpretações de Roma. Um novo veículo de comunicação, pois, abriu caminho para protestos contra a estrutura religiosa e social existente. O surto do Protestantismo levou a novas modificações profundas que tiveram impacto na sociedade ocidental até os dias de hoje. (DEFLEUR, 1993, p. 39). Roma rege a perda do controle sobre o sistema de comunicação e, de modo autoritário, demonstrando nitidamente seu desespero, age com rigor. Conforme Soares: O controle sobre a produção do saber – privilégio alicerçado na concepção de poder absoluto do papado sobre toda a sociedade – passou a correr perigo após a difusão, pela imprensa, dos movimentos contestatórios dos séculos XV e XVI. A reação católica foi violenta e, visando atingir o mal pela raiz, passou a redobrar sua vigilância sobre a publicação de livros. Decorridos apenas 40 anos da publicação do primeiro livro por Gutenberg, a universidade de Colônia, sob os aplausos do papa Sisto IV (1471-1484), instituiu a censura prévia e mandou à fogueira os livros heréticos. (SOARES, 1988, p. 36) Mesmo utilizando a imprensa para melhorar seu sistema de cobrança de indulgências, que eram anteriormente confeccionadas a mão, em 1487, através da constituição Inter Múltiplices, nascia o primeiro documento sobre a imprensa vindo da igreja, demonstrando assim a preocupação de papa em definir um pensamento para impressão, verifica-se, aqui, que a justificativa para definir o que se poderia ou não publicar era dada no campo divino “No campo do Senhor deve-se semear apenas aquilo que possa alimentar espiritualmente as almas fiéis” (DALE, 1973, p.34). Definitivamente, o poder estava ligado à imprensa desde seu surgimento, não demorou

muito para outras profissões se darem conta disso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conhecidos “homens do escrito” estavam diante uma poderosa arma para atingir massas de uma forma muito eficaz, a de fazê-lo pensar. A imprensa transformava o filólogo em agitador e, logo em seguida, o diretor de escola em comandante militar. Conferindo ao pensamento “um poder incomparável de penetração”, a imprensa utilizando o papel dotava, bruscamente, os homens do escrito com um sobrepoder sem precedentes, ampliando seu alcance de fogo e decuplicando sua cadência de tiro. “multiplicar os homens que pensam – dirá Pisarev, herói populista russo; eis o alfa e o ômega da evolução social.” A evolução, porém, reduz, Poe isso mesmo, o poder dos homens em posição de levar seus próximos a pensar (e, portanto, a agir), embora elevando-os acima daqueles que não têm acesso aos mesmos utensílios. (DALE, 1973, p. 214) Para a igreja, muito pior que fazer as pessoas refletirem ou lhes dar a chance de terem novas visões sobre o que era até então imposto, era o fato de suas influências poderem estar perdendo forças, como indica Dale. “E, no imediato, tudo lhes dá razão.

A imprensa não começou por produzir a cultura humanista, mas por reduzir a influência da antiga” (DALE, 1973, p.216) Embora séculos tenham passado, a Igreja não perdeu totalmente seu poder, mas viu seu poder quase divino receber fortes críticas. Na atualidade, podemos vivenciar na proliferação de novas formas e interpretações de estar adorando a Deus. A comunicação, neste processo teve papel fundamental e a prensa de Gutemberg foi o invento que precedeu esta possibilidade de estarmos escolhendo e ou tendo novas visões do mundo em que vivemos.

REFERÊNCIAS

BORDENAVE, Juan E. Diaz. Além dos meios e mensagens: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência. 7.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

DALE, Romeu. Igreja e Comunicação Social. São Paulo: Paulinas, 1973. 23 Percepções | Caçador-SC | v. 1 | n. 1 | jan./jun. 2012.

DEBRAY, Régis. Curso de Midiologia Geral. Petrópolis: Vozes, 1993. _____. O escriba – Gênese do Político. Rio de Janeiro: Retour Edições, 1980. _____. O Estado sedutor: as revoluções midiológicas do poder. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

DEFLEUR, Melvin; BALL-ROKEACH, Sandra. Theories of Mass Communication. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. SOARES, Ismar de Oliveira. Do santo ofício à libertação: o discurso e a prática do vaticano e da igreja católica no Brasil sobre a comunicação social. São Paulo: Paulinas, 1988.

INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR INFORMAIS: UMA ANÁLISE DOS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SOUSA- PB

Data de aceite: 01/09/2020

Data da submissão: 06/06/2020

Jacyara Farias Souza Marques

Universidade Federal de Campina Grande –
UFCG
Sousa-PB

<http://lattes.cnpq.br/9027755945896248>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4033-2064>

Rafaela Azevedo dos Santos Felix

Universidade Federal de Campina Grande –
UFCG
Sousa-PB

<http://lattes.cnpq.br/6933714273303485>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7176-7485>

Este artigo foi fruto de um Projeto de Pesquisa foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil. Desenvolvido na Unidade Acadêmica de Direito, do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PIBlC/CNPq-UFCG).

RESUMO: O estudo analisa os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, no município de Sousa-PB, enquanto mecanismos de participação popular direta. Nestes órgãos deliberativos colegiados, os cidadãos são sujeitos ativos, intervindo na gestão da coisa pública, diretamente. Para a realização da pesquisa, utilizaram-se os métodos hermenêutico e histórico, bem como realizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Por

meio da investigação, percebeu-se que existem, no município de Sousa-PB, 22 (vinte e dois) Conselhos de Políticas Públicas – apesar de a Lei Orgânica do Municipal prever apenas 10 (dez), dos quais alguns são mais funcionais e efetivos que outros, a exemplo do Conselho Municipal de Educação que possui uma atuação mais evidente no Município; do Conselho Tutelar que coordena as ações voltadas à proteção da criança e do adolescente; e o Conselho de Assistência Social fomentando aportes aos hipossuficientes. Diante disso, constatou-se que o Município de Sousa atende ao disposto na legislação federal dispondo de Conselhos Gestores nas mais diversas áreas de atuação, atendendo às suas finalidades, embora algumas vezes de forma incipiente, especialmente, quanto à publicidade. Contudo, enquanto mecanismos de participação popular põem em destaque o cidadão no centro da gestão pública com feições democráticas por meio dos instrumentos de participação popular informais.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão local; cidadãos; democracia.

INFORMAL INSTRUMENT OF POPULAR PARTICIPATION: AN ANALYSIS OF THE PUBLIC POLICIES COUNCILS IN THE TOWN OF SOUSA, PARAÍBA STATE (PB)

ABSTRACT: This study analyzes the Management Councils of Public Policies in the town of Sousa, Paraíba State (PB), Brazil, as means of direct popular participation. In these collegiate decision-making bodies, the citizens are active subjects who directly intervene in the management of public affairs. The research

was carried out utilizing hermeneutic and historical methods as well as bibliographic and documental research. With the research it was possible to conclude that there are, in the town of Sousa-PB, 22 (twenty-two) Public Policies Councils – although the town’s Organic Law provides only 10 (ten), from which some are more functional and effective than others, for instance, the Municipal Education Council which has a more noticeable action in the town; the Guardianship Council which coordinates the activities regarding to child and adolescent protection and the Social Assistance Council which offers support to the disadvantaged. Therefore, it was found that the town of Sousa meets the requirements established by federal legislation with management councils in various areas of practice which fulfill their purposes, although, at times, in an incipient way, especially when it comes to publicity. Nevertheless, as means of popular participation, they highlight the importance of the citizen in the center of the public management with democratic features, truly acting as informal instrument of popular participation.

KEYWORDS: local management; citizens; democracy.

1 | INTRODUÇÃO

Os instrumentos de participação popular clássicos, típicos da Democracia Direta, adotados na Constituição Federal de 1988 (CF/88) - plebiscito, referendo e iniciativa popular, foram seguidos pela participação do cidadão nos espaços sociais. Esse fenômeno se expressou na consubstanciação dos conselhos de políticas, nos quais os cidadãos são como sujeitos ativos e membros destes conselhos deliberativos/gestores das políticas públicas. A exemplo dos que atuam no controle de políticas públicas (Conselhos de Saúde, Escolar, Orçamento Participativo); e também aqueles vinculados ao Executivo Federal como os Conselhos da República e de Defesa Nacional, as Juntas Eleitorais (no Brasil) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), vinculado ao Poder Judiciário, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) órgão integrante do Ministério Público, o recall (em alguns países da América), a revocatória dos mandatos, entre outros.

É justamente a partir desses novos moldes de participação ativa do cidadão na gestão do Estado, que são construídos os instrumentos de participação popular na atualidade. Eles surgem imbuídos de condutas democratizantes que visam engajar e fomentar na sociedade civil o sentimento de gestão da coisa pública, controle e poder decisório, como mecanismos intrínsecos à vida em comunidade e promotores da construção de um conceito de cidadania mais abrangente. Ademais, o Estado moderno conclama um modelo de gestão no qual o centro de ação do controle e do poder decisório se aproxime cada vez mais da vontade do cidadão, que se torna partícipe ativo desse processo, como protagonista.

Adentrando nos modernos vieses da participação popular na gestão da coisa pública, além desses instrumentos formais, têm-se os instrumentos informais que congregam o exercício, controle e poder decisório, de participação de forma mais ampla e presente na gestão do Estado por parte dos cidadãos, sendo denominados de instrumentos informais de participação popular.

No Brasil, um país de dimensões continentais, com uma estrutura federativa na qual se verifica de forma incisiva uma maior centralização das competências nas mãos da União, estudar a existência dos instrumentos de participação popular informais no âmbito dos municípios é necessidade premente para o fortalecimento das práticas democráticas tecidas no seio local do Estado.

Neste norte, a pesquisa tem como problemática central a seguinte: no município de Sousa-PB existem e estão em pleno funcionamento os Conselhos de Políticas Públicas voltados à proteção dos idosos, crianças, consumidores e a garantia à educação, saúde, meio ambiente, a segurança, dentre outros, como instrumentos informais de participação popular? Quais os possíveis desdobramentos jurídicos e socioeducacionais para o fortalecimento das práticas democráticas?

A relevância da pesquisa constata-se por meio da melhor compreensão dos direitos de cunho político, social, econômico, e de uma gama de outros direitos substanciais que encontram embasamento constitucional e são garantidores de Estado no qual a dignidade da pessoa humana é assegurada. Esta atribuição não se destina apenas e exclusivamente aos representantes eleitos, que exercem o poder constituinte com assento na soberania popular, mas também e de forma proativa aos cidadãos detentores do poder constituinte, atores protagonistas, destinatários e integrantes do Estado.

Para a realização da pesquisa foi manejado o método hermenêutico, o qual permite analisar o objeto de estudo – os Conselhos de Políticas Públicas – como instrumentos informais de participação popular em todas as suas vertentes - literal, finalística, histórica, cultural, social, entre outras, esboçando diretrizes e realçando os princípios fomentadores. Ademais, direciona-se a compreensão de características implícitas nos documentos consubstanciadores desses Conselhos de Políticas setoriais, desde a previsão constitucional até a regulamentação local.

Quanto ao método de procedimento, foi utilizado na pesquisa o método histórico, com o fito de realizar uma análise da construção social e legal dos Conselhos Municipais na história constitucional brasileira e as suas modernas feições depois da CF/88.

Ainda no que tange aos métodos empregados, o estudo tem cunho bibliográfico e também documental. Assim, utilizou-se a pesquisa na legislação, doutrinas, artigos, teses, dissertações, revistas e anais de eventos científicos, além dos documentos produzidos pelos Conselhos, elementos fundamentais para este estudo, valendo-se das contribuições de estudiosos das diversas áreas do saber para ofertar embasamento teórico robusto, como também para confrontar o resultado desta pesquisa com outras já realizadas dentro desta temática. A pesquisa documental consiste na análise de documentos que ainda não passaram por tratamento analítico, chamados também de fontes primárias de informação, estes documentos podem ser jornais, fotos, filmes, documentos legais, atos jurídicos, dentre outros de acordo com Gil (2017). Ademais, vislumbra-se estabelecer um quadro-síntese elencando-se as feições do conselho existente, seus objetivos e âmbito de atuação.

21 CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS ENQUANTO INSTRUMENTOS DEMOCRÁTICOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Desde as décadas de 1960 e 1970, movimentos populares lutavam pela institucionalização de novos meios de participação popular, através da ampliação do envolvimento civil na tomada de decisões. Sob influência desses movimentos, a CF/88 adotou o princípio da participação popular na gestão de políticas públicas, dando visibilidade à democracia participativa, que estava em ascendência num país que acabara de sair de uma ditadura militar.

Com o advento de mecanismos voltados para a interferência da vontade popular nas decisões do Legislativo e do Executivo - tais como plebiscito, referendo e iniciativa popular -, surgiram mecanismos que visavam à criação, nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, de instrumentos que tornassem viável a intervenção dos cidadãos no cotidiano da Administração Pública. Dessa forma, a engenharia institucional foi modificada, de modo que o movimento democrático-participacionista brasileiro fez com que a Carta Magna, as Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas Municipais incorporassem formas democráticas de controle social em seus textos.

Os Conselhos de Políticas Públicas garantem, com maior efetividade, a intervenção popular na gestão administrativa. Buscam sustento na descentralização política e, por isso, apesar de estarem presentes nos âmbitos federal, estadual e municipal, os localizados nos municípios ganham maior visibilidade, uma vez que estão mais próximos dos interesses da comunidade. Sobre este aspecto afirmam Titora e Chaia (2002, p. 69):

A descentralização é importante, pois possibilita um controle maior da população sobre o poder Executivo municipal, como também facilita uma fiscalização mais rigorosa na atuação do poder Legislativo. O município é o local adequado para a implantação da descentralização, pois é o poder mais próximo e presente na vida dos cidadãos.

Tais conselhos, instituídos em quase todos os 5.550 municípios brasileiros, são órgãos colegiados, deliberativos e permanentes, incumbidos de, entre outras atribuições, elaborar, fiscalizar e normatizar políticas públicas nos três níveis de governo. Portanto, tratar-se-á, nesse estudo, dos conselhos como instrumentos democráticos, perpassando por suas estruturas, regulamentação legal e influência na gestão democrática do Estado.

Para tanto, a pesquisa está circunscrita ao município de Sousa, na Paraíba, que de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2010, é um município com área territorial de 738,547 km², 65.803 habitantes e densidade demográfica de 89,10 hab/km². Esboçar as características do município no qual estão implementados os Conselhos de Políticas Públicas é importante para averiguação correta dos dados, baseada na realidade experimentada pela população local, de forma que a constatação das funcionalidades, eficácia e desempenho dos conselhos se dá de maneira mais clara.

A promulgação da CF/88 foi um marco para a democracia brasileira. No entanto, o antigo sistema democrático representativo, dada a crise política que o país passou, mostrou-se insuficiente enquanto modelo político para tomada de decisões pautadas nas demandas sociais. Nesse diapasão, a abertura para participação direta do cidadão nas questões de ordem pública tornou-se indispensável para melhorar a qualidade de vida dos civis. Corroborando esse entendimento, afirma Gonçalves *et al.* (2016, p. 72):

Para garantir a participação efetiva dos cidadãos nos debates acerca de questões políticas e delinear estratégias capazes de tornar o poder público sensível às suas deliberações, necessário se faz a formação de um espaço de interação diferenciado do Estado, onde a autoridade seria o melhor argumento e não a hierarquia social. Sua legitimidade depende de processos deliberativos capazes de promover a participação racional de cidadãos interessados ou afetados por decisões públicas. Através da participação política, os cidadãos alcançam a sua autonomia, tão importante para a emancipação social.

Nesse contexto social, foram idealizados modelos participativos que proporcionavam o envolvimento dos cidadãos com a coisa pública, surgindo, dessa forma, os Conselhos de Políticas Públicas como meios informais de participação social direta. Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas são, ainda, meios de deliberação idealizados com o intuito de, especialmente, estabelecer, supervisionar e regulamentar políticas públicas. Asseverando o elucidado, dispõe Gohn (2006, p. 07):

Com os conselhos, gera-se uma nova institucionalidade pública, pois eles criam uma nova esfera social-pública ou pública não-estatal. Trata-se de um novo padrão de relações entre Estado e Sociedade, porque eles viabilizam a participação de segmentos sociais na formulação de políticas sociais e possibilitam à população o acesso aos espaços em que se tomam as decisões políticas.

Avitzter e Pereira (2005, p. 26-27) escrevem sobre as espécies desses conselhos no Brasil:

Os principais conselhos de políticas existentes nas cidades brasileiras hoje são fruto tanto da ação dos atores sociais no processo constituinte garantindo uma legislação participativa quanto de uma legislação reguladora que foi feita, na maior parte dos casos, no começo dos anos 90. Se tomarmos os quatro tipos mais difundidos existentes no Brasil hoje, os conselhos de saúde, os conselhos de assistência social, os conselhos do meio ambiente e os conselhos de políticas urbanas, podemos perceber que devido, ou as sua legislação ou a tradição de negociação política existente no setor, a sua composição e, conseqüentemente, os seus mecanismos deliberativos variam amplamente.

Como base teórica para análise dos movimentos sociais que originaram a gestão direta dos cidadãos na vida do Estado (o exemplo dos conselhos administrativos e do orçamento participativo), destacam-se as ideias da área sociológica de Novos Movimentos

Sociais e também da educação não-formal como fomento a um novo modo de educar e inserir o cidadão nas atividades estatais (GONH, 2004).

Os conselhos gestores de políticas públicas são, sem dúvidas, uma importante ferramenta na complexa engrenagem da democracia, uma vez que permitem a participação efetiva do cidadão na administração pública. Entretanto, sua contribuição não é única. Ao longo dos anos os conselhos foram evoluindo e ganhando mais atribuições, atualmente podendo ser enquadrados como instrumentos mediadores na relação sociedade-Estado, tendo em vista que possuem uma estrutura mais organizada e institucionalizada.

2.1 Regulamentação legal dos Conselhos de Políticas Públicas no ordenamento jurídico pátrio

A descentralização política institucionalizada pela CF/88 proporcionou o surgimento de condições para implantação de conselhos gestores nas três esferas de governo, uma vez que diversos de seus dispositivos trazem, em seu bojo, a participação do cidadão de forma direta ou indireta, como um ponto crucial para a gestão pública, como preceituam os artigos 198, III e 204 da CF/88.

Vê-se assim que os conselhos estão esboçados, no ordenamento jurídico brasileiro, como instrumentos de expressão, representação e participação da população, inserindo-os na esfera pública em diversos dispositivos, bem como por força da legislação infraconstitucional como preveem as seguintes leis: (i) Lei nº 8.142/1990 (Conselho Nacional de Saúde), Lei nº 9.394/1996 (Conselho Nacional de Educação), Lei nº 8.742/1993 (Conselho Nacional de Assistência Social) e Lei nº 7.353/1985 (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher). Por isso, são responsáveis pela assessoria e suporte ao funcionamento das políticas públicas específicas das áreas em que atuam.

Pelo fato de serem delineados como norma constitucional aberta pela CF/88, e, conseqüentemente, poderem ser criados no âmbito estadual e municipal, o número deles, desde a promulgação da Lei Maior, cresceu progressivamente. Contudo, sua implementação se faz mediante leis específicas estaduais e municipais. Fazendo uma análise em âmbito estadual, a Constituição do Estado da Paraíba regulamentou esses conselhos gestores, conforme dicção dos artigos 197 e 212. A inclusão desses instrumentos de participação popular no texto da Constituição Estadual da Paraíba configurou um grande avanço para a sociedade paraibana, uma vez que, dessa maneira, os conselhos estaduais foram legitimados e, conseqüentemente, puderam garantir uma melhor gestão administrativa para o Estado.

Numa ótica mais apurada no que tange à regulamentação local desses órgãos colegiados, a Lei Orgânica do Município de Sousa/Paraíba dispôs no art. 171 um rol de Conselhos que deveriam ser criados no Município, os quais contarão com composição e atribuições definidas em Lei específica. Apesar de o texto dessa lei conter diversos dispositivos que reconhecem a participação popular como um instrumento imprescindível à

democracia, pouco se fala dos Conselhos de Políticas Públicas, deixando a cargo de suas leis instituidoras as especificidades dos órgãos.

2.2 Estrutura dos conselhos de políticas públicas

A composição dos Conselhos Gestores variará de acordo com as necessidades e realidade enfrentadas pela comunidade e de acordo com a regulamentação legal que lhe foi dada pelo ente federativo que os criou.

É importante destacar que cada Conselho deverá contar com uma lei instituidora e possuir regulamento próprio; no entanto, dada sua previsão a nível federal, esses conselhos adotarão algumas características genéricas, que serão esboçadas. Assume relevância, dentre as características observáveis nos conselhos, o fato de serem órgãos de ação política, buscando a descentralização do poder governamental.

Partindo-se da premissa de que os Conselhos Gestores de Políticas Públicas são compostos por cidadãos engajados no bem estar-social, tem-se que a escolha dos conselheiros se dá de forma paritária, entre governo e sociedade, vez que uma parte dos conselheiros são nomeados pelo Chefe do Executivo ou seus Secretários e a outra é eleita pelas comunidades diretamente afetadas. A quantidade de conselheiros em cada órgão varia de acordo com as condições territoriais e habitacionais.

Entre as atribuições dos conselhos, pode-se destacar a fiscalização e o repasse de bens e verbas para os seus devidos fins. Para que uma verba seja requerida e autorizada, sua destinação deve ser analisada e votada em reunião pelo conselho de sua área, sendo tudo registrado em atas e estabelecido quórum mínimo para sua aprovação. Os Conselhos de Saúde Municipais, por exemplo, são encarregados de aprovar a partilha dos recursos públicos e do orçamento municipal na área da saúde, tais como a reforma de um hospital e a aquisição de novas macas para um posto de saúde.

Merece relevância, também, o caráter deliberativo do qual estão imbuídos os conselhos gestores. Alguns têm como objetivo a discussão de diretrizes do exercício de suas áreas. Para isso, no entanto, é necessário que os conselheiros sejam agentes conhecedores ou especializados no tema ou, ainda, profissionais que trabalhem naquela área. Isso se deve porque aqui o conselheiro tem atribuição mais técnica em seu objetivo. É o que ocorre, por exemplo, nos Conselhos de Educação Municipais, que devem ser compostos por profissionais da educação, pois estes detêm o conhecimento necessário para estabelecer as políticas educativas que serão adotadas naquela circunscrição.

Por fim, tem-se a transparência ou publicidade, que é um dos princípios regentes do Direito Administrativo que permeia todos os atos administrativos, inclusive aqueles de gestão do Estado praticados por cidadãos como ocorre nos conselhos de políticas públicas. Assim destaca Meirelles (2000, p. 101):

O princípio da publicidade dos atos e contratos administrativos, além de assegurar seus efeitos externos, visa a propiciar seu conhecimento e controle pelos interessados diretos e pelo povo em geral, através dos meios constitucionais - mandado de segurança (art. 52 , LXIX), direito de petição (art. 52 , XXXIV, "a"), ação popular (art. 52 , LXXIII), "habeas data" (art. 5º, LXXII), suspensão dos direitos políticos por improbidade administrativa (art. 3 7, § 4º) -, e para tanto a mesma Constituição assegura a todos o direito de receber dos órgãos públicos "informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade", ressalvados os casos de sigilo "imprescindível à segurança da sociedade e do Estado" (art. 5º, XXXIII), e impõe o fornecimento de certidões de atos da Administração, requeridas por qualquer pessoa, para defesa de direitos ou esclarecimento de situações (art. 5º, XXXIV, "b"), os quais devem ser indicados no requerimento.

Importante ressaltar que os Conselhos, enquanto extensões da Administração Pública Indireta, possuem a função intrínseca de manter os cidadãos informados de seus direitos, além de exercer uma fiscalização clara e imparcial da aplicação das verbas que lhe são destinadas. Nesse sentido, Gonçalves *et al.* (2016) destacam que a transparência é uma forma mais nítida de visualizar a forma de governo, tratando-se não do "quão visível" a informação é, mas do "quão bem" a informação é disponibilizada. Desse modo, a disponibilidade de informações deve trazer em seu bojo um conteúdo compreensível para a sociedade.

3 I RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através da pesquisa feita no site da Prefeitura Municipal de Sousa-PB e demais documentos institucionais que regulamentam os Conselhos, especialmente os que estão na Secretaria de Assistência Social, observou-se, *a priori*, que predominam, no município, os Conselhos de Assistência Social, distribuídos nas mais diversas áreas, tais como proteção aos direitos dos idosos, das mulheres, crianças e adolescentes, entre outros. Além destes, restou evidentemente comprovada a existência do Conselho de Saúde e do Conselho de Educação.

Através de uma análise mais apurada, verificou-se que entre os diversos conselhos existentes no município de Sousa, o Conselho de Assistência Social exerce, com maior relevância, a função fiscalizatória. A cada 03 meses é encaminhado para o conselho o orçamento do município para análise e averiguação de como estão sendo executadas as despesas. Caso seja constatado que o orçamento apresenta alguma irregularidade, o Conselho poderá reprová-lo.

O Conselho de Segurança Alimentar é responsável pelo repasse e fiscalização de diversos programas públicos que buscam garantir a alimentação básica de algumas famílias do município. Está sob fiscalização desse conselho programas como o "Bolsa Família" e o "Pão na Mesa", este é criação do próprio município e distribui pães e leite para

as famílias de baixa renda.

O Conselho Tutelar, por seu turno, difere um pouco dos demais, uma vez que é composto apenas por 05 conselheiros que são eleitos pela comunidade, o qual, por esse motivo, é também bastante conhecido no município.

A constatação e averiguação dos Conselhos de Políticas Públicas tornou-se uma tarefa um pouco dificultosa, uma vez que estes órgãos pouco movimentam suas mídias sociais. O Conselho que oferece mais informações públicas é o Conselho Tutelar, porém não há uma atualização da sua página na internet desde maio de 2015. Ressalta-se que o site do Conselho Tutelar foi um dos poucos encontrados. Todavia, um elemento importante a ser destacado é que no site oficial da Prefeitura há algumas informações importantes sobre esses órgãos, observando-se um espaço exclusivo para solicitação de dados, denominado *e-sic*.

Numa análise mais pormenorizada da Lei Orgânica do Município de Sousa-PB, constatou-se um artigo que elenca um rol de Conselhos de Políticas Públicas. Trata-se do art. 171, que assim dispõe:

Art. 171. O Município criará, com composição e atribuições definidas em Lei Complementar, os seguintes órgãos:

I. Conselho Municipal de Defesa do Consumidor;

II. Conselho Municipal de Defesa Civil;

III. Conselho Municipal da Cultura;

IV. Conselho Municipal da Defesa do Meio Ambiente;

V. Conselho Municipal do Contribuinte;

VI. Conselho Municipal de Educação;

VII. Conselho Municipal de Saúde;

VIII. Conselho Municipal dos Direitos Humanos.

IX. Conselho Municipal da Juventude. (Redação dada pela Emenda nº 016/2013)

X. Conselho Municipal de Trânsito e Transportes Urbanos. (Redação dada pela Emenda nº 021/2014).

A partir da enumeração feita por este artigo, foi realizada uma pesquisa no site da Câmara Municipal de Sousa, e, no menu que disponibiliza a legislação, foi possível identificar diversas leis instituidoras de Conselhos de Políticas Públicas.

3.1 Quadro síntese dos Conselhos de Políticas Públicas do município de Sousa

A partir do estudo e reflexão dos dispositivos legais e estrutura dos Conselhos, pode-se traçar o seguinte quadro-síntese:

CONSELHOS MUNICIPAIS	LEI INSTITUIDORA	COMPOSIÇÃO	ATUAÇÃO
ANTIDROGAS (COMAD)	1.920/2003	1 Presidente, 1 Secretário-Executivo e Membros, a quantidade dos últimos será definida em Regimento Interno	Deve atuar como coordenador das atividades de todas as instituições e entidades municipais responsáveis pelo desenvolvimento das ações de combate às drogas
JUVENTUDE	LC 121/2014	Composto por representantes: 02 do Ensino Médio no Município; 02 do Ensino Fundamental no Município; 02 dos estudantes do Ensino Superior; 01 Vereador; 02 do Poder Executivo; 01 da Fundação Municipal de Cultura do Município; 01 da Secretaria de Educação; 01 da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	É encarregado de promover a integração e a participação da juventude no processo social, econômico, político e cultural do município
PESSOA PORTADORA DEFICIÊNCIA	LC 022/2002	Composto por representantes: 01 de entidades de pessoas com deficiência; 01 de entidades prestadoras de serviços às pessoas com deficiência; 01 do Ministério Público; 01 do Poder Legislativo do Município; 04 do Poder Executivo do Município	Promoção de medidas que visem a defesa dos direitos das pessoas com deficiência, bem como a eliminação de discriminações que atinjam a sua plena inserção no meio social
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (COMAE)	LC 066/2009	Composto por representantes: 01 da Secretaria de Educação e Esporte; 02 das atividades de trabalhadores da educação e discentes; 02 de pais e alunos; 02 de entidades civis organizadas; 02 do Poder Legislativo	Fiscalizar e assessorar as questões referentes à municipalização da alimentação escolar
ATENÇÃO À MULHER E À DIVERSIDADE SEXUAL	2.635/2016	8 membros, dos quais 50% representam o Poder Público Municipal e os outros 50% representa a sociedade civil	Delibera sobre as diretrizes a serem observadas na formulação e implementação das políticas públicas destinadas à população LGBT e às mulheres

CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	LC 039/2005	11 membros, dos quais 5 representarão o governo municipal, 4 representarão a sociedade civil e 2 representarão o Poder Legislativo Municipal	Deve estimular a integração e a cooperação entre os conselhos setoriais existentes, bem como articular com os mesmos, de maneira a acompanhar a oferta dos serviços de educação e saúde, e o atendimento prioritário às famílias em maior grau de vulnerabilidade
DEFESA DO CONSUMIDOR (CONDECON)	LC 025/2003	Composto por representantes: 01 coordenador municipal do PROCON; 01 do Ministério Público da comarca; 01 da Secretaria de Educação; 01 da Vigilância Sanitária; 01 da Secretaria de Finanças ou Fazenda; 01 da Secretaria de Agricultura; membros das entidades comerciais e indústrias	Atuará na formulação de estratégias e diretrizes concernentes ao controle da política municipal de defesa do consumidor
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CMDRS)	LC 091/2012	Composto por entidades representativas do poder público e sociedade civil, sendo 5 membros para essa categoria; e por entidades representativas da Agricultura Familiar, sendo 4 membros para essa categoria	Participar na definição das políticas para o desenvolvimento rural, o abastecimento alimentar e a defesa do meio ambiente; ainda deve promover a conjugação de esforços para utilização racional dos recursos
TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	LC 103/2013	5 conselheiros tutelares escolhidos através de sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto	Defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes
DIREITOS DO IDOSO (CMDI)	LC 105/2013	5 representantes governamentais das Secretarias Municipais e por 5 representantes de entidades não governamentais da sociedade civil	Garantir a dignidade do idoso, de forma que supere a marginalização, o abandono e a exclusão. Estuda, ainda, formas concretas que possibilitem a participação do idoso na sociedade
POLÍTICA CULTURAL (COMPOC)	LC 127/2014	10 (dez) membros, dos quais 50% serão do Poder Público e os outros 50% serão da sociedade civil, representantes dos setores artístico- culturais	Fiscalização, apreciação e deliberação do Plano Municipal de Cultura
SAÚDE (CMS)	LC 57/2009	16 membros, na proporção de 25% entre Governo e Prestadores de Serviço conveniados com o SUS; 25% para os Trabalhadores da área da saúde; e 50% para os usuários do SUS	Acompanha a movimentação dos recursos financeiros destinados para a saúde através da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde, a qual ocorre trimestralmente

SEGURANÇA PÚBLICA (CMSP)	LC 065/2009	Composto por representantes: 01 do Poder Executivo Municipal; 01 do Poder Legislativo Municipal; 01 da Guarda Municipal; 01 do Conselho Tutelar; 01 da Defesa Civil Municipal; 01 da Superintendência Municipal de Trânsito	Monitorar e avaliar as políticas de segurança pública, podendo auxiliar na execução de tarefas, formulando e deliberando propostas junto aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário para o enfrentamento à violência e à criminalidade
TURISMO (COMTUR)	1.930/2003	Composto por representantes: 01 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo; 01 da Superintendência de Administração do Meio Ambiente; 01 do SEBRAE; 01 da ONG Grupo de Amigos de Sousa; 01 das entidades de representação empresarial e comercial; e 01 do Movimento de Preservação do Vale dos Dinossauros	Sugerir ao Executivo Municipal medidas que venham a estimular a iniciativa privada e os poder públicos para execução de empreendimentos que atendam interesses da comunidade e incrementem o turismo local
DIREITOS DA MULHER	2.029/2004	Composto por representantes: 01 do Clube da Melhor Idade; 01 das servidoras públicas municipais; 01 da OAB; 01 da Delegacia de Defesa da Mulher; 01 das Associações Comunitárias Urbanas; 01 das Associações Comunitárias Rurais; 01 da UFCG – Campus Sousa; 01 da Câmara Municipal; 01 da Secretaria Municipal de Promoção Social; 01 da Procuradoria Geral do Município; e 01 da comunidade religiosa	Desenvolver programas que visem a promoção da defesa dos direitos das mulheres, a eliminação das discriminações e a sua plena integração na vida socioeconômica, política e cultural
SEGURANÇA ALIMENTAR (COMSEA)	1.926/2003	Composto por 8 membros, sendo 4 representantes do Poder Executivo Municipal, 1 representante das comunidades rurais, 1 representante das associações de zonas urbanas, 1 representante da igreja e 1 do Poder Legislativo	Articula o Governo Municipal e organizações da sociedade civil para implantação e acompanhamento de ações voltadas para o combate da miséria e da fome
TRÂNSITO E TRANSPORTES URBANOS DE SOUSA (COMTTU-SS)	LC 124/2014	24 membros com representantes de entidades como a Superintendência de Transportes e Trânsito de Sousa, do Departamento Estadual de Trânsito, sindicato de taxistas e afins	Diretrizes gerais para formulação de políticas de transportes urbanos, bem como estudos tarifários

ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO	2.133/2007	10 membros, com a seguinte representação: 01 da Secretaria Municipal de Educação; 01 dos professores das escolas públicas municipais; 01 dos diretores das escolas públicas municipais; 01 dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais; 02 dos pais dos alunos das escolas públicas municipais; 02 dos estudantes da educação básica pública; 01 do Conselho Municipal de Educação; e 01 do Conselho Tutelar	Fiscalizar e dar parecer acerca da prestação de contas do FUNDEB, examinando os registros contábeis e demonstrativos gerenciais
PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NEGRA (CMPDCN)	1.959/2003	10 membros de representantes: 01 da Secretaria de Saúde e Serviços Sociais do Município; 01 da Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo; 05 das comunidades negras do município; 01 do Ministério Público Estadual; 01 da Câmara Municipal de Sousa; 01 da Polícia Militar do Estado da Paraíba	Assessorar o Poder Executivo, emitindo pareceres e acompanhando a elaboração e execução de programas do governo em questões relativas à comunidade negra
PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (CMPDEC)	LC 144/2015	17 membros com representantes de entidades como o Corpo de Bombeiros Militar, a Polícia Militar, o Ministério Público Estadual e afins	Elaborar plano de ação anual visando o atendimento das ações de defesa civil, e, ainda, capacitar recursos humanos
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	2.038/2004	12 membros com representantes do Ministério Público Estadual, do Poder Legislativo, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba, da Academia de Poesia e afins	Elaborar normas, assim como determinar procedimentos e ações destinadas à preservação, conservação, manutenção e melhoria do patrimônio cultural do Município
EDUCAÇÃO (CME)	2.058/2005	08 membros, com a seguinte representação: 01 da Secretaria de Educação e Esportes; 01 da Direção das Escolas do Município; 01 de pais/mães dos alunos; 01 de Associações Comunitárias; 01 de Professores da Rede Pública; 01 de Professores da Rede Privada; 01 do Conselho Tutelar; e 01 do Sindicato de Professores	Discutir, elaborar e implementar a política municipal de educação da gestão democrática do ensino público e na defesa da educação de qualidade para todos os municípios

Quadro 1: Conselhos de Políticas Públicas existentes no Município de Sousa.

Fonte: Elaboração própria (2019).

Através da compilação e estudo das leis que instituíram os Conselhos de Políticas Públicas no Município de Sousa-PB, constataram-se certos aspectos. O primeiro deles é a discrepância existente entre a Lei Orgânica Municipal e a legislação esparsa do município. A Lei Orgânica do Município de Sousa prevê a existência de apenas 10 Conselhos Gestores,

porém, quando do estudo e análise da legislação esparsa, verificou-se a existência de 22 Conselhos. Esse fato dificultou a pesquisa e estudo dos Conselhos existentes, posto que não se tem base da quantidade exata no município. Verificou-se, ainda, que por vezes os Conselhos se repetem na atuação do mesmo tema. A exemplo do Conselho Municipal de Segurança Pública e do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, ambos tendo como escopo principal a proteção dos civis, de modo que seja diminuída a criminalidade e violência.

Merece relevância, também, a exigência de elaboração de um Regimento Interno na grande maioria dos Conselhos analisados, muito embora as principais características deles sejam definidas em lei. Percebe-se que, majoritariamente, os Conselhos de Políticas Públicas encontrados no Município de Sousa são formados por membros indicados ou nomeados pelo Prefeito ou seus Secretários, sendo o Conselho Tutelar o único a ser constituído através de eleição direta.

Os Conselhos Gestores do município de Sousa desenvolvem um trabalho fiscalizador e os seus membros exercem o que pode ser considerado um “múnus público”. Dos conselhos examinados, apenas o Tutelar da Criança e do Adolescente e o de Educação atribuíam remuneração aos seus membros. Quanto ao funcionamento, observou-se que alguns são expressivamente mais atuantes que outros. Constatou-se que os conselhos que fiscalizam e deliberam acerca de repasses da verba pública são mais atuantes, tais como o Conselho Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Saúde. Esses são muito presentes, tendo em vista seus estreitos laços com o Poder Executivo do Município e suas atribuições constitucionais.

Conselhos como o Tutelar da Criança e do Adolescente e o dos Direitos dos Idosos possuem também, no município de Sousa, uma atuação mais visível. Eles defendem direitos e garantias de uma parcela específica da população, por isso desempenham seus papéis com base em documentos legais de nível federal. Desse modo, há uma exigência maior quanto à suas atribuições, tanto por parte da população quanto pelos poderes constituídos – Executivo, Legislativo e Judiciário.

4 | CONCLUSÃO

Por meio do estudo, percebeu-se que o município de Sousa-PB atende à legislação federal no que concerne aos Conselhos Gestores, constando-se a existência de diversos deles no município, e que atuam nas mais variadas áreas. Estes conselhos, entretanto, deixam a desejar no quesito publicidade e conhecimento pela população. Percebeu-se que os cidadãos sousenses não conhecem a totalidade dos conselhos, sabendo da existência apenas daqueles mais conhecidos e atuantes no município, tais como o de Educação e Saúde.

É inquestionável a importância e representatividade que os Conselhos de Políticas

Públicas trazem para a gestão dos entes federados, porém seus futuros são incertos, uma vez que no Decreto nº 9.926/2019 determinou a redução na participação social no Conselho Nacional de Políticas de Drogas. Já apontou possibilidades reais de mitigação das práticas democráticas de participação nestes órgãos colegiados de cunho democrático. Os Conselhos de Políticas Públicas devem servir de instrumentos democrático para gestão dos três níveis de Estado. Um governo que não busca se adequar aos interesses de sua população vai de encontro aos preceitos democráticos que embasam o Estado Brasileiro.

Frente a todo o exposto, resta comprovada a importância e efetiva atuação dos Conselhos Gestores no Brasil, com especial enfoque na cidade de Sousa. Foram constatados vinte e dois Conselhos de Políticas Públicas, os quais tratam dos mais variados setores da sociedade, tais como direitos das mulheres, trânsito, educação e juventude. Da totalidade dos conselhos encontrados, alguns são mais atuantes que outros, entretanto a existência e contribuição, às vezes sem publicidade e ainda incipiente, é favorável ao fortalecimento da gestão do Estado pelo cidadão como mecanismo que robustece as práticas democráticas.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. Democracia, participação e instituições híbridas. **Teoria & Sociedade: Revista dos Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia da UFMG**. Belo Horizonte, n. especial, p. 16-41, maio 2005. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/57941437Avritzer-leonardo-Pereira-Maria-de-Louderes-Democracia-participacao-e-instituicoes-hbridas>. Acesso em: 12 abr.2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.926, de 19 de julho de 2019**. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas. Brasília. DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9926.htm. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985**. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências. Brasília. DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7353-29-agosto-1985-356957-norma-pl.html. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.926, de 19 de julho de 2019**. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas. Brasília. DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9926.htm. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985**. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências. Brasília. DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/1980-1988/L7353.htm. Acesso em: 20 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília. DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8142.htm. Acesso em: 20 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília. DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm. Acesso em: 22 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 22 dez. 2018.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; MARIM, Vlademir. Educação e Políticas Públicas: os Conselhos Municipais em questão. **Revista TEIAS**: Rio de Janeiro, ano 3, nº 6, jul/dez 2002. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23925>. Acesso em: 12 dez. 2018

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017

GOHN, Maria da Glória. Conselhos Gestores e Gestão Pública. **Revista Ciências Sociais**- Unisinos, vol. 42, n. 1, pp.5-11. 2006. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/6008/0. Acesso em: 10 out. 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GONÇALVES, Gêuda Anazile da Costa; SANTOS, Júlio Vitor Menezes dos; SANTANA, Lizandra Kelly de Araújo; CELESTINO, Sandra Maria Araújo de Souza; MATIAS, Breno Kelton Custódio. Análise da Efetividade dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas quanto ao Aprofundamento Democrático no Município de Campina Grande – PB. Campina Grande: **RP3 – Revista de Políticas Públicas**, pp. 66-95, 2016. Disponível em: <https://docplayer.com.br/78573696-Analise-da-efetividade-dos-conselhos-gestores-de-politicas-publicas-quanto-ao-aprofundamento-democratico-no-municipio-de-campina-grande-pb.html>. Acesso em: 20 out. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEORGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Banco de Dados Agregados**. Sistema de Download, Geociências, Organização, Divisão Territorial. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 20 dez. 2019.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

PARÁIBA. [Constituição (1990)]. **Constituição do Estado da Paraíba**. João Pessoa: PB. Assembleia Legislativa. [2018]. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/wp-content/uploads/2017/02/Constitui%C3%A7%C3%A3o-Estadual-Atualizada-at%C3%A9-a-Emenda-40-de-2015.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SOUSA. **Lei nº 1.920, de 19 de maio de 2003.** Cria o Conselho Municipal Antidrogas COMAD e adota outras providências. Sousa. PB: Câmara Municipal, [2003]. Disponível em: https://www.camarasousa.pb.gov.br/arquivos/1357/_0000001.pdf. Acesso em: 12 jun. 2019.

SOUSA. **Lei nº 1926, de 02 de junho de 2003.** Cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar – COMSEA no município de Sousa e adota outras providências. Sousa. PB: Câmara Municipal, [2003]. Disponível em: https://www.camarasousa.pb.gov.br/arquivos/1363/_0000001.pdf. Acesso em: 1 jul.2019.

SOUSA. **Lei nº 1930, de 26 de junho de 2003.** Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo de Sousa e adota outras providências. Sousa. PB: Câmara Municipal, [2003]. Disponível em: https://www.camarasousa.pb.gov.br/arquivos/1367/_0000001.pdf. Acesso em: 28 jun. 2019.

SOUSA. **Lei nº 1959, de 16 de outubro de 2003.** Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra – CMPDCN e dá outras providências. Sousa. PB: Câmara Municipal, [2003]. Disponível em: https://www.camarasousa.pb.gov.br/arquivos/1396/_0000001.pdf. Acesso em: 6 jul. 2019.

SOUSA. **Lei nº 2029, de 10 de novembro de 2004.** Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e dá outras providências. Sousa. PB: Câmara Municipal, [2004]. Disponível em: https://www.camarasousa.pb.gov.br/arquivos/1466/_0000001.pdf. Acesso em: 12 jun. 2019.

SOUSA. **Lei nº 2038, de 03 de dezembro de 2004.** Cria o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e dá outras providências. Sousa. PB: Câmara Municipal, [2004]. Disponível em: https://www.camarasousa.pb.gov.br/arquivos/1475/_0000001.pdf. Acesso em: 28 jun. 2019.

SOUSA. **Lei nº 2058, de 2005.** Dispõe sobre a criação e implantação do Sistema Municipal de Ensino, e dá outras providências. Sousa. PB: Câmara Municipal, [2005]. Disponível em: https://www.camarasousa.pb.gov.br/arquivos/1495/_0000001.pdf. Acesso em: 26 jul. 2019.

SOUSA. **Lei nº 2133, de 19 de outubro de 2007.** Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – Conselho do FUNDEB. Sousa. PB: Câmara Municipal, [2007]. Disponível em: https://www.camarasousa.pb.gov.br/arquivos/1312/_0000001.pdf. Acesso em: 5 jul. 2019.

SOUSA. **Lei nº 2635, de 18 de novembro de 2016.** Institui o Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual e adota outras providências. Sousa. PB: Câmara Municipal, [2016]. Disponível em: https://www.camarasousa.pb.gov.br/arquivos/283/LEIS_2.635_2016_0000001.pdf. Acesso em: 28 jun. 2019.

SOUSA. **Lei Complementar nº 022, de 11 de novembro de 2002.** Cria o Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência e dá outras providências. Sousa. PB: Câmara Municipal, [2002]. Disponível em: https://www.camarasousa.pb.gov.br/arquivos/404/LEIS%20COMPLEMENTARES_022%20_2002_0000001.pdf. Acesso em: 15 jul. 2019.

SOUSA. **Lei Complementar nº 025, de 26 de junho de 2003.** Dispõe sobre a organização do sistema municipal de defesa do consumidor – SMDC, institui a coordenadoria municipal de defesa do consumidor – PROCON, a comissão municipal permanente de normatização – CMPN, e o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON, e institui o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos – FMDD e adota outras providências. Sousa. PB: Câmara Municipal, [2003]. Disponível em: https://www.camarasousa.pb.gov.br/arquivos/393/LEIS%20COMPLEMENTARES_025%20_2003_0000001.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

SOUSA. **Lei Complementar nº 039, de 14 de outubro de 2005.** Dispõe sobre o Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família de Sousa e adota outras providências. Sousa. PB: Câmara Municipal, [2005]. Disponível em: https://www.camarasousa.pb.gov.br/arquivos/368/LEIS%20COMPLEMENTARES_39%20_2005_0000001.pdf. Acesso em: 28 jun. 2019.

SOUSA. **Lei Complementar nº 057, de 04 de junho de 2009.** Dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde, define a sua composição, estrutura, competência, revoga a Lei Complementar nº 018, de 18 de junho de 2001 e dá outras providências. Sousa. PB: Câmara Municipal, [2009]. Disponível em: https://www.camarasousa.pb.gov.br/arquivos/304/LEIS%20COMPLEMENTARES_57%20_2009_0000001.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

SOUSA. **Lei Complementar nº 063, de 17 de setembro de 2009.** Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura e dá outras providências. Sousa. PB: Câmara Municipal, [2009]. Disponível em: https://www.camarasousa.pb.gov.br/arquivos/319/LEIS%20COMPLEMENTARES_63%20_2009_0000001.pdf. Acesso em: 15 jun. 2019.

SOUSA. **Lei Complementar nº 065, de 16 de novembro de 2009.** Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública do Município de Sousa – Paraíba e adota outras providências. Sousa. PB: Câmara Municipal, [2009]. Disponível em: https://www.camarasousa.pb.gov.br/arquivos/323/LEIS%20COMPLEMENTARES_65%20_2009_0000001.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

SOUSA. **Lei Complementar nº 066, de 16 de novembro de 2009.** Dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação Escolar – COMAE – estabelece sua competência, composição e funcionamento, revoga a Lei Municipal n. 1.531, de 10 de novembro de 1994 e dá outras providências. Sousa. PB: Câmara Municipal, [2009]. Disponível em: https://www.camarasousa.pb.gov.br/arquivos/324/LEIS%20COMPLEMENTARES_66%20_2009_0000001.pdf. Acesso em 30 jun. 2019.

SOUSA. **Lei Complementar nº 091, de 18 de abril de 2012.** Dispõe sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, e adota outras providências. Sousa. PB: Câmara Municipal, [2012]. Disponível em: https://www.camarasousa.pb.gov.br/arquivos/251/LEIS%20COMPLEMENTARES_091_2012_0000001.pdf. Acesso em: 28 jun. 2019.

SOUSA. **Lei Complementar nº 103, de 04 de outubro de 2013.** Cria o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente no Município de Sousa, revoga a Lei Municipal nº 1.581, de 04 de janeiro de 1996, e adota outras providências. Sousa. PB: Câmara Municipal, [2013]. Disponível em: https://www.camarasousa.pb.gov.br/arquivos/222/LEIS%20COMPLEMENTARES_103_2013_0000001.pdf. Acesso em: 5 jul. 2019.

SOUSA. **Lei Complementar nº 105, de 07 de novembro de 2013.** Dispõe sobre as diretrizes da política municipal dos direitos do idoso, a criação do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, do Fundo Municipal de Direitos do Idoso e adota outras providências. Sousa. PB: Câmara Municipal, [2013]. Disponível em: https://www.camarasousa.pb.gov.br/arquivos/225/LEIS%20COMPLEMENTARES_105_2013_0000001.pdf. Acesso em: 13 jul. 2019.

SOUSA. **Lei Complementar nº 121, de 07 de outubro de 2014.** Dispõe sobre a criação, organização e atuação do Conselho Municipal da Juventude no Município de Sousa, Estado da Paraíba. Sousa. PB: Câmara Municipal, [2014]. Disponível em: https://www.camarasousa.pb.gov.br/arquivos/198/LEIS%20COMPLEMENTARES_121_2014_0000001.pdf. Acesso em: 28 jun. 2019.

SOUSA. **Lei Complementar nº 124, de 10 de dezembro de 2014.** Cria o Conselho Municipal de Trânsito e Transportes Urbanos de Sousa (COMTTU-SS). Sousa. PB: Câmara Municipal, [2014]. Disponível em: https://www.camarasousa.pb.gov.br/arquivos/205/LEIS%20COMPLEMENTARES_124_2014_0000001.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

SOUSA. **Lei Complementar nº 127, de 16 de dezembro de 2014**. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Política Cultural – COMPOC, revoga a Lei Complementar nº 063, de 17 de setembro de 2009 e a Lei Complementar nº 067, de 25 de novembro de 2009 e adota outras providências. Sousa. PB: Câmara Municipal, [2014]. Disponível em: https://www.camarasousa.pb.gov.br/arquivos/209/LEIS%20COMPLEMENTARES_127_2014_0000001.pdf. Acesso em: 1 jul. 2019.

SOUSA. **Lei Complementar nº 144, de 20 de julho de 2015**. Altera a denominação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, cria o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – CMPDEC revoga a Lei Complementar nº 045, de 21 de novembro de 2006 e adota outras providências. Sousa. PB: Câmara Municipal, [2015]. Disponível em: https://www.camarasousa.pb.gov.br/arquivos/720/_0000001.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

SOUSA. **Lei Orgânica Municipal de Sousa, de 05 de abril de 1990**. Estabelece a Lei Orgânica do Município de Sousa. Sousa. PB: Câmara Municipal, [2018]. Disponível em: https://camarasousa.pb.gov.br/arquivos/1558/LEI%20ORGANICA%20MUNICIPAL__1990_0000001.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

TOTORA, Silvana; CHAIA, Vera. Conselhos Municipais: descentralização, participação e limites institucionais. **Cadernos Metrôpole** n.8, pp. 59-86, 2º sem. 2002. Disponível em: [//web.observatoriometroples.net/download/cm8_36.pdf](http://web.observatoriometroples.net/download/cm8_36.pdf). Acesso em: 20 nov. 2018.

CAPÍTULO 18

INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO (2018): ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS MIDIÁTICAS UTILIZADAS PELO *JORNAL NACIONAL* E DA SUA RESPONSABILIDADE NA MEDIATEZADAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA VIOLÊNCIA NO ESTADO

Data de aceite: 01/09/2020

Tamiris Artico

Universidade Paulista
São Paulo

<http://lattes.cnpq.br/1045502261903491>

Carla Montuori Fernandes

Universidade Paulista
São Paulo

<http://lattes.cnpq.br/1731982225546672>

Maria Goreti Lopes Artico

Universidade Paulista
São Paulo

<http://lattes.cnpq.br/1120738051149828>

RESUMO: O objetivo deste artigo é propor uma discussão em torno dos recentes acontecimentos no estado do Rio de Janeiro, um dos mais importantes do Brasil, a considerar pela sua grande relevância na economia, sendo a segunda maior do País (IBGE, 2015). Como foco tem-se o estudo das estratégias midiáticas utilizadas pelo *Jornal Nacional* na mediação da Segurança Pública e da violência, auxiliando o Poder Executivo a intervir no Rio de Janeiro em fevereiro de 2018. Pretende-se verificar quais foram as técnicas utilizadas pelo telejornal e qual a sua responsabilidade, diante deste conturbado cenário político, ao tratar fatos que abordam temas sociais ímpares. A metodologia utilizada será a análise de conteúdo, com embasamento teórico em Bardin (2011).

1 Entende-se como entes federativos: União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Política. *Jornal Nacional*. Intervenção Federal. Crise Política.

ABSTRACT: The purpose of this article is to propose a discussion around the recent events in the state of Rio de Janeiro, one of the most important in Brazil, to be considered for its great relevance in the economy, being the second largest in the country (IBGE, 2015). The focus is on studying the media strategies used by *Jornal Nacional* to mediate public security and violence, helping the Executive Branch to intervene in Rio de Janeiro in February 2018. It is intended to verify the techniques used by the news and what is your responsibility, in the face of this troubled political scenario, when dealing with facts that address unique social issues. The methodology used will be content analysis, with theoretical basis in Bardin (2011).

KEYWORDS: Political Communication. *Jornal Nacional*. Federal Intervention. Political Crisis.

1 | INTRODUÇÃO

O artigo 18 da Constituição Federal dispõe que os entes federativos¹ tenham autonomia política. Entretanto, esta mesma Constituição, promulgada em 05 de outubro de 1988, também prevê algumas hipóteses de intervenção, situação na qual ocorre a suspensão da autonomia de algum ente federativo, sendo certo que essas hipóteses só podem ocorrer em casos extremos.

A intenção do texto constitucional brasileiro em determinar hipóteses de intervenção é a de proteger o pacto federativo que é o conjunto de regras que estabelece as obrigações financeiras, a arrecadação de recursos e os campos de atuação de cada ente federativo (Costa e Ferraz, 2009).

Os pressupostos da intervenção se encontram no artigo 34 da Constituição Federal/88 que preconiza o seguinte (Barroso e Araujo, 2016): “A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para: I – manter a integridade nacional; II- repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra; III – pôr termo a grave comprometimento da ordem pública; IV – garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação; V – reorganizar as finanças da unidade da Federação que: a) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior; b) deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei; VI – prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial; VII – assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático; b) direitos da pessoa humana; c) autonomia municipal; d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta; e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde” (p. 80).

Sob o fundamento do inciso III do artigo 34 da CF/88, o qual diz (Barroso e Araujo, 2016): “pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;” (p. 80), o atual Presidente da República do Brasil, Michel Temer, entrevistado no Estado do Rio de Janeiro neste ano de 2018, amparado pelo artigo 84 da CF/88, inciso X, que orienta que (Barroso e Araujo, 2016): “Compete privativamente ao Presidente da República: (...) X – decretar e executar a intervenção federal;” (p. 94).

2 | VIOLÊNCIA E ESTADO

Definir o termo “violência” é uma tarefa difícil. Portanto, se buscará compreender seu conceito de maneira ampla. Uma visão sobre violência é (Michuad, 1999, apud Casagrande e Peruzzolo, 2012): “Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira, direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos há uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.” (p. 238).

Pela história pode-se perceber que o fenômeno da violência caminha junto com a humanidade desde a sua existência. Mafessoli (1987) auxilia no entendimento de que a violência, em suas diversas formas – massacres, genocídios, carnificinas, etnocídios etc – é uma herança comum à todas as sociedades e por fazer parte da existência humana, é necessário aprender a conviver com ela.

A atuação do Estado frente à violência muitas vezes é falha. Arendt (1994) afirma que “a prática da violência, como toda ação, muda o mundo, mas a mudança mais provável é para um mundo mais violento” (p. 58). A partir deste trecho é possível refletir que tentar controlar a violência com mais brutalidade irá gerar mais violência como consequência.

A corrupção que a população brasileira suporta atualmente também pode ser considerada uma modalidade de violência, pois faltam recursos para saúde, educação, segurança, igualdade social para que todos tenham acesso e de maneira igual. Mesmo a população brasileira pagando um dos impostos mais caros do mundo, esses serviços não são prestados adequadamente à população pelos seus entes.

O sistema econômico vigente – capitalismo – já entrou em colapso e a má gestão dos recursos públicos é fruto desse sistema. A Justiça Criminal e a Segurança Pública desempenham papéis contraditórios e auxiliam a aprofundar a crise. “Pesquisadores têm constatado, nos últimos 15 anos, indícios indiscutíveis de que os que morrem são, em sua maioria, pobres e negros. O Brasil, como se sabe, é o país das desigualdades. Aqui, a pirâmide da renda nacional aparece invertida: os que menos têm – acesso à renda e à escolaridade, à saúde de qualidade, à habitação, ao transporte e à infraestrutura urbana – são os que mais se expõem aos riscos de tornarem-se vítimas de homicídios dolosos ou outras formas da criminalidade letal” (Soares e Guindani, 2007, p. 21).

O que se verifica é uma desigualdade social tamanha que gere o caos no País e muitos dos que violentam a sociedade estão ocupando cargos públicos e desviando o dinheiro da população que deveria ser gasto com uma melhor qualidade de vida para todos.

3 | VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

O Rio de Janeiro, conhecido como “cidade maravilhosa”, ao longo dos anos 90 passou a ser denominado como uma cidade violenta. O crescimento da violência pode ser visto como uma questão social, como uma oposição entre as classes médias e a população moradora das favelas. Começou-se então a desenvolver, principalmente pelos meios de comunicação, uma “cultura do medo”, pela ineficiência das políticas públicas e a vivência por grande parte da população de situações extremas de violência (Leite, 2000).

Indicando uma repartição da cidade, na década de 90 aconteceu uma série de episódios que dividiu a população. Havia favelas espalhadas pelas áreas mais valorizadas do Rio. Entendendo que ali se vivia uma guerra, as pessoas tomaram partido de um dos lados, existia “favelados e cidadãos”, “bandidos e policiais” e a população aceitou passivamente as ações truculentas e chacinas por parte da polícia contra grupos estigmatizados.

Como exemplo, tem-se a chacina de Acari que matou 11 jovens moradores da favela, em junho de 1990, e o homicídio de sete menores que dormiam às portas da igreja da Candelária, em julho de 1993.

Essas chacinas foram veiculadas pelos meios de comunicação e teve repercussão

internacional, mudando a visão do Rio de Janeiro no mundo. Sob este contexto, nota-se que o direito à cidade não existe entre todos os seus habitantes, o uso seletivo de seu território, a tentativa de impedir jovens pobres de acessarem às praias, tudo isso ilustra a segmentação da cidade, que acontece nitidamente no estado do Rio de Janeiro.

4 | DADOS SOBRE A VIOLÊNCIA

Segundo ranking publicado em março/2018 e elaborado pela Organização de Sociedade Civil Mexicana “Segurança, Justiça e Paz” sobre as 50 cidades mais violentas do mundo, pode-se encontrar 17 cidades do Brasil. Entretanto, curioso notar que o Rio de Janeiro não aparece neste ranking, que é, justamente, o estado em que, sob autorização do Chefe Executivo, Michel Temer, está acontecendo uma intervenção militar neste ano de 2018.

O ranking é obtido por meio do levantamento de homicídios por 100 mil habitantes. A primeira cidade brasileira que aparece na lista e é considerada a quarta cidade mais violenta do mundo é Natal (RN) com 102,56 homicídios a cada 100 mil habitantes. Enquanto que no Rio de Janeiro a taxa é de 32 homicídios por 100 mil habitantes.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) já considera como “violência epidêmica” um índice de mais de 10 homicídios por 100 mil habitantes (BBC NEWS, 2018). Obviamente que a violência no Rio de Janeiro está em um patamar insuportável, assim como estão diversas cidades do País e, conforme os dados demonstram o estado do Rio de Janeiro não é o mais perigoso e violento do Brasil, mas é nele em que o Presidente Temer entrevistou e decretou que o Exército Brasileiro deve comandar, pelo menos, neste ano inteiro de 2018.

5 | MÍDIA E POLÍTICA

Os campos midiático e político encontram-se na sociedade contemporânea totalmente imbricados, o que resulta na impossibilidade de tratá-los de maneira isolada. Isso porque os meios de comunicação de massa, mais precisamente a televisão, são, por excelência, veículos construtores da realidade. Segundo Muniz Sodré, a televisão possui, em detrimento de outras mídias, a capacidade de criar facilmente simulacros² da realidade (Sodré, 2000): “De fácil absorção pelo seu alto nível de informação imagético, e caracterizada desde o seu início como um veículo para as massas, a televisão vai criar simulacros de realidade, em que a diferença entre o “real” e o “imaginário”, é completamente apagada. Assim, um certo imaginário, tecnologicamente produzido, impõe seu próprio real (o da sociedade industrial), que implica um projeto de escamoteação de outras formas de

² A palavra “simulacro”, como é usada aqui, aparece com recorrência nas obras de Jean Baudrillard, mas é Muniz Sodré (2000) quem oferece uma definição concisa de simulacro, apreendendo, também, a própria relação da televisão: como a imagem de Narciso no espelho, o simulacro é inicialmente um duplo ou uma duplicação do real. A imagem no espelho pode ser o reflexo de um certo grau de identidade do real, pode encobrir ou deformar essa realidade, mas também pode abolir qualquer ideia de identidade, na medida que não se refira mais a nenhuma realidade externa, mas a si mesmo, ao seu próprio simulador (p. 33).

experiência do real (p. 33).

Nesse sentido, é marcante a intervenção da televisão nas várias instâncias da vida em sociedade, quer propiciando lazer e transmitindo informações, quer divulgando opiniões sobre economia e política. Especificamente no âmbito da política, tem-se (Thomas Skidmore apud Porto, 2004): “a televisão está transformando rapidamente o modo pelo qual candidatos são construídos e como os políticos governam.” (p. 56). Se os programas televisivos possuem esse poder de representação e construção da realidade, graças, principalmente, ao caráter imagético da televisão, o telejornalismo, sobretudo de caráter informativo, marcado ainda pelo compromisso com a imparcialidade, acabou se tornando o porta-voz do discurso político.

De acordo com Clóvis de Barros Filho (2003), quando a televisão se estabeleceu como principal fonte de notícias, os conceitos como objetividade e imparcialidade na transmissão de qualquer acontecimento, se tornaram uma norma rotineira, uma prática indiscutível de boa conduta, fomentada principalmente pelos receptores, que passaram a perseguir tais pressupostos³.

Nesse sentido, criou-se, na concepção de Maria Helena Weber (2000), a dependência, construída por uma relação de troca simbólica, do discurso político ao campo midiático, que transmitindo sob um aparente desinteresse, adquire uma legitimidade inquestionável junto ao público: “A política possui um discurso complexo que necessita de interpelação, identidade e precisa construir sujeitos com a mesma visão de mundo, pois reivindica o poder. Assim, o discurso político precisa explicitar e fortalecer, permanentemente, argumentos que justifiquem sua luta pelo poder. O discurso das mídias, ao contrário, raramente reivindica ou explicita posições, transmitindo a ideia de “estar a serviço”, “longe do poder” e imbuído de “neutralidade” na transmissão dos fatos.” (p. 33).

Nota-se que a ideologia de “estar a serviço do público”, circunscreve principalmente o campo telejornalístico. E, foi nesse sentido, que o *Jornal Nacional*, noticiário líder em audiência no país, construído sob a “aura da imparcialidade”, não somente definiu, por inúmeras vezes a agenda de discussão, como também influenciou na construção da história política brasileira. Não obstante, acredita-se que o *Jornal Nacional*, por meio de uma estrutura noticiosa aparentemente imparcial, reproduz uma série de regulamentos intrínsecos, elevando personalidades e enfatizando determinados acontecimentos por meio da construção de uma agenda que esconde interesses de Estado e mercadológicos da própria empresa jornalística. Dessa forma, tem-se uma agenda política, que nem sempre se encontra em consonância com a realidade. A intenção dessa pesquisa é testar essa hipótese, verificando a agenda e o enquadramento construído pelo *Jornal Nacional* em torno da intervenção federal no Rio de Janeiro, tendo como objeto de estudo a comparação da agenda entre os meses de janeiro e fevereiro de 2018, este último como sendo o mês

3 Conforme levantamento quantitativo domiciliar feito pela Secretaria de Comunicação Social (SECOM) em 2016, sobre os hábitos de consumo de mídia pela população brasileira, a televisão ainda permanece como o meio de comunicação mais utilizado pelas pessoas no Brasil para se informar, com 89% de adesão junto ao telespectador.

em que a intervenção ocorreu efetivamente.

6 I ESTRATÉGIAS MIDIÁTICAS E A RESPONSABILIDADE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Neste trabalho o conceito de midiatização utilizado será como um paradigma para compreender e analisar a realidade atual do Brasil por intermédio dos meios de comunicação, em especial, a televisão e o telejornal.

A percepção que a opinião pública possui de um governo e de suas ações passa pela mídia. Seu poder de escolher ou enfatizar acontecimentos, personalidades e prioridades, segundo sua lógica produtiva e empresarial é o principal influenciador no processo de análise, esquecimento ou valorização de fatos e acontecimentos. Nesse sentido, vozes, projetos e acontecimentos são selecionados ou não, valorizados ou não.

No cenário político brasileiro, tal interferência midiática foi identificada principalmente no telejornalismo, sobretudo o praticado pela *Rede Globo de Televisão*, via *Jornal Nacional*, que, inclusive, determinou por diversas vezes os rumos políticos do país. Transmitindo uma pretensa neutralidade, o *Jornal Nacional* ajudou a desbancar e elevar no campo político quem lhe convinha, segundo os interesses da própria emissora.

Segundo Ana Carolina Temer (2004), em seu estudo desenvolvido sobre o tema: A consumação do Fato – Representação da primeira semana do Governo Lula no telejornalismo da Rede Globo, durante todo o período do regime militar, o *Jornal Nacional* transmitia notícias que enfatizavam uma postura nacionalista e demonstravam claramente o favoritismo ao governo. Mesmo com o término do regime, pode-se dizer que os telejornais da Globo se mantiveram afinados com os interesses do Estado. Em depoimento concedido a Geraldinho Vieira, Armando Nogueira (ex-diretor de jornalismo da emissora) relatou como se estruturava a definição da agenda política no telejornalismo: “Sofri mais pressão na época da Nova República do que na época do regime militar, até porque nessa época todos nós sabíamos que estávamos censurados mesmo, e segundo porque os militares (por falta de ideologia, por falta de alguém que verbalizasse o que porventura tivessem na cabeça) usavam muito pouco o veículo. Usavam mais para não deixar noticiar certas coisas do que para noticiar outras tantas [...]. O governo Sarney usava para impedir que você noticiasse um lado e para noticiar massacrantemente outro lado. No episódio da disputa por quatro ou cinco anos de mandato, o Planalto exerceu sobre a Globo uma pressão sufocante. Obviamente que havia também uma cumplicidade da alta direção da empresa” (Vieira, 1991, p. 91).

A força da mídia não está exclusivamente na construção de uma realidade, mas, principalmente, na ocultação de verdades, na propagação do silêncio. O conteúdo visual costuma ser considerado como verdade absoluta pelos espectadores. A percepção da opinião pública passa pela mídia. Seu poder de seletividade e de ênfase frente aos

acontecimentos e personalidades é o principal influenciador no preparo de uma agenda.

“O poder da imprensa na sociedade não é ilimitado, mas é decisivo. Como a informação é absorvida sempre de cima para baixo, a inexistência de pluralidade de perspectivas de opinião é fatal para a democracia [...]. A ditadura do pensamento único na grande mídia brasileira compromete, portanto, a qualidade de nossa democracia e a qualidade da sociedade que construímos. Constrói-se um pensamento homogêneo na imprensa dominante que apenas repete mantras no interesse dos endinheirados (Souza, 2014, p. 114-115).

As notícias transmitidas e a ênfase dada pelos meios de comunicação são fatores decisivos pela população para influenciar nos principais assuntos ambientados na sociedade. Lembrando-se do poder da mídia para a formação da opinião pública e também de como os veículos se constituíram, ao longo do tempo, como gigantes da comunicação focados em interesses particulares, é possível compreender a atuação longe da imparcialidade, fundamental ao jornalismo, como aponta Miguel (2002): “A mídia é, nas sociedades contemporâneas, o principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos, dito de outra forma, é o local em que estão expostas as diversas representações do mundo social, associadas aos diversos grupos e interesses presentes na sociedade [...]. As vozes que se fazem ouvir na mídia são representantes das vozes da sociedade, mas esta representação possui um viés.” (p.163).

É por meio da mídia que grande parte da população tem a sua visão de mundo, formula e absorve opiniões e padrões sobre condutas aceitas ou não pela sociedade. A mensagem do jornalista não termina no final da notícia, ela impacta quem assiste e produz consequências da notícia e da maneira como foi transmitida.

De acordo com Napolitano (2008, apud Pires, 2015) “a televisão interfere nas formas de fixação da memória social a partir do momento que elege quais personagens e acontecimentos serão lembrados ou esquecidos.” (p. 04).

“Os brasileiros acreditam mais na mídia que no governo” (Vizeu, 2008, apud Teixeira, 2009, p. 7).

Acredita-se que o telejornalismo representa um lugar de referência, transmitindo segurança. Partindo desse ponto de vista, o telejornalismo é indissociável da democracia.

Bucci (2005, apud Teixeira, 2009) compreende o espaço público do País nos limites determinados pela televisão. Nesse sentido, o telejornalismo organiza a sociedade em parâmetros que se tornará a visão de mundo do espectador.

O jornalismo produz diariamente registros como fonte de informação que marcam a história. “As marcas do tempo são especialmente sensíveis nos jornais, localizando o leitor num ‘lugar’ na duração. O consumo diário das narrativas jornalísticas fornece um forte parâmetro espaço-temporal. [...] A marcação do tempo foi se tornando função essencial dos jornais, a ponto de lhes ser dada credibilidade para datá-lo (Matheus, 2010, p. 2-3, apud Bergamo, 2011).

Por meio da ideologia, a mídia exerce forte influência na sociedade através do modo que atua na sua programação; nas propagandas, telenovelas, jogos de futebol, noticiários, entre outros.

A mídia molda realidades cotidianas, definindo critérios e referências, a fim de conduzir a vida diária para a produção e a manutenção do senso comum.

Acompanhando essas questões, o filósofo esloveno Slavoj Žižek (2014) traz a ideologia como uma armadilha liberal nos casos de caridade e filantropia, diz ele: “Quando o governo usa o termo “comunidade” e quer transformar a indecência em decência por meio da polícia “pacificadora”, as palavras não são neutras. São, numa metáfora marxista, mais que valores de uso/significantes: são veículos portadores de valores de troca, que escondem em seu corpo aparente a substância do valor, dos interesses de classe que expressam. Da mesma forma é subversiva e revolucionária a atitude de Fiell, na sequência de seu texto, quando afirma: ‘Sou favela, sou favelado, e não preciso de caridade de governo nem de ONG’.

Produz uma falsa sensação de unidade, integração e legitimidade das estruturas sociais, gerando aceitação, silêncio e resignação.

O que se vê no noticiário é uma integração entre o Governo e a Polícia, como se estivessem trabalhando em conjunto pelo bem da população, assim, as pessoas aceitam o que fizerem e não conseguem se posicionar contra.

7 | ANÁLISE DAS REPORTAGENS

Para compreender o conteúdo veiculado pela narrativa jornalística, recorreu-se à análise de conteúdo (Bardin, 2011) e às três etapas que compõem essa metodologia. Segundo a autora, esta primeira fase possui três etapas, a saber: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.

Na primeira etapa será realizada a seleção das reportagens que abordaram primeiramente o estado do Rio de Janeiro e, em um segundo momento, as notícias veiculadas sobre a violência no Rio, sob o recorte dos meses de janeiro e fevereiro de 2018, uma vez que o mês de fevereiro/2018 foi quando ocorreu efetivamente a intervenção federal e militar no Rio de Janeiro. Para formulação da hipótese, tem-se como pressuposto que o Jornal Nacional privilegiou uma narrativa que reforçou a midiaticização da Segurança Pública e da violência no Estado do Rio de Janeiro. Após a visualização do conteúdo jornalístico, na etapa nomeada de exploração do material, as unidades de análise serão agrupadas, conforme definido na etapa anterior. Dessa forma, as reportagens serão submetidas à uma decupagem narrativa, com base em textos retirados do site <http://g1.globo.com/jornal-nacional/>. Na terceira e última etapa, os resultados obtidos serão analisados sob a égide do contexto político e jurídico.

O *Jornal Nacional* dedicou 43 reportagens sobre o estado do Rio de Janeiro no mês de janeiro de 2018, totalizando 2 horas do noticiário neste mês dedicados para esse estado, conforme aponta tabela 1.

Títulos das reportagens	Tempo de duração	Datas das reportagens
Rocinha, no Rio, tem intenso tiroteio nas primeiras horas de 2018	3min	01/01/2018
No réveillon de Copacabana, cores, luzes e sons garantem clima de magia	5min	01/01/2018
Brasil é terceiro na América Latina em mortes por bala perdida, diz ONU	3min	03/01/2018
No Rio, jovem de 18 anos é morto em blitz da PM	42s	04/01/2018
Escolas de samba e orquestra sinfônica se apresentam em Copacabana	3min	06/01/2018
Temporal no Rio causa transtornos; até shopping ficou alagado	2min	08/01/2018
'Não tem vaga'. É o que ouvi quem quer agendar atendimento no INSS	6min	09/01/2018
Vídeos mostram ação de traficantes mesmo com presença da PM	42s	09/01/2018
Laje desaba sobre buraco onde estava operário; ele sofre apenas escoriações	42s	09/01/2018
Levantamento da PF mostra caminho dos traficantes de armas	3min	10/01/2018
Justiça Federal aceita três novas denúncias contra o ex-governador Sérgio Cabral	30s	10/01/2018
No Rio, quadrilha de roubo de cargas é presa; grupo agia com violência	3min	11/01/2018
No Rio, Globocop flagra ação de grupo que acabava de roubar cargas	4min	12/01/2018
No Rio, delegado deixa Cidade da Polícia, vai almoçar e é assassinado	3min	12/01/2018
Grávida de oito meses é baleada na cabeça em tentativa de assalto no RJ	3min	13/01/2018
Samba ganha companhia de outros ritmos neste ano na Sapucaí	3min	13/01/2018
Grávida de oito meses baleada na cabeça no RJ dá sinais de melhora	3min	15/01/2018
Buraco do metrô no Rio é inundado, após gasto de R\$ 1 bi em obra	5min	15/01/2018
No RJ, postos de vacinação lotam após três mortes por febre amarela	3min	16/01/2018
RJ e SP antecipam início de vacinação fracionada contra febre amarela	3min	18/01/2018
Previsão é de mais calor para o Rio e SP nesta sexta (19)	3min	18/01/2018
Relatório internacional chama a atenção para a violência no Brasil	4min	18/01/2018

No Rio, 21 são presos suspeitos de envolvimento em morte de delegado	2min	18/01/2018
Justiça atende a pedido do MP e transfere Cabral do Rio para Curitiba	4min	18/01/2018
Carro sobe o calçadão, invade a faixa de areia e atropela várias pessoas em Copacabana	38s	18/01/2018
Atropelamento em Copacabana deixa bebê morto e turista em estado grave	4min	19/01/2018
Motorista que atropelou 18 nunca declarou ao Detran que tinha epilepsia	4min	19/01/2018
Imagens de suposta agressão a Garotinho na prisão têm falhas, diz MP	3min	19/01/2018
Cabral chega ao IML do Paraná com algemas nas mãos e nos pés	3min	19/01/2018
Estados renegociam dívida com União, mas continuam gastando	4min	19/01/2018
Detran renovou habilitação suspensa de motorista que atropelou 18 no Rio	5min	20/01/2018
Busca pela vacina da febre amarela provoca filas em SP e no Rio	2min	20/01/2018
Cordão da Bola Preta, maior bloco de carnaval do Rio, comemora 100 anos	4min	20/01/2018
Arco Metropolitano do RJ está abandonado por falta de segurança	4min	22/01/2018
PF prende ex-secretário municipal de Obras do Rio Alexandre Pinto	44s	23/01/2018
Aplicação de vacina fracionada contra febre amarela começa no Rio e em SP	3min	25/01/2018
Polícia entre em confronto com traficantes em três favelas do Rio	3min	25/01/2018
Onze policiais foram assassinados no Rio, em 2018	3min	26/01/2018
Bombeiros buscam pessoa arrastada por enchente em São Gonçalo, no Rio	30s	27/01/2018
Vacinação contra a febre amarela tem mutirão em MG, RJ e SP	2min	27/01/2018
Blocos já espalham folia pelas ruas do Rio e de São Paulo	33s	27/01/2018
Justiça apreende passaporte de homem que atropelou e matou bebê em Copacabana	27s	30/01/2018
Violência mata 14ª policial no ano e fecha via expressa no Rio	3min	31/01/2018

Tabela 1. Reportagens do *Jornal Nacional* veiculadas em janeiro/2018 sobre o estado do Rio de Janeiro

Fonte: Tabela elaborada pela autora de acordo com informações obtidas no site do Jornal Nacional.

É possível encontrar uma reportagem de 03 minutos, sob o título “Rocinha, no Rio, tem intenso tiroteio nas primeiras horas de 2018”, sobre um tiroteio no Rio de Janeiro, entre

traficantes e policiais, falando um pouco sobre a insegurança e violência no Rio, em 01° de janeiro de 2018. No decorrer das reportagens verifica-se que os repórteres afirmam que as praias estão lotadas para aproveitar o tempo bom no Rio. Verifica-se também notícias como acidentes com mortes no Rio Grande do Sul e congestionamentos nas estradas de São Paulo. O *JN* costuma terminar suas edições com notícias positivas e, neste dia, encerrou o telejornal com a matéria sob o título “No réveillon de Copacabana, cores, luzes e sons garantem clima de magia” e que tem 05 minutos de duração, foi sobre a festa de réveillon na Praia de Copacabana como sendo a maior da história, contando com 17 minutos de fogos de artifícios e um público recorde de quase 2,5 milhões de pessoas. Esta reportagem demonstra que pessoas do País todo e até de outros lugares do mundo veem para o Rio de Janeiro para celebrar o novo ano que irá chegar. Ainda é dito que “Copacabana é o coração do mundo e tem a maior festa de réveillon do planeta”. É possível verificar imagens de crianças nas grades de proteção da estrutura do palco, enquanto o repórter diz que “em Copacabana cada um pode fabricar a própria área vip”, como se o direito à usufruir da cidade fossem de todos, igualmente distribuídos.

Em uma reportagem veiculada no dia 02 de janeiro de 2018, que possui o título “Menino é atingido por tiro dentro de casa; polícia trata como homicídio”, trata-se de um caso ocorrido no estado de São Paulo; além disso, pode-se verificar reportagens sobre rebelião em Goiás e a tentativa de recapturar 99 presos. Também há notícias sobre acidentes em todo o País, que mostra uma redução de 24% de mortos no mesmo período do feriado de ano novo referente ao ano de 2017; e apesar de ainda ocorrerem muitas mortes no trânsito em todo o País, o Rio de Janeiro não é mencionado.

Tem-se uma notícia sobre o patrulhamento do Rio Grande do Norte em que os policiais estavam em greve há 15 dias e a segurança estava na responsabilidade, principalmente, das Forças Armadas, pois os policiais abandonaram seus postos. Conforme dados já apresentados, Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, é considerada a quarta cidade mais violenta do mundo e a cidade mais violenta do Brasil, mas apesar da veiculação da notícia, pode-se observar que nada passa sobre a violência no Estado em si, apenas sobre o problema dos policiais estarem com seus salários atrasados e, por isso, não quererem retornar ao trabalho.

Continuando na análise das reportagens referente às veiculadas em janeiro de 2018, no dia 03 de janeiro, uma reportagem denominada “À comissão, presos reclamam de superlotação e falta de água e energia” aborda o assunto de uma rebelião ocorrida na maior cadeia do Estado de Goiás. Em outra, intitulada “Brasil é terceiro na América Latina em mortes por bala perdida, diz ONU” mostra o caso de três balas perdidas no Estado de São Paulo e um caso no Rio de Janeiro, em que a pessoa não morreu. Também mostra uma pessoa atirando para cima com um fuzil no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro, e informa sobre a morte de três “suspeitos” – como o próprio jornalista informa – na favela da Rocinha, também no Rio, em envolvimento com o tráfico em uma Operação do Batalhão de

Operações Especiais da PM.

No dia 04 de janeiro de 2018, as notícias veiculadas no telejornal são diversificadas, algumas são: sobre nevasca nos Estados Unidos, sobre as prisões do ex-governador do Amazonas e de sua esposa, sobre a condenação da nova Ministra do Trabalho, sobre a morte de uma criança em Teresina/PI devido a uma abordagem policial inadequada e sobre nova rebelião no presídio de Goiás. Há uma reportagem sobre uma morte no Rio de Janeiro, de um jovem de 18 anos também por má conduta de um policial, achando que ele iria reagir à abordagem, enquanto se abaixou para pegar uma mochila e comenta sobre duas mortes de policiais no estado ocorridas no início do ano.

Já no dia 05 de janeiro de 2018 não se vê a veiculação de nenhuma notícia sobre o estado do Rio de Janeiro. Algumas das notícias tratam sobre o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, tentar barrar o lançamento de um livro sobre o seu governo, sobre o não fechamento de acordo entre o Governo do Rio Grande do Norte e os policiais do estado, sobre consumo de drogas entre presos em um presídio de Porto Alegre/RS e sobre as duas rebeliões ocorridas no estado de Goiás em apenas 10 horas.

As notícias veiculadas no dia 06 de janeiro de 2018 trouxe apenas uma sobre o Rio de Janeiro, de 03 minutos de duração, sob o título “Escolas de samba e orquestra sinfônica se apresentam em Copacabana”. Trata sobre os preparativos do Carnaval e de uma festa histórica para o samba, a maior bateria já reunida no mesmo palco, com diversos artistas e pessoas apreciadoras do ritmo musical, em Copacabana.

Na segunda semana de janeiro/2018, no dia 08, as reportagens continuaram tratando sobre a paralisação dos policiais do Rio Grande do Norte, sobre a vacinação da febre amarela em São Paulo e sobre a investigação do Ministério Público do Tocantins em uma ação da Polícia Militar que resultou na morte de um jovem. A única reportagem sobre o Rio de Janeiro nesta data, tem 02 minutos de duração e o título “Temporal no Rio causa transtornos; até shopping ficou alagado”. Esta reportagem repassa a informação de alagamentos no Rio de Janeiro em vários bairros, causando transtornos em hospitais e até no shopping. A Defesa Civil alertou a população para a possibilidade de deslizamentos. A reportagem comenta que quem foi para o Rio devido ao feriado do ano novo atrás de sol e calor, está se decepcionando por conta da chuva, que acontece desde o dia 03 de janeiro e o seu volume chegou a 30% do esperado para o mês inteiro só nos primeiros dias do mês, reforçando a tese de que há muitas pessoas no estado para aproveitarem o feriado.

Em 09 de janeiro de 2018, uma notícia intitulada “‘Não tem vaga’. É o que ouve quem quer agendar atendimento no INSS”, de 06 minutos de duração, mostra a dificuldade da população no País todo, inclusive no Rio de Janeiro, para receber atendimento no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Nesta data, também é veiculada a reportagem sob o título “Vídeos mostram ação de traficantes mesmo com presença da PM”, de 42 segundos de duração, em que sugere que “bandidos” tenham filmado policiais militares em regiões do Rio de Janeiro passando entre os traficantes armados, mas sem intenção de entrar em

confronto. Neste dia de telejornal também é veiculada uma notícia sobre o desabamento de uma laje em Niterói/RJ que apenas fere levemente um trabalhador. As demais são de outros estados e países pelo mundo.

Em 10 de janeiro de 2018 há uma reportagem sobre o caminho no País para se efetivar o tráfico de armas, o Rio de Janeiro é obviamente citado como um dos estados que recebe estas armas contrabandeadas. Também se tem notícia sobre o ex-Governador do Rio, Sérgio Cabral, em que a Justiça Federal aceitou mais três denúncias contra ele, devido a Operação Calicute, que é uma ramificação da Operação Lava Jato, mas no Rio de Janeiro.

Continuando a observação das reportagens diárias veiculadas no *Jornal Nacional*, com foco nas notícias sobre o estado do Rio de Janeiro, em 11 de janeiro de 2018 ocorreu a transmissão de uma notícia intitulada “No Rio, quadrilha de roubo de cargas é presa; grupo agia com violência”, notícia de 03 minutos de duração e em 12 de janeiro de 2018 reportagem sobre o mesmo assunto, sob o título “No Rio, Globocop flagra ação de grupo que acabava de roubar cargas”, de 04 minutos de duração. Se trata de uma reportagem em que informa a prisão de um grupo que atuava no Rio roubando cargas e mostra o aumento da quantidade dessas ações no estado. Entretanto, foi elaborado um estudo no setor pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) que indica que, apesar da região Sudeste liderar os roubos de cargas, em 2015, estas ações ocorreram mais em São Paulo com 48,47% contra 33,54% no Rio de Janeiro⁴.

Em 12 de janeiro de 2018 foi a primeira vez que o *Jornal Nacional* mencionou a possibilidade de apoio das Forças Armadas no estado do Rio de Janeiro. Na reportagem “No Rio, delegado deixa Cidade da Polícia, vai almoçar e é assassinado” de 03 minutos de duração, é anunciado que o Governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, se reuniu com ministros para estratégias e possibilidade do apoio das Forças Armadas no estado, assinaram um protocolo de intenções afirmando o apoio federal ao estado até o fim de 2018, mas na época não houve o anúncio de nenhuma medida estratégica decidida que seria tomada; e também passa sobre a morte de um delegado e uma Operação da Polícia Civil nas comunidades da região e, na imagem, a polícia carrega um corpo para dentro da van da polícia, aparentemente de um jovem com uma mochila. A notícia veiculou, ainda, um tiroteio na comunidade da Rocinha e uma bala perdida que atingiu uma mulher.

Houve reportagem sobre a violência no Rio também no dia 13 de janeiro, referente um tiroteio que deixou pessoas mortas e feridas, cancelando o ensaio de uma escola de samba, e sobre uma tentativa de assalto que feriu uma mulher grávida. Ainda, na comunidade da Mangueira/RJ houve uma operação policial em que três policiais se feriram e quatro “suspeitos” – como é dito na própria reportagem – morreram. Teve notícia também sobre mortes e vacinação para febre amarela em Teresópolis/RJ.

Nas reportagens do dia 15 de janeiro de 2018, a notícia da tentativa de assalto que

⁴ Vide: <https://www.estudopratico.com.br/roubo-de-cargas-no-brasil/>, por Pollyana Batista.

feriu a mulher grávida se repete. E há a transmissão de notícia sobre superfaturamento em obras públicas e sobre o campeonato carioca.

No dia 18 de janeiro de 2018, as notícias sobre o Rio de Janeiro se concentram sobre a vacinação contra a febre amarela e a previsão do tempo. Também pode-se verificar notícia sobre um relatório internacional que chama a atenção para a violência no Brasil, com aumentos em São Paulo e no Rio de Janeiro, com fonte do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP) de 1.035 mortes de janeiro a novembro de 2017 causadas por ações policiais.

Ainda no dia 18 de janeiro de 2018, foi veiculada notícia sobre a prisão de 21 suspeitos referente à morte de um delegado, notícia esta transmitida em 12 de janeiro de 2018. Ademais, o discurso do telejornal é de que a violência no Rio aumentou e 2017 foi o ano mais violento desde 2009, ainda assim, em meio à uma crise de segurança e a caminho da intervenção federal, o Rio de Janeiro não está nem entre as trinta cidades mais violentas do País, quem lidera esse ranking são as cidades da região Nordeste⁵.

O telejornal inicia sua edição no dia 19 de janeiro de 2018 repetindo uma notícia do dia anterior, referente um atropelamento na orla da Praia de Copacabana, que deixou um bebê morto e 17 pessoas feridas. O *JN* se mostra contraditório ao transmitir a informação no dia 18 de janeiro de que o motorista fugiu e na reportagem do dia seguinte – 19 de janeiro – diz que o motorista não se evadiu do local.

Verifica-se que muitas reportagens veiculadas pelo telejornal *JN* relacionadas de alguma maneira com o estado do Rio de Janeiro se repetem, complementando com mais informações sobre uma mesma notícia e muitas são sobre corrupção.

Em 22 de janeiro de 2018 veicula-se uma notícia sobre uma estrada que dá acesso ao Rio de Janeiro, basicamente por falta de segurança, “Arco Metropolitano do RJ está abandonado por falta de segurança”, de 04 minutos de duração. Nos dias 23 e 24 de janeiro, verifica-se muitas notícias referentes à condenação do ex-Presidente Lula e nenhuma notícia de violência no estado do Rio de Janeiro.

Em 25 de janeiro uma notícia sobre violência no estado do Rio de Janeiro tornou a ser veiculada, denominada de “Polícia entra em confronto com traficantes em três favelas do Rio” e mais uma no dia 26 de janeiro, por meio da notícia “Onze policiais foram assassinados no Rio, em 2018”, ambas com 03 minutos de duração.

Uma reportagem do dia 31 de janeiro de 2018 inicia com o jornalista William Bonner dando ênfase na seguinte frase: “O Rio de Janeiro teve um dia de muita violência hoje” referente a morte de um policial. Mas as notícias sobre as mortes de pessoas moradoras de comunidades, inclusive, por ações policiais, não são noticiadas dessa maneira.

Das 43 reportagens dedicadas ao Rio de Janeiro, especificamente sobre a violência no estado, mesmo as reportagens de violência e morte por ações policiais e reportagens

⁵ Vide: <https://noticias.r7.com/prisma/coluna-do-fraga/fotos/veja-quais-sao-as-10-cidades-mais-violentas-do-brasil-20022018#/foto/1>, por Caio Sandin em 20 de fevereiro de 2018.

que falavam de maneira genérica sobre a violência no estado e no País, mas incluindo o Rio, totalizaram 15 matérias, que corresponde a 34% das veiculadas sobre o estado.

Quanto ao mês de fevereiro de 2018, vê-se dobrar esta quantidade de notícias. O *Jornal Nacional* dedicou 72 reportagens sobre o estado do Rio de Janeiro, totalizando mais de 4 horas do noticiário em um mês de 28 dias, mais que o dobro do mês anteriormente comparado, conforme aponta tabela 2.

Reportagens de fevereiro/2018 sobre o estado do Rio de Janeiro	Tempo	Data
Rio vive novo dia de violência e PM propõe acabar com metade das UPPs	5min	01/02/2018
MP investiga nomeação de superintendente da PF no Rio	4min	01/02/2018
Relatos da Cidade de Deus: 'Você se vê numa guerra que não é sua'	4min	02/02/2018
Felício Laterça não vai mais assumir a Superintendência da Polícia Federal do Rio	4min	02/02/2018
Sobe para 18 o número de mortes por febre amarela no Rio de Janeiro	3min	03/02/2018
Rio de Janeiro tem 15 baleados em pouco mais de 24 horas de violência	3min	03/02/2018
Blocos fazem campanha por carnaval sem assédio	3min	03/02/2018
No Rio, bebê que nasceu após mãe ser baleada tem alta sem sequelas	3min	05/02/2018
Traficantes disparam contra Centro de Instrução da Marinha no Rio	4min	06/02/2018
Rio vive mais um dia de violência com vias fechadas e morte de crianças	7min	06/02/2018
Forças Armadas e polícias fazem operação conjunta em favelas do Rio	4min	07/02/2018
Criminosos driblam aparato policial na Cidade de Deus e fogem de ônibus	4min	07/02/2018
Mais uma criança é baleada no Grande Rio, a terceira em 48 horas	4min	08/02/2018
Governo do RJ promete mais dois mil policiais nas ruas	4min	08/02/2018
A violência no Rio quase impede transplantes de órgãos	4min	08/02/2018
Sérgio Cortês, ex-secretário de Saúde do RJ, deixa a cadeia	4min	08/02/2018
Mais uma família é alvo da violência no Rio: menino de 7 anos é baleado	3min	09/02/2018
Sérgio Cortês vai a shopping menos de 24 horas após deixar cadeia no Rio	1min	09/02/2018
JN embarca na nave espacial do carnavalesco Paulo Barros	4min	09/02/2018
PF e PRF apreendem mais de 2 mil munições pra fuzis	25s	10/02/2018

Carnaval de rua reúne milhões pelo Brasil	3min	10/02/2018
Escolas de samba do Grupo Especial no Rio driblam a crise	6min	10/02/2018
Moradores e turistas perguntam: cadê a polícia no carnaval do Rio?	3min	12/02/2018
No Rio, garis já recolheram 400t de lixo, 30% a mais que em 2017	3min	12/02/2018
'Não é não': campanha contra assédio no carnaval ganha as ruas	2min	12/02/2018
Desfiles do Grupo Especial no Rio têm surpresas e protestos	7min	12/02/2018
Rio tem segunda noite de desfiles do Grupo Especial	1min	12/02/2018
Após arrastões, policiamento é reforçado na Zona Sul do Rio	4min	13/02/2018
Rio de Janeiro tem terça-feira de carnaval com cenas de violência	4min	13/02/2018
Blocos fazem a alegria dos foliões pelas ruas do Brasil	3min	13/02/2018
Desfiles do Grupo Especial do Rio têm mais um dia de protestos	8min	13/02/2018
O carnaval do Rio é marcado por protestos	4min	13/02/2018
Escolas mostram carnaval de crítica e protestos no Sambódromo do Rio	4min	13/02/2018
Salgueiro ganha Estandarte de Ouro com homenagem às mulheres negras	1min	13/02/2018
Pezão admite erro no planejamento da segurança do Rio durante carnaval	6min	14/02/2018
Paraíso do Tuiuti é vice-campeã do Carnaval do Rio	2min	14/02/2018
A Beija-Flor é a campeã do carnaval do Rio	3min	14/02/2018
A grande campeã do carnaval carioca vence no último quesito	4min	14/02/2018
Temporal no Rio mata quatro pessoas e deixa mais de dois mil desalojados	5min	15/02/2018
Chuva derruba mais um trecho da ciclovía Tim Maia no Rio	3min	15/02/2018
No Rio alagado, uma pergunta não quer calar: onde está o prefeito?	5min	15/02/2018
Autoridades se reúnem no Rio mais uma vez para discutir segurança	2min	15/02/2018
Temer decreta intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro	9min	16/02/2018
Moradores do Rio ainda não sabem o que a intervenção vai mudar no dia a dia	6min	16/02/2018
Intervenção na segurança do RJ divide opinião de parlamentares	5min	16/02/2018
Comandante Militar do Leste, Walter Braga Netto, assume segurança do RJ	3min	16/02/2018
Tráfego e milícia crescem no RJ ante o fracasso de políticas de segurança	6min	16/02/2018

Intervenção na segurança do RJ é inédita na história do Brasil	3min	16/02/2018
Rio sofre com falta de luz e água após chuvas, e prefeito continua viajando	4min	16/02/2018
Forças Armadas pediram que não falte dinheiro para a intervenção na segurança do Rio/Temer diz que não vai haver politização da intervenção	2min	16/02/2018
Temer reúne autoridades no Rio para discutir intervenção na Segurança	3min	17/02/2018
Tanques e tropas do Exército voltam a aparecer nas ruas do Rio	1min	17/02/2018
Congresso pretende votar decreto de intervenção na segurança do Rio até terça (20)	2min	17/02/2018
Violência assusta e preocupa moradores do Rio há mais de 30 anos	4min	17/02/2018
Anitta leva multidão em bloco no Rio de Janeiro	1min	17/02/2018
Intervenção no Rio é decretada, mas CML espera votação do Congresso	5min	19/02/2018
MP investiga prefeito do Rio por problemas no carnaval e viagens	2min	19/02/2018
Congresso deve votar nesta segunda-feira (19) o decreto de intervenção no Rio	2min	19/02/2018
Deputados aprovaram decreto de intervenção Federal no RJ por ampla maioria	3min	20/02/2018
Intervenção na segurança do RJ vai respeitar direitos, diz ministro	6min	20/02/2018
Congresso deu aval para decreto de intervenção Federal no RJ	2min	21/02/2018
Exército faz varredura em presídio do RJ onde houve rebelião	4min	21/02/2018
Estados vizinhos ao RJ reforçam combate à violência nas divisas	3min	22/02/2018
Para Exército, é essencial investir na estrutura da segurança pública do RJ	4min	22/02/2018
RJ tem terceira operação das Forças Armadas em uma semana	3min	23/02/2018
Novo responsável pela segurança do Rio vai trocar comandos das polícias	2min	24/02/2018
Quadrilha que roubava cofres de bancos foi presa no Rio	3min	26/02/2018
PRF apreende arsenal de guerra em blitz na Via Dutra, no RJ	20s	26/02/2018
Contrabandista tinha armas prontas para enviar ao Brasil	2min	27/02/2018
Combate à corrupção policial é prioridade, diz interventor no RJ	4min	27/02/2018
Violência no Rio obriga moradores a pagarem taxa extra para os Correios	2min	28/02/2018
Jugmann orienta novo diretor da PF: 'Combata o crime e a corrupção'	2min	28/02/2018

Tabela 2. Reportagens do *Jornal Nacional* veiculadas em janeiro/2018 sobre o estado do Rio de Janeiro

Fonte: Tabela elaborada pela autora de acordo com informações obtidas no site do Jornal Nacional.

As reportagens de fevereiro/2018 começam com a violência no estado do Rio de Janeiro. William Bonner começa o telejornal da seguinte forma: “Nos últimos dias os brasileiros têm acompanhado uma escalada de violência assustadora no Rio de Janeiro. Tiroteios a qualquer hora do dia, com reflexos na vida de toda a cidade, na vida dos cidadãos, principalmente dos moradores de uma favela que está na linha de tiro”. Esta reportagem denomina-se “Relatos da Cidade de Deus: ‘Você se vê numa guerra que não é sua’”.

Apesar da violência estar intrínseca na sociedade de todo o País, a forma como o *Jornal Nacional* eleva no estado do Rio de Janeiro é peculiar, como uma cidade inabitável, tomada por “bandidos” e sem nenhuma segurança pública, disseminando a cultura do medo por toda a população de quem mora no estado e de turistas que desejam visitar o local.

Reitera-se a intenção de demonstrar a desigualdade de tratamento da violência entre os estados. Em outro estudo, os dados do 11º Anuário de Segurança Pública, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgados no final de 2017, referente a violência no estados em 2016, o Rio de Janeiro aparece como sendo o 10º estado mais perigoso do País, atrás de Sergipe, Rio Grande do Norte e Alagoas, por exemplo; mais uma vez o ranking sendo liderado pela região Nordeste. Apesar disso, não se ouve falar em intervenção militar nessas regiões devido sua alta taxa de violência. Ainda, percebe-se a seletividade com que o telejornal trabalha, uma vez que em uma reportagem do dia 22 de fevereiro de 2018 intitulada “Monitor da Violência ressalta número reduzido de agentes penitenciários”, de 03 minutos de duração, o jornalista William Bonner chega a mencionar a parceira do G1 com esse mesmo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mas o foco das informações selecionadas para transmitir sobre os estados são outras, são sobre a falta de agentes penitenciários.

O que leva a alguns questionamentos: por que o interesse do Governo e até da própria Rede Globo na intervenção federal e militar dentro de um dos estados mais importantes do País? E mais ainda, tendo a influência e relevância que os meios de comunicação têm, em particular, o *Jornal Nacional*, devido ainda ser considerado o jornal de maior audiência no País, como essa quantia de reportagens e suas valências, na maioria negativas, são recebidas pela população?

Se o Rio de Janeiro e suas comunidades são tão perigosos, como a Polícia Militar e o próprio Governo do Estado permitem um passeio chamado “Favela Tour” dentro do estado?

Essas perguntas não são tão fáceis de responder, mas dentre os pontos apresentados até o momento, a intenção do Governo de manter esse estado sob um domínio autoritário se mostra nitidamente, e a de tentar apresentar uma pauta, uma vez que o Governo Temer

se mostra tão impopular.

Em 16 de fevereiro de 2018, quando o atual Presidente Temer decretou a intervenção federal no Rio de Janeiro, a violência no estado foi tratada como um câncer que se espalha pelo País. Em seu discurso, o argumento do Presidente é justamente a divulgação da violência, ele diz: “Não podemos aceitar passivamente a morte de inocentes e é intolerável que nós estejamos enterrando pais e mães de família, trabalhadores, policiais, jovens e crianças; e vendo bairros inteiros situados, escolas sob a mira de fuzis e avenidas transformadas em trincheiras, é o que mais se alardeia, o que mais se divulga no presente momento. Por isto chega! Basta! Nós não vamos aceitar que matem nosso presente, nem continuem a assassinar o nosso futuro”. Com a validação por parte da jornalista que diz que a intervenção no Rio sempre esteve nas mesas de discussão como uma ação remota, mas que devido aos últimos acontecimentos, arrastões e violência no carnaval, ausência do Prefeito Marcelo Crivella e a declaração do governador do Rio, Pezão, em assumir que perdeu o controle da segurança do estado, foram determinantes para esta intervenção.

As notícias veiculadas sobre a intervenção no Rio, foi do Presidente Michel Temer oferecendo total apoio e dando “carta branca”, ou seja, liberdade total para o Comandante Braga Netto, das Forças Armadas, tomar decisões dentro do estado do Rio de Janeiro. Na reportagem do dia 16 de fevereiro de 2018, intitulada “Forças Armadas pediram que não falte dinheiro para a intervenção na segurança do Rio”, de 02 minutos de duração, a transmissão sobre a reunião no Palácio do Planalto, o próprio repórter do *JN* diz que o Temer “vê a experiência no Rio de Janeiro como, talvez, um guia para uma futura integração das forças de segurança nacional, federal e estadual”. O Comandante pede que não falte recursos para que eles executem as ações no Rio, o que foi garantido pelo Presidente. Entretanto, ausência de recursos para saúde, educação e até mesmo para pagamento dos policiais é o que não se vê no País de uma forma geral. Então, o Presidente Temer garantir com tanta segurança que não irá faltar recursos, se faz entender que o Brasil tem recursos que não são bem utilizados e distribuídos pelos Países.

Continuando nessa mesma reportagem, o jornalista diz que, o Ministro da Defesa, Raul Jungmann, afirmou que não se deve esperar o aumento do contingente policial, que se deve assumir o controle total da segurança, e, se necessário, os expurgos⁶, inclusive no setor carcerário. O Ministro da Defesa vê a população, inclusive a carcerária como devendo ser expurgadas. Dificilmente o sistema carcerário irá recuperar e ressocializar os presos, tendo em vista esse pensamento dos maiores cargos do País.

Temer também garantiu que não vai haver politização⁷ no estado do Rio de Janeiro, o processo será puramente técnico, com a total autonomia do General para comandar as ações de segurança no estado. Isso remete à época da ditadura militar ocorrida em 1964, em que os militares possuíam total autonomia e sabe-se que a exerciam de maneira

6 Processo de expelir, expulsar, eliminar algo, no sentido de se desfazer de um problema, “colocar para fora” de maneira negativa.

7 Incutir a consciência dos deveres e direitos políticos.

autoritária e truculenta, para governar o Brasil, além da censura da mídia.

No dia 19 de fevereiro de 2018, a Força Nacional também foi reforçar a segurança no Ceará, mas essas notícias tinham pouquíssimo tempo de duração, 30 segundos, além de não se ver com frequência notícias sobre a violência no Ceará ou na região Nordeste, enquanto que no Rio de Janeiro, principalmente no mês de fevereiro/2018 as notícias eram diárias e costumavam abrir o telejornal com uma ou duas notícias acerca da violência no estado.

A informação da aprovação pela Câmara dos Deputados do decreto de intervenção federal no estado do Rio de Janeiro foi noticiada de uma maneira em que parecia que já contavam com o aval do Senado Federal e enfatizada sobre a maioria dos votos, que, por ter sido aprovada, obviamente entende-se que foi a maioria quem votou a favor do decreto presidencial.

Uma reportagem nomeada “Intervenção na segurança do RJ vai respeitar direitos, diz ministro”, de 06 minutos de duração, diz que o Ministro da Justiça, Torquato Jardim, afirmou que a intervenção irá respeitar os direitos constitucionais, embora se viu que, por exemplo no dia 09 de março de 2018, na sexta ação das Forças Armadas, os quiosques de pequenos comerciantes foram destruídos por uma retroescavadeira, revoltando a população e acabando com o seu meio de sobrevivência destas pessoas, ou seja, à elas não foram respeitados os seus direitos constitucionais (Lang, 2018).

Não há possibilidade de a massa popular acreditar no Poder Público e nas forças de segurança nacionais, enquanto destroem meios de subsistência de pessoas honestas, pois agredir a população desta maneira, também pode-se entender como uma maneira de violência. Então, não se está diminuindo ou acabando com a violência, mas a ampliando.

Além disso, sabe-se que a raiz de toda a violência está na desigualdade social, que só aumenta com a corrupção.

Na matéria exibida no dia 23 de fevereiro de 2018, sob o título “RJ tem terceira operação das Forças Armadas em uma semana”, de 03 minutos de duração, é possível verificar algumas abordagens realizadas pelo Exército, visivelmente entre a população mais pobre e negra do estado, para consultar mandado judicial sobre suspeitos, ação que a Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro e a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro repudiam, sob o argumento de configurar violação dos direitos fundamentais.

Após a aprovação do decreto da intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, praticamente a violência no Rio acaba. Quase não se noticia mais matérias sobre a violência no estado. Nesse ínterim, criou-se mais um Ministério no Brasil, Ministério da Segurança Pública que foi assumido por Jungmann, até então Ministro da Defesa, com salário de mais de 30 mil reais, além dos salários dos secretários e assessores que podem chegar até 16 mil reais. Assim, o Ministério da Defesa ficou vago, sendo assumido também por um militar, o General Joaquim Silva e Luna, até então Secretário-Geral do Ministério da Defesa.

Das 72 reportagens dedicadas ao Rio de Janeiro no mês de fevereiro de 2018, as

matérias veiculadas especificamente sobre a violência no estado e sobre a intervenção federal, totalizaram 45 reportagens, que correspondem a mais de 62% das matérias veiculadas sobre o estado no telejornal. Notadamente, o *Jornal Nacional* ampliou a quantidade de matérias sobre o estado do Rio de Janeiro em quase o dobro e, mais do que o dobro, sobre as matérias relacionadas à violência no estado.

8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inserções das matérias sobre o estado do Rio de Janeiro, com foco nas matérias sobre a violência, além de crescerem na frequência da programação, são inseridas em diversos momentos, e, principalmente, no horário considerado “nobre”.

A intenção deste artigo não é demonstrar que não existe violência no Rio de Janeiro, mas que, comparada à outras cidades, a violência não é a maior do País para que se fizesse uma intervenção federal e militar no estado. É indiscutível que o Rio de Janeiro é o segundo estado mais importante do País, em matéria de economia, pelo dinheiro que arrecada, logo depois do estado de São Paulo.

O que se pode perceber confrontando as tabelas de reportagens sobre o estado do Rio de Janeiro nos meses de janeiro e fevereiro de 2018, é que nota-se que no mês de janeiro as reportagens são em menor quantidade e têm conotações sobre problemas de ordem social, como a dificuldade do agendamento no INSS, problemas de corrupção, como a aceitação da denúncia de Sérgio Cabral, ex-governador do Rio de Janeiro, e claro, inevitavelmente, algumas reportagens sobre a violência no estado, em que algumas mortes se devem por equívocos da ação da própria Polícia Militar.

Já nas notícias veiculadas em fevereiro de 2018, além da quantidade ser indiscutivelmente maior, as de ordem de segurança, violência e a intervenção no estado são mais longas, intensas, enfáticas e criteriosamente selecionadas.

Questões problemáticas com relação à violência, faz parte de todos os estados do País e do mundo, como explicado anteriormente, a violência está presente na natureza humana desde a sua existência, mas os meios de comunicação não podem banalizá-la, midiaticizando uma “cultura do medo” nos estados e no País.

Com esses acontecimentos no estado do Rio de Janeiro, que se sabe ser o segundo de maior importância e economia relevante do Brasil é de se esperar uma segunda intenção, uma vez que o *Jornal Nacional* e o *Grupo Globo* têm uma história atrelada de apoio aos governos do País, inclusive na época da ditadura militar.

Portanto, considera-se que a intervenção tem um viés publicitário e eleitoral de um governo que estava sem pauta, muito impopular e que decidiu transferir a sua credibilidade para as Forças Armadas do Exército, tentando blindar o governo de Michel Temer.

REFERÊNCIAS

Arendt, H. 1994: *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Bardin, L. 2011: *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barros, C. 2003: *Ética na comunicação*. São Paulo: Summus.

Barroso, D., Araujo, M. (org.) 2016: *Vade mecum – legislação selecionada para OAB e concursos*. 08ª ed. revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

Batista, P. (n. d.) *Roubo de cargas no Brasil*. Terra. Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/roubo-de-cargas-no-brasil/>. Acesso em: 22 jul. 2018.

Bergamo, A. 2011: Reportagem, memória e história no jornalismo brasileiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v17n2/a01v17n2>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

Caleiro, J. 2017. *As 20 cidades com as maiores economias do Brasil*. Exame. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/as-20-cidades-com-as-maiores-economias-do-brasil/>. Acesso em: 19 jul. 2018.

Cassiano, M., Caetano, A. 2012: *O fenômeno da violência e sua relação com meios de comunicação, comunicação humana e estado*. Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília. Edição 10, dez. 2012, ISSN 1983-2192. Disponível em: <http://www.bjis.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/2648>. Acesso em: 31 jul. 2018.

Costa, M., Ferraz, A. 2009: *Direito Constitucional*. São Paulo: Rideel.

Lang, M. 2018: *Prefeitura do Rio destrói quiosques em favela com ação militar e revolta ambulantes: “criei a família aqui”*. UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/03/09/remocao-de-quiocques-de-comercio-em-favela-do-rio-revolta-moradores.htm>. Acesso em: 21 jul. 2018.

Maffesoli, M. 1987: *Dinâmica da violência*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Miguel, L. 2002: Os meios de comunicação e a prática política. In: Lua nova. São Paulo, n. 55-56.

Napolitano, M. 2008: *Fontes audiovisuais: a história depois do papel*. In: Bassanezi, C. (org.). Fontes históricas. 02ª ed. São Paulo: Contexto.

Pereira, M. 2000: *Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 15, n. 44. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4148.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

Porto, M. 2004: *Enquadramentos da mídia e política*. In: Rubim, A. (org.). Comunicação e política: conceitos e abordagens. Salvador: UFBA.

Sanchotene, C. 2009: *A midiatização como processo de reconhecimento, legitimidade e prática social*. Revista Emancipação, Ponta Grossa.

Sandin, C. 2018: *Veja quais são as 10 cidades mais violentas do Brasil*. R7. Disponível em: <https://noticias.r7.com/prisma/coluna-do-fraga/fotos/veja-quais-sao-as-10-cidades-mais-violentas-do-brasil-20022018#!foto/1>. Acesso em: 20 jul. 2018.

Soares, L., Guindani, M. 2007: *A violência do estado e da sociedade no Brasil contemporâneo*. Revista Nueva Sociedad. Disponível em: http://sociological.dominiotemporario.com/doc/DIREITO_E_VIOLENCIA_DO_ESTADO_1.pdf. Acesso em: 19 jul. 2018.

Sodré, M. 2000: *Televisão e psicanálise*. São Paulo: Ática.

Souza, M. 2014: *A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade*. Revista Graphos, vol. 16, n. 1.

Teixeira, S. 2009: *A construção da notícia: sobre a influência da TV – e do telejornalismo – no Brasil*. Trabalho apresentado no XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0528-1.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

Temer, A. 2004: *A consumação do fato – representação da primeira semana do ‘governo Lula’ no telejornalismo da rede globo de televisão*. Revista Comunicação e Sociedade. Metodista, ano 25, n. 41.

Vieira, G. 1991: *São super-homens os jornalistas?* São Paulo: Summus.

Weber, M. 2000: *Comunicação e espetáculos da política*. Porto Alegre: UFRGS.

Zizek, S. 2014: *Violência: seis reflexões laterais*. Tradução Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo.

NEUROMARKETING APLICADO SOBRE GRANDES MASSAS

Data de aceite: 01/09/2020

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC). Docente, orientador e pesquisador nos Programas de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Desenvolvimento e Sociedade e em Educação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp).

Alexandre Carvalho Acosta

Doutor pela Universidad Nacional Tres de Febrero (UNTREF); pós-graduado em Gestão Educacional pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS); Graduado em Comunicação Social Jornalismo pela universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ); Docente e coordenador do curso de jornalismo da Universidade do Alto Vale do rio do Peixe (UNIARP).

Evandro Henrique Cavalheri

Mestrando pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Marketing, Comportamento do Consumidor. Pós-Graduado em Finanças pela Universidade do Contestado (UnC), Graduado em Administração de Empresas pela Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), pesquisador e docente da UNIARP.

Dado a lume, originalmente, no periódico “Percepções”, em 2012

RESUMO: Neuromarketing é uma ferramenta muito recente que veio para mudar a maneira como se vê o marketing. Entende-se que o Neuromarketing é o genoma do marketing. Ou seja, a prova científica de sua existência e eficiência. Com o Neuromarketing a ciência, através de estudos do comportamento da grande massa consumidora de determinados produtos e suas respectivas marcas, pode ser entendida qual sua influência, na tentativa de forjar estereótipos susceptíveis as suas práticas o Neuromarketing deixa um rastro inconsciente de como trabalha, e é isso que as organizações bem pesquisando e querem aderir a forma como vendem seus produtos, pois é visto que o Marketing atual é muito convencional e genérico, dessa forma fica claro que o Neuromarketing é uma ferramenta com diferencial inigualável, e sendo assim nesta trabalho será exposto como funcionam suas práticas, como as organizações vem colocando isso ao seu favor, e como os consumidores estão sendo atraídos, para evidenciar a influência do Neuromarketing.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Interpessoal, persuasão, consumismo.

NEUROMARKETING APPLIED TO LARGE MASSES

ABSTRACT: Neuromarketing is a very recent that has come to change the way they see marketing. It is understood that the genome is Neuromarketing marketing. That is, Neuromarketing is a very recent that has come to change the way they see marketing. It is understood that the genome is Neuromarketing marketing. That is, Neuromarketing with science, through studies

of the behavior of the mass consumer of certain products and their brands, which can be seen its influence in an attempt to forge their practices stereotypes likely the unconscious Neuromarketing leaves a trail of how it works, and this is what organizations want to join and researching and how they sell their products, it is seen that the current marketing is very conventional and generic, so it is clear that Neuromarketing is a unique tool with differential, and thus this work will be exposed as work practices, as organizations has put it in his favor, and as consumers are drawn to highlight the influence of Neuromarketing.

KEYWORDS: interpersonal communication, persuasion, consumerism.

1 | INTRODUÇÃO

Sem pedir licença e sem aviso, as marcas deixam sinais invisíveis dentro da mente de cada indivíduo e sorrateiramente conduzem a humanidade quase alheia às suas vontades para o consumo. Que processo é esse que ocorre dentro do cérebro e que, como um carimbo, fixa-se gerando um comportamento que será experimentado por muito tempo na existência humana? É fato que por meio do consumo se move a economia, mas a mesma atitude que move a economia sem o devido controle pode levar ao consumismo desordenado. Em meio a tantos produtos atraentes para o consumo, as marcas descobriram que precisam cada vez mais do apelo emocional na hora de diferenciar seus produtos.

Mas apenas isso não basta: os aprimoramentos continuam muitas vezes movidos pela necessidade da sobrevivência, leva a busca de novos conhecimentos e metodologias capazes de sofisticar a forma de atração das marcas criando um toque relevante que as destaque em relação à concorrência. Entender como isso funciona, proporciona aos administradores um potencial de colocar o produto em evidência, e conseqüentemente obtendo lucros com suas respectivas vendas, mas novamente é colocada em xeque a questão, qual o poder de uma propaganda neurologicamente elaborada. Uma marca registra o significado e a identidade emocional de um produto.

Ela é a composição de um nome associada a um símbolo que juntos dão personalidade ao produto que está ligado a uma ideia. Por exemplo, algumas marcas simbolizam saúde, jovialidade e movimento, chamando, assim, a atenção, principalmente daquelas pessoas com personalidade desportista, por essa uma característica da marca escolhida. Para todo lado há um sinal convidando a vestir, comer, adquirir uma novidade, e o desejo de consumir para muitos é mais forte que a necessidade, as condições e a coerência. E, dessa forma, as marcas geram no dia-a-dia das pessoas atitudes diferentes da que gostariam de adotar quanto ao desejo de consumir porque imperceptivelmente afeta de maneira bastante sedutora.

Nos comerciais tudo é produzido buscando o máximo de perfeição, seja na apresentação dos produtos, seja no cenário, ou nos slogans, que fixam diversas mensagens na cabeça do consumidor. Slogan é uma palavra ou frase de fácil memorização, usada com frequência, em geral associada à propaganda, ao comercial, política etc., e que expressa

um objetivo ou indica um alvo. Pode-se perceber que em propagandas de cerveja existem mulheres bonitas, que propagandas de alimentos e produtos do lar mostram sempre uma família, em que propagandas de bebês sugerem aquele cheirinho gostoso de neném. De quem são as cabeças que pensam planejam essas composições?

Quantos estudos e profissionais estão envolvidos em uma produção de apenas 30 segundos? O Neuromarketing surgiu da necessidade de se entender o comportamento do consumidor nos momentos que definem a tomada de decisão. Estudos preliminares apontavam que os consumidores definiam suas escolhas previamente, antes do momento do ato da compra. Esses mesmos estudos definiam que 92% (BORN, 2010) dos consumidores optavam por produtos e marcas diferentes no momento da compra. Como isso acontece, o que se passa na mente do consumidor antes, durante e depois da tomada de decisão e conseqüentemente, da compra propriamente dita. 2 CONCEITO DE MARKETING Segundo Kotler (1995), Marketing é análise, planejamento, implementação e controle de programas cuidadosamente formulados para causar trocas voluntárias de valores com mercado-alvo e alcançar objetivos institucionais.

Ainda para Kotler (1995) uma orientação de Marketing pressupõe que a principal tarefa da instituição é determinar as necessidades e os desejos de mercados e satisfazê-los através de projeto, comunicação, fixação de preço e entrega de programas e serviços apropriados e competitivamente viáveis. [...] o marketing é uma função organizacional e um conjunto de processos que envolvem a criação, a comunicação e a entrega de valor para os clientes, bem como administração de relacionamento com eles, de modo que beneficie a organização e seu público interessado (KOTLER, 1995, p. 4). Ainda em Kotler (1995, p. 4) encontra-se: “O marketing envolve a identificação e a satisfação das necessidades humanas e sociais. [...] pode-se dizer que ele supre as necessidades lucrativamente”. Marketing é uma função gerencial que oferece estrutura e ferramentas para fazer isso. Marketing é mais do que o uso de venda, propaganda e promoção para criar ou manter a demanda.

É a habilidade de planejar e administrar as relações de troca da instituição com seus vários públicos. É também a análise, planejamento, implementação e controle de programas cuidadosamente formulados para proporcionar trocas voluntárias de valores com mercados-alvo, com o propósito de atingir objetivos institucionais (KOTLER, 1995, p 36). O conceito de marketing para Kotler fundamenta-se em quatro pilares: mercado-alvo, necessidades dos consumidores, marketing integrado e rentabilidade. Sendo que o conceito de marketing para Kotler (1995, p. 37) se baseia como: O conceito de marketing assume que a chave para atingir as metas organizacionais consiste em ser mais eficaz do que os concorrentes para integrar as atividades de marketing, satisfazendo, assim, as necessidades e desejos dos mercados-alvos.

Na medida em que as atividades do gerente de Marketing são bem-sucedidas, elas também ajudam a suprir deficiências entre vendedores e compradores e criam utilidades

para eles.

2 | NEUROMARKETING

Segundo Lindstrom (2008, p. 17): Expressa que o indivíduo hiper-moderno adotou a prática de consultar cada vez mais médicos, “medicalizando” os seus hábitos de vida, procurando uma alimentação saudável, entre outros aspectos. Ora, não significará das neurociências ao Marketing uma trajetória similar, ou seja, não representará essa utilização uma tendência do novo paradigma de consumo que vivemos precisamente do lado de quem se propõe investigar, para propor tecnologia de aferição a quem vende os bens e ou serviços? Julga-se que sim então nos causa nenhuma repulsa esse ponto de vista.

7 Percepções | Caçador-SC | v. 1 | n. 1 | jan./jun. 2012 Sendo certo que “durante as três últimas décadas, a ciência utilizada nos estudos de mercado tinha mais a ver com a coisa”, matemática aplicada do que com psicologia, penso que os investigadores de mercado modernos tem por missão ajudar os clientes a serem melhores jogadores, reduzindo os seus imponderáveis”, Paco Underhill apud Lindstrom, o que é fato é que o Neuromarketing é um mero instrumento que pode ser usado para decodificar o que os consumidores pensam quando são confrontados com uma marca ou produto, por vezes para ajudar a identificar os métodos sub-reptícios utilizados pelos especialistas de Marketing para aliciar e enganar os consumidores sem o seu conhecimento”. Esta afirmação, do especialista parece muito importante para ajudar a desmistificar o neuromarketing (LINDSTROM, 2008, p. 39-40). Então, aonde se sustenta o Neuromarketing quando propõe observar, por exemplo, através de Imagem por Ressonância Magnética a atividade cerebral tem de estimulação, visando toda uma métrica de preferência dos consumidores, fidedigna, porventura tocando o próprio inconsciente tantas vezes na origem dos comportamentos de compra dificilmente mensuráveis? Julga que se sustenta um ponto de vista evolucionário, darwinista de seleção natural e sexual, sendo que a perspectiva do cérebro humano do não o aprecia como um órgão isolado, mas sim como um conjunto de processos computacionais evolutivo possuidores de uma atividade neural padrão. A abordagem evolutiva de Neuromarketing, reconhece que a atividade neural padrão associada e inúmeros momentos de Marketing pode, então, ser mapeada. Esta perspectiva foi retirada dos autores.

Ficam assim, ainda que muito sucintamente, justificados os pressupostos que podem estar na base do trabalho laboratorial de Neuromarketing, ou seja, a visão de que há um padrão generalizável, aferível, em ter da estimulação de determinadas zonas dos cérebros dos consumidores, perante a exposição a estímulos externos diretamente ligados aos bens e ou serviços dos mercados (LINDSTROM, 2008, p. 44). As tentativas de modificar as opiniões dos outros são mais antigas que a história escrita, tendo surgido, cumpre supor, com o aparecimento do dom da palavra. Com esta surge o poder de manipular ou persuadir as pessoas sem o recurso obrigatório à força física, e é improvável que antes de

falar os homens tivessem quaisquer opiniões para serem modificadas. A violência direta ou ameaça dela pode produzir submissão à vontade de outro indivíduo ou grupo, porém, os pensamentos são criados e modificados, sobretudo pela palavra falada ou escrita (BROWN, 1991, p. 12). O uso mais ou menos deliberadamente planejado e sistemático de símbolos principalmente por meio de sugestão e de técnicas psicológicas correlatas, tendo em mira alterar e controlar opiniões, ideias e valores, e em última análise mudar ações ostensivas segundo linhas predeterminadas. A propaganda pode ser ostensiva e de finalidade evidente, ou pode ocultar sua intenção. Ela sempre se situa dentro de determinado quadro sociocultural, sem o qual seus aspectos psicológicos e culturais não podem ser entendidos (COBRA, 1992, p. 86). Uma tentativa sistemática por um indivíduo (ou indivíduos) interessado (s) de controlar as atitudes de grupos de indivíduos mediante o uso da sugestão e, conseqüentemente, controlar lhes as ações. (DOOD, 2000, p. 117).

3 I O PROCESSO DE DECISÃO DO CONSUMIDOR

Segundo STORR (1998, p.30): O estímulo mais importante a afetar o comportamento do consumidor são deixas de informação sobre um conjunto de características do produto ou marca (qualidade, preço, caracterização, serviço e disponibilidade). Estas características podem chegar ao consumidor vindo do próprio produto, como quando ocorre durante as compras, caso em que as deixas informacionais são significativas. Há outro conjunto de deixas, que pode vir em forma simbólica de outras fontes impessoais, tais como a propaganda. Ambas as fontes são comerciais, representando os esforços de marketing da firma. A terceira fonte são as deixas de informação social, que podem afetar o comportamento em relação ao produto ou marca e que podem vir da família, de amigos ou de membros de outros grupos de que o consumidor participa ou aspira a participar. Esta terceira fonte difere das outras duas em dois aspectos: primeiro não é comercial; não representa o esforço de marketing da firma, mas sim condições sobre que a firma tem pouco ou nenhum controle; e, segundo, que a fonte social é pessoal, enquanto as outras duas são impessoais.

Grande parte das atividades de pesquisa, em marketing, procura lançar luz sobre o processo de decisão do consumidor. Nos tempos contemporâneos, foram propostos modelos e teorias bastante elaborados e há numerosas teorias menos sofisticadas. O comportamento de compra, emergindo da teoria da utilidade, na economia, primeiro voltou-se para os tradicionais pontos de vista de estímulo e resposta da psicologia americana. Era possível explicar o comportamento simplesmente em situação de estímulo e resposta, de recompensa e castigo, deixas e impulsos.

Entretanto, não era possível ignorar ou deixar implícitos por muito tempo certos fatores complexos como a motivação, os valores e as atitudes (STORR, 1998, p. 33). Assim sendo, na década de 1990 foram os pesquisadores motivacionais psicanaliticamente

orientados quem introduziu e salientou tanto a motivação consciente quanto a inconsciente no marketing (STORR, 1998, p. 33).

6 PRINCIPAIS FATORES QUE INFLUENCIAM O COMPORTAMENTO DE COMPRA

São vários os fatores internos e externos que influenciam o processo de tomada de decisão de compra dos consumidores (KOTLER, 1995, p. 71). Churchill e Peter (2000) consideram no processo de compra do consumidor em influências sociais e influências situacionais. As variáveis que influenciam no processo de decisão de compra encontram-se divididas entre as influências ambientais, as diferenças individuais e os fatores pessoais. Solomon (2002) compreendem que o indivíduo, como consumidor, sofre influências psicológicas, pessoais, sociais e culturais. Kotler (1995), corroborando os princípios conceituais dos referidos autores, adaptou os conceitos teóricos apresentando um modelo que demonstra os fatores psicodinâmicos internos e externos que atuam sobre o consumidor.

7 FATORES CULTURAIS

De acordo com Kotler e Keller (2006) são os fatores que exercem a mais ampla e profunda influência sobre os consumidores. Os fatores culturais encontra se subdivididos em três: cultura, subcultura e classe social.

7.1 Classe social

De acordo com Kotler (1995, p. 163), “classes sociais são divisões relativamente homogêneas e duradouras de uma sociedade, que são ordenadas 10 Percepções | Caçador-SC | v. 1 | n. 1 | jan./jun. 2012 hierarquicamente e cujos membros compartilham valores, interesses e comportamentos similares”. Nesse sentido, tendo-se por base Churchill e Peter (2000), a distribuição da população brasileira em classes sociais, segundo o Critério Brasil, dá-se em função de um sistema de pontuação baseado na posse de bens de consumo duráveis, instrução do chefe da família e outros fatores, como a presença de empregados domésticos.

7.2 Grupos de referência

Para Churchill e Peter (2000, p.160), “os grupos de referência são aqueles grupos de pessoas que influenciam os pensamentos, os sentimentos e os comportamentos do consumidor”. Kotler (1992, p.164) afirma que existem os grupos de afinidade denominados “primários”, e os grupos de afinidade denominados “secundários”.

Os grupos primários são constituídos pela família, pelos amigos, pelos vizinhos e pelos colegas de trabalho; com estes grupos a pessoa interage mais continuamente e são informais. Já os grupos secundários são constituídos pelas religiões, sindicatos e profissões, os quais tendem a ser mais formais e exigem interação menos contínua. Além disso, é fato que as pessoas são também influenciadas por grupos de que não são membros (SCHIFFMAN; KANUK, 2000). Afirmam Churchill e Peter (2000, p. 160) Assim, os autores afirmam que grupos aos quais uma pessoa gostaria de pertencer são chamados de “grupos de aspiração”.

Da mesma forma, existem aqueles grupos repudiados, que, segundo os autores, são denominados “grupos de negação”. Ainda sobre os grupos de referência, é importante ressaltar de que forma pode se dar a sua influência sobre os consumidores. esclarecem que na maioria dos casos os grupos de referência não dizem diretamente aos consumidores o que fazer, mas são os consumidores que se deixam influenciar pela opinião do grupo ou por se preocuparem com os sentimentos dos membros do grupo.

7.3 Família

De acordo

com Kotler e Keller (2006, p. 177), “os membros da família constituem o grupo primário de referência de maior influência”.

Podem-se distinguir entre duas famílias na vida do comprador: a de “orientação”, que é formada pelos pais, e a de “procriação”, por esposa e filhos. Contudo, Solomon (2002, p. 35) destaca que a organização familiar tradicional está diminuindo e, à medida que isso acontece, as pessoas estão colocando ênfase ainda maior em irmãos, amigos íntimos e outros familiares para ter companhia e apoio social. Portanto, torna-se fundamental descobrir os papéis de cada membro na compra de determinado bem/serviço, o que pode ser a chave do sucesso para as empresas que querem permanecer competitivas no mercado (KOTLER; KELLER, 2006). 7.4 Papéis e posições sociais

Nos diferentes grupos sociais nos quais as pessoas participam ao longo de suas vidas, elas acabam assumindo diferentes papéis e posições sociais. Neste sentido, é fato que as pessoas, como diz Kotler (1995), escolham produtos que comuniquem seu papel e status na sociedade. Churchill e Peter (2000, p. 160) afirmam que “as pessoas de diferentes classes sociais tendem a fazer escolhas diferentes em relação a suas roupas, decoração doméstica, uso do tempo de lazer, escolha dos meios de comunicação e padrões de gastos e poupanças”.

4 | CONCLUSÃO

Com este artigo pode-se dizer que o Neuromarketing é um estudo que investiga o consumidor baseando-se no sistema cérebro e mente, para obter informações importantes, que podem explicar por que as pessoas adquirem um determinado produto, mesmo que ele não seja necessário ou que não possa pagar por ele. Neuromarketing é a relação das pessoas e do consumo, é através dele que se pode descobrir quais as preferências, as motivações, as expectativas, os comportamentos que levam uma pessoa usar determinada marca, é essa a grande jogada que o marketing descobriu para fortalecer sua forma de vender.

A grande vantagem de ter descoberto que sentimentos são despertados quando se depara com uma campanha publicitária é que se pode usar deles para seduzir as pessoas ao consumo, deixar sinais quase invisíveis nas mentes e sorratamente conduzi-las quase alheias as suas vontades. É esse mecanismo que as empresas vêm influenciando na vida das pessoas em diversos contextos há muito tempo.

Elas estimulam o crescimento econômico e ao mesmo tempo influenciam de diversas formas no estilo de vida, nas escolhas das pessoas. A televisão, hoje o maior comunicador que está a acesso de todos, e pesquisas apontam que as pessoas dedicam alguma parte do seu tempo em frente à TV tempo este que estão com sua atenção totalmente voltada para os programas e propagandas que ditam comportamentos afeta a percepção visual e auditiva, que e estão com sua atenção totalmente voltada a ela, ficam vulneráveis a

qualquer tipo de informação, é aí que o Neuromarketing entra em ação moldando sua forma de pensar, de falar fazendo que isso.

Com a publicidade as empresas procuram se colocar em contato com seu público alvo para conseguir criar nele um determinado comportamento e/ou atitude, e usa de todas as ciências possíveis para isso, sendo ela por emoção, cor, som, cheiro, apelo emocional, mensagens subliminares, embalagem, transmitindo confiança e fazendo que as pessoas façam parte daquele grupo que usa ou tem determinada coisa, aí entra mais uma função do Neuromarketing, fazer com que o consumidor seja influenciado pela mídia e faz este pensar que está inserido socialmente em um grupo pelo que ele consome. E essa rotulação dos outros, passa por um processo de comparação entre as pessoas, faz com que o ser humano seja competitivo e consuma mais e mais ou então chegue a consumir por admiração, por imitação a um ídolo.

A simples observação de uma ação específica pode gerar respostas neurais no cérebro e conseqüentemente um comportamento social, ou seja, o efeito de uma linguagem ou propaganda de um marketing na cabeça das pessoas podem fazer perder a razão e sentir o desejo de consumir pela emoção, e trazer a sensação de que foi feita a melhor escolha e agora será reconhecido por isso.

REFERÊNCIAS

BROWN, Arthur. Persuasão: a arte de manipular pessoas. Rio de Janeiro: Sextante,

CHURCHILL, Gilbert A.; PETER, J. Paul. Marketing: criando valor para o cliente. São Paulo: Saraiva, 2000.

COBRA, Marcos. Administração de Marketing. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

DOOD, Leonard W. Indução a ideologia. [s.l.]: Global American, 2000.

KOTLER, Philip. Administração de Marketing. 10. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 1995.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LINDSTROM, Martin. A Lógica do Consumo. [s.l.]: Nova Fronteira, 2008.

SCHIFFMAN, Leon G.; KANUK, Leslie Lazar. Comportamento do consumidor. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

SOLOMON, Michael R. O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. STORR, Anthony. Comunicação Interpessoal, inteligência. [s.l.]: Inova, 2000.

O BRASIL NAS NARRATIVAS AUDIOVISUAIS QUE CIRCULAM NO IMAGINÁRIO ESTRANGEIRO, PRODUÇÃO, CONSUMO E PODER

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 26/05/2020

Roberta Brandalise

Faculdade Cásper Líbero

São Paulo, SP

<http://orcid.org/0000-0001-7115-8372>

Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

RESUMO: Investigamos os sentidos que circulam sobre o Brasil e os brasileiros em representações midiáticas que medeiam as relações sociais de brasileiros que vivem no exterior, considerando a produção dessas narrativas e os sujeitos consumidores delas. Entrevistamos 18 brasileiros que vivem no exterior, espalhados em 9 países diferentes. Identificamos o que medeia o imaginário social estrangeiro sobre o Brasil e, para este artigo, recortamos dois aspectos que se destacaram: o país do agronegócio e das tragédias ambientais, entre outros desastres marcados por irresponsabilidade e impunidade. Na disputa pela formação da opinião e das subjetividades, ainda predomina a ideologia da civilização x barbárie, o evolucionismo cultural, o colonialismo, o racismo e a misoginia.

PALAVRAS-CHAVE: Relações brasileiro-estrangeiras, representações midiáticas, estereótipos, historicidade, relações de poder.

ABSTRACT: We investigated the meanings that circulate about Brazil and Brazilians in media representations that mediate the social relations of Brazilians living abroad, considering the production of these narratives and the subjects consuming them. We interviewed 18 Brazilians living abroad, spread across 9 different countries. We identified what mediates the foreign social imaginary about Brazil and, for this article, we cut out two aspects that stood out: the country of agribusiness and environmental tragedies, among other disasters marked by irresponsibility and impunity. In the dispute for the formation of opinion and subjectivities, the ideology of civilization x barbarism, cultural evolutionism, colonialism, racism and misogyny still prevails.

KEYWORDS: Brazilian-foreign relations, media representations, stereotypes, historicity, power relations.

1 | ESTRATÉGIA METODOLÓGICA, TEÓRICA E HISTÓRICA

Investigamos os sentidos que circulam sobre o Brasil e os brasileiros em representações midiáticas que medeiam as relações sociais de brasileiros que vivem no exterior, considerando a produção dessas narrativas e os sujeitos consumidores delas.

Entrevistamos 18 brasileiros que vivem no exterior; 9 homens, 11 mulheres; com idade entre 19 anos e 38; todos solteiros e sem filhos; 13 estudantes intercambistas ou estagiários pela empresa em que trabalham e 7 trabalhadores clandestinos. Eles estão espalhados em 9

países diferentes: 2 na China, 2 no Japão, 2 nos EUA, 2 na Inglaterra, 2 na Alemanha, 2 na França, 2 na Itália, 2 na Espanha e 2 na Rússia.

A pesquisa de campo foi realizada de agosto de 2018 a junho de 2019, as entrevistas foram semi-estruturadas e com mediação tecnológica, via conferência de áudio e de audiovisual. Ser brasileiro, viver em território estrangeiro, consumir produtos audiovisuais brasileiros e estrangeiros foram critérios de seleção da amostra. A fim de encontrar os entrevistados identificamos 14 grupos de Whatsapp e de Facebook com perfil voltado para a vida no exterior e contamos com a colaboração de 9 moderadores para estabelecermos contato com os participantes, e, estes, por sua vez, contribuíram para a formação desta amostra.

A partir da amostra identificamos, primeiro, o que medeia o imaginário social estrangeiro sobre o Brasil, perguntando aos brasileiros como os produtos da indústria cultural brasileira ou estrangeira medeiam as suas relações sociais, culturais, econômicas ou políticas com os estrangeiros. Procuramos identificar quais representações sociais e midiáticas sobre o Brasil e os brasileiros vem à tona neste processo de socialização. Em seguida, nos propusemos a compreender, a partir de uma abordagem sócio-histórica, os discursos que são atualizados por meio dessas associações de sentido imediatas, os estereótipos que são mobilizados e as relações de poder em curso. Nesse sentido, foi necessário nos dedicarmos a entender como os brasileiros se apropriam dessas representações aproximando-se ou distanciando-se delas, no jogo identitário e nas relações de poder que se travam no cotidiano, em contextos estrangeiros.

A historicidade ou o sentido que propomos quando afirmamos que um fato é histórico (MARCUSE, 1987) é um conceito a partir do qual investigamos este objeto de pesquisa porque as representações sociais e midiáticas que circulam no imaginário social de estrangeiros sobre o Brasil e os brasileiros, e, por diversas vezes, inclusive no imaginário dos próprios brasileiros, apresentaram-se nas situações sociais relatadas como “fatos históricos”. Entretanto, nos deparamos com estereótipos.

Estereótipos são ideologicamente motivados, estão ligados à disputa simbólica que se dá na dimensão política da cultura. Eles operam como categorias utilizadas para naturalizar noções de pertencimento, extrapolando o reconhecimento de identidade e diferença, para atribuir valor positivo ou negativo ao outro e é por isso que se constituem como a base para a concretização do preconceito. São construções simbólicas utilizadas para naturalizar as desigualdades materiais. São utilizados para naturalizar regimes de verdade (FOUCAULT, 2014). A razão histórica de seus surgimentos e das atualizações de seus usos revelam a disputa de poder entre etnias, nações, raças, gêneros, entre outros grupos sociais.

A partir de Lippmann (2008), Pickering (2001) e Bosi (2004), entendemos que, mesmo quando eles são positivos, os estereótipos constituem-se como uma supersimplificação da realidade que representam. Assim, eles podem acabar servindo para mascarar a realidade,

ao invés de colaborar para o conhecimento e a compreensão dela. A estereotipagem opera como uma formação discursiva elaborada a partir de premissas falsas, a sua serventia não é pra todos, e o resultado de sua circulação naturalizada é o preconceito.

De acordo com Munanga (1978, p.145), preconceito é “(...) uma atitude negativa adotada por um grupo ou por uma pessoa, em relação a um outro grupo ou outra pessoa, baseada num processo de comparação social, segundo o qual o grupo de indivíduos julgador é considerado como ponto positivo de referência”. Conforme o autor, o preconceito pode se manifestar nas mais diversas dimensões da vida social e cultural.

Estereótipos podem ser positivos ou negativos, já preconceito é sempre uma *atitude negativa* em relação ao *outro*. Os estereótipos negativos podem servir de base para a configuração do preconceito, dependendo do uso que fazemos deles.

De acordo com Foucault (1995), representação é um conjunto de afirmações que produz conhecimento acerca de um tema em determinada conjuntura histórica. A partir desta conceituação contemporânea sobre representação, o estereótipo não se constitui como conhecimento, pois, é um conjunto de afirmações elaborado a partir de premissas falsas. Pelo crivo da lógica, ele se aproxima do conceito de generalização apressada. Qualquer representação é incompleta e carrega consigo a visão de mundo que a formou.

Portanto, faz-se necessário voltar a atenção ao discurso. De acordo com Foucault (2016), um enunciado individual sobre a realidade deve ser estudado em relação ao conceito de discurso sobre a realidade, ou seja, como um sistema de representação. Os enunciados das pessoas, o que o sujeito escolhe enunciar, assim como o que deixa de enunciar, sobre algo ou alguém não é livre, neutro ou independente, eles integram um conjunto de enunciações que circulam em uma sociedade, de forma mais ou menos predominante. As regularidades que podemos observar nos enunciados individuais nos remetem a “formações discursivas”.

Quem melhor explicou o conceito de discurso foi Bakhtin (2002), partindo da premissa de que todo o signo é político e, portanto, não é neutro. Ele existe na totalidade histórica e na particularidade de um contexto (LUKÁCS, 1978), portanto, não está fora do tempo e do espaço. Ele é resultado das condições materiais das relações de produção, portanto, não existe fora das relações sociais e culturais, portanto, está sempre ligado a uma cadeia de referências, um signo remete ao outro (BAKHTIN, 2002). Um discurso, portanto, carrega as marcas de quem o fez e do contexto ao qual está atrelado, ou seja, podemos perceber os vínculos do texto com o social, o cultural, o ideológico, o político, o econômico e o histórico. Assim, o estudo dos discursos nos coloca diante das disputas ideológicas (MARX, 2003) que sustentam os sentidos propostos para o “outro”.

A historicidade é o que constrói os gestos de interpretação, ao estudar os sentidos propostos quando afirmamos que algo é histórico elaboramos discursos fundadores. Os discursos fundadores ressignificam elementos preexistentes para fazer circular outros sentidos, conforme os interesses hegemônicos, e instituem “uma memória outra”

(ORLANDI, 1993).

De acordo com a teoria da codificação e decodificação, conforme a qual o sentido proposto pelo enunciador pode ser incorporado pelo enunciatário, refratado ou reelaborado a partir de um jogo identitário plural e móvel (HALL, 1999 e 2006), situamos o objeto de pesquisa na problemática da hegemonia cultural (GRAMSCI, 2002). Investigando quais as mediações culturais (MARTÍN-BARBERO, 2001) que tecem as disputas de sentidos nestes processos de comunicação.

A circulação internacional de representações de um povo sobre o outro sempre esteve ligada às relações de poder na esfera econômica e política. Até a forma como empreendemos um estudo sobre este tema carrega em si discursos sobre essas relações de poder. Desde a passagem da humanidade da oralidade para a escrita, acessamos a história “ocidental” a partir dos primeiros registros da literatura, da história, da geografia e das efemérides gregas, bem como, das *actas* romanas ou diurnálias. E, com isso, já estabelecemos o paradigma amplamente problematizado sobre o que seria o ocidente e a história do ocidente, e sobre o quê, quem, como e porquê seriam “os outros” – “os não-gregos” e “os não-romanos”, como por exemplo, os povos persas e chineses.

Entendemos que a ideologia da civilização x barbárie circulou como discurso entranhado nos textos das *actas*, impingindo aos não pertencentes ao Império, ou aos povos dominados, o epíteto de bárbaros, como se apenas o pertencimento ao Império Romano pudesse civilizá-los. Gerando questionamentos sobre se este “outro” era um ser cultural. Com a circulação das *actas* o Império Romano exerceu hegemonia cultural sobre os povos conquistados, elas se transformaram em mediações estratégicas para a manutenção do próprio Império, suprimindo a necessidade de informação e criando sentimentos de identidade e lealdade.

No período de 330 a 1350 d.C., vimos a ascensão do poder da Igreja Católica na Europa, e, principalmente, pela oralidade, dos padres que interpretavam os textos bíblicos e dos relatos de viagem de guerreiros cruzados, peregrinos, mercadores e pregoeiros, ficamos sabendo sobre o “outro” – “os não-cristãos” e “os não-católicos”. E, aquele que não temia ao Deus cristão era considerado bárbaro.

No Renascimento, com a invenção da imprensa e as grandes navegações com objetivo de colonizar outros territórios, as representações de certo e errado, de valores e atitudes aceitáveis, se organizaram a partir da perspectiva europeia e foram replicadas para diversas partes do mundo. A própria noção de Europa se forjou nas obras renascentistas e na circulação das folhas volantes, assim como, as noções do “outro” – o “não-europeu”. O eurocentrismo marcou profundamente, inclusive, a maneira como os povos colonizados perceberam a si mesmos. Os colonizadores foram formando as elites locais e ampliando ainda mais a difusão de ideias eurocêntricas, ao mesmo tempo que iam obliterando as culturas locais.

Nos séculos XVII e XVIII, a Inglaterra e a França se transformaram em grandes

potências econômicas e, com seus meios de produção, ampliaram a produção de material cultural sobre si e sobre os “outros”. No modelo britânico, com mais liberdade de imprensa, e no modelo Francês, com mais controle sobre a imprensa. De toda a forma, em escala cada vez maior, entranharam a sua visão de mundo nas próprias colônias e em toda a sua zona de influência indireta.

Esta é a época em que se desenvolveu o jornalismo moderno, o *party press*, com artigos de opinião e humor, é quando a imprensa se tornou parte central do engendramento da opinião pública e os jornais começaram a contribuir com o engendramento do conceito de nação. Assim, tornou-se perceptível que a questão da identidade nacional medeia as noções de quem é o “outro” – “como o “não-francês” e o “não-britânico”.

No século XIX, formaram-se os mercados nacionais de notícias e o fluxo internacional de notícias, sob o controle de agências europeias, as maiores foram a Havas, a Reuters e a Wolff (SOUSA). A informação difundida pelo mundo conhecido estava subordinada aos interesses estratégicos dos países colonizadores e das empresas com quem as agências mantinham laços. O saber acerca dos continentes não-europeus e seus povos foi estruturado a partir do prisma dos interesses e visões de mundo dos detentores dos meios de produção e distribuição de signos verbais e não-verbais, e de seus colaboradores – por diversas vezes, as elites locais que se consolidaram, justamente, ao se alinharem com estes projetos de poder.

No século XIX, a ideologia da civilização x barbárie já não sustentava os projetos de poder em curso, pois, os mercados haviam se ampliado e a necessidade de consumidores para os produtos industrializados do capitalismo que se consolidava exigia outras explicações para a desigualdade material. Então, travestida de ciência, surge a explicação de que o “outro” não é um “bárbaro” ou um “não civilizado” ou um ser “ não cultural”. A desigualdade material seria atribuída ao “fato” de que “o outro é menos evoluído do que o europeu”, estaria num estágio de desenvolvimento inferior. Assim, a diversidade cultural continuava sem ser reconhecida e as razões da desigualdade material seguiam veladas.

Tanto a ideologia da civilização x barbárie quanto o evolucionismo cultural foram discursos elaborados para justificar a dominação de um grupo sobre o outro. Foram discursos naturalizados no cotidiano e, inclusive, nas escritas que se propunham históricas e científicas, e mais, nos meios de comunicação de massa. Assim, os discursos racistas, misóginos e classicistas também se naturalizaram e se tornaram estruturantes na materialidade social. Foi só na metade do século XX, com obras como a de Lévi-Strauss (1962 e 1970), que a desconstrução científica e o desnudamento ideológico em relação a estes discursos ganharam mais força. Entretanto, eles seguem entre nós.

No século XIX, também, com a industrialização, a urbanização e a chegada dos migrantes, os EUA estabeleceram um novo modelo de imprensa a *penny press*, a imprensa de massa. O modelo de desenvolvimento dos meios de comunicação nos EUA, bastante voltado para a iniciativa privada, tornou-se o modelo predominante no século XX. Este

mesmo modelo é o que impulsionou a expansão da indústria cultural norte-americana ao longo da era eletrônica. Na última década do século XIX, o italiano Marconi desenvolveu o rádio e os franceses irmãos Lumière desenvolveram o cinema, estes inventos representaram o início da era eletrônica. E os EUA transformaram o rádio e, especialmente o cinema, na maior indústria cultural que já se viu, até a chegada da televisão no início do século XX e da internet no final do século XX – indústrias que também se desenvolveram amplamente nos EUA.

O desenvolvimento econômico dos EUA ao longo do século XX e a força crescente de sua indústria cultural tornou cada vez mais relevante o *american way of life* no imaginário dos estado-unidenses, e, o outro, por diversas vezes, passou a ser apontado como o “não-americano”.

Os heróis e vilões das situações sociais, as atitudes corretas e incorretas, os valores aceitáveis ou não, o entendimento sobre o que é ou não um conflito e, inclusive, o que deve ser a resolução para o mesmo, enfim, a produção social de ideias que sancionam as percepções que elaboramos sobre pessoas, lugares e coisas está eivada por essa conjuntura que envolve a formação econômica das relações internacionais.

2 | O PAÍS DO AGRONEGÓCIO

O Brasil é conhecido pelo agronegócio, pelas notícias do mercado de exportação e importação destes bens de consumo e os índices de precificação de *commodities*, na mídia especializada. É exportador de laranja, suco de laranja, banana, melão, carne vermelha (boi gordo), frango, café, soja, farelo de soja, milho, algodão, celulose, minério de ferro, alumínio, aviões, petróleo e combustível feito de cana como o etanol, entre outros.

Os entrevistados que vivem na China citaram o Brasil como exportador de frango, carne vermelha e soja para a China, “as pessoas aqui associam o Brasil com a produção de comida, ele é forte nisso, e a China tem uma população muito grande, então, eles dão muito valor para o brasileiro nesse sentido” (Cristina, China), “a força da agricultura e da pecuária brasileira é uma marca do Brasil por aqui, é motivo de orgulho para todos os brasileiros” (Gérson, China). A China é um país com uma população sete vezes maior que a do Brasil e produz 10% da soja que o Brasil produz. O Brasil exporta frango para mais de 150 países. E, só em 2018, exportou 1,64 milhão de toneladas de carne bovina para diversos países. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a China é o principal destino de exportações de 13 estados brasileiros: Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, e Tocantins. Em 2017, soja, carne de frango, carne bovina, açúcar não refinado, celulose, café e farelo de soja.

Um entrevistado que vive no Japão também mencionou que o Brasil é lembrado pelos japoneses por “criar muita carne, porco, frango, o japonês sabe que o Brasil é

importante nessa área, e a gente fica feliz com isso, saber que valorizam o país é bom até para gente” (Marcelo, Japão). No caso da carne vermelha, o Japão só compra de onde a febre aftosa está erradicada, por isso, no que diz respeito ao Brasil, as compras estão limitadas ao estado de Santa Catarina, que está livre da aftosa. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em 2015, o minério de ferro e seus concentrados, carne de frango congelada, milho em grãos, café cru em grão, alumínio em bruto, ferro-ligas, soja mesmo triturada, celulose, suco de laranja congelado, aviões.

Os dois entrevistados que vivem nos EUA disseram que “para os americanos, o Brasil é referência no agronegócio, mas tem uma disputa” (Joilson, EUA). “tem uma competição, alguma coisa assim no que tem a ver com esse comércio de carne e outros produtos do campo, mas, se um brasileiro aparece aqui e é dono de terra, produtor de gado ou planta alguma coisa, o pessoal entende que é rico, é um brasileiro rico, respeitam mais” (Maria Eduarda, EUA). Para os EUA, segundo país para o qual mais exportamos, vendemos, principalmente, semimanufaturados de ferro e aço, petróleo, celulose e café. De acordo com o Ministério da Economia, esses produtos representam quase 30% dos do que foi para os EUA, em 2018. Destes 30%, 6,8% foram aviões da Embraer.

O Brasil é competitivo no mercado internacional em açúcar, algodão, alumínio, carne bovina in natura, carne de frango, etanol, lácteos, soja, tabaco e siderúrgicos como aço, mas, justamente, em relação a estes produtos, há limitações impostas pelos americanos.

São prejudiciais à entrada dos produtos brasileiros no EUA, a tarifa extra sobre o açúcar quando as importações excedem a quota de 152,7 mil toneladas e as sobretaxas em relação ao aço e ao alumínio, estabelecidas no contexto da guerra comercial entre EUA e China.

No caso do algodão, além de quota tarifária, o produto é amplamente subsidiado pelo governo, tanto, que o Brasil entrou com uma queixa formal na Organização Mundial do Comércio (OMC). A disputa durou de 2002 a 2014, ao final, os EUA tiveram que reduzir subsídios e pagar uma compensação aos produtores de algodão brasileiros.

No caso da carne bovina, o Brasil solicitou a abertura do mercado americano para o produto em 1999 e só obteve a concessão em 2016. Um ano depois, a importação foi suspensa porque a vacina contra a aftosa estava causando abscessos na carne.

Ainda que Trump, em 2018, tenha afirmado que o Brasil trata as empresas americanas de forma “injusta”, como divulgado amplamente nos meios de comunicação, não chegou a estabelecer medidas específicas contra o país. Mas, a fala dele repercutiu no cotidiano dos entrevistados. Conforme um dos entrevistados “o que se viu aqui, depois, dessa fala, foi muita gente fechando a cara a para a gente, mas, também não é todo mundo, o problema é que muita gente pensa como o Trump, eu tenho muito orgulho de ser brasileiro e quando vejo esse tipo de coisa, defendo logo o Brasil” (Joilson, EUA).

O Brasil é o líder mundial em exportação de carne bovina e de frango, e o quarto exportador de carne suína. No ano de 2016 as vendas do setor representaram 7,2% do

comércio global. E os brasileiros que vivem no exterior se apropriam disso com orgulho, mesmo aqueles que descobrem isso por meio dos estrangeiros com quem convivem. Procuram a associar a si mesmos os sentidos positivos que o agronegócio imprime ao país. Tanto que, diante da repercussão negativa dos escândalos como aqueles revelados pela Operação carne Fraca, da Polícia Federal, defendem o Brasil, afirmando “pelo menos estamos investigando e punindo os culpados, e o Brasil é um país continental, não é toda a carne brasileira que é estragada, achar isso também não é justo, mas é conveniente para os americanos que querem dominar este mercado” (Maria Eduarda, EUA).

No Brasil, a Polícia Federal realizou a Operação Carne Fraca e revelou a comercialização de carne adulterada, estragada, com data de vencimento alterada, com aspecto maquiado pelo uso de produtos químicos. De acordo com a BBC Brasil (18/03/2018), os principais envolvidos eram agentes do Ministério da Agricultura e a *holding* BRF, controladora de Sadia e Perdigão, possui no país quarenta e sete fábricas, e sozinha detinha 14% do mercado mundial de aves, exportando para 120 países; e o grupo JBS, controladora das marcas Friboi, Seara, Swift e Pilgrim’s Pride, era considerado o maior frigorífero do mundo, enviando carnes para 150 países. E mais, os principais alvos da investigação doaram 393 milhões de reais para políticos nas eleições de 2014.

Comprovou-se que empresários e agentes públicos se beneficiaram do esquema, 30 empresas e 33 servidores. Além disso, identificou-se também a conexão com partidos políticos que receberam doações das empresas implicadas no caso, inclusive o partido do próprio presidente da república, na época, Michel Temer. Jornais como os americanos New York Times e Washington Post, e os britânicos The Telegraph e Financial Times questionaram o futuro da indústria do agronegócio e as relações com a corrupção.

O destaque do Brasil no agronegócio, inclusive na mídia estrangeira, é utilizado pelos brasileiros que vivem no exterior como elemento de afirmação da identidade nacional. É utilizado no fortalecimento de um senso de valor, diante do estrangeiro. Os brasileiros sequer desenvolvem um olhar crítico em relação ao agronegócio, em razão de ser uma representação percebida mais como positiva do que negativa.

Em relação a corrupção, entretanto, a atitude dos brasileiros vai no sentido de tomar distanciamento, ou reforçar o quanto “o país já avançou no que diz respeito à impunidade” (Sandra, Espanha) ou “torcemos para que a corrupção, pelo menos, diminua” (Éverton, Itália), de novo, com o objetivo de, pelo menos, não perder o senso de valor diante do estrangeiro. Os brasileiros, inclusive, evitam a discussão com os estrangeiros sobre a turbulência política que o Brasil têm vivido e o abismo social que se criou no país.

Isso tudo não é o suficiente para vencer os discursos que estereotipam negativamente os brasileiros, os discursos racistas e misóginos e o preconceito de classe que é dirigido ao Brasil desde uma herança colonialista. As marcas da ideologia da civilização x barbárie e do evolucionismo cultural também não desapareceram. As humilhações relatadas pela amostra evidenciam esta realidade.

Um brasileiro que mora na Alemanha relatou que ouviu de seu chefe no trabalho “pensei que o Brasil só tinha macacos e que eram preguiçosos, mas, o seu país vende gado e você é branco e trabalhador, não me arrependi de incluir você na equipe” (conforme relatado por Carlos, Alemanha). Uma brasileira que mora na Rússia relatou que “a caminho de uma comemoração da equipe, um colega russo me ofereceu dinheiro para eu transar com ele, eu fiquei muito perdida, nem entendi direito o que estava acontecendo, foi do nada, no meio duma conversa sobre o Brasil ser o país que vai garantir o fim da fome na África, aí, outro colega, chileno, entendeu o que estava acontecendo e explicou para o cara que isso não tinha nada a ver e ficou por perto para me dar um apoio, foi um horror” (conforme relatado por Camila, Rússia). Uma brasileira que vive na Itália e trabalha na área de limpeza, de forma clandestina, contou que um de seus patrões, achando que ela ainda não entendia a língua, comentou com um amigo, na sua presença, que “o Brasil é um paisinho que exporta carne boa para a gente comer na Europa, só tem vacas” (conforme relatado por Emily, Itália). E um brasileiro que vive na Espanha e atua como cortador de legumes em um restaurante relatou que “para um povo atrasado, pobre, quase nem gente, que só vive de plantar e de roubar, você já está indo muito bem” (conforme relatado por Wilson, Espanha).

3 I TRAGÉDIAS AMBIENTAIS, ENTRE OUTROS DESASTRES MARCADOS POR IRRESPONSABILIDADE E IMPUNIDADE

Tragédias ambientais, displicência e impunidade medeiam o imaginário de estrangeiros sobre o Brasil, de acordo com os entrevistados: “Eu nem sabia que tínhamos tido tantos problemas com petróleo, oleoduto e incêndios até um professor chamar a atenção para isso” (Joilson, EUA); “Não fazia ideia do quanto impactou as pessoas, fora, as tragédias como a da Boate Kiss, o acidente da TAM, o incêndios dos museus ou o descaso com a Amazônia, quando perguntaram para mim, eu estava conhecendo uma pessoa e nem sabia o que responder (Lucas, França)”, “As barragens que estouraram, as enchentes, os desmoronamentos, esse tipo de coisa vem à tona, em conversa, no trabalho, e a gente não sabe o que dizer” (João Pedro, Inglaterra).

De acordo com a revista Galileu (23/02/2018), 20% da floresta amazônica já não existe mais, o que quer dizer 1 milhão Km², o equivalente a mais de 4 x a área do estado de São Paulo. Quanto menos floresta, menos chuva, e o clima fica seco levando à insustentabilidade da própria floresta. Em 2007, acreditava-se que se a área de floresta chegasse a reduzir 40%, seria um ponto sem retorno. Em 2018, um editorial da revista Science (21/02/2018) afirmou que, em razão do aquecimento global e das queimadas crescentes, já estamos próximos deste ponto sem retorno.

Envolvendo poluição e descarte de lixo, tivemos dois casos marcantes. Um deles foi quando a ONU declarou o município brasileiro de Cubatão como o mais poluído do mundo e

o lugar ficou conhecido como o Vale da Morte, em razão dos altos índices de mortalidade e nascimentos de pessoas com problemas de saúde (1980). O outro foi o acidente radiológico com o Césio-137, quando um aparelho de radioterapia foi encontrado por catadores de lixo em uma clínica abandonada, e, ao desmontá-lo e vendê-lo a contaminação se espalhou (1987).

Em relação a deslizamentos e desmoronamentos em razão de ações humanas, e precipitados por chuvas e enchentes, tivemos inúmeros, com destaque para os desastres na região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina (2008) e na região serrana do Rio (2011).

Envolvendo vazamento ou explosão de combustíveis, já tivemos cinco acidentes bastante impactantes. Vazamento de combustíveis de oleodutos que ligavam a Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão (RPBC) ao terminal portuário da Alemoa, levando ao Incêndio na Vila Socó (1984). Vazamento de óleo na Baía de Guanabara (2000), Vazamento de óleo em Araucária (2000) e Vazamento de óleo na Bacia de Campos (2011). E, ainda, o incêndio em tanques de gasolina e etanol, da empresa Ultracargo, no Porto de Santos (2015).

Só de desastres aéreos tivemos pelos menos nove que causaram inúmeras mortes. O avião da Companhia Real que se chocou contra um quadrimotor da Marinha dos Estados Unidos no Rio de Janeiro (1960); Boeing da Varig, voo 707 (1973); Boeing da Vasp (1982); jato executivo Learjet, que levava a banda Mamonas Assassinas (1996); voo 402, um Fokker 100, da TAM (1996); o Legacy que colidiu com um Boeing da Gol (2006); voo 3054 da TAM (2007); voo 447, jato da Air France (2009) e o voo 2933 da LaMia, com o time da Chapecoense (2016).

Só em relação a vazamentos de barragens, apenas em Minas Gerais, tivemos quatro desastres impactantes: o vazamento de barragem em Cataguases (2003); o rompimento de barragem em Miraf (2007); o rompimento da barragem de Mariana (2015) e o rompimento da barragem de Brumadinho (2019).

Além disso, tivemos incêndio Florestal no Paraná (1963), Incêndio da Boate Kiss (2013), Incêndio do Museu de Língua Portuguesa (2015), Incêndio do Museu Nacional (2018) e Incêndio do centro de treinamento do Flamengo (2019).

Quando confrontados com o olhar do outro sobre situações que envolvem desastres ambientais, como a destruição da Amazônia, a poluição e o descarte de lixo, a ruptura de barragens, entre outros, como o incêndio da Boate Kiss, os brasileiros que vivem no exterior se apropriaram disso para conscientizarem-se sobre as questões, claramente, tomaram isso para si como um aprendizado sobre o próprio país. “Fui ver um pouco sobre isso, notei que sei pouco sobre o meu próprio país e sobre o meio ambiente também, tanto o que temos de bom quanto o que temos de ruim, aprendi muito aqui sobre a importância de ter cuidado com o meio ambiente, no dia a dia mesmo” (Joilson, EUA), “Comecei a me interessar pelas questões ambientais e conhecer mais o Brasil” (João Pedro, Inglaterra), “percebi que sei pouco sobre a minha própria história, porque a história do país é minha

também, e comecei a pensar sobre como eu posso contribuir” (Lucas, França).

Os estrangeiros utilizaram esses aspectos em relação aos brasileiros da seguinte forma: o professor, o colega de trabalho e a nova amiga dos entrevistados estavam buscando aproximarem-se e estabelecer um processo de comunicação. No caso do professor, o objetivo era gerar identificação com o aluno, mas questionar o preparo do brasileiro para cuidar da riqueza ambiental de seu próprio país, como se evidencia ao dizer que “infelizmente, o país é roubado e explorado pelas próprias elites e o povo brasileiro segue entorpecido” (conforme relatado por Joilson, EUA); no caso do colega de trabalho, o objetivo era expor uma fragilidade de formação do colega brasileiro, numa atitude de competição, como se evidencia ao dizer em tom de brincadeira “um brasileiro que não sabe nem o que acontece no seu país, como veio trabalhar na empresa?” (conforme relatado por João Pedro, Inglaterra); e no caso da nova amiga o objetivo era questionar sobre algo relacionado ao país para conhecer melhor o brasileiro com quem estava em diálogo, com isso, veio à tona a falta de informação do próprio brasileiro e, em seguida, outro questionamento: “como é o ensino no Brasil?” (conforme relatado por Lucas, França).

Os questionamentos dos estrangeiros podem ser amparados em dados, mas, somado a isso há uma generalização negativa, base do preconceito, e uma atitude de superioridade expressa no próprio processo de comunicação. Em nenhum momento estabelecem algum tipo de autocrítica, ou se colocam em posição passível de crítica, em relação a nenhum dos temas. Os brasileiros, corpos estrangeiros naqueles territórios é que ficam sob escrutínio e uma das mediações culturais relevantes neste processo de comunicação foi a educação formal, escolar, ou informal, especialmente, de caráter noticioso e, portanto, midiático, sobre o cotidiano do próprio Brasil. A questão da escolaridade é, por sua vez, atrelada ao poder econômico.

Neste caso, em que desastres ambientais, entre outros, caracterizados pela irresponsabilidade humana, seguida pela impunidade estrutural, a identidade nacional não foi acionada entre os brasileiros que vivem no exterior. Foi acionado, sim, um sentimento de pertença àqueles que se colocam como responsáveis com a vida humana e o meio ambiente, no caso, o estrangeiro, entendido pelo próprio brasileiro com melhor informado.

Evidentemente, a reconhecida falta de informação dos brasileiros que integram a amostra, de um lado, os levou a aprender sobre os temas, mas, de outro, não os levou a se informar sobre os temas de forma suficiente a ponto de poderem questionar a ideia que internalizaram, a partir do discurso estrangeiro, de que o Brasil, em oposição aos americanos ou europeus, não cuida bem da sua natureza abundante, nem valoriza a vida humana, permitindo a reincidência de desastres como estes e a perpetuação da impunidade.

Claro que, no que diz respeito ao Brasil, temos sim, um quadro preocupante em todos estes aspectos, o problema é a generalização a partir da identificação da nacionalidade. E, não necessariamente, o estrangeiro americano ou europeu são modelos a seguir, basta estudar a história de exploração do meio ambiente e corrupção que estes mesmos lugares

já vivenciaram. E, ainda, entender, historicamente, os seus interesses em relação ao Brasil, e as consequentes representações que circulam sobre o país em território estrangeiro e medeiam o processo de socialização dos brasileiros nestes lugares.

4 | ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Mesmo quando os tópicos de diálogo são o agronegócio e tragédias ambientais, entre outras, na disputa pela formação da opinião e das subjetividades, ainda predomina a ideologia da civilização x barbárie, o evolucionismo cultural, o colonialismo, o preconceito de classe, o racismo e a misoginia.

É em território estrangeiro que os brasileiros caucasianos se insurgem contra as representações estereotipadas sobre o Brasil e sua gente, eles percebem, como dizem, “pela primeira vez” (Carlos, Alemanha), a sua posição social a partir da ótica colonialista. E, mesmo quando seus fenótipos evidenciam a ascendência negra e indígena, há ressentimento quando ocorre esta identificação. A questão racial não desaparece nem quando o tema abordado nas interações sociais com o estrangeiro é o agronegócio ou tragédias ambientais. E, mesmo, ressentindo o preconceito, os brasileiros acabam por internalizá-lo, ao combaterem-no negando a associação a negros e indígenas.

Também, não desaparece a o preconceito em relação à mulher brasileira e, ao repudiarem a percepção de são promíscuos, por diversas vezes, os brasileiros que vivem no exterior reproduzem o discurso hegemônico, procurando distinguir-se de “mulheres que não se dão ao respeito” (Camila, Rússia).

Ainda, não desaparece o preconceito de classe. Tanto os brasileiros que atuam nas áreas de limpeza, cozinha, construção e fábrica, de forma clandestina ou legalizada, quanto os estudantes e estagiários ressentem quando seus patrões desconfiam de sua honestidade e subestimam a sua formação “acham que a gente não sabe nada, não gosta de trabalhar e que quer levar vantagem em tudo” (Lucas, França). Ressentem-se, sobretudo, quando são identificados como “pobres” (Éverton, Itália). E, diante disso, procuram se distanciar desta associação de sentidos, incorporando ainda mais os valores da sociedade de consumo, para ostentar e procurar se incluir entre os estrangeiros. Neste processo, também, reproduzem o preconceito de classe ao dizerem que “eles pensam que todo brasileiro é pobre e burro, eu fui muito bem criada” (Sandra, Espanha).

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. e VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2002.

BBC Brasil. **Escândalo da carne lança dúvida sobre agronegócio, “pilar” da economia brasileira, diz NYT** *BBC Brasil*. BBC.com. 18 de março de 2017. Consultado em 12 de maio de 2019.

BOSI, E. **Entre a opinião e o estereótipo**. In: *O tempo vivo da memória*. São Paulo: AE Editorial, 2004.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GALILEU. **Destrução da Amazônia está perto de atingir um ponto sem volta**. Edição de 23 de fevereiro de 2018. Consultado em 20 de maio de 2019.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HALL, S. **Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais**. In: Sovik, L. *Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

LÉVI-STRAUSS, C. **A crise moderna da antropologia**. In: *Revista de Antropologia*, vol. 10, p. 20-26. 1962.

LÉVI-STRAUSS, C. **Raça e História**. In: Vários autores (orgs.) *Raça e Ciência*. Volume 1, p. 231-269. São Paulo: Perspectiva, 1970.

LIPPMANN, W. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Marcuse, H. **Hegel's ontology and the theory of historicity**. Cambridge, London: The MIT Press, 1987.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às Mediações. Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

MUNANGA, K. **Preconceito de Cor; diversas formas, um mesmo objetivo**. In: *Revista de Antropologia*, vol. 21, p. 145-153, São Paulo: USP, 1978.

ORLANDI, E. P. **Vão surgindo sentidos**. In: ORLANDI, E. P. (org.) *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.

PICKERING, M. **Stereotyping: the politics of representation**. New York: Palgrave, 2001.

SCIENCES ADVANCES. Editorial **Amazon Tipping Point** (Thomas E. Lovejoy and

Carlos Nobre). 21 de fevereiro de 2018, vol.4, nº2, consultado em 15 de maio de 2019.

O CELEIRO VAZIO: A DECISÃO DE PUBLICITÁRIOS DE DEIXAR AS AGÊNCIAS CARIOCAS

Data de aceite: 01/09/2020

Roberto Sá Filho

Mestre em Gestão da Economia Criativa pela ESPM-Rio.

Diego Santos Vieira de Jesus

Doutor em Relações Internacionais pela PUC-Rio. Docente e pesquisador do Programa de Mestrado Profissional em Gestão da Economia Criativa da ESPM-Rio.

RESUMO: O objetivo é examinar por que publicitários deixaram as agências do Rio de Janeiro para exercer a profissão em outras cidades, como São Paulo ou cidades criativas no exterior. Sustenta-se que a decisão desses profissionais de deixar agências de publicidade no Rio de Janeiro esteja relacionada à maior instabilidade financeira de tais publicitários diante da redução das receitas das agências locais e da diminuição dos gastos com publicidade por empresas contratantes, diante do agravamento da crise político-econômica no município desde o início da década passada.

PALAVRAS-CHAVE: Publicidade; Rio de Janeiro; crise político-econômica

THE EMPTY BARN: THE DECISION OF ADVERTISERS TO LEAVE RIO'S AGENCIES

ABSTRACT: The aim is to examine why advertisers have left the agencies of Rio de

Janeiro to work in other cities, such as São Paulo or creative cities abroad. It is argued that the decision of these professionals to leave advertising agencies in Rio de Janeiro is related to the greater financial instability of such advertisers due to the reduction of revenues of local agencies and the decrease in advertising spending by contracting companies in the face of the worsening of the political-economic crisis in the city since the beginning of the last decade.

KEYWORDS: Advertising; Rio de Janeiro; political-economic crisis

1 | INTRODUÇÃO

A publicidade faz parte de um conjunto de setores que compõem a “economia criativa”, expressão que se refere a bens e serviços que têm base no talento e na habilidade individuais e coletivas (MIGUEZ, 2007, p.96-97). Instituições como a FIRJAN (2014) apontam a relevância da publicidade na ocupação de profissionais criativos no Brasil: cerca de 20% desses profissionais (154,8 mil) atuam no setor. Eles integram o que Florida (2011) chama de “classe criativa”, um conjunto de pessoas que domina o conhecimento e as infraestruturas tecnológicas nas quais vão fluir, circular e interagir os produtos criativos e estimula um ambiente aberto à diversidade a fim de desenvolver e difundir ideias.

Desde a inserção de temas relativos à economia criativa no debate político sobre desenvolvimento e cultura no Brasil na

primeira metade da década de 2000, o Rio de Janeiro buscou se posicionar nacional e internacionalmente como uma “cidade criativa”, na qual a articulação entre atividades sociais e artísticas, setores criativos e governo produz uma efervescência cultural que atrai talentos e fortalece o potencial criativo de empresas e instituições (LANDRY; BIANCHINI, 1998). Na publicidade, a cidade tornou-se um centro de treinamento e preparação de mão de obra qualificada. Todavia, pode-se constatar que um grande número de publicitários vem deixando as agências do Rio de Janeiro para atuar em São Paulo e outras cidades criativas pelo mundo.

Muitos profissionais que despontaram no mercado publicitário paulista, principal polo do setor no país hoje, são oriundos do Rio de Janeiro. Entre eles, podemos citar Marcello Serpa, que esteve à frente da ALMAP durante anos e é, até hoje, considerado um dos principais publicitários brasileiros. Hoje, nesta mesma agência paulista, permanecem no comando criativo Benjamin Yung Junior e Bruno Prósperi, de origem carioca. Outros exemplos são Fábio Fernandes, presidente e fundador da F/Nazca, e seus diretores de criação, Pedro Prado e Leonardo Claret. Outro caso pode-se ver na agência AFRICA, de Nizan Guanaes, que possui em sua carreira uma passagem marcante pelo setor de publicidade do Rio de Janeiro e hoje insere em suas equipes profissionais cariocas. Cabe também citar Guilherme Jahara, CEO da F.Biz; Ricardo Diniz, diretor de criação da ISOBAR; e Fernando Campos, que, após ter sido presidente do Clube de Criação do Rio de Janeiro (CCRJ), migrou para São Paulo, onde abriu sua agência Santa Clara.

Um déficit de profissionais criativos como os publicitários pode trazer um prejuízo considerável em médio e longos prazos para determinado território, cidade ou país (FLORIDA, 2005). Ainda que o Rio de Janeiro apresente uma grande capacidade de formação de talentos em tantas áreas da economia criativa, chama a atenção o fato de publicitários não permanecerem exercendo sua profissão na cidade, um celeiro de grandes nomes do setor. O objetivo é examinar por que publicitários deixaram as agências do Rio de Janeiro para exercer a profissão em outras cidades, como São Paulo ou cidades criativas no exterior, especialmente a partir do início da década de 2000. Sustenta-se que a decisão desses profissionais de deixar agências de publicidade no Rio de Janeiro está relacionada à maior instabilidade financeira de tais publicitários diante da redução das receitas das agências locais e da diminuição dos gastos com publicidade por empresas contratantes diante do agravamento da crise político-econômica no município desde o início da década passada.

Num primeiro momento, foi realizado um mapeamento quantitativo dos posicionamentos dos publicitários que atuam no Rio de Janeiro acerca das condições de trabalho do mercado carioca. A seguir, foi realizado um estudo qualitativo baseado em dados coletados em entrevistas semiestruturadas com 10 profissionais do setor publicitário que deixaram as agências do Rio de Janeiro para exercerem a profissão em outras cidades, conforme se esmiuçarás nas considerações metodológicas.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com a implementação do modelo econômico neoliberal no Brasil desde o início da década de 1990, a manutenção da estabilidade monetária e o controle da inflação se sobrepuseram a avanços mais profundos e mais significativos em termos de seguridade social e políticas de emprego, trabalho e renda (GOMES, 2006, p.30), o que motivou um quadro de maior instabilidade financeira dos trabalhadores em geral, inclusive dos setores criativos. Gomes (2006, p.203) aponta que, no Brasil, as condições políticas e sociais das lutas de classe não foram suficientemente profundas para engendrar mecanismos de defesa institucionais que pudessem contrabalançar os efeitos deletérios de um processo intenso e dinâmico de desenvolvimento econômico.

Quanto à dinâmica específica do setor da publicidade, o modelo de comissionamento – que até hoje se mantém como principal fonte de renda das agências – sofre diversas críticas. Said (2002) afirma que o descontentamento básico com o sistema de comissão por parte dos anunciantes se dá por conta da economia de escala que o acompanha. Esse modelo favorece grandes agências, que ganham altas comissões por um único trabalho, valores que os clientes querem economizar. Outra fragilidade deste sistema é que, com o conhecimento desses valores e pressões do mercado, não é incomum que a agência e o anunciante acertem uma taxa baixa como condição imposta para negócios novos (SAID, 2002, p. 128).

Com o corte de custos, diversas empresas concentram suas operações nos mercados consumidores maiores e podem levar a um movimento de saída de agências e profissionais dos mercados menos pulsantes (GRACIOSO; PENTEADO, 2008, p.212). Com a prevalência da elevada rotatividade e da baixa remuneração, a facilidade de contratação e dispensa de mão de obra trouxe, para as empresas, uma enorme flexibilidade, antes dificultada com contratos de trabalho por tempo indefinido. Isso permitiu a substituição dos empregados e a adaptação do quadro de pessoal ao ritmo da produção e das vendas. No setor da publicidade, caso haja uma diminuição dos gastos com campanhas por empresas contratantes diante do agravamento de crises político-econômicas, a receita das agências responsáveis pela publicidade dessas empresas cai, e profissionais do setor podem mais facilmente ser demitidos ou ter reduções salariais. Assim, acabam vislumbrando melhores oportunidades profissionais em outros locais onde podem encontrar salários maiores e condições melhores de trabalho (BALTAR, 1996).

3 | CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Na fase inicial da pesquisa, foi aplicada uma abordagem quantitativa, envolvendo 176 profissionais atuantes em agências do Rio de Janeiro. O objetivo desta fase foi desenvolver um mapeamento dos posicionamentos acerca das condições e das relações de trabalho de publicitários de diferentes setores de agências cariocas. A coleta de dados

ocorreu por meio de *survey* na plataforma digital “SurveyMonkey”. Os dados provenientes da pesquisa quantitativa foram examinados a partir da verificação da relação existente entre a insatisfação com os salários e as relações de trabalho no mercado carioca e a percepção acerca dessas condições nos mercados nacional e internacional.

Na etapa seguinte, desenvolveu-se uma abordagem qualitativa que procurou compreender por que profissionais decidiram deixar agências cariocas para exercerem a profissão em São Paulo e em cidades criativas no exterior. Foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com 10 publicitários que atuam no setor de criação e deixaram agências do Rio de Janeiro para trabalhar em São Paulo ou em cidades criativas fora do Brasil. Não foram considerados na realização das entrevistas profissionais que estejam atuando nas agências de publicidade do Rio de Janeiro ou aqueles que deixaram as agências cariocas para atuar em outras profissões. Foi utilizada para a investigação dos dados a análise de conteúdo na sua vertente qualitativa, seguindo os parâmetros colocados por Vergara (2012, p.7-17).

Realizou-se inicialmente a preparação com a seleção dos textos representativos e pertinentes na amostra das 10 entrevistas. Em seguida, foi feita a categorização, na qual os dados foram agrupados de acordo com suas semelhanças e analogias a partir do critério semântico. Dessa forma, foram definidas duas categorias semânticas a partir das quais se sistematizaram as posições dos entrevistados: a) Aspectos de mercado: refere-se à posição geral dos entrevistados acerca do mercado carioca, dos recursos disponíveis para produção e divulgação de campanhas e do impacto dos aspectos sociopolíticos locais e nacionais sobre o setor da publicidade na cidade do Rio de Janeiro; b) Relação de trabalho: refere-se à posição dos entrevistados acerca das relações de trabalho no Rio de Janeiro e em outras cidades, como São Paulo e cidades criativas no exterior. Com base na categorização proposta, foi feita a descrição de cada uma das categorias, que também se utilizou citações diretas dos dados originais a fim de reproduzir o mais fielmente possível a posição manifesta pelos entrevistados acerca dos temas de cada categoria. A partir da descrição dos dados coletados nas entrevistas, partiu-se para a interpretação do seu conteúdo.

4 | RESULTADOS

Na amostra considerada na fase inicial da pesquisa, a qual considera publicitários que exercem a profissão no Rio de Janeiro, a grande maioria dos respondentes foi da área de criação (48,85%), ficando os respondentes de todos os outros departamentos das agências. Quando perguntados sobre a relação de trabalho com sua agência, apenas 32,95% declararam trabalhar com carteira assinada. Apesar de esta modalidade ser a que aparece com mais frequência, é válida a ressalva de que representa apenas 1/3 dos trabalhadores respondentes. Logo, 2/3 desses trabalhadores permanecem trabalhando com

relações de trabalho alternativas, que não oferecem garantias e seguranças empregatícias. A maioria dos respondentes (61,36%) considera a relação com as agências injusta (sempre ou quase sempre), enquanto apenas uma minoria (14,77%) considera essa relação justa (sempre ou quase sempre), como revela a Figura 1.

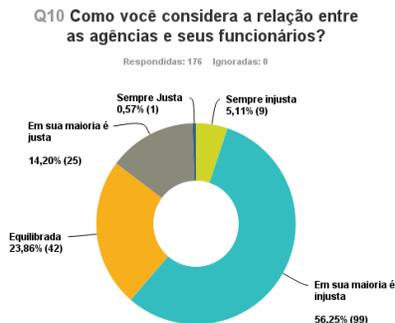


Figura 1 – Consideração dos profissionais acerca das relações com as agências

Fonte: Os autores.

Quando perguntados se já haviam pensado em sair de agências cariocas para as de outras cidades, 88,57% responderam que pensam sempre ou já pensaram em sair do Rio de Janeiro (Figura 2). Quando questionada sobre possíveis destinos imaginados, a maior parte dos respondentes citou São Paulo, EUA e Europa.

Q17 Já pensou em trabalhar fora do Rio de Janeiro?

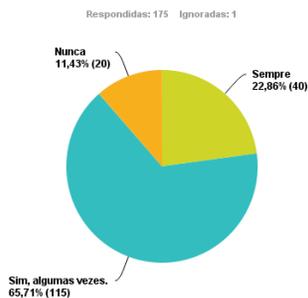


Figura 2 – Consideração dos profissionais acerca do trabalho fora do Rio de Janeiro

Fonte: Os autores.

Os dados mostraram também que as pessoas nas faixas de salário mais baixas são também as mais descrentes da eficácia das Leis Trabalhistas Brasileiras (Figura 3). Mesmo que essa confiança aumente nas faixas salariais mais altas, o nível de confiança ainda é baixo.

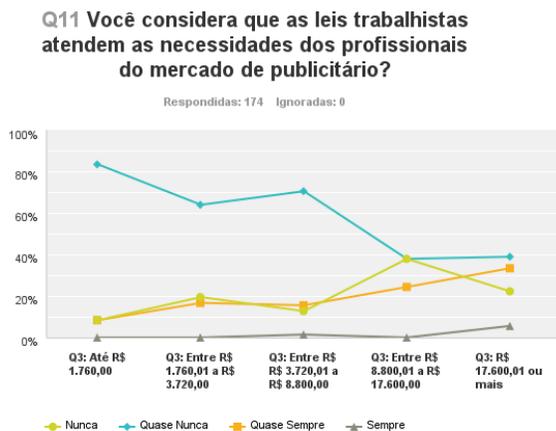


Figura 3 – Faixa salarial e leis trabalhistas

Fonte: Os autores.

Para entender se o salário é um motivo de insatisfação com o setor da publicidade carioca, foi realizado o cruzamento entre as faixas salariais e os pensamentos sobre o trabalho fora da cidade. Ficou claro que, apesar de indivíduos em todas as faixas salariais terem esse pensamento positivo sobre o trabalho fora do Rio de Janeiro como predominante, entre os profissionais com salário mais baixo essa ideia é um pouco mais comum do que nas demais faixas, vide a Figura 4. Se considerados a relação de trabalho e o grau de satisfação com o mercado, todas as categorias apresentam alto grau de insatisfação (Figura 5).

Q17 Já pensou em trabalhar fora do Rio de Janeiro?

Respondidas: 173 Ignoradas: 1

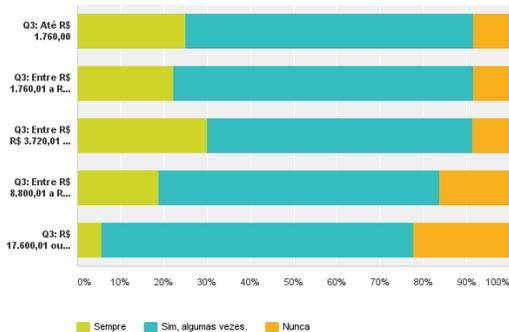


Figura 4 – Faixa salarial e Pensamento sobre trabalho fora do Rio de Janeiro

Fonte: Os autores.

Q15 Qual o seu grau de satisfação com o mercado de publicidade do Rio de Janeiro?

Respondidas: 169 Ignoradas: 2

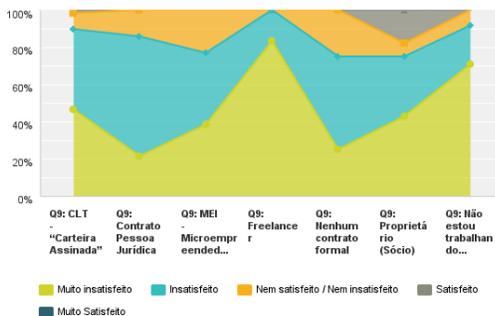


Figura 5 – Relação de trabalho x Satisfação com o mercado carioca de publicidade

Fonte: Os autores

Na pesquisa qualitativa, foram considerados os dados das entrevistas semiestruturadas com 10 publicitários cujos perfis são apresentados no Quadro 1.

Entrevistado	Agência	Cargo	Cidade	País	Saída RJ
E01	JWThompson	DC/DA	Atlanta	EUA	2006
E02	Maccann	DC/DA	Hong Kong	China	2008
E03	NAME Communication	DC/DA	Berlim	Alemanha	2007
E04	DigitasLbi	DA	Chicago	EUA	2016
E05	DDB Budapeste	DA	Budapeste	Hungria	2010
E06	DM9DDB	DA	São Paulo	Brasil	2017
E07	F.Biz	DA	São Paulo	Brasil	2013
E08	GTB	Redator	São Paulo	Brasil	2014
E09	F/NAZCA	DA/DC	São Paulo	Brasil	2008
E10	Santa Clara	DA	São Paulo	Brasil	2008

Quadro 1 – Perfis dos entrevistados

Fonte: Os autores

No que diz respeito aos aspectos de mercado, foi possível identificar nas entrevistas que, por conta de questões profissionais e sociopolíticas, estes indivíduos preferem residir e trabalhar em outras cidades. O relato dos entrevistados é o de que a ida para São Paulo, caminho percorrido em algum momento pela quase totalidade dos componentes da amostra, acaba sendo para muitos apenas um passo para buscarem uma carreira no exterior. Alguns dos que trabalham hoje em São Paulo mencionaram a possibilidade de sair do país em um futuro próximo. Os aspectos ligados às questões políticas e socioeconômicas predominam nas falas desses entrevistados, em particular pontos negativos relacionados à segurança, à política e à qualidade de vida no Rio de Janeiro. Entre os aspectos sociais, além da crise financeira na cidade, a violência e o esvaziamento econômico mostraram-se como impulsionadores das decisões de deixar o Rio de Janeiro. “Não é essa crise de agora. No Rio, a crise é de sempre” (ENTREVISTADO E05).

Além disso, constam nas entrevistas indicações da menor estabilidade nos empregos no Rio de Janeiro, com relatos de demissões constantes, demissões em massa e uma baixa remuneração em relação ao setor da publicidade paulista. “Eu queria ter ficado no Rio, mas tá tudo ruim. Nem só de trabalho não que faliu, mas de custo de vida, de política e de violência também” (ENTREVISTADO E08). Entre os que foram para o exterior, os relatos divergem muito pouco. “No momento, meu esforço é pra ficar por aqui [nos EUA]. É uma decisão que não envolve só o trabalho, mas o cenário geral do Rio” (ENTREVISTADO E04). A busca por uma melhor qualidade de vida esteve bastante presente nas entrevistas feitas com aqueles que deixaram o Brasil. Eles alegaram que, além de melhores condições de trabalho, os horários praticados e os turnos não estendidos no exterior contrastam com constantes horas-extras não-remuneradas no Rio de Janeiro. Ainda que no mercado paulista a prática de horas-extras não-remuneradas seja considerada por alguns entrevistados

até como mais abusiva do que no Rio de Janeiro, esses profissionais consideram que tal prática torna-se mais tolerável na medida em que o salário é visto como melhor do que o pago no mercado carioca.

As diferenças na estruturação dos mercados paulista e internacionais com relação ao Rio também foram destacadas. “Em São Paulo, o mercado é maior, mais bem estruturado, com clientes com mais dinheiro, melhor estrutura de produção, maior respeito pelo trabalho. No Rio, o mercado acabou” (ENTREVISTADO E06). O entrevistado E10 aponta que “[São Paulo] ainda não é ideal, mas os empresários daqui sabem que são a opção para quem quer trabalhar para grandes contas, com uma estrutura melhor” (ENTREVISTADO E10). O entrevistado E01 – que hoje trabalha no exterior, mas já trabalhou em São Paulo – trouxe um panorama ainda mais preciso:

Eu ainda tenho essa visão do mercado do Rio [que tem contas menores e por isso é menos profissional e estável do que São Paulo] [...] Em São Paulo, eu tinha uma estrutura para trabalhar e muito mais ferramentas [do que no Rio], mais dinheiro pra fazer, ferramentas de pesquisa melhores, até computadores melhores e contas melhores, um ambiente de trabalho muito maior e mais estruturado (ENTREVISTADO E01).

As diferenças mencionadas no trecho acima são reiteradas pelo entrevistado E07:

Pude me deparar com um mercado de trabalho mais profissional e maior [em São Paulo], com mais opções de agências e mais vagas na criação. O Rio de Janeiro veio encolhendo de uns anos pra cá, e é cada vez mais difícil conseguir uma vaga boa. Além disso, pude realizar trabalho para clientes maiores em São Paulo e, por consequência, melhorar a qualidade do meu portfólio (ENTREVISTADO E07).

Em todas as entrevistas, a instabilidade profissional apareceu como uma das grandes fragilidades do mercado carioca. Alguns entrevistados fizeram declarações categóricas, como “No Rio, eu ficava constantemente desempregado” (ENTREVISTADO E07) ou “Definitivamente, a instabilidade e os salários de merda do Rio me fizeram deixar o estilo de vida da Cidade Maravilhosa” (ENTREVISTADO E03).

No que concerne às relações de trabalho no Rio de Janeiro, a posição predominante dos entrevistados é a de que a exploração e a descrença ditam o tom do setor de publicidade carioca. As declarações focam predominantemente a falta de amparo legal, principalmente do regime da CLT, e a não-aplicação de leis trabalhistas, que acabam caindo em descrédito. A maioria dos entrevistados, quando atuou no mercado carioca, trabalhou sem carteira assinada, e a busca por seus direitos na Justiça mostrou-se esvaziada pelo medo de serem segregados em um mercado de tamanho reduzido. No que tange aos baixos salários, encontraram-se evidências de que São Paulo e cidades criativas no exterior remuneram melhor o profissional nos mesmos nível e função em relação ao Rio de Janeiro.

Eu ganhava na época [R\$] 2,5 mil, na MG [agência carioca extinta], e, quando fui para São Paulo, o cara me deu 5 mil, com um cargo que ele pediu desculpa para mim. Ele disse 'Eu só tenho 5 mil', porque o cargo era pra ganhar 10 [mil reais]. Veja a discrepância muito grande de salário entre Rio e São Paulo (ENTREVISTADO E01).

Enquanto a maioria dos entrevistados diz que trabalhou no Rio de Janeiro sem carteira de trabalho assinada, ou com apenas parte do salário constando nesta carteira, os relatos sobre outros mercados são bem diferentes desses. “No Rio, eu nem lembrava que tinha carteira [de trabalho]. Nunca me pediram, só lembrei que tinha quando vim pra cá [São Paulo]” (ENTREVISTADO E08). O entrevistado E02 esclarece como a situação se coloca em outros países:

Não existe no exterior a carteira, mas não existe em nenhum dos mercados que eu passei você estar ilegalmente empregado. Você sempre tem um contrato e normalmente ele cuida de tudo, desde o visto até o plano de saúde. Às vezes há até passagens para voltar ao seu país uma vez por ano. Não existe trabalhar ilegal. E no Rio, trabalhar sem carteira assinada, como eu trabalhei, é trabalhar ilegal (ENTREVISTADO E02).

Além disso, há posições de que a prática do setor publicitário carioca é injusta com o profissional. “Em São Paulo, tudo é mais profissional. Mais respeitoso. No Rio, um dia, o cara é amigão e explora você; no outro, te detona e nem olha na tua cara” (ENTREVISTADO E06). Com relação a mercados no exterior, as leis trabalhistas, mesmo que diferentes das brasileiras, são apresentadas como satisfatórias. Em alguns casos, o profissional que trabalha no exterior sente-se mais respeitado e valorizado.

Aqui [em Berlim], o cara te contrata para ser parceiro e não para te explorar. Ele te trouxe porque viu seu trabalho e achou bom. Quer aquele profissional na equipe dele. Quando eu estava no Rio, a impressão que eu tinha, ainda tenho de longe, é que as agências têm uma mão de obra quase escrava para garantir o salário bom do dono. Aqui não, aqui não tem essa de carteira. É contrato, mas melhor que a carteira, porque tem respeito (ENTREVISTADO E03).

5 | ANÁLISE E DISCUSSÃO

Observou-se, na amostra considerada na pesquisa quantitativa, que o baixo nível dos salários e a insatisfação com as relações de trabalho estão diretamente ligados à insatisfação dos publicitários que atuam no Rio de Janeiro com o mercado em que exercem suas profissões. Por sua vez, essa insatisfação se correlaciona ao pensamento desses profissionais em sair da cidade para outros mercados. A percepção dos profissionais inseridos no setor publicitário do Rio de Janeiro é a de que, em linhas gerais, o mercado nacional apresenta melhores condições do que na cidade. Entretanto, pode-se concluir que, para os mesmos, “mercado nacional” refere-se mais especificamente a São Paulo, a

única localidade brasileira citada nas perguntas diretas sobre destinos desejados. Neste cenário atual em que a globalização colocou em evidência o potencial de diversos territórios, cidades com capacidade de atrair a mão de obra criativa levam vantagens em relação a centros menos aptos para tais práticas (FLORIDA, 2005).

Ao nos debruçarmos sobre os resultados da pesquisa qualitativa, foi possível verificar que os entrevistados apontaram como uma das principais motivações para sua saída do setor da publicidade carioca a crise econômico-financeira na cidade do Rio de Janeiro, que aparece relacionada à queda da qualidade de vida, ao agravamento da violência e às oportunidades mais limitadas de inserção social. Porém, ao analisarmos essas motivações em mais profundidade, é possível dizer que tal crise tem uma dimensão mais densa que não se limita à dinâmica do setor da publicidade ou mesmo a fatores estritamente socioeconômicos, mas abarca também um conjunto de fatores também relacionados à política da cidade. Além desses elementos, tais entrevistados apontaram também como fator que justificaria sua decisão de deixar o Rio de Janeiro o maior reconhecimento pelos pares e pelo público em São Paulo e em cidades criativas no exterior.

Como aponta Bezerra (2012), a corrupção se estrutura no aparato público a partir da criação de redes pessoais e participa da política do Estado ao delimitar relações e práticas que protegem grupos e elites específicos, conforme se comprovou nos casos de corrupção em dimensão nacional nos quais políticos da cidade e do estado do Rio de Janeiro estiveram envolvidos desde o início da década de 2000, bem como nas esferas públicas estadual e municipal. O agravamento da crise política no Rio de Janeiro a partir de 2000 está intimamente relacionado à intensificação e à complexificação dessas redes pessoais, que vieram ao conhecimento público com uma frequência ainda maior desde o início da década por conta da maior atuação da Polícia Federal na investigação de tais casos, da maior ação do Poder Judiciário na punição de culpados e da maior informação promovida pela mídia acerca dos inúmeros eventos de corrupção. Segundo Filgueiras (2009), o clientelismo, a patronagem, o patriarcalismo e o nepotismo são exemplos de relação do Estado com a sociedade, em que a corrupção se manifesta por meio do acesso aos privilégios mediante a compra de cargos públicos, favores da burocracia e participação no erário do Estado.

O desmonte gradual dessas redes no Rio de Janeiro afetou inúmeras empresas envolvidas em tais esquemas e afastou investidores, uma vez que, em um contexto globalizado, o rebaixamento que a revelação de tais casos provoca na avaliação do risco de crédito na cidade motiva temores no mercado e altera as decisões de investidores quanto à alocação de recursos (JESUS, 2014). Mesmo as transformações urbanas ocorridas para a realização de eventos como os Jogos Olímpicos de 2016 mostraram-se práticas lesivas aos cofres públicos, o que fez com que seus resultados e legados ficassem aquém do esperado. Além disso, denúncias de casos de corrupção envolvendo obras realizadas para tais eventos já começam a ser evidenciadas, sinalizando que, também em âmbito municipal,

relações promíscuas entre a Prefeitura e setores da iniciativa privada internalizaram ainda mais a corrupção no aparato de Estado e motivaram a descrença da população com relação à recuperação efetiva do município em termos socioeconômicos após esses eventos. A decepção diante do agravamento da crise sociopolítica foi mencionada pelos publicitários entrevistados. Como desenvolve Tafner (2006), os trabalhadores são prejudicados com tal contexto, uma vez que muitos se tornam desempregados e não contam com uma proteção eficiente. Nesse sentido, veem-se obrigados a buscar novos mercados ou mesmo outros setores a fim de se reinserirem em atividades produtivas.

A crise também é consequência de uma série de fatores conjugados nos últimos anos, como a aprovação da mudança na distribuição dos royalties do petróleo em 2013, que ampliou o repasse de dinheiro para Estados e municípios não-produtores e reduziu a parcela destinada àqueles onde há extração. Essa mudança fez com que o estado do Rio de Janeiro – um dos principais produtores de petróleo no Brasil – pudesse perder mais de R\$ 65 bilhões em nove anos (POSTALI; NISHIJIMA, 2011). O agravamento da crise ocorre em especial em face das denúncias de corrupção e de esquemas de desvio de verbas praticados não só por governantes das três esferas de governo, mas por políticos de diversos escalões e empresas privadas de diversos setores, inclusive do setor criativo da publicidade.

Em contrapartida, no que diz respeito ao aspecto econômico, São Paulo contou com maiores atrativos para o estabelecimento de empresas de diversos setores do que a cidade do Rio de Janeiro, como incentivos fiscais mais volumosos, melhor infraestrutura de transportes e serviços, maior mobilização de novas tecnologias para a prática produtiva, uma cultura empreendedora mais disseminada e um maior mercado consumidor, além de maior reconhecimento dos publicitários pelos seus pares e pelo público. No âmbito internacional, a crise instaurada globalmente em 2008 não eliminou a atratividade de empresas e trabalhadores para algumas cidades criativas, principalmente na Europa e nos EUA. Vê-se que muitas cidades nas economias desenvolvidas começaram gradativamente a sair do quadro de crise fosse com o equilíbrio gradual de suas contas por meio da implementação de políticas de austeridade, fosse com o incentivo a setores da economia com grande potencial para a geração de emprego e renda, em especial os criativos, como Nova York, Londres, Paris e Berlim (GOLDENSTEIN, 2014, p.91-93). Algumas dessas cidades foram as que mais atraíram publicitários que atuavam no Rio de Janeiro desde o início da década de 2000, mais especialmente após o começo da nova década.

Uma das consequências mais notórias da crise político-econômica do Rio de Janeiro foi um menor investimento em publicidade pelas empresas locais. A crise prejudicou as agências locais de publicidade de forma grave e direta, já que o setor busca, por sua própria razão de ser, a prestação de serviço para todos os segmentos de indústria e governos. Para se verificar a adequação de tal argumento, cumpre realizar uma investigação mais densa que permita a consideração das particularidades do setor da publicidade na cidade e no

estado do Rio de Janeiro. A decadência do setor industrial fluminense fez com que grandes agências publicitárias prosperassem por meio de contas de governo, como empresas estatais (Petrobras, Correios, CAIXA, Banco do Brasil), Ministérios (Ministério das Cidades, Ministério do Turismo) e também secretarias e programas da esfera do governo estadual.

O governo fluminense gastou mais de R\$ 1,5bilhão com a rubrica publicidade & Propaganda nos oito anos do governo Sérgio Cabral Filho/Luiz Fernando Pezão (PMDB) encerrados em dezembro de 2014, em valores corrigidos pelo IGP-DI. Em média, os dois governadores destinaram a essa finalidade quase R\$200 milhões anuais. São valores em torno de 52% reais acima do que despendeu Rosinha Garotinho (PMDB), que governou o Rio de 2003 a 2006. Todas as cifras já consideram a inflação do período, porque foram corrigidas pelo IGP-DI. Os cálculos usaram despesas liquidadas (consideradas corretas para pagamento). (ESTADÃO, 2015)

A ancoragem em volumosas verbas de governo mostrou-se uma prática com alicerces profundos na corrupção. Grandes contas, como a da Petrobras, eram gerenciadas pelo mercado carioca até por obrigação no próprio edital de licitação de publicidade:

Serão desenvolvidas ações de publicidade, destinadas a fortalecer a imagem corporativa da Petrobras e de seus produtos, serviços, programas e ações no Brasil e no exterior. Os serviços de publicidade deverão ser prestados em todo o território nacional e em todos os mercados internacionais de interesse e atuação da Petrobras, de acordo com as necessidades da Companhia, havendo a obrigatoriedade de que a agência centralize o comando da prestação de serviços de publicidade à Petrobras na cidade do Rio de Janeiro/RJ, Brasil (PETROBRAS, 2016, p.2).

Nesse escopo, vale ressaltar que a Petrobras foi, historicamente, o motivo para que muitas agências paulistas e de outras localidades se instalassem na cidade do Rio de Janeiro, como a F/Nazca, a Heads, a Gray e a Borghi Lowe. No entanto, boa parte dessas empresas descontinuou suas atividades no Rio de Janeiro quando deixou de operar a conta publicitária da estatal. Agregada a isso está a má utilização da verba, inclusive publicitária, que se mostra presente nos escândalos de corrupção da Operação Lava-Jato.

A partir desta terça-feira, a equipe do procurador da República Carlos Fernando Lima, que integra o grupo de investigadores da *Operação Lava Jato*, inicia a perícia nos contratos de publicidade que a Petrobras e os suspeitos de promover a maior roubalheira na história da companhia mantiveram ao longo da última década. Os procuradores começaram a buscar pagamento suspeitos em negócios milionários de propaganda do governo federal para empresas de fachada ligadas a políticos. (CORREIO DO BRASIL, 2015)

Consequentemente, estes escândalos acabam envolvendo algumas dessas mesmas agências que se instalaram no Rio de Janeiro, como a Borghi Lowe e a Heads, que visavam unicamente ao recebimento da verba milionária referente à conta da estatal:

Para a Polícia Federal, a Heads teria usado do mesmo artifício (propinas) para conseguir contratos milionários com a Caixa (R\$ 560 milhões divididos entre três agências) e a Petrobras (R\$ 330 milhões, também divididos com outras duas empresas). A Heads possui ainda contas com duas empresas envolvidas no escândalo de corrupção apurado pela Lava Jato: a Sete Brasil e a Andrade Gutierrez. Nos últimos anos, a Heads, juntamente com a Borghi e outras duas agências, dividiram contrato de R\$ 1 bilhão da Caixa. A lista de clientes não para por aí. No governo federal a Heads prestou serviço também para o Ministério do Trabalho e para a Embrapa (CORREIO DO BRASIL, 2015).

Outro aspecto importante foi o transbordamento do sistema de corrupção para toda a cadeia produtiva do setor de publicidade carioca. Ficou claro para os investigadores da Operação Lava Jato que o envolvimento de empresas que de alguma forma prestavam serviços para as agências de propaganda eram agentes importantes no tabuleiro da corrupção. Embora as manchetes contenham menções à Operação Lava-Jato e seus desdobramentos, não só a corrupção causou a derrocada do mercado. A crise financeira causou impactos negativos sobre as empresas contratantes e a diminuição nos gastos com publicidade. O mercado de publicidade no Rio de Janeiro sofreu mais que outras localidades do país, uma vez que, além da diminuição de verbas, a globalização acelerou o processo de desmonte das estruturas, com a ida de agências para outros locais do Brasil e do mundo em face de maiores oportunidades de angariar clientes e a busca de uma melhor remuneração pelos publicitários pelas atividades profissionais exercidas.

Dessa forma, mesmo agências que não atendiam a contas estatais, como África, DM9, Publicis, FCB, Fischer e DPZ, fecharam suas portas na cidade, mantendo a estrutura em São Paulo, bem como agências locais como a 100% Propaganda, a V&S, a Comunicação Carioca, a Doctor Propaganda, Praia, Bossa Nova, MG comunicação e ADhoc. “As agências em que trabalhei no Rio hoje nem existem mais”, disse o entrevistado E08. Vale a ressalva de que, nessa relação de agências anteriormente mencionada, não constam as agências que foram absorvidas por estruturas maiores, como a QUÊ e a STAFF, e outras que diminuíram sua operação, mas se mantiveram operantes, como Script, Havas, Artplan, Perceptiva, NBS e MacCann. Um volumoso grupo de agências reduziu drasticamente os postos de trabalho em publicidade na cidade do Rio de Janeiro, o que também afetou empresas ligadas ao setor, como produtoras e estúdios, e profissionais como fotógrafos. O entrevistado E01 sinalizou a gravidade da situação: “[no Rio,] Perdeu a maior conta da agência, a agência fechou. [...] Em São Paulo, a agência não tem uma conta grande. Tem cinco contas, seis contas. Se perde uma, não fecha”.

Percebe-se então que uma série de problemas criou um cenário desfavorável à prosperidade do setor de publicidade na cidade do Rio de Janeiro, como a corrupção aguda e a perda do poder econômico de empresas contratantes e das próprias agências. Segundo o entrevistado E03, a falta de transparência não se limita apenas à esfera política, mas também à própria dinâmica do mercado publicitário: “No Rio, falta uma transparência

maior em todos os âmbitos, não só de governo não, mas do mercado publicitário também: agência, cliente, fornecedor etc.” (ENTREVISTADO E03). O reflexo dessa dinâmica fez-se sentir no setor da publicidade carioca pelo desemprego, pelos baixos salários e pelas poucas oportunidades de crescimento profissional na cidade do Rio de Janeiro, o que fez com que publicitários deixassem o município para trabalhar em São Paulo ou em cidades criativas no exterior. O entrevistado E10 sintetiza a situação:

O Rio é um mercado semiamador [...] O mercado foi se retraindo e contratando estudantes para ocupar cargos que ainda não estavam prontos para assumir por uma remuneração bem mais baixa que se paga em São Paulo, por exemplo. [...] Precisaria voltar a ganhar e não perder contas, bem como pagar salários para funcionários mais sêniores (ENTREVISTADO E10).

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar que a decisão de publicitários de deixar as agências do Rio de Janeiro para exercer a profissão nos mercados de São Paulo e de cidades criativas no exterior está relacionada à maior instabilidade financeira pela agravante redução das receitas das agências locais e da diminuição dos gastos com publicidade por empresas contratantes. Constatou-se que tal fator não está relacionado apenas à dinâmica econômica do setor, mas também a fatores políticos, como a corrupção e a manutenção de relações de patronagem. Cidades com economias mais pujantes, clientes mais ativos e maior oferta de salários, estabilidade e trabalhos que ofereçam relevância aos portfólios dos trabalhadores dessa classe pareceram tender, no caso analisado na pesquisa, a atrair um maior número de publicitários em busca de sucesso profissional por meio de um maior reconhecimento de suas ideias pelos pares e pelo público em face da maior oportunidade de divulgação de suas obras e de mais recursos técnicos e financeiros para exercerem seu trabalho. Sendo assim, conclui-se que, ainda que o Rio de Janeiro seja o celeiro de alguns dos publicitários mais criativos do país, a criatividade desses profissionais é drenada para fora da cidade por infundáveis problemas das mais diversas naturezas, que induzem os publicitários a buscar realidades mais promissoras para sua vida profissional.

REFERÊNCIAS

BALTAR, P.E.A.. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. *Economia e Sociedade*, n.6, p.75-111, jun.1996.

BEZERRA, M.O. Estado, representação política e corrupção: um olhar antropológico sobre a formação de fronteiras sociais. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*. v.2, n.2, Dossiê: Cultura e Política, dez.2012.

CORREIO DO BRASIL. Nova fase da Lava Jato atinge em cheio as agências de propaganda. *Diário de SP website*, 2015. Disponível em: <<http://www.diariosp.com.br/noticia/detalhe/87327/agencia-de-publicidade-esta-na-mira-da-lava-jato>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

ESTADÃO. Rio gastou mais de R\$ 1,5 bi com propaganda no governo Cabral. *Estadão website*, 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,rio-gastou-mais-de-r-1-5-bi-com-propaganda-no-governo-cabral,1618875>>. Acesso em 18 mar 2017.

FILGUEIRAS, F. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. *Opinião Pública*, v.15, n.2, nov. 2009.

FIRJAN. *O Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil*. Rio de Janeiro: Sistema FIRJAN, 2014.

FLORIDA, R L. *A ascensão da classe criativa*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

_____. *The flight of the creative class: The new global competition for talent*. Nova York: Harper Collins, 2005.

GOLDENSTEIN, L. Trocando experiências para aprofundar o debate no Brasil. In: ____.; ROSSELLÓ, P.; ARRUDA, F. (Coord.). *Novas direções na formulação de políticas para a economia criativa*. Londres, São Paulo: The British Council, 2014, p.90-93.

GOMES, F.G. Conflito Social e Welfare State: Estado e Desenvolvimento Social no Brasil. Rio de Janeiro. *RAP*, v.40, n.2, p.201-236, mar./abr. 2006.

GRACIOSO, F; PENTEADO, J.R.W. *Propaganda Brasileira*. 3.ed. São Paulo: Mauro Ivan Marketing Editorial, 2008.

HOWKINS, J. *Economia criativa – Como ganhar dinheiro com ideias criativas*. São Paulo: M. Books do Brasil, 2013.

JESUS, D.S.V.. As grandes potências e as economias emergentes no pós-crise. *Revista de Sociologia e Política*, v. 22, n.50, p. 9-17, 2014.

LANDRY, C.; BIANCHINI, F. *The Creative City*. Londres: Demos, 1998.

MIGUEZ, P. Economia criativa: uma discussão preliminar. In: NUSSBAUMER, G.M. (Org.) *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA, 2007, p.95-113.

MOWER, E. Administração de agências - Alguns segredos. In: JONES, J.P. (Org.). *A Publicidade como negócio*. São Paulo: Nobel, 2002.

PETROBRAS. *Licitação Publicidade - Edital de Concorrência N° 1983796.16.0*, 2016. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/canais-de-negocios/edital-de-publicidade/>>. Acesso em 20 mar. 2017.

POSTALI, F.A.S.; NISHIJIMA, M.. Distribuição das Rendas do Petróleo e indicadores de desenvolvimento Municipal no Brasil nos anos 2000s. *Estudos econômicos*, v. 41, n. 2, p. 463-485, abr./jun. 2011.

SAID, R.S. Os sistemas de remuneração das agências de publicidade. In: JONES, J.P. (Org.). *A Publicidade como negócio*. São Paulo: Nobel, 2002.

TAFNER, P. Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil. In: _____. (Ed.) *Brasil: o estado de uma nação*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006, p.397-446.

VERGARA, S. *Métodos de pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 2012.

CAPÍTULO 22

A FOTOGRAFIA EM RELAÇÕES PÚBLICAS

Data de aceite: 01/09/2020

Ana Domitila Rosa Lemos Silva

Bacharela em Comunicação Social, com habilitação em Relações Públicas pela UFG, cursa sua segunda graduação na área de Design Gráfico.

Gardene Leão

Doutora em Sociologia. Mestre em Educação. Pós-Graduada em Assessoria de Comunicação. Pós-Graduada em Juventude. Relações Públicas.

RESUMO: Este artigo pioneiro, além de discutir sobre uma classificação para a foto em Relações Públicas, visa também refletir sobre o uso da fotografia no processo comunicativo. As relações públicas, antes restringidas pelas duas receitas fotográficas vigentes, verão-se com um novo leque de possibilidades de reflexão teórica e aplicação prática. Entende-se que a Fotografia em RP se trata de uma fotografia institucional feita para satisfazer os objetivos comunicativos das organizações onde atuam os profissionais dessa área. Sua eficácia depende da imaginação e competência dos profissionais encarregados do trato com essa ferramenta na comunicação, mais do que das habilidades de seus autores ou de suas condições de produção.

PALAVRAS-CHAVE: Fotografia; Relações Públicas; Comunicação; Públicos.

ABSTRACT: This pioneering article, in addition

to discussing a classification for the photo in Public Relations, also aims to reflect on the use of photography in the communicative process. Public relations, previously restricted by the two existing photographic prescriptions, will find itself with a new range of possibilities for theoretical reflection and practical application. It is understood that PR Photography is an institutional photograph made to satisfy the communicative goals of the organizations where professionals from this area work. Its effectiveness depends on the imagination and competence of the professionals in charge of dealing with this tool in communication, rather than on the skills of their authors or their conditions of production.

KEYWORDS: Photography; Public Relations; Communication; Publics.

INTRODUÇÃO

Assim como os cursos de Jornalismo e Publicidade, o curso de Relações Públicas da Universidade Federal de Goiás (UFG) tem disciplinas em sua grade curricular que contribuem como bases teóricas para o estudo e prática da fotografia no exercício da profissão. Entretanto, ao contrário de seus colegas da comunicação, não há um tipo de produção fotográfica característica e exclusiva de suas atividades, apesar de sua enorme relevância para a prática profissional. Propõe-se aqui um questionamento sobre o assunto: por que mesmo estando capacitados a pensar criticamente sobre imagens, planejar e executar

fotografias, as relações públicas se vêem engessadas entre o uso de fotografias jornalísticas e publicitárias? A reflexão que se segue parte do pressuposto que, em realidade, usam-se, nesse campo da comunicação, outros tipos de fotografias que fundem as qualidades e fundamentos das duas anteriores. À esse novo tipo de foto, sugere-se o nome de Fotografia de Relações Públicas ou Foto-RP, utilizando a classificação dos públicos de França (2008) como base para a identificação de seus tipos e aplicações, juntamente com os conceitos de Gutierrez (2003) sobre os veículos de comunicação dirigida.

Ao trabalhar com uma relação dual entre os públicos e as organizações, as RP têm a tarefa de envolver os públicos para que estes tenham aderência aos novos hábitos de consumo propostos de acordo com os anseios da organização, através de uma comunicação dirigida informativa e transparente que vise a fidelização e o diálogo, uma vez que, ao tentar atender aos interesses da instituição, as RP precisam, ao mesmo tempo, se preocupar com questões sociais e a opinião pública para orientar suas ações. Assim como o perfil profissional se reflete nas aplicações das fotografias no processo comunicativo, considera-se que a Fotografia de Relações Públicas compila fundamentos das pré-existentes na formulação de sua identidade e compreende a dificuldade de dissociar alguns de seus elementos nesse novo modelo proposto.

Da mesma maneira que Souza (2011, p.4) defende o fotojornalismo como “um produto da imprensa e para a imprensa, em papel e no ciberespaço”, acredita-se que a Foto-RP seja um produto da organização e para a organização, em meios físicos, digitais e virtuais, uma vez que esta busca apresentar informações que transparecem a essência da instituição de uma forma convidativa, que promova a interação e o engajamento dos públicos. Para tanto, utiliza-se de algumas qualidades da fotografia jornalística, tais como: o embrião narrativo, responsável pela sugestão da existência de ações ante ou posteriores à cena registrada; textos auxiliares, utilizados para evitar a desinformação e confusão dos públicos; e o olhar crítico, imprescindível para a distinção entre conteúdos informativos e de entretenimento.

Toma emprestados também alguns aspectos da publicitária: o planejamento das fotos, necessário para a boa execução e aplicação da imagem na mensagem; a encenação, utilizada para ilustrar situações e acontecimentos; a ostentação, usada para reforçar e apresentar características positivas; e a sedução, responsável por incitar interesse nos receptores da mensagem. Pode-se dizer que, ao mesclar essas duas formas de produção de fotos, as RP procuram utilizar seus pontos fortes para criar estratégias mais eficazes na promoção do diálogo com os públicos da instituição.

Em meio a esta discussão, é possível que o leitor esteja questionando a proposta da classificação de uma fotografia de relações públicas, quando já existem outras duas das quais diz-se que esta toma emprestado diversos aspectos técnicos e teóricos. É necessário que haja a reflexão sobre as novas possibilidades para a comunicação: assim como a própria profissão de RP se diferencia das demais, apesar de terem a mesma base

teórica na graduação na UFG, acredita-se poder diferenciar suas produções fotográficas das outras duas. Como será apresentado mais adiante, em alguns casos específicos do organismo institucional e da realidade das RP, é bastante complexo classificar o tipo de produção fotográfica apenas entre jornalista e publicitária-propagandística.

Com uma nova forma de se pensar e produzir fotografias que parte das premissas das RP, as formas de se fazer comunicação também se regeneram. Essa proposta pioneira, além de discutir sobre uma classificação para esse tipo de produção imagética, também visa flexibilizar e expandir os usos da foto no processo comunicativo e instigar novas possibilidades de investigação no meio acadêmico, proporcionando uma maior liberdade para questionamentos sobre suas aplicações nas ações de relacionamento. As relações públicas, antes restringidas pelas duas receitas fotográficas vigentes, verão-se com um novo leque de possibilidades.

A FOTOGRAFIA NA COMUNICAÇÃO

Finalidade, uso, prática e contexto comunicativo são pré-requisitos para qualquer classificação ou clarificação sobre o fotojornalismo, segundo Souza (2011), assim como, para Laham e Lopes (2005, p.119-120), a fotografia publicitária requer “uma faculdade de resposta, ação ou estímulo à mensagem por parte do receptor”. Da mesma maneira prescinde de requisitos esta classificação da fotografia de relações públicas. Considerando que as RP trabalham com planejamentos estratégicos de comunicação dirigida para o estabelecimento de relacionamentos harmoniosos com públicos específicos da organização, França (2008), como primeiro passo para uma classificação de fotografias dessa área, assim como Laham e Lopes (2005) defendem ser o primeiro passo para a produção fotográfica publicitária, é necessário considerar o receptor (público) da mensagem que se pretende enviar .

Um segundo passo seria o estudo do meio através do qual o diálogo será estabelecido, uma vez que “o perfeito conhecimento dos públicos da organização pode vir a determinar diferentes suportes nos quais serão estampadas ou impressas as mensagens destinadas” (GUTIERREZ, 2003, p. 275). Ou seja, as características dos públicos determinarão quais as plataformas mais eficazes para o estabelecimento da comunicação.

Em seguida, ainda considerando-se os passos anteriores, seriam identificados os pontos em comum entre a proposta comunicativa (mensagem) da organização e as intenções e preferências do seu público específico, para que se chegue a um planejamento estratégico da imagem a ser produzida.

A Fotografia de RP trabalha, portanto, com narrativas, cujo objetivo é instigar sentimentos que cativem e fidelizem os públicos à imagem da organização. Sendo assim, da mesma forma que a linha editorial rege aspectos da fotografia jornalística e a proposta da agência dita o trabalho do fotógrafo publicitário, o perfil da instituição e sua proposta comunicacional também influenciam e interferem nos usos e formas da Foto-RP. Desse

modo, entende-se que se trata de uma fotografia institucional, feita para satisfazer as necessidades e objetivos comunicativos das organizações onde atuam os profissionais dessa área e, com isso, sua principal característica encontra-se em suas formas de aplicação no processo comunicacional. Sendo assim, sua eficácia depende principalmente da imaginação e competência dos profissionais encarregados do trato com essa ferramenta na comunicação da instituição, mais do que das habilidades de seus autores ou suas condições de produção.

UMA CLASSIFICAÇÃO PARA A FOTOGRAFIA EM RP

A Foto-RP é o ponto de encontro entre a função testemunhal e informativa do fotojornalismo e o papel incitante para a ação da fotografia publicitária. As imagens apresentadas a seguir foram coletadas aleatoriamente e são provenientes de fontes eletrônicas, principalmente das mídias sociais da Universidade Federal de Goiás que, além de ser palco de desenvolvimento do presente trabalho, conta com profissionais de relações públicas em sua Assessoria de Comunicação, departamento responsável pela gestão das publicações utilizadas. E os casos apresentados foram interpretados como se inseridos em cenários ideais de processos de comunicação, nos quais as mensagens propostas pelo emissor são recebidas sem grandes interferências pelos receptores e é estabelecido um diálogo transparente e eficaz entre as partes.

O primeiro tipo de foto proposto nesta classificação é a Fotografia de Exaltação, cuja principal característica é o intuito de engrandecer o objeto ou situação fotografada, ressaltando suas qualidades de modo a promover reações positivas perante a opinião pública. De forma mais latente, este tipo de foto toma emprestado aspectos da fotografia publicitária de ostentação, apresentada por Cordeiro (2006) apud Camilo (2004) como aquela na qual há presença absoluta do objeto através de enquadramentos e ângulos que o valorizam ao dar-lhe enfoque.

Essas fotografias são comumente utilizadas para salientar características da empresa perante seus públicos Não-Essenciais e Redes de Interferências, os quais estão ligados apenas às suas atividades-meio e possuem poder de liderança perante a opinião pública, sendo peça-chave para a construção da imagem institucional. Com bastante frequência são veiculadas através de balanços sociais, relatórios públicos, *teasers*, folhetos, *newsletter*, sites e *outdoors*. Quanto aos seus usos para os públicos Essenciais, estes se concentram em reforçar ideias, situações e características já conhecidas, sendo comumente veiculadas em revistas e jornais institucionais, murais, quadros de notícias, boletins, circulares e encartes, todos veiculados internamente.



Em meio à crise, as universidades precisam ser consolidadas

Figura 1 - Exemplo de Fotografia de Exaltação para públicos Essenciais

Fonte: Jornal da UFG versão impressa¹

Veiculada nas versões impressa e digital do Jornal da UFG, essa fotografia, apesar de fazer parte de uma matéria jornalística, não necessariamente deve ser qualificada como produção fotojornalística. Nesse exemplo, observa-se a presença do, na época, Reitor da Universidade Federal de Goiás, Prof. Dr. Orlando Afonso Valle do Amaral, como elemento central da fotografia que, disposto no terço direito da figura, descentraliza o poder e lhe apresenta como uma pessoa simpática e acessível. Sentado atrás de uma mesa, em um local de mobília e paredes com cores sóbrias, que remetem a uma sala de reuniões, a postura despojada do professor, assim como suas roupas claras e cheias de dobras, dão um toque descontraído à imagem e transmitem uma sensação de abertura ao diálogo. Porém, sua camisa abotoada até o mais alto botão e a gravata muito bem laçada e firme no pescoço recordam que se trata de uma figura de poder e influência dentro da Universidade, transparecendo confiança e conhecimento. Seu conjunto de elementos visuais, assim como sua forma de aplicação no veículo de comunicação, transmitem aos públicos Essenciais qualidades já cativadas por discursos internos da instituição; aos públicos Constitutivos, significam indicadores sobre a administração da instituição; enquanto para os Não-Constitutivos podem ser vistos como uma referência de esperança, confiança e dar sentido de propósito para a manutenção e investimento nas práticas educacionais da Universidade.

¹ Fotografia de matéria jornalística página 3. Disponível em: <https://issuu.com/ufgascom/docs/jornal_ufg_84>. Acesso em: 3 dez. 2016.



Figura 2 - Exemplo de Fotografia de Exaltação para públicos Essenciais Não-Constitutivos, Não-Essenciais de Redes Setoriais da Comunidade

Fonte: Página da UFG no Facebook²

Esta fotografia, veiculada através da plataforma de relacionamento *online*, *Facebook*, utilizada e visitada por indivíduos componentes da comunidade universitária (docentes, discente e colaboradores), assim como pela comunidade em geral, apresenta um conteúdo que exalta e ilustra a diversidade cultural na instituição pública de ensino. Este tema desperta interesse não somente no grupo de públicos Essenciais Não-Constitutivos, mas principalmente nos públicos das Redes Setoriais da Comunidade da categoria Não-Essenciais, uma vez que os afeta diretamente.

A imagem passa a servir como ferramenta de promoção cultural para a comunidade Quilombola, minoria social cuja representatividade é de vital importância para sua sobrevivência, através de elementos como as pinturas no rosto de Vercilene Dias, o símbolo da medalha no canto superior direito com os dizeres “orgulho de ser UFG” e a legenda “a primeira estudante quilombola do curso de Direito na UFG, é agora a primeira advogada quilombola formada na nossa Universidade”. A publicação compõe o sentido de enaltecimento tanto da instituição, como da conquista de sua egressa, quanto da comunidade Quilombola, atribuindo qualidades de superação, representatividade, diversidade cultural, inclusão e respeito.

Como uma segunda classificação, é proposta a Fotografia de Encenação, que cumpre o propósito de ilustrar de forma informativa uma situação ou característica subjetiva, ou seja, é uma representação lúdica da realidade. Entretanto, não por isso é necessariamente falsa. Aqui este tipo de foto leva o mesmo nome que a classificação publicitária de Camilo

² Publicação na página da UFG no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/universidadefederaldegoias/photos/a.317015588355882.74283.309079942482780/1245315872192511/?type=3&theater>>. Acesso em: 3 dez. 2016.

(2004) como forma de referenciar seu contexto de surgimento, apesar de se tratar de outra qualidade de produção imagética. Isso se fez necessário, pois na publicidade este tipo de foto trata daquela na qual é dado menos importância a apresentação dos produtos promovidos em virtude de uma dramatização da cena, enquanto, adaptando esta definição para a realidade das relações públicas, a nova Fotografia de Encenação dá menos importância para a apresentação da instituição promovida em virtude de uma dramatização da cena.

Uma outra diferença entre esta nova classificação e a de Camilo (2004), é que para esse tipo de Foto-RP é proposta uma subdivisão em: a) Encenação-Real: quando se utiliza um registro de um acontecimento da organização para ilustrar a mensagem, como uma fotografia de um evento ou procedimento institucional, e, portanto, carregando-a de qualidades orgânicas à instituição; b) Encenação-Falsa: quando se utiliza fotos de bancos de dados coletivos ou que não possuam qualquer ligação com a realidade organizacional e, portanto, necessitam de elementos contextualizadores para que haja uma conexão visual entre sua imagem e a empresa que a utilizar.

No caso do uso de imagens de bancos de dados coletivos, estas devem servir como um exemplo visual para a mensagem proposta, sendo necessário o esclarecimento do fato ao público de maneira explícita e de fácil entendimento, como o uso de indicações contextualizadoras. Portanto, para a sua utilização em casos de figuras pertencentes ao público Essencial Constitutivo da organização, deve-se agir com cautela, pois caso detectado por indivíduos desavisados, pode causar danos à imagem institucional, como a perda da credibilidade. Esse tipo de foto é utilizado em comunicados de imprensa, cartão-postal, almanaque, livros de empresa, programas, catálogos, folhetos, prospectos, manuais, sites e cartazes, quando dirigidos aos públicos Essenciais Não-constitutivos, Não-Essenciais e Redes de Interferência. E ainda, dependendo de seus usos e aplicações no processo comunicativo, é possível que se torne ou se passe por uma foto de Exaltação ou de Comoção, graças ao seus caracteres lúdico e ilustrativos, sendo, dentre as demais, um tipo de foto-camaleão nas atividades de relações públicas.



Figura 3 - Exemplo de Fotografia de Encenação-Real para públicos Essenciais

Fonte: Jornal da UFG versão online³

A imagem, destinada aos públicos Essenciais, remete à um ambiente hospitalar onde são realizados exames de mama através do novo aparelho, o Mamótomo, e, independentemente se o procedimento estava realmente sendo realizado ou não no momento da realização da fotografia, essa imagem é um exemplo de como é ele feito, uma vez que não necessariamente estarão as pessoas fotografadas envolvidas na sua realização. Desse modo, a foto pretende informar ao seu leitor como se parece um exame desse tipo, ilustrando as posições dos corpos do examinador e examinado ao longo de sua duração. Pode-se entender também elementos de Exaltação, como a apresentação do aparato médico em sua totalidade, ao mesmo tempo que indica ao espectador suas formas, possibilitando a sua identificação futura, servindo como uma referência visual.

³ Fotografia de matéria jornalística. Disponível em: <<https://jornalufgonline.ufg.br/n/92497-inaugurado-centro-avancado-de-diagnostico-da-mama>>. Acesso em: 3 dez. 2016.



Figura 4 - Exemplo de Fotografia de Encenação-Falsa para públicos Essenciais Não-Constitutivos e Redes Setoriais da Comunidade

Fonte: Perfil da UFG no Instagram⁴

Na imagem acima é possível notar a presença de elementos falsos na imagem - as mãos que seguram o aparelho celular - graças à diferença na iluminação das duas fotografias: o fundo, um dos corredores do Campus da UFG, apresenta uma iluminação natural, amarelada e quente, enquanto os elementos falsos estão iluminados por uma luz mais fria e azulada, provavelmente de uma fonte luminosa artificial. Como apresentado anteriormente, elementos da instituição devem estar presentes nesse tipo de fotografia para que esta seja contextualizada para seus espectadores. A logo da universidade, assim como a imagem de fundo, servem de contexto, ambientando o leitor em uma mensagem proveniente da instituição. No caso dos seus públicos, identifica-se primeiramente os Essenciais Não-Constitutivos, alunos da organização; e em seguida as Redes Setoriais da Comunidade, alunos que não se inserem no contexto desta universidade.

A fotografia ilustra uma situação cotidiana na vida de diversos estudantes da UFG: as caminhadas nas passarelas de acesso aos prédios do Campus e o uso de aparelhos eletrônicos como meios de comunicação, chamando a atenção para o questionamento da frase “E aí, estudante, o que você está fazendo no seu dia”, ao posicionar a interrogação no centro da tela e da foto. Dessa forma, é apresentada uma abertura para o diálogo e um convite para a interação através de uma linguagem visual aproximativa. Nesse caso, ao contrário do anterior, não se prepara o espectador com o exemplo, mas se pretende incentivar a identificação dos públicos com a instituição através da imagem, tomando emprestado características da Fotografia de Comoção.

A terceira classificação de Foto-RP, a Fotografia de Comoção, tem como objetivo

⁴ Publicação no perfil da UFG no Instagram. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BI-UXd2DNcg/>>. Acesso em: 3 dez. 2016.

despertar sentimentos em seus receptores que, emocionados com a mensagem, refletirão sobre o tema proposto, gerando assim um vínculo emocional com a instituição. Para tanto, e de forma mais latente, toma emprestados aspectos do fotodocumentarismo, apresentado por Souza (2011) como produção na qual existe abertura para a expressão da criatividade, ao mesmo tempo que busca promover reflexões sobre a realidade, e da fotoilustração, proposta por Baeza (2011) como uma fotografia que descreve, explica e detalha uma cena.

Esse tipo surge derivado da técnica narrativa *storytelling*, que segundo Arab, Domingos e Dias (2011, p. 8) “não é uma simples narrativa, mas um discurso feito como meio de persuadir”. Desse modo, esse tipo de fotografia pode apresentar características lúdicas, agregando características da Encenação, entretanto seu uso é feito com a finalidade de comover o público ao qual se destina através de uma história, o que em fotojornalismo receberia o nome de embrião narrativo.

É largamente utilizado na comunicação digital, meio onde o senso crítico dos usuários é adormecido pelo volume de informações exacerbado, mas também pode-se encontrar exemplos de seu uso em *teasers*, cartazes, *outdoors*, sites, prospectos, álbuns, balanços sociais, relatórios públicos, almanaques, revistas e livros da empresa. Para cumprir seu objetivo comunicacional de comoção, para cada público é usada uma linguagem e assuntos diferentes, sendo seu tipo facilmente identificável em suas diversas aplicações. Diferente dos demais, esse tipo de Foto-RP necessita de legenda para a sua compreensão total, uma vez que a falta de uma contextualização escrita pode confundir e desinformar seus públicos, surtindo efeitos negativos na imagem institucional.



Figura 5 - Exemplo de Fotografia de Comoção para públicos Essenciais e Redes Setoriais da Comunidade

Fonte: Perfil da UFG no Instagram⁵

5 Publicação no perfil da UFG no Instagram. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BJ3dLc3jU9R/>>. Acesso em: 3 dez. 2016.

Essa foto ilustra uma formanda alegre, acompanhada de duas crianças tão entusiasmadas quanto ela. A partir de sua legenda é possível (re)construir a história de superação, esforço e luta de uma mãe que enfrentou uma jornada dupla como estudante e figura materna para conseguir o seu diploma em uma instituição pública de ensino superior. Membros da comunidade universitária (Públicos Essenciais Não-Constitutivos da organização), assim como membros da sociedade (Públicos Não-Essenciais, Redes Setoriais da Comunidade), são capazes de se identificar com essa história, seja por terem passado por situações semelhantes, por conhecer casos parecidos ou simplesmente simpatizarem com o discurso. A presença das figuras infantis auxiliam no processo de promoção da empatia, assim como as vestes tradicionais da formatura e as feições alegres dos indivíduos fotografados. A inserção do elemento gráfico no canto superior esquerdo da imagem, com a logo do Jornal da UFG, ambienta o leitor no contexto da organização e serve de gancho para relacionar os valores expressos na imagem e sentimentos despertados nos espectadores com a instituição de ensino.

A Fotografia de Comoção se apresenta, então, como uma ferramenta de construção da imagem institucional por meio de sua narrativa lúdica. Sua finalidade é cativar os públicos aos quais se dirige ao provocar suas emoções e sentimentos, de modo a estabelecer vínculos de identificação.

RELAÇÕES PÚBLICAS: PLANEJADOR OU FOTÓGRAFO?

Para a sua existência, a fotografia prescinde de um agente operador do aparelho fotográfico, indivíduo que não tem obrigação em ter formação acadêmica em alguma área específica para produzir imagens com qualidade. Da mesma forma como no Jornalismo e na Publicidade, para as Relações Públicas esta regra também se aplica. Entretanto, no caso das RP, a questão sobre quem executaria estas fotos se instala como um ponto importante para a discussão, já que é comum estas serem produzidas por fotojornalistas e fotógrafos publicitários. Para esta nova modalidade fotográfica é necessário, contudo, que para o seu uso os processos de comunicação tenham sido planejados ou supervisionados por profissionais que dominem o trato com os públicos para que os seus objetivos comunicativos, correspondentes ao uso da imagem fotográfica, sejam cumpridos com eficiência.

Conforme Turner (1987), o profissional de RP pode ser responsável por orientar o fotógrafo, devendo levar em consideração alguns pontos com relação aos usos posteriores e possíveis para a fotografia. Além disso, ele pode exercer o papel de produtor, quando, ao registrar uma imagem fotográfica, leva em consideração os mesmos pontos. Desse modo, nas RP pode-se exercer, no processo de produção das fotografias, o papel de fotógrafo, planejador e diretor, porém durante o processo de aplicação destas imagens técnicas nas ações dos planos de comunicação estratégica, deve-se exercer o papel de supervisor

de seus usos para garantir que suas qualidades comunicativas não sofram grandes interferências e, assim, possam ser classificadas como Fotografias de Relações Públicas.

Portanto, no perfil do fotógrafo de RP são necessárias as seguintes características: pensamento estratégico, planejamento de suas ações, domínio quanto à identificação dos públicos para os quais se destinam as imagens, transparência, conhecimento das ferramentas, veículos de comunicação e da instituição para a qual se presta os serviços de fotografia.

Fotografar não se trata de uma habilidade que se liga diretamente ao escopo de aptidões básicas para o exercício das RP, mas a qualidade da Foto-RP é inerente às características desta profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão proposta sobre os usos da fotografia pelas relações públicas em suas ações de comunicação perante os públicos das instituições nas quais atuam seus profissionais possibilitou o surgimento de uma nova classificação para a foto: Fotografia de Relações Públicas. Partindo-se de suas características e definições, essas imagens foram entendidas como fotografias institucionais, feitas para satisfazer as necessidades comunicativas das empresas e organizações. Com isso, a Foto-RP se difere por suas formas de uso, objetivos e aplicações no processo comunicacional. Foi possível observar também que, apesar de fotografar não se tratar de uma habilidade básica para o exercício dessa profissão, a qualidade desse tipo de produção imagética é inerente às suas características.

A Foto-RP foi classificada em três grandes categorias. A Fotografia de Exaltação tem o intuito de engrandecer o objeto ou situação fotografada, ressaltando suas qualidades de modo a promover reações positivas perante a opinião pública. A Fotografia de Encenação, que cumpre o propósito de ilustrar de forma informativa uma situação ou característica da organização, divide-se entre Encenação-Real, quando é utilizado um registro real da instituição para ilustrar a mensagem, e Encenação-Falsa, quando se utiliza fotografias que não possuem qualquer ligação com a realidade organizacional e, portanto, necessitam de elementos contextualizadores para que haja uma conexão visual com a empresa. A Fotografia de Comoção tem por objetivo cativar os públicos aos quais se dirige ao provocar suas emoções e sentimentos, de modo a estabelecer vínculos de identificação com a instituição.

Essa proposta, além de discutir sobre uma nova classificação para a fotografia, também visa flexibilizar e expandir os usos da foto no processo comunicativo e instigar novas possibilidades de estudo no meio acadêmico, proporcionando uma maior liberdade para novas reflexões sobre suas aplicações nas ações de relacionamento. As comunicações, antes restringidas pelas duas receitas fotográficas vigentes, veem-se agora com um novo leque de possibilidades.

REFERÊNCIAS

ARAB, Analú Bernasconi; DOMINGOS, Adenil Alfeu; DIAS, Dalva Aleixo. **Storytelling Empresarial: relações públicas contador de histórias.** In: XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Intercom. São Paulo, maio 2011. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2011/resumos/R24-0760-1.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2016.

BAEZA, Pepe. **Por una función crítica de la fotografía de prensa.** Barcelona: Gustavo Gili, 2001

CAMILO, Eduardo J. M. **Antonímias da fotografia publicitária: da ostentação à elisão dos objectos.** Departamento de Comunicação e Artes/LABCOM. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2004.

CORDEIRO, Ricardo. **Fotografia publicitária e fotografia jornalística: pontos em comum.** Portugal, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/cordeiro-ricardo-fotografia-publicitaria.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2016.

FRANÇA, Fábio. **Públicos: como identificá-los em uma nova visão estratégica.** 2. ed. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2008.

GUTIERREZ, Waldyr Fortes. **Relações Públicas: processos, funções, tecnologia e estratégias.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Summus, 2003.

LAHAM, Rogério Ferreira; LOPES, Dirce Vasconcellos. A premeditação da mensagem na fotografia publicitária. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v.1, p.115-139, 2005. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/1468/1214>>. Acesso em: 28 out. 2016.

SOUZA, Jorge Pedro. **Estatuto e expressividade da fotografia jornalística: um ensaio.** Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-estatuto-e-expressividade-da-fotografia.pdf>>. Data de Acesso: 28 out. 2016.

TURNER, Stuart. **Manual de relações públicas: como fazer as coisas darem certo.** São Paulo: Círculo do Livro S. A., 1987.

CAPÍTULO 23

PSICOLOGIA AMBIENTAL: UM DIÁLOGO COM ARQUITETURA E DIREITO

Data de aceite: 01/09/2020

Data da submissão: 05/06/2020

João Ernesto Pessutto

Centro Universitário do Oeste Paulista.
São José do Rio Preto, S.P.
<http://lattes.cnpq.br/7109740685362503>

Marco Aurelio Prette Charaf Bdine

Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, Programa de Mestrado em Psicologia e Saúde, São José do Rio Preto, S.P.
<http://lattes.cnpq.br/4975903348312930>

Nelson Finotti Silva

Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, Programa de Pós-doutorado, Faculdade de Direito da UNILAGO, São José do Rio Preto, S.P., Faculdade de Direito Dom Bosco e IMES/Catanduva – Direito.
<http://lattes.cnpq.br/8190248086562267>

Carlos Florido Migliori

Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, Programa de Mestrado em Psicologia e Saúde, São José do Rio Preto, S.P. e Faculdade de Direito da UNILAGO, São José do Rio Preto, S.P.
<http://lattes.cnpq.br/1886865083620588>

Paula de Oliveira Santos Miyazaki

Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, Programa de Mestrado em Psicologia e Saúde, São José do Rio Preto, S.P.
<http://lattes.cnpq.br/4907535955652438>

Neide Aparecida Micelli Domingos

Faculdade de Medicina de São José do Rio

Preto, Departamento de Psicologia. São José do Rio Preto, S.P.
<http://lattes.cnpq.br/9513700900323880>

Leda Maria Branco

Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, Departamento de Psicologia. São José do Rio Preto, S.P.
<http://lattes.cnpq.br/7971107761806600>

Maria Cristina de Oliveira Santos Miyazaki

Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, Departamento de Psicologia. São José do Rio Preto, S.P.
<http://lattes.cnpq.br/9924379303292356>

RESUMO: Psicologia Ambiental é uma área multidisciplinar que aborda o homem em interação com seu ambiente. Discutir essa interação requer incluir tanto o ambiente físico concreto, natural ou construído, como as condições sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas. O objetivo deste capítulo é fornecer dados sobre a relevância de três áreas para a Psicologia Ambiental: a própria psicologia, a arquitetura e o direito. A Psicologia Ambiental visa aprimorar as relações entre pessoas e ambiente natural, bem como aprimorar o microambiente (ex. moradia), os espaços compartilhados (ex. bairro) os ambientes coletivos públicos (ex. cidade) e o ambiente global. A Psicologia Ambiental deve interagir com outras áreas do conhecimento para que mudanças sejam realizadas em diferentes níveis e espaços, visando o bem-estar global. A arquitetura visa fornecer soluções arquitetônicas que promovam a saúde e o bem-estar das

pessoas. Para isso, requer também um enfoque multidisciplinar, que envolve arquiteto e urbanista, outros profissionais e os próprios usuários do espaço. Seu papel, portanto, é considerar diferentes vozes para a elaboração de um projeto, para que este seja funcional e promova a qualidade de vida de seus usuários. A preocupação com o ambiente, sob uma perspectiva legal, pode ser vista nas inúmeras leis. O direito ambiental é constituído por normas que disciplinam as atividades e as relações humanas, visando manter e conservar o ambiente (natural, cultural, artificial e do trabalho). Assim, a proteção e promoção da saúde do homem requer compreensão multidisciplinar que considere aspectos físicos, mentais e sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia ambiental; Arquitetura; Direito ambiental; bem-estar; saúde.

ENVIRONMENTAL PSYCHOLOGY: A DIALOGUE WITH ARCHITECTURE AND THE LAW

ABSTRACT: Environmental Psychology is a multidisciplinary field that focus men interacting with the environment. The discussion of men/environment interaction requires the inclusion of built or natural physical environment, as well as social, economic, political, cultural, and psychological conditions. The objective of this chapter is to point the relevance of three areas for Environmental Psychology: Psychology, Architecture, and the Law. Environmental Psychology aims to improve the relationship between people and natural environmental, and to improve microenvironment (ex. houses), shared spaces (ex. neighborhood), public spaces (ex. city), and global environment. Environmental Psychology must interact with other areas to promote changes in different levels and spaces, aiming global wellbeing. The role of architecture is to provide architectural solutions to promote people health and well-being. It also requires a multidisciplinary focus that includes the architect and urbanist, other professionals, and the space users. Architecture needs to consider different voices to design a functional project, one that promotes quality of life of its users. From a legal perspective, concern with the environmental is expressed by legislation. Environmental law includes norms to discipline activities and human relationships, aiming to maintain and to conserve environment (natural, cultural, artificial, and work-related). Health protection and promotion requires a multidisciplinary understanding about physical, mental, and social aspects.

KEY-WORDS: Environmental psychology; Architecture; Environmental law; wellbeing; health.

Psicologia ambiental é uma área multidisciplinar que aborda “as relações entre o homem e seu ambiente natural ou construído” (STEG; GROOT, 2019, p.1). Parte da premissa que a existência humana ocorre em uma relação recíproca entre pessoa e ambiente que acarreta consequências para ambos, embora essas consequências nem sempre sejam imediatamente percebidas (GIFFORD, 2014; GÜNTHER et al., 2014).

Para Campos de Carvalho (2011), indivíduo e ambiente não podem ser compreendidos isoladamente. Segundo a autora, para discutir ambiente é necessário incluir tanto o meio físico concreto (natural ou construído), como as condições sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas.

Na psicologia, os estudos são frequentemente focados na pessoa. A Psicologia

Ambiental aborda a interação entre pessoa e ambiente, realizando estudos que focam, por exemplo, a percepção que as pessoas têm do espaço (físico e social), comportamentos pró-ambiente, interações das pessoas com a natureza, entre outros (GIFFORD, 2014).

A Psicologia Ambiental visa aprimorar as relações entre as pessoas e o ambiente natural, bem como tornar mais humano o ambiente construído. Isso inclui o microambiente (ex. moradia), espaços compartilhados (ex. bairro), ambientes coletivos públicos (ex. cidade) e o ambiente global. É, portanto, uma área fundamental para o bem-estar do homem, dos animais e do próprio ambiente (GIFFORD, 2014).

Bangwal, Prakash e Chamola (2017) realizaram uma revisão sobre o impacto do ambiente de trabalho na saúde e no bem-estar do profissional. Concluíram que saúde e bem-estar têm forte associação com a satisfação do trabalhador e que o local de trabalho pode afetar negativamente sua saúde (ex. locais com ventilação inadequada são prejudiciais para pessoas com asma ou outros problemas respiratórios; iluminação insuficiente, ruído e espaço inadequado estão associados a estresse e depressão). Além de prejudicar a saúde do trabalhador, locais de trabalho inadequados estão associados com absenteísmo, redução da produtividade e insatisfação. Um ambiente adequado, portanto, beneficia tanto o trabalhador como o empregador, argumento que pode auxiliar a promover mudanças ambientais positivas.

Uma revisão sobre o ambiente de trabalho (escritórios) e bem-estar apontou que as pesquisas nessa área ainda são escassas. Os estudos revisados indicaram que escritórios abertos, compartilhados e com ruído estão associados negativamente com a saúde. Por outro lado, ambientes de trabalho que encorajam a prática de atividade física, que são distantes das áreas comunitárias (ex. refeitórios) e que permitem entrada da luz do dia e a visão do mundo externo estão associados à saúde e bem-estar. A maioria dos estudos revisados foca a prevenção de problemas, e não a promoção da saúde. Além disso, os autores enfatizam que os estudos nesta área ainda estão começando a ser realizados (COLENBERG; JYLHÄ; ARKESTEIJN, 2020).

Realizamos uma busca em bases de dados nacionais e internacionais (Biblioteca Virtual em Saúde ou BVS, PUBMed e PsycINFO) para identificar estudos sobre Psicologia Ambiental. Observamos que ainda são menos frequentes que estudos em outras áreas da psicologia (ex. clínica, saúde), embora possam fornecer importantes dados para outras áreas do conhecimento, como arquitetura (ex. construção de espaços) e direito (ex. defesa dos direitos das pessoas, do ambiente).

A Psicologia Ambiental deve interagir com outras áreas do conhecimento para que mudanças sejam realizadas em diferentes níveis e espaços, visando o bem-estar global. Esse é o objetivo deste capítulo, que envolve áreas que podem contribuir com a Psicologia Ambiental: arquitetura e direito.

CONTRIBUIÇÕES DA ARQUITETURA

No campo projetado, a promoção da saúde está diretamente associada às soluções arquitetônicas. Entretanto, estas raramente são avaliadas sob a ótica do usuário e a prática das análises pós-ocupações (APO) é vista pelos futuros arquitetos em disciplinas pouco valorizadas e opcionais na maioria dos centros de ensino (SILVA; MELLO, 2017).

É possível identificar, ao longo da história da arquitetura, as aspirações profissionais frente a demanda de soluções para problemas recorrentes da sociedade (NESBITT, 2008). A arquitetura, portanto, deve solucionar um problema ou uma expectativa programada, com um ambiente construído quase sempre com uma intenção plástica (LEMONS, 2003). A forma urbana e a produção arquitetônica requerem um enfoque multidisciplinar, para não dependerem quase que exclusivamente da percepção do arquiteto e urbanista. Para o sucesso de um ambiente construído, a informação é fundamental, mesmo quando proveniente da ótica de outros profissionais.

Uma abordagem similar é proposta por Lawson (2011), ao observar os diferentes geradores de restrições para um ambiente, cuja quantificação é feita a partir da percepção do projetista, do cliente, do usuário e de legisladores. Dessa maneira, é possível valorizar o olhar de cada gerador nas decisões tomadas em relação a um espaço. O modernismo de Mies van der Rohe, em sua glória com o edifício Seagram em Nova York, somente foi possível a partir de uma única visão – a do projetista – ignorando uma ampla gama de problemas. (LAWSON, 2011)

Para um cliente que vai construir um hospital, a economia é palco central de suas decisões, enquanto para o legislador a especificação do piso do hospital não leva em consideração o custo, mas sim a segurança da sociedade. Para o usuário, que passará boa parte do tempo no leito de um hospital, a disposição dos móveis e cor do piso devem induzir bem-estar. O papel do arquiteto e urbanista, portanto, é observar e considerar as diferentes vozes de um projeto, com olhar atento para a solução de problemas reais e, ao mesmo tempo, com a promoção da surpresa estética.

Na sua teoria de design (projeto) de suporte, Ulrich (1991) pontua que, para lidar com o estresse no ambiente, não devemos promover barreiras ou situações que o aumentem. Ao mesmo tempo, é preciso promover situações sociais para diminuir o estresse, sempre mirando grupos e percepções dos pacientes, visitantes e funcionários.

Com base nas teorias de Ulrich, Andrade e Devlin (2015) propuseram uma análise prática da alteração de um quarto de hospital com 217 participantes de Portugal (n=142) e dos Estados Unidos (n=75), 91 (42,1%) mulheres e 125 (57,9%) homens. Aos participantes, foi proposta a escolha de uma entre oito possíveis condições que ilustravam um quarto de hospital. As variações entre elementos incluíram espaço e cadeiras para amigos e familiares, internet, telefone ao lado da cama, sofá cama, televisão com quarenta canais, espaço para fotografias, plantas, quadros na parede com retratos da natureza,

iluminação e temperatura ajustadas pelo paciente, janelas que pudessem ser abertas e refrigeradores. Essas variações utilizam conceitos como senso de controle, distrações positivas e suporte social, mas ao final os autores constataram que apenas as duas últimas reduziram o estresse, o que pode significar que controle não é o principal interesse das pessoas internadas em hospitais.

Dentre os conceitos explorados pela psicologia ambiental (ex. controle, suporte social) existem, no campo da arquitetura, conceitos complementares. Indiscutivelmente, o território da arquitetura é a cidade e o conceito de “monumento” apresentado por Rossi, como a memória que guardamos dessas edificações, é compatível com a teoria ambiental do apego ao lugar (MONEO, 2008). A apropriação do espaço onde nos divertimos, vivemos ou trabalhamos, é para Cavalcante e Elali (2011) o local de parada que denominamos lugar. Esse ganha valor na nossa memória, assim como o monumento descrito por Rossi, e tem uma consequência valiosa para a arquitetura e sua própria manutenção.

Estreitando os laços da sociologia, da antropologia e da geografia urbana, a psicologia ambiental surge com a necessidade de ser interdisciplinar. Arquitetura, Urbanismo e *Design* também se relacionam diretamente com ela, principalmente em etapas profissionais. Exemplos dessa relação incluem o processo de projetar um ambiente voltado ao planejamento, relações metodológicas, científicas e interfaces de conceito com a disciplina programa de necessidades, alternativas de estudos preliminares e anteprojetos, etapas em que o usuário é o centro do ambiente “em fase de desenvolvimento”, o homem um dos “problemas” a ser solucionado, referindo-se as necessidades e níveis de satisfação a serem atendidos. (EVANS & MC COY, 1998).

Pontuando um dos desafios no complexo ambiente de trabalho, vale ressaltar a importância da harmonia entre profissional e pessoal. Com a definição do ambiente extremo, destaca-se o *affordance*, definido como a percepção individual do homem em relação ao ambiente, tornando mais importante a apropriação e negociação deste com seu espaço (territorialidade, senso de controle e estresse) (MASCHERONI; VINCENT, 2016). Dentro do espaço, estão os lugares particulares que, por questões emocionais, ganham valor e despertam sentimentos, como o local onde se vive, trabalha, descansa e descontraí (SILVA; MELLO, 2017).

Acredita-se que a arquitetura seja a arte de entender todas as necessidades e desejos do cliente, aplicando-os de forma funcional em um projeto. O arquiteto preza para que o programa de necessidades seja atendido, refletindo o perfil do seu usuário e não do responsável que o projetou. O profissional deve respeitar a propriedade (territorialidade) do edifício. Se não existe privacidade, há ruído constante, a iluminação é falha, as questões térmicas não são consideradas e há falta de controle sobre o ambiente, essas questões contribuem para o desconforto ambiental aumentando o estresse. O projeto ideal deve ser instrumento de melhora da qualidade de vida do indivíduo. Assim, todas essas questões técnicas, essenciais para a realização de um projeto de qualidade em Arquitetura, só serão

atendidas se o arquiteto tiver total consciência do futuro usuário (CAVALCANTE; ELALI, 2011).

Apesar das teorias existentes para direcionar o bom desenvolvimento arquitetônico, existem ambientes extremos, que podem ser encontrados em territórios inóspitos, frequentemente caracterizados pela sociedade como espaços incomuns. São ambientes onde a sobrevivência depende de treinamento e de procedimentos de segurança elaborados para reduzir o risco à vida humana. Podemos destacar como ambientes extremos as bases científicas na Antártica, navios de expedição, ambientes enclausurados, trabalhos com tanques de ar, engenharias que envolvem altura, entre outros (SMITH, 2018).

No campo da construção civil, a altura é um denominador comum para trabalhadores. Seja em obras residenciais, comerciais ou institucionais, vários riscos estão presentes em um canteiro. Ao analisar canteiros de obra em São José do Rio Preto, S.P., Pessutto (2019) investigou uso de álcool e presença de sintomas de depressão e de estresse em trabalhadores da construção civil (ajudantes de pedreiro, pedreiros, pintores, mestre de obras, armadores e engenheiros). Os sintomas de depressão e de estresse mostraram-se abaixo do esperado. Entretanto, o uso de álcool e de outras substâncias identificado entre os participantes do estudo sugere que estes profissionais podem estar utilizando estratégias negativas de enfrentamento para lidar com o ambiente extremo, neste caso a altura.

A proteção dos direitos humanos, como é o caso dos trabalhadores que trabalham em ambientes extremos, apoia-se frequentemente nas leis que regem um país.

CONTRIBUIÇÕES DO DIREITO

A consciência de que a vida humana depende dos recursos oferecidos pela natureza é antiga, desde os filósofos da Antiguidade Clássica (ANDRADE et. al, 2018). Contudo, a preocupação e o cuidado com o meio ambiente, assim como a maior consciência de que seus recursos não são ilimitados, remontam a ideais mais recentes.

No Brasil, a preocupação com o meio ambiente é demonstrada através de inúmeras leis ao longo de nossa história. A primeira lei de cunho ambiental foi o Regimento do Pau-Brasil, no ano de 1605, com o objetivo de proteger as florestas brasileiras. (TROIANI, 2018) Com o passar dos anos, outras normas de tutela ambiental foram criadas, sendo que a Constituição Federal de 1988 foi a responsável por elevar tal proteção a nível de direito humano fundamental, conforme dispõe seu artigo 225.

CF Art. 225 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O direito ambiental pode ser definido como

“sistema de normas que disciplinam atividades e relações humanas, submetendo-as a determinados padrões de comportamento e sanções por descumprimento, sempre com a finalidade de se manter/conservar a sanidade do meio ambiente” (ANDRADE et. al, 2018).

Deve-se destacar que o meio ambiente, como bem juridicamente a ser tutelado, pode ser dividido em: (i) meio ambiente natural; (ii) meio ambiente cultural, (iii) meio ambiente artificial; e (iv) meio ambiente do trabalho.

Observa-se, portanto, que o cuidado com o meio ambiente não envolve apenas a preservação da água, do solo, da flora, da fauna, entre outros elementos.

De acordo com o art. 3º da Lei nº 6.938/1981, meio ambiente é o “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.” Este dispositivo legal restringe-se ao meio ambiente natural e não abrange outros bens juridicamente tutelados, como o meio ambiente cultural, meio ambiente artificial, meio ambiente do trabalho. Contudo, este dispositivo foi recepcionado pela Constituição de 1988 de forma que, tanto o conceito trazido por esta lei quanto o conceito mais amplo, são tutelados por nossa Carta Magna (SOUZA, 2016).

De acordo com Miola, ao citar José Afonso da Silva, o meio ambiente é

“direito de todos e bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, protegendo-se a qualidade da vida humana, para assegurar a saúde, o bem-estar do homem e as condições de seu desenvolvimento” (MIOLA, 2017)

Conforme já mencionado, o meio ambiente do trabalho é uma das facetas desta modalidade de tutela ambiental. A preocupação com a saúde dos trabalhadores não é novidade em nossa sociedade. No século XVI, o médico italiano Bernardino Ramazzini foi capaz de relacionar doenças com o ambiente de trabalho, constatando que muitos males estão ligados ao ofício. (RAMAZZINI, 2016)

Todavia, somente após os abusos contra operários ocorridos durante a Revolução Industrial é que surgiram as primeiras legislações com o objetivo de tutelar o trabalhador. Além disso, em 1919 foi criada a Organização Internacional do Trabalho, com o objetivo de

“promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade”.

Em consonância com o cenário mundial, a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, passou a demonstrar preocupação com a saúde e o bem-estar dos trabalhadores de modo que determina em seu art. 200, inciso VIII que compete ao Sistema Único de Saúde, além de outras atribuições, “colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho”. Portanto, a segurança da pessoa humana, inclusive no seu ambiente laboral, é objeto de proteção do nosso constituinte.

Assim, é possível conceituar o meio ambiente do trabalho

“como todos os bens materiais e intangíveis que permitem que as pessoas desenvolvam uma atividade laborativa remunerada digna e segura, a exemplo das instalações prediais, das tecnologias de segurança, dos equipamentos de proteção individual e coletiva” (AMADO, 2020).

Observa-se, desta forma, que uma das áreas do meio ambiente do trabalho é a saúde pública. Um meio ambiente equilibrado, portanto, tem relação direta entre a saúde e a qualidade de vida do trabalhador. Isto se deve, principalmente, ao caráter de direito fundamental dado ao meio ambiente do trabalho. Desta forma, todas as normas referentes à saúde do trabalhador devem estar em consonância com o direito fundamental de cada indivíduo a um meio ambiente do trabalho equilibrado (PADILHA, 2013)

Portanto, o

“meio ambiente do trabalho e proteção à saúde do trabalhador se instauram sobre um caráter indissociável, uma vez que o respeito ao direito do meio ambiente do trabalho saudável e equilibrado implica prática defensiva do direito à vida – o mais básico alicerce dos direitos fundamentais da pessoa humana” (ALVARENGA, 2013).

Para que a proteção do trabalhador ocorra da forma eficaz, Alvarenga aponta dois componentes essenciais: informação e educação ambiental. Nos dizeres desta autora,

“os trabalhadores têm, assim, direito de conhecer as reais condições ambientais a que estão expostos (os agentes tóxicos, os níveis de ruído, as altas temperaturas, as radiações, os vapores, etc.), como também a própria forma de organização do trabalho e as jornadas noturnas ou em turnos ininterruptos de revezamento”.

Inúmeras Convenções da OIT foram criadas para resguardar o direito do trabalhador a um meio ambiente do trabalho mais favorável.

A Convenção 148 traz em seu bojo normas sobre a saúde e proteção dos trabalhadores no ambiente de trabalho. Busca-se, através da aplicação destas regras, a proteção e prevenção contra acidentes de trabalho e doenças profissionais. (FASCINA et.al., 2020) Aludida convenção trata das poluições do meio ambiente do trabalho por contaminação do ar, de ruído e vibrações no local de trabalho (LODUCA, 2019).

A Convenção 161, por sua vez, dispõe sobre medidas que devem ser adotadas para que o meio ambiente do trabalho seja seguro e sadio para o trabalhador. A Convenção 155 da OIT é outro documento que traduz a importância do meio ambiente do trabalho e, determina que Governo, empregados e empregadores são responsáveis pela elaboração de uma “política sobre a Saúde e Segurança do Trabalho, além, também, da preocupação com o meio ambiente” (SANTOS, 2019). Em novembro de 2011, foi criada a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, por meio do Decreto Federal nº 7.602.

O artigo 4.2 da Convenção 155 dispõe que esta Política Nacional

“terá como objetivo prevenir os acidentes e os danos à saúde que forem consequência do trabalho tenham relação com a atividade de trabalho, ou se apresentarem durante o trabalho, reduzindo ao mínimo, na medida que for razoável e possível, as causas dos riscos inerentes ao meio-ambiente de trabalho.”

Ao mencionar a saúde dos trabalhadores, deve-se ter em mente que aquela, para a OMS, é “um estado de bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de doença”. Desta forma, ao trabalhador deve ser oferecido um ambiente de trabalho que proteja sua saúde física, mental e social.

O crescimento econômico trouxe inúmeros benefícios para a sociedade, assim como várias mudanças na divisão do trabalho e nos espaços físicos oferecidos ao trabalhador. Contudo, este desenvolvimento econômico deve caminhar ao lado da proteção dos ambientes de trabalho. Assim,

“por mais que os processos de trabalho possam ser aprimorados, o trabalhador deve ter o direito de exercer sua atividade em um meio ambiente de trabalho que lhe possibilite o bem-estar e vida com qualidade” (ROCHA, 2002).

Nas lições de Delgado, a Constituição Cidadã de 1988, ao reconhecer a importância da pessoa humana, encerra a ideia meramente materialista, individualista e até mesmo segregadora que vigorava no Direito tradicional. Desta forma, eleva o ser humano ao topo da estruturação da sociedade política e da sociedade civil, ao elaborar seu Texto Máximo em direção ao reconhecimento e afirmação da pessoa humana na realidade econômica, social e institucional da vida em comunidade (princípio constitucional da *centralidade da pessoa humana na ordem jurídica*), o que inclui o direito da personalidade do trabalhador.

Por essa razão, não se deve esquecer, ainda, que o meio ambiente do trabalho não envolve unicamente o local de trabalho, como também às “condições de trabalho e de vida fora do trabalho como consequência de uma sadia qualidade de vida que se almeja para o ser humano”. Desta forma, defender um meio ambiente de trabalho equilibrado não significa proteger apenas o indivíduo como trabalhador, mas também como ser humano. Deve-se, portanto, analisar as possíveis consequências financeiras, sociais e humanas para o trabalhador, assim como para a empresa e para a sociedade como um todo. (ALVARENGA, 2013).

Com todas as transformações sociais, políticas e econômicas vivenciadas, a proteção do meio ambiente de trabalho se torna indispensável para que o indivíduo trabalhador possa ter seus direitos fundamentais resguardados, assim como dispõe a Constituição Federal.

Esta proteção, inclusive, tem grande ligação com o direito à saúde, direito social (art. 6º, CF) resguardado pela nossa Carta Magna em inúmeros dispositivos. Todos os indivíduos têm direito à saúde e cabe ao Estado dispor de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, conforme dispõe o art. 196

da CF.

Diante disso, não se pode olvidar que as relações de trabalho são dotadas de desigualdades fáticas entre empregados e empregadores, as quais podem gerar eventuais abusos caracterizadores de violação individual ou até mesmo coletiva dos obreiros.

Nesse cenário, ganha relevância o papel do Estado que vem fiscalizando e punindo condutas violadoras à saúde física e mental dos trabalhadores, como é o caso do assédio moral, caracterizado pela prática de

“conduta reiterada seguida pelo sujeito ativo no sentido de desgastar o equilíbrio emocional do sujeito passivo, por meio de atos, palavras, gestos e silêncios significativos que visem ao enfraquecimento e diminuição da autoestima da vítima ou a outra forma de tensão ou desequilíbrio emocionais graves. (DELGADO, 2019)”

Embora caiba ao Estado a elaboração de políticas públicas, é notório que compete ao empregador, do mesmo modo, o respeito à dignidade da pessoa humana, em seu mais amplo aspecto. Portanto, trabalho digno é aquele que proporciona ao empregado um meio ambiente equilibrado e sadio, o que deve envolver tanto os aspectos estruturais do ambiente físico, como, também, uma qualidade mental e social de todos os trabalhadores, a fim de garantir uma saudável qualidade de vida.

Portanto, em busca da proteção da saúde dos trabalhadores, é imprescindível a adoção de medidas de prevenção e precaução capazes de neutralizar eventuais danos ambientais.

Somente com respeito a todos estes valores é que estarão resguardados, no meio ambiente do trabalho, os direitos e garantias fundamentais do ser humano.

CONCLUSÕES

A promoção da saúde vai além do âmbito biológico e deve incluir medidas que visam o bem-estar físico, psicológico, social e ambiental. Como é possível observar neste capítulo, a Psicologia Ambiental deve considerar vários fatores que restringem ou contribuem para a saúde do homem e para o comportamento pró-ambiental. Entre esses fatores estão clima, geografia, questões econômicas, políticas e sociais. Assim, a Psicologia Ambiental deve trabalhar de forma multi e interdisciplinar com outras áreas do conhecimento, além de adotar um modelo biopsicossocial de saúde.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. Meio Ambiente do Trabalho Saudável e Equilibrado: Proteção à Saúde do Trabalhador. **Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, PR, v. 2, n. 23, p. 42-66, out. 2013.

AMADO, Frederico. **Sinopses para Concursos** - v.30 - Direito Ambiental - Salvador: Editora

JusPodivm, 2020.

ANDRADE, Adriano et. al. **Interesses difusos e coletivos**: volume dois. 1 ed. – Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: MÉTODO: 2018.

ANDRADE, C. C.; DEVLIN, A. S. Stress reduction in the hospital room: Applying Ulrich's theory of supportive design. **Journal of Environmental Psychology**, v.41, p.125-134. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0272494414001182>. Acesso em 27/05/20.

BANGWAL, D.; TIWARI, P.; CHAMOLA, P. Workplace Design Features, Job Satisfaction, and Organization Commitment. **SAGE Open**, v. 7 n.3, 2017. Disponível em: 215824401771670. doi:10.1177/2158244017716708 Acesso em 27/05/2020.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp Acesso em 29 de maio de 2020.

CAMPOS-DE-CARVALHO, M.I.; CAVALCANTE, S.; NÓBREGA, L.M.A. Ambiente. In: Günther, H.; Pinheiro, J. Q.; Guzzo, R. S. L. **Psicologia ambiental. Entendendo as relações do homem com o seu ambiente**. 3ª ed. Campinas: Alínea, 2011.

CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.

COLENBERG, S.; JYLHÄ, T.; ARKESTEIJN, M. The relationship between interior office space and employee health and well-being – a literature review, **Building Research & Information**, 2020. DOI: 10.1080/09613218.2019.1710098

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho: obra revista e atualizada conforme a lei da reforma trabalhista e inovações normativas e jurisprudenciais posteriores**. 18. ed.— São Paulo: LTr, 2019.

Evans, G. W. & McCoy, J. M. (1998). When buildings don't work: The role of architecture in human health. **Journal of Environmental Psychology**, 18, 85-94.

FASCINA, Antônio Guerino; MOSCHINI, Sabrina. **A Convenção 148 e a proteção internacional do meio ambiente do trabalho**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8791dd6302cbe8cd>. Acesso em 30 de maio de 2020.

GIFFORD, R. Environmental Psychology matters. **Annual Review of Psychology**, v. 65, p. 541-579, 2014.

GÜNTHER, H.; PINHEIRO, J.Q.; GUZZO, R. S. L. **Psicologia ambiental. Entendendo as relações do homem com o seu ambiente**. 3ª ed. Campinas: Alínea, 2014.

LAWSON, B. **Como arquitetos e designers pensam**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LEMONS, C. **O que é arquitetura**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LODUCA, Emília Kazue Saio. **O direito fundamental e constitucional ao meio ambiente do trabalho equilibrado e saudável**. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-do->

trabalho/o-direito-fundamental-e-constitucional-ao-meio-ambiente-do-trabalho-equilibrado-e-saudavel/. Acesso em 30 de maio de 2020.

Mascheroni, G., & Vincent, J. (2016). Perpetual contact as a communicative affordance: Opportunities, constraints, and emotions. **Mobile Media & Communication**, 4(3), 310–326. <https://doi.org/10.1177/2050157916639347>

MIOLA, Ana Luisa Imoleni. O meio ambiente do trabalho enquanto direito fundamental diante da atuação do Poder Judiciário. **Revista Jus Navigandi**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/59655/o-meio-ambiente-do-trabalho-enquanto-direito-fundamental-diante-da-atuacao-do-poder-judiciario>.

MONEO, R. Inquietação teórica e estratégia projetual. São Paulo: COSAC NAYFY, 2008.

NESBITT, K. Uma nova agenda para a arquitetura. 2ª ed. rev. São Paulo: COSAC NAYFY, 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Conheça a OIT**. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/lang-pt/index.htm>. Acesso em 29 de maio de 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção 148 OIT**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236121/lang-pt/index.htm. Acesso em 29 de maio de 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção 155 OIT**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236163/lang-pt/index.htm. Acesso em 30 de maio de 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção 161 OIT**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236240/lang-pt/index.htm. Acesso em 30 de maio de 2020.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. **Indicadores de saúde: elementos conceituais e práticos**. Disponível em: https://www.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=14401:health-indicators-conceptual-and-operational-considerations-section-1&Itemid=0&lang=pt. Acesso em 30 de maio de 2020.

PADILHA. Norma Sueli. **Meio Ambiente do Trabalho: um direito fundamental do trabalhador e a superação da monetização do risco**. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/55993/009_padilha.pdf?sequence=1. Acesso em 29 de maio de 2020.

PESSUTTO, J. **Ambientes extremos: sintomas de estresse, de depressão e uso de álcool na construção civil**. 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Saúde) – Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto. São José do Rio Preto, 2019.

RAMAZZINI, Bernadino. **As doenças dos trabalhadores**. 4. Ed. – São Paulo: Fundacentro, 2016. 321p.

ROCHA, Júlio César de Sá da. Direito Ambiental do Trabalho: reflexo da contemporaneidade. **Revista de Direito Sanitário**, vol.3, n.1, Março de 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/81488>. Acesso em 30 de maio de 2020.

SANTOS, Eder. **Convenção 155 da OIT: um tratado de prevenção**. Disponível em: <http://www.sstonline.com.br/convencao-155-um-tratado-de-prevencao/>. Acesso em 30 de maio de 2020.

SILVA, R. B.; MELLO, M. M. A importância do estudo da psicologia ambiental na formação do arquiteto. **RENEFARA**, v.11, n.11, 2017. Disponível em: http://www.faculdadearaguaia.edu.br/sipe/index.php/renefara/article/view/609/pdf_94 Acesso em 20/05/2020.

SMITH, N. Relations between self-reported and linguistic monitoring assessment of affective experience in an extreme environment. **Wilderness & Environmental Medicine**, v.29, n.1, p. 61-65, 2018.

SOUZA, Adirleide Greice Carmo de. Os impactos do assédio moral no meio ambiente do trabalho e a tutela jurídica do trabalhador. **Revista de Direito Ambiental e Sociedade**, v.6, n.1. 2016, p.250-272. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/4025/2521> Acesso em 30 de maio de 2020.

STEG, L.; GROOT, J. M. I. **Environmental Psychology**. 2. ed. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2019. E-Book. Disponível em: Amazon.com. Acesso em 25/05/2020.

TROIANI, Leonice. **A abordagem do direito ambiental sob aspecto constitucional**. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-ambiental/a-abordagem-do-direito-ambiental-sob-aspecto-constitucional/>. Acesso em 29 de maio de 2020.

ULRICH, R. S. Effects of interior design on wellness: theory and recent scientific research. *Journal of Health Care Interior Design: Proceedings from The Symposium of Health Care Interior Design*, v.3, p. 97-109, 1991. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/10123973> Acesso em 18/05/2020.

CAPÍTULO 24

UM TOM REDENTOR PARA O DISCURSO PUBLICITÁRIO DIANTE DA CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA

Data de aceite: 01/09/2020

Livia Valença da Silva

Universidade Federal de Pernambuco
Recife, PE

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9990210664253255>

RESUMO: Entre 2006 e 2012, no Brasil, houve relevantes transformações quanto ao crescimento econômico associado ao nascimento da “nova classe média”, cuja participação no mercado de consumo se mostrava inédita. Este artigo, oriundo de tese de doutoramento, recorre a Bourdieu e sua Teoria dos Capitais e adentra no segmento varejista de Móveis e Eletrodomésticos, aproximando-o do consumidor de baixa renda. Em paralelo, instrumentaliza a Análise Crítica do Discurso publicitário, com o filme Proibido perder venda, da Ricardo Eletro, de 2016. O objetivo é identificar como se deram as mudanças no discurso publicitário no período da crise, quando não se podia falar com o público com o mesmo tom eufórico de antes. Os resultados da investigação apontam para o surgimento de um discurso redentor, adequado ao contexto desse novo estrato social.

PALAVRAS-CHAVE: consumo; análise crítica do discurso; discurso publicitário.

A REDEMPTIVE TONE FOR ADVERTISING DISCOURSE BEFORE THE BRAZILIAN ECONOMIC CRISIS

ABSTRACT: Between 2006 and 2012, in Brazil, there were significant changes regarding the economic growth associated with the birth of the “new middle class”, whose participation in the consumer market was unprecedented. This article, coming from a doctoral thesis, uses Bourdieu and his Theory of Capitals and enters the retail segment of Furniture and Appliances, bringing it closer to the low-income consumer. In parallel, it instrumentalizes Critical Analysis of Advertising Discourse, with the film Proibido perder venda, by Ricardo Eletro, from 2016. The objective is to identify how changes in advertising discourse took place during the crisis, when it was not possible to speak to the public with the same euphoric tone as before. The results of the investigation point to the emergence of a redemptive discourse, appropriate to the context of this new social stratum.

KEYWORDS: consumption; critical discourse analysis; advertising discourse.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil vem passando por consideráveis transformações, que tiveram sua origem na última década do século XX, mas que se acentuaram nos anos de 2006 a 2012, sobretudo com relação ao disparo no crescimento econômico associado ao nascimento da suposta nova classe média, cuja participação no mercado de consumo se mostrava inédita.

Tratava-se da explosão no acesso ao consumo por parte dos indivíduos que compunham um estrato emergente da sociedade, os quais buscavam, quando consumiam produtos e serviços, uma afirmação social e algo que lhes garantisse o caráter de cidadãos. Na sociedade contemporânea, consumir vai além de, simplesmente, adquirir. Tem a ver com o “direito” de poder pertencer à “sociedade de consumidores”, onde acontecem as lutas simbólicas que agregam valores às mercadorias tão desejadas por traduzirem estilos de vida que refletem ideias e ideais de pertencimento, inclusão social, reconhecimento e direito à felicidade – cidadania (BAUMAN, 2008; TASCHNER, 2009).

A “nova classe média brasileira” chegou, em seu momento de auge, a corresponder a mais da metade da população do país – cerca de 95 milhões de brasileiros –, de acordo com dados do Compêndio Classe Média em Números – um estudo encomendado pela Subsecretaria de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, em 2011 –, os quais dizem respeito a uma análise do período de 1999 a 2009 (AZEVEDO; MARDEGAN JR., 2009).

A economia mundial e o sistema capitalista se fortaleceram muito nas décadas de 1990 e 2000. Foram 20 anos de prosperidade econômica, o que ecoou e rendeu aos países em desenvolvimento uma certa redução na desigualdade da distribuição de suas rendas. (AZEVEDO; MARDEGAN JR., 2009).

O processo de estabilização da moeda, que se iniciou no governo de Itamar Franco (1993-1994), com a criação e implantação do Plano Real, em 1993, e que se consolidou no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), com o controle inflacionário, foi determinante para que o país conseguisse estabelecer, interna e externamente, uma posição favorável, economicamente falando (NARDI, 2009).

Ao final de 1993, período de lançamento do Plano Real – programa do governo brasileiro que uniu estratégias de natureza política, histórica e econômica, para estabilização econômica no país –, aconteceu o grande pontapé para esse cenário começar a mudar. A valer, desde então, o Brasil passou a registrar, gradativamente, taxas de crescimento econômico com distribuição de renda a partir da estabilização da moeda e da inflação.

Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), programas sociais de transferência de renda e de combate à miséria contribuíram para a diminuição dos índices de pobreza. As políticas governamentais de distribuição de renda, associadas à queda dos juros e a uma política de valorização do salário mínimo, favoreciam o acesso ao crédito.

Tudo isso vinha chamando a atenção, singularmente, de empresas do ramo varejista, que, então, precisavam se organizar para atender à demanda crescente, que passava a consumir, cada vez mais, bens duráveis e fazia muito uso do crédito.

Todos esses fatores compuseram uma conjuntura que favoreceu a mobilidade social ascendente das camadas mais pobres do Brasil, o que contribuiu para a origem da “nova classe média”, o acontecimento da economia brasileira na primeira década do século XXI.

2 I A CRISE ECONÔMICA NO BRASIL

Com a emergência da “nova classe média”, a economia do país teve novo ânimo e muitos negócios surgiram, criando uma gama de empregos. Essa “classe” era considerada rica fonte de lucros, desde que consumisse muito e a crédito (BAUMAN, 2010).

Apesar do crescimento favorável aos países capitalistas ter sido interrompido por severas crises econômicas e quase estruturais em 2008, estas, ao menos de início, pareciam não atingir com a mesma força aos países emergentes, visto que certos índices indicativos de crise chegaram de maneira mais lenta no Brasil – ao final de 2008 e início de 2009.

O fato é que aumentaram a desconfiança e os riscos de investimentos nacionais e internacionais no Brasil. O governo até fazia previsões otimistas, mas era preciso cautela, pois as consequências da crise não indicavam que seriam tão passageiras (NARDI, 2009).

Fatores como a alta do dólar, a desconfiança de investidores internacionais e outros fenômenos que contextualizavam essa crise econômica no Brasil se somaram ao fato da indústria produzir mais do que a capacidade que as pessoas estavam tendo de consumir.

Ainda em 2016, em plena crise econômica extremamente acentuada no Brasil, e na contramão daquilo que defendiam muitos outros especialistas e mostravam dados de pesquisas, o governo continuava defendendo que a “nova classe média” representava mais da metade do país (IBGE, 2017; FGV/IBRE, 2017).

3 I A NOVA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA

Como declara Pochmann (2014), a partir da década de 2000, o Brasil teve uma combinação de fatores que permitiram certa mobilidade social, acima de tudo, aquela associada à base da pirâmide – crescimento econômico, distribuição de renda, expansão no nível de emprego com remuneração um pouco acima do salário mínimo e uma parte considerável da população de baixa renda passando a consumir bens duráveis, como televisão, geladeira, computador, entre outros bens que, até então, eram consagrados para as famílias de maior rendimento. Mas, como Pochmann (2014) explica, isso não fez surgir uma nova classe social, muito menos fez com que se incluíssem novos integrantes à tradicional classe média; apenas a classe trabalhadora se reconfigurou em novas bases de consumo, o que, prontamente, mexeu com a estrutura da sociedade e das famílias.

Pochmann (2012) se refere à classe trabalhadora como sendo grande parte da população de baixa renda que compunha a classe proletária da sociedade, que não era nem da elite, nem da tradicional classe média, mas a grande massa trabalhadora que, com sua mão de obra, sustentava a maioria dos cargos e serviços mais subalternos e mal remunerados da sociedade, além do fato de não possuir preparo intelectual para alcançar novos postos.

Corroborando com esse raciocínio, Souza (2016, n.p.) afirma que “o discurso sobre a ‘nova classe média’ é problemático, posto que é irremediavelmente ‘economicista’”. Para este sociólogo, a dimensão econômica das classes sociais não pode ser analisada separadamente de outros fatores, encobrindo-se, por exemplo, conflitos sociais. Apoiar essa crença é defender que não existem lutas de classes, o que não é verdade, e ainda é “oportunista”. A ideia do acesso ao consumo ser o passaporte para inclusão social é uma crença que tende a mascarar injustiças sociais de todo tipo, além de reproduzir os privilégios das classes dominantes (SOUZA, 2016).

Assim, quando, aqui, fala-se em classe trabalhadora – em detrimento de classe média –, refere-se a esses emergentes que ascenderam socialmente e passaram a ter acesso ao mercado de consumo, advindos de camadas bem menos abastadas e sem poder de compra semelhante ao que passaram a ter, a partir do *boom* do consumo, como ponderado. Provavelmente, membros das chamadas classes C mais baixas. Da mesma forma, possivelmente, conta-se com alguns antigos membros da chamada classe D, os ainda mais desabonados, mas que, com muita batalha, conseguiram elevar seu poder de consumo. São pessoas que trabalham bastante e que, agora, conseguiram acesso ao mercado de consumo de bens duráveis e de determinados serviços, passando a ir além do consumo do básico.

Outros dados sobre esse estrato social emergente apontam que aumentou o papel da mulher no mercado de trabalho, diminuiu o desemprego, subiu o poder de compra do salário mínimo dessas pessoas e se ampliaram os programas de garantia de renda e da difusão do crédito ao consumo, além das famílias menos abastadas passarem a ter menos membros – uma redução que se observa, paulatinamente, na configuração sociodemográfica brasileira e que atinge a população como um todo. Contudo, essa redução se observa em menor expressividade do que nas famílias das classes mais elevadas (PARENTE; LIMEIRA; BARKI, 2008).

Essa “nova classe média” seria caracterizada pela importância dada à necessidade do trabalho duro, continuado e com ética, pelo desejo de cultivar respeito próprio e de ser respeitada pelos outros e pelo “mundo”, sendo este mundo muito restrito a seus espaços de convivência, à família, ao bairro e às suas preocupações imediatas (COMPÊNDIO, 2011).

A “nova classe média” ingressava cada vez mais no ensino superior, principalmente nas faculdades privadas, que não deviam nem ser tão caras nem tão exigentes. As pessoas buscavam o diploma, mas não vislumbravam a aplicabilidade dos conhecimentos e das práticas adquiridos em suas vidas. Para a “nova classe média”, havia que se cuidar com tanta dedicação do presente ao ponto de não restarem tempo e condições para se pensar no futuro (COMPÊNDIO, 2011).

São pessoas que trabalham muitas horas por dia e têm perfil empreendedor, de empresárias de si mesmas e não dispõem de um dos principais recursos das classes dominantes – tempo (SOUZA, 2012). Estas pessoas, de fato, vivem para trabalhar.

Essas pessoas têm perfil empreendedor e buscam aumentar sua renda fazendo “bicos” e/ou montando “empreendimentos caseirinhos”, pequenos e simples negócios em algum espaço da própria casa ou criando os “puxadinhos” (AZEVEDO; MARDEGAN JR., 2009).

O desejo dessas pessoas que compunham a população de baixa renda era o de serem vistas como modelos a serem seguidos, pessoas que deram certo na vida, e que esse reconhecimento viesse de quem lhes importava: as demais pessoas de seu bairro ou comunidade, onde preferiam continuar morando – pois lá eram vistas como alguém que “venceu” – a irem para bairros mais nobres e não serem reconhecidas por ninguém, até porque ficaria claro que lhes faltavam capital cultural e capital social (YACCOUB, 2011).

Com a sobra inédita de dinheiro, que estava permitindo a essa população um consumo antes inacessível, passou a ser possível investir mais em uma casa melhor equipada e decorada e em produtos que oferecessem lazer e otimizassem o serviço das famílias no dia a dia – investindo-se em qualidade de vida (NARDI, 2009). Como essas famílias tinham mais membros no mesmo domicílio e menos eletroeletrônicos, por exemplo, estes passaram a corresponder ao “primeiro setor varejista a dar real importância ao consumidor de baixa renda e o pioneiro a criar condições de consumo para essa parcela da população” (NARDI, 2009, p. 68).

4 | A RESSONÂNCIA DA PUBLICIDADE

O que, aqui, busca-se assimilar são fatos como o de que, no primeiro momento, durante a etapa de ascensão da nova classe trabalhadora e de euforia com relação à sua inserção no mercado de consumo (2006-2012), a publicidade foi grande aliada e uma das fortes responsáveis pela própria sensação de empoderamento desta, que foi, enfaticamente, chamada de “nova classe média”, e que, através do consumo, passou a absorver valores simbólicos agregados a mercadorias e a compor sua identidade de forma nunca vista antes, sentindo-se digna, cidadã, reconhecida como igual e inserida na sociedade.

Nessa fase, o discurso publicitário falava bastante em possibilidades e oportunidades, mostrando que aquele momento era o de cada uma daquelas pessoas realizar seus sonhos, utilizando apelos como “chegou a sua vez”, “agora é a sua hora” e “sua felicidade está aqui”. É isso que se julga fundamental compreender aqui: o comportamento do discurso publicitário, conforme o que ocorria na economia do país a respeito do consumo da nova classe trabalhadora.

A própria ideia de ascensão social, da saída da zona de pobreza e da entrada para uma “nova classe média” foi bastante exaltada pela publicidade, que comemorava junto a essas pessoas cada uma de suas conquistas, enfatizando suas lutas e esforços, bem como exaltando seus merecimentos e a vida melhor que todos passavam a ter a partir de cada

um de seus consumos.

Da mesma maneira, acredita-se que, com a crise (2013-2016), a publicidade se adequou ao novo contexto, especialmente no que correspondia ao público composto pela nova classe trabalhadora, que passou a enfrentar grande dificuldade de acesso ao consumo e, por isso, foi desaparecendo, pouco a pouco, do mercado. Porém, ainda assim, era de sua natureza e lógica que a publicidade incentivasse o consumo. E esta assim o fez, mas de maneira mais ponderada, buscando alcançar o “xis da questão” no que dizia respeito ao público-alvo: sua dificuldade financeira de consumir e, também, sua recusa em deixar de ter acesso ao consumo de determinados bens novamente.

A publicidade se moldou em harmonia com o novo contexto de crise e de desaparecimento dos emergentes consumidores eufóricos do mercado, buscando atingi-los de uma forma menos “sensacionalista” ou “espetacularizada”, um pouco mais racionalmente, falando com mais sensatez em consumo e abordando questões de mais economia, contudo, ainda recorrendo a ideias de oportunidades e possibilidades.

Além disso, o foco da publicidade também mudou, no sentido de que as empresas optaram por não ofertar tantos produtos e bens duráveis considerados mais supérfluos, mercadorias que foram muito vendidas no auge da nova classe trabalhadora, a que esse público nunca havia pensado em ter acesso anteriormente. Isso ficou visível na publicidade, que passou a enfatizar mais o básico, mas não como antes. Isso porque um mundo de consumo diferente havia sido aberto e a publicidade ainda tinha muito para falar com aquele público consumidor, que não aceitaria a ideia de retornar àquela fase de exclusão social. Ele continua tendo sonhos e acreditando que a realização destes se dá pelo consumo.

Eis que se propõem reflexões a respeito de como a publicidade passou a trabalhar para continuar dialogando com essa fatia de mercado – nova classe trabalhadora –, no período de crise econômica (2013-2016) que afeta o seu acesso ao consumo, a partir da análise de filmes publicitários das quatro marcas varejistas do segmento de Móveis e Eletrodomésticos mais relevantes para o mercado, em termos de faturamento e participação na mídia: Casas Bahia, Magazine Luiza, Lojas Insinuante e Ricardo Eletro.

Para tanto, optou-se por expor, aqui, neste artigo, a análise de um dos onze filmes selecionados, os critérios utilizados para as análises e os resultados mais relevantes. O filme, no caso, é o *Proibido perder venda*, da Ricardo Eletro, de 2016.

5 | METODOLOGIA

No que concerne à pesquisa bibliográfica, dentro daquilo a que se propõe este estudo, chegou-se a um referencial teórico que segue, primordialmente, os pensamentos do sociólogo francês Pierre Bourdieu, com relação à sua Teoria dos Capitais e a conceitos como *habitus*, estilo de vida, gosto de classe, poder simbólico e violência simbólica (BOURDIEU, 1983; 2004a; 2004b; 2011).

É importante frisar que se compreende e se considera, criticamente, o raciocínio de Bourdieu com relação ao papel do sujeito, como um ator social que não é assujeitado, muito menos “marionete” a mercê dos ditos da estrutura social, pronto a reproduzir os processos de dominação que culminam nas desigualdades sociais. Reconhece-se seu papel crítico, que enxerga a tomada de consciência dos processos de lutas simbólicas, carregadas de ideologias e demandas legitimadoras, instrumento de libertação e transformação social.

Quando se pretende realizar análises de discursos publicitários, deve-se levar em conta que estes são elaborados em contextos amplos, conseqüentemente complexos, tanto para quem enuncia como para aqueles aos quais se dirigem os enunciados. Visamos a discutir sobre todos os elementos socioculturais, históricos, econômicos e ideológicos que contribuem, explícita e implicitamente, para que um discurso publicitário se produza como se quer, surta os efeitos desejados e, o mais importante, apresente-se como original quando, na verdade, é carregado de muitos outros discursos que vêm à tona, sem a necessária consciência dos envolvidos nessa prática discursiva e social.

Assim sendo, decidiu-se pela Análise Crítica do Discurso – ACD, a qual, como concebida por Fairclough (2001), articula-se conforme a concepção tridimensional do discurso, que reúne três tipos de análises a serem feitas de modo simultâneo e inter-relacionado: 1) uma análise que considera o discurso como texto – devendo-se pensar sobre questões de sua produção e de sua interpretação, considerando quatro itens: ‘vocabulário’, ‘gramática’, ‘coesão’ e ‘estrutura textual’ –; 2) outra que vê o discurso como uma prática discursiva – envolvendo processos de produção, distribuição e consumo textual, em que devem ser analisados também aspectos como a ‘força’ dos enunciados, a ‘coerência’ dos textos e a ‘intertextualidade’–; e, por fim, 3) a que compreende o discurso como uma prática social – entendendo-o em termos de relações de poder, que reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemonias existentes – recorrendo-se a reflexões acerca de ideologia e a conceitos como hegemonia (FAIRCLOUGH, 2001).

6 | O DISCURSO PUBLICITÁRIO REDENTOR DE 2013 A 2016

6.1 Filme proibido perder venda – ricardo eletro – 2016

Áudio	Vídeo
<p>Loc. Rodrigo Faro: <i>Esse é o momento de defender o poder de compra ...</i> Durante todo o filme, há um BG instrumental em tom de ação, com momentos de revelação e impacto, sobretudo acompanhando os gestos mais incisivos do garoto-propaganda e a entrada da marca da campanha PROIBIDO PERDER VENDA.</p>	<p>Cena 1: Todo de preto, como garoto-propaganda da Ricardo Eletro, aparece o apresentador de TV Rodrigo Faro, em um cenário que simula um ambiente de um palco computadorizado, com telas ao fundo, de onde <i>ele se comunica com prováveis pessoas que, pelo contexto</i>, supomos que são os vendedores da marca anunciante, os quais recebem instrução do apresentador, em nome do Ricardo Nunes, sobre como devem ser tratados os clientes e que é proibido perder venda.</p>

<p>Loc. Rodrigo Faro: <i>... de cada um dos nossos clientes. Se fosse pra fazer igual, ...</i></p>	<p>Cena 2: O apresentador fala de maneira bastante incisiva, com gestos fortes, enquanto, nas telas atrás dele, passam imagens que correspondem ao que ele informa, como cenas do próprio Ricardo Nunes atendendo clientes, apertando mãos e os abraçando sorridente.</p>
<p>Loc. Rodrigo Faro: <i>... o Ricardo não teria me chamado. É pra fazer melhor.</i></p>	<p>Cena 3: Enquanto Rodrigo fala, olhando para sua plateia, comunicando-se com todos de maneira firme e tranquila, passam, por trás dele, nas telas, imagens de Ricardo Nunes no galpão onde os produtos são estocados, depois, resolvendo problemas ao telefone e fazendo gestos firmes e contundentes, que se assemelham aos que Rodrigo Faro faz ao conversar com sua plateia.</p>
<p>Loc. Rodrigo Faro: <i>É pra chegar no limite.</i></p>	<p>Cena 4: Nesse momento, na tela atrás do apresentador, vê-se a imagem de um termômetro subindo em disparada, remetendo à chegada ao limite mencionada por Rodrigo Faro. Mas tudo isso é muito sutil.</p>
<p>Loc. Rodrigo Faro: <i>É pra não perder venda de jeito nenhum.</i></p>	<p>Cena 5: Rodrigo Faro, então, aparece na tela de corpo inteiro e, em gesto definitivo, fala o texto que é acompanhado pela marca criada pela promoção: um brasão dourado em que está escrito PROIBIDO PERDER VENDA, com uma estrela em cima e a marca da RICARDO ELETRO embaixo.</p>
<p>Loc. Rodrigo Faro: <i>Tá nas nossas mãos chegar à condição ...</i></p>	<p>Cena 6: Rodrigo Faro continua falando, com câmera mais próxima de si, ao passo que as imagens atrás dele transmitem cenas em que Ricardo Nunes está em uma loja, atendendo e abraçando clientes.</p>
<p>Loc. Rodrigo Faro: <i>... e no preço que o cliente quer.</i></p>	<p>Cena 7: Continuam essas cenas.</p>
<p>Loc. Rodrigo Faro: <i>Vamos respeitar cada centavo dos nossos clientes.</i></p>	<p>Cena 8: Nesse momento, enquanto o apresentador fala, as cenas atrás dele passam a mostrar funcionários da Ricardo Eletro nos galpões, carregando mercadorias ou vendedores, nas lojas, atendendo clientes e fechando vendas, rasgando papéis para sugerir “rasgar preços” e Ricardo Nunes também em atendimento.</p>
<p>Loc. Rodrigo Faro: <i>Se for preciso, liga pra Central de Preço. Liga pro Ricardo.</i></p>	<p>Cena 9: Rodrigo Faro conversa com a plateia e insiste para que todos entendam a importância de não se perder venda, alertando-os sobre a possibilidade deles telefonarem até para o Ricardo Nunes, a fim de negociarem algum preço.</p>
<p>Loc. Rodrigo Faro: <i>É proibido perder venda ...</i></p>	<p>Cena 10: Em plano americano e olhando para a câmera, Rodrigo Faro fala, agora, como o espectador do filme.</p>
<p>Loc. Rodrigo Faro: <i>... na Ricardo Eletro.</i></p>	<p>Cena 11: Nesse momento, a câmera abre um pouco a imagem e, ao lado do apresentador que se volta para a plateia novamente, aparece a marca de PROIBIDO PERDER VENDA. RICARDO ELETRO. O site da marca surge embaixo da tela, abaixo do brasão.</p> <p>Obs.: Durante todo o filme, a marca da Ricardo Eletro esteve presente de modo reduzido, na parte superior e à direita da tela, com uma leve transparência.</p>

Tabela 1: Roteiro de filme *Proibido perder venda* – Ricardo Eletro – 2016 – 30”

Fonte: Adaptado do *corpus* coletado para a pesquisa, 2018.

6.2 Análise tridimensional de fairclough (2001) – discurso como texto

O vocabulário utilizado nesse filme é reflexo do discurso daquela ocasião – 2016 –, ano em que a crise econômica pela qual passava o Brasil estava em seu auge, juntamente com o ano de 2015, devido às inúmeras taxas inflacionárias e aos demais índices econômicos que demonstram isso, tais como PIB, IPCA, INPC, IPC-BR, IPC-C1, Índice de Inadimplência e Taxa de Desemprego (IBGE, 2017; FGV/IBRE, 2017; SERASA EXPERIAN, 2017).

O momento era de recessão. O estrato de baixa renda brasileiro havia passado por um período de inserção inédita no mercado de consumo, quando chegou a compor mais da metade da população do país, sendo chamada por muitos, equivocadamente, de nova classe média brasileira. Isso entre 2006 e 2012. Contudo, vários fatores levaram a uma crise e recessão econômicas no país sem precedentes e isso ecoou para diversas outras esferas. O consumo, de forma geral, foi comprometido, mas as classes mais baixas sentiram fortemente esse abalo e já não se podia falar, como antes, em alto poder de compra para essas pessoas.

O varejo sentia muito a crise e precisava criar estratégias para vender e compensar tantos prejuízos. Por isso, aliava-se à publicidade para compor discursos que continuavam falando com o público sobre aspirações e vitórias, não perder o que havia sido conquistado e muitas oportunidades de consumir, a preços baixos e excelentes formas de pagamento. O mercado estava, ainda mais, precisando mostrar que o cliente estava no centro de todas as atenções e este precisava se sentir respeitado e valorizado, já que estava sofrendo todo o peso de um retrocesso doloroso, como endividamentos e limitações gigantescos. Convencer esse espectador seria tarefa das mais árduas para a publicidade, que falava em nome de empresas que criavam as devidas condições para isso.

A palavra “defender” não está sendo usada no filme por acaso, associada à “poder de compra”. Isso era tudo que o estrato de baixa renda – maioria dos clientes desse anunciante em questão – precisava ouvir. Igualmente, vemos o termo “respeitar” acompanhando “cada centavo” e compreendemos a forte tentativa de demonstrar o esforço para colaborar com os clientes, que estavam passando por dificuldades e precisavam ser reconhecidos e respeitados, como pessoas batalhadoras e merecedoras de suas conquistas.

Para particularizar a mensagem, percebemos expressões como *cada um dos nossos clientes* e *cada centavo dos nossos clientes*, que individualizam o discurso, não generalizam e provam que, um a um, todos são importantes. Isso torna o discurso mais pessoal e facilita a identificação do espectador, que, ao se ver como público-alvo da mensagem, possível cliente do anunciante, compõe seu *ethos*, a partir daquela representação.

Outras falas imponentes e que comprovam a seriedade daquela negociação em prol dos clientes são *É proibido perder venda; fazer melhor; chegar no limite; não perder venda de jeito nenhum; Tá nas nossas mãos; e Liga pro Ricardo*. São palavras imperativas, firmes

e que deixam claro que a ordem é fazer o máximo para satisfazer o cliente.

Após o processo de empoderamento conseguido através do poder de compra da fase anterior – 2006 a 2012 –, esse discurso, portanto, reforça o caráter de foco de luta do estrato de baixa renda da sociedade, que “obriga” o varejo a atuar em seu favor, caso queira mesmo se manter e obter lucro.

6.3 Análise tridimensional de fairclough (2001) – discurso como prática discursiva

Pela narrativa do filme refletir um cenário que já possui discursos em circulação na sociedade, afirmamos se tratar de um interdiscurso, ou de um intertexto manifesto pelo contexto, ou seja, ocorre uma representação discursiva indireta, isso se referindo à situação de crise e recessão econômicas e tudo a que estas estão relacionadas no ano de 2016, compreendendo que se escoo para os anos anteriores, tanto os de crise, como os de efervescência do consumo pelo estrato de baixa renda no Brasil.

Os produtores do discurso não respondem conscientemente apenas; muito menos, somente àquele momento específico em que o filme estava sendo criado. Todos os envolvidos já estavam imbuídos de fatos históricos, sociais, culturais, políticos, econômicos e de valores simbólicos que os levaram a compor uma narrativa fílmica como a fizeram. Trata-se dos inúmeros discursos que falam em nós através dos tempos, das nossas várias vozes que se expressam em uma fala. Vozes que não são só nossas, mas de toda uma sociedade e que participam da criação de um material desse porte, mesmo que inconscientemente.

Quando o texto fala de “luta pelos centavos”, este já se faz coerente e sua audiência é antecipada, uma vez que aqueles que passam por essa situação de precisarem ser respeitados, reconhecidos e terem cada centavo de seu bolso valorizado são os membros das classes menos abastadas da sociedade, a população mais carente que sofria e sentia aquela crise e que estava tendo que frear seus anseios e se ver obrigada a retornar a uma condição de anonimato perante o mundo.

6.4 Análise tridimensional de fairclough (2001) – discurso como prática social

Na sociedade contemporânea neoliberalista, o incentivo ao consumo exacerbado e à subjetivação dos indivíduos são regras das mais cruciais. Se não se mantiver a ideia de que o consumo é acessível a todos, o sistema não se mantém e as classes superiores, dominantes, não exercem sua hegemonia, por meio do convencimento de um processo de empoderamento que é fruto de uma luta que obteve vitórias consideráveis e que, naquele momento de crise, viam-se ameaçadas.

Era necessário manter o estrato de baixa renda próximo do mercado, acreditando que este estava fazendo todo o possível para assegurar seu poder de compra e sua cidadania conquistados a duras penas. De certa forma, essa camada da população não tinha mais como voltar a ser a mesma da época em que se via limitada ao consumo do

básico. Ela já havia provado o sabor do consumo e feito uso de alguns poucos benefícios que a tornavam mais consciente de si, de seus direitos como consumidora. Seu *habitus* já havia sofrido influência, mesmo que não profunda, nem de origem (BOURDIEU, 2011).

Entretanto, aquelas pessoas não eram assujeitadas; elas eram ativas socialmente falando e exigiam se manter na corrida contra as desigualdades sociais. Havia uma racionalidade moral que nascera ao passo que todos se individualizavam e passavam a cuidar de si, buscando sua subjetividade (FOUCAULT, 2010). Esta não poderia se perder naquela crise, juntamente com a cidadania conquistada com o consumo.

Aquela nova etapa do processo civilizador de que falou Taschner (2009), ao se referir a Elias (1994), dizia respeito ao que essa população mantinha por meio do consumo – a crença de que a riqueza trazia prestígio, posição social e personalidade civilizada. Sendo assim, consumir era, no sentido mais literal da expressão, poder de compra.

No filme, vemos o esforço do anunciante em satisfazer o cliente, individualizando-o e provando que suas dificuldades são consideradas e seu dinheiro, respeitado. Tudo que pudesse ser feito, aquele estabelecimento faria, para que o cliente não saísse sem comprar. Preço baixo, excelentes condições de pagamento, negociações diretamente com o dono, que o tempo todo estava sendo mostrado como uma pessoa simples, igual a qualquer um, tal qual um vendedor, que abraçava todos e lutava por cada um – essas eram mensagens daquele filme, dirigido a pessoas exigentes, mais conscientes e resistentes, até pelas próprias dificuldades financeiras. Aquela marca que não oferecesse o melhor para seus clientes em termos de qualidade, preço baixo e formas de pagamento não mereceria sua atenção. Nesse comercial, o assunto estava sendo abordado com seriedade. As instruções eram ordens aos vendedores – é proibido perder venda.

A Ricardo Eletro se mostrava bastante solícita, próxima e solidária a seus clientes e potenciais clientes, comunicando-se com eles com paciência e tratando cada um como único e importante, para atingir em cheio seus desejos, até mesmo aqueles que nem eles sabiam que os possuíam (BAUDRILLARD, 2004). É bem provável que os espectadores do filme analisado se sentissem amados pela personificação dada e pelo destaque protecionista da peça publicitária. A publicidade, agindo assim, conseguia dar calor à marca por meio daquele discurso. Se o anunciante os amava, eles estavam salvos segundo a lógica da sociedade global do consumo pelo calor comunicativo com que a Ricardo Eletro os acolhia, com tamanha solicitude e afeto, como na sistematização do pensamento de Baudrillard (2004).

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se percebe, aqui, é que a publicidade buscou não focar na crise, claro, por ser o lado negativo daquele contexto de bloqueio de acesso ao consumo da fase anterior. No entanto, suas atenções eram voltadas para as pessoas – o estrato de baixa renda –,

demonstrando, cada vez mais, que elas eram o centro de todas as atenções, mereciam o reconhecimento por serem lutadoras e batalhadoras, e queriam ser respeitadas e compreendidas em suas realidades, duras e de muitos esforços.

Com o surgimento da nova classe trabalhadora, diversos estudos e pesquisas foram feitos para que se descobrissem comportamentos, práticas e valores. A importância do capital familiar foi uma dessas mais marcantes descobertas, que posicionavam a mãe como sendo o alicerce da família. Da mesma forma, os empreendimentos simples e caseiros, que não requeriam planos de negócios, análises de mercado ou capital de giro, tornaram-se comuns na fase anterior, mas se sobressaíram bastante no momento de crise.

Os anunciantes apareciam menos eufóricos e mais coerentes. As ofertas de produtos deixaram de ser tão variadas como no período da explosão do consumo de baixa renda. Não que o básico tenha voltado a ser o único apelo de venda, mas não se exploravam tanto outras possibilidades de consumo.

Conclui-se que, de fato, havia um novo discurso publicitário em prática, que reconhecia o consumidor mais empoderado e em condições de fazer escolhas mais conscientes, ainda que buscasse a realização de seus sonhos e um estilo de vida mais agradável. Aquele momento de cautela forçou a publicidade a se comunicar com seu público-alvo de uma forma mais solícita, mostrando-se preocupada com ele, que não podia ser ignorado novamente, excluído da sociedade de consumidores.

O mercado, através da publicidade, transmitia uma mensagem de que havia um amigo preocupado em lhe facilitar a continuidade das conquistas e a realização de seus desejos de consumo. Se aquele consumo era porta para a felicidade e a salvação, o discurso publicitário passava a ter um tom redentor.

É óbvio que estas análises, por questões de tempo e de delimitação da própria pesquisa, deram-se sob o universo do segmento varejista de Móveis e Eletrodomésticos, que tem uma forma particular de se comunicar com seu público-alvo. Ainda assim, aqui, precisou-se optar pela exposição da análise de apenas um dos onze filmes analisados. Contudo, houve muitos outros segmentos do varejo e serviços que sentiram alterações consideráveis com aquele fenômeno acerca do acesso inédito do estrato de baixa renda no mercado de consumo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. da R.; MARDEGAN JR., E. **O consumidor de baixa renda**: entenda a dinâmica de consumo da nova classe média brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

BAUDRILLARD, J. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BAUMAN, Z. **Vida a crédito**: conversas com Citlali Rovirosa-Madrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

_____. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2011.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004a.

_____. Gosto de classe e estilos de vida. *In*: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 82-121.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004b.

COMPÊNDIO Classe Média em Números. [2011] Disponível em: <www.sae.gov.br/novaclassemedia/?p=48>. Acesso em: 14 ago. 2013.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FGV/IBRE – Fundação Getúlio Vargas/Instituto Brasileiro de Economia. [online] Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [online] **Indicadores**. Disponível: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#indicadores>. Acesso em: 10 jan. 2017.

NARDI, S. **A nova era do consumo de baixa renda**: consumidor, mercados, tendências e crise mundial. Osasco: Novo Século Editora, 2009.

PARENTE, J.; LIMEIRA, T. M. V.; BARKI, E. (Orgs.). **Varejo para a baixa renda**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

POCHMANN, M. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O mito da grande classe média**: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014.

SERASA EXPERIAN. [online] **Indicadores Serasa Experian**. Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/indicadores-economicos/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

_____. [online] Entrevista especial com Jessé de Souza. **Nova classe média**: um discurso economicista. IHU - Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/516686-nova-classe-media-um-discurso-economicista-entrevista-especial-com-jesse-de-souza>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

TASCHNER, G. **Cultura, consumo e cidadania**. Bauru: EDUSC, 2009.

YACCOUB, H. A chamada “nova classe média”: cultura material, inclusão e distinção social.

Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 17, n. 36, p. 197-231, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://hilaineyaccoub.com.br/wp-content/uploads/2016/05/9.3-A-chamada-nova-classe-media.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

DESCOBRINDO NOVOS CAMINHOS: APLICAÇÕES DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 20/06/2020

Thaís Sanches Silva

Centro de Estudos em Terapia Cognitivo-Comportamental
São Paulo – São Paulo

Eliana Melcher Martins

Centro de Estudos em Terapia Cognitivo-Comportamental
São Paulo – São Paulo

RESUMO: Pretende-se apresentar o curso do tratamento, sob o referencial teórico da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), de um paciente com sintomas de Transtorno Depressivo Maior (TDM), acompanhado de crises suicidas, alto nível de desesperança e sintomas de ansiedade. Após o relato de sintomas relacionados ao TDM, e da coleta de dados de história de vida, foram aplicados o Inventário de Depressão de Beck (BDI), o Inventário de Ansiedade de Beck (BAI) e a Escala de Desesperança de Beck (BHS). A partir da obtenção das pontuações nessas escalas foram listadas as razões para viver e morrer do paciente, elaborados plano de segurança antissuicídio e kit esperança. O paciente foi questionado sobre surgimento de pensamentos e desejo suicida em parte das sessões e, dentre outros procedimentos, aplicou-se ativação comportamental, reestruturação cognitiva e resolução de problemas, com identificação **das distorções cognitivas**, visando diminuição

da ansiedade, respiração diafragmática e relaxamento progressivo. Levanta-se como hipótese que os sintomas do TDM surgem após vivência de situações estressoras no trabalho e desgaste em relações interpessoais. Foi encaminhado ao psiquiatra e iniciou tratamento farmacológico. Algumas crises suicidas foram acompanhadas de planejamento, antes do início do tratamento. Durante o tratamento, o paciente relatou perceber que essas crises passaram a durar menos tempo e se tornaram menos frequentes, com a utilização de itens do plano de segurança. Depois da aplicação de técnicas, como reestruturação cognitiva e resolução de problemas, afirmou acreditar menos na crença central identificada como a mais frequentemente associada ao desencadeamento das crises. Conforme o percurso do tratamento, relatou perceber-se menos ansioso, mais ativo e realizando mais atividades prazerosas. Passou a mencionar com mais frequência planos para o futuro, maior contato com pessoas, maior sentimento de esperança, maior controle de crises suicidas, além de crenças mais funcionais. Permanece em tratamento psicoterapêutico em Terapia do Esquema.

PALAVRAS-CHAVE: Terapia Cognitivo-Comportamental; Transtorno Depressivo Maior; Suicídio.

DISCOVERING NEW PATHS: APPLICATIONS OF COGNITIVE- BEHAVIORAL THERAPY

ABSTRACT: It is intended to present the course of treatment, under the theoretical framework

of Cognitive-Behavioral Therapy (CBT), of a patient with symptoms of Major Depressive Disorder (MDD), accompanied by suicidal crises, high level of hopelessness and symptoms of anxiety. After reporting symptoms related to MDD and collecting life history data, the Beck Depression Inventory (BDI), the Beck Anxiety Inventory (BAI) and the Beck Hopelessness Scale (BHS) were applied. After obtaining the scores on these scales, the reasons for living and dying the patient were listed, an anti-suicide security plan and a hope kit were prepared. The patient was asked about the appearance of thoughts and suicidal desire in part of the sessions and, among other procedures, behavioral activation, cognitive restructuring and problem solving were applied, with identification of cognitive distortions. Aiming at decreasing anxiety, diaphragmatic breathing and progressive relaxation. It is hypothesized that the symptoms of MDD arise after experiencing stressful situations at work and wear and tear in interpersonal relationships. He was referred to the psychiatrist and started pharmacological treatment. Some suicidal attacks were accompanied by planning, before treatment started. During treatment, the patient reported realizing that these crises started to take less time and became less frequent, with the use of items from the safety plan. After applying techniques such as cognitive restructuring and problem solving, he said he believed less in the core belief that was identified as the one most often associated with the onset of crises. According to the course of the treatment, he reported feeling less anxious, more active and has performed more pleasurable activities. He more often mentions plans for the future, greater contact with people, greater sense of hope, greater control of suicide crises, as well as more functional beliefs. He remains under psychotherapeutic treatment in Scheme Therapy.

KEYWORDS: Cognitive Behavioral Therapy; Major Depressive Disorder; Suicide.

1 | INTRODUÇÃO

Apresentaremos o curso do tratamento de Gabriel (nome fictício), paciente com 31 anos de idade, inicialmente diagnosticado com TDM, com sintomas ansiosos, de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais, 5ª edição (DSM-5), 2014, da Associação Psiquiátrica Americana. Primeiramente foram realizadas intervenções em TCC, as quais serão o foco deste capítulo. A TCC é comprovadamente eficaz no tratamento de diversos transtornos psiquiátricos, oferecendo vários procedimentos a serem aplicados com pacientes suicidas (WENZEL, BROWN E BECK, 2010).

1.1 Diagnóstico

Gabriel apresentava os seguintes sintomas, há pouco mais de um ano, quando procurou tratamento em TCC, seguindo-se os critérios do DSM-5 (2014):

- No critério A, apresentava humor deprimido (sentia-se triste, vazio e sem esperança), perda de interesse e prazer, diminuição da energia quase todos os dias, sentimento de inutilidade, culpa – no sentido de estar sendo punido quase todos os dias –, capacidade diminuída de tomar decisões e ideação e desejo suicida com tentativas abortadas de suicídio;

- No critério B, observamos que esses sintomas causavam sofrimento clinicamente significativo, com prejuízo no funcionamento social e profissional; e
- No critério C, identificamos que esses sintomas não eram decorrentes de uso de substância ou outra condição médica (DSM-5, 2014).

A hipótese diagnóstica foi levantada pela terapeuta, após o relato dos sintomas e aplicação das Escalas Beck (CUNHA, 2001) – nas quais Gabriel pontuou 34 no BDI (depressão moderada), 22 no BAI (ansiedade moderada) e 14 na BHS (desesperança grave). Diante dessas pontuações e da observação do sofrimento de Gabriel, tanto da perspectiva da terapeuta, quanto do paciente, Gabriel foi encaminhado à Psiquiatria – a qual levantou o TDM como diagnóstico.

1.2 História de vida

Gabriel é o primeiro filho de pai e mãe casados. Seu pai é alcoolista, agressivo e apresenta em diversas situações humor facilmente irritável. Segundo o paciente, nunca em toda a vida estabeleceu diálogo com o pai, sendo que em relação a este, lembra-se de sentir medo constante na infância e adolescência. Por volta dos seis anos de idade, a família mudou-se de cidade devido a conflitos do pai com a vizinhança, desencadeados pelo uso de álcool. Recorda-se de a mãe ter sido exigente na infância, fazendo frequentes comparações entre ele e seus colegas de escola; nessas situações apresentava pensamentos de desqualificação sobre si. Das lembranças mais remotas, recorda-se de brincar sozinho em sua casa. Por volta de seis anos de idade, começou a frequentar uma igreja católica, próxima de sua casa, onde interagia com as outras crianças.

Quando seu irmão (seis anos mais novo) estava mais crescido, lembra-se de jogar bola com frequência, próximo de sua casa e de, nessa fase, ter feito mais amizades. Tanto na época da escola, quanto na igreja, afirmou ter feito amizade com algumas pessoas, mas não relata contato atual com elas.

Namorou uma adolescente da escola quando tinha 15 anos de idade por alguns meses. Após esse relacionamento, não relatou mais nenhum outro e diz não querer envolvimento afetivo desse tipo.

Começou a trabalhar aos 16 anos de idade, em um serviço público da cidade em que morava. Depois trabalhou em uma empresa de isolantes elétricos, onde permaneceu por alguns anos.

Nessa época comprou um carro, segundo o paciente, para tentar se aproximar do pai. Porém, um dia seu pai ingeriu bebida alcoólica e, sentindo-se contrariado por Gabriel, quebrou algumas partes do automóvel. Essa situação contribuiu para que o relacionamento entre os dois se tornasse ainda mais distante.

Permaneceu mais algum tempo trabalhando na mesma empresa, até entrar para um seminário católico. Como seminarista, afirma ter tido bom relacionamento com os colegas, mas dificuldades com competitividade. Saiu do seminário por esse motivo, um ano e meio

depois. Logo após a saída do seminário, passou a trabalhar na área de contabilidade e foi residir sozinho, até ser chamado para trabalhar novamente na empresa da qual pedira demissão. Nela, lembra-se de ter experienciado emoções desagradáveis com o volume de trabalho, com comparações de superiores em relação a outros colegas e com elevado nível de estresse, situações que desencadearam crises de suicídio e sintomas de depressão e ansiedade.

Nessa época, tornou-se padrinho de um adolescente da igreja, o qual, segundo o paciente, requisitava-o com frequência para comprar coisas e fazer passeios. Gabriel realizava esses pedidos, mas sem vontade. Assim, o paciente apresentava sofrimento por essa relação, tendo dificuldades em colocar limites. Frequentou essa igreja católica até o início do tratamento, quando deixou de participar das principais atividades. Segundo ele, alguns dos motivos eram o afilhado e a indiferença, por parte de algumas pessoas, em relação ao momento difícil que estava vivendo.

Após alguns meses vivenciando essas situações no trabalho e nas relações interpessoais, Gabriel passou a se comportar de forma a provocar demissão, que ocorreu meses depois. Com a intensificação dos sintomas de depressão, procurou tratamento em TCC – sobre o qual abordaremos na próxima seção.

Devido à dificuldade de encontrar emprego, voltou a morar com os pais e o irmão, com os quais reside até hoje.

Meses depois, começou a trabalhar em uma empresa menor, na mesma área. Relatou pensamentos frequentes de insatisfação e exigências consigo mesmo enquanto ocupava o cargo.

Foi dispensado desse trabalho e conseguiu emprego novamente na empresa de isolantes elétricos, onde começaram as primeiras reações ao estresse, e em que permaneceu por três meses. Nesse trabalho, experienciou sintomas de crise de pânico.

2 | PERCURSO DO TRATAMENTO

Gabriel compareceu à primeira sessão encaminhado por dois amigos, que se preocuparam com ele ao perceberem-no triste, desanimado e com dificuldades financeiras.

Gabriel já havia iniciado tratamento em psicoterapia com outro referencial teórico, um ano antes, aproximadamente, mas parou devido ao limite de sessões oferecidas por seu convênio.

Nas primeiras sessões em TCC, Gabriel mencionou desânimo, tristeza, irritabilidade, aumento do sono e tentativas abortadas de suicídio (WENZEL, BROWN E BECK, 2010). Apresentava também isolamento social de amigos e familiares.

Passadas as sessões de anamnese, e de preenchimento dos inventários de Beck (CUNHA, 2001), a terapeuta iniciou o tratamento com o protocolo da TCC para Depressão (BECK, 1997), incluindo intervenções para as crises de suicídio (WENZEL, BROWN E

BECK, 2010), como o plano de segurança, ilustrado na Figura 3.

Nunca havia tomado medicamentos psiquiátricos até a terapeuta encaminhá-lo ao psiquiatra, que receitou um antidepressivo. Tomou por três meses e parou. Começou a praticar caminhada logo no início do tratamento, segundo orientação da psiquiatra; entretanto, não continuou com essa atividade física, ocupando-se de outras atividades, a maior parte realizada em casa (como assistir a filmes, conversar com amigos, frequentar lugares prazerosos, procurar emprego, dentre outros), conforme mostraremos a seguir, na Figura 1.

Além da ativação comportamental (Figura 1), foram aplicadas as técnicas de reestruturação cognitiva: questionamento socrático, descoberta guiada, exame das evidências, descatastrofização, reatribuição, *role-play* e identificação das distorções cognitivas, apresentadas por Oliveira (2016).

PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES

Nome: _____ Data: ____/____/____

Registre as atividades que você realizar durante sua semana, atribuindo um valor de 0 a 10 para cada uma delas, sendo que 0 se refere ao nível de menor prazer (P) e habilidade (H) e 10 ao de maior prazer ou habilidade.

Hora	Sábado	P	H	Domingo	P	H	Segunda	P	H	Terça	P	H	Quarta	P	H	Quinta	P	H	Sexta	P	H	
00h																						
01h																						
02h																						
03h																						
04h																						
05h																						
06h																						
07h																						
08h																						
09h				Missa			Agência emprego			Distribuir currículo			Caminhada							Caminhada		
10h																						
11h																						
12h							Almoço			Almoço			Almoço			Almoço				Almoço		
13h	Almoço			Almoço			Dormir			Dormir			Dormir			Dormir				Dormir		
14h							Assistir TV			Inglês						Inglês						
15h																						
16h																						
17h	Banho																					
18h	Shopping						Banho			Banho			Banho			Banho				Banho		
19h										Filme			Filme			Amigo				Amigo		
20h																						
21h																						
22h																						
23h	Dormir						Dormir			Dormir			Dormir			Dormir				Dormir		

Figura 1: A técnica de planejamento de atividades consiste em uma tabela, com todos os dias da semana e horários, a ser preenchida com atividades que o paciente tenha prazer (P) e/ou habilidade (H) considerável para realizá-la (WRIGHT, BASCO E THASE, 2008).

Após a psicoeducação sobre distorções cognitivas, a terapeuta procurou com o paciente identificar quais eram as mais intensas e questioná-las empaticamente. Assim, na tabela 2 são apresentados exemplos de situações e pensamentos automáticos, distorções cognitivas, emoções e comportamentos relacionados, para um melhor entendimento de como se relacionam.

Situação	Pensamento automático	Distorção cognitiva	Emoção	Comportamento
Conversando com o afilhado	"Se eu falar com ele, ele vai me deixar"	Previsão do futuro	Tristeza Raiva	Isola-se e interrompe a conversa
Pensando sobre o antigo emprego	"O que fiz não foi tão bom quanto eu poderia ter feito"	Desqualificação dos aspectos positivos	Tristeza	Isola-se e não tenta procurar outro emprego
Passando muito tempo em casa, sozinho	"Eu sinto que serei punido"	Raciocínio emocional	Ansiedade	Evita contato com pessoas próximas e procurar outro emprego
No trabalho, depois de realizar uma grande tarefa	"Consegui realizar todo o trabalho, isso significa que o volume não era tão grande assim"	Ampliação/minimização	Tristeza	Age com perfeccionismo na tarefa seguinte
Pensando sobre ter aceitado ter um afilhado	"Se eu não tivesse tomado aquela atitude, nada disso estaria acontecendo"	Personalização	Raiva	Evita o afilhado
Em casa, isolado.	"Eu não deveria me sentir assim"	Afirmações do tipo "deveria"	Tristeza	Isola-se
Ao se encontrar com um amigo	"Assim que o encontrei, sabia que a conversa não seria boa"	Conclusões precipitadas	Raiva	Fala o necessário e procura não se envolver na conversa
Pensando sobre estar com depressão	"É minha culpa que isso esteja acontecendo comigo"	Culpar	Tristeza Raiva	Chora e planeja suicídio
Quando recebeu um pedido para executar no trabalho	"É se eu não der conta do trabalho?"	E se?	Ansiedade	Trabalha mais do que o necessário

Figura 2: A tabela mostra a situação, o pensamento automático desencadeado, a distorção cognitiva em que se classifica e a emoção e comportamento associados.

Concomitantemente à utilização de técnicas da TCC para depressão, como o tratamento também incluiu intervenções para diminuir as crises de suicídio, Gabriel construiu um "kit esperança" (uma caixa de sapato contendo objetos que o ajudavam a se lembrar de razões para continuar vivendo e que representavam planejamentos antigos); também foi criado um plano de segurança portátil (Figura 3), defendido por Wenzel, Brown e Beck (2010) como estratégia para que o paciente lidasse com maior facilidade com a crise de suicídio que estivesse vivenciando no momento. Espera-se que o paciente utilize esse plano de segurança diante de uma crise de suicídio:

Plano B
<u>Sinais de alerta:</u> Lembrar-se do stress no trabalho Solidão Conflitos com a família, pai e amigos Avaliações sobre estar desempregado Tarefas na igreja
<u>Estratégias de coping:</u> Video-game Passear Dormir Assistir a um filme Conversar com alguém (sobre outro assunto que não seja a crise de suicídio) Tomar banho Ver o kit esperança Jogar no celular
<u>Familiares/amigos para pedir ajuda em relação à crise (nomes fictícios):</u> Eduardo (telefone de Eduardo) Douglas (telefone de Douglas) Ricardo (telefone de Ricardo)
<u>Contatos de emergência:</u> Terapeuta (telefone do terapeuta) CVV (telefone do CVV)

Figura 1: Plano de Segurança (“Plano B”) de Gabriel.

O plano de segurança pode receber outro nome, escolhido pelo paciente (neste caso, Gabriel quis chamá-lo de “Plano B”). No primeiro nível são listados os sinais de alerta – situações e pensamentos que podem desencadear alguma crise de suicídio –; no segundo nível são listadas as estratégias de *coping*, a serem utilizadas diante dos sinais de alerta; no terceiro nível, caso as estratégias do segundo nível não funcionem, o paciente entra em contato com alguém por telefone, pedindo ajuda com sua crise de suicídio (é importante que sejam pessoas que o paciente sinta confiança que irão ajudá-lo); e no quarto nível, caso o paciente não consiga contato com essas pessoas ou elas não o ajudem, o paciente entra em contato com o terapeuta ou, nesse caso, com o Centro de Valorização da Vida (CVV) (WENZEL, BROWN e BECK, 2010).

Meses depois, após Gabriel verbalizar menos intensidade nos sintomas iniciais relacionados ao suicídio, principalmente desesperança, a terapeuta realizou em uma sessão três exercícios de imaginação guiada, consentidos verbalmente pelo paciente na sessão anterior. Foi combinada uma ‘regra de parada’ (sinal que Gabriel daria à terapeuta para interromperem o procedimento imediatamente, caso este se tornasse muito aversivo), conforme o protocolo de Wenzel, Brown e Beck (2010). Assim:

a) no primeiro exercício, a terapeuta conduziu o paciente a relatar no momento presente e de olhos fechados a situação mais recente de tentativa de suicídio, descrevendo objetos e elementos situacionais com detalhes – para vivenciar com mais clareza a situação – relatando o que de fato ocorreu naquela situação.

b) no segundo exercício, a terapeuta conduziu o paciente a repetir a situação vivenciada no primeiro, mas utilizando as habilidades aprendidas no tratamento.

c) no terceiro exercício, a terapeuta conduziu o paciente a imaginar no momento presente uma possível crise de suicídio (utilizando-se de elementos atuais da vida do paciente e que podem contribuir para que uma crise ocorra).

Para ilustrar essa fase do tratamento, segue um breve relato de como foram aplicadas as revisões das crises suicidas, recente e futura:

Na **revisão da crise suicida recente**, Gabriel estava em casa quando seu afilhado chegou e começou a assistir vídeos de um tipo de música que ele não aprecia. O nível de sentimento suicida estava em seis, em uma escala de zero a dez (sendo que zero seria nada de sentimento suicida e dez o nível máximo de sentimento suicida). O paciente pede uma pizza, ele e o afilhado jantam e depois o afilhado vai embora. Nesse momento, o nível de sentimento suicida se mantém em seis. Em seguida, o paciente manda mensagem para um amigo, relatando que o afilhado veio até sua casa e, depois da desaprovação desse amigo sobre isso, Gabriel tem sua crise no nível oito, acompanhada de uma série de pensamentos automáticos disfuncionais. Gabriel então pensa em ir dormir para se livrar do sentimento suicida, reflete sobre como sua mãe reagiria caso fizesse algo contra si, mas, mesmo assim, deixa uma faca sobre uma mesa e planeja que, se não dormisse durante a noite, tentaria suicídio com essa faca (chora, nesse momento, durante o exercício). Gabriel consegue dormir e no dia seguinte, ao acordar, sente-se vazio e com sentimento suicida em zero.

Gabriel avaliou esse primeiro passo do exercício como sufocante e aceitou prosseguir com o segundo passo. Salientei que a regra de parada poderia ser utilizada.

Na **revisão da crise suicida recente usando habilidades**, o paciente relatou a mesma situação do passo anterior, sendo que, em vez de deixar uma faca disponível caso quisesse cometer suicídio, preferiu jogar no celular e assistir televisão. Assim, a crise se reduziu a zero.

Avaliando essa fase do exercício, Gabriel disse estar mais tranquilo e que não se incomodava com o que as pessoas falavam (em referência à desaprovação do amigo).

Na **revisão de uma futura crise suicida**, o paciente se imaginou em seu quarto quando sua mãe lhe avisa que o amigo (que o desaprovou no primeiro exercício) está em casa e quer conversar com ele. O sentimento suicida vai para oito depois de conversar com esse amigo, que novamente o desaprova. Como Gabriel, nesta parte, teve dificuldades para acessar o plano de segurança, sugeri que ele o procurasse. Assim, realizou algumas atividades de *coping* e o sentimento suicida baixou gradativamente, conforme a realização

dessas atividades, até chegar a zero.

Após a realização desses exercícios, Gabriel fez um resumo da importância de testar suas habilidades e procurei validá-lo nas escolhas que fez para lidar com o sentimento suicida.

Wenzel, Brown e Beck (2010) propõem que esse exercício seja realizado na fase avançada do tratamento focado em crises suicidas, uma vez que o paciente já terá mais recursos de enfrentamento para possíveis crises. Recomendamos o estudo desse protocolo, no livro “Terapia Cognitivo-Comportamental para pacientes suicidas” (WENZEL, BROWN E BECK, 2010) para aplicação na clínica.

Apresentaremos a seguir uma combinação das técnicas de questionamento socrático, descatastrofização e reatribuição – aplicadas desde o início do tratamento de Gabriel e prevaletentes após as intervenções para crises suicidas, de Wenzel, Brown e Beck (2010). O que mostraremos a seguir é a junção do que foi trabalhado em algumas sessões.

Terapeuta (T): Gabriel, então você acredita que é fracassado.

Gabriel (G): Sim, acredito muito.

T: Oh, eu imagino que seja difícil para você conviver com essa crença.

G: Na verdade, já estou acostumado...

T: O que é ser fracassado para você? (*questionamento socrático*)

G: Ah, é não dar conta daquilo que me pedem, como eu não dei, no trabalho, por exemplo... na relação com meu afilhado também.

T: Acho que entendo. Mas uma pessoa fracassada consegue sustentar por anos tantos setores, como você sustentou, no último emprego? (*descatastrofização*)

G: É, eu acho que não.

T: Pois é... E será que seu afilhado daria tanta importância a você, como você me conta que ele lhe dá se, de fato, você não tivesse dado a ele o que ele gostaria? (*descatastrofização*)

G: É, eu também acho que não.

T: Então, como você pode explicar esses pensamentos de que você é fracassado? (*tentando aplicar a técnica da reatribuição*)

G: (silêncio) É da depressão, né?

T: Sim, e nós vamos continuar trabalhando para que esse sofrimento diminua.

Neste trecho, a terapeuta objetivou que o paciente relativizasse sua crença de fracasso e percebesse que esse pensamento se tornou mais intenso devido à depressão, já que evidencia em seus comportamentos diversas superações e conquistas que mostram que ele não é um fracassado. Adiante, no tratamento, Gabriel passa a conceber aquilo que não consegue realizar como gostaria, como aprendizado, com menor sentimento de culpa.

Além de outras relativizações que o paciente demonstrou ao longo de seu tratamento, esperamos ter contribuído para mostrar que essa combinação de técnicas para tratamento

da depressão (Beck, 1997) e o protocolo de tratamento para crises suicidas (WENZEL, BROWN E BECK, 2010) pode ser empregada para a amenização do sofrimento de outras pessoas que apresentem tal demanda.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como perspectivas para o tratamento de Gabriel, podemos assinalar que atualmente, nos atendimentos, ele consegue expressar mais seus pensamentos e emoções, também diz que gosta de vir à terapia e de partilhar o que está acontecendo. Demonstra confiança, apreço e reconhecimento em relação à terapeuta. Apresenta mais confiança para falar sobre assuntos que não abordava ou sobre alguns problemas que não admitia no início do tratamento.

Na última crise de suicídio que teve, em pouco mais de um ano de tratamento, e com intervalo de um ano da penúltima crise, o paciente seguiu o protocolo que trabalhamos nas sessões iniciais (plano de segurança) e conseguiu reduzir a sensação suicida.

Parece conseguir flexibilizar a visão que tem tanto sobre o pai quanto sobre a mãe, vendo hoje a mãe também como uma figura exigente, pois ela frequentemente o critica ou faz cobranças sobre as escolhas que ele faz. Assim, tendo voltado a morar com os pais e o irmão, demonstra alívio quando não está na presença dos pais, embora mantenha uma relação de mais proximidade com ela e com o irmão.

Conversa com mais frequência com amigos, mas parece não querer muito envolvimento.

Tem se preparado para voltar à faculdade, em curso de seu interesse, o que demonstra reconhecimento dos recursos de enfrentamento.

As perspectivas para a evolução deste caso são boas, uma vez que Gabriel é um paciente que demonstra enfraquecimento das crenças centrais e comprometimento com o tratamento.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5 – Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5ª Ed. Porto Alegre: Editora Artmed; 2014, p. 160-161.

BECK, A. T. Uma visão geral. *In*: BECK, A. T. **Terapia Cognitiva da Depressão**. Porto Alegre: Artmed, 1997, p. 15-45.

CUNHA, J. A. **Manual das versões em português das escalas Beck**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

CLONINGER, C. R. Temperament and personality. **Current Opinion In Neurobiology**, Washington, v. 1, n. 4, p. 266-273, 1994.

OLIVEIRA, I. R. Apresentando o modelo cognitivo ao paciente. *In:* OLIVEIRA, I. R. **Terapia Cognitiva Processual: manual para clínicos**. Porto Alegre: Artmed, 2016, p. 5-26.

WENZEL, A.; BROWN G. K.; BECK, A. T. A fase inicial do tratamento. *In:* WENZEL, A.; BROWN G. K.; BECK, A. T. **Terapia cognitivo-comportamental para pacientes suicidas**. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 112-134.

WENZEL, A.; BROWN G. K.; BECK, A. T. A fase intermediária do tratamento. *In:* WENZEL, A.; BROWN G. K.; BECK, A. T. **Terapia cognitivo-comportamental para pacientes suicidas**. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 150-170.

WENZEL, A.; BROWN G. K.; BECK, A. T. A fase avançada do tratamento. *In:* WENZEL, A.; BROWN G. K.; BECK, A. T. **Terapia cognitivo-comportamental para pacientes suicidas**. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 171-183.

WRIGHT, J. H.; BASCO, M. R.; THASE, M. E. Trabalhando com pensamentos automáticos. *In:* WRIGHT, J. H.; BASCO, M. R.; THASE, M. E. **Aprendendo a terapia cognitivo-comportamental: Um guia ilustrado**. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 76-100.

WRIGHT, J. H.; BASCO, M. R.; THASE, M. E. Métodos comportamentais I: Melhorando a energia, concluindo tarefas e solucionando problemas. *In:* WRIGHT, J. H.; BASCO, M. R.; THASE, M. E. **Aprendendo a terapia cognitivo-comportamental: Um guia ilustrado**. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 101-120.

SOBRE O ORGANIZADOR

ALEXSANDRO TEIXEIRA RIBEIRO - Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) na linha de pesquisa em Cidadania e Estado, no eixo temático Instituições e Poder, é mestre em jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), na linha de pesquisa em processos jornalísticos com pesquisa sobre o jornalismo sindical e o processo de produção da notícia no meio paranaense. Graduado em Comunicação Social (Jornalismo) pelo Centro Universitário Uninter e Especialista em Docência em EaD pela Uninter e em Comunicação Empresarial e Institucional pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Educação e Letras (Facel). É coordenador do grupo de pesquisa da Uninter sobre transparência pública passiva e ativa a partir da Lei de Acesso à Informação (LAI) e seus reflexos no jornalismo, e editor assistente da Revista Uninter de Comunicação (RUC). Atualmente é professor nos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e em Marketing Digital do Centro Universitário Uninter atuando em disciplinas como teorias da comunicação, teorias do jornalismo, produção gráfica, jornalismo online, jornalismo de dados, planejamento de produtos digitais, redação para web, produção de inovações em jornalismo, narrativas contemporâneas, diagramação e layout, composto mercadológico, campanha publicitária, dentre outras. Como jornalista, tem experiência em assessoria de imprensa, assessoria de comunicação, jornalismo político e jornalismo de dados. É integrante da agência Livre.jor, que é a primeira atividade de acompanhamento sistemático de dados públicos relacionados ao Paraná. É produtor de material didático e livros teóricos no campo da comunicação para a Editora Intersaberes, como Jornalismo de dados Conceitos, rotas e estrutura produtiva e Conceitos fundamentais de planejamento e produção gráfica.

ÍNDICE REMISSIVO

A

análise de conteúdo 26, 37, 221, 228, 268

Análise de Conteúdo 242

Art-College Berlin-Weissense 88

C

Câncer de Mama 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99

Ciberativismo 26, 50

Comunicação Política 30, 32, 221

Conselho Tutelar 202, 210, 213, 214, 215, 219

Constituição Federal 4, 102, 203, 221, 222, 300, 303, 305

Crise Econômica 141, 145, 154, 308, 310, 313, 316

D

Discurso Publicitário 308, 312, 314, 319

Ditadura Civil-Militar 25, 111, 112, 114, 115, 118, 120, 122, 123

E

Educomunicação 75, 76, 78, 81, 83, 84

Estética 16, 43, 95, 98, 110, 111, 112, 122, 159, 170, 174, 175, 176, 178, 191, 264, 298

F

Feminicídio 4, 7, 10, 11, 13, 40

Feminismo 15, 24, 27, 34, 39, 44, 45, 46, 48, 51, 52, 65, 66, 68, 74

Fotografia de Exaltação 286, 287, 293

Foucault 19, 20, 24, 40, 42, 43, 51, 102, 106, 107, 108, 109, 253, 254, 264, 318, 320

G

Gaudreault 112, 113, 120, 123

Gênero 3, 4, 5, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 97, 173

Grotesco 172, 174, 175, 180

Guerra Civil 157, 164, 167

Gutenberg 194, 196, 200

H

Habitus 313, 318

Historicidade 252, 253, 254

I

Imprensa 2, 5, 9, 10, 11, 12, 18, 22, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 64, 107, 154, 155, 157, 159, 160, 162, 164, 165, 167, 168, 169, 177, 184, 187, 188, 189, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 227, 255, 256, 283, 288, 333

Infotendimento 150, 181, 191

Intervenção Federal 221, 222, 225, 228, 234, 236, 238, 239, 240, 241

J

Jornalismo Sindical 53, 54, 55, 56, 64, 333

Jornal Nacional 221, 225, 226, 228, 229, 230, 233, 235, 238, 241

Judith Butler 15, 44

K

Katharina Mouratidi 85, 86, 87, 88, 91, 92, 94, 96, 100

L

LGBT 16, 17, 18, 20, 21, 22, 25, 211

M

Marketing Territorial 140

Martín-Barbero 75, 76, 77, 84, 191, 193, 255, 264

Mídias Digitais 40, 41, 46, 47, 81

MTST 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139

Muniz Sodré 81, 172, 190, 224

N

Narrativa 93, 111, 112, 114, 118, 122, 123, 160, 171, 173, 182, 185, 186, 189, 190, 192, 228, 291, 292, 317

Neuromarketing 244, 245, 246, 247, 250, 251

Noticiabilidade 6, 170, 177, 182

Novos Movimentos Sociais 124, 126, 206

P

Performance 17, 18, 91, 92, 98, 100

Pesquisa Exploratória 34

Políticas Públicas 4, 12, 13, 38, 101, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 144, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 223, 281, 304

Prensa 189, 194, 195, 197, 198, 199, 201, 294

Protestantismo 200

Psicologia Ambiental 295, 296, 297, 299, 304, 305, 307

R

Rádio 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 84, 161, 173, 184, 257

Redes Sociais 26, 30, 32, 33, 39, 41, 46, 49, 50, 77, 148, 167, 180

Representações Midiáticas 252

S

Subproletariado 131

V

Valor Notícia 170, 171, 174, 177

Comunicação, Política e Atores Coletivos

 **Atena**
Editora
Ano 2020

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Comunicação, Política e Atores Coletivos

 **Atena**
Editora
Ano 2020

www.arenaeditora.com.br 
contato@arenaeditora.com.br 
[@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora) 
www.facebook.com/arenaeditora.com.br 